

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Allony Rezende de Carvalho Macedo

“Guerra às ‘carpideiras’ da finada República”: o Clube 3 de Outubro no Governo
Provisório de Getúlio Vargas

Juiz de Fora
2024

Allony Rezende de Carvalho Macedo

“Guerra às ‘carpideiras’ da finada República”: o Clube 3 de Outubro no Governo
Provisório de Getúlio Vargas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.
Linha de pesquisa: Política, Cultura e Usos do Passado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Ribeiro Viscardi.
Coorientador: Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves.

Juiz de Fora
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Macedo, Allony Rezende de Carvalho.

"Guerra às 'carpideiras' da finada República" : o Clube 3 de Outubro no Governo Provisório de Getúlio Vargas / Allony Rezende de Carvalho Macedo. -- 2024.
382 p. : il.

Orientadora: Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Coorientador: Leandro Pereira Gonçalves

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Clube 3 de Outubro. 2. Governo Provisório. 3. Autoritarismo. 4. Tenentismo . 5. Getúlio Vargas. I. Viscardi, Cláudia Maria Ribeiro , orient. II. Gonçalves, Leandro Pereira , coorient. III. Título.

Allony Rezende de Carvalho Macedo

“Guerra às ‘carpideiras’ da finada República”: o Clube 3 de Outubro no Governo

Provisório de Getúlio Vargas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História. Linha de pesquisa: Política, Cultura e Usos do Passado.

Aprovada em 13 de novembro de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves – Coorientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Jorge Luiz Ferreira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Fernando Perlatto Bom Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Angela Maria de Castro Gomes
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Dr.^a Andréa Casa Nova Maia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho aos meus pais, Wagton e Marília, à minha companheira, Lailah, à comunidade de pessoas no espectro autista e a todos que fazem do estudo e da pesquisa seu instrumento de rebeldia contra um modo de produção e uma ordem social tão predatórios, injustos e desiguais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Marília e Wagton, por terem sido e por serem meus maiores apoiadores e incentivadores. Foi em casa que aprendi a importância fundamental dos estudos para um filho de trabalhadores.

Em segundo lugar, agradeço ao meu amor, Lailah, pelo companheirismo, pelo carinho, pelo incentivo e por toda a troca de experiências e aprendizados, durante nossas longas conversas, que foram essenciais para o meu progresso intelectual. Tudo isso aconteceu enquanto dividíamos as imensas dificuldades de produzir nossas teses de doutorado, com nossas bolsas minguadas, durante um governo negacionista, que infelizmente coincidiu com a pandemia de COVID-19 e com o necessário isolamento social por meses à fio.

Agradeço aos meus professores e professoras de toda a vida na figura de Fátima Barcellos. Os senhores e as senhoras foram fundamentais na minha formação enquanto aluno e espelho para minha atuação enquanto professor.

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora por toda a formação acadêmica, política e humana e por suas políticas de apoio estudantil, que permitiram minha permanência na instituição durante meus períodos iniciais na graduação.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, por ter acolhido o projeto de pesquisa que deu origem a esta tese. Em sequência agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação (CAPES), pelas bolsas que me permitiram sobreviver e dar prosseguimento ao trabalho de pesquisa.

Um agradecimento especial vai para minha orientadora, desde a iniciação científica, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi. Obrigado por ter acreditado no meu potencial, por ter me ensinado tanto sobre a pesquisa e a docência, por ter me emprestado muitos livros e por estar sempre de prontidão quando precisei das suas orientações.

Dirijo também meu muito obrigado ao meu coorientador, professor Leandro Pereira Gonçalves, pela leitura paciente dos meus rascunhos e textos, bem como pelas dicas preciosas nas diferentes etapas da produção.

Agradeço ao meu colega de profissão Rafael Bertante, por ter me auxiliado tantas vezes as quais precisei consultar o acervo de dicionários de época da Biblioteca Redentorista, em Juiz de Fora. A partir da sua figura, estendo o meu agradecimento aos funcionários das bibliotecas da Universidade Federal de Juiz de Fora, do Arquivo Nacional e do Centro de

Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e ao pesquisador Guillaume Azevedo Marques de Saes, por ter, gentil e pacientemente, fotografado e me enviado o único trabalho, disponível até então, que trata exclusivamente sobre o Clube 3 de Outubro – a dissertação de autoria de Maria Célia Freire Carvalho.

Obrigado também à minha psicóloga, Thabata Rodrigues, pelo profissionalismo e competência que foram essenciais para me ajudar a compreender meus limites e potenciais e a manter equilíbrio possível, principalmente durante o período final da escrita.

Por fim, agradeço os meus amigos e amigas. Talles, Jéssica, Thiago e Gabriel, obrigado por me emprestarem os “ouvidos e os ombros”, nos momentos de ansiedade e angústia. Muito obrigado Camilla, por colocar o meu pescoço e minhas costas no lugar várias vezes, sem me cobrar nada por isso. E Manoela e Aline que, mesmo de Seattle e Aracaju, se fizeram presentes nos momentos mais agudos da pandemia e da escrita, obrigado!

A ideia autoritária de que apenas parcela restrita da sociedade brasileira seria verdadeiramente capacitada para o exercício da democracia e, portanto, para a condução dos interesses nacionais, não afetou apenas os militares, pois muitos civis pensavam do mesmo modo. [...]

Não surpreende, portanto, que os militares se sentissem amparados para fazer avaliações caracterizando o despreparo do povo e, desse modo, situando apenas em futuro remoto a efetivação da democracia no Brasil [...]

(Fico, 2021, p. 20-22).

RESUMO

O Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) foi marcado pelo enfrentamento com seus opositores, mas também pelos conflitos que ocorreram dentro da própria base de apoio. Entre os heterogêneos aliados de Vargas, foram disputadas duas agendas principais a serem impostas como direção a ser seguida pelo novo governo. A primeira, de tendência centralizadora e autoritária, defendida principalmente pelos “tenentes” e pelas oligarquias tradicionalmente menos poderosas do Norte e Nordeste; e a segunda, de orientação liberal e federalizante, patrocinada majoritariamente por grupos oligárquicos dos estados econômica e politicamente mais fortes – São Paulo e Rio Grande do Sul. Como uma expressão mais bem organizada da tendência centralizadora e autoritária, foi inaugurado, em maio de 1931, o Clube 3 de Outubro, tema desta tese. Composto por uma maioria de civis de classe média, mas conduzido por militares ligados ao Tenentismo, o grêmio foi um grupo de apoio pressão que defendeu a prorrogação da ditadura do Governo Provisório para a aplicação de reformas de cunho orgânico-corporativistas, orientadas a partir de uma cultura política nacionalista autoritária. O objetivo desta pesquisa foi investigar a criação, organização interna, formação político-cultural e atuação dos seus sócios ao longo do Governo Provisório. As principais fontes utilizadas foram suas fichas de filiação, estatutos, manifestos, notas públicas, documentos internos, diretrizes programáticas, correspondências trocadas entre suas principais lideranças e jornais, como o *Correio da Manhã* e o *Diário Carioca*. A partir das fichas de filiação e da aplicação da técnica prosopográfica foi possível observar a trajetória de crescimento e declínio do Clube, o perfil dos sócios, em geral, e do grupo que comandava a entidade. Por outro lado, tendo em vista categoria analítica “cultura política” durante análise das demais fontes, foi possível perceber seu conjunto de valores, leituras de passado, suas concepções de sociedade ideal e suas formulações para o Estado brasileiro, constituídas a partir da cultura política nacionalista autoritária, originada, em grande parte, dos trabalhos pioneiros de Alberto Torres e Oliveira Vianna, entre os anos 1910 e início da década de 1930. Ao longo da tese, foi confirmada sua hipótese central, demonstrando-se que o Clube 3 de Outubro funcionou como um vetor de cultura política e um espaço de sociabilidade capaz de fornecer aos seus sócios ferramentas teórico-doutrinárias, recursos organizativos, relacionais e identitários capazes de tornar os seus sócios empenhados e influentes o bastante para conseguirem pautar a condução do Governo Provisório e alguns aspectos da sua legislação como, por exemplo, o Código Eleitoral de 1932 e a Constituição Federal promulgada em 1934.

Palavras-chave: clube 3 de outubro; governo provisório; autoritarismo; tenentismo.

ABSTRACT

The Provisional Government of Getúlio Vargas (1930-1934) was marked by confrontations with its opponents, but also by conflicts within its own support base. Among Vargas' heterogeneous allies, two main agendas were contested as the direction to be followed by the new government. The first, with a centralizing and authoritarian tendency, was defended mainly by the "tenentes" and by the traditionally less powerful oligarchies of the North and Northeast; and the second, with a liberal and federalist orientation, was mainly supported by oligarchic groups from the economically and politically stronger states – *São Paulo* and *Rio Grande do Sul*. As a more organized expression of the centralizing and authoritarian tendency, the *Clube 3 de Outubro* was inaugurated in May 1931, the subject of this thesis. Composed mostly of middle-class civilians but led by military figures associated with *Tenentismo*, the group was a support and pressure entity that advocated for the extension of the Provisional Government's dictatorship to implement organic-corporatist reforms, guided by a nationalist authoritarian political culture. The objective of this research was to investigate the creation, internal organization, political-cultural formation, and activities of its members during the Provisional Government. The main sources used were membership records, statutes, manifestos, public statements, internal documents, programmatic guidelines, correspondence between its main leaders, and newspapers such as *Correio da Manhã* and *Diário Carioca*. From the membership records and the application of prosopographical techniques, it was possible to observe the trajectory of the *Clube*'s growth and decline, the profile of the members in general, and the group that led the entity. On the other hand, considering the analytical category of "political culture" during the analysis of other sources, it was possible to understand its set of values, its interpretations of the past, its conceptions of an ideal society, and its formulations for the Brazilian State, shaped by a nationalist authoritarian political culture, largely derived from the pioneering works of Alberto Torres and Oliveira Vianna between the 1910s and early 1930s. Throughout the thesis, its central hypothesis was confirmed, demonstrating that the *Clube 3 de Outubro* functioned as a vector of political culture and a space of sociability capable of providing its members with theoretical-doctrinal tools, as well as organizational, relational, and identity resources, sufficient to make its members committed and influential enough to shape the course of the Provisional Government and some aspects of its legislation, such as the 1932 Electoral Code and the Federal Constitution promulgated in 1934.

Keywords: clube 3 de outubro; provisional government; authoritarianism; tenentismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1 - Organização dos “poderes” do Clube 3 de Outubro segundo os Estatutos de 1 de fevereiro de 1932	97
Diagrama 2 - Organização dos “poderes” do Clube 3 de Outubro segundo os Estatutos de 23 de fevereiro de 1933	99
Figura 1 - Frente e verso da ficha de inscrição n.º 1 de Pedro Ernesto Batista	80
Figura 2 - Frente e verso da ficha de inscrição n.º 354, do Capitão Odílio Denys	80
Figura 3 - Imagem de uma das reuniões do Clube 3 de Outubro, data provável entre 1931 e 1932, Rio de Janeiro	92
Figura 4 - Imagem da inauguração de um retrato na “galeria dos heróis” do Clube 3 de Outubro, provavelmente em 1933	179
Figura 5 - Imagem de outra cerimônia na sede do Clube 3 de Outubro, data provável 1933.....	181
Figura 6 - Capa e contracapa de um exemplar do <i>Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil</i> dedicado a Getúlio Vargas	216
Figura 7 - Esquema de “Organização da República” presente no <i>Esboço do Programa</i> (...)	240
Figura 8 - Reunião do Clube 3 de Outubro em 1931	264
Figura 9 - Pedro Ernesto e membros do Clube 3 de Outubro em Petrópolis, por ocasião do encontro com Getúlio Vargas, 4/3/1932	307
Figura 10 - Convite do I Congresso Revolucionário do Brasil para o outubrista Henrique Cordeiro Autran, assinado por Amoaci Niemeyer	328
Gráfico 1 - Filiações no Clube 3 de Outubro entre 1931 e 1935	82
Gráfico 2 - Porcentagem de civis e militares filiados no Clube 3 de Outubro entre 1931 e 1935, em um universo de 913 sócios	84
Gráfico 3 - Número de filiações por semestre do Clube 3 de Outubro entre 1931 e 1935, civis e militares	85
Gráfico 4 - Civis e militares identificados que compuseram os “corpos dirigentes” do Clube 3 de Outubro entre 1931 e 1934	100
Gráfico 5 - Militares e civis na composição dos cargos de direção e administração do Clube 3 de Outubro (1931-1934)	101
Quadro 1 - Sócios e ex-sócios do Clube 3 de Outubro eleitos como deputados constituintes em 1933	350

Quadro 2 - Comparação entre as propostas do programa Clube 3 de Outubro, do anteprojeto da “Comissão Itamarati”, do substitutivo da “Comissão dos 26” e aquilo que foi aprovado na Constituição de 1934.....359

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Ocupações militares informadas no ato de filiação entre 1931 e 1935	86
Tabela 2 -	Ocupações civis informadas no ato de filiação entre 1931 e 1935	87
Tabela 3 -	Profissões no Brasil, 1920	89
Tabela 4 -	Ocupações militares na diretoria e administração do Clube 3 de Outubro (1931-1934)	102
Tabela 5 -	Ocupações civis na diretoria e administração do Clube 3 de Outubro (1931-1934)	103
Tabela 6 -	Instituições de Formação dos homens das diretorias e administração do Clube 3 de Outubro (1931-1934)	104

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O CLUBE 3 DE OUTUBRO: ONDE, QUANDO, COMO E O QUE ERA?	35
2.1	O CLUBE 3 DE OUTUBRO E A HISTORIOGRAFIA DO TENENTISMO.....	35
2.1.1	As origens do termo “tenentismo”	35
2.1.2	O Tenentismo como tema de estudo no século XX: o Clube 3 de Outubro em segundo plano.....	38
2.1.3	O Tenentismo sob nova perspectiva no século XXI: é necessário redescobrir o Clube 3 de Outubro.....	44
2.2	A FORMAÇÃO DA ALIANÇA LIBERAL NA CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	50
2.3	A “REVOLUÇÃO DE 1930”	54
2.4	A FORMAÇÃO DO GOVERNO PROVISÓRIO E SEU DIFÍCIL EQUILÍBRIO.....	61
2.4.1	Os principais desafios políticos e econômicos.....	61
2.4.2	As tentativas de organização política para pressionar e apoiar o novo governo...69	
2.5	O ESTABELECIMENTO DO CLUBE 3 DE OUTUBRO.....	73
2.6	COMPOSIÇÃO POLÍTICO-SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DO CLUBE 3 DE OUTUBRO.....	78
2.6.1	Quem compunha o Clube 3 de Outubro?.....	78
2.6.2	Quem “mandava” no Clube 3 de Outubro?.....	94
2.6.3	Como se organizou a entidade?.....	109
2.6.4	Afinal, os outubristas eram “tenentistas”?.....	115
3	EM BUSCA DO BRASIL-NAÇÃO: A CRÍTICA ANTILIBERAL À REPÚBLICA OLIGÁRQUICA, A PROMOÇÃO DO NACIONALISMO AUTORITÁRIO E A CHEGADA DA DOCTRINA CORPORATIVISTA NO BRASIL NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DOS “TENENTES”	116
3.1	A CONSOLIDAÇÃO DA FIGURA DO INTELLECTUAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS CULTURAS POLÍTICAS NA TRANSIÇÃO PARA O BRASIL REPUBLICANO.....	117
3.1.1	A formação do “intelectual moderno”	117
3.2	A DECEPÇÃO COM A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA E A BUSCA POR ALTERNATIVAS: O NACIONALISMO AUTORITÁRIO.....	126

3.2.1	Superar a Belle Èpoque e (re)construir a nação.....	126
3.2.2	A saída pelo nacionalismo autoritário: diagnóstico.....	131
3.2.3	A saída pelo nacionalismo autoritário: propostas.....	140
3.3	UMA CULTURA POLÍTICA NACIONALISTA AUTORITÁRIA E O CORPORATIVISMO.....	157
3.3.1	A constituição de uma cultura política nacionalista autoritária.....	157
3.3.2	O Corporativismo como parte do nacionalismo autoritário.....	161
4	O CLUBE 3 DE OUTUBRO PELA SUPERAÇÃO DEFINITIVA DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA.....	168
4.1	A “REVOLUÇÃO” AOS “VERDADEIROS REVOLUCIONÁRIOS”	168
4.1.1	O cultivo da identidade tenentista no Clube 3 de Outubro.....	168
4.1.2	“A bandeira da rebeldia, da sublime rebeldia” como passado, presente e futuro da “Revolução”	177
4.2	O NACIONALISMO AUTORITÁRIO NO CLUBE 3 DE OUTUBRO.....	188
4.2.1	O Tenentismo nos anos 1920 e sua relação com uma emergente cultura política nacionalista autoritária.....	188
4.2.2	A “Velha República”, segundo o Clube 3 de Outubro.....	193
4.2.3	“O interesse de todos acima do interesse de cada um”: o que fazer da “Revolução de 1930”?.....	214
4.2.4	O nacionalismo autoritário-corporativista para modernizar e pacificar o Brasil.....	253
5	A ATUAÇÃO POLÍTICA DO CLUBE 3 DE OUTUBRO.....	258
5.1	A ATUAÇÃO DO CLUBE 3 DE OUTUBRO NAS DISPUTAS POLÍTICAS ATÉ A “REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932”	258
5.1.1	A crise em São Paulo e o início da campanha pela reconstitucionalização imediata.....	258
5.1.2	O Clube 3 de Outubro reage e procura avançar sobre a condução da “Revolução”.....	263
5.1.3	O auge dos outubristas.....	278
5.1.4	A formação da Frente Única Paulista e as provocações do Diário Carioca ao Clube 3 de Outubro no Distrito Federal.....	282
5.1.5	A decretação do Código Eleitoral de 1932: um avanço da agenda constitucionalista com vitória parcial para os outubristas.....	288
5.1.6	O empastelamento do <i>Diário Carioca</i>	297

5.1.7	O “dia seguinte” ao empastelamento.....	302
5.2	A (RE)CONSTITUCIONALIZAÇÃO INEVITÁVEL: UM CLUBE 3 DE OUTUBRO MAIS ESVAZIADO, MAS AINDA ASSIM COMBATIVO.....	316
5.2.1	A I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro.....	316
5.2.2	A atuação do Clube 3 de Outubro durante a “Revolução Constitucionalista de 1932”	318
5.2.3	O Clube 3 de Outubro em transição: o I Congresso Nacional Revolucionário e a construção do Partido Socialista Brasileiro.....	324
5.2.4	A segunda e última fase do Clube 3 de Outubro: a articulação da União Cívica Nacional e a sua atuação Assembleia Nacional Constituinte.....	334
6	CONCLUSÃO.....	361
	INSTITUIÇÕES E ARQUIVOS.....	364
	JORNAIS E PERIÓDICOS.....	364
	FONTES.....	365
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	368

1 INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 1920 e 1930, a crise dos paradigmas e instituições liberais, que acometia a Europa, atingiu a América Latina e, por conseguinte, o Brasil, sensibilizando amplos setores insatisfeitos com o funcionamento da República proclamada em 1889. Assim, ocorreram contestações ao “condomínio oligárquico” no qual havia se transformado o regime republicano (Ferreira; Pinto, 2006, p.5; Hobsbawm, 1995, p.114-115). O Movimento Tenentista, a “Revolução de 30” e o primeiro governo Vargas (1930-1945) foram marcados pelo antiliberalismo presente no centro do debate político brasileiro, a partir de então (Beired, 1999; Fausto, 1983; Forjaz, 1988; Gomes, 1980; Lamounier, 1978).

No imediato pós-30, o Governo Provisório (1930-1934) foi marcado por intensa disputa entre os múltiplos interesses de sua base heterogênea, que abrigava ao mesmo tempo tendências autoritárias e liberalizantes. Embora não dispusesse de um programa estruturado para o país, o núcleo decisório do regime discricionário se empenhou, desde já, em um esforço centralizador e autoritário (Pandolfi, 2007, p. 18). O que se manifestou por meio da dissolução dos legislativos, federal, estadual e municipal; da exoneração dos governadores, substituídos por interventores; da intervenção no Supremo Tribunal Federal (STF); e da legislação sindical, voltada a tutelar as organizações dos trabalhadores (Pinto, 2016; Viscardi, 2016).

Entre os diferentes esforços organizativos de setores próximos ao Governo Provisório, com o objetivo de direcionar e ocupar espaço na nova administração, se destaca como tema desta tese o Clube 3 de Outubro. Um grupo de apoio e pressão, fundado em maio de 1931, que chama a atenção, entre outros motivos, pela disposição de construir um “programa revolucionário” e pela envergadura política de seus fundadores, militares, “tenentes” e aliados civis, que lhe renderam alguma influência no novo governo (Carvalho, 1975; Conniff, 1979; Forjaz, 1988; Gomes, 1980; Leal, 2001; Pinto, 2016; Saes, 2011; Viviani, 2009). Em outras palavras, este trabalho, sob o título *Guerra às “carpideiras” da finada República*, se dedica à investigação da organização e atuação política do Clube 3 de Outubro na disputa entre agendas distintas pelo plano organizacional do Estado, desde a sua fundação até a sua dissolução em abril de 1935¹.

¹ O título é um recorte do trecho de um panfleto do Clube 3 de Outubro, no qual os adversários políticos do grêmio são apontados, entre outros adjetivos, como as tais “carpideiras”. Ver: CPDOC-CO d Panfleto, “Alerta ao povo baiano”, 21/6/1932.

Se entre as décadas de 1910 e 1920 intelectuais nacionalistas e autoritários firmaram presença no debate político, construindo diagnósticos sobre a realidade vivida e propondo uma nova institucionalidade para a superação da República liberal-oligárquica; no pós-30, por sua vez, o Clube 3 de Outubro surgiu como defensor de valores e práticas que considerava essenciais à edificação da obra “revolucionária”. Entre eles, em consonância com a intelectualidade nacionalista autoritária, estava a defesa de um governo com Estado forte e centralizado, que rompesse com a lógica dos regionalismos que predominava na “Velha República”. Em princípio, o protagonismo estatal teria função harmonizadora, o que justificaria o apelo à organização corporativa da sociedade, a partir de um conjunto de unidades socioeconômicas em equilíbrio, que trabalhassem coletivamente pelos interesses nacionais (Leal, 2001; Pinto, 2016; Viviani, 2009).

Entre outras ações a se destacar, em fevereiro de 1932, o Clube trouxe à tona o *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, uma proposta que, partindo de um diagnóstico sociopolítico do país, apontou com peculiar precisão programática as linhas gerais de um modelo de Estado a ser edificado pela ditadura do Governo Provisório. Embora o documento não tenha sido apresentado como um programa definitivo, na prática assumiu esse caráter, ao ser no máximo reparado e não superado pelas lideranças do grêmio nos anos seguintes (Viviani, 2009, P. 167-168). Suas formulações foram claramente defendidas por seus membros e simpatizantes em momentos candentes do debate político, marcando posição na disputa entre tendências liberalizantes e centralizadoras, que caracterizaram o período entre 1930 e 1934 (Barreto, 2002; Gomes 1980; Gomes, 2001; Gomes 2007b; Ricci; Zulini, 2020; Viscardi, 2016).

Mais do que simplesmente descrever o debate e a circulação de ideias durante o período de existência do Clube, é uma das pretensões desta pesquisa também compreendê-las em relação ao contexto de transformação político e social vivido pelos atores, individuais e coletivos, da época. Afinal de contas, a “Revolução de 1930” e o Governo Provisório foram precedidos por uma crise de representatividade da República liberal, agravada pelo quadro econômico de fragilização do modelo agroexportador (Ferreira; Pinto, 2006; Leopoldi, 2007).

Dessa maneira, entre finais da década de 1910 e ao longo dos anos 1920, foi aberto um espaço para propostas alternativas de futuro empunhadas por sujeitos históricos que se apresentavam como avessos ao modelo liberal-oligárquico e portadores de novas práticas e valores. Foi quando a denúncia constante do que seria um sequestro dos interesses nacionais por grupos de poder local e a proposta de um Estado centralizador e interventor, no campo social e econômico, se fortaleceram no Brasil impulsionadas por doutrinas autoritárias

emergentes em todo o Ocidente (Beired, 1999). Isso quer dizer que na reformulação do aparato legislativo, posta em prática no imediato pós-1930, não estavam em disputa, pelos diferentes grupos políticos, tão somente “o poder pelo poder” e a defesa de suas respectivas ideologias, mas também concepções distintas de sociedade ideal elaboradas e reforçadas ao longo de quase duas décadas. Nesse sentido, a categoria analítica “cultura política” se constituiu um importante recurso para este trabalho, uma vez que permite ao historiador se atentar para a relação entre as dimensões da experiência vivida, dos valores e dos imaginários estruturados ao longo do tempo – que fornecem leituras comuns de passado e inspiração para projetos políticos de futuro – e as intenções pragmáticas afrontadas pelas possibilidades da realidade na ação imediata dos sujeitos históricos (Berstein, 1998; 2009; Cefai, 2001; Motta, 2009; 2018).

Entre 1930 e 1934, a disposição em romper com o período “pré-revolucionário” contribuiu para a construção de um governo de coalizão, que reuniu grupos políticos e sociais muito heterogêneos, como as oligarquias dissidentes, os “tenentes”, industriais, intelectuais e o apoio difuso de trabalhadores. A instabilidade política que o caracterizou, graças às discordâncias entre seus apoiadores e ao confronto com as facções derrotadas, forçava o Governo Provisório a combinar ações que contemplassem ora os interesses locais de aliados oligarcas, ora providências mais centralizadoras, segundo as demandas de setores menos conservadores, conforme as correlações de força do momento no desafio conjuntural. O quadro era de uma institucionalidade que ainda tinha seu desenho em flagrante disputa e mesmo que Getúlio Vargas tenha conseguido emplacar algumas medidas intervencionistas isso não ocorreu sem enfrentar resistências (Gomes, 2007a; Leopoldi, 2007; Viscardi, 2016).

Assim, neste trabalho, pretende-se compreender empiricamente como se deu a mobilização de diagnósticos e propostas para o país, que influenciaram na construção de consensos fundamentais para ações práticas no enfrentamento entre diferentes modelos de Estado. Tendo, para isso, o estudo do caso específico da atuação do Clube 3 de Outubro, de outubristas e ex-outubristas, que disputaram a construção de marcos legais definidores do período conhecido como Governo Provisório, tendo o nacionalismo autoritário, fortalecido desde a década de 1920, como seu universo coerente de referentes.

No Brasil, a mencionada crise internacional do liberalismo se manifestou nos questionamentos à República oligárquica, que se fortaleceram principalmente a partir das eleições de 1922 e da atuação armada de militares revoltosos, que configurou o Movimento Tenentista. A insatisfação progressiva com o “imperialismo dos grandes estados”, com a corrupção eleitoral e com o tratamento aquém do esperado dado pelo poder público às Forças

Armadas, aproximou oligarquias dissidentes e “tenentes”. Tais grupos ganharam também a simpatia dos trabalhadores urbanos e da classe média, atingidos pelos baixos salários e pela carestia (Fausto, 1983; Ferreira; Pinto, 2006; Martins, 1983). Com o piora da situação econômica, somada à disposição monopolizadora da oligarquia paulista, reforçada na sucessão presidencial em 1929, o movimento que derrubou a Primeira República se precipitou a partir de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul – contando com o apoio de alguns dos “tenentes” e de militares, antes legalistas, que aderiram de última hora (Pandolfi, 2007; Pinto, 2016; Viscardi, 2012).

A repulsa à experiência institucional liberal ganhou campo à esquerda e à direita do espectro político. No primeiro caso, sustentada por intelectuais e organizações marxistas e anarquistas, que configuraram a base da intensa organização sindical vista no final da década de 1910 (Batalha, 2013). No segundo, também em tendências distintas, seja pela via herdeira da tradição positivista do século XIX; seja apelando a uma nova proposta nacionalista e autoritária, que se apresentou como receita mais apropriada à realidade sócio-histórica do país; ou, ainda, alinhando-se ao fascismo, como os espiritualistas do Integralismo, já na década de 1930 (Hollanda, 2009; Lamounier, 2014).

Para a investigação desenvolvida nas páginas a seguir, interessa principalmente a atuação da direita nacionalista autoritária, cujas elaborações mais complexas e aprofundadas, até aquele momento, vieram à lume primeiramente a partir dos trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Os quais abriram caminho para figuras como Francisco Campos e Azevedo Amaral nos anos seguintes. Embora não configurassem um grupo formal, esses intelectuais se aproximavam pela recusa à Constituição de 1891 e às demais “fórmulas universalizantes”, propondo uma saída que consideravam própria para o Brasil, grosso modo, baseada no esforço de legitimação do Estado enquanto tutor da nação (Lamounier, 1978, p. 356-373).

A atenção para com esses intelectuais se justifica pela influência que suas análises e propostas tiveram na disputa com as alternativas liberais pela direção do Estado no pós-30 e, conseqüentemente, sobre o Clube 3 de Outubro (Gomes, 2007a, p. 87-88; Pandolfi, 2007, p. 17-22; Pinto, 2016, p. 227-228; Saes, 2011, p. 151-152). No início século XX, homens de letras se projetavam como protagonistas genuínos na transformação política brasileira, seja escrevendo ou atuando diretamente nos quadros do Estado. Considerando-se a centralidade do cientificismo no ideal de modernidade da época, compartilhado por diferentes culturas políticas, pode-se compreender o peso da opinião de quem demonstrava dominar algum conhecimento tido como técnico (Gomes, 2007a, p. 85-86).

Alberto Torres, ainda na década de 1910, introduziu alguns aspectos da base doutrinária do Corporativismo no Brasil ao teorizar sobre a necessidade de um Estado forte e intervencionista, diante da desordem que identificava no país. É o que se vê na sua proposta de reforma constitucional apresentada em *A Organização Nacional*, de 1914. Na qual trazia, entre outras sugestões, a defesa de um modelo de representação intermediário entre o liberal e o corporativo. Dele, sem dúvida, partiram figuras como o próprio Oliveira Vianna, que se mostrou grande propagandista da solução corporativa, com significativa atuação, participando de comissões técnicas no Ministério do Trabalho e da Subcomissão do Itamarati, responsável pela elaboração do anteprojeto da Constituição de 1934. Além da inspiração em Torres, Vianna estava atento às reflexões de autores destacados da doutrina do Estado Corporativo na Europa como Duguit, Manoilescu, Perroux e Panunzio (Vieira, 2010, p. 33-34).

A partir do trabalho destes indivíduos se fortaleceu no debate brasileiro uma ideia que foi central para os pensadores corporativistas europeus do entreguerras: a natureza orgânica da sociedade (Pinto, 2014, p. 21-22). Isso se desdobrou na defesa do funcionamento harmonioso de suas partes distintas e fundamentais – as classes ou grupos profissionais –, a fim de que fosse possível caminhar para o primado do bem comum. Algo que não ocorreria, porém, de forma espontânea, dada a formação sócio-histórica do Brasil, justificando a necessidade do comando de um arranjo racional posto em prática pelas autoridades públicas capacitadas para tal.

Em suma, esses intelectuais contribuíram para a elaboração e consolidação de uma cultura política nacionalista autoritária, em reação à generalizada decepção com o regime liberal-oligárquico. É sabido que as culturas políticas surgem como resposta aos grandes problemas e às graves crises enfrentadas, com fundamento e poder de convencimento tal para plasmarem-se no núcleo referencial, conformando visões de mundo que constroem a ação dos sujeitos históricos (Berstein, 1998, p. 355-356). Dessa forma, colaboraram com a divulgação de uma base teórico-doutrinária corporativista, com um diagnóstico negativo da experiência republicana conhecida e com uma perspectiva institucional atrelada a uma concepção de sociedade ideal, que questionava a noção liberal de igualdade. O que se manifestava nos discursos e na prática política, com palavras-chave, fórmulas repetitivas, ritos e símbolos os quais dividem o mesmo papel significante. Não por acaso se tornou possível, ao longo da década de 1930, inaugurar um modelo de Estado intervencionista “que fundou sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, da integração territorial, dos direitos sociais, tudo isso em nome do interesse nacional” (Beired, 1999, p. 19).

Dada a relação entre o contexto da crise da Primeira República, a atuação do Tenentismo e a produção dos intelectuais do nacionalismo autoritário, ainda mais influente no debate público brasileiro após a “Revolução de 1930”, tornou-se necessário que o recorte cronológico desta tese recuasse antes da própria existência do Clube 3 de Outubro. Ou seja, é importante deixar claro que os interesses da pesquisa a seguir exigiram começar pela produção mais sistemática da crítica nacionalista autoritária – principalmente, através dos trabalhos de Alberto Torres, escritos ainda na década de 1910 – e suas relações com os “tenentes” aprofundadas, sobretudo, a partir dos levantes de 1924. Já a finalização do trabalho ocorre no momento da dissolução do grêmio, em 1935, votada pelos próprios sócios, após um progressivo isolamento político da entidade, que foi agravado durante o processo de reconstitucionalização.

Já na disputa pela condução do Governo Provisório, foram inúmeras as iniciativas que procuraram garantir a superação da experiência republicana anterior, como o “Gabinete Negro”, a “Legião de Outubro”, o “Pacto Revolucionário” e o “Pacto de Honra”. Embora a maioria delas contasse com a contribuição de homens com influência decisória no governo, como Osvaldo Aranha, Góis Monteiro e Juarez Távora, essas empreitadas se caracterizaram, via de regra, por certa informalidade, desorganização ou por se mostrarem efêmeras, como os “pactos”. No caso da Legião de Outubro, ela seria tragada pelas disputas políticas regionais, perdendo o papel unificador que buscou construir na sua origem (Borges, 1992, p. 73-74; Pinto, 2016, p. 203-231).

Sendo assim, foi aí que se destacou o Clube 3 de Outubro como expressão mais bem organizada e mais efetiva dos esforços dos aliados do governo, que se dispuseram a enfrentar aqueles que entendiam como defensores dos interesses oligárquicos (Pandolfi, 2007, p. 21). Em 1931, a entidade foi fundada tendo na sua diretoria Pedro Ernesto, Góis Monteiro, Herculino Cascardo, Osvaldo Aranha, Augusto do Amaral Peixoto, Temístocles Cavalcanti e Hugo Napoleão. Sem pretensões de se tornar uma organização de massa e estabelecendo critérios rígidos de filiação, empenhou-se no controle disciplinar e ideológico de seus componentes (Conniff, 1979, p. 135; Leal, 2001, s.p.).

Semelhante a Alberto Torres e Oliveira Vianna – que apresentavam suas propostas como uma “*terza via*” em relação à “desordem patrocinada pelo liberalismo” e à “ameaça do bolchevismo/comunismo” –, o Clube 3 de Outubro, desde sua fundação, além de se posicionar contra a constitucionalização imediata, destacava como imprescindível a necessidade da construção de um sistema de “representação classista”, que desse conta de atender às distintas reivindicações no âmbito socioeconômico, preservando a estrutura geral da sociedade de

classes. O *Esboço do Programa* (...), de 1932, em suas 80 páginas, trouxe nove tópicos de propostas, classificados da seguinte maneira: nacionalidade, economia, finanças, administração pública, sociedade brasileira, política, justiça, defesa nacional e relações exteriores.

Contando com militares, entre eles “tenentes”, e lideranças civis na sua composição, o referido grêmio teve entre alguns de seus membros figuras muito próximas ao governo. Inicialmente podem ser citados: Juarez Távora, “tenente” responsável por garantir o apoio ao Governo Provisório entre os interventores e lideranças do Norte e Nordeste; e Pedro Ernesto, civil ligado ao Tenentismo, segundo presidente do Clube, amigo de Vargas e que desfrutava de bastante prestígio entre os “revolucionários” (Gomes, 2001, s. p.). Além disso, foram nomeados vários interventores ligados ao Clube para os estados da Bahia, Ceará e Maranhão, por exemplo. Em setembro de 1931 o próprio Pedro Ernesto assumiu o Executivo do Distrito Federal (Leal, 2001, s.p.; Pinto, 2016, p. 240-245).

Enquanto o governo de Getúlio Vargas agia procurando conciliar os diferentes interesses de seus apoiadores, para se manter no poder e finalmente se estabilizar, sendo por isso acusado, ao mesmo tempo, de autoritarismo excessivo ou de frouxidão com os interesses de grupos de poder local (Pandolfi, 2007, p. 17-21); simultaneamente, a concepção de sociedade oferecida pelo Corporativismo permitia equilibrar o esforço de estabilização do país com as demandas por modernização, advinda dos meios civis e militares, vislumbrando sempre a garantia da ordem e da manutenção da hierarquia social (GENTILE, 2018, p. 98-100; Gomes, 2007a, p. 85; Rodrigues, 2018, p. 316-318; Vieira, 2010, p. 25). Ou seja, o empenho prático das elites, que tomaram o poder pela “Revolução”, em preservar o sistema de dominação era compatível com propostas que legitimavam o Estado enquanto tutor da sociedade. Ao mesmo tempo em que os atores criavam e se apropriavam de diagnósticos e propostas acerca da realidade – relacionados aos seus interesses de atuação na disputa por recursos de poder –, estas referências serviam à construção de coletividades e de incentivo a engajamentos em torno de projetos comuns (Motta, 2009, p. 27-28).

Nesse cenário, o Clube 3 de Outubro se mostrou importante espaço de debate, proposição e intervenção na disputa política, defendendo princípios autoritários e corporativistas, que confluíam, pelo menos em parte, com os interesses do governo e que tiveram lugar na elaboração do Código Eleitoral de 1932 e na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 (Barreto, 2002; Gomes, 1980; Gomes, 2007b; Ricci;Zulini, 2020; Silva, 2019; Torrezan, 2009; Viscardi, 2016). Por isso, essa agremiação mereceu também ser investigada como um “vetor social” de culturas políticas. Uma vez que contribuía para

mergulhar os indivíduos, que com ela mantinham contato, em um “clima cultural” por meio do reforço constante de temas, de modelos, de normas, de formas de raciocínio que, com a repetição, terminavam por ser interiorizados, tornando-os mais sensíveis à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos convenientes (Berstein, 1998, p. 357; Motta, 2009, p. 23-24).

Apesar de seu grau de organização e tipo de atuação, a historiografia ainda não dedicou a uma análise de fôlego específica sobre o Clube 3 de Outubro e sua atuação nas disputas pela reformulação do Estado no pós-30 – exceto a breve dissertação de Maria Célia Freire de Carvalho (1975), publicada em 1975. Em geral, sua abordagem tangencial como um mero apêndice do Movimento Tenentista provoca discordâncias a respeito da sua capacidade de influência, tratada principalmente de forma hipotética, quando considerada.

Historiadores como Edgard Carone (1975) e Nelson Werneck Sodré (1985, p.52; 2010, p. 313-320), ao prorrogarem a compreensão do Tenentismo para o pós-30, o interpretaram como exclusiva expressão das classes médias urbanas em sua revolta contra o poder das oligarquias. Escrevia Sodré (2010, p. 266), ainda em 1965, que a ação dos militares consistia em um movimento de vanguarda das forças sociais renovadoras do país em sua camada mais combativa. É dessa maneira que Maria Célia Freire de Carvalho (1975), no único trabalho conhecido, cujo tema central é o Clube 3 de Outubro, interpreta o programa e as ações da entidade.

José Murilo de Carvalho (1983, p.120; 2005, p. 62-63), Edmundo Campos Coelho (1976, p. 90) e Michael Conniff (1979) também estendem a existência do Movimento Tenentista até o pós-30, compreendendo o Clube como sua continuação, embora admitam menor coesão que no período anterior. Porém, interpretando o movimento do ponto de vista organizacional, tomam a inserção destes atores no debate como expressão de demandas restritas aos interesses ligados à caserna. Para Carvalho, por exemplo, os “tenentes” não estavam alheios ao que acontecia na sociedade. Contudo, inseridos em uma “instituição total” como o Exército, suas preocupações e suas identidades expressavam preferencialmente demandas ligadas à profissionalização e à modernização da corporação². Como resultado, nesse tipo de interpretação, toma-se o Clube primeiro como fruto da ação de militares na política e não como um agrupamento de características e experiências próprias a serem investigadas.

² Sobre o conceito de “instituição total” do sociólogo Erving Goffman, diz Carvalho (2005, p. 13): “Essas instituições, pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, constroem (*sic*) identidades mais fortes. Quando plenamente desenvolvidas requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade. [...] Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente.”

Colocando-se como alternativa, Maria Cecília Spina Forjaz (1977; 1988) e Anita Prestes (1990; 1999) propuseram uma interpretação mais global do movimento, considerando simultaneamente os elementos organizativos e sociais para seu estudo. Ou seja, ainda que os valores de corporação tenham lhes dado a sensação de setor privilegiado para a ação política armada, isso não lhes impediu de constituírem a parcela do Exército mais permeável às influências civis (Forjaz, 1988, p. 203). O que permitia Anita Prestes (1990, p. 93) insistir que, pela sua origem, formação e ligações, os “tenentes” estivessem muito próximos das camadas médias: “Por isso mesmo, o tenentismo, ideologicamente, viria a ser expressão dos seus anseios [da classe média], inspirados nos preceitos do liberalismo brasileiro.”.

Partindo dos grupos de pesquisadores e pesquisadoras destacados acima, guardadas as diferenças, o que se percebe no geral é a existência de trabalhos baseados em modelos sociológicos ou no estudo das ideologias. Avalia-se a atuação dos militares de forma determinada, em maior ou menor medida, pela sua classe social e/ou pelo seu aspecto organizacional. Assim, para a compreensão do Clube 3 de Outubro como mera continuação do Tenentismo, as dimensões da experiência da luta rebelde pela condução da República nos anos 20 e das disputas pela reformulação do Estado no pós-30, vividas em condições muito específicas, são ignoradas ou assumem pouco valor explicativo *a priori*. Nessa direção concluiu Anita Prestes (1990, p. 385-386; 1999, p.72) ao afirmar, de pronto, que é em vão a discussão sobre a capacidade de influência do Clube sobre Vargas ou sobre o governo, em geral. Afinal de contas, assumir o contrário como verdadeiro significaria tomá-lo como um grupo com um programa próprio ou, pelo menos, com relativa autonomia. O que, na avaliação da autora, nunca teria existido na década de 1920, quando o movimento viria a reboque da ideologia da classe média, e muito menos no pós-30, quando teria se sujeitado à direção das oligarquias de oposição durante a “revolução”.

Ora, uma contradição se coloca e, por isso, já demanda uma análise empírica a respeito do Clube 3 de Outubro, questionadora das generalizações e suposições existentes nas avaliações vistas até aqui. Se o grêmio é uma simples continuidade do Tenentismo dos anos 1920, tendo automaticamente, por isso, suas potencialidades limitadas pelas alianças com inimigos históricos e pela sua suposta debilidade ideológica “reprodutora do Liberalismo das classes dominantes”; o que explicaria sua capacidade organizativa excepcional, bem como sua disposição particular para a construção de um programa detalhado para o país, marcadamente autoritário e corporativista? Quando a agremiação surgiu, em 1931, nem o Governo Provisório tinha o seu programa, orientando-se por diretrizes centralistas, que eram

reelaboradas segundo as pressões da luta política e as necessidades econômicas mais imediatas (Pandolfi, 2007, p. 248; Pinto, 2016, p. 233)

Ainda nos anos 1970, questionando as explicações classistas para a crise da Primeira República, Boris Fausto argumentou justamente essa relação direta feita entre o Tenentismo e a defesa das ideias e interesses da classe média. Sobre a década de 1920, ressaltou que a “condição de militar” contribuía para uma “ideologia imprecisa”, que combinava a defesa do voto secreto com fragmentos da crítica antiliberal, que se fortalecia naquele momento, tendo em Alberto Torres e Oliveira Vianna dois de seus principais representantes. O que os tornava estranhos ao setor majoritário dessa classe, até então defensora dos princípios da democracia liberal – repetindo a ideologia da classe dominante. Nos anos 30, o Tenentismo teria configurado um ativo grupo de pressão com o Clube 3 de Outubro, mas que tentando se impor ao governo sofreria intenso processo de corrosão por parte do “Poder Central” e do Exército, até desaparecer (Fausto, 1983, p. 63-83).

A partir dos anos 2000, influenciados pelo “giro cultural” e pela chamada *Nova História Política*, teses e dissertações procuraram reconstruir as interpretações clássicas sobre o Tenentismo. Compreendendo a ação política para além dos aspectos pragmático-rationais – geralmente atrelados a determinantes socioeconômicas –, essas pesquisas se abriram também à presença de um universo histórico de valores e significados compartilhados, voltando-se para o estudo das representações elaboradas por estes militares rebeldes e materializadas nos seus discursos, segundo a experiência da crise da Primeira República e da atuação do movimento. As consequências disso são trabalhos mais sensíveis às idiossincrasias do grupo, que permitiram vislumbrar alguma identidade e uma agenda em progressivo desenvolvimento, pelo menos a partir dos levantes de 1924 (Aragão, 2012; Castro, 2022; Macedo, 2015; Pinto, 2016; Viviani, 2009).

Portanto, ainda que os “tenentes” de fato guardassem relações com a classe média e tivessem vivido a caserna, constituíam um grupo à parte em construção, que interagiu com as transformações do contexto histórico. Os militares revoltosos aprofundaram ao longo da década de 1920 uma inserção própria na disputa pelos rumos que o país deveria tomar, neste momento de transição (Viviani, 2009, p. 81-82). Experimentaram na sua trajetória a decepção com a República, a rebeldia em relação à hierarquia militar, os combates contra as oligarquias majoritárias, o cárcere, o exílio e a luta pela anistia. O que de fato impactava de maneira singular em seus discursos e práticas, permitindo que fossem além da defesa simplória do Liberalismo e das preocupações isoladas com o Exército (Aragão, 2012, p.364-365). Abriram-se, então, à incorporação de valores que emergiam com os intelectuais autoritários, não

acreditando ser possível uma mudança do Exército sem que a República passasse por uma profunda transformação. Viam-se como elite pronta a agir em nome do “povo” pelo estabelecimento de um Estado baseado na técnica e defensor dos interesses nacionais. Desse ponto de vista, configurariam então um movimento de cunho militar e autônomo, cujas particularidades exigem uma abordagem própria (Pinto, 2016, p. 175; Macedo, 2015, p. 184-186).

Desta forma, mesmo que o Clube 3 de Outubro constitua uma continuação do Tenentismo nos anos 1930, é facultado ao pesquisador pelo menos duvidar de formulações que coloquem previamente a entidade como extensão passiva, ou simples braço, das oligarquias dissidentes no Governo Provisório. O que exige e justifica, mais uma vez, uma análise mais detida do fenômeno.

As controvérsias não se encerram aí. Os desdobramentos da prisão e do exílio, no final da década de 1920, contribuíram para a construção de aproximações e alianças decisivas para a história do movimento, para a “Revolução de 30” e para o Governo Provisório. Foi no exílio, entre 1927 e 1928, que sua principal liderança até ali, Luís Carlos Prestes, tomou contato com o Comunismo, passando então à defesa da “revolução popular” como aprofundamento daquilo que haviam começado em 1922 (Prestes, 1990, p. 375). O que o afastaria aos poucos de seus antigos companheiros, que por sua vez eram assediados pelas oligarquias de oposição.

A relação entre militares revoltosos e oligarquias dissidentes não era nenhuma novidade, não havendo constrangimento na negociação, em geral. Porém, a configuração da *Aliança Liberal*, em 1929, aprofundaria a resistência de Luís Carlos Prestes e seu isolamento. O que se explica pela presença dos partidos republicanos de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e da Paraíba, somados aos opositores paulistas do Partido Democrático, além de antigos políticos situacionistas e militares legalistas – portanto, muitos deles inimigos históricos dos “tenentes”. Prestes compreendia que uma aproximação com estes setores era incompatível com os interesses revolucionários – naquele momento, no sentido de uma revolução social, semelhante à de 1917 na Rússia – e ultrajante à memória dos companheiros tombados (Prestes, 1990, p. 376).

Após a derrota de Vargas em 1930, uma cisão se fez clara no Tenentismo. De um lado, Prestes se recusou definitivamente compor as forças aliancistas. De outro, Juarez Távora assumiu o posto de liderança intelectual dos “tenentes” e procurou evitar uma possível pulverização do movimento. A partir daí, de maneira recorrente, Távora se dedicou a apontar publicamente pontos básicos pelos quais deveriam lutar os “militares revolucionários”, entre

eles a busca pelo equilíbrio social por meio da representação profissional e pelos conselhos técnicos permanentes, inspirados em Alberto Torres. Sua intenção última era de firmar os “tenentes” enquanto faróis da ditadura nascente, sob pena de serem fagocitados pelos políticos os quais haviam se alinhado para a “Revolução de 30” (Pinto, 2016, p. 166-167).

Na percepção de Fabrícia Viviani (2009, p. 167-168), o grupo de “tenentes” que optou por compor a *Aliança Liberal*, e posteriormente fundou o Clube 3 de Outubro, coroou um lento processo de construção da identidade do Tenentismo, que aos poucos deixou a posição de mero movimento contestador para, enfim, propor um projeto de futuro claro, na disputa pela hegemonia na condução do Estado. No *Esboço do Programa (...)*, teriam definido uma forma de resistir e de marcar uma posição autônoma em relação aos demais grupos políticos com os quais se relacionavam e enfrentavam.

Por sua vez, mais recentemente, Sergio Murillo Pinto (2016, p. 168) defendeu que o Tenentismo se encerrou enquanto movimento autônomo nesta virada para os anos 30, por ser absorvido pela frente aliancista. O que restava então era a ação de antigos combatentes, ou “tenentes”, que isoladamente se articularam no Clube 3 de Outubro, ao lado de civis, constituindo um novo grupo cujo objetivo era fazer cumprir de fato a “Revolução”, rompendo com as práticas e valores do regime anterior.

Mesmo que diferentes, as conclusões de Viviani (2009) e Pinto (2016) convergem pelo menos em apontar o grêmio como resultado da organização de “tenentes” em um grupo de pressão junto ao governo, no esforço de se legitimarem enquanto genuínos defensores dos interesses “revolucionários”. Então, a produção desta tese se justifica mais uma vez pela necessidade compreender o Clube 3 de Outubro a partir dele mesmo e não apenas de forma tangencial como expressão direta da manifestação de uma classe, fração de classe ou corporação.

Portanto, aproximando-se mais desses últimos trabalhos que procuraram compreender as ações e ideias dos “tenentes” a partir da especificidade das suas experiências históricas e vislumbrando o Clube como um possível espaço de sociabilidade e também como vetor social de culturas políticas; esta pesquisa se empenha em analisar as eventuais contribuições do grêmio na disputa pela condução dos destinos da República no pós-30, através da ação de seus sócios e ex-sócios, procurando ir além das tradicionais chaves explicativas classistas e/ou corporativas (Quirós, 2007, p.90). Pois mesmo que os indivíduos tenham outros parâmetros para a sua atuação na política e possam escolher distorcer, ignorar ou burlar a agenda construída na agremiação, ela não deixa de ser um fator presente na tomada de decisão,

contribuindo com o universo de significados no qual estão inseridos (FORMISANO, 2001, p. 403).

Para isso, parte-se da hipótese geral de que a existência do Clube teria constituído recursos organizativos e relacionais sobre os quais os atores políticos a ele ligados puderam lançar mão para tentarem se investir da posição simbólica de representantes do que julgavam ser os “legítimos valores revolucionários”. O que poderia ser possível, tendo em vista seu grau de organização, disciplina e pela precisão com que desenvolveu um programa, que refletia uma concepção de sociedade ideal corporativista, em meio a uma disputa que contava com propostas tão variadas e difusas (Quirós, 2007, p. 97-100). Procura-se verificá-la, em primeiro lugar, analisando a composição da agremiação, a sua forma de organização e seu funcionamento, que podem fornecer evidências do grau de comprometimento dos seus membros; em segundo lugar, estudando seus valores, suas percepções sobre a realidade vivida e concepções de sociedade, que orientaram suas motivações e a elaboração do seu programa; e, em terceiro lugar, explorando e compreendendo a sua prática política e o papel desempenhado nas disputas do pós-30 pela (re)criação dos aparatos estatais brasileiros.

Ademais, procura-se também oferecer alguma contribuição para a compreensão da circulação do Corporativismo no Brasil por diferentes níveis. A começar pelo mais abstrato, considerando as influências dos intelectuais brasileiros das décadas de 1910 e 1920; passando pela sua ressignificação e apropriação no nível organizativo e da prática política; até sua tentativa de realização no Estado e no Direito. Afinal de contas, a elaboração de leis, bem como a decisão sobre fazerem-nas cumpridas não são frutos do acaso, tampouco os regimes autoritários e ditaduras são erguidos sem colaboração, consentimento e adesão de parcelas da sociedade.

Para colocar em prática os objetivos anunciados até aqui, o trabalho desenvolvido foi dividido em quatro capítulos. O Capítulo 1 constrói uma primeira aproximação com o Clube 3 de Outubro, pois além contextualizar historicamente o seu surgimento após a “Revolução de 1930”, aprofunda na compreensão da sua organização interna, do seu funcionamento, do seu histórico de filiações e do perfil político-social dos seus membros. Além disso, procura delimitar e identificar as suas principais lideranças, aquelas que mais frequentavam suas reuniões, que tinham posições de mando e ocupavam cargos específicos, definindo suas ações; sendo fundamental para a execução dessa tarefa a utilização do “critério posicional” da técnica prosopográfica (Bulst, 2005; Ferrari, 2010). Como destacaram Lawrence Stone (Stone, 2011, p. 115-116) e Neihard Bulst (Bulst, 2005, p. 57-58), o uso da prosopografia, como aporte interpretativo, permite considerar o conhecimento prévio das pessoas que

compõem os grupos pelos quais são moldados e ajudam a moldar. O que contribui para iluminar de forma mais precisa a relação entre retórica política e afiliações socioeconômicas dos sujeitos históricos, desde que articulada a outros instrumentos de avaliação – como é proposto aqui.

As principais fontes utilizadas nesse primeiro capítulo foram os três estatutos e as fichas de filiação do Clube 3 de Outubro, as quais trazem informações importantes para compor o questionário base das notas biográficas, tais como: data e local de nascimento; profissão; emprego ou cargo público ocupado entre 1922-1930; atuação política entre 1922-1930; opinião sobre o quadro político “revolucionário”; e testemunhas de suas informações, que podem ajudar a reconstituir as relações entre os investigados. Essa documentação se encontra no arquivo do Clube 3 de Outubro, disponível para acesso presencial no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Também foram essenciais para essa imersão inicial na história do grêmio o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB-CPDOC), biografias, autobiografias, dados da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e de instituições como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT). Quanto à dinâmica das reuniões, infelizmente não foram encontradas atas no arquivo do Clube 3 de Outubro, tornando necessária a busca de informações em jornais da época. Foram escolhidos o *Correio da Manhã*, aliado do grêmio, que muitas vezes funcionou como seu porta-voz, e o *Diário Carioca*, seu adversário direto na imprensa do Distrito Federal. Ambos estão acessíveis pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O Capítulo 2 analisa o contexto intelectual no qual se formou a maioria dos integrantes do Clube 3 de Outubro, entre eles civis, militares e “tenentes”. Porque para compreender o papel desempenhado pelos outubristas nas disputas políticas que envolveram o Governo Provisório, além de identificá-los e conhecer o funcionamento do grupo ao qual pertenciam, é preciso também dar conta das relações entre a realidade vivida por eles e os valores e representações que orientaram suas ações políticas. Se as culturas políticas disputam espaço fornecendo respostas a problemas que se colocam aos sujeitos históricos, deve-se estar atento ao universo de construção da crítica antiliberal e das propostas corporativo-autoritárias, que se fortaleceram a partir da crise da Primeira República e se tornaram tão presentes na década de 1930, orientando as principais bandeiras do Clube 3 de Outubro. Portanto, nesse segundo capítulo, partindo do estudo dos trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna, são exploradas as suas contribuições para a marginalização das ideias e práticas da República liberal, bem como suas propostas para a superação desse regime, as quais conformaram uma

cultura política nacionalista autoritária que pavimentou o caminho para legitimação do Estado enquanto tutor do interesse nacional na década de 1930³. Pois os textos impressos são veículos fundamentais na difusão das culturas políticas, ao contribuir para consagrar mitos, símbolos, e valores morais, nos quais as pessoas encontram identificação e motivação para aderirem a determinada coletividade (Motta, 2009, p. 24).

As fontes desta etapa da pesquisa foram, especialmente, os trabalhos de Torres e Vianna, escritos entre o início da década de 1910 e início da década de 1930. Refere-se, por exemplo, às obras *O problema nacional brasileiro* e *A organização nacional*, ambas de Alberto Torres; bem como *Evolução do povo brasileiro*, *Populações Meridionais do Brasil* e *O idealismo da Constituição* de Oliveira Vianna. Uma parte delas está disponível, em formato digital, na Brasileira Eletrônica da UFRJ, enquanto outros exemplares são do acervo pessoal deste pesquisador.

No Capítulo 3, retorna-se ao Clube 3 de Outubro. Na primeira parte, o objetivo é explicar de que maneira o grêmio almejou construir uma legitimidade simbólica que o credenciasse como o espaço no qual se organizavam, em unidade, os “verdadeiros revolucionários”, diante de outras facções políticas que disputavam a agenda do Governo Provisório. Para isso, o texto se concentrou na análise dos mecanismos criados pelo grêmio para controle e constrangimento das ações e manifestações públicas de seus sócios, cujo objetivo era lhes fornecer e, até mesmo, impor direções compatíveis com seu programa e pretensões políticas; bem como esteve atento aos seus ritos e celebrações responsáveis por fixar uma leitura institucional de passado, a qual se constituía como referência para as ações no presente e aspirações de futuro. Na segunda parte, analisa-se de que forma a cultura política nacionalista autoritária ajudou a compor a visão que os outubristas tinham sobre a experiência da República liberal-oligárquica, a percepção sobre o próprio papel no processo “revolucionário”, e as propostas que desenvolveram para a superação definitiva do regime anterior e transformação do Estado e sociedade no Brasil.

As fontes utilizadas no terceiro capítulo incluem os jornais, sobretudo o *Correio da Manhã*; os manifestos, notas e comunicados publicados pelo Clube 3 de Outubro; os documentos programáticos lançados pela agremiação, que incluem o *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, de fevereiro de 1932, as *Teses Aprovadas na I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro*, de julho de 1932, e a *Síntese*

³ Entre os autores clássicos da direita nacionalista autoritária, Torres e Vianna são os pioneiros na sistematização dos princípios de reforma institucional para a superação da República liberal (VIEIRA, 2010).

Outubrista, de abril de 1933; dicionários de época; além de alguma documentação administrativa do grêmio, cartas e telegramas trocadas entre suas principais lideranças. A maior parte desses registros estão nos arquivos “Arquivos Pessoais” do Clube 3 de Outubro, de Augusto do Amaral Peixoto, Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto Batista, Temístocles Brandão Cavalcanti, Juarez Távora e Getúlio Vargas, todos eles encontrados no CPDOC-FGV – à exceção do Fundo Góis Monteiro que está no Arquivo Nacional.

Segundo Daniel Cefai (2001, p. 98-99), as culturas políticas funcionam como conjuntos de referentes construídos em contextos de interação, que relacionados a usos pragmáticos e estratégicos, constroem a ação política dos sujeitos históricos. Porém, não configuram determinante imutável, mas um recurso prévio de aproximação com o novo, o qual sempre põe em teste sua legitimidade. Para esta pesquisa, admite-se então que as escolhas operadas pelos indivíduos na ação política imediata são pensadas a partir de uma “grelha de leitura” sobre a realidade social, que é constituída através da cultura política por: uma base filosófica-doutrinária, muitas vezes resumida em “chavões” acessíveis; por uma leitura comum de passado, positiva ou negativa; por uma visão acerca das instituições, constituída a partir da base doutrinária e da leitura histórica; bem como uma concepção de sociedade ideal, como projeção para o futuro. Tudo isso expresso em valores, representações e práticas portadores de significação e definidores de uma identidade coletiva (Berstein, 1998, p. 351-352; Motta, 2009, p.21).

Isso permite sugerir que na disputa entre propostas autoritárias e liberais, que se enfrentaram pela condução do Estado no Brasil entre 1930 e 1934, estavam envolvidas diferentes estratégias de dominação relacionadas a visões de mundo distintas. Então os argumentos dispensados nos registros documentais estudados revelam não só tratativas em torno de objetivos específicos e opções individuais, mas também repertórios de identificação, de narração e argumentação, reservas de saber ou “*gisements d’expériences*”, coletiva e historicamente constituídos (Cefai, 2001, p. 98).

Não se trata de afirmar que a partir do conceito de cultura política se encontra a chave de compreensão total para a atuação dos personagens ligados ao Clube 3 de Outubro. O que essa abordagem oferece é um arcabouço analítico definido, possível de manejar, que contempla um fenômeno de múltiplos parâmetros como a ação política (Berstein, 1998, p.350). Através de sua aplicação na interpretação das fontes procura-se evitar o duplo equívoco da redução dos indivíduos à posição de vetores passivos da cultura e da sociedade ou da superestimação de sua autonomia de pensamento e movimento, que seria limitada apenas por seus recursos materiais e informacionais (Cefai, 2001, p. 107).

Construir uma reflexão sobre a relação entre a agenda dos ideólogos autoritários e a do Clube 3 de Outubro, além de contribuir para a compreensão da trajetória do Corporativismo no Brasil, permitirá visualizar com maior precisão o perfil da comunidade política que a entidade constituiu a partir de um determinado conjunto de representações. Isso porque leva tempo para que “[...] uma ideia nova, que traz uma resposta baseada nos problemas da sociedade, penetre nos espíritos sob forma de um conjunto de representações de caráter normativo, e acabe por surgir como evidente a um grupo importante de cidadãos.” (Berstein, 1998, p. 356).

O Capítulo 4 é dedicado a analisar a atuação política do Clube 3 de Outubro, de outubristas e ex-outubristas durante todo o seu período de funcionamento, entre maio de 1931 a abril de 1935. Como sujeito presente nas diferentes disputas que envolviam a agenda do Governo Provisório, a agremiação precisou se adaptar às mais variadas circunstâncias para seguir defendendo a aplicação, pelo menos parcial, do seu programa “revolucionário”. Dessa forma, sua orientação nacionalista autoritária foi constantemente confrontada pela complexidade da realidade social e política, provocando intensos debates internos e até um racha entre parte dos sócios e a própria diretoria, que a levou ao isolamento.

Por isso, nesse último capítulo, a pesquisa acompanha o Clube em suas duas fases, divididas pela “Revolução Constitucionalista de 1932”. A primeira marcada na trajetória do grêmio pela defesa intransigente e unificada dos outubristas pela manutenção do período discricionário, como única forma de pôr em prática o seu “programa revolucionário”; ao mesmo tempo em que também é caracterizada pelo auge da organização na articulação política e influência no Governo Provisório, pelo aumento exponencial no número de filiados, pela publicação do *Esboço do Programa* (...), pela interferência na elaboração do Código Eleitoral de 1932 e pelo ataque violento de outubristas à sede do jornal adversário, o *Diário Carioca*. A segunda transcorreu durante o contexto de (re)constitucionalização, o que exigiu das diferentes forças em disputa articulações político-partidárias na preparação para a composição da Assembleia Nacional Constituinte. Essa fase marcou o Clube 3 de Outubro principalmente pelo racha entre a sua diretoria, radicalizada no antipartidarismo autoritário, e parte dos outubristas que mergulharam na tentativa de organização de um partido nacional, na construção de partidos estaduais e até em coligações como foi o caso da União Cívica Nacional (UCN), mantendo o objetivo de garantirem na reconfiguração do Estado, por meio da Constituição de 1934, dispositivos orgânico-corporativistas presentes no mesmo programa.

As fontes são basicamente as mesmas do capítulo anterior, acrescidas dos anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934, disponíveis no site da Câmara dos

Deputados; do *Anteprojeto da Lei de Sindicalização e Representação Política das Classes* elaborado pelo Clube; e da ata de reunião da União Cívica Nacional, disponível no “Arquivo pessoal” de Osvaldo Aranha, localizado, como já dito, no CPDOC-FGV.

Com todo esse trabalho de pesquisa desenvolvido, espera-se analisar com maior precisão o papel de uma organização tão citada na historiografia, porém ainda não estudada de maneira mais detida. Além disso, almeja-se contribuir para resgatar do esquecimento mais uma forma de atuação intervencionista de um grupo de militares, de viés autoritário, que contou com a colaboração e a simpatia de civis, na história da República brasileira. O que se torna algo ainda mais importante considerando o contexto no qual essa tarefa foi realizada, em sua maior parte: em um momento de extrema fragilização das instituições democráticas nacionais, durante o governo mais ocupado por militares, no primeiro escalão, desde o fim da Ditadura Militar, que foi coroado com a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023⁴.

Antes que o leitor possa iniciar a leitura dos capítulos, é importante que seja esclarecido a respeito das condições históricas de execução e finalização desta pesquisa, dada a sua excepcionalidade⁵. A maior parte do trabalho transcorreu durante os quatro anos do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), cuja atuação em relação às Universidades públicas foi marcada pelos ataques explícitos a professores e alunos, pelas intervenções nas reitorias, pelos cortes orçamentários e por uma postura acentuadamente anti-intelectual e anticientífica; algo que não só impôs obstáculos – materiais e morais – ao trabalho do pesquisador, como muitas vezes contribuiu para torná-lo uma atividade de risco⁶.

Toda essa situação ficou ainda mais complicada com o início da pandemia de COVID-19, em março de 2020. Pela exigência dos cuidados sanitários, tornou-se necessário o fechamento dos arquivos, laboratórios e bibliotecas, dificultando o acesso a determinadas

⁴ DESDE a redemocratização, maioria dos ministros é homem, com mais de 55 anos e do Sudeste. *Café História*. 2/8/2021. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/desde-a-redemocratizacao-maioria-dos-ministros-e-homem-com-mais-de-55-anos-e-do-sudeste/>>. Acesso em set. de 2024.

⁵ Meu primeiro ano como doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora começou em março de 2019, justamente no primeiro ano do governo Bolsonaro.

⁶ PESQUISADORES brasileiros deixam de assinar estudos científicos por medo de ataques. *G1*. 8/4/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/08/pesquisadores-brasileiros-deixam-de-assinar-estudos-cientificos-por-medo-de-ataques.ghtml>>. Acesso em: set. 2024; ENTIDADES acusam governo federal de perseguir pesquisadores e de limitar atividade científica. *Câmara dos Deputados*. 14/6/2021. Acesso em: set. 2024; MPF pede condenação de Weintraub por falas sobre universidades públicas. *Exame*. 22/4/2021. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/mpf-pede-condenacao-de-weintraub-por-falas-sobre-universidades-publicas/>>. Acesso em: set. 2024; CERCA de 20 instituições federais de ensino estão sob intervenção no país. *ANDES Sindicato Nacional*. 15/12/2020. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/cerca-de-20-instituicoes-federais-de-ensino-estao-sob-intervencao-no-pais1>>. Acesso em set. 2024.

fontes e bibliografia. Além da gravidade da doença e das suas próprias implicações, o governo Bolsonaro também atuou ativamente para dificultar as medidas de combate ao vírus – inclusive a vacinação –, contribuindo para ampliar o número de mortes de centenas de milhares de brasileiros e brasileiras⁷. A tudo isso foi somado, uma economia em frangalhos, uma inflação que corroeu as bolsas de pesquisa – há 9 anos sem reajuste, na época – e uma falta de propósito diante de um futuro incerto, que adoeceu muitos pesquisadores e pesquisadoras e os drenou para a urgência da sobrevivência, afetando, é claro, todo o desenvolvimento de seus trabalhos⁸. Portanto, um cenário desolador, que se desdobrou até a tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023, que mais uma vez contou com o envolvimento de militares⁹.

Esse pequeno relato não é uma justificativa para as limitações desta pesquisa. Trata-se de um registro ou testemunho que afirma que, apesar de todas as dificuldades e de todo horror vivido e testemunhado nos últimos anos, esse trabalho, como outros de valorosos colegas da academia, com muita persistência e empenho, foi concluído.

⁷ A LINHA do tempo da estratégia federal de disseminação da COVID-19. Centro de estudos e Pesquisas de Direito Sanitário (CEPEDISA) – Universidade de São Paulo. 28/5/2021. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6802152/mod_resource/content/1/Leitura%20-%20A%20Linha%20do%20tempo%20da%20estrat%C3%A9gia%20federal%20de%20dissemina%C3%A7%C3%A3o%20da%20COVID19.pdf>. Acesso em set. 2024.

⁸ LEMOS, Vinícius. “Com mérito”, mas sem bolsa: a frustração de quem recorre a ‘bicos’ e ajuda da família para fazer ciência no Brasil. *BBC Brasil*. 30/5/2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57289688>>. Acesso em: set. 2024; ALTINO, Lucas. Congeladas há nove anos, bolsas federais de mestrado e doutorado precisam de 66% de reajuste para recompor poder aquisitivo de 2013. *O Globo*. 8/3/2022. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/congeladas-ha-nove-anos-bolsas-federais-de-mestrado-doutorado-precisam-de-66-de-reajuste-para-recompor-poder-aquisitivo-de-2013-25423158>>. Acesso em: set. 2024; CORRÊA, Roberta Pires et al. The perceptions of Brazilian postgraduate students about the impact of COVID-19 on their well-being and academic performance. *International Journal of Educational Research Open*. v.3, 2022.

⁹ LEÓN, Lucas. Forças Armadas têm responsabilidade política por 8/1, diz pesquisador: Rodrigo Lentz propõe reforma nas relações entre civis e militares. *Agência Brasil*. 8/1/2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-01/forcas-armadas-tem-responsabilidade-politica-por-81-diz-pesquisador>>. Acesso em set. 2024.

2 O CLUBE 3 DE OUTUBRO: ONDE, QUANDO, COMO E O QUE ERA?

Para cumprir aquilo que foi proposto na introdução, este capítulo foi dividido em seis partes. A primeira delas é uma revisão mais atenta da bibliografia do Movimento Tenentista, com atenção especial para a maneira como essa produção tratou a existência e a atuação do Clube 3 de Outubro, desde o século XX até o primeiro quarto do século XXI. Seu objetivo é informar o leitor a respeito da trajetória dos estudos sobre o Tenentismo, suas principais abordagens e qual a relação dessa produção com a pouca atenção dispensada ao grêmio objeto desta tese, chamando a atenção para a necessidade de estudá-lo.

Na segunda e terceira partes, o texto aborda o contexto social, político e econômico que antecedeu o surgimento do Clube, tratando de explicar, resumidamente, o que foram a crise da Primeira República e a “Revolução de 1930”. Na quarta, detalha quais eram as distintas forças políticas em disputa pela organização e condução do Governo Provisório (1930-1934), entre as quais, aquelas que deram origem ao Clube 3 de Outubro. Na quinta, trabalha propriamente a fundação dessa agremiação e sua posição nestes enfrentamentos pela (re)modelação do governo e do Estado, no imediato pós-30. Na sexta e última parte, analisa a composição política, social, bem como do funcionamento da entidade, enquanto um espaço que abrigava os setores mais reformistas e mais bem organizados entre os grupos “revolucionários”.

Trata-se de uma primeira aproximação com grêmio, que após a análise da formação da cultura política nacionalista autoritária que o orientou, no Capítulo 2, será devidamente retomado através do estudo detalhado da sua própria “visão de mundo” e do seu programa, no Capítulo 3, e da sua atuação política durante o Governo Provisório, no Capítulo 4.

2.1 O CLUBE 3 DE OUTUBRO E A HISTORIOGRAFIA DO TENENTISMO

2.1.1 As origens do termo “tenentismo”

Em 24 de novembro de 1932, Ilka Labarthe, secretária da mesa diretora, e uma das poucas mulheres a integrarem o Congresso Nacional Revolucionário, proferiu um discurso de encerramento no qual atribuiu o estabelecimento do governo de Getúlio Vargas às ações armadas promovidas pelos “tenentes” em 1922, 1924 e durante a Coluna Prestes. Citados nominalmente pela escritora, alguns deles estavam presentes no Congresso e eram membros do Clube 3 de Outubro, que havia aderido ao evento:

Venceram, sim! porque (sic) a vitória da revolução que elevou ao poder Getúlio Vargas, não foi senão a vitória daqueles bravos que tingiram de sangue as areias límpidas de Copacabana; não foi senão a vitória dos batalhadores de 24, essa coluna invicta que atravessou o Brasil, combatendo sem falecer, pregando sem esmorecer, o evangelho cívico da revolução [...]. Não foi senão a vitória de Prestes, de Djalma Dutra, de Siqueira Campos, de Joaquim Távora, Octávio Corrêa, de Moreira Lima, de Pedro Ernesto, de Juarez Távora e **todos esses tenentes** ‘sem medo e sem mancha’ que amarguraram nas prisões, que sofreram a tortura de um exílio ríspido e brutal, sem nunca esmorecerem, sem nunca deixarem apagar a flâmula ardente que empunhavam.¹⁰

Embora já fossem chamados de “tenentes” ou “tenentistas” por simpatizantes e aliados, os militares e alguns civis que haviam participado das diversas revoltas contra a República oligárquica, ao longo da década de 1920, evitavam assim se identificar. Preferiam usar para si “revolucionários”, “revolucionários sinceros”, “verdadeiros revolucionários” ou até “esquerda revolucionária”, como revelam as distintas fontes analisadas, ao longo desta pesquisa¹¹.

Segundo descreveu Vavy Pacheco Borges (1992, p. 145), mesmo que tais levantes armados houvessem sido conduzidos majoritariamente por uma jovem oficialidade – entre eles tenentes e capitães –, o termo “tenente” foi primeiramente utilizado de forma pejorativa, no primeiro semestre de 1931, pela imprensa adversária, crítica da presença de “revolucionários militares” em postos político-administrativos e de sua pauta de reformas apoiada na defesa do prolongamento da ditadura do Governo Provisório. Engajados na disputa política pela agenda nacional e pela reconstitucionalização imediata, jornais como o *Diário Nacional*, *O Estado de S. Paulo* e o *Diário Carioca* deram aos “tenentes” e ao “tenentismo” a conotação de um “tipo de militarismo” – resgatando os debates da Primeira República a respeito da ameaça que representaria fortalecimento das “classes armadas” em detrimento das “classes políticas” –, ou mesmo de “anarquia militar”, associada ao campo das esquerdas, como o “comunismo dos tenentes” (Borges, 1992, p. 152; 221)¹².

¹⁰ GRANDE Congreso Revolucionario: Os debates da sessão vespertina de ontem e a organização do Partido Revolucionario. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 25/11/1932, p. 3. Grifo nosso.

¹¹ A designação “esquerda revolucionária” será tratada mais detidamente na última seção deste capítulo.

¹² Vera Lúcia Bógea Borges, analisando os debates públicos por ocasião da disputa eleitoral de 1910, entre as chapas de Rui Barbosa e do Marechal Hermes da Fonseca, destacou a apropriação do vocábulo “militarismo” para o cenário brasileiro. De acordo com a historiadora, o termo foi criado na França e utilizado por republicanos e socialistas para denunciar a preponderância dos interesses de caráter militar na sociedade, durante o governo de Napoleão III. A expressão logo se espalhariá por países como Inglaterra e Alemanha, passando a significar o controle dos militares sobre civis, tendo

Mais recentemente, utilizando o recurso de buscas na *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, Maria Clara Spada Castro atualizou essa informação. Segundo a historiadora, a primeira ocorrência do termo “tenentismo” apareceu em março de 1912, no jornal *Correio da Manhã*. O periódico, na época, fazia oposição ao governo Hermes da Fonseca e às intervenções na política dos estados, que contavam com a participação de militares, com o objetivo de fortalecer o poder do Governo Federal. O “tenentismo” se referia a militares de alto escalão, que ocupavam cargos e atuavam politicamente, e foi utilizado com o claro intuito depreciativo de rebaixá-los publicamente, além de diferenciá-los de outro grupo, o qual se identificava como “civilista” – remetendo às marcantes disputas eleitorais de 1910. No geral, esse foi o sentido que o termo teve em outras ocorrências, inclusive em outros veículos da imprensa, nas décadas de 1910 e 1920, independente dos levantes militares (Castro, 2022, p. 45-50). Todavia, Castro reconhece que mesmo sendo possível detectar o uso do “tenentismo” ainda na década de 1910, sua difusão era muito menor do que nos debates dos anos 1930. Na *Hemeroteca Digital*, ela encontrou 18 ocorrências, entre 1900 e 1929, em comparação a 436 ocorrências, entre 1930 e 1939. “Realmente os termos mais correntes na década de 1920 eram ‘revolucionários’, ‘revoltosos’ e ‘rebeldes’.” (Castro, 2022, p. 51).

Ainda que utilizado pela primeira vez na década de 1910 e tendo sido popularizado de forma pejorativa no pós-30, é possível observar que houve também uma espécie de reabilitação do termo “tenentismo”, desta vez como um fenômeno social e histórico relevante a ser compreendido, que teria sido feita primeiro por Virgínio Santa Rosa, em 1932 e 1933, com lançamento dos livros *A Desordem* e *O Sentido do Tenentismo*, respectivamente. Nessa época, a Sociologia que emergia no Brasil era proposta como ferramenta de análise e de intervenção objetiva na realidade (Borges, 1992, p. 222; Castro, 2022, p. 53). Inclusive, tal como será destacado no Capítulo 2, essa pretensão científica trazia consigo a intenção de amparar e legitimar determinados projetos políticos. Sendo apresentado como uma “categoria

como contraponto a noção de “poder civil”. No Brasil, a presença dos militares na política havia sido marcante e controversa na transição do Império para a República, por isso, durante as eleições de 1910, os “civilistas”, organizados em torno da chapa de Rui Barbosa, se uniram para se opor ao que seria o “militarismo” da candidatura do Marechal Hermes, apresentada como ameaça de submissão da autoridade constitucional aos “soldados” e, portanto, de violação constante das leis estabelecidas (BORGES, 2011, p. 82-136). Virgínio Santa Rosa, em 1933, defendendo a atuação dos militares na política, criticou a relação construída, pela imprensa “afeita às oligarquias”, entre os “tenentes” e o “militarismo”: “Quanto ao militarismo dos tenentes [...]. Houve, uma celeuma levantada nos espíritos, somente uma exploração partidária. A imprensa, afeiçoada às oligarquias, procurou ativamente despertar nas imaginações brasileiras os ecos da campanha civilista de Rui Barbosa. E o bovarismo nacional, lembrando as sugestões de leituras, influenciados pelas peculiaridades do ambiente europeu, sentiu estranhos repêlões de indignação, perante a ameaça de domínio das espadas e baionetas...Entretanto, nada mais falso.” (SANTA ROSA, 1976, p. 110-111).

sociológica” a ser interpretada, o “tenentismo” ganharia, a partir de então, um sentido positivo na história do Brasil. Em uma reflexão de base classista, o autor descreveu a atuação dos “tenentes” como a expressão da rebelião de uma pequena burguesia, que sem espaço nos quadros legais, se levantou contra a alta burguesia e as oligarquias encasteladas nos latifúndios. A eles se uniram os políticos opositores “Em todas as conspiratas do período de 1922 a 1930 [...] visando o auxílio mútuo [...]” (Santa Rosa, 1976, p. 43).

Santa Rosa apresentou o “tenentismo” como uma força que tornaria possível a luta por transformações mais profundas na “organização social”, sem as quais seriam inúteis quaisquer mudanças de “estatuto político”. Recorrendo aos trabalhos de Alberto Torres, Oliveira Vianna e Martins de Almeida concluiu que tudo deveria começar pelo combate aos latifúndios, algo que, a seu ver, felizmente, já era compreendido pelas lideranças dos “tenentes”, organizadas no Clube 3 de Outubro:

Esse regime de subordinação econômica ao landlord é que permite o esmagamento das massas urbanas nos prêmios eleitorais. [...] É que o latifúndio é a base de sustentáculo de todas as forças partidárias regionais. [...]
Essa reforma agrária impõe-se sobre o tenentismo e, felizmente, a maior parte das mentalidades que o dirigem, já parece ter compreendido essa necessidade inadiável. [...]
Nunca, como hoje, aos ouvidos dos membros do Clube 3 de Outubro, transparece a atualidade do aviso de Saint-Just: ‘Ceux qui font les révolutions à demi ne font que creuser leur tombeaux.’. (Santa Rosa, 1976, p. 118-123)¹³.

É preciso dizer que, no contexto de luta entre diferentes modelos de Estado durante o processo de (re)constitucionalização, a interpretação de Virgínio Santa Rosa não era a única. Também em 1932, Alcindo Sodrê publicou o livro *A Gênese da Desordem*, no qual apontava o “militarismo dos tenentes” como a origem da “desordem” na República. Em uma posição favorável à “Revolução Constitucionalista”, ressaltava a proximidade de Getúlio Vargas com o “tenentismo”, chamando-o de “O Grande Tenente” (Borges, 1992, p. 224).

2.1.2 O Tenentismo como tema de estudo no século XX: o Clube 3 de Outubro em segundo plano.

¹³ “*Ceux qui font les révolutions à demi ne font que creuser leur tombeaux*”, em uma tradução livre: Aqueles que fazem revoluções pela metade apenas cavam suas sepulturas.

Foi a partir dos anos 1960 e 1970 que o Tenentismo se firmou na academia como tema de estudo. Principalmente, porque os golpes de Estado na América Latina instigavam a curiosidade sobre a presença histórica dos fardados na política brasileira. Assim, os “tenentes”, partindo-se da interpretação pioneira de Santa Rosa, seriam inicialmente destacados como vanguarda “revolucionária” das classes médias (Borges, 1992, p. 228). O historiador Nelson Werneck Sodré, no prefácio da 3ª edição de *O Sentido do Tenentismo*, de 1976, descreveu, o que seria para ele, a importância do trabalho de Virgínio Santa Rosa:

Santa Rosa foi o iniciador de sua exata conceituação [do “tenentismo”]: colocou-o em seus devidos termos. [...] A essência do movimento tenentista consistiu no seu papel ligado ao processo de ascensão da burguesia brasileira, em luta contra o absoluto domínio pela classe latifundiária. [...] Não há historiador, sociólogo ou político, entre os que vêm contribuindo para que ela seja feita, que se tenha dispensado utilizar o livro de Virgínio Santa Rosa, que ficou assim como contribuição marcante e clássica de determinado período, o tenentista. (Sodré, 1976, p. 17-20).

Talvez essa ressignificação do sentido do “tenentismo” – de uma espécie de expressão desviante na atividade militar a um fenômeno sócio-histórico a ser estudado e compreendido – tenha deixado Juarez Távora à vontade para se referir aos seus companheiros de ação, em 1922, 1924 e na Coluna Miguel-Costa Prestes, como os “‘Tenentes’ da velha guarda revolucionária”, nas suas memórias escritas no início dos 1970 (Távora, 1974, p. 7).

A partir daí, se consolidaria na historiografia brasileira três interpretações gerais sobre o Movimento Tenentista que influenciaram, por conseguinte, a maneira como o Clube 3 de Outubro foi abordado¹⁴. Primeiramente, interpretações classistas e dualistas, como as de Nelson Werneck Sodré e Edgard Carone, atribuíram ao Tenentismo o papel de expressão da fração mais combativa da burguesia em luta – como representantes da pequena burguesia urbana a que pertenciam –, principalmente, pela sua participação na política institucional. O que, em última instância, significaria uma ruptura entre o poder, enraizado no campo e no latifúndio, e um setor do “aparelho militar” que se recusava a servi-lo (Carone, 1974 p. 253; 1975, p. 11; Sodré, 2010, p. 266-270). Para estes autores, o Clube 3 de Outubro era uma

¹⁴ Já foi realizada, em 2015 (MACEDO, 2015, p. 24-30), uma avaliação mais detalhada da historiografia a respeito do Tenentismo, inclusive, contextualizada em relação às próprias transformações da historiografia brasileira, dos anos 1930 até os anos 2010. O objetivo neste momento do capítulo não é repetir este trabalho, mas apenas retomar alguns de seus aspectos para compreender a maneira como o Clube 3 de Outubro já foi interpretado pelos historiadores e historiadoras. Outras análises sobre a historiografia do Movimento Tenentista podem ser encontradas nos trabalhos de Anita Prestes (1997, p. 29-34), Mário Cléber Martins Lanna Jr. (2013), e Maria Clara Spada Castro (2022, p. 53-57).

continuidade do Tenentismo – ainda que transformada, seja pela ruptura entre Prestes e Juarez Távora, em meados de 1930, seja pela adesão às oligarquias na construção do Governo Provisório – e seu fim, em 1935, representava também a agonia do movimento. Dessa maneira, sendo entendido como uma organização da pequena burguesia, o Clube foi de antemão descrito a partir do que seria sua rarefeita consciência política e de classe – uma característica atribuída a esse setor da burguesia no país –, algo que comprometeria sua capacidade de articulação e de construção de um programa próprio e coerente, para além do que seriam suas “formulações vagas e inócuas” (Carone, 1975, p. 13-14; Sodré, 1985, p. 52-53; 2010, p. 319-320).

Maria Celia Freire de Carvalho foi a responsável pelo único trabalho, que se tem conhecimento, dedicado a analisar especificamente a formação e atuação do Clube 3 de Outubro durante o Governo Provisório. Na sua dissertação, influenciada pela abordagem classista, a autora compreende que os levantes militares, entre 1922 e 1924, enquanto expressão da pequena burguesia urbana, caracterizavam-se por ideias inconsistentes, de vago caráter liberal, em defesa da legalidade e de “uma representação eletiva honesta”, as quais deixavam de lado propostas para as questões econômicas e sociais. Contudo, seria a experiência da Coluna Prestes a responsável por imprimir no movimento uma “maior conscientização da realidade brasileira, levando-os ao interesse pelo nosso atraso e rigidez social”, o que possibilitaria a construção de uma “doutrina tenentista” manifestada no Clube 3 de Outubro (Carvalho, 1975, p. 3-14). Em seu programa, além do grêmio acenar às classes médias, com propostas de revisão do sistema tributário e sistematização do ensino, por exemplo, também apelava à centralização política e ao nacionalismo econômico e cultural – uma vez inspirado pelas propostas de organização nacional trazidas por Alberto Torres, desde o início do século. Para garantir a implantação das medidas sugeridas, alegavam ser necessário postergar a ditadura do Governo Provisório. Proclamando-se “revolucionários da velha guarda” traziam consigo “os princípios básicos do tenentismo, anteriores à própria Revolução e que vão perdurar no Clube, já que os expoentes da agremiação foram os revoltosos dos últimos quadriênios da República Velha.” (Carvalho, 1975, p. 21).

Carvalho (1975, p. 67-68) concluiu que o Tenentismo, tendo como porta-voz o Clube 3 de Outubro, acabou se isolando politicamente, não conseguindo deter a (re)constitucionalização. Por isso, teve que se adaptar às eleições e à Constituinte, com alguns de seus membros participando como deputados. Todavia, ao lidar com as disputas político-partidárias que tanto desprezava, viu sua proposta de representação profissional ser aprovada

de maneira “desfigurada” e seus postulados sendo derrubados ponto a ponto, influenciando apenas com alguns aspectos de caráter nacionalista na nova Constituição.

De forma pioneira, ainda nos anos 1970, Boris Fausto questionou as análises dualistas que explicavam a “Revolução de 1930” a partir de uma oposição entre o setor cafeeiro e a burguesia industrial. No mesmo trabalho, pôs em dúvida a associação entre classes médias e o Movimento Tenentista. Dividido em duas fases, o Tenentismo da década de 1920 não seria simplesmente um portador da ideologia liberal típica dessa fração de classe, pois traria nas suas manifestações públicas e ações, além da crítica jurídico-política às oligarquias, um conteúdo centralizador, elitista e “vagamente nacionalista”. A “imprecisa ideologia tenentista”, naquele momento, incorporaria aspectos da “crítica antiliberal”, cada vez mais fortalecida ao longo da Primeira República com as “correntes revisoras da Constituição, que têm em Alberto Torres e Oliveira Vianna dois de seus principais representantes” (Fausto, 1983, p.67-68).

Em sua segunda fase, com “os tenentes no governo”, no pós-1930, o movimento daria um salto importante, formando um ativo núcleo de pressão junto ao governo, cuja expressão melhor definida seria o Clube 3 de Outubro. Na defesa da “representação por classes” e do prolongamento da ditadura, em nome de reformas que extrapolariam a política e atingiriam a dimensão econômica e social dos problemas brasileiros, os “tenentes” deixavam explícitas suas tendências anteriores de distanciamento do liberalismo. Tentando se impor como movimento autônomo, teriam se dissociado de vez das expectativas das oligarquias dissidentes, sofrendo por isso um processo de corrosão tanto pelo “Poder Central”, pressionado pelos regionalismos, quanto pela corporação militar, que se sentia ameaçada em sua ordem e hierarquia internas. Segundo Boris Fausto, toda essa trajetória, revelaria que as origens sociais são uma variável importante para compreender o “fenômeno tenentista”, mas não se poderia ignorar sua posição intermediária na hierarquia e o processo de ressocialização sofrido pelos militares nas Forças Armadas, na construção de suas formulações mais ousadas (Fausto, 1983, p. 72-82).

Na passagem para a década de 1980, envolvidos por esse debate crítico às visões classistas anteriores, focando na compreensão da organização e funcionamento do estamento burocrático, estiveram nomes como Edmundo Campos Coelho (2000, p.33) e José Murilo de Carvalho (1983; 2005). Pesquisadores que, embora também prolongassem a existência do Tenentismo no pós-30 como uma fase menos original, ou apenas diferente, traziam a chamada “interpretação organizacional” para o estudo movimento. Segundo essa compreensão, mesmo que tivessem origem social nas classes médias, os “tenentes” compunham uma corporação do

Estado, com características, funcionamentos e interesses próprios, os quais deveriam ser privilegiados na produção de trabalhos sobre o tema (Carvalho, 1983, p. 111-120; p. 2005, p. 64-73). Em outras palavras, interpretavam a história dos militares revoltosos primordialmente como fruto de motivações ligadas às demandas próprias da organização a que pertenciam em interação turbulenta e conflituosa com a política civil:

Uma interpretação mais próxima dos fatos seria a de que, **qualquer que tenham sido as ideias político-sociais dos tenentes, sua inspiração era o desejo de alterar aspectos do regime que constituíam um obstáculo real à formulação de uma política militar** ajustada às aspirações dos quadros mais profissionalizados e modernizantes do Exército. (Coelho, 2000, p. 100, grifo nosso).

Nessa ótica, o Clube 3 de Outubro foi visto a partir dos conflitos dentro da corporação e da corporação com o mundo político, não ensejando estudos mais detalhados a respeito de suas particularidades, sua composição civil-militar, sua dinâmica de funcionamento, capacidade de articulação dentro do Governo Federal e sua própria agenda para o país como um todo.

Em um caminho alternativo, entre os anos 1980 e 1990, propondo uma análise mais globalizante para o Movimento Tenentista, que não fosse “desaguar no economicismo e nem no politicismo” (Forjaz, 1988, p. 184), estiveram os trabalhos de historiadoras como Maria Cecília Spina Forjaz e Anita Prestes. Segundo Forjaz, não havia razão para escolher entre a dimensão organizacional e a dimensão social do movimento, “o comportamento político-ideológico dos tenentes só pode ser explicado pela conjugação” de ambas (Forjaz, 1988, p. 185). Anita Prestes, por seu turno, afirmava que além dos militares revoltosos pertencerem a uma corporação com interesses próprios, a maior parte deles provinha dos setores médios e matinha contato estreito com as populações civis e com temas da vida nacional: “É nesse complexo emaranhado de relações sociais que devem ser compreendidas as suas posições e atitudes, o seu comportamento político.” (Prestes, 1997, p. 73).

É necessário dizer, no entanto, que mesmo que tais historiadoras partissem de propostas interpretativas semelhantes, suas investigações levaram a conclusões diferentes sobre o Tenentismo e, conseqüentemente, a respeito do Clube 3 de Outubro. Para Forjaz, os esforços de modernização e profissionalização das tropas empreendidos pelo Estado – a começar com a criação da Escola Militar do Realengo, passando pelo estágio no Exército alemão, e pelas missões “Indígena” e “Francesa”, nas décadas de 1910 e 1920 – não teriam

garantido o afastamento dos militares em relação aos temas da sociedade¹⁵. Ao contrário do que se pretendia na época, a autora sugere que o fortalecimento organizacional propiciado pelas iniciativas de modernização deu a essa instância burocrática do Estado a capacidade de oferecer projetos políticos próprios para a nação a ser construída (Forjaz, 1988, p. 185-196). Foi essa pesquisadora que ofereceu a análise mais aprofundada a respeito da composição do Clube 3 de Outubro, que se pôde ter contato durante a produção da tese. No livro *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, dedicou todo o capítulo 3 a estudar a composição e atuação da agremiação até 1932, momento que para ela foi o período “de maior influência política do tenentismo” (Forjaz, 1988, p. 95).

Já Anita Prestes, interpretando a dimensão social do Tenentismo a partir da luta de classes, acabou retomando aspectos das primeiras análises socioeconômicas do movimento. Por sua origem e ligações, estariam os militares rebeldes muito próximos das camadas médias, as quais, devido ao seu processo de formação e posição intermediária no sistema produtivo social, seriam dependentes das classes dominantes e por isso teriam dificuldades em elaborar um projeto político próprio e independente. Sua formação militar, por outro lado, focada cada vez mais na profissionalização dificultaria a construção de uma “cultura humanística” e uma formação sólida nas ciências sociais, que permitisse aos “tenentes” irem além do liberalismo advogado pelas classes dominantes: “A indigência teórica dos líderes tenentistas refletia o seu despreparo para assumir uma posição política independente.” (Prestes, 1997, p. 93-94). Assim, segundo Prestes, se nos anos 1920 o Tenentismo já não tinha a independência que lhe é muitas vezes atribuída, muito menos isso ocorreria com sua sujeição ao comando civil e militar de Osvaldo Aranha e Góis Monteiro, respectivamente, por ocasião da “Revolução de 1930”. Portanto, uma discussão sobre a capacidade de influência do Clube 3 de Outubro sobre o governo seria em vão (Prestes, 1999, p. 68-72):

Os “tenentes”, mesmo os mais conhecidos e fiéis a Vargas, como Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros, Djalma Dutra Soares, Osvaldo Cordeiro de Farias etc., receberiam missões destacadas, mas ficariam subordinados ao comando de Góis Monteiro e do próprio Vargas.” (Prestes, 1997, p. 385)¹⁶.

¹⁵ Para mais detalhes a respeito do estágio de oficiais no Exército alemão e seus impactos no estamento militar brasileiro ver o já citado trabalho de Leila Maria Corrêa Capella (1985).

¹⁶ Todos esses nomes citados pela pesquisadora tiveram destaque no Clube 3 de Outubro, exceto Djalma Dutra morto durante a tomada, pelas tropas “revolucionárias”, do Regimento de Cavalaria de Três Corações, em outubro de 1930 (LACLETTE, 2001b, s.p.). Dutra participou dos levantes de 1922, de 1924 e da Coluna Prestes e ganhou amplo reconhecimento entre os companheiros de luta, sendo lembrado e homenageado, por exemplo, no Congresso Nacional Revolucionário, em novembro de 1932, e em cerimônia do Clube 3 de Outubro, presidida por Juarez Távora, em lembrança ao terceiro

Sobre os distintos trabalhos acima apresentados, usando uma analogia, pode-se dizer que suas conclusões oscilam como um pêndulo, entre dois pontos, passando também por um terceiro, intermediário: ou os “tenentes” agiram direcionados por sua origem social, ou eram movidos por reivindicações advindas da experiência na caserna, ou as duas coisas. Reconhecendo-se suas diferenças e seus méritos, nota-se que, nestes estudos, o Movimento Tenentista é interpretado, preferencialmente, a partir de considerações embasadas em determinantes sociológicas e/ou institucionais. Em outros termos, os “tenentes” estariam limitados a reproduzir expressões da “ideologia da classe dominante” e/ou suas ações e demandas, enquanto militares, corresponderiam necessariamente aos interesses da corporação como um todo, em tensão com o mundo político da República oligárquica.

Assim, sob uma interpretação do Tenentismo a partir dessas delimitações expostas até aqui, o Clube 3 de Outubro, visto como continuidade do movimento, despertou pouca curiosidade pois, pela suposta debilidade de suas ideias e/ou limites organizacionais de suas propostas, seus sócios mais destacados dificilmente conseguiriam se impor aos elementos civis, aos quais se associaram no pós-1930, na disputa pela agenda nacional. Uma vez pressupondo que as ações políticas do grupo fossem resultado direto do *status* social e/ou corporativo de seus componentes, é sintomático que, no geral, estes trabalhos tenham dado pouca ou nenhuma atenção ao estudo da leitura que os próprios sujeitos tinham do contexto que viviam, de seu papel e de seus objetivos diante dele – já que tudo isso não assumiria grande valor explicativo na compreensão do fenômeno (Macedo, 2020, p. 418).

2.1.3 O Tenentismo sob nova perspectiva no século XXI: é necessário redescobrir o Clube 3 de Outubro

Como produtos do chamado “giro cultural”, pós-1968 – que abriu espaço entre “hegemonias historiográficas” para outras perspectivas epistemológicas, que chegaram ao Brasil com mais força no final da década de 1980 –, constituíram-se sobre o Tenentismo, já no século XXI, novas pesquisas que procuraram ir além dos esquemas anteriores, atentando-se também às práticas, trajetórias, valores e representações ostentados pelos próprios sujeitos

ano de sua morte, em outubro de 1933. Ver: GRANDE Congresso Revolucionario: Os debates da sessão vespertina de ontem e a organização do Partido Revolucionario. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25/11/1932, p. 3. DJALMA Dutra: Como o Club 3 de Outubro comemorou a passagem do terceiro aniversário da morte desse revolucionario. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14/10/1933, p. 3.

históricos individuais e coletivos¹⁷. Foi assim que os “tenentes” passaram a ser analisados não só pela sua origem de classe média ou pela sua formação militar, mas também pela sua participação política particular na história do Brasil. Dito de outra forma, passou-se a procurar compreendê-los a partir de sua experiência rebelde em nome da superação da política dominada pelas oligarquias, que lhes garantiu uma trajetória própria na República, ao longo da década de 1920 e na primeira metade da década de 1930.

Foi nesse sentido que Fabrícia Carla Viviani (2009) analisou a “autorrepresentação” do Movimento Tenentista, a partir do estudo de seus manifestos, programas, boletins e cartas, entre 1922 e 1932, e diagnosticou a construção paulatina de uma identidade coletiva, advinda de uma trajetória histórica particular: a de um setor de oficiais intermediários das Forças Armadas, que havia rompido com os pressupostos de disciplina e hierarquia em 1922, a princípio por ressentimentos cultivados na caserna em relação aos civis no poder; mas que constituiu, ao longo de uma década, um “grupo político” autônomo, graças à acentuação da sua interação com a realidade e com outras frações sociais no país¹⁸. Para a pesquisadora, um processo histórico que teria se consolidado com a produção do *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil* do Clube 3 de Outubro, em fevereiro de 1932. Esse seria um documento que representaria a formulação de um projeto próprio, desta vez para o conjunto da sociedade, capaz de interferir nas disputas pela (re)formulação do Estado no pós-30:

Entretanto, o que se pretende sugerir é que ainda que os “tenentes” não tivessem elaborado um projeto político concluso, o *esboço* significa o máximo da expressão do segmento nessa direção. [...] Se em 1922, os “tenentes” lutavam contra a eleição de Bernardes, em 1932, eles se oporiam assiduamente ao sistema político no Brasil, às formas constitucionais de 1891 e às estruturas fundiárias. A mudança dessa concepção corresponde à década em que esse segmento, correspondendo aos estímulos exógenos, transformou-se endogenamente. (Viviani, 2009, p. 168-172).

Em 2012, Isabel Aragão explorou outro aspecto da trajetória dos “tenentes”, entre 1922 e 1930, no livro *Da Caserna ao Cárcere*. Aproximando a História da Antropologia, privilegiou fontes como as biografias, autobiografias, documentação pessoal, cartas,

¹⁷ Essas “múltiplas perspectivas epistemológicas” se referem, por exemplo, à microhistória italiana, à historiografia socialista britânica, à antropologia histórica russa, à história regional latino-americana, à “nova história política” francesa etc. A respeito da situação da historiografia contemporânea, considerando seu itinerário desde o século passado, recomenda-se o texto de Carlos Antonio Aguirre Rojas (2007).

¹⁸ Vale dizer que, como “grupo político”, Viviani (2009, p. 109) entende “[...] aquele que interfere no processo político de seu tempo enquanto parte dele e é portador de uma identidade capaz de criar mecanismos de intervenção no processo social.”.

entrevistas com familiares, arquivos da Polícia Política e processos civis enfrentados pelos revoltosos. Para a autora, tais documentos permitiam-na ter uma ideia de suas leituras, crenças, códigos de valores e comportamento, viabilizando uma percepção a partir da interação entre o mundo sociopolítico e a subjetividade dos atores. A partir daí, Aragão sugeriu a existência de uma identidade própria do Tenentismo, a “militar-rebelde”, constituída pela atuação particular dos “tenentes” no contexto de crise da Primeira República. Ou seja, além da identidade profissional, adquirida na caserna, os jovens oficiais teriam constituído uma identificação rebelde ao enfrentar a hierarquia, ao longo das situações de combate com as tropas legalistas, e ao lidar com as perseguições do Estado, com as prisões, torturas, expulsão das Forças Armadas e com o exílio, ao longo de quase 10 anos (Aragão, 2012, p. 69-70). Daí, uma revolta que havia começado como desagravo ao Exército, após a prisão de Hermes da Fonseca e fechamento do Clube Militar, se transformou, com toda a experiência rebelde, em um desejo de moralização social e de superação do regime oligárquico:

Para os revoltosos, as adversidades nas prisões e no exílio representaram mais um ultraje do governo contra a sua condição de militares [...], e mais do que isso, promoveram uma reelaboração em sua identidade militar rebelde (*sic*) [...].

A luta pela ‘sobrevivência desses militares, que passaram por experiências dramáticas na prisão e no exílio, tornou-os mais resistentes, tendo criado um grupo de conspiradores e revoltosos profissionais. [...] a repressão política, nesse caso, teria gerado uma multiplicidade de encontros e reencontros dos revoltosos, nas prisões e no exílio, colaborando para a construção de alianças [inclusive com civis como médicos, advogados e políticos da oposição] que seriam determinantes na Revolução de 1930. (Aragão, 2012, p. 365).

Durante o mestrado, ainda que minha pesquisa tenha se restringido aos primeiros levantes do Movimento Tenentista, entre 1922 e 1924, a sua condução também procurou escapar da relação determinista entre ação política e *status* socioprofissional (Macedo, 2015). Isso porque considerou que os sujeitos históricos se movem a partir de universos culturais e semânticos socialmente compartilhados, que orientam suas ações, sendo, assim, indissociáveis de suas decisões diante dos desafios impostos pela realidade material (Macedo, 2015, p. 35-36). Por isso, considerando-se as culturas políticas em disputa na época – através da análise de moções, manifestos, cartas e autobiografias –, foram trazidas para o centro da análise a avaliação que os “tenentes” faziam da história da República até ali, a percepção que tinham do contexto que viviam e seu papel diante dele, bem como as propostas que defendiam para o futuro, segundo uma concepção de sociedade ideal.

Dessa maneira, foi possível concluir que, mesmo no início, o Tenentismo não se resumiu a simplesmente reproduzir o liberalismo das classes dominantes e tampouco restringiu sua luta a motivações advindas da caserna. Como oficiais intermediários que se tornaram rebeldes à hierarquia e à disciplina da corporação para atuar politicamente, os “tenentes” entraram em contato com diversas reflexões a respeito do regime, incluindo o nacionalismo autoritário, que se fortalecia e ganhava proeminência no debate público, durante a crise da Primeira República. A especificidade da trajetória do movimento permitiria que – mesmo que suas principais propostas começassem atreladas ao projeto liberal republicano – seus diagnósticos do passado e suas leituras do presente, em vários aspectos, se aproximassem da crítica mais radical feita à República oligárquica pelo nacionalismo autoritário. Em 1922, defendiam a ação armada rebelde como única saída para a defesa da Constituição de 1891, diante do que compreendiam como o sequestro da República pelos “bacharéis” e pelo “servilismo partidário” (Macedo, 2015, p. 156). Em 1924, a esse diagnóstico acrescentaram algumas propostas de caráter mais centralizador e autoritário, como a convocação de uma Constituinte, pelos “revolucionários”, para pautar temas como: a unificação da Justiça, a proeminência do Poder Judiciário entre os demais poderes, o voto secreto, o “censo alto” e a “representação classista”. (Macedo, 2015, p. 183).

No ano de 2016, Sergio Murillo Pinto publicou *Exército e política no Brasil*. Com o livro, produto de sua tese, procurou compreender e explicar as motivações, os objetivos, o alcance, e as consequências da atividade política dos militares no Brasil, entre 1831 e 1937. Usando a noção de “pensamento militar”, que remete à categoria de “concepção de mundo” de Antonio Gramsci, o historiador atentou para “um conjunto de concepções, crenças, valores e atitudes que se formam no exercício da atividade militar”, em interação dialética com a conjuntura dos acontecimentos históricos (Pinto, 2016, p. 11). Dessa maneira, se “o sistema social-militar” – a vida na caserna – tenderia a impor limitações às relações com a sociedade, por outro lado, a intensa atividade política atuaria no sentido contrário: “O pensamento militar, portanto, extrai sobretudo da ação política os elementos para sua reelaboração e, ao longo do processo, vai, por sua vez, influenciando os novos rumos da ação política.” (Pinto, 2016, p. 12).

A respeito do Tenentismo, Pinto compreende que as primeiras ações, em 1922, combinavam uma atitude de desagravo, à prisão de Hermes da Fonseca e ao fechamento do Clube Militar, com valores que lhes projetavam como salvadores e moralizadores da política, sedimentados desde a Proclamação da República: “Ainda que vivendo outra realidade, esses jovens eram herdeiros da tradição da ‘mocidade militar’ e dos jacobinos.” (Pinto, 2016, p.

131-132). Sobre os levantes de 1924, através do estudo dos depoimentos, manifestos e das proclamações, notou propostas mais concretas para “resgatar a República” como a unificação do regime eleitoral, da Justiça e da instrução pública. Não deixando de destacar o caráter elitista e paternalista, em relação à população civil, além da proposta de ditadura, por “alguns ‘tenentes’”, como caminho para atingir seus objetivos (Pinto, 2016, p. 148). Durante a Coluna Prestes, as concepções gerais pouco se diferenciariam daquelas de 1924, marcando sua inovação principalmente em termos de ação político-militar com a “guerra de movimento”, que passou por vários estados da federação, por mais de dois anos, em contato com uma população mais empobrecida no interior do país (Pinto, 2016, p. 156).

Tendo isso em vista, o pesquisador conclui que toda a experiência do Tenentismo, que ainda contou com as prisões, as perseguições e o exílio dos revoltosos, deu ao grupo suas características definidoras: uma ação política precariamente planejada e articulada, porém autônoma, conduzida por jovens oficiais rebelados, que não obedeciam a forças ou agentes externos. Todavia, diferente dos outros autores e autoras até aqui citados, sublinhou que a aproximação com setores das oligarquias da *Aliança Liberal* para a “Revolução de 1930” lhes comprometeria sua identidade, submetendo-lhes à direção política civil, pondo fim ao movimento (Pinto, 2016, p. 168). Por isso, o Clube 3 de Outubro não seria uma continuidade transformada do Tenentismo – acabado em 1930 –, mas tão somente uma organização civil-militar que contava com a presença de ilustres “tenentes” (Pinto, 2016, p. 233-245).

Por último, em trabalho de 2022, Maria Clara Spada Castro se concentrou em identificar a pluralidade de atores envolvidos no levante de 5 de julho de 1924, em São Paulo, que para ela se tratou de “uma revolta que adquiriu características de uma guerra civil”. E como guerra civil a autora entende o enfrentamento violento entre grupos de um mesmo Estado, ou território, cujo objetivo não é eliminar completamente o adversário, mas forçá-lo a modificar suas motivações (Castro, 2022, p. 5).

Para realizar seu intento, depois de uma minuciosa descrição da revolta em São Paulo, Castro se dedicou a estudar o processo movido pelo Estado contra os revoltosos, com ao todo 667 indiciados, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Castro, 2022, p. 34). Entre os 176 condenados, selecionou 53 nomes para acompanhar suas respectivas trajetórias, de acordo com a disponibilidade de fontes e respeitando a proporcionalidade entre eles, dividindo-os, dessa maneira: entre “militares do Exército”, “membros da Força Pública” e “civis”; de acordo com o tipo de condenação, se “cabeça”, “coautor” ou “cúmplice”; segundo o município de origem da denúncia; e patente militar (Castro, 2022, p. 39). A ideia seria ir além da conhecida centralidade das lideranças militares, a fim de compreender outros tipos de

envolvimento. Quem eram esses revoltosos, em sua diversidade, e o que buscavam no movimento?

Com uma perspectiva de “história vista de baixo”, colocando “noções de experiência e de cultura no centro das análises da ação social”, a autora concluiu que as interpretações correntes sobre o Tenentismo não esgotam a Revolta de 1924 (Castro, 2022, p. 58). Isso porque, além do núcleo de oficiais de média e alta patente, foi possível observar a participação de sargentos e soldados do Exército, membros da Força Pública, civis, homens e mulheres, de distintas origens sociais e profissionais. Figuras que não só haviam apoiado, mas atuado diretamente na revolta, seja contribuindo para a organização e logística, seja se alistando para compor batalhões, como foi caso dos estrangeiros, ou mesmo realizando saques e incêndios – que assustavam as “classes conservadoras” e lhes impunha um sentido de urgência para a resolução do conflito. Ao acompanhá-los em suas trajetórias, Castro notou motivações distintas, que não se resumiam àquelas propagadas nos manifestos escritos pelo comando: laços familiares e de amizade; motivações econômicas e próprias da Força Pública; uma busca pela resolução do problema da carestia de alimentos; aflições e piora drástica das condições de vida impostas pela própria guerra civil; e até mesmo a luta pelo voto feminino, ao qual Bernardes se declarava contrário (Castro, 2022, p. 233-235).

Mesmo assim, a pesquisadora reconhece que o comando das ações e a “construção ideológica” da revolta pertencia aos militares de média e alta patente, apontando, inclusive, tenentes entre a maioria dos condenados como “cabeça”:

[...] aqueles considerados autores intelectuais, de maiores responsabilidades, e, conseqüentemente, seriam os mais penalizados. Um dos motivos para essa maior penalização se apoiava na argumentação de que haviam premeditado a elaboração do plano. (Castro, 2022, p. 37).

Nos manifestos e moções, era visível a postura tutelar que tinham em relação à República, à Constituição e ao “povo”, bem como propostas que já sofriam a influência do nacionalismo autoritário. Do regime desorganizado pelo “bacharelismo” e pelos interesses partidários temiam, entre outras coisas, a “ignorância do povo” e a possibilidade de se rebelarem desordenada e violentamente. Não à toa, os chefes militares vetaram a organização de “batalhões populares” (Castro, 2022, p. 234). Daí as propostas de uma reorganização verticalizada do Estado e sociedade brasileiros (Castro, 2022, p. 73-90).

Alinhando-se principalmente às contribuições desses últimos estudos acerca do Tenentismo, que trouxeram os sujeitos históricos, suas ações e orientações para o centro da

análise, procurando escapar de eventuais determinismos sociológicos; esta pesquisa de doutorado, desenvolvida nas linhas a seguir, parte da compreensão de que é plausível e necessário redescobrir o Clube 3 de Outubro, estando atento a outros aspectos – além da origem social e corporativa de seus sócios – como: a sua organização, seu funcionamento, seus valores, representações, suas propostas de reformas para o Estado brasileiro, bem como à sua capacidade de articulação no poder, durante as duras disputas do pós-1930. De que maneira e em que medida esse grupo, de considerável grau de organização e disciplina interna, agiu para conseguir conduzir ou influenciar as transformações que julgava necessárias para o país? É o que se pretende responder daqui em diante.

2.2 A FORMAÇÃO DA ALIANÇA LIBERAL NA CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA

No que diz respeito ao contexto histórico, a República anunciada pelos seus propagandistas, desde o fim do século XIX, como panaceia para a inserção do Brasil no rol das “nações civilizadas” acabou por se revelar para muitos, já nas primeiras décadas de existência, uma grande decepção (Alonso, 2002; Mello, 2007). Sua configuração liberal-oligárquica promoveu, na prática, o predomínio de grupos políticos de estados mais poderosos economicamente e com maiores bancadas no Congresso Nacional, como era o caso de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A Primeira República constituiu um regime que dependia da exclusão e controle das maiorias, através da redução da competição e do debate eleitoral, por meio das conhecidas fraudes e acordos de gabinete, cujo objetivo era garantir a viabilidade das alianças entre os grupos hegemônicos e a anuência daqueles menos poderosos¹⁹. Todavia, como concluiu Cláudia Viscardi (2012, p. 66-69), o estabelecimento desse arranjo institucional com características excludentes o tornou não permeável o suficiente às diferentes demandas e críticas que se apresentaram, a partir das transformações socioeconômicas vividas pelo país nos anos que se seguiram. O que foi uma das causas centrais de sua ruína.

A situação na década de 1920 era bem diferente daquela do início do século, quando o verificado surto de exportações de bens primários permitiu o estabelecimento da hegemonia de setores ligados ao café e patrocinou, ao mesmo tempo, a diversificação dos negócios dentro das próprias elites, maior dinamização da vida urbana com a ampliação das atividades industriais, por conseguinte do exército de trabalhadores, e o robustecimento dos setores

¹⁹ A respeito do modelo do “Federalismo em Corda-Bamba” constituído na Primeira República, ver Viscardi (2012, p. 52-69).

médios (Chasteen, 2001, p. 150-159; Saes, 2011, p. 117-119). O Brasil, dependente principalmente das exportações de café, passou a lidar com o aumento da produção e da concorrência de outros países. As políticas de valorização artificial do produto não conseguiam conter os choques externos vividos principalmente entre 1914 e 1918, com a Primeira Guerra Mundial, e entre 1920 e 1922, provocado pelas políticas de contenção fiscal e juros altos na Europa, que deterioraram as condições de comércio e comprometeram o balanço de pagamentos (Fritsch, 1993, p. 4). Os efeitos observados ocorreram sobre a desvalorização do câmbio, o encarecimento e a diminuição das importações – o que derrubou também as arrecadações resultantes das tarifas alfandegárias –, produzindo um impacto significativo sobre o custo de vida (Bulmer-Thomas, 2007, p. 22-23; Fausto, 1983, p. 93-94).

Além disso, a Primeira Guerra Mundial, a Revolução de Outubro de 1917 a Crise de 1929 promoveram um abalo definitivo no arcabouço político-cultural liberal, responsável por organizar no Ocidente as relações internacionais, a política e a economia dos Estados nacionais (Beired, 1999). Ora, a fratura trazida pela ampliação acelerada das desigualdades sociais, por uma revolução comunista, por uma guerra promovida pelas expansões imperialistas e por uma crise econômica de dimensão global contribuíram para deslegitimar as instituições liberais como garantidoras da paz e do progresso humano. Se no campo econômico e social isso significou o fortalecimento de postulados intervencionistas, no campo político enfraqueceu a crença em regimes constitucionais e parlamentos, demandando Estados mais fortes, centralizadores e autoritários (Hobsbawm, 1995, p. 114-115; Pinto, 2014).

Assim, as condições se tornaram ideais para que se ampliassem as críticas aos sucessivos governos republicanos e ao modelo liberal de cidadania restrita, em diferentes estratos sociais brasileiros (Gomes, 1980, p. 26). Entre as dissidências oligárquicas, manifestava-se a insatisfação com o “imperialismo dos grandes estados” que, afastando aqueles grupos com menos poder dos processos decisórios, obliterava suas reivindicações – as quais giravam em torno de pautas como a diversificação da agricultura, a ampliação da produção de alimentos e medidas econômicas mais eficazes para garantir um equilíbrio financeiro ao país (Ferreira; Pinto, 2006, p. 7). Por outro lado, a indignação com a corrupção eleitoral e a carestia mobilizava principalmente as camadas médias e trabalhadores urbanos. Enquanto isso, os militares reclamavam a necessidade de se aprofundar sua modernização institucional, interesse que se chocava com os limites impostos pela precária situação política e econômica que vislumbravam nacionalmente (Capella, 1985; Forjaz, 1988; Pinto, 2016; Saes, 2011). Foi aí que estouraram as greves operárias de finais dos anos 1910, as revoltas de setores das Forças Armadas dos anos 20, a crítica dos intelectuais antiliberais ao modelo

político vigente e as cisões intraoligárquicas manifestadas nas disputadas eleições de 1910, 1922 e 1930 (Gomes, 1980, p. 26).

Agravando o desgaste do regime, mencionado acima, os paulistas investiram em uma postura ainda mais refratária às ingerências de outras oligarquias no exercício do poder e na definição e aplicação da política econômica de estabilização cambial, durante o governo do presidente Washington Luiz – confiantes no seu potencial hegemônico, graças ao crescimento econômico vertiginoso do estado na última década (Viscardi, 2012, p. 303-306). Algo que resultou também em esforço monopolizador na escolha do nome de Júlio Prestes para a sucessão presidencial na campanha de 1929. Mineiros e gaúchos, apartados do processo de construção da chapa situacionista, articularam-se com a Paraíba, oferecendo os nomes de Getúlio Vargas, então governador do Rio Grande do Sul, e de João Pessoa, governador da Paraíba, como candidatos a presidente e a vice, na chapa de oposição da *Aliança Liberal*, em julho daquele ano. A crise econômica internacional, que somente estouraria em outubro, já trazia prejuízos para os cafeicultores, uma vez que as taxas mundiais de juros *pré-crash* aumentavam os custos dos estoques dos produtos primários, pagos com empréstimos externos e impostos, e o café retido era então posto no mercado a preços depreciados (Bulmer-Thomas, 2007, p.30; Cano, 2012, p. 125-127; Leopoldi, 2007, p. 244-245). O que diante da insistência do governo federal em proteger o câmbio da desvalorização, complicou a situação de Washington Luiz tanto na costura de alianças, quanto na sustentação da vitória de Júlio Prestes posteriormente, por deixar descobertos os interesses de produtores mineiros e paulistas, estes últimos então organizados em torno do Partido Democrático de São Paulo (PD), que também compôs a *Aliança Liberal* (Fausto, 1983, p. 98-99)²⁰.

É bom que se diga ao(à) leitor(a) que a influência da Crise de 29 nas eleições presidenciais e nos desdobramentos que levaram à “Revolução de 1930” não se trata de um consenso na historiografia. Para Luciano Martins (1983, p. 681-682), mesmo que próximos, esses eventos não tiveram correlação entre si, pois os efeitos mais lesivos da crise internacional teriam atingido o país de maneira significativa a partir de 1931. Ao passo que

²⁰ Em carta endereçada a Getúlio Vargas, em 31 de julho de 1929, Osvaldo Aranha expõe situação crítica da desvalorização do café, agravada pela superprodução, e a atuação “política” do Instituto do Café que “não pode mais manter o preço”. Tratou também da adesão de “corpo e alma” do Partido Democrático à oposição. A este respeito ver: CPDOC-GV c 1929.07.31/9. Quanto ao Partido Democrático paulista, ele foi constituído em fevereiro de 1926, abrigando figuras mais jovens, profissionais liberais, empresários e oligarquias cafejeiras descontentes com sua representação política no poder estadual e federal, exercida pelo que eles chamavam de “oligarquias carcomidas”, do tradicional Partido Republicano Paulista (PRP). Em linhas gerais, defendiam uma agenda liberal, reformas políticas e a “vocaçao agrária do país” (BORGES, 1992, p. 29, 141; FAUSTO, 1983, p. 32-35; FERREIRA; Pinto, 2006, p. 15-16; Pinto, 2016, p. 159).

para Boris Fausto (Fausto, 1983, p. 97-101), ainda que a crise não tenha produzido a “Revolução de 1930”, ela ajudou a catalisar o desgaste do regime, em processo desde a década de 1920. Segundo o historiador, o desajuste econômico que atingiu os preços de exportação em países dependentes latino-americanos, impôs a necessidade de novos arranjos políticos, segundo as especificidades de cada país. Entre 1930 e 1931, Fausto computou 11 “movimentos revolucionários” predominantemente militares no subcontinente.

A fim de ampliar as adesões, os aliancistas optaram por uma agenda política liberal, polivalente e mobilizante. Por isso o programa trouxe propostas mais abrangentes e superficiais como: a revogação de leis referentes à “compressão da liberdade de pensamento”; a anistia aos “tenentes”²¹; a modernização das Forças Armadas e o incentivo ao desenvolvimento de uma indústria bélica nacional; o desmonte dos mecanismos de repressão anticomunista; políticas sociais e de regulamentação do trabalho; a proteção do café; o incentivo à diversificação da economia e à produção de alimentos; a defesa do voto secreto, do controle das eleições pela magistratura federal e a moralização dos costumes políticos (Vargas, 1938, p. 19-54). Com isso, angariaram apoio de representações oligárquicas mais tradicionais, incomodadas com o ascenso paulista, e outras mais renovadas, descontentes com o Governo Federal em diferentes estados, além dos setores urbanos, porções das Forças Armadas e de uma parte significativa da imprensa – com destaque para a cadeia de comunicação de Assis Chateaubriand (Fagundes; LOPES, 2021, p. 163). O que ocasionou uma campanha muito intensa de âmbito nacional entre as populações urbanas, chegando a surpreender as próprias lideranças (Ferreira; Pinto, 2006, p. 15-16; Martins, 1983, p. 677-678; Viscardi, 2012, p. 312). Além das caravanas pelo país, no Rio de Janeiro os comícios acirravam os ânimos, muitas vezes descambavam para a violência física, e eram amplamente noticiados. Destaque para o assassinato do deputado governista, o pernambucano Souza Filho, pelo tesoureiro da *Aliança Liberal*, o gaúcho Simões Lopes (Fagundes; LOPES, 2021, p. 167).

²¹ De fato, o programa da *Aliança Liberal* não mencionou o termo “tenentes” quando defendeu a anistia “plena, geral e absoluta” (VARGAS, 1938, p. 21). Conforme demonstrou Vavy Pacheco Borges (1992, p. 139-175), a designação “tenentismo”, para se referir à jovem oficialidade militar que pegou em armas contra os grupos políticos que dominavam a Primeira República, só apareceu a partir do primeiro semestre de 1931, na imprensa que lhes era crítica. Embora nem todos os militares rebeldes tivessem a patente de tenente, o termo generalista tinha finalidades políticas e tom pejorativo. Para facilitar, tanto a escrita quanto a leitura da tese, serão utilizadas, desde já, as designações “tenentes” ou Tenentismo, tal como fazem historiadoras e historiadores, de maneira geral (CARONE, 1975; CARVALHO, 2005; FAUSTO, 1938; FORJAZ, 1988; PRESTES, 1993). No Capítulo 3, será discutida mais detidamente a origem do termo, o chamado “Movimento Tenentista” e sua relação com o Clube 3 de Outubro.

Apesar de todo o empenho, realizadas as eleições em março de 1930, Júlio Prestes e seu vice, o baiano Vital Soares, foram vitoriosos – diga-se, com uma margem mais estreita do que costumavam vencer os candidatos da situação: 57,7% dos votos, enquanto a média dos vitoriosos durante toda a Primeira República era de pouco mais de 80% dos votos (Carvalho, 2003, p. 104; Macedo, 2015, p.75). Com a derrota já prevista, dadas as condições das fraudes eleitorais, setores mais radicalizados da *Aliança Liberal* haviam iniciado as conspirações por uma ação armada para destituir Washington Luiz, em paralelo com a campanha. Nessa época, por exemplo, Osvaldo Aranha tentou comprar munições no exterior (Fagundes; LOPES, 2021, p. 163, 165). A opção enfrentava a resistência e a hesitação de homens como os gaúchos Borges de Medeiros, Getúlio Vargas e do mineiro Antonio Carlos, preocupados com possíveis ameaças à dominação oligárquica em si, o que extrapolaria o objetivo inicial daquela coalização de construção de um eixo alternativo de poder (Martins, 1983, p. 678).

2.3 A “REVOLUÇÃO DE 1930”

O isolamento que São Paulo praticou com os políticos de Minas Gerais e Paraíba, logo após as eleições – “degolando” deputados eleitos desses estados e afastando os mineiros das comissões do Congresso, que tradicionalmente dominavam –, abriu caminho para a opção violenta, com apoio principalmente entre líderes mais jovens: o já mencionado Osvaldo Aranha, Batista Luzardo, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, os mineiros Virgílio de Melo Franco, Francisco Campos, entre outros (Ferreira; Pinto, 2006, p. 18; Pinto, 2016, p. 181). Diferente daquilo que se observou em outras eleições, os vencidos não foram realocados próximo ao poder em troca de apoio (Viscardi, 2012, p. 314-318). O próprio Getúlio Vargas, no final de maio de 1930, ainda que publicamente procurando se isentar da responsabilidade de guia de qualquer movimento mais incisivo de contestação dos resultados eleitorais, afirmou que o gesto do situacionismo para com Minas e Paraíba em nada contribuiriam para a pacificação do país. Implicitamente, reclamou do que compreendia como uma espécie de desvio em relação ao comportamento esperado dos vitoriosos:

Tratando-se de uma campanha de feição nitidamente popular, com a que apoiou a minha candidatura, cabe ao povo manifestar-se se está ou não de acordo com o seu encerramento. [...]
Por isso mesmo, revelam-se principalmente os atos de prepotência agora praticados pelo Congresso contra a Paraíba e Minas Gerais, como a mais deplorável incompreensão do momento histórico. [...]

Essas e outras iniquidades servem apenas para dificultar os esforços de todos os bons patriotas no sentido do apaziguamento geral da nação [...] irritando ainda mais o traço de descontentamento popular. É o que demonstram os protestos partidos de todas as consciências livres, aos quais junto os meus, que, agora sinceramente reitero.²²

Dessa maneira, Osvaldo Aranha, que se projetou como o principal articulador político do movimento armado, prosseguiu nas negociações com as lideranças do Tenentismo. Segundo Sergio Murillo Pinto (2016, p. 183), Aranha considerava que havia três aspectos indispensáveis para o sucesso da “revolução”: uma mobilização nacional da opinião pública, garantida pela campanha da *Aliança Liberal*; a criação de um forte dispositivo militar no Rio Grande do Sul; e a “integração da corrente revolucionária tenentista ao movimento”. Estes, na época, tinham ganhado centralidade, tanto pela experiência de combate quanto pelo prestígio conquistado na luta contra as desgastadas oligarquias que controlavam o poder, ao longo da década de 1920. Desde o fim da Coluna Prestes, uma verdadeira “explosão jornalística”, permitida pela suspensão da censura à imprensa, havia projetado os “tenentes” e principalmente o “chefe” do movimento, Luís Carlos Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”. Seriam eles o grande trunfo para livrar o Brasil dos “políticos profissionais” (Borges, 1992, p. 66; Prestes, 1997, p. 369-370). Embora ainda defendesse uma saída institucional e partidária para a derrota da *Aliança Liberal*, em março de 1930, o *Correio da Manhã* ressaltou a importância e a centralidade da figura de Luís Carlos Prestes no esforço oposicionista:

De norte a sul, as imaginações se inflamam à lembrança de sua nobre odisséia, que nenhum ato mesquinho veio manchar [...]. Luís Carlos Prestes é um símbolo. Depois da lenda que se formou em torno dele, e que nele encarnou as qualidades da mocidade e do Forte e de todos os seus companheiros, ele é, talvez, a incorporação da única esperança de uma reação capaz de levar o Brasil a dias melhores²³.

O Tenentismo alimentava, principalmente nas camadas médias e nos operários, um impulso de insatisfação e revolta contra os poderosos (Prestes, 1997, p. 372). Enquanto isso, entre os próprios militares revoltosos, os ânimos se mantiveram acirrados e o clima conspiratório vivo, diante da recusa de Washington Luiz de concedê-los a anistia (Pinto, 2016, p. 158).

Mesmo durante a composição da *Aliança Liberal* os “tenentes” já eram assediados em busca de apoio eleitoral e para eventual ação armada. Na época, Luís Carlos Prestes procurou

²² Manifesto de Getúlio Vargas sobre o resultado das eleições, 31 de maio de 1930. Ver a íntegra em Amaral e Bonavides (2002, p. 158-160).

²³ OS DOIS Prestes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.4, 9/3/1930.

resistir às investidas dos aliancistas, enquanto uma parte dos “tenentes” era seduzida pela campanha de Vargas (Prestes, 1997, p. 376). Ora, a aproximação com certos políticos civis em oposição ao situacionismo oligárquico não era nenhuma novidade e, portanto, não havia constrangimento em relação à negociação em geral. Contudo, Prestes, que desde o exílio na Bolívia em 1927, entrou em contato com o marxismo, por intermédio de Astrojildo Pereira, passou a defender uma “revolução popular”, cuja extensão e profundidade não seria possível, a seu ver, mantendo-se acordo com esses grupos de poder local. Para ele, era preciso ir além, na direção da subversão da ordem social no país. Uma aproximação com antigos políticos situacionistas, que já haviam sido inimigos, como Artur Bernardes, Eptácio Pessoa, Antonio Carlos, Borges de Medeiros e o próprio Osvaldo Aranha, também lhe parecia ultrajante diante da memória de antigos companheiros tombados (Borges, 1992, p. 68; Prestes, 1997, p. 383; Viviani, 2009, p. 140).

Tal posição foi aos poucos lhe isolando, até uma ruptura completa com seus antigos comandados, que foi tornada pública em maio de 1930, no seu conhecido manifesto, quando deixou explícita de vez sua negativa de participar de qualquer colaboração com os então dissidentes que, ainda assim, eram oligarcas. A seu ver, “a revolução brasileira” não poderia ser conduzida com o “programa anódino da Aliança Liberal”. O voto secreto e o ensino obrigatório não desalojariam do poder, por si só, os coronéis e chefes políticos responsáveis por “quase todos os nossos males”. Para tanto, seria necessária uma “revolução” realizada e sustentada “pelas grandes massas de nossa população”, que desse origem a um “governo de trabalhadores da cidade e do campo, soldados e marinheiros [...]”²⁴. Na versão desse documento publicada por Carone (1975, p. 346-350), Prestes assina como membro da Liga de Ação Revolucionária: uma organização efêmera e independente formada pelo próprio Prestes e outros “tenentes” – como Emídio Miranda e Silo Meireles – após tentarem, em vão, uma aliança com o Partido Comunista Brasileiro (Saes, 2011, p. 150-151). Apesar da decisão do “Cavaleiro da Esperança”, outros nomes importantes do Movimento Tenentista como Miguel Costa, João Alberto, Siqueira Campos, Osvaldo Cordeiro de Farias, Djalma Dutra e Juarez Távora já estavam envolvidos na conspiração (Carone, 1975, p. 160-165)²⁵.

²⁴ O manifesto de Luís Carlos Prestes, publicado no *Diário da Noite* de São Paulo, em 29 de maio de 1930 está na íntegra na autobiografia de Távora. Prestes enviou-lhe uma carta acompanhada do manifesto, datado do dia 25 de maio de 1930, ver Távora (1973, p. 344-348).

²⁵ Prestes já havia já havia decidido, pelo menos desde abril de 1930, tornar pública sua oposição a qualquer acordo com a *Aliança Liberal*. Foi convencido, em Buenos Aires, por Siqueira Campos, Miguel Costa e João Alberto a aguardar por um mês para que fosse tentado um levante “revolucionário”. No retorno para o Brasil, o avião que trazia Siqueira Campos e João Alberto caiu,

Desde então, Juarez Távora buscou se projetar como uma referência intelectual dos combatentes militares. Revelou-se preocupado em dissociá-los de quaisquer pretensões “comunistas”, em evitar uma possível dispersão do grupo diante da recusa de Prestes e procurou também assegurar que os compromissos recíprocos travados com os civis fossem garantidos após a vitória (Pinto, 2016, p. 165-166; Távora, 1973, p.270-271). Em carta ao próprio Prestes, comunicou seu desalento com a decisão do antigo comandante, marcando duramente sua posição em relação à “revolução brasileira”. Chamou de “idiotismo comunista” a proposta de um regime “em nome exclusivo dos proletários”. No seu lugar defendeu um governo de “esclarecidos”, responsável por promover o equilíbrio entre as classes²⁶.

A rejeição à proposta de um levante “bolchevista” encontrava eco entre outros “tenentes”, como demonstra a indignada carta de Augusto do Amaral Peixoto ao General Isidoro Dias Lopes, do início de junho de 1930. O oficial da Marinha, Amaral Peixoto, que havia participado da sublevação do encouraçado *São Paulo* e do torpedeiro *Goiás* em novembro de 1924, comenta sobre uma “repulsa unânime” ao manifesto de Prestes, que “toca nas raíais da utopia”, algo “inexequível e contrário às aspirações do povo brasileiro.”²⁷ Em circular, do final do mesmo mês de 1930, João Alberto mencionou o tal documento do ex-comandante como uma “catástrofe”²⁸.

Távora tratou de se posicionar também em um manifesto, escrito no final de maio e publicado em junho, dirigido àqueles que compartilhavam “o caminho da revolução”, no qual, por vezes, falou em nome da “velha guarda revolucionária” (em referência aos militares rebeldes dos anos 1920). O texto, além de tornar evidente as diferenças com o que havia proposto Luís Carlos Prestes, apontando como inviável uma revolução e um governo dos proletários, tratou de criticar a artificialidade da Constituição liberal de 1891 perante a realidade e “cultura” brasileiras. A seu ver, os “revolucionários” deveriam se bater por um regime de harmonia, que pudesse, com independência, arbitrar os conflitos entre as classes

vitimando o primeiro, no dia 10 de maio de 1930. Portanto, antes que Prestes rompesse publicamente com muitos de seus antigos comandados (CARONE, 1975, 160-165; LACLETTE, 2001a, s.p.).

²⁶ Carta que Juarez Távora responde ao manifesto de Prestes, reproduzida na íntegra, de 27 de maio de 1930. Ver Távora (1973, p. 268- 269)

²⁷ CPDOC-AAP 30.06.05, carta de Augusto do Amaral Peixoto Júnior a Isidoro Dias Lopes, expando seu ponto de vista sobre o Manifesto Comunista de Luís Carlos Prestes (...), 5 de junho de 1930.

²⁸ CPDOC-PEB 30.06.25/3, carta de João Alberto Lins de Barros a Pedro Ernesto (?) enviando, em anexo, carta circular que escreveu dando por terminada a preparação do movimento (...), 25 de junho de 1930.

sociais, alcançando finalmente um equilíbrio possível entre elas. Um regime democrático adaptado e, portanto, “mais real”, bem diferente “do que esse que até hoje temos conferido”²⁹.

Em carta ao “tenente” Joaquim Monteiro, da chefia “revolucionária” da Bahia, também em junho daquele ano, ficaram ainda mais explícitas suas preocupações: a de afastar do movimento “qualquer suspeita de ligação com o que acaba de preconizar o General Prestes”; a de impor aos civis aliados da *Aliança Liberal* a agenda da “corrente revolucionária” – que seria a dos “tenentes” – e a garantia de que este grupo permanecesse articulado em torno dela para evitar ser tragado pelos políticos mais reticentes quanto a profundidade das reformas a serem conduzidas³⁰.

É possível afirmar que essa adesão às conspirações “revolucionárias” entre 1929 e 1930 contribuiu para encaminhar ainda mais os “tenentes” na direção do nacionalismo autoritário – gestado no ambiente político brasileiro, nos anos 1910 e 1920, por intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Vianna – de maneira a antagonizar cada vez mais com líderes ligados aos grupos oligárquicos tradicionalmente mais fortes, presentes naquela coalizão de forças, como o situacionismo gaúcho e os membros do PD paulista – é o que se verá no Capítulo 3. Em abril de 1930, Távora já estava no Nordeste, onde encontrando-se com Juraci Magalhães, Jurandir Mamede e Agildo Barata fixou um “QG da conspiração”, na Paraíba (Pinto, 2016, p. 164-165; Távora, 1973, p. 263).

Já que Luís Carlos Prestes havia declinado, o nome escolhido pelos “tenentes” para liderar as tropas foi João Alberto (Távora, 1973, p. 277)³¹. Contudo, Osvaldo Aranha trabalhou por um nome de um oficial regular do Exército, talvez para facilitar o recrutamento ou neutralização de outros homens, muitos deles avessos aos rebeldes da década de 1920 (Pinto, 2016, p. 184; Távora, 1973, p. 279). Assim, se empenhou para convencer o tenente-coronel Góis Monteiro, um militar outrora legalista, conhecido e prestigiado pelo combate que havia empreendido contra a Coluna Prestes (Ramos, 2001a, s.p.). Após diversas reuniões com Aranha, Vargas, João Neves da Fontoura e com o próprio João Alberto (que era seu parente e por quem tinha grande estima), seus ressentimentos e decepções com seus comandantes e a República falaram mais alto, tornando Góis o chefe do estado-maior da “Revolução” (Coutinho, 1955, p.56-72).

²⁹ Réplica de Juarez Távora ao manifesto de Luís Carlos Prestes, de 31 de maio de 1930, ver Távora (1973, p. 349-354).

³⁰ Carta de Juarez Távora para o Tenente Joaquim Monteiro, reproduzida na íntegra, de 24 de junho de 1930, ver Távora (1973, p. 271-276).

³¹ Carta de João Alberto Lins de Barros a Pedro Ernesto Batista, 25 de junho de 1930, ver Amaral e Bonavides (2002, p. 188-189).

Em longa entrevista ao jornalista Lourival Coutinho, que deu origem ao livro *O General Góes depõe*, de 1955, Pedro Aurélio Góis Monteiro procurou justificar sua decisão de romper com a legalidade. Demonstrou que havia tanto uma insatisfação a respeito do uso político das Forças Armadas pelas autoridades civis, quanto ao fato de ser transferido a contragosto para o Rio Grande do Sul durante o agravamento da crise política, em 1929. Afirmou que, definitivamente, não aceitava a possibilidade de lutar no estado em que havia estabelecido tantas relações: “Embora não tivesse nascido lá, minha formação moral, profissional, espiritual, laços de família, tudo procedia do Rio Grande do Sul.” (Coutinho, 1955, p. 51-52). Sobre João Alberto, Góis disse: “[...] era primo da minha mãe pelo lado paterno. Inteligência vigorosa, porém dispersiva. Grande capacidade de ação e dotado dos mais nobres sentimentos de coração.” (Coutinho, 1955, p. 62-63). Sob seu comando iriam para o combate, em 1930, além dos “tenentes”: sargentos; polícias, principalmente dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba; e civis armados. Dignos de nota são também os homens das tropas governistas que decidiram não reagir (Pinto, 2016, p. 190).

Como se procurou demonstrar, o sentimento de mudança era um fato evidente entre porções mais ou menos organizadas da sociedade. Rompendo-se os acordos intra-oligárquicos entre os estados mais fortes e não havendo canalização institucional suficiente para as diferentes demandas que se apresentavam, a proposição da saída pela violência se mostrou plausível, ganhou força e organização necessários para sua efetivação. O assassinato de João Pessoa na Paraíba, em 26 de julho de 1930, por motivos alheios ao quadro político nacional, foi politizado e transformado na centelha para acelerar a marcha em direção ao poder. Com tudo isso, o movimento arrastou consigo também lideranças mais moderadas, “os velhos chefes” que procuraram evitá-lo, como Borges de Medeiros, Antonio Carlos, Artur Bernardes e o hesitante Getúlio Vargas³². Nas ruas dos centros urbanos contaram com o apoio, ainda que difuso, das camadas médias e dos trabalhadores (Ferreira; Pinto, 2006, p. 18-19; Fausto, 1983, p. 102-103).

A conspiração finalmente estourou na tarde do dia 3 de outubro de 1930, data escolhida pelo estado-maior “revolucionário”, simultaneamente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, alastrando-se em seguida pelo Nordeste. Para a surpresa dos chefes do levante, no dia 24 de outubro, o presidente Washington Luiz foi deposto no Rio de Janeiro por um

³² A respeito da hesitação principalmente dos “velhos chefes” gaúchos em se engajar na luta armada disse Juarez Távora, na já citada carta ao tenente Joaquim Monteiro: “A política oficial do Rio Grande do Sul tem sido a maior culpada desse lamentável regime de avanços e recuos [na marcha do levante armado] [...]. Seus dirigentes não querem jogar, sem base segura, uma cartada de tal importância, que poderá levar à ruína o próprio Estado.” (TÁVORA, 1973, p. 274).

“Movimento Pacificador” encabeçado por oficiais superiores, que abandonaram pretensa posição legalista sob a justificativa de “prevenir os excessos” e estabelecer as “bases da pacificação”. Montaram, então, uma “Junta Governativa” composta pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha (Fausto, 1983, p. 103)³³. A Junta tratou logo de tomar deliberações, como organizar um ministério provisório, nomear um general legalista para a interventoria de São Paulo e escolher para a chefia de polícia do Distrito Federal o tenente-coronel Bertoldo Klinger – que também havia se recusado a participar da “revolução”. O objetivo de Mena Barreto e Klinger era se manter no governo, não o repassando a Vargas e aos rebeldes que lhe apoiavam. Todavia, além de não encontrarem respaldo em Tasso Fragoso, enfrentaram a pressão de manifestações populares e das forças vindas do Sul (Ferreira; Pinto, 2006, p. 19; Magalhães; Gueiros, 1996, p. 125-126; Pinto, 2016, p. 192-194). Após negociações entre os “pacificadores” e a chefia “revolucionária”, que envolveram concessões à cúpula do Exército (por exemplo, não punir os militares opositores da “revolução”), no dia 3 de novembro de 1930 o poder foi repassado a Getúlio Vargas e teve início o Governo Provisório (Forjaz, 1988, p. 105-107).

Embora seus combatentes e apoiadores se autodenominassem “revolucionários” – como se chamavam todos aqueles que na época aderissem a uma ação política ou golpe armado –, a “Revolução de 1930” não inaugurou de imediato a execução de um projeto nacional definido, tampouco um tempo de ruptura com os esteios da República oligárquica (Borges, 1992, p. 16-18; Forjaz, 1988, p. 96-98; Gomes, 1980, p. 24-25; Leopoldi, 2007, p. 248; Martins, 1983, p. 678-679; Mendonça, 1986, p. 27-28; Pandolfi, 2007, p. 15-16; Viscardi, 2012, p. 319-320). As diferentes forças políticas e sociais que apoiaram a ação violenta foram responsáveis por estabelecer um período de choques e disputas intensas principalmente por espaço na condução do novo governo. Algo que, como escreveu Angela de Castro Gomes (1980, p. 25), implicou tanto no enfrentamento entre classes dominantes e dominadas quanto em disputas entre as próprias elites dirigentes: a exemplo da resistência do sindicalismo livre às novas leis de regulação do Ministério do Trabalho e da guerra civil entre o governo e a “elite paulista”, em 1932. Tais relações conferiram a instabilidade, as marchas e contramarchas, as continuidades e descontinuidades, que caracterizam o período estudado (1930-1934). Nessa época, se tornaria explícito e agudo o confronto entre os representantes das oligarquias mais tradicionais, como os mineiros, gaúchos e os “democráticos paulistas”, preocupados em proteger seus espaços de poder, e os “tenentes” mais próximos aos grupos

³³ Instalação da Junta Provisória em 24 de outubro – comunicação ao Supremo Tribunal Federal (25 de outubro de 1930). Documento na íntegra em Amaral e Bonavides (2004, p. 255).

políticos emergentes, como os estados do Norte e Nordeste, que, antes de tudo, reivindicavam maior inserção naquele regime recém-constituído.

2.4 A FORMAÇÃO DO GOVERNO PROVISÓRIO E SEU DIFÍCIL EQUILÍBRIO

2.4.1 Os principais desafios políticos e econômicos

Uma vez estabelecido Getúlio Vargas na chefia do Governo Provisório da República, os desafios não cessaram. No campo econômico-financeiro, antes mesmo da quebra da bolsa de *Wall Street*, o país já tinha dificuldades de manter os estoques de café, pagos com empréstimos externos e impostos – os juros internacionais estavam mais altos, impulsionados pela expansão que viviam os mercados de valores –, o que forçava os produtores a colocarem os grãos à venda, mesmo com o preço mais baixo. Com o *crash*, em outubro de 1929, a situação piorou dramaticamente, além da queda abrupta nos preços e no volume das exportações das *commodities*, o mercado brasileiro lidava com uma superprodução de café. O resultado foi a queda no poder de compra nacional e a diminuição das importações, afetando a arrecadação de impostos sobre o comércio exterior. Se, em 1928, 42,2% da receita do governo vinha das taxas de importação, em 1930, a arrecadação dessas mesmas taxas caiu um terço e a receita do governo diminuiu um quarto (Bulmer-Thomas, 2009, p. 34-35). Além disso, a elevada taxa real de juros sobre a dívida externa (pública e privada) pressionava ainda mais a fiscalidade e o balanço de pagamentos.

A pauta de exportações na época não era constituída somente pelo café, é claro. Outros produtos também a compunham, como o cacau, o algodão e o couro, principalmente. Embora tivessem importância no mercado mundial, sua participação no total exportado não se comparava com a do café. Entre 1924 e 1929, cacau, algodão e couro somados contribuíam com 9,7% no valor das exportações, enquanto o café participava com 72,5%. Entre 1930 e 1933, a situação não se alterou muito: 69,1% para o café e 9,2% para as outras três mercadorias somadas (Leopoldi, 2007, p. 247).

O novo governo – que não possuía um projeto de desenvolvimento, portanto, não colocando em questão o problema da dependência da economia brasileira do seu setor externo, mas agindo sob a urgência conjuntural de estabilizá-la –, de imediato, procurou proteger o café da intensa depreciação (Lassance, 2020, p. 523-524). Com o ministro da Fazenda da época, o banqueiro paulista José Maria Whitaker, comprou-se boa parte da safra de 1929/1930; estabeleceu-se uma quota inferior para a polêmica queima; e patrocinou-se

uma ofensiva comercial, por meio de acordos de venda com dezenas novos países. O que junto com o controle do câmbio e da pauta de importações – voltados para lidar com o problema do balanço de pagamentos – permitiu manter alguma demanda interna, servindo de estímulo indireto à indústria nacional, que já possuía uma base preexistente (Fausto, 1983, p. 105; Mendonça, 1986, p. 27; Tavares, s.d, p. 16-33). Se entre 1929 e 1932 a produção industrial ficou estagnada e o PIB cresceu somente 0,3%, entre 1933 e 1936, observou-se um crescimento 14,1% na indústria e um aumento de 7,4% no PIB (Leopoldi, 2007, p. 250). Fundamental para o funcionamento dessas medidas foi o movimento de centralização das decisões em nível federal, esvaziando-se o Instituto do Café do Estado de São Paulo, por exemplo, com a criação do Conselho Nacional do Café, em 1931 (mais tarde chamado Departamento Nacional do Café, em 1933), que operava em coordenação com os ministérios da Fazenda e da Agricultura – o que ocorreu até 1946. Em 1932 foi fundado o Instituto do Cacau e no próximo ano o Instituto do Açúcar e do Alcool, ambos nacionais (Cano, 2012, p. 124; Leopoldi, 2007, p. 244-249; Pandolfi, 2007, p. 20-21).

Sem dúvida, quando se analisa o quadro com uma perspectiva histórica, percebe-se que o sucesso dessas estratégias abriu caminho, mais adiante, para novos papéis do Estado em relação à atividade econômica. O que se deu a partir inovações e/ou mudanças incrementais nas instituições e nas políticas públicas, responsáveis pela indução do conhecido avanço do setor industrial na geração da riqueza nacional ao longo da década de 1930 e meados dos anos 1940 (Mendonça, 1986, p. 27-29). Mas durante o Governo Provisório esse cenário ainda era incerto e estava sob intensas disputas, a política econômica tinha um perfil bastante tímido e priorizava o setor agrário-exportador, sem uma política industrial deliberada. Em carta ao chefe do estado-maior da 3ª Região Militar, no RS, Alcides Etchegoyen, em fevereiro de 1932, Getúlio Vargas fez um balanço de suas ações até ali, deixando transparecer aspectos que considerava centrais na agenda econômica, não mencionando qualquer preocupação direta com a indústria. Segundo o chefe do governo, seu foco, a fim de assegurar à “Revolução” o *status* de “obra política perfeita”, estava na “restauração financeira do país. Os seus alicerces estão assentados com o equilíbrio dos orçamentos e o saldo da balança comercial, já conseguidos.”. Para que o trabalho se tornasse completo seria necessário equilibrar o câmbio, o que ainda não havia sido possível, pois “torna-se indispensável

eliminar o **déficit** da nossa balança de pagamentos, pois, as remessas de ouro que devemos fazer para o estrangeiro continuam superiores ao cômputo da nossa produção exportável.”³⁴.

Antonio Lassance procurou analisar a trajetória da política econômica no Brasil pela implantação de políticas públicas, entre 1930 e 1945, através da serialização e categorização dos decretos presidenciais. O pesquisador concluiu que foi somente entre 1934 e 1937 que Vargas preparou sua guinada nacionalista e estatizante, firmando as bases para a industrialização, sem perder de vista o foco na proteção da agricultura. Algumas medidas importantes foram a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), responsável por formular políticas e planejamento econômico; além do Código de Águas e o Código de Minas, que transferiu o potencial hidráulico e a propriedade do subsolo do domínio da regulação para o da administração do Estado. A materialização mais contundente desse esforço ocorreria a partir do Estado Novo, na virada da década de 1930 para a de 1940. Exemplos disso foram a atuação do CFCE e do DASP (Departamento de Administração do Serviço Público, criado em 1937) organizando a implantação de indústrias de base, as obras públicas e o reaparelhamento da Defesa Nacional (Lassance, 2020, p. 525-530). Como será tratado adiante, essa mudança de rota no governo tem raiz nos conflitos entre interesses e concepções de sociedade ideal, desdobradas em propostas de modelos de Estado, que se enfrentaram primeiro na luta pela constitucionalização, até a “Revolução Constitucionalista de 1932”, e posteriormente no ambiente da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1933 e 1934.

No mundo político, tal situação de indeterminação e a atitude mais reativa do chefe do Governo Provisório para se equilibrar diante das pressões que sofria foram ainda mais claras. Afinal de contas, a união tática entre coletividades políticas e sociais distintas, em torno da *Aliança Liberal* e do movimento que pôs fim à Primeira República, foi sendo sucedida por disputas quanto à direção política do país (Gomes, 1980, p. 26).

Como resultado, dois temas correlacionados entre si ganharam centralidade entre as forças antagônicas mais proeminentes da base getulista: a duração da fase discricionária do novo governo e o modelo organizacional a ser assumido pelo Estado no “pós-revolução” (Borges, 1992, p. 31-32; Forjaz, 1988, p. 141; Gomes, 1980, p. 28; Pandolfi, 2007, p. 16-17). Entre as lideranças ligadas às oligarquias eleitoral e economicamente mais fortes – que construíram a *Aliança Liberal* principalmente em reação ao monopólio que as forças ligadas ao Partido Republicano Paulista (PRP) procuraram exercer sobre o Governo Federal –,

³⁴ CPDOC-GV c 1932. 01.25, carta de Getúlio Vargas para Alcides Etchegoyen, 3 de fevereiro de 1932.

interessava retomar o quanto antes o regime de direito, de forma a garantir a proteção dos seus espaços de poder local em relação a eventuais extensões da autoridade, primeiro do governo, e posteriormente do Estado. Por isso, figuras como Antonio Carlos, Artur Bernardes, João Neves da Fontoura, Borges de Medeiros e o PD paulista se empenharam em pôr termo ao período discricionário e se alinharam mais a posições liberalizantes e federalistas. Enquanto isso, o grupo menos conservador – constituído principalmente por aqueles responsáveis por organizar e conduzir a “revolução” – defendia postergar o que já chamava de “ditadura”, garantindo medidas de caráter intervencionista e centralizador para dismantelar em definitivo as “máquinas eleitorais” nos estados, que sustentavam o regime deposto. Nesse sentido, atuaram Osvaldo Aranha, Góis Monteiro, “tenentes”, como Juarez Távora e João Alberto, e em Minas, Francisco Campos se empenhava em liquidar a influência de Bernardes no PRM. Reforçando esse coro estiveram líderes dos estados do Norte e Nordeste, interessados em fatias maiores do poder em nível nacional, diante da possibilidade de enfraquecimento dos estados do Sul e Sudeste (Carone, 1975, p.175; Pandolfi, 2007, p. 18).

Nas suas memórias, Juarez Távora revelou quais eram suas preocupações centrais nesta época, dando pistas sobre o quadro de incertezas que vislumbrava no início do Governo Provisório – confirmado pelo desenrolar dos acontecimentos:

Parecia-me necessário e urgente definir rumos certos para a ação da ditadura. Aranha e João Alberto concordavam comigo. E houve trocas de ideias, nesse sentido, entre civis e militares, no Centro e no Sul. Parecia, entretanto, difícil o estabelecimento imediato de um denominador comum entre os novos e os velhos políticos; e, muito mais difícil, ainda, entre estes e a ala militar dos Tenentes... (Távora, 1974, p. 16)

Em carta ao General Isidoro Dias Lopes, escrita em 16 de fevereiro de 1931, defendeu que “toda a elite revolucionária da força armada (sic)” se reunisse em torno do novo Ministro da Guerra, Leite de Castro, para defender “a obra revolucionária”. A seu ver, ela se encontrava em risco pela proeminência que Getúlio Vargas estava dando “aos fatores puramente políticos”. Em outras palavras, Távora parecia considerar excessivas as negociações que o chefe estabelecia com determinadas figuras alinhadas à “política profissional”, àqueles pouco comprometidos com os interesses transformadores da “Revolução”. Para isso, revendo sua posição anterior, antes contrária à participação dos militares no governo, compreendia ser importante que ocupassem a administração em casos que a “salvação pública” exigisse. Por fim, o “tenente” acerta com Dias Lopes a elaboração de um programa que escreveria junto com os “correligionários e camaradas do Norte [Norte e Nordeste, em termos atuais]”,

pedindo que o general contribuísse para que pudessem discutir e chegar em “alguma coisa definitiva”³⁵.

Em seu discurso de posse, no dia 3 de novembro, além de rerepresentar resumidamente o programa da *Aliança Liberal*, ou as “ideias centrais do nosso programa de reconstrução nacional” (Vargas, 1938, p. 72); Vargas se preocupou, desde já, em apaziguar os ânimos, declarando haver unidade e equilíbrio entre os grupos que compunham as forças “revolucionárias”, além afagar a “Junta Governativa” – que dias atrás o havia surpreendido na deposição de Washington Luiz: “[...] a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. [...]”. Sobre a ação da Junta, habilmente repetiu o que os seus generais justificaram na época em que anteciparam o golpe no então presidente: “[...] poupaste à Pátria sacrifícios maiores de vidas e recursos materiais, e resguardastes esta maravilhosa Capital de danos incalculáveis.” (Vargas, 1938, p. 69-70). Meses depois, no banquete oferecido pelas Forças Armadas, em 2 de janeiro de 1931, admitiu estar atento à demanda por modernização das “classes militares”, prometendo atendê-la; e mais uma vez, demonstrou preocupação com a unidade dos “revolucionários” e da agenda política. Por isso, enfatizou que a “Revolução” não deveria pertencer a nenhuma classe, grupo ou partido, trabalhando todos pelo que seria o interesse nacional:

Explosão da consciência coletiva do país, a Revolução não foi feita para beneficiar uma classe, um grupo ou um partido [...].
Aos verdadeiros partidários do movimento triunfante cumpre o dever de canalizar as correntes profundas da opinião nacional, disciplinando-as, para impedir o perigo das inundações, e procurando, ao mesmo tempo, uniformizar as tendências sociais em aparência dispares, **a fim de evitar os atritos que retardam o desenvolvimento perfeito das funções do Estado.**” (Vargas, 1938, p. 83-84, grifos nossos).

No que diz respeito à prática política, por meio do decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930, o recém-instalado governo manteve formalmente em vigor as Constituições federal e estaduais, submetendo-as, no entanto, a medidas de exceção³⁶. Além disso, apresentou (re)formulações institucionais mais duradouras de caráter intervencionista,

³⁵ AN-FGM SA100, carta (manuscrita) de Juarez Távora para o General Isidoro Dias Lopes, comandante da 2ª Região Militar.

³⁶ BRASIL. Decreto n.º 19.938, de 11 de novembro de 1930. Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providencias. *Legislação Informatizada*. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: out. de 2021.

centralizador e autoritário. Tais medidas se constituíram, por exemplo: na suspensão das garantias constitucionais (mantido o *habeas corpus* em favor de réus ou acusados de crimes comuns); na criação do Tribunal Especial para processo e julgamento de crimes políticos e funcionais; no fechamento dos legislativos federal, estaduais e municipais; na nomeação de interventores em substituição aos governadores eleitos; além de uma legislação sindical que impunha limites à autonomia das organizações dos trabalhadores. Foram criados também em novembro de 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – que dada sua centralidade política, ficou conhecido como “Ministério da Revolução” – e o Ministério da Educação e Saúde Pública. Por fim, o Poder Judiciário também não foi poupado de uma intervenção, reduzindo-se o número de juizes do Supremo Tribunal Federal (STF) de 15 para 11, com posterior aposentadoria compulsória de seis ministros “por motivo de moléstia, idade avançada, ou outros de natureza relevante”: Godofredo Cunha, Edmundo Muniz Barreto, Antonio C. Pires e Albuquerque, Pedro Afonso Mibieli, Pedro dos Santos e Geminiano da Franca (Neto, 2013, p. 14; Pandolfi, 2007, p. 18-19; Pinto, 2016, p. 196-198)³⁷.

Em 12 de dezembro de 1930, por meio de um decreto “reservado”, ou seja, não publicado no Diário Oficial, Vargas criou a “Delegacia Militar do Norte” e a entregou ao então capitão Juarez Távora (Carvalho, 1975, p. 26; Távora, 1974, p. 28-30). Objetivo era que o líder tenentista fizesse a intermediação entre os interesses locais – muitas vezes contrastantes com os dos estados do Sul e do Sudeste – e os do governo federal, gozando para isso das prerrogativas de propor demissões, nomeações e transferências. Sob sua coordenação estavam todas as interventorias desde a Bahia até o Amazonas. O cargo lhe garantiria pela imprensa da época a alcunha de “vice-rei do Norte”. A necessidade da criação do órgão pode ser atribuída ao fato de que as nomeações de interventores estranhos à terra provocaram ali inúmeros distúrbios (Carvalho, 1975, p. 27; Pandolfi, 2007, p. 18). Távora, que era um nome de bastante prestígio na região, principalmente entre os militares, desde que lá havia organizado e coordenado os levantes “revolucionários”, poderia ser peça fundamental nas negociações (Pinto, 2016, p. 201-202).

Agildo Barata, que foi o secretário da Delegacia, atribuiu a si a ideia de criar um bloco político regional em torno do capitão para negociar com o Catete. Teria levado a ideia até José

³⁷ BRASIL. Decreto nº 19.656, de 3 de fevereiro de 1931. Reorganiza provisoriamente o Supremo Tribunal Federal e estabelece regras para abreviar os seus julgamentos. *Legislação informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19656-3-fevereiro-1931-508520-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em out. 2022. BRASIL. Decreto nº 19.711, de 18 de fevereiro de 1931. Aposenta ministros do Supremo Tribunal Federal. *Legislação informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19711-18-fevereiro-1931-517595-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em out. 2022.

Américo e dele para Osvaldo Aranha, conseguindo o apoio de ambos. Isso porque seria enorme a insatisfação entre os “tenentes” que haviam participado do movimento no “Norte”. Estariam irritados com a ausência de medidas mais radicais, com a complacência com os derrotados e com a “invasão de gaúchos na administração revolucionária” (Carone, 1975, p. 176-177). A Delegacia existiu até o final de dezembro de 1931, quando foi extinta a pedido do próprio Juarez Távora. Seja de quem tenha sido a iniciativa da sua criação, a nomeação de uma das principais lideranças do Tenentismo para ocupar tal cargo nessa região do país permitiu que se articulasse ali o chamado “Bloco do Norte”. Um arranjo político de interventores que atraíram as bases de seus estados insatisfeitas com décadas de subordinação aos interesses políticos e econômicos das oligarquias do Centro-Sul (Forjaz, 1988, p. 150; Gomes, 1980, p. 32; Santa Rosa, 1976, p. 71; Távora, 1974, p. 36-37). Acabou por se constituir em um sólido obstáculo às forças liberalizantes e federalistas, primeiro na luta pela reconstitucionalização e, posteriormente, na disputa pela reformulação institucional do Estado durante a Constituinte.

Tudo isso não ocorreu sem resistências e protestos daqueles que se julgavam excluídos, preteridos ou mesmo ameaçados pelos tentáculos do Governo Provisório. O que implicou em negociações e recuos, com os quais se incomodaram Juarez Távora e, como veremos, os “tenentes” em geral. Segundo definiu Sonia Regina de Mendonça (1986, p. 25), neste momento, Vargas atuava num equilíbrio difícil, que exigiu primeiramente um esforço de adaptação. O relato de Góis Monteiro é bastante ilustrativo a respeito do que vivia o chefe na época:

[...] os primeiros meses do Governo Provisório foram tormentosos. Além de São Paulo, a Frente Única do Rio Grande do Sul fazia pressão; igualmente, Minas Gerais; e os casos se multiplicavam por toda parte, aumentando a crise política e também econômica, que se apresentava ameaçadora. [...] Nas minhas conversações com o Presidente Getúlio, quando lhe verberava delicadamente aquilo que me parecia errado, ele me respondia, entre outras coisas, que era um prisioneiro e não estava podendo fazer o que queria. O General Leite de Castro era uma espécie de ‘lord-protector’ do governo, os ‘tenentes’ cada vez mais assomavam no tablado e políticos de prestígio impunham condições a qualquer passo (Coutinho, 1955, p. 155-156).

Em Minas Gerais, por exemplo, Olegário Maciel foi o único mantido como presidente eleito em seu estado e ainda reivindicou o nome do ex-secretário do Interior, Francisco Campos, para o Ministério da Educação e Saúde Pública – a despeito do empenho de Osvaldo Aranha em tentar nomear para essa interventoria Virgílio de Melo Franco (Brandi, 2001b, s.p.). Especialmente, as interventorias eram um instrumento importante de mediação federal

no equilíbrio de poder regional e, assim, foram manejadas por Vargas em diversos momentos para se estabilizar no poder – afinal de contas, entre outras atribuições, os interventores eram quem escolhiam os prefeitos. Em novembro de 1930, foi nomeada para tais postos uma maioria de figuras ligadas às oligarquias estaduais, em detrimento daqueles sujeitos ligados aos “tenentes”. Uma correlação que se inverteria em meados do próximo ano, a partir do aumento das pressões regionalistas (Forjaz, 1988, p. 107-108).

No final de agosto de 1931, o Governo Provisório elaborou mais um mecanismo de negociação com os poderes locais, a partir do estabelecimento chamado “Código dos Interventores”. A legislação, que traçou limites de ação para os administradores dos estados, criou conselhos consultivos municipais e estaduais, formados necessariamente por políticos com relações locais, nomeados por decretos de Getúlio Vargas. Tais conselhos deveriam ser obrigatoriamente consultados pelo interventor, principalmente em decisões relativas ao âmbito tributário e orçamentário das suas administrações³⁸.

Em relação à primeira escolha de seus ministros o governo contemplou majoritariamente os elementos mais conservadores da base “revolucionária” (Carone, 1975, p. 171-174). Foram nomes como: Assis Brasil, para a pasta da Agricultura; Lindolfo Collor, para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; o paulista José Maria Whitaker, para a Fazenda. Além disso, sinalizou aos oficiais da Junta Governativa, escolhendo um deles para a pasta da Marinha, o almirante Isaías de Noronha, e mantendo dois nomes do ministério montado por eles como o General Leite de Castro e Afrânio de Melo Franco, para a Guerra e as Relações Exteriores, nesta ordem. Osvaldo Aranha, da Fazenda e José Américo, da Viação e Obras Públicas, eram os dois nomes mais próximos do grupo “revolucionário”, mais reformista. Francisco Campos, que naquele momento se opunha ao grupo de Bernardes no PRM, foi nomeado para a pasta da Educação e Saúde, indicado por Olegário Maciel.

A respeito da nova legislação sindical, expressa no decreto n.º 19.770, de 19 de março de 1931, que instituiu o sindicato oficial, reconhecido e controlado pelo Ministério do Trabalho, também é importante que se diga: houve alguma resistência de setores de trabalhadores organizados em se oficializar, principalmente entre aqueles de filiação comunista e anarquista – com destaque para o Distrito Federal e o estado de São Paulo, onde

³⁸ BRASIL. Decreto n.º 20.348, de 29 de agosto de 1931. Institue conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios e estabelece normas, sobre a administração local. *Legislação informatizada*. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20348-29-agosto-1931-517916-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: out. 2021.

se concentrava maioria do operariado fabril e a tradição sindical era mais forte³⁹. Nesse último estado, as inúmeras greves contribuíram como um elemento a mais para a instabilidade política e para a tumultuada relação com a União (Borges, 1992, p. 51). Como estratégia para dobrar as direções dos trabalhadores, sob a pressão de suas bases, o Ministério passou a vincular a concessão dos direitos das novas leis trabalhistas – que foram paulatinamente decretadas a sua em sua maioria entre 1931 e 1934 – à filiação a um sindicato oficialmente reconhecido (Mattos, 2003, p. 13-17).

2.4.2 As tentativas de organização política para pressionar e apoiar o novo governo

Além do esforço do próprio governo para se sustentar, é evidente que esse quadro de difícil equilíbrio refletia também na organização e mobilização daqueles que desejavam de alguma maneira interferir na direção política do país. Próximo de Getúlio Vargas, reuniu-se um coletivo de pessoas mais atrelado às propostas “pró-ditadura” – assim, centralistas e intervencionistas –, que ficou conhecido na imprensa da época como “Gabinete Negro”. Tratava-se de um grupo informal que realizava reuniões noturnas, conduzidas por Vargas, cujo objetivo era traçar leituras sobre a conjuntura e linhas de ação. Compunham-no, com frequência, Osvaldo Aranha; Góis Monteiro; José Américo; Juarez Távora; João Alberto; Leite de Castro; Ari Parreiras, interventor do Rio de Janeiro; e Pedro Ernesto, nome importante, aliado dos “tenentes” desde os anos 1920, que se tornou também médico de Vargas e de sua família (Mourelle, 2010, p. 78; Pinto, 2016, p. 202-203).

Góis Monteiro ressaltou que as reuniões do “Gabinete Negro” eram discussões intermináveis que não chegavam a lugar algum:

[...] O Sr. Getúlio Vargas, que as presidia, frequentemente vencido pelo cansaço, dormia... Quando cessavam, o Sr. Osvaldo Aranha o despertava e dizia que estava acabando o assunto. Então, quase que invariavelmente, o Presidente sorria e dizia que, pelo que pudera perceber, não tinha havido acordo entre todos e, desse modo, ele adiantava a solução das questões para a reunião seguinte... (Coutinho, 1955, p. 163)

Por sua vez, o pesquisador Sergio Murillo Pinto (2016, p. 199) argumenta que tal como o governo, esse grupo não possuía um programa definido. Assim, o fato de considerarem suas

³⁹ BRASIL. Decreto n.º 19.770, de 19 de março de 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. *Legislação informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: out. 2021.

posições reformistas mais profundas ou definitivas que as dos demais atores que apoiaram a “Revolução de 30” não teria um “fundamento concreto”.

Nesse ponto, é preciso questionar a afirmação de Góis e discordar, pelo menos parcialmente, de Pinto (2016). Ainda que, de fato, o “Gabinete Negro” não possuísse um programa definido, pelo menos entre os nomes do Tenentismo pode-se afirmar que se construía, desde 1924, mais claramente a percepção de que era preciso romper com o liberalismo oligárquico e erigir um Estado mais centralizador e coordenador dos múltiplos interesses sociais em conflito na República (Aragão, 2012, p. 364-365; Macedo, 2015, p.164-186; Viviani, 2009, p. 130-132). Foi de nomes que compuseram o “Gabinete Negro” que emergiram ações para fazer frente aos adversários chamados de “carcomidos”, de derrotados, ou de “políticos profissionais” e “falsos revolucionários”, os que mesmo tendo participado da “Revolução” seriam guiados por seus interesses particulares e não pelo “verdadeiro espírito revolucionário” (Pandolfi, 2007, p. 21).

Dentre as iniciativas envolvendo nomes do gabinete, em reação ao que enxergavam como ofensiva deletéria dos “políticos profissionais” e das “forças centrífugas” sobre os “objetivos revolucionários”, se destacaram o “Pacto Revolucionário”, chamado pela imprensa de “Pacto de Poços de Caldas”, o “Pacto de Honra”, a fundação da “Legião de Outubro” e do próprio “Clube 3 de Outubro”. No “Pacto de Poços de Caldas”, que teve seu texto de celebração elaborado por Góis Monteiro, Juarez Távora e Osvaldo Aranha, ressalta-se a promessa de um esforço de reação nacional das “elites revolucionárias” contra os adversários existentes dentro da própria base do novo governo, identificados como “velhos revolucionários retrógrados” (Távora, 1974, p. 18). Todas as medidas propostas, entre elas “o estabelecimento de uma solução nacional para os problemas sociais brasileiros”, só poderiam ser cumpridas “sob a vigência do regime extraconstitucional que libertou os agentes executivos do entrave de preconceitos e precedentes legais [...]”⁴⁰.

Em relação ao “Pacto de Honra”, cuja mobilização era secreta, procurou-se organizar as forças militares no país em uma só direção. O objetivo era o apoio ao Governo Provisório, de forma que “em torno do nome do Dr. Getúlio Vargas todos se devem congregarem para cumprimento do Programa Revolucionário, até que se estabeleça o regime constitucional que

⁴⁰ AN-FGM SA 764, “Pacto Revolucionário”, s.d..O “Pacto Revolucionário”, ou “Pacto de Poços de Caldas”, foi publicado por *O Jornal* em 12 de fevereiro de 1931. Edgard Carone (1975, p. 386-388) ao publicá-lo data-o em “fins de 1931”, levando Maria Célia F. Carvalho (1975, p.42) a incorrer no mesmo erro. A este respeito ver: O PACTO de Poços de Caldas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 12/02/1931, p.1.

mais convier à Nação Brasileira”⁴¹. Seu manifesto, entre outras assinaturas no corpo, contava com as de Góis Monteiro, J. Mamede e A. Etchegoyen no cabeçalho. J. Mamede provavelmente era Jurandir Mamede, “tenente” próximo a Agildo Barata e Juraci Magalhães, que participou da movimentação “revolucionária” no “Norte” e mais tarde se filiou no Clube 3 de Outubro (Ramos, 2001b, s.p.)⁴². A. Etchegoyen, se refere a Alcides Etchegoyen, militar rebelde, que em 1926 liderou a “Coluna Relâmpago” com o objetivo de impedir a posse de Washington Luiz como presidente eleito. Em 1930, combateu pela “Revolução” no Rio Grande do Sul e em janeiro de 1932, tornou-se chefe do estado-maior da 3ª Região Militar, no Rio Grande do Sul (Coutinho, 2001a, s.p.).

Já a “Legião de Outubro”, organizada sob a liderança de Osvaldo Aranha a partir de novembro de 1930, também procurou construir uma convergência de interesses em torno de desígnios supra-estaduais para a construção da “Segunda República”. Apresentando-se como uma milícia previa, inclusive, a mobilização popular para a defesa militar do governo, caso fosse necessário⁴³. Não por acaso foi a escolha do termo “legião”, do latim *legio*, que remete às tropas e batalhões romanos, para simbolizar o “exército civil da Revolução” (Borges, 1992, p. 72; Quicherat; Saraiva, 1927, p.668). Sua organização deveria ocorrer através de “um órgão central na Capital da República” em coordenação com outros estaduais. Tudo isso em nome de um programa que, refletindo a heterogeneidade da sua composição, se mostrou uma mixórdia de objetivos do Tenentismo, do programa do Partido Democrático paulista, da *Aliança Liberal* e de aspectos do fascismo europeu (Conniff, 1979, p. 134; Forjaz, 1988, p. 111; Pinto, 2016, p. 225-231). Se na epígrafe citava o intelectual nacionalista autoritário Alberto Torres, no corpo do texto, fazia questão de dizer: “proclamamos definitivamente constituída a ‘Legião de Outubro’, como organização nacional defensiva da obra revolucionaria e realizadora do liberalismo que a gerou [...]”⁴⁴.

Analisando, em comparação, tais documentos de celebração ou criação dessas variadas iniciativas, fica claro que elas tiveram em comum o empenho de conjugar forças políticas em

⁴¹ AN – FGM AS 765, “Pacto de Honra”, 24 de fevereiro de 1931.

⁴² CPDOC-CO Fichas de Inscrição, n. 173.

⁴³ Edgard Carone (1975, p. 366-367) reproduziu na íntegra a convocatória da Legião de Outubro, porém datou sua publicação no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro no dia 15 de novembro. Assinando o documento aparecem apenas Osvaldo Aranha e Góis Monteiro. Contudo, o documento foi publicado no jornal na edição dos dias 17 e 18 de novembro, com as assinaturas de Osvaldo Aranha, Góis Monteiro, Leite de Castro, Isaías Noronha, Batista Luzardo (chefe de polícia do DF) e Francisco Campos. A este respeito ver, LEGIONARIOS de Outubro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 4-5, 17 e 18/11/ 1930.

⁴⁴ “Proclamação da Constituição da Legião de Outubro (fins de 1930)”, na íntegra em Amaral e Bonavides (2002, p. 406-408).

nível nacional – incluindo a necessidade de reorganização das Forças Armadas – para garantir a consolidação do Governo Provisório, visto como o principal meio de superação do “condomínio oligárquico” da Primeira República. No entanto, mesmo que esses esforços tivessem a aprovação, ou pelo menos a conviência, do próprio Getúlio Vargas e contassem na sua organização com nomes de peso – como Góis Monteiro, Osvaldo Aranha e Juarez Távora –, eles se caracterizaram, no geral, pela precariedade de seus arranjos, efemeridade e articulação difusa.

No caso da Legião de Outubro, observa-se que na prática a organização perdeu seu pretense caráter nacional-unificador, tendo seus núcleos se imiscuído demasiadamente nas disputas de poder pelos poderes estaduais: “A ideia de legiões com ação coordenada desaparece [...]” (Bomeny, 1980, p. 148-149; Borges, 1992, p. 73; Forjaz, 1988, p. 111-112; Pinto, 2016, p. 205-231; Távora, 1974, p. 17)⁴⁵. Merecem destaque os núcleos paulista e mineiro, segundo Borges, por serem os mais prósperos (Borges, 1992, p. 73). Em São Paulo, a chamada Legião Revolucionária, sob a liderança de Miguel Costa, agiu como um partido político estadual colidindo primeiro com os interesses do PD, do então interventor João Alberto e posteriormente da Frente Única Paulista (FUP) – sempre disputando cargos, posições e almejando a interventoria (Borges, 1992, p. 73-74). Já a Legião Revolucionária de Minas Gerais, liderada por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari, se envolveu nas lutas entre facções internas do Partido Republicano Mineiro (PRM), abrigando nomes que faziam antes de tudo a defesa dos interesses mineiros diante do governo federal. Os objetivos demasiadamente vinculados aos cenários estaduais alimentavam posições e discursos políticos divergentes, dificultando ou inviabilizando as possibilidades de atuação integrada (Borges, 1992, p. 73; Forjaz, 1988, p.116-117).

Entre esses diversos esforços organizativos destacou-se o Clube 3 de Outubro, pelo seu nível de organização, articulação político-institucional, capacidade de elaborar um programa nacional e disposição para lutar pela aplicação de alguns de seus aspectos (Carvalho, 1975, p. 16; Conniff, 1979, p. 135; Forjaz, 1988, p. 119; Gomes, 1980, p. 27-28; Leal, 2001a, s.p.; Pinto, 2016, p.232; Saes, 2011, p. 159-162). É o que o que será parcialmente apresentado, a partir de agora, neste capítulo.

⁴⁵ Maria Cecília Spina Forjaz (1988, p. 111-119) fez uma avaliação mais pormenorizada da relação das representações estaduais da Legião com os grupos de poder local, principalmente em SP, MG e RS, demonstrando como isso comprometeu seus objetivos de ser uma organização efetivamente nacional. Já Vavy Pacheco Borges (BORGES, 1992, p. 63-108) tratou mais especificamente da Legião Paulista, da sua intensa atuação na disputa pelo poder estadual até sua transformação em Partido Popular Paulista, em março de 1932, quando abandonou a posição “pró-ditadura” e passou a defender a constitucionalização.

2.5 O ESTABELECIMENTO DO CLUBE 3 DE OUTUBRO

Ora, toda essa movimentação ocorreu simultaneamente ao aumento das tensões políticas e das divisões, que ficaram ainda mais evidentes na virada de 1930 para 1931, tendo como epicentro as disputas em torno da interventoria do estado de São Paulo. Contrariando as expectativas do Partido Democrático paulista, que esperava a nomeação do seu presidente Francisco Morato como interventor, no final de novembro de 1930, Vargas nomeou para o cargo o “tenente” pernambucano e, mais tarde membro do Clube 3 de Outubro, João Alberto. Ação para a qual contou com o apoio de Aranha e Góis Monteiro (Carone, 1975, p. 199-200; Pinto, 2016, p. 235).

Mesmo que sob uma série de exigências impostas pelo secretariado “democrático” para que seu nome fosse aceito, o então coronel tratou de descumpri-las com ações que o distanciavam dos políticos mais conservadores da *Aliança Liberal*. Ainda como delegado militar da Revolução no estado de São Paulo já havia legalizado o funcionamento do Partido Comunista do Brasil (PCB), além de ter assinado o manifesto de lançamento da Legião Revolucionária de São Paulo, em 12 novembro de 1930. Como interventor procurou se aproximar dos setores dos trabalhadores, propondo soluções locais para a agenda social; nomeou militares forasteiros para cargos públicos; e explorou dissidências internas, se aproximando de frações de cafeicultores, que ficariam conhecidos como “grupo João Alberto” (Carvalho, 1975, p. 39-40; Forjaz, 1988, p. 144)⁴⁶. Dessa maneira, sua gestão passou a ser apontada pelas oposições como uma “ocupação militar” e uma ameaça “bolchevista”, bem ao gosto do forte apelo anticomunista em voga na época (Motta, 2020, p. 33-38). Foi assim que no dia 7 de abril de 1931, o Partido Democrático anunciou sua ruptura com João Alberto, por meio do manifesto “À nação”⁴⁷.

No plano econômico, os choques também eram visíveis. Pois ao mesmo tempo em que abriu os principais cargos desta área do governo para os paulistas – com Withaker no Ministério da Fazenda, Paulo Prado no Conselho Nacional do Café, Paulo Nogueira Filho na Comissão Central de Compras e Vicente de Almeida Prado na presidência do Banco do Brasil –, Vargas tratou de centralizar as decisões, como foi brevemente apontado acima. Em fevereiro de 1931, passou para a governo federal a receita do imposto das exportações de café,

⁴⁶ Manifesto de Lançamento da Legião Revolucionária Paulista (12 de novembro de 1930), disponível na íntegra em Amaral e Bonavides (2002, p. 328-329). Além de João Alberto, assinam o documento Miguel Costa e Mendonça Lima.

⁴⁷ À NAÇÃO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7/04/1931, p.4.

que antes pertencia aos governos estaduais, provocando reação imediata do PD. Dessa maneira, tornava-se evidente para muitos algo que era visto como uma ameaça à autonomia federativa (Borges, 1992, p. 31; Forjaz, 1988, p. 143).

Habilmente, a “elite paulista” se articulou em duas posições correlacionadas contrárias ao que considerava como “extremismos revolucionários” dos “tenentes” – começando pela oposição irrestrita a João Alberto – e à disposição intervencionista do Governo Provisório (Conniff, 1979, p. 137-138; Forjaz, 1988, p. 139)⁴⁸. Assim, foi fundada, em maio de 1931, a Liga de Defesa Paulista, reclamando uma união partidária em torno da proteção da autonomia política estadual e da constitucionalização imediata (Borges, 1992, p. 40). Tais conflitos dos interesses locais com a União, e com os partidários da extensão da sua autoridade, abriram caminho para a aproximação do PD com o PRP. O que no próximo ano culminaria na formação de uma frente única em oposição ao Governo Provisório. Ademais, toda essa disputa terminou por angariar a simpatia das lideranças políticas de outros estados mais fortes como Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Enquanto isso, no espectro político-ideológico antagônico aos oligarcas com tendências liberais e federalistas, surgiu o Clube 3 de Outubro. Pela maneira reservada com que se deu sua costura, não se sabe ao certo o mês de sua criação, durante o primeiro semestre de 1931. Segundo a imprensa da época, ele teria nascido de uma reunião na “Casa de Saúde Pedro Ernesto”, no mês de abril⁴⁹. Maria Célia Freire de Carvalho (1975, p. 16) fez menção ao que seria uma primeira reunião, já presidida por Pedro Ernesto, “nos primeiros dias de maio”. Sergio Murillo Pinto (2016, p. 231) repete a informação contida em Conniff (1979, p. 135) e crava a data em fevereiro. Juarez Távora, por sua vez, diz que a fundação do Clube foi no início de maio. Contudo, como ele mesmo admitiu, não participou diretamente desse momento, pois estava se recuperando de uma série de problemas de saúde, desde que havia ferido uma das mãos, em março de 1931 (Távora, 1974, p. 32-36, 59).

Há divergências também a respeito de quem teria partido a iniciativa. Segundo Augusto Amaral Peixoto, o expediente foi de Afrânio de Melo Franco, que organizou uma

⁴⁸ Sob a designação de “elite paulista” se engloba uma gama muito heterogênea de atores individuais e coletivos como cafeicultores (fazendeiros ou comissários), banqueiros, comerciantes e industriais. Seus distintos interesses e projetos políticos os colocaram muitas vezes em disputa, complexificando ainda mais a situação do país e do estado – que também contava com intensa organização e atividades do movimento operário. Entretanto, todas essas divergências se tornaram menos poderosas que os interesses comuns, quando o que esteve em jogo foi o enfrentamento com os agentes da centralização no Governo Provisório. Nessa luta se uniram as autointituladas “classes conservadoras”, “classes econômicas” ou “classes produtoras” paulistas (BORGES, 1992, p. 31-32; FORJAZ, 1988, p. 140-141).

⁴⁹ CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 7/05/1931.

reunião em sua casa para rearticular civis e militares da base do governo, cada vez mais distanciados uns dos outros (Forjaz, 1988, p. 121). Enquanto Góis Monteiro atribuiu a si o feito, explicando que se moveu primeiro pela preocupação com as divisões que a política havia promovido nas Forças Armadas, ameaçando a disciplina e hierarquia internas, mas também buscando construir vias de reconciliação entre “militares revolucionários e seus antagonistas”:

[...] fiz uma reunião na residência do Sr. Afrânio de Melo Franco com os “tenentes” mais em evidência e alguns dos líderes civis, no sentido de traçar as bases de um partido político que apoiasse a revolução. [...] Dessa reunião à que me referi nasceu a fundação do “Clube 3 de Outubro”, que teria ramificações em todos dos Estados e seria o núcleo principal de um futuro partido político. [...] O objetivo que tive com a fundação desse Clube foi impedir que os “tenentes” levassem questões políticas para os quartéis, ficando estas adstritas ao Clube, o que resguardaria a disciplina e daria oportunidade de uma reconciliação entre os militares revolucionários e seus antagonistas (Coutinho, 1955, p. 156-157).

Embora divergisse de Góis a respeito do local em que ocorreu, o *Correio da Manhã* creditou ao chefe do estado-maior da “Revolução” a condução da reunião preparatória para criação da entidade⁵⁰.

De imediato o grêmio contou com Góis Monteiro como presidente e Pedro Ernesto como vice. Contudo, com o agravamento da situação em São Paulo, após uma tentativa de golpe da Força Pública contra João Alberto, no final de abril, Góis foi enviado para comandar lá a 2ª Região Militar. Assim, formalmente, o Clube teve sua criação registrada no Diário Oficial, como sociedade civil, no dia 6 de maio de 1931, com a publicação dos seus primeiros estatutos. A diretoria passou a ser formada por Pedro Ernesto na presidência; Góis Monteiro, Herculino Cascardo e Osvaldo Aranha como primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes, respectivamente; Temístocles Cavalcanti e Hugo Napoleão como primeiro e segundo secretários; e Augusto Amaral Peixoto como tesoureiro. Nas suas comissões de sindicância e de beneficência chamam atenção nomes como Filinto Müller, Stênio Albuquerque Lima, Ari Parreiras, Virgílio de Mello Franco e José Américo⁵¹.

⁵⁰ CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 7/05/1931.

⁵¹ Forjaz (1988, p. 121) aponta a data oficial de fundação do Clube, segundo a entrevista de Augusto Amaral Peixoto ao CPDOC, como o dia 13 de maio de 1931. Mas no Diário Oficial é possível confirmar o dia 6 de maio do mesmo ano. Ver: CLUB 3 de Outubro. Estatutos. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, 6/05/1931, p. 7219-7220. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1931/05/06>>. Acesso em jan. 2021.

Em um primeiro momento, não tornando explícitas suas pretensões políticas, o Clube 3 de Outubro se apresentou como “uma associação de caráter beneficente, que visa[va] amparar moral e materialmente os revolucionários brasileiros, suas famílias e órfãos necessitados.”⁵². Sendo dessa maneira noticiada a sua criação pelo *Correio da Manhã*⁵³. O jornal, que foi fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, apoiou as ações tenentistas em 1922 e 1924. Já sob a direção de seu filho, Paulo Bittencourt, esteve do lado da “Revolução de 30”, cultivando posteriormente proximidade com o Clube 3 de Outubro (Carvalho, 1975, p. 17; Leal, 2001b, s.p.). O que não significa que poupava de críticas, seja o grêmio seja o Governo Provisório, principalmente nas colunas de Pedro da Costa Rego, ou simplesmente Costa Rego. O jornalista, que havia sido eleito senador por Alagoas, em 1929, e teve seu mandato interrompido pelo levante armado no ano seguinte, não deixou de fazer no periódico a defesa clara da democracia liberal e do federalismo (CPDOC, 2001a, s.p.).

Todavia, os registros internos da associação, que na verdade era civil-militar, deixavam claros os objetivos de sua fundação concentrados no apoio, mas também na pressão sobre o governo, visando impedir o avanço da pauta adversária no cenário nacional. Dessa maneira, deveria o Clube combater o “profissionalismo político” e “a indústria política”, apoiando para isso “a permanência da ditadura tanto quanto se torne necessário para a realização da obra revolucionária”. Neutralizando as tradicionais “máquinas eleitorais” e “as transações subalternas”, o regime discricionário permitiria a construção prévia das condições mínimas para uma futura constituinte em que fosse possível estabelecer, em definitivo: um novo sistema representativo, “de classes”; e reformas sociais amplas, “desde que não atinjam em ponto sensível, a estrutura geral da sociedade [...]”⁵⁴.

Essa postura pública mais discreta, assumida inicialmente pelo grêmio e seus aliados, talvez seja explicada pela situação ainda mais desfavorável em São Paulo. Uma organização política contando com “tenentes” na direção, surgida na Capital Federal, recheada de nomes do “Gabinete Negro”, poderia acirrar ainda mais o cerco a João Alberto, alimentando acusações sobre as pretensões políticas dos militares, fortalecendo assim a campanha pela reconstitucionalização. No entanto, essa atitude não passou despercebida pelos seus opositores – do grêmio – cariocas e paulistas. Na primeira página do *Diário Carioca*, do dia

⁵² CLUB 3 de Outubro. Estatutos. *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, p. 7219-7220, 6/5/1931. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1931/05/06>>. Acesso em jan. 2021

⁵³ CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.3, 7/5/1931.

⁵⁴ CPDOC-AAP club 1931. 05.28, exposição da diretoria do Clube 3 de Outubro. O documento, classificado como secreto, data possivelmente do final de maio de 1931. No rodapé consta a informação: “Este assunto será debatido na próxima sessão (Dia 28 de Maio de 1931.)”.

13 de maio de 1931, comentou-se sobre a repercussão do surgimento do Clube na imprensa paulista. Segundo a matéria, a “agremiação destinada, aparentemente, a fins beneficentes, foi instituída, no fundo, para manter o fogo da revolução.”. Chamando-se atenção também para seu grau de organização: “a admissão à sociedade sofre um processo rigorosíssimo. Os adesistas não conseguirão jamais ser admitidos.”⁵⁵. Nos próximos meses, essa desconfiança se confirmaria com a atuação política mais aguda dos membros do Clube, que lhes garantiu maior articulação e capilaridade no Governo Provisório, reagindo ao avanço da empreitada pela reconstitucionalização imediata.

Embora este seja um aspecto da pesquisa que será tratado detalhadamente no Capítulo 4, é preciso que o leitor já tenha em mente que, durante sua trajetória política de enfrentamento às oligarquias mais fortes, o Clube 3 de Outubro passou por avanços e recuos, optando, inclusive, por mudanças nas suas formas de ação. Desde sua criação se engajou pela prorrogação da “ditadura do Governo Provisório”, para que fossem asseguradas reformas que afastassem definitivamente do poder os políticos e interesses que julgavam derrotados na “Revolução de 1930”. Em nome disso, e reagindo ao movimento pró-Constituinte, no período que pode ser considerado seu auge, seus membros pressionaram e apoiaram o governo discricionário, conquistando posições importantes no poder, principalmente nas interventorias, no segundo semestre de 1931. Ademais, elaboraram novos estatutos mais sofisticados e um programa mais detalhado com suas propostas, apresentado ao país em fevereiro de 1932, era o *Esboço de um Programa Revolucionário para a Reconstrução Política e Social do Brasil*. Foi também em fevereiro de 1932 que procuraram influenciar na elaboração do Código Eleitoral, que abriria caminho para institucionalizar a representação profissional na Assembleia Nacional Constituinte. Simultaneamente, seus homens empastelaram o jornal de tendência liberal *Diário Carioca*, o que culminou no desembarque dos gaúchos do governo, no fortalecimento da campanha pela Constituinte, no abalo da sua organização interna e no prestígio político alcançado, até então.

Após a contraofensiva liberal e federalista pelas armas na “Revolução Constitucionalista”, em julho de 1932, abriu-se finalmente o processo de constitucionalização. O Clube, em um período de transição, com suas divergências internas mais afloradas, sofreu com o afastamento de nomes importantes, que passaram a se dedicar à política partidária. A partir de fevereiro de 1933, anunciou-se como um “grêmio cívico e doutrinário”, assumiu uma nova configuração, novos estatutos e um novo programa, agora muito mais enxuto – a

⁵⁵ COMO FOI recebida, em S. Paulo, a fundação do Club 3 de Outubro. *Diario Carioca*, Rio de Janeiro, 13/5/1931, p.1

“Síntese Outubrista”⁵⁶. Apesar disso, alguns de seus antigos filiados estiveram presentes na Assembleia Nacional Constituinte, como deputados, defendendo muitos dos aspectos e pautas presentes no *Esboço do Programa (...)*. O desafio que chamavam para si era marcar posição diversa em relação à orientação político-doutrinária dos grupos do Centro-Sul e, por vezes, ao próprio Getúlio Vargas. Em 1935, com a nova Constituição já decretada, os outubristas tiveram sua bandeira esvaziada e decidiram pelo fechamento da entidade.

No entanto, antes de se analisar mais detidamente o que defendeu e como agiu politicamente o Clube 3 de Outubro durante sua existência, julga-se necessário compreender aspectos do seu funcionamento, organização, bem como sua composição política e social. Pois vem daí o seu diferencial em relação a outras iniciativas que procuraram dobrar a resistência e a ação de grupos oligárquicos ciosos de sua autoridade construída nos seus domínios estaduais. Uma vez que naquele momento de um regime ditatorial de transição, com limitado grau de institucionalização no ambiente político, o grêmio representou um canal bem definido entre as demandas de determinados setores sociopolíticos e o governo. Segundo recordou Alzira Vargas do Amaral Peixoto, a respeito da importância da organização – que trazia um “apoio perigoso, embora honesto e sincero” ao Governo Provisório: “Ser ‘Tenente’ e pertencer ao ‘Clube 3 de Outubro’ foi, durante alguns meses, muito mais importante do que ser general ou fazer parte do Ministério.” (Peixoto, 1960, p. 79).

2.6 COMPOSIÇÃO POLÍTICO-SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DO CLUBE 3 DE OUTUBRO

2.6.1 Quem compunha o Clube 3 de Outubro?

O também chamado “Clube Jacobino” ou “Clube da Fuzarca” teve uma criação discreta e, diferente da Legião, não pretendeu organizar ou mobilizar as “massas”, bem como rejeitou a ideia de se tornar um partido político. Seguindo a tradição do Tenentismo e do nacionalismo autoritário dos anos 1920, a organização nasceu da crítica ao “faccionismo partidário” da Primeira República e tinha uma visão dirigista do conflito político-social. Dessa maneira, pretendeu se constituir como uma entidade de elite para apoiar e pressionar a “ditadura” e, por isso, não ostentou o objetivo eleitoral comum aos partidos modernos⁵⁷.

⁵⁶ CPDOC-AAP 3f, manifesto, estatutos, programa “Síntese Outubrista”, de 1933.

⁵⁷ A respeito dos partidos políticos modernos, aponta-se o seu surgimento a partir do estabelecimento da democracia parlamentar e da extensão do sufrágio, em meados do século XIX. De maneira geral,

Além de contar com nomes da cúpula do governo e com lideranças tenentistas de grande envergadura na sua direção, impôs rígidos critérios de adesão aos seus candidatos a sócio. O que originou fichas de filiação, ou inscrição, bastante detalhadas⁵⁸. Além de um espaço para fotografia, nelas o inscrito deveria informar, entre outras coisas: cargos públicos ou profissões exercidas entre 1922 e 1930; onde fixou residência entre 1922 e 1930; sua “atuação revolucionária” entre 1922 e 1930; a assinatura do proponente da sua filiação; o seu ponto de vista “referente à situação revolucionária e à política atual”; por fim, firmar qual compromisso estabeleceria com a organização. Além de haver espaço para as assinaturas da comissão de sindicância, que avaliava sua aceitação ou não (Figura 1). É claro que à medida em que a situação política se agravava e o Clube procurava se expandir, o rigor com essas informações diminuiu, a preocupação em preenchê-las também e a exigência de algumas delas até desaparece, nas fichas ao longo do ano de 1932 (Figura 2). Ainda assim a existência de tais critérios confirma a preocupação da entidade em conhecer com mais detalhes seus futuros membros.

Esses documentos são fontes indispensáveis para a compreensão do perfil político e social dos atores que compuseram o Clube. Refere-se aqui principalmente aos papéis do núcleo da sede da organização no Rio de Janeiro. As filiais estaduais e municipais, embora tenham se proliferado no ano de 1932, como demonstram as notícias do *Correio da Manhã*, tiveram uma importância marginal nas disputas envolvendo a União, pois tendiam a seguir aquilo que era determinado a partir do Distrito Federal.

entre as muitas definições, como as de Max Weber, Maurice Duverger e Giovanni Sartori, elas consideram a finalidade dessas organizações de buscarem o poder através da disputa eleitoral – que pode ser livre ou não (BERSTEIN, 2003; GONZÁLEZ, 2009; PASQUINO, 2005). Neste ponto, discorda-se da afirmação de Carvalho (1975, p. 16) de que o Clube 3 de Outubro havia surgido como um partido político.

⁵⁸ CPDOC-CO d Fichas Inscrição.

Figura 1 - Frente e verso da ficha de inscrição n.º 1 de Pedro Ernesto Batista

CLUB 3 DE OUTUBRO

Proposta

N.º 1

Nome: *Pedro Ernesto Batista*
 Residência: *Rua de S. Francisco 140*
 Data do nascimento: *12 de Junho 1896*
 Local do nascimento: *Recife Pernambuco*
 Filiação: *Antônio Augusto de S. Batista e Maria Adelaide de S. Batista*
 Estado civil: *Casado*
 Profissão: *Advogado*
 Emprego, Cargos Públicos ou Profissões entre 1920-1930: *Não ocupou emp. pública até este dia!*
 Localidades de residência entre 1920-1930: *Capitão Pedreira*
 Posição Económica: *Trabalha em escritório de advocacia*
 Actuação revolucionária entre 1920-1930: *Trabalha para as instituições de defesa*

Testemunhas:

Informações diversas:

Data e assignatura do proponente: *Maria Bernadette*

Ponto de vista do proponente referente a situação revolucionária e a política actual: *Passamos por muitas vicissitudes para estabelecermos entre os proprietários os pontos de vista*

Compromisso com a Sociedade: *Desempenho do meu trabalho em favor da sociedade*

Data e assignatura do proponente: *Maria Bernadette*

Parecer da Comissão de Sindicância:

Concordo. Celso Hoffmann
Concordo. Manoel Luis
Concordo. João Pinheiro de Sá
Concordo. Augusto Soares

Fonte: CPDOC-CO de Fichas Inscrição, n.1.

Figura 2 - Frente e verso da ficha de inscrição n.º 354, do Capitão Odílio Denys.

CLUB 3 DE OUTUBRO

PROPOSTA para admissão de socio Matrícula N.º 354 Serie 5.ª

Sr. Presidente do Club

Os associados, abaixo assignados, achando-se em pleno gozo dos seus direitos, propõem para socio deste Club, responsabilizando-se pela idoneidade moral e pelo pagamento das mensalidades do proposto, de accordo com as disposições da respectiva Lei Organica o Sr. Capitão Odílio Denys

Denys 17 Fev.º 1892
 Data do nascimento
 Local do nascimento *Estado do Rio Janeiro*
 Filiação *Antônio Denys*
 Profissão *Offizial de Engenharia*
 Estado civil *casado*
 Residência *Rua Visconde de Albuquerque 36 Perna* Local onde trabalha *2.º Regimento de Engenharia* Fone
 Local onde paga as mensalidades *Sede*
 Fone
 Situação economica (Resolimento mensal) *1500000*

Assinatura do proposto *Odílio Denys*
 Em *20 de Fevereiro* de 1932

OS PROPONENTES
Manoel Luis
Salcissimo Cardoso
Maria Bernadette
Augusto Soares

Comissão de Sindicância em 3 MAR 1932
 Comunicado aos proponentes em

COMISSÃO DE SINDICANCIA

Parecer

O Sr. Presidente do Club:

Sobre a presente proposta, esta Comissão emite o seguinte parecer:

✓ Aceito pelo Directorio

Rio de Janeiro, 3 de Março de 1932

PRESIDENTE
 SECRETARIO

✓ Aceito pelo Directorio

Fonte: CPDOC-CO de Fichas Inscrição, n. 354.

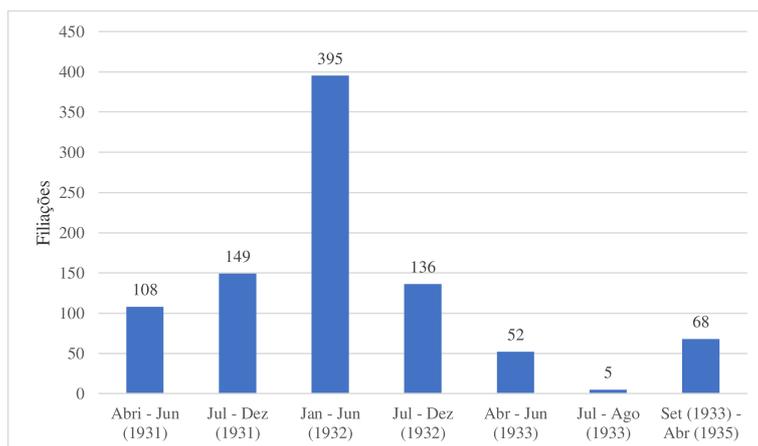
Entre os textos que tratam do Clube de maneira mais detida (Carvalho, 1975; Conniff, 1979; Leal, 2001a; Pinto, 2016; Viviani, 2009), Maria Cecília Spina Forjaz (1988, p. 119-138) foi a única a trabalhar minuciosamente tais fichas de filiação. Primeiro, analisou todas as 853 que teve à disposição, as quais englobam o período de 1931 a 1933, estando atenta ao perfil profissional, origem regional e faixa etária dos filiados⁵⁹. Em um segundo momento da sua avaliação, separou as filiações entre antes e depois da “Revolução Constitucionalista de 1932”, que representou um marco, como já anunciado, na trajetória do Clube 3 de Outubro.

Apoiando-se nessas importantes contribuições apuradas pela autora, esta tese dá alguns passos adiante. Primeiro, detalha esse perfil de filiações à associação por semestre, entre 1931 e 1935, buscando perceber, com maior precisão, possíveis transformações que acompanharam a trajetória do Clube – que foi brevemente descrita acima e será destrinchada com mais vagar nos capítulos seguintes. Em um segundo momento, procura-se identificar quem são os membros mais influentes, ou seja, aqueles mais ativos e com maior poder de decisão na entidade. Esse é mais um instrumento para a definição da “força política” que foi o grêmio civil-militar, partindo de quem diretamente o manipulou e ao mesmo tempo foi influenciado por ele. Neste momento, a técnica prosopográfica foi indispensável, seja para estabelecer os nomes desse grupo específico dentro do Clube, seja para analisá-lo em suas peculiaridades (Stone, 2011; Bulst, 2005). A premissa empregada é que a caracterização a respeito de quem são os atores que compõem uma instituição oferece mais uma camada de compreensão em relação à experiência coletiva em que estão envolvidos, ao funcionamento do grupo que constroem, à sua capacidade de articulação, aos valores e às representações que sustentam; auxiliando também na leitura das fontes que deixam de legado, bem como no entendimento das práticas e bandeiras pelas quais escolhem lutar.

⁵⁹ A historiadora diz que as 853 fichas se referem ao total de inscritos no Clube 3 de Outubro (FORJAZ, 1988, p. 132). Todavia, na visita ao CPDOC para a realização desta tese, foram encontradas fichas numeradas em ordem crescente entre 1 e 845, sendo que entre elas 43 estão extraviadas (a última ficha extraviada é a de número 740). As últimas fichas disponíveis correspondem a filiações ocorridas até agosto de 1933. Além das fichas, há uma lista de sócios em que estão disponíveis mais 68 nomes, suas respectivas profissões e vencimentos, totalizando 913 inscritos. Considerando que a entidade existiu até abril de 1935, estas outras filiações podem ter ocorrido em algum momento entre setembro de 1933 e abril de 1935. Ainda assim não se pode afirmar, com certeza, que elas representam todas as inscrições ocorridas no período, porque não há datas de filiação nesse documento. Tal relação foi produzida por Henrique Cordeiro Autran, secretário da última diretoria (eleita em julho de 1934), quando entregou as fichas à guarda do CPDOC, no final de agosto de 1979. A este respeito ver: CPDOC-CO d Prof.-Venc/série d- Diversos, relação de sócios do Clube 3 de Outubro por profissão e vencimentos em ordem de inscrição.

Considerando as 913 filiações que esta pesquisa acessou, realizadas entre 1931 e 1935, observa-se que o Clube tem uma explosão nas adesões entre janeiro e junho de 1932, correspondendo ao mencionado período de auge (Gráfico 1). Quando houve uma intensificação em torno das contendas acerca da constitucionalização, que englobaram: maior exposição da entidade na imprensa com manifestos, notas e entrevistas de seus sócios; maior presença de seus membros em cargos do governo; deflagração das querelas em torno da elaboração do Código Eleitoral; publicação do *Esboço...* nos jornais; a expansão dos núcleos do Clube em outras cidades e estados; e o empastelamento do *Diário Carioca*.

Gráfico 1 - Filiações no Clube 3 de Outubro entre 1931 e 1935



Fontes: CPDOC-CO d Fichas Inscrição; CPDOC-CO d Prof.-Venc, série d – Diversos.

Segundo afirmou Augusto Amaral Peixoto, depois da “Revolução de São Paulo, veio uma nova diretoria substituir aqueles que tinham ido para os quartéis, e essa diretoria resolveu abrir as portas do Clube. Então, centenas de cidadãos entraram para o Clube 3 de Outubro [...]”. Na primeira reunião após o conflito armado, “entrei, olhei e não vi uma cara conhecida.” (Peixoto *apud* Forjaz, 1988, p. 132-133)⁶⁰. Mesmo que tenha havido este relaxamento maior nos critérios de filiação, promovido pela nova diretoria, que só seria eleita

⁶⁰ Infelizmente, em virtude da pandemia e do fechamento do CPDOC, não foi possível acessar a íntegra da entrevista de Augusto Amaral Peixoto para o projeto de História Oral.

em fevereiro de 1933 – sob a presidência interina de Gustavo Cordeiro de Farias –, nota-se que isso não se refletiu em um aumento de novas adesões⁶¹.

A mudança nos quadros que tornaria a entidade irreconhecível para Amaral Peixoto, talvez se explique mais pelo seu esvaziamento do que pelas “centenas de cidadãos” que teriam entrado. Segundo Forjaz (1988, p. 136), ela foi fruto de um abandono da instituição pelos “tenentes”, em decorrência do conflito com os paulistas. O que é perfeitamente plausível, ainda mais considerando a notícia, em meados de outubro de 1932, da escolha de uma “comissão diretora provisória”, em assembleia geral, para tratar das questões administrativas do Clube, dada a ausência de “grande número dos seus associados mais influentes [...] cabendo qualquer deliberação ulterior de caráter político à assembleia que se reunirá quando os sócios ausentes houverem regressado”⁶². Para Juarez Távora (1974, p. 67), o Código Eleitoral e a fixação da data das eleições para a Constituinte, decretados em fevereiro e maio, deslocou as atividades dos “revolucionários” do Clube 3 de Outubro para a (re)organização de partidos políticos nos vários estados da federação, em articulação com as interventorias.

Outra hipótese, complementar às duas anteriores, a ser aqui levantada – que será (re)discutida no Capítulo 4, mas que merece ser anunciada desde já – é a seguinte: a postura intransigente adotada pelo Clube em relação à defesa da “ditadura” – mantida após o empastelamento do jornal liberal *Diário Carioca* e o conseqüente desembarque dos gaúchos do governo, em fevereiro de 1932 –, tornou-o um obstáculo ou, no mínimo, pouco interessante para o governo e governistas que procuravam prioritariamente se preservar no poder, negociando e concedendo às frentes únicas do Rio Grande do Sul e de São Paulo (Carvalho, 1975, p. 45-49; Conniff, 1979, p. 147-150). Ora, nota-se que em junho de 1932 a agremiação sofreu baixas importantes com o afastamento de nomes do núcleo varguista como Osvaldo Aranha e Góis Monteiro, seguidas de um “efeito dominó”, com repercussão no debate público⁶³.

⁶¹ CPDOC-AAP 3f, manifesto, estatutos, programa do Clube 3 de Outubro.

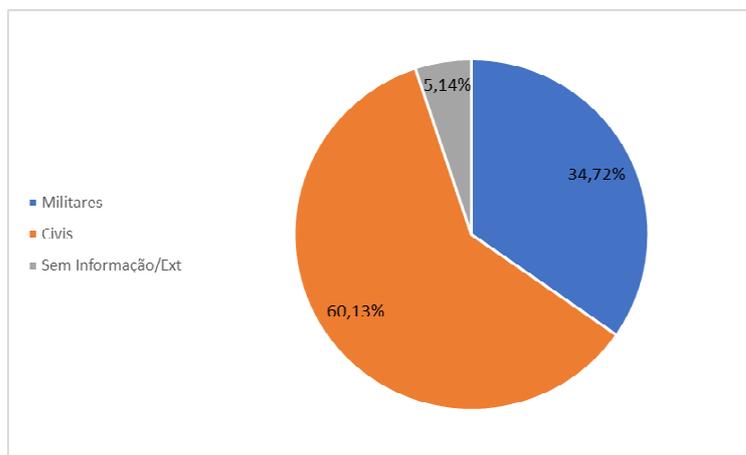
⁶² A GESTÃO provisória dessa instituição até às próximas eleições. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 14/10/1932, p.3.

⁶³ O TELEGRAMA do General Góes Monteiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9/6/1932, p. 4. Conforme observou Maria Célia Freire de Carvalho (1975, p. 35), Góis Monteiro retornou ao convívio outubrista, em outubro de 1933, participando de uma reunião em que exaltava as qualidades da entidade. OS TERMOS do pedido de demissão do Sr. Osvaldo Aranha ao Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 11/6/1932. NUMEROSAS renúncias. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9/6/1932, p. 4.

Mesmo que, ao longo do ano 1933, o Clube tenha procurado noticiar novos pedidos de filiação, no *Correio da Manhã*⁶⁴; o que os números obtidos pela análise das fichas de inscrição sugerem é que, além dessa debandada, confirmada parcialmente pela própria associação, as filiações seguiram caindo, tanto entre civis quanto entre militares, entre julho de 1932 e agosto de 1933. Alguma recuperação posterior possível de ser percebida, não chegou nem perto do pico do primeiro semestre de 1932 (Gráfico 3).

A trajetória das filiações, como um todo, também mostra um Clube que começou com uma maioria militar, que foi se tornando civil. Levando-se em conta somente os números de filiações e desconsiderando-se as desfiliações, das quais não temos dados precisos, chega-se à seguinte proporção para toda a existência do Clube 3 de Outubro:

Gráfico 2 - Porcentagem de civis e militares filiados no Clube 3 de Outubro entre 1931 e 1935, em um universo de 913 sócios.



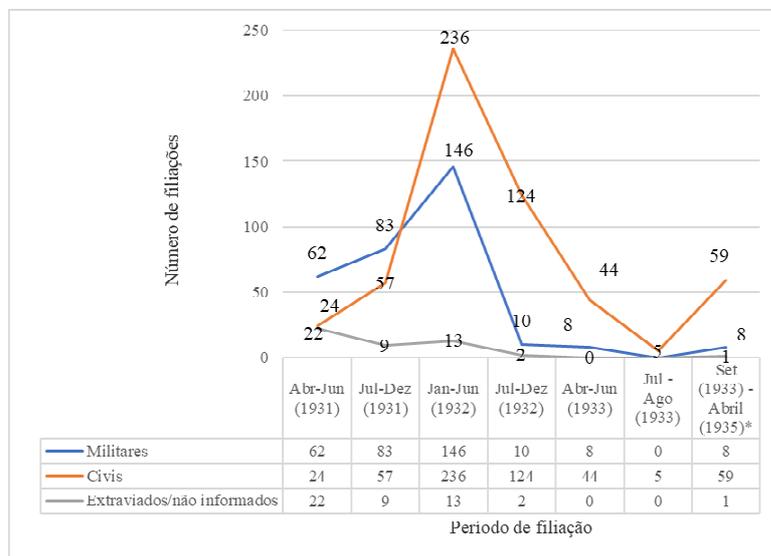
Fontes: CPDOC-CO d Fichas Inscrição; CPDOC-CO d Prof.-Venc, série d – Diversos.

Como foi dito, Forjaz (1988, p. 136-137) e, mais recentemente, Pinto (2016, p. 265) atribuem o fenômeno da maioria civil mais à Revolução Constitucionalista de 1932, que teria patrocinado uma debandada dos militares, especificamente dos “tenentes”. Mas, segmentando

⁶⁴ A COMEMORAÇÃO do assalto ao 3º regimento. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 30/4/1933, p. 2. A REUNIÃO de ontem do Grande Conselho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27/5/1933, p.3. A REUNIÃO do Grande Conselho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2/9/1933. A REUNIÃO do Grande Conselho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21/10/1933, p. 3.

a entrada de sócios entre os semestres, o que se vê também é que os civis aumentaram sua presença antes de julho de 1932, no período de intensificação das atividades e da exposição do Clube no debate político. Posteriormente, mesmo no momento de queda geral de filiações, mantiveram-se como maioria entre os recém-chegados:

Gráfico 3 - Número de filiações por semestre do Clube 3 de Outubro entre 1931 e 1935, civis e militares



Fontes: CPDOC-CO d Fichas Inscrição; CPDOC-CO d Prof.-Venc, série d – Diversos.

Nota-se que o Clube no ano de 1931 era majoritariamente fardado, com 145 militares e 81 civis⁶⁵; entre janeiro e junho do próximo ano, os civis já formavam maioria graças à sua chegada expressiva neste momento, como se vê no “Gráfico 3” (317 civis e 291 militares)⁶⁶.

⁶⁵ Infelizmente, não há os números exatos. Mas em um exercício imaginativo, mesmo que fossem contabilizadas como pertencentes a civis todas as fichas extraviadas e sem informação sobre a profissão dos sócios, neste caso, ainda assim eles seriam minoria (145 militares e 112 civis).

⁶⁶ Em outro exercício imaginativo, mesmo que fossem contabilizadas todas as fichas extraviadas ou sem informação até junho de 1932 como militares, ainda assim teríamos uma pequena maioria de fardados no Clube (335 militares e 317 civis). O que é pouco provável, uma vez que a explosão de filiações no primeiro semestre daquele ano foi puxada majoritariamente pelos civis e a partir daí eles se consolidaram como os que mais apresentavam propostas de adesão, inclusive na fase de declínio geral.

Sob o guarda-chuva destes dois grupos profissionais mais genéricos havia, é claro, ocupações distintas. Embora elas, por si só, não sejam indicadores perfeitos das origens sociais dos membros da organização, ainda assim representam uma possibilidade a mais de aproximação com a realidade. No grupo dos militares, é visível a maior participação do Exército (Tabela 1):

Tabela 1 - Ocupações militares informadas no ato de filiação entre 1931 e 1935

Profissão	Número	Porcentagem
Oficial do Exército	199	21,79
Oficial da Marinha	72	7,88
Militar sem especificação	46	5,03
Total	317	34,7

Fontes: CPDOC-CO d Fichas Inscrição; CPDOC-CO d Prof.-Venc, série d – Diversos.

Entre os oficiais do Exército e da Marinha, conta-se apenas 2 generais e 1 almirante, nesta ordem. A respeito do oficialato do Exército não há informações muito precisas sobre sua origem social. O que autores como Forjaz (1988, p. 130), José Murilo de Carvalho (2005, p. 17-18) e Alfred Stepan (1975, p. 28) concordam é que entre a primeira República e os anos 1940, a profissão não era a preferida de uma elite econômica e política. Estariam eles majoritariamente em uma posição intermediária com parentescos oligarcas, sendo observadas trajetórias de declínio em suas famílias – “primos pobres das oligarquias”. Quanto à Marinha, sem apresentar dados específicos, Carvalho (2005, p. 19) afirma genericamente sobre o caráter mais elitizado da sua oficialidade, em comparação ao Exército.

Na porção dos sócios civis, percebe-se de maneira mais evidente o predomínio de atividades da classe média urbana – algo semelhante ao que Forjaz (1988, p. 129) já havia levantado. Destacam-se o elevado número de homens do comércio (comerciantes e comerciários), funcionários públicos e profissionais liberais; além da baixa presença de figuras que poderiam compor as elites econômicas, como industriais e produtores rurais (Tabela 2).

Tabela 2 - Ocupações civis informadas no ato de filiação entre 1931 e 1935

Profissão	Número	Porcentagem
Comércio (comerciante e comerciário)	117	12,81
Funcionário Público	106	11,61
Médico	72	7,88
Advogado	59	6,46
Engenheiro	38	4,16
Outros ⁶⁷	37	4,05
Bancário	30	3,28
Jornalista	16	1,75
Dentista	12	1,31
Contador	10	1,09
Industrial	9	0,98
Cartório	7	0,76
Marinha Mercante	7	0,76
Produtor Rural	7	0,76
Estudante	6	0,65
Professor	6	0,65
Agrônomo	3	0,32
Juiz de Direito	3	0,32
Polícia	3	0,32
Diplomata	1	0,1
Total	549	60,13

Fontes: CPDOC-CO d Fichas Inscrição; CPDOC-CO d Prof.-Venc, série d – Diversos.

Aqui cabe algum reparo a respeito do que afirmou Conniff (1979) sobre a base de apoio dos “tenentes” do Clube 3 de Outubro. Sem apresentar nenhum dado, o historiador afirmou que havia para a entidade um apoio maior entre setores do que ele chama vagamente de “classe média baixa”, que consistia em empregados do setor de serviços, comerciantes, comerciários, estivadores etc. (Conniff, 1979, p. 153). Isso porque a luta do grêmio civil-militar pela ampliação da representação política para as associações profissionais lhes agradaria. Enquanto isso, a classe média “mais tradicional”, que havia apoiado o Tenentismo nos anos 1920, teria preferido não se ligar ao grêmio, por enxergar nas suas propostas possibilidades de transformações mais drásticas na estrutura social, sendo assim menos atrativas do que propunham os setores mais liberais. Ora, não se pode generalizar sobre a

⁶⁷ Profissões pouco especializadas e com poucos representantes como empregados dos serviços, ferroviários, estivadores, cobradores, vendedores etc.

existência ou não de apoio em determinados setores da sociedade brasileira a partir do perfil dos sócios do próprio Clube. Contudo, o que os números mostram é uma expressiva presença de profissões mais prestigiadas socialmente e, portanto, originadas do que pode ser considerado uma classe média “mais tradicional”. Somados os médicos, advogados, engenheiros, bancários e funcionários públicos tem-se 305 homens. Enquanto aqueles representantes do que seriam uma “classe média baixa”, para Conniff – ligados ao comércio (comerciantes e comerciários) e profissões de menor prestígio social, com menos especialização (“outros”) –, perfazem um total de 154 membros (Tabela 2). O que demonstra que, durante o Governo Provisório, entre ambas as frações deste setor social, o Clube 3 de Outubro e suas demandas por um Estado mais forte, centralizador e coordenador dos distintos interesses econômicos e sociais, atraiu mais para suas fileiras elementos advindos uma classe média “mais tradicional”, talvez seduzidos pelo discurso de pacificação social próprio da doutrina corporativista.

Apenas para efeito de comparação com o universo nacional, segundo o Censo de 1920, no cômputo geral das profissões entre os homens do Brasil, aqueles que estão mais próximos da classe média “mais tradicional”, com profissões de maior prestígio social, constituem apenas 2,12 % do total⁶⁸. Enquanto os sujeitos com profissões de menor prestígio e/ou com menor grau de especialização somam 47,9 % do total⁶⁹ (Tabela 3).

⁶⁸ Somados “Forças armadas e polícia”, “profissões liberais”, “Emprego no governo e na administração” e “Administração privada”.

⁶⁹ Somados “Agricultura”, “Fabricação”, “Comércio”, “Transportes”, “Serviço Doméstico”.

Tabela 3 - Profissões no Brasil, 1920

Profissões	Homens	Porcentagem
Agricultura (incluindo pastoril, mineração e pesca)	5 843 665	40,46
Fabricação (incluindo artesãos e costureiros)	758 757	5,25
Capitalistas	27 384	0,19
Comércio	474 707	3,29
Transportes	249 870	1,73
Forças Armadas e polícia	88 363	0,61
Religiosos	6 059	0,04
Profissões liberais (incluindo parteiras e professores)	107 634	0,74
Emprego no governo e na administração	94 487	0,65
Administração privada	37 303	0,26
Serviço Doméstico	70 335	0,49
Diaristas	-	-
Mal definidas ou desconhecidas	369 911	2,56
Sem profissão*	7 314 334	50,64
Total	15 442 809	100

Fonte: Adaptado de: Hahner, June Edith. *Pobreza e Política: os pobres no Brasil – 1870/1920*. Brasília: EDUnB, 1993.

*Inclui aqueles que não declararam uma profissão e menores de idade.

A respeito da origem regional e da faixa etária dos sócios do Clube, recorre-se aos dados já encontrados por Maria Cecília Spina Forjaz (1988, p. 131-132), porque são mais completos, uma vez que contemplam um universo de 853 fichas, 8 a mais do que as 845 que o autor desta pesquisa teve acesso⁷⁰. A historiadora observou: 54,2% dos inscritos oriundos do Sudeste e do Distrito Federal; 21,3% do Nordeste; 4,8% do Norte; 14,6% do Sul e 2,2% de regiões não declaradas; além de 6 nomes estrangeiros e nenhum registro da região Centro-Oeste. Vale destacar a expressividade da presença de homens do Norte e Nordeste, regiões que contaram com a atuação política direta de Juarez Távora na Delegacia Militar do Norte. Foi daí, como mencionado, que se organizou o chamado “Bloco do Norte”, que colidiu com as forças de tendências liberalizantes e federalistas do Centro-Sul na Assembleia Nacional Constituinte. Por simples coincidência, as porcentagens são proporcionais com a distribuição da população masculina pelas regiões do território brasileiro, segundo o Censo de 1920. Em um total de 15.443.818 homens, estavam 45,25% no Sudeste; 35,5% no Nordeste; 4,9% no Norte; 11,64% no Sul e 2,54% no Centro-Oeste⁷¹.

⁷⁰ Reforça-se que a lista que contempla 913 inscritos não oferece dados sobre origem e idade.

⁷¹ RECENSEAMENTO do Brasil. Realizando em 1 de Setembro de 1920. *Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio*: Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1926. v. IV, 1ª pt.

Em relação à faixa etária, calculou uma maioria de 73,5 % entre 21 e 40 anos, ou seja, “revolucionários” nascidos e educados sob a República e a intensificação dos debates e litígios a respeito de seus limites e virtudes.

A diversidade dos membros do Clube 3 de Outubro também abarcava suas respectivas trajetórias histórico-políticas. Entre os militares havia os “tenentes históricos”, aqueles envolvidos nos levantes de 1922, 1924 e na Coluna Prestes, tais como Juarez Távora, João Alberto, Augusto Amaral Peixoto, Herculino Cascardo, Stenio de Albuquerque Lima, Newton Estillac Leal etc. Figuras que experimentaram a rebeldia à hierarquia em nome de um ideal comum, os diferentes choques com as tropas legalistas; a força repressora do regime com as prisões, a perseguição policial, arbitrariedades judiciais, o exílio e a clandestinidade. Além disso, viveram aproximações com as oligarquias dissidentes desde a formação da chapa da Reação Republicana (1922), acompanhando e envolvendo-se na crítica ao regime, bem como nas cisões intraoligárquicas, ao longo de toda a década de 1920 (Aragão, 2012, p. 364-365; Forjaz, 1988, p. 100; Macedo, 2015). Outro perfil era o dos “picolés”, alunos da Escola Militar do Realengo, que uma vez envolvidos nos levantes de 1922 foram expulsos da caserna, retornando à corporação e à ação política somente depois da anistia – permanecendo, pois, na geladeira. Portanto, muitos deles nem chegaram a se formar militares, estando por anos na vida civil, em contato com outros valores além daqueles cultivados na corporação ou na permanente conspiração, que viveram os “tenentes históricos” (Forjaz, 1988, p.99; Pinto 2016, p. 232-233)⁷². São nomes como Ayrton Bittencourt Lobo, Asdrubal Castro, Herodoto Batista Cavalcanti, Raul de Albuquerque e Djalma Pio dos Santos⁷³. O terceiro grupo entre os fardados era o dos “rabanetes”, sujeitos que aderiram à “revolução” e se aproximaram dos “tenentes” mais tardiamente, depois da emigração da Coluna e/ou por ocasião da formação *Aliança Liberal*, sendo alguns deles, inclusive, antigos inimigos. Assim, eram encarados como retardatários e com alguma suspeição – por isso “rabanetes”, “vermelhos por fora e

⁷² “Cerca de 900 alunos da Academia Militar, participantes do levante de 1922, estiveram durante quase nove anos fora do Exército e um grande número deles retornou às fileiras graças à Revolução.” (FORJAZ, 1988, p.99). Os nomes desses alunos expulsos podem ser conferidos em REVOLUÇÃO de 1922. *Ministério da Defesa. Exército Brasileiro*. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1555045&_101_type=content&_101_urlTitle=revolucao-de-1922&_101_redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fexercito-brasileiro%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_keywords%3Dcampo%2Bgrande%26_3_advancedSearch%3Dfalse%26_3_groupId%3D0%26_3_delta%3D20%26_3_assetTagNames%3Drepublica1%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_andOperator%3Dtrue%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true>. Acesso em ago. de 2021.

⁷³ CPDOC-CO d Fichas de Inscrição, números: 170, 277, 361, 572 e 817.

brancos por dentro”. Eram nomes como o próprio Góis Monteiro, Juraci Magalhães, Cristóvão de Castro Barcelos e Napoleão de Alencastro. Na ficha de Juraci Magalhães, chama atenção o que o oficial preencheu no campo “Atuação revolucionária entre 1922/1930”: “Anteriormente teórico, 1930 prático.”⁷⁴. Refere-se à sua aproximação com as atividades conspiratórias no final de 1927, principalmente através de Juarez Távora, participando pela primeira vez de um levante armado somente em 1930 (Coutinho, 2001b, s.p.; Magalhães; Gueiros, 1996, p. 67-69).

Entre os sócios civis do Clube, contava-se primeiro com aqueles há mais tempo envolvidos com os militares rebeldes, desde os levantes dos anos 1920: eram os “tenentes civis”, como é o caso do jurista Temístocles Brandão Cavalcanti e do médico Pedro Ernesto Batista. Temístocles Cavalcanti, junto com Platão de Andrade, foi advogado dos revoltosos desde 1922 até a “Revolução de 30”, sendo preso, em 1924, pela sua atuação nos processos (CPDOC, 2001b, s.p.; Aragão, 2012, p. 283-294). Pedro Ernesto, por sua vez, havia se aproximado dos “tenentes” por intermédio da família Amaral Peixoto, quando trabalhou como médico assistente na farmácia do pai de Augusto e de Ernani Amaral Peixoto. Ganhou destaque profissional no Rio de Janeiro e colocou sua clínica à disposição de atividades “revolucionárias”, abrigando fugitivos e emprestando ambulâncias para o transporte de armas, por isso recebeu o apelido de “mãe dos tenentes” – também chegou a ser preso pela participação nas ações de 1924. Lembrando que foram na sua casa de saúde as primeiras reuniões do Clube 3 de Outubro (Mourelle, 2010, p. 78-79). Outros, no entanto, desenvolveram essa aproximação mais tardiamente, por ocasião dos acontecimentos “revolucionários” entre 1929 e 1930, como é o caso de Osvaldo Aranha e José Américo. Aranha havia até participado de combates à Coluna Prestes, no final de 1924, e à Coluna Relâmpago, em 1926, quando levou um tiro no pé direito. Foi o principal articulador político do levante armado em 1930, mas já no governo temia que a ditadura descambasse para um regime monopolizado pelos militares. O Clube 3 de Outubro, a seu ver, deveria servir para coordenar, harmonizar e defender as ideias dos “revolucionários” como um todo (Moreira, 2001, s. p.; Pinto, 2016, p. 205-206). José Américo, por seu turno, era advogado e escritor, tendo trabalhado no governo de João Pessoa, onde se tornou Secretário Geral do Estado da Paraíba, em 1928, e em 1930 Secretário de Segurança. Era bastante criticado por manter relações com “carcomidos” como Eptácio Pessoa, e nas disputas do Partido Democrático com João Alberto, posicionou-se contrário à nomeação do militar como interventor (Pantoja,

⁷⁴ CPDOC-CO d Fichas Inscrição, número 62.

2001b, s.p.). Alguns nomes, como Cristiano Machado, Virgílio de Mello Franco e Djalma Pinheiros Chagas, foram motivos de uma desconfiança mais ostensiva, sendo apontados como infiltrados, pela ligação umbilical que tinham com setores oligárquicos mais tradicionais de Minas Gerais, principalmente com a grei de Artur Bernardes no PRM⁷⁵. Nas reuniões da entidade debatia-se até a necessidade de suas expulsões⁷⁶.

Figura 3 - Imagem de uma das reuniões do Clube 3 de Outubro, data provável entre 1931 e 1932, Rio de Janeiro.



Da esquerda para a direita: (sentados) João Alberto, Augusto César Burlamaqui, Ademar Siqueira, Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, Arnaldo Pinheiro de Andrade, Julio Simeira, Epaminondas Gomes dos Santos, Filinto Müller, Rodrigo da Veiga Cabral e (13º) Alcides Gentil; (2ª fila) Augusto do Amaral Peixoto (de terno branco, atrás de Ademar Siqueira e Augusto César Burlamaqui); (em pé, ao fundo) Cristiano Machado, Francisco Vicente Bulcão Viana, (5º) Guido Bellens Bezzi, Paulo Martins Meira e Abelardo Marinho; (presentes na festa) Eurico Mariano de Oliveira, Bráulio Gouveia, Jones Rocha, Frederico Buys, Edgar Soares Dutra, César Tinoco, Manuel Leite Sampaio, Figueiredo Lima, Rui Santiago, Aldo de Sá Brito e Sousa, Paulo Kruger da Cunha Cruz e Peri Constant Bevilacqua. Fonte: CPDOC-CO foto 002

⁷⁵ POLITIQUEIROS em actividade. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.4, 24/4/1932.

⁷⁶ O CLUB 3 de Outubro e a espionagem do P.R.M. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.3, 2/2/1932.

É preciso chamar atenção para o fato de que, entre homens com trajetórias distintas, não existissem mulheres sócias no núcleo central – pelo menos entre os registros de filiação acessados –, principalmente neste contexto de luta pelo voto feminino. Somente foi possível encontrar a presença de uma associada, a professora Margarida de Andrade, no Clube 3 de Outubro do Rio Grande do Sul. Ainda assim, sua inclusão nos quadros da filial gaúcha parece ter sido excepcional, considerando que foi aceita “por aclamação”, diferente do que previam as formalidades estatutárias⁷⁷. Tal como a Constituição de 1891 não proibia o voto feminino, os estatutos do Clube não proibiam filiações de mulheres, contudo, tampouco as previa.

Segundo Maria Clara Spada de Castro, embora os registros sejam escassos, é possível notar a participação de mulheres nos episódios de 1924. A autora destacou o papel da aviadora Anésia Pinheiro Machado, que foi acusada de auxiliar os rebeldes a roubarem automóveis, peças e aviões, bem como de recrutar outros aviadores. Em sua defesa, Pinheiro Machado alegou que prestava serviços de “ordem humanitária”, transportando mercadorias e medicamentos. A aviadora, além de ter sido representante da Liga Paulista pelo Progresso Feminino no I Congresso Feminista Internacional, se correspondia com Bertha Lutz, enquanto estava presa, após a revolta (Castro, 2022, p. 189-197)⁷⁸. Por sua vez, Anita Prestes mencionou sobre a participação feminina na Coluna Prestes, estimando um total de 50 nomes entre os combatentes (Prestes, 1997, p. 313). Enquanto isso, no Clube 3 de Outubro, tem-se notícia de que uma mulher ocuparia o púlpito da instituição somente em novembro de 1933, na condição de palestrante. Seria a jornalista, cantora e professora do Instituto Nacional de Música, Antonieta de Souza, a convite de Gustavo Cordeiro de Farias, para tratar do tema “O Teatro no Brasil: o que ele foi, o que é e o que poderá ser.”⁷⁹. A diretoria tinha interesse no

⁷⁷ O correspondente local do *Correio da Manhã* apresentou Margarida de Andrade como professora, figura ativa na imprensa do Rio Grande do Sul, com o pseudônimo de Lucia Regina, e filha de um destacável líder do Partido Republicano em Porto Alegre, o coronel do Exército Marcos Alencastro de Andrade. Mesmo pesquisando pelos nomes de Margarida e Lucia em vários periódicos gaúchos, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, não foi possível encontrar nenhuma informação. Outra referência a Lucia Regina aparece também no *Correio da Manhã*, quando o correspondente reportou uma “solenidade cívica” no Clube 3 de Outubro riograndense para celebrar os “18 do Forte”, indicando-a entre os oradores inscritos da cerimônia. Ver: A ACTIVIDADE do Club 3 de Outubro do Rio Grande. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 29/5/1932; AS COMEMORAÇÕES na capital riograndense. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 7, 5/7/1932. O coronel Marcos Alencastro de Andrade parece ter sido bastante prestigiado na política porto-alegrense, morreu maio de 1921, enquanto era vice-presidente da Assembleia Legislativa do estado, durante sua quarta legislatura. Ver NECROLOGIA: Cel. Marcos A. de Andrade. *O Brasil: orgam republicano*. Caxias do Sul, p. 3, 7/5/1921.

⁷⁸ Anésia Pinheiro Machado, nascida em 1904, foi a segunda mulher a receber um brevê no Brasil. A primeira foi Thereza de Marzo, que havia nascido em 1903 (CASTRO, 2022, p. 195).

⁷⁹ CONFERENCIAS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 7, 24/10/1933. Infelizmente, não foi possível confirmar se a palestra programada ocorreu.

plano de criação de um “teatro nacional da ópera”, elaborado pela professora⁸⁰. Souza era exceção pois, em geral, as participações femininas se deram em cerimônias específicas de homenagens aos “revolucionários” mortos, como convidadas, em que, muitas vezes, eram apresentadas como “esposas de”, “filhas de” ou “mães de”.

O que explicaria tais condições de atuação feminina junto aos “tenentes”? Uma possibilidade é que, diferente do levante em São Paulo e da Coluna Prestes, que impunham certas urgências e necessidades promovidas por uma situação de guerra civil, as quais talvez deixassem as barreiras gênero mais porosas e maleáveis, a sociabilidade no grêmio tinha mais condições de reproduzir leituras e comportamentos patriarcais de maneira mais rígida.

Como é de se esperar, restrições ao papel da mulher na sociedade também encontravam espaço na doutrina corporativista. Entre os distintos grupos sociais, ou “unidades orgânicas”, as quais deveriam funcionar harmonicamente para o equilíbrio da nação, a família seria o “grupo primário”. Nesse arranjo, o papel feminino seria fundamental na dedicação ao casamento e à educação moral dos filhos e, por isso, para o bem da coletividade, a mulher deveria priorizar as atividades domésticas (Besse, 1989, p. 195; Tanagino, 2018, 322-331). No Clube, essa perspectiva do Corporativismo estava manifesta desde o primeiro ano de funcionamento, reaparecendo na 13ª tese aprovada na I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro, em julho de 1932: “Reconhecimento da Família como a célula vital da sociedade nacional, exigindo-se do Estado tudo o que defenda e favoreça sua unidade, estabilidade e desenvolvimento.”⁸¹.

Quanto à participação de homens negros como associados, considerando a formação social brasileira e o dado de que a maioria de seus membros era classe média, pode-se deduzir que eles existiam, mas muito provavelmente eram uma minoria. As imagens de reuniões compartilhadas ao longo deste trabalho tendem a confirmar essa suposição. Em relação à orientação teórico-doutrinária, ou ideológica, a respeito do tema racial, o grêmio optou por um discurso de apagamento das desigualdades raciais em prol da construção de uma “consciência nacional” indivisível – como será comentado novamente no Capítulo 3⁸².

2.6.2 Quem “mandava” no Clube 3 de Outubro?

⁸⁰ CLUB 3 de Outubro: a reunião do Grande Conselho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 21/10/1933.

⁸¹ CPDOC-AAP club 1931.00.00/1, sugestões de Atila Amaral e outros, da Comissão de Programa, nomeada pela Convenção do Clube, no intuito de tornar possível a construção da Pátria Brasileira, s.l., 1931. Ver também as “Teses aprovadas na I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro” (TÁVORA, 1974, p. 260-262).

⁸² CPDOC-AAP 3f, Programa Síntese Outubrista, p.1, 1933.

Em meio às diferenças, entre homens de classe média, civis e militares, “tenentes” ou não, vale perguntar: como o Clube 3 de Outubro estabelecia uma agenda comum e procurava garantir um mínimo de unidade de ação? Quem eram os mais assíduos nas reuniões e debates do grêmio, tendo maior influência sobre suas pautas e linhas de atuação? Em outras palavras, como se dava a relação constante entre estes múltiplos indivíduos, em interação, e o conjunto ao qual pertenciam?

Sendo um grupo facilmente definido e razoavelmente pequeno, o grêmio civil-militar torna-se mais próximo do ideal para o uso das técnicas prosopográficas. De posse dos 913 nomes dos filiados e das fichas de filiação de 845 deles, dos estatutos do Clube e das questões centrais desse trabalho, alinhando coleta e interpretação de dados, essa pesquisa partiu antes para a identificação dos membros mais influentes, segundo o “critério posicional” (Bulst, 2005, p.51-52; Ferrari, 2010, p. 541-542). Em outros termos, procurou-se identificar aqueles que detinham posições de mando dentro dessa comunidade, ocupando postos e funções específicas (Heinz; Codato, 2015, p. 258). Em seguida, aplicou-se a estes nomes, um questionário compatível com as perguntas centrais do trabalho, bem como dentro das possibilidades apresentadas pelas fontes – afinal de contas, muitos deles não tiveram grande destaque na história nacional, não deixando maiores informações além daquelas encontradas nas fichas. Basicamente, nome, profissão, instituição de formação, ano em que se formou, idade, região de origem, relações familiares, envolvimento com o Movimento Tenentista na década de 1920, na “Revolução de 1930” (o que conta como endosso, ajuda logística, ou atuação direta na luta armada) e presença na Constituinte. Como fontes de informação, além das fichas de inscrição, utilizou-se o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB-CPDOC)*, os jornais *Correio da Manhã* e *Diário Carioca*, biografias, livros de memória, dados da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e de instituições como a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT). O objetivo básico foi identificar elementos subjacentes aos sujeitos (Quem eram? De onde vinham? O que faziam?) e, a partir daí, avançar na compreensão da coletividade que construíram e de que forma ela também atuou sobre eles (Bulst, 2005, p. 58; Ferrari, 2010, p. 548; Heinz; Codato, 2015, p. 256).

Segundo Augusto do Amaral Peixoto o número de membros mais influentes do Clube estava em torno de 50⁸³. Michael Conniff (1979, p. 135) apurou que “raramente superava 80 o número de filiados presentes e atuantes em encontros e reuniões”. No *Correio da Manhã* a única menção a uma lista de presença encontrada relata o comparecimento de 94 sócios a um evento. Contudo, a ocasião era excepcional, por se tratar da posse dos novos “corpos dirigentes” eleitos, em fevereiro de 1932. Solenidade que contou também com a presença de representantes do Governo Provisório, do Ministério da Guerra e da Educação⁸⁴.

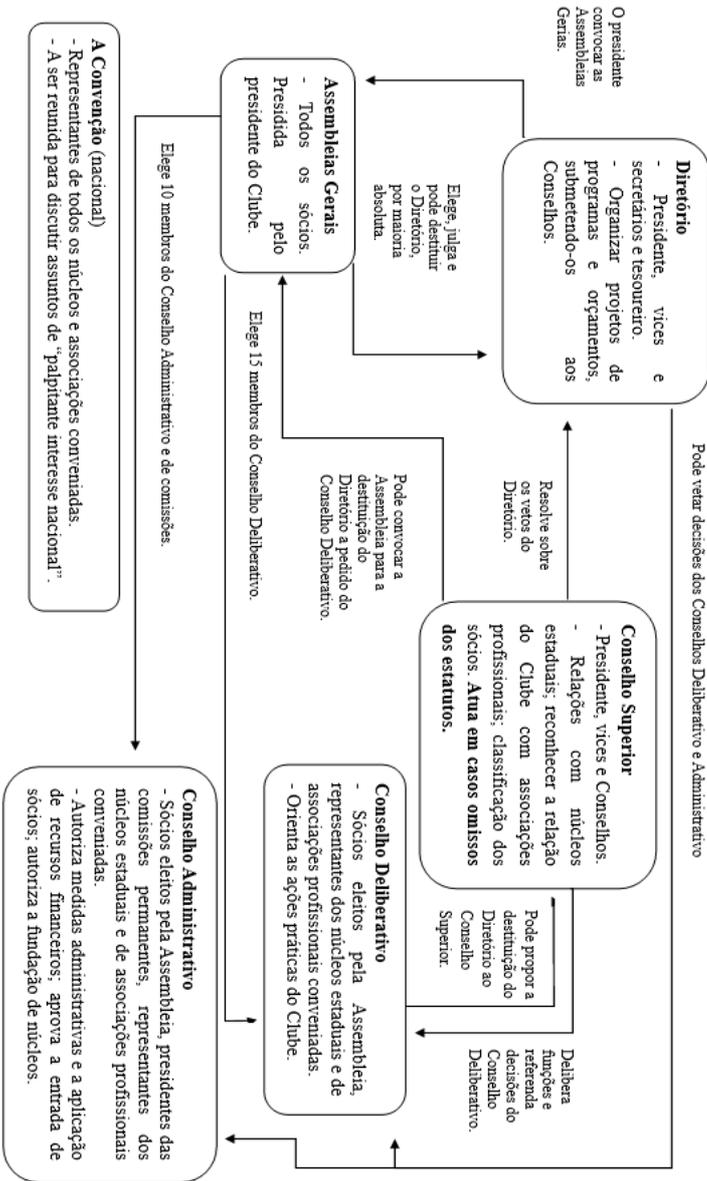
Para chegar aos nomes dessa fração mais poderosa, procurou-se identificar cargos específicos dentro da agremiação, segundo apontavam seus estatutos. A partir dos três encontrados, observou-se que o grêmio “revolucionário” alcançou maior grau de organização e complexidade institucional em fevereiro de 1932⁸⁵. Seus estatutos ganharam muito mais páginas para descrever diferentes ocupações e obrigações de seus sócios. Tornou-se claro que a autoridade decisória era concentrada nos chamados “poderes” do Clube. Além da diretoria, ou “Diretório”, composta por 6 membros (presidente, dois vice-presidentes, dois secretários e um tesoureiro), havia outros 5 “poderes” com funções administrativas, operacionais, programáticas e de comunicação: “Conselho Superior”, “Convenção”, “Assembleias Gerais”, “Conselho Deliberativo”, “Conselho Administrativo” (Diagrama 1):

⁸³ “João Alberto foi chamado aqui no Rio pelo Clube 3 de Outubro [...] porque havia muita oposição ao governo dele. [...] a reunião foi realizada na casa de saúde de Pedro Ernesto, onde João Alberto compareceu, **perante uns 50 membros do Clube, aqueles mais influentes**. Não queríamos fazer (uma reunião aberta), para não dar escândalo.” (PEIXOTO *apud* FORJAZ, 1988, p. 122-123, grifo nosso).

⁸⁴ A SOLENNIDADE de posse dos seus novos corpos dirigentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.4, 23/2/1932.

⁸⁵ Nas pesquisas foi possível localizar os estatutos da fundação, de 6 de maio de 1932; os estatutos que foram produto do período de auge do Clube, publicados em 3 de fevereiro de 1932; e aqueles que iniciaram a fase de declínio, datados de abril de 1933. A este respeito ver: CLUB 3 de Outubro. Estatutos. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 6/05/1931, p. 7219-7220. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1931/05/06>>. Acesso em jan. 2021. CPDOC-CO-1f, estatutos do Club 3 de Outubro, 1932. OS NOVOS estatutos dessa sociedade. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 3/2/1932. CPDOC-AAP 3f, manifesto, estatutos programa do Clube 3 de Outubro, 1933.

Diagrama 1 - Organização dos “poderes” do Clube 3 de Outubro segundo os Estatutos de 1 de fevereiro de 1932



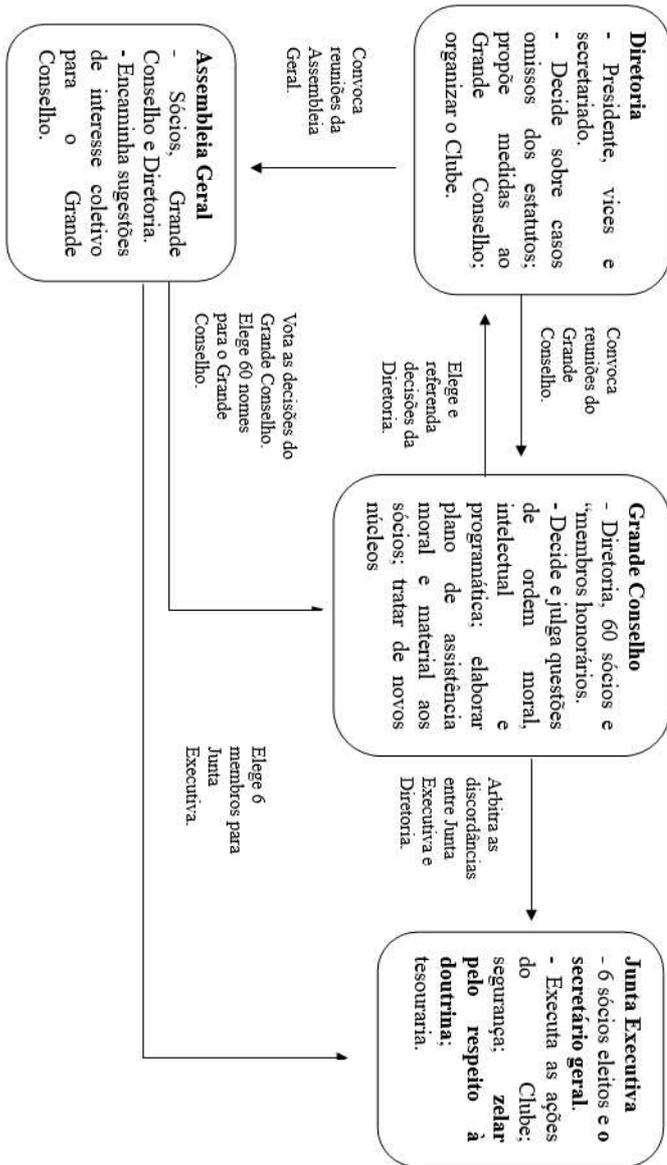
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Em 1933, coincidindo com o declínio de novas propostas de filiação, a máquina da associação foi enxuta, resumindo-se “os poderes”, além da diretoria, à “Junta Executiva”, ao “Grande Conselho” e à “Assembleia Geral”. Sendo admitida a convocação das assembleias para decisões como a dissolução das “diretorias”, eleições dos “poderes” e para ratificar alterações no programa depois da aprovados pelos Conselhos (Diagrama 2).

A ação política cotidiana das reuniões periódicas, como mostram os jornais, ficava por conta, sobretudo, das diretorias e conselhos. Com informações contidas nos próprios estatutos e nos jornais, foram distinguidos pelo menos seis diferentes “corpos dirigentes” efetivos ao longo da existência do Clube: o primeiro na sua criação, no início de 1931; o segundo, na fundação formal em maio de 1931; um terceiro, eleito em setembro de 1931; o quarto, de fevereiro de 1932; o quinto de fevereiro de 1933; o sexto, e último, de julho de 1934. A partir daí, foi possível levantar 127 nomes que ocuparam cargos na diretoria, comissões e conselhos. Destes, 38 nomes se repetiram em postos diferentes durante todo o período. Chegou-se, dessa maneira, na identificação do total de **89 homens** que ocuparam as posições de maior destaque dentro do Clube 3 de Outubro⁸⁶. Assim, é muito provável que estivessem entre eles os sócios mais ativos e presentes nas reuniões e decisões-chave da agremiação.

⁸⁶ O *Correio da Manhã*, em algumas notícias sobre reuniões do Clube, destacava alguns nomes de sócios presentes. Ao longo da leitura de suas edições, tomou-se o cuidado de anotar tais “presentes nomeados”. Chegou-se a um total de 22 sujeitos, quase todos eles estão entre os 89 identificados.

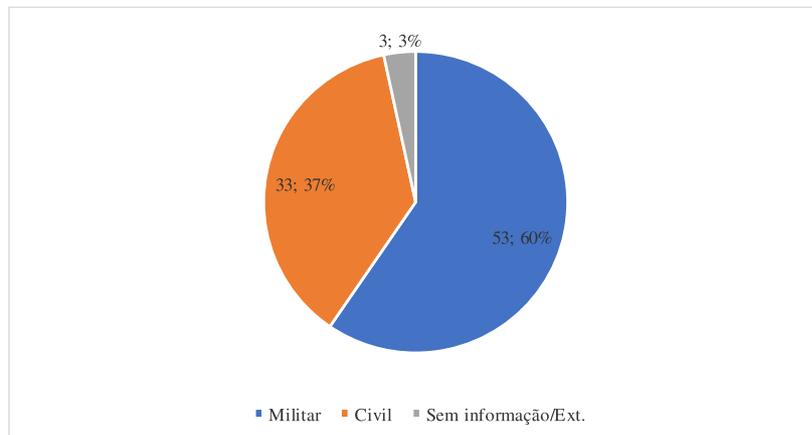
Diagrama 2 - Organização dos “poderes” do Clube 3 de Outubro segundo os Estatutos de 23 de fevereiro de 1933



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O primeiro fato que chama atenção é que entre estes 89 sócios identificados, 60% deles são oficiais militares (Gráfico 4). Ou seja, mesmo que o Clube 3 de Outubro tivesse ganhado mais sócios civis ao longo de sua existência, no seu comando predominaram, em quantidade, os militares:

Gráfico 4 - Civis e militares identificados que compuseram os “corpos dirigentes” do Clube 3 de Outubro entre 1931 e 1934

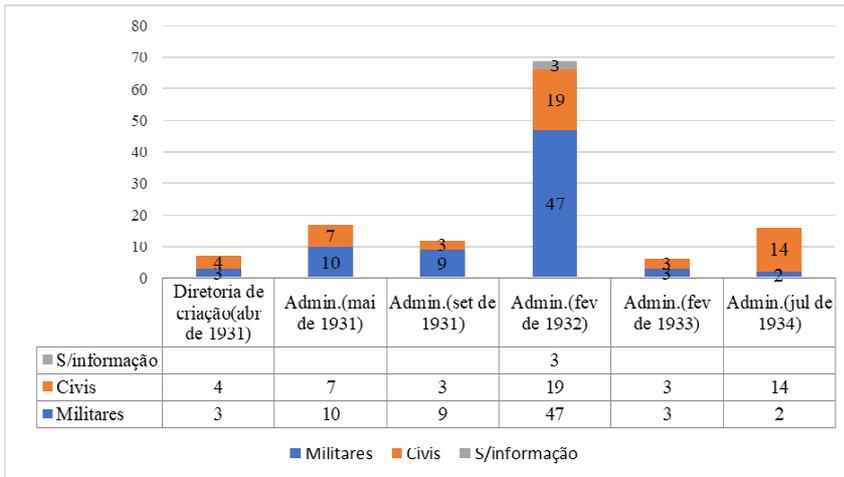


Fonte: Conniff (1979, p. 135); Leal (2001, s.p.); CLUB 3 de Outubro. Estatutos. *Diario Oficial*, Rio de Janeiro, 6/05/1931, p. 7219-7220. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1931/05/06>>. Acesso em jan. 2021; REUNI-SE o “Club 3 de Outubro”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 26/09/1931; CLUB 3 de Outubro. A eleição dos seus corpos dirigentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.5, 16/2/1932; CPDOC-AAP 3f, manifesto, estatutos, programa Clube 3 de Outubro, 1933; CPDOC-CO d Prof.-Venc., relação de sócios do Clube 3 de Outubro por profissão e vencimento.

E ainda que o presidente que esteve à frente da entidade durante seu crescimento e auge (1931-1932) fosse o médico Pedro Ernesto, ele era um “tenente civil”, que tinha uma antiga relação de confiança com muitos dos fardados, desde o início da década anterior. Na diretoria e administração sob seu comando, de fevereiro de 1932, os militares predominaram com 47 nomes, enquanto os civis tinham 19. Esses últimos só foram maioria nestes postos do Clube na “gestão” eleita em julho de 1934 (Gráfico 5). Ainda assim, a presidência permaneceria, desde fevereiro de 1933, sob o controle de Gustavo Cordeiro de Farias, Tenente-Coronel do Exército, filho de uma família de militares e “tenente histórico”, portanto envolvido diretamente nos levantes da década 20, pelos quais chegou a ser preso e processado

(CPDOC, 2001c, s.p)⁸⁷. A partir de 1934, a maioria das reuniões semanais publicadas pelo *Correio da Manhã* foram dirigidas pelo vice-presidente Epaminondas Gomes dos Santos, um dos primeiros filiados, militar da Marinha e envolvido na Conspiração Protógenes, em 1924 – motivo pelo qual também foi preso e processado⁸⁸. Nessa época, Cordeiro de Farias tentou se afastar da presidência, alegando impossibilidade de conciliar com o cargo que assumiu no gabinete do Ministério da Guerra de Góis Monteiro. O que não foi aceito pelo “Grande Conselho”, que decidiu mantê-lo no posto, por unanimidade, em nome do que ele havia feito pelo Clube⁸⁹.

Gráfico 5 - Militares e civis na composição dos cargos de direção e administração do Clube 3 de Outubro (1931-1934)



Fonte: Conniff (1979, p. 135); Leal (2001, s.p.); CLUB 3 de Outubro. Estatutos. *Diario Oficial*, Rio de Janeiro, 6/05/1931, p. 7219-7220. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1931/05/06>>. Acesso em jan. 2021; REUNIU-SE o “Club 3 de Outubro”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 26/09/1931; CLUB 3 de Outubro. A eleição dos seus corpos dirigentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.5, 16/2/1932; CPDOC-AAP 3f, manifesto, estatutos, programa Clube 3 de Outubro, 1933; CPDOC-CO d Prof.-Venc., relação de sócios do Clube 3 de Outubro por profissão e vencimento.

⁸⁷ CPDOC-CO d Fichas Inscrição, n. 380.

⁸⁸ CPDOC-CO d Fichas Inscrição, n. 15. DESERÇÃO e fuga no carcere. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 2, 12-13/8/1929.

⁸⁹ CLUB 3 de Outubro: A sessão semanal do Grande Conselho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, p. 3/2/1934.

Comparando o “Gráfico 3” com o “Gráfico 5” fica claro que quando o Clube 3 de Outubro esteve em seu período de maior destaque e atividade, ganhou maior adesão de civis, e publicou o *Esboço do Programa* (...), seu comando era inegavelmente militar. Ademais, nestes postos de poder, os oficiais do Exército tinham maioria em relação aos da Marinha, assim como no grupo como um todo (Tabela 4):

Tabela 4 - Ocupações militares na diretoria e administração do Clube 3 de Outubro (1931-1934)

Profissão	Números	Porcentagem
Oficial do Exército	37	41,57
Oficial da Marinha	13	14,6
Militar sem especificação	3	3,37
Total	53	59,55

Fonte: Conniff (1979, p. 135); Leal (2001, s.p.); CLUB 3 de Outubro. Estatutos. *Diario Oficial*, Rio de Janeiro, 6/05/1931, p. 7219-7220. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1931/05/06>>. Acesso em jan. 2021; REUNIU-SE o “Club 3 de Outubro”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 26/09/1931; CLUB 3 de Outubro. A eleição dos seus corpos dirigentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.5, 16/2/1932; CPDOC-AAP 3f, manifesto, estatutos, programa Clube 3 de Outubro, 1933; CPDOC-CO d Prof.-Venc., relação de sócios do Clube 3 de Outubro por profissão e vencimento.

Quantos aos civis, encontravam-se majoritariamente aqueles atuantes em profissões atreladas às classes médias mais tradicionais como advogados, médicos, engenheiros, funcionários públicos, somando 22 nomes; enquanto o comércio (comerciantes e comerciários) tinha apenas 3 homens (Tabela 5):

Tabela 5 - Ocupações civis na diretoria e administração do Clube 3 de Outubro (1931-1934)

Profissão	Números	Porcentagem
Advogado	9	10,11
Médico	5	5,61
Engenheiro	4	4,49
Funcionário Público	4	4,49
Comércio (comerciante e comerciário)	3	3,37
Jornalista	3	3,37
Cartório	2	2,24
Agrônomo	1	1,12
Industrial	1	1,12
Juiz de Direito	1	1,12
Total	33	37,07

Fontes: Fonte: Conniff (1979, p. 135); Leal (2001, s.p.); CLUB 3 de Outubro. Estatutos. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 6/05/1931, p. 7219-7220. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1931/05/06>>. Acesso em jan. 2021; REUNIU-SE o “Club 3 de Outubro”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 26/09/1931; CLUB 3 de Outubro. A eleição dos seus corpos dirigentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.5, 16/2/1932; CPDOC-AAP 3f, manifesto, estatutos, programa Clube 3 de Outubro, 1933; CPDOC-CO d Prof.-Venc., relação de sócios do Clube 3 de Outubro por profissão e vencimento.

Quanto a origem social, as conclusões não são muito precisas. Infelizmente, não foi possível encontrar tais informações a respeito de 57 sócios (64,4%). Aqueles com parentesco com tradicionais grupos oligárquicos, membros das elites política e econômica, somaram 21 pessoas (23,59%). Com origem nos setores médios, ou seja, descendentes de oficiais das Forças Armadas e de profissionais liberais completaram 7 (7,86%). Ao passo que homens de advindos de núcleos familiares mais humildes, de pequenos comerciantes, professores de ginásio e imigrantes eram 4 (4,49%). O que não parece ser desproporcional em relação ao perfil social identificado no grupo como um todo.

Sobre a formação destes homens, civis e militares as conclusões também não são tão marcadas, afinal de contas, dos 89 nomes conhecidos, não foi possível encontrar estas informações a respeito de 44 deles. Ainda assim tem-se a seguinte distribuição (Tabela 6):

Tabela 6 - Instituições de Formação dos homens das diretorias e administração do Clube 3 de Outubro (1931-1934)

Instituição de Formação	Números
Escola Militar do Realengo	17
Escola Naval do Rio de Janeiro	6
Escola de Guerra de Porto Alegre	3
Faculdade Livre de Direito (Rio de Janeiro)	3
Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	3
Faculdade de Direito do Recife	2
Escola Militar do Brasil (da Praia Vermelha)	2
Curso Secundário	1
Escola de Engenharia do Rio de Janeiro	1
Escola de Medicina da Bahia	1
Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto	1
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro	1
Faculdade de Direito de São Paulo	1
Faculdade de Direito do Ceará	1
Faculdade de Direito do Pará	1
Faculdade de Medicina da Bahia	1
Sem informação/Ext.	44
Total	89

Fonte: Fonte: Conniff (1979, p. 135); Leal (2001, s.p.); CLUB 3 de Outubro. Estatutos. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 6/05/1931, p. 7219-7220. Disponível: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1931/05/06>>. Acesso em jan. 2021; REUNIU-SE o “Club 3 de Outubro”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 26/09/1931; CLUB 3 de Outubro. A eleição dos seus corpos dirigentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.5, 16/2/1932; CPDOC-AAP 3f, manifesto, estatutos, programa Clube 3 de Outubro, 1933; CPDOC-CO d Prof.-Venc., relação de sócios do Clube 3 de Outubro por profissão e vencimento.

É notável na “Tabela 6” a quantidade de oficiais militares formados na Escola Militar do Realengo – todos eles entre 1915 e 1929. Esse estabelecimento passou a funcionar em 1911, em substituição à Escola Militar da Praia Vermelha, fechada em 1904, com o objetivo de centralizar o ensino militar em um só local e privilegiar um currículo mais prático do que teórico, afastando os cadetes da formação cientificista e politizada de influência positivista dominante desde o final do século XIX (Carvalho, 2005, p. 27-28; Roesler, 2015, p. 161-162).

A criação da Escola Militar do Realengo fez parte de um processo mais amplo de modernização e profissionalização das Forças Armadas durante a Primeira República. O general Hermes da Fonseca intensificou seus esforços nessa direção, quando ainda era ministro da Guerra do presidente Afonso Pena, os quais foram continuados nos anos seguintes

em torno de três aspectos principais: o serviço militar obrigatório, a progressiva profissionalização do ensino e a modernização dos equipamentos e da estrutura organizacional da corporação. Foi neste contexto que três turmas de oficiais foram enviadas para estagiar no Exército alemão, na época considerado o melhor do mundo, nos anos de 1906, 1908 e 1910. Então, em 1911, passou a funcionar a Escola Militar do Realengo e, em 1919, a instituição recebeu a “Missão Indígena”, que foi um grupo de instrutores, selecionados por concurso promovido pelo Estado-Maior do Exército – bastante influenciados pelas orientações de instrução trazidas pelos ex-estagiários do Exército alemão –, com o objetivo de aprimorar o caráter prático e o nível dos treinamentos. Já em 1920, desembarcaram no Brasil trinta oficiais da “Missão Francesa”, que ficaram responsáveis por remodelar todos os níveis de instrução: o curso de Aperfeiçoamento de Oficiais; o curso de Estado-Maior; e o curso de Revisão do Estado-Maior. No Realengo, os franceses passariam a atuar somente a partir de 1923 (Capella, 1985, p. 47-59; Carvalho, 2005, p. 27-29; Coelho, 2000, p. 96-97; Forjaz, 1988, p. 186-191; Pinto, 2016, p. 116-121; Roesler, 2015, p. 38-52).

Pode-se afirmar, com segurança, que o esforço de profissionalização, na Escola Militar do Realengo, com o objetivo de afastar os militares da política fracassou. Dali se levantaram alunos e instrutores em 5 de julho de 1922, outros se engajaram nos demais movimentos rebeldes ao longo da década de 1920 e participaram da “Revolução de 1930”. Segundo Forjaz, a maioria dos “tenentes históricos” havia se formado entre 1918 e 1919, antes das “missões”, e aqueles que chegaram mais tardiamente às atividades conspiratórias, no final dos anos 1920, “podem eventualmente ter sofrido influências profissionalizantes, certamente minimizadas pelo clima de instabilidade política e pela liderança e o poder de atração da saga tenentista entre a oficialidade jovem.” (Forjaz, 1988, p. 187-192). A fala de Juraci Magalhães em entrevista para a historiadora é ilustrativa a este respeito:

Esses elementos revolucionários que participaram de 22, de 24, eles foram se transformando nos ídolos da minha geração. Entre as razões por que eu digo que participei da Revolução de 30 é por que (*sic*) o Washington Luiz não teve a sabedoria de dar a anistia. Porque se ele tivesse dado a anistia, possivelmente nós teríamos perdido aquele ardor de lutar para que aqueles companheiros que tinham sido sacrificados tivessem restabelecido os seus direitos (Magalhães *apud* Forjaz, 1988, p. 101, grifo nosso).

Mais recentemente, Rafael Roesler estudou detalhadamente a atuação da “Missão Indígena” na Escola Militar do Realengo entre 1919 e 1922. O pesquisador concorda que a modernização do currículo na entidade não gerou a despolitização esperada, ao contrário

(Roesler, 2015, p. 149). Por um lado, as mudanças provocadas pela “Missão Indígena”, concentradas nas instruções técnicas e práticas, teriam promovido naqueles alunos a percepção de uma formação mais qualificada que seus antecessores, um senso de profissionalização inédito que os faria uma espécie de “elite dentro do Exército”. Por outro, as modificações curriculares não teriam atingido suficientemente o ensino teórico, mantendo-se nas aulas do Realengo muitas das referências gerais positivistas da Praia Vermelha. Essa combinação de fatores teria sido responsável por dar àqueles jovens militares a noção de que fossem a reserva de preparo técnico e moral da nação, aqueles cujas prerrogativas de intervenção não mais poderiam ocorrer pelas vias institucionais, que julgavam cada vez mais carcomidas pela oligarquia liberal. Seria a partir dessa visão que eles se reuniam em suas associações, como a Sociedade Atlética e a Sociedade Acadêmica, para discutir política e assuntos relativos à primeira Guerra Mundial, além de compartilhar suas leituras de autores como de Euclides da Cunha, Roquete Pinto e Oliveira Vianna (Roesler, 2015, p. 151-154).

A repressão aos revoltosos, perpetrada primeiro por Epiácio Pessoa e levada adiante por Artur Bernardes, teria estimulado ainda mais uma identificação com os “tenentes”. Assim como, mesmo do exílio, eles atuaram ativamente para manter ou ampliar sua base de apoio entre novos militares. Siqueira Campos, por exemplo, fez várias viagens clandestinas ao Brasil, de 1928 em diante. O objetivo era “recrutar” novos “tenentes”, oficiais ou aspirantes-a-oficiais, antes mesmo da formatura na escola do Realengo. Nas suas atividades aproximou-se de nomes como Newton Estillac Leal, Carlos Costa Leite, Jurandir Mamede, Agildo Barata e do próprio Juraci Magalhães (Laclette, 2001a, s.p.).

A respeito Escola Naval do Rio de Janeiro, a segunda com maior número na “Tabela 6”, José Murilo de Carvalho afirma que nela não havia tamanha politização vivenciada na Escola Militar. Além disso, seu isolamento físico e o menor número de alunos dificultavam mobilizações mais efetivas. Entre 1882 e 1938, sua sede funcionou na Ilha das Enxadas: “Para seus alunos era quase impossível invadir as ruas da cidade sempre que houvesse agitações políticas, como o faziam seus colegas do Exército.” (Carvalho, 2005, p. 26).

Já na Escola de Guerra de Porto Alegre formaram-se nomes da diretoria e administração do Clube 3 de Outubro como Samuel Gomes Ribeiro, Leônidas Cardoso e Pedro Aurélio Góis Monteiro. Este último integrou o Bloco Acadêmico Castilhistas. O grupo foi organizado na Faculdade de Direito de Porto Alegre por Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Maurício Cardoso e Firmino Paim Filho para apoiar a eleição de Carlos Barbosa Gonçalves para o governo do estado, em 1906, escolhido como sucessor de Borges de

Medeiros. Durante a campanha, Góis Monteiro também escrevia para o jornal *O Debate*, órgão oficial do bloco dirigido por Vargas (Ramos, 2001, s.p.).

Quanto à trajetória histórico-política dessas lideranças identificadas do Clube 3 de Outubro, foi possível contabilizar que 44 deles (49,43%) declararam ter se envolvido ou se envolveram, seja apoiando ou participando diretamente, nos levantes Tenentistas dos anos 1920. Por outro lado, como abertamente legalistas nessa época, foram identificados 3 nomes (6,81%), os já conhecidos Góis Monteiro, Osvaldo Aranha e Virgílio de Mello Franco. Sem declarar qual era sua posição política na época ou mesmo não registrando envolvimento nas disputas mais violentas do período são 14 (15,73%). Outros 28 nomes (31,46%) não trouxeram quaisquer informações sobre sua atuação/posição política na década de 1920.

Entre os nomes desse último grupo, projeta-se Cristiano Machado. Figura pertencente à tradicional oligarquia mineira, filho do fazendeiro Virgílio Machado e bisneto do Barão de Congonhas. Na década de 1920 advogou, em um escritório que dividiu com Francisco Campos, entre 1919 e 1922; foi oficial de gabinete de Raul Soares e em 1924 se tornou deputado estadual. Em 1926 foi nomeado prefeito de Belo Horizonte por Antonio Carlos, permanecendo no cargo até 1929. Apesar de eleito deputado federal nas eleições de março de 1930, renunciou ao mandato para ocupar cargo da Secretaria do Interior no governo de Olegário Maciel. Sua atuação na “Revolução de 1930” é considerada controversa, pois tinha proximidades com os elementos simpáticos a Washington Luiz e com a campanha de Júlio Prestes, sendo por isso deixado de lado na conspiração. Machado teria atuado, por vezes, para retardar ações “revolucionárias” (Faria, 2001, s.p.). No Clube, ocupou a Comissão Fiscal eleita em fevereiro de 1932 e estava entre os nomes sob suspeita de espionagem algumas vezes publicadas pelo *Correio da Manhã*. Ou seja, mesmo na época, sua presença na entidade era motivo de estranheza, sendo questionada na imprensa. Em março de 1932, o jornal trouxe uma publicação não assinada, a pedido, que expôs um discurso atribuído a Machado enquanto era deputado estadual, procurando demonstrar que ele nada tinha a ver com a “luta revolucionária”. No tal discurso, o então parlamentar teria caracterizado como “rebelião nefanda”, fruto de um “daltonismo lamentável” as ações de parte do Exército: “surtos militaristas que nos humilham aos olhos do mundo [...] e que empenhado o presidente Bernardes na luta sem trégua pelo poder civil, o terá feito credor do reconhecimento nacional.”⁹⁰.

⁹⁰ QUAL ERA a opinião do “tenente” Christiano Machado a respeito dos militares revolucionários. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 8, 6/3/1932.

No que diz respeito à participação direta ou apoio à “Revolução de 1930” foi possível levantar 49 nomes (55,05%), entre eles o chefe do Estado-Maior da “Revolução”, Góis Monteiro, e o chefe civil, Osvaldo Aranha. Outras posições e personagens se destacam pelas suas condições excepcionais nesta época. Joaquim Nunes de Carvalho, capitão do Exército e “tenente histórico”, atuante nas rebeliões de 1924, que estava preso⁹¹. E outros dois nomes sem nenhum envolvimento nas ações que derrubaram a Primeira República. O primeiro, Malvino Reis Neto, um “picolé”, que enquanto aluno da Escola Militar do Realengo participou do 5 de julho de 1922, sendo reintegrado as Forças Armadas somente depois da anistia em 1930 (CPDOC, 2001d, s.p.)⁹². E o segundo, Emílio Rodrigues Ribas Junior, conhecido como Ribas Junior, militar do Exército que não teve nenhum envolvimento nem com os levantes da década de 1920 e nem com a ação “revolucionária” em 1930 – não podendo, a rigor, nem ser considerado um “rabanete”⁹³. Além, é claro, da posição suspeita de Cristiano Machado, resumidamente descrita acima. A respeito dos outros 36 (40%) nomes não foram encontradas indicações de suas posições.

Quanto à faixa etária, 56 nomes (62, 92%) tinham entre 23 e 40 anos. Sendo o mais jovem entre eles o engenheiro Artur Hehl Neiva (23 anos), filho do médico e ex-interventor da Bahia Artur Neiva – que esteve no cargo entre fevereiro e agosto de 1931, sendo substituído por Juraci Magalhães. Curiosa foi a forma como o jovem completou o espaço na ficha sobre sua “Atuação revolucionária entre 1922/1930”: “Fica para as testemunhas declararem”. Uma das testemunhas arroladas era João Alberto, quem havia indicado seu pai para a interventoria da Bahia (Coutinho, 2001c, s.p.)⁹⁴. Já o mais velho era um dos poucos industriais do Clube, Manuel Leite Sampaio, nascido no Sergipe, em março de 1874, tinha 58 anos quando ocupou sua posição no Conselho Administrativo. Sua ficha, não completamente preenchida, traz a designação de “Fundador”, dispensando proponentes e pareceres das comissões competentes⁹⁵. Apenas 9 (10,11%) nomes não trouxeram informações sobre a data de nascimento.

Por fim, quanto à origem regional dessas pessoas que compuseram os “corpos dirigentes” elas correspondem: a 36 (40,44%) nomes do Sudeste, incluindo o Distrito Federal; 25 do Nordeste (28,08%); 12 do Sul (13,48%); 4 (4,49%) do Norte; 1 do Centro-Oeste (1,12%); e 11 (12,35%) sem informações. O que comparando-se com as proporções do Clube

⁹¹ CPDOC-CO Fichas Inscrição, n. 181

⁹² CPDOC-CO Fichas Inscrição, n. 133.

⁹³ Ficha extraviada.

⁹⁴ CPDOC-CO Fichas Inscrição, n. 204.

⁹⁵ CPDOC-CO Fichas Inscrição, n. 34.

como um todo, nota-se que o Nordeste ganha um pouco mais de representação frente ao Sudeste.

Pode-se concluir que o Clube 3 de Outubro era uma organização de maioria civil; com jovens que cresceram sob um regime republicano em processo de crise; cuja origem social era majoritariamente entre setores da classe média urbana, nascidos no Sudeste e Nordeste do país. Ainda assim seu comando era exercido por uma maioria de jovens oficiais do Exército com ligações históricas ou, pelo menos, identificação político-cultural com o Movimento Tenentista. Definitivamente, não era formado por ricos, contudo constituía-se de setores da sociedade que viam no alargamento do Estado uma possibilidade de maior participação no poder e de também frear as ameaças de ruptura do *status quo* – que estaria ameaçado pelo que interpretavam como limitações da República liberal-oligárquica e pelas agitações operárias do início do século XX.

2.6.3 Como se organizou a entidade?

Mostrou-se visível a preocupação do grêmio em selecionar seus sócios, não pretendendo ser uma organização de massas. Porque, antes de tudo, o que almejava era ocupar espaços no Governo Provisório para garantir a (re)construção de uma forma de Estado que controlasse verticalmente o conflito social. Apesar das diferenças que havia entre os sujeitos que o compunham, implicando em objetivos distintos, divergências e eventuais cisões internas, seu núcleo organizativo esteve empenhado em construir uma agenda comum, tão mais explícita quanto mais candente eram os choques com os adversários de tendência liberalizante e federalista. Por meio de seus estatutos, reuniões e do *Esboço* (...) a entidade buscou produzir constrangimentos para cobrar e coordenar os “verdadeiros revolucionários”⁹⁶. Sendo um dos fins “Selecionar os elementos que possam influir sem egoísmo, na vida nacional [...]”, tomava-se como falta grave externar opiniões que se chocassem com o programa ou mesmo assumir posições políticas que pudessem comprometer a entidade⁹⁷. Por isso, como forma de “neutralizar a ação dos reacionários”: “Em princípio todos os elementos contrários ao espírito da Revolução, por oposição, por desvio ou

⁹⁶ Se as formas associativas não são garantia de unanimidade na posição política, elas permitem o estabelecimento de aspectos normativos e de relações de confiança e, a partir daí, a fixação de acordos em um terreno com maior previsibilidade (QUIRÓS, 2007, p. 99).

⁹⁷ CPDOC-CO-1f, estatutos do Club 3 de Outubro, 1932. Conforme determinavam os artigos 8º e 11º.

incompreensão do sentido geral em que ela se desenvolve e se desenvolverá, deverão ser identificados e postos à margem.”⁹⁸.

Ernani do Amaral Peixoto, irmão de Augusto do Amaral Peixoto e ex-sócio do Clube, em entrevista concedida em 1984, relembrou a existência de alguma restrição a determinadas filiações na organização:

Muita gente começou a querer entrar também e foi preciso fazer uma depuração, só deixar entrar quem realmente tivesse tomado parte no movimento [“revolucionário”]. [...] Uma vez, uma pessoa muito conhecida aqui no Rio de Janeiro, uma grande figura da indústria, quis entrar para o Clube, e um oficial lhe disse: “Para que o senhor quer entrar? Para fazer negócios? O senhor está com um pedido de empréstimo no Banco do Brasil. É para isto que quer entrar para o Clube? Não, não vai entrar.”. Este era o ambiente do Clube. (Camargo *et al.*, 1986, p. 83-84).

O Clube 3 de Outubro desejava construir uma “forte corrente de opinião”, dando sua direção à “Revolução de 1930”⁹⁹. O que, entre outras ações, resultou não só no apoio político, como no enquadramento público de sócios de todas as estaturas. É o que ocorreu com figuras como José Américo, João Alberto e Juraci Magalhães, por exemplo. No caso do Ministro da Viação, José Américo (1930-1934), ele sofreu pressão do Clube por seu aceno ao adversário gaúcho João Neves da Fontoura e pelos contratos que seu ministério estabeleceu com a mineradora inglesa *Itabira Iron*. Tomando a cobrança como ofensa, o ministro enviou carta a Pedro Ernesto pedindo seu afastamento, não sem deixar de esclarecer que tinha total concordância com as pautas do nacionalismo econômico e contrárias à constitucionalização imediata defendidas pelo Clube¹⁰⁰. O pedido foi recusado, talvez pela importância de José Américo superar qualquer eventual deslize naquele momento¹⁰¹.

No caso dos interventores, como João Alberto e Juraci Magalhães, o apoio político que recebiam não vinha sem a cobrança e o acompanhamento da condução de seus governos: “O Clube, que conta, entre os seus sócios, a maioria dos Interventores, nunca poderia negar qualquer moção de apoio aos representantes do Governo Provisório nos Estados,

⁹⁸ CPDOC-AAP club 1931.00.00/2 – Diretivas para a organização do Estado-Maior do “Clube 3 de Outubro”, 1931 (data provável).

⁹⁹ PORQUE o general Góes Monteiro é contrario a constituinte imediata. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.4, 30/12/1931.

¹⁰⁰ O MINISTRO José Américo desliga-se do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p 1, 30/12/1931.

¹⁰¹ O MINISTRO José Américo e o Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 1/1/1932.

principalmente quando eles se manifestam contra a convocação imediata da Constituinte”¹⁰². É por isso que prestavam contas do que faziam nos seus respectivos estados ao grêmio, e é o que foi fazer o interventor da Bahia (1931-1935), em sessão ordinária da agremiação: “fez uma meticolosa exposição da orientação política e administrativa que vem imprimindo no Estado.”¹⁰³. Durante a crise da sua interventoria em São Paulo, sob pressão do PD paulista, João Alberto foi chamado ao Clube para prestar esclarecimentos: “João Alberto foi chamado aqui no Rio pelo Clube 3 de Outubro. [...] mostrou a atuação dele, provando com documentos que toda essa agitação provinha do Partido Democrático de São Paulo.” (Peixoto *apud* Forjaz, 1988, p. 122-123).

Outro episódio interessante, foi uma assembleia geral ocorrida no dia 19 de maio de 1932, noticiada pelo *Correio da Manhã* com o subtítulo “Os verdadeiros revolucionários sentem repulsa pelo sr. Bernardes”¹⁰⁴. Segundo o jornal, o senhor Corrêa Netto, do Clube 3 de Outubro de Juiz de Fora, Minas Gerais, pediu a palavra para tratar da aceitação das ideias da agremiação no seu estado. Contudo, Netto teria tratado de reclamar da situação política de Minas Gerais nos acordos estabelecidos com a “Revolução”, além de atacar nomes como Wenceslau Braz, Antonio Carlos e Ribeiro Junqueira, a seu ver, responsáveis por aquele “cambalacho”. O que teria gerado uma reação imediata de outros sócios, iniciada pelos militares, acusando-o: “É um agente bernardista, como outros aqui se têm imiscuído!”. Na sequência, vieram inúmeras falas que recuperavam momentos duros da perseguição realizada por Artur Bernardes aos militares rebeldes – um dos elementos formuladores da identidade do Tenentismo, o como bem analisou Isabel Aragão (2012). Entre eles, o que seria a prisão, pela polícia, da filha do “coronel Barcelos”, de 8 anos de idade, com objetivo de obter informações sobre o paradeiro do pai. A expressão “coronel Barcelos”, possivelmente se referia a Cristóvão Barcelos, na época ex-presidente prestigiado do Clube 3 de Outubro do Estado do Rio de Janeiro e “revolucionário” atuante, entre 1925 e 1927¹⁰⁵.

Encaminhando-se a reunião para o fim, o major Clodomiro Nogueira, presidente do Clube 3 de Outubro da Bahia, pediu que figurasse na ata a repulsa de toda assembleia “aos elogios que o sr. Corrêa Netto pretendia fazer ao sr. Bernardes.”. Inflamado, teria acrescentado Augusto do Amaral Peixoto “que constasse na ata que votava contra a proposta

¹⁰² COMUNICADO oficial do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 19/12/1931.

¹⁰³ REUNIÃO-SE o Club 3 de Outubro: o Tenente Juracy Magalhães fez uma longa exposição da sua administração na Bahia. *Correio da Manhã*, p.2, 19/2/1932.

¹⁰⁴ NO CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, p. 2, 21/5/1932.

¹⁰⁵ CPDOC – CO Ficha inscrição n. 82.

Clodomiro por entender que todos os políticos de Minas se nivelavam, e que, portanto, todos, exceção única do sr. Olegário Maciel, deviam ter a repulsa do Clube.” – sendo aplaudido. Com ironia, encerrou a matéria o *Correio da Manhã*, arrematando: “O bernardista, que tentara elogiar o filho de Viçosa, a tais horas já se achasse em Juiz de Fora, de onde viera para tentar fazer a ligação do ex-presidente com a ala idealista da Revolução.”. O acontecimento, segundo contou o jornal, parece uma verdadeira catarse coletiva contra o “bernardismo” e o que ele representava, sobretudo para os “tenentes”. Mas, sem dúvida, foi também exemplar para outros membros do Clube que, porventura, sequer parecessem demonstrar alguma simpatia pelo ex-presidente mineiro ou grupos mais conservadores e pró-reconstitucionalização imediata do estado.

O resultado desse esforço institucional é que mesmo com a reorganização e retração do Clube, após o empastelamento do *Diário Carioca* e a Revolução Constitucionalista de 1932, que resultaram no afastamento de figuras importantes dos seus quadros; seu programa, ou melhor, seu *Esboço...* foi conduzido por alguns de seus antigos membros aos debates do I Congresso Nacional Revolucionário, da União Cívica Nacional e da Constituinte, ajudando a fomentar a defesa pela ampliação das atribuições do Estado no campo social e econômico, pelo fortalecimento da União perante o que compreendiam como excessos da autonomia política local e pela representação profissional no poder Legislativo (Forjaz, 1988, 133-136; Gomes, 1980, p. 432-447; Viscardi, 2016). Conforme apontou Lawrence Stone (2011, p. 127-128), há momentos em que é mais fácil ou mais difícil para os sujeitos históricos negociarem princípios, projetos e agendas coletivas a troco de interesses particulares, familiares ou individuais. Quando surgiu, o Clube 3 de Outubro, sem dúvida, estava envolto em um processo de transição, não só de poder, mas também entre uma concepção de sociedade ideal de base liberal, em crise, e outra coletivista, emergente, responsável por (re)organizar o Estado brasileiro e suas atribuições nos próximos anos. Neste cenário de intensas disputas, portanto, é válido não superestimar as oposições internas do grupo aqui estudado, mas considerar as articulações entre os seus membros na relação com as pressões exteriores e sua ação política. O que implica em estar atento à imagem que o Clube 3 de Outubro procurou estabelecer de si para os outros, mas também para a maior parte de seus próprios membros (Bulst, 2005, p. 59; Charle, 2006, p. 44). Ainda que os sujeitos históricos atuem também em torno de interesses imediatos de outra ordem, não necessariamente pertencentes aos dos variados grupos aos quais eles se filiam; estes mesmos grupos oferecem parâmetros, balizas

de orientação, construídas sócio-historicamente, reproduzindo e compondo universos de referentes a partir dos quais estes sujeitos leem o mundo (Berstein, 2009, p. 31; 41-42)¹⁰⁶.

Segundo o “tenente histórico” e membro do Conselho Deliberativo, o sergipano Castro Afilhado, durante discurso na solenidade de posse dos “corpos dirigentes”, o objetivo era construir entre os membros do Clube um “pacto de honra” e a partir daí duas identidades, ou “mentalidades”, claras disputariam a condução do país no pós-30¹⁰⁷:

Que esta solenidade sirva, pois para assentarmos, **num pacto de honra**, a diretriz geral de nossa atuação e a firmeza indissolúvel da sagrada união e alevantados ideais que nos congrega. [...] O choque se vai verificar, portanto, entre estas duas mentalidades; uma conservadora, senão retrógrada, que nos desgovernou durante quarenta e tantos anos e que se encontra medularmente corrompida; a outra, renovadora, jovem, isenta das paixões e dos vícios, dos defeitos e das taras da primeira¹⁰⁸.

No mesmo sentido, Juarez Távora discursou no Clube 3 de Outubro da Bahia, defendendo que primeira obrigação daqueles alistados no grêmio deveria ser “o integral esquecimento das próprias vaidades, das ambições pessoais, das tendências prejudiciais à obra renovadora que temos como ponto de honra realizar.”. Assim, não poderia se chamar de “revolucionário” “quem queria superpor seus próprios interesses aos interesses da comunhão social e faça obra de rebeldia contra os administradores que os acautelam e defendam com irredutível decisão. Não é revolucionário quem assim pensa e tenta; será apenas rebotalho da Revolução!”¹⁰⁹

Como um vetor social de culturas políticas, também forneceu aos seus sócios um substrato teórico-doutrinal, uma leitura de passado e um diagnóstico sobre o presente, a partir da qual constituíram uma concepção de sociedade ideal manifesta nas suas propostas de reformas para o Estado brasileiro (Berstein, 1998, p. 351-352; 2009, p.33-35; Motta, 2009, p.

¹⁰⁶ Pilar González Bernaldo de Quirós reconhece que a organização dos sujeitos históricos em associações, ou a “*sociabilidad asociativa*”, não necessariamente determina suas ações. Eles podem agir orientados prioritariamente por interesses particulares. Mas destaca que os vínculos, valores e relações daí resultantes são elementos a serem considerados na análise das tomadas de decisão. Além disso, nem sempre os códigos e normas construídos coletivamente estão em contraposição aos anseios individuais. “*Pero reconocer la existencia de relaciones en que normas y valores se combinan con servicios recíprocos y generan una intensidad emocional no implica adscribir a una concepción ‘sobre-socializada’ en que la acción del hombre estaría determinada por esos vínculos. La norma no determina la conducta – el individuo puede transgredirla, reformularla, rechazarla – pero no deja de ser un elemento que incide en la toma de decisiones.*” (QUIRÓS, 2007, p.87-88).

¹⁰⁷ CPDOC-CO Ficha Inscrição, n. 195.

¹⁰⁸ NO CLUB 3 de Outubro a solenidade da posse dos seus novos corpos dirigentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 23/2/1932, grifo nosso;

¹⁰⁹ CPDOC-JT dpf 1931.12.12 (1), folha 55-62, recorte de jornal identificado com anotação manuscrita como “Discurso pronunciado no Clube 3 de Outubro de Salvador, Bahia (26 de março de 1932?)”. O recorte foi rasurado em diversos trechos e foram adicionadas anotações manuscritas complementares.

27). Influenciados pelo nacionalismo autoritário e, portanto, por aspectos da doutrina corporativista – expressos primeiramente nos trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna, desde os anos 1920 –, os membros do Clube estavam imersos em afirmações a respeito do fracasso da República liberal-oligárquica e do papel dos “revolucionários” na condução do que compreendiam como os “verdadeiros interesses nacionais” (Conniff, 1979, p. 141-142; Forjaz, 1988, p. 51-64; Leal, 2001a, s.p.; Macedo, 2019, p. 96-97; Pinto, 2016, p. 245).

Em um momento de flagrante instabilidade e incertezas políticas, de limitado grau de institucionalização e de franca disputa entre uma concepção de sociedade individualista e outra de orientação coletivista, o Clube ofereceu organização, possibilidade de expressão e atuação a sujeitos que se enxergavam excluídos dos principais espaços de decisão durante a Primeira República. Definitivamente, estabelecendo-se como um grêmio que procurou romper com o liberalismo oligárquico pela via do nacionalismo autoritário corporativista, atraiu militares e civis ligados historicamente ou identificados com o Tenentismo, bem como setores mais tradicionais classe média – todos também temerosos em relação à possibilidade de uma ruptura do tecido social. Não podendo, portanto, ser resumido, pelo menos neste momento, a uma mera expressão caudatária do liberalismo da “classe dominante”, como vaticinou, por exemplo, Anita Prestes (1997, p. 93; 385)¹¹⁰.

Nesta tese, é preciso dizer, não se interpreta as ações do grêmio civil-militar no Governo Provisório e sobre seus filiados tomando-as como inferências causais, ou seja, elas não são compreendidas como determinantes únicas. Mas é fato que se manifestam como “implicações observáveis”, fenômenos cujas incidências são visíveis na prática política (Ferrari, 2010, p. 542; Heinz; Codato, 2015, p. 259). Entre outras formas de organização dos grupos que disputavam o poder e influenciaram nos rumos do Governo Provisório, o Clube não era um “caso paradigmático”, necessariamente seguido por outros, constituiu-se, antes, um caso extraordinário, entre diferentes tentativas de mobilização “revolucionárias”. Ao que parece, até aqui, seu estudo se mostra importante para ajudar a elucidar alguns dos momentos dramáticos do período.

¹¹⁰ Para Anita Prestes as “camadas médias urbanas” expressavam no Brasil a “ideologia das oligarquias”: “Se as ideias da classe dominante são as que predominam na sociedade, as camadas médias urbanas no Brasil não poderiam deixar de incorporar o liberalismo à sua visão de mundo. [...] No Brasil, as camadas médias urbanas -devido ao próprio processo de sua formação – eram caudatárias da classe dominante, dela dependendo ideologicamente, e não possuíam elementos para assumirem uma posição autônoma e, muito menos, para elaborarem uma proposta política própria, independente” (PRESTES, 1997, p. 93). O que não parece ser o caso, pelo menos, dos militares e civis de classe média que aderiram ao Clube 3 de Outubro.

2.6.4 Afinal, os outubristas eram “tenentistas”?

Como se pôde notar ao longo de todo o capítulo, mesmo que o Clube 3 de Outubro tenha contado com uma maioria expressiva de filiados militares na sua fundação, entre o segundo semestre de 1931 e o primeiro semestre do próximo ano sofreu uma “invasão” de civis, que logo se tornaram a maioria na entidade (Gráfico 2 e Gráfico 3). Ainda assim, a gestão política e intelectual do grêmio se concentrava nos “poderes”, que foram ocupados majoritariamente por militares do Exército (Gráfico 4 e Tabela 4). A maior parte dos “dirigentes”, entre os quais foi possível identificar as origens de suas formações, se qualificou na Escola Militar do Realengo, entre 1919 e 1925 (Tabela 6). Essa academia formou a maioria dos “revolucionários” de 1922 e 1924, entre os anos de 1918 e 1919, cuja saga influenciou outros alunos que mergulhariam posteriormente no Tenentismo.

O envolvimento direto ou o apoio aos levantes dos anos 1920 foi possível de ser constatado em quase metade (49, 43%) dos chefes – enquanto antigos inimigos declarados dos “tenentes” foram identificados apenas 3 nomes, Góis Monteiro, Osvaldo Aranha e Virgílio de Mello Franco. Para ilustrar, vale à pena recordar os nomes de alguns “tenentes históricos” presentes no comando do Clube: Herculino Cascardo, Augusto do Amaral Peixoto, Ernani do Amaral Peixoto, Felinto Müller, Aldo de Sá Brito, Stênio Lima, Ari Parreiras, Cristiano Buys, Juarez Távora, João Alberto, Jairo Lima, Epaminondas Santos, Osmar Soares Dutra, Henrique Ricardo Holl, Newton Estillac Leal, entre outros.

Dessa maneira, é possível afirmar que mesmo que o Clube 3 de Outubro contasse nos seus quadros com nomes de políticos tradicionais da Primeira República, ou até antigos inimigos, seu comando tinha, objetivamente, uma feição Tenentista bastante proeminente. Além disso, como será analisado no Capítulo 3, foi se apegando à identidade Tenentista, de legítimos condutores de uma “Revolução”, que haveria começado em 1922 e culminado em outubro de 1930, que o grêmio procurou se legitimar no debate político, reivindicando para si a autoridade de apontar a direção a ser seguida pelo Governo Provisório. A autonomia com a qual agiu para pressionar o governo e, posteriormente influir na reconstitucionalização, enfrentando seus adversários, em nome de seu próprio programa, acabaria lhes custando, inclusive, o isolamento político em seus últimos meses de existência.

3 EM BUSCA DO BRASIL-NAÇÃO: A CRÍTICA ANTLIBERAL À REPÚBLICA OLIGÁRQUICA, A PROMOÇÃO DO NACIONALISMO AUTORITÁRIO E A CHEGADA DA DOCTRINA CORPORATIVISTA NO Brasil NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DOS “TENENTES”

Para compreender o papel desempenhado pelo Clube 3 de Outubro e seus membros nas disputas políticas travadas durante o Governo Provisório, além de definir quem eram estes sócios e como funcionava a entidade, torna-se necessário estudar também as relações entre as experiências vividas, os valores e as leituras de mundo que orientavam a ação destes sujeitos históricos. Uma vez que os atores políticos, coletivos e individuais, agem informados por conjuntos de referentes culturais, ou “sistemas de representações coerentes, rivais entre si” que orientam e constroem suas decisões pragmáticas e racionais (Berstein, 1998; 2009, p. 31-32; Cefai, 2001, p. 115; Motta, 2009; 2018).

O dia seguinte à “Revolução de 1930” permitiu dar ainda mais destaque a uma série de problemas, temas e questões que estiveram na pauta da crítica e crise da Primeira República, já analisada acima (Cepêda, 2017, p.100; Gomes, 1980, p. 26). Projetaram-se desde essa época, identificando-se como sujeitos legítimos das transformações que julgavam necessárias ao regime, o Movimento Tenentista e um grupo intelectuais de orientação nacionalista e autoritária, em torno dos trabalhos pioneiros de Alberto Torres e Oliveira Vianna.

O que este capítulo pretende é investigar o contexto intelectual que formou a maior parte dos quadros do clube civil-militar em questão, que além de se reivindicar como continuador do Movimento Tenentista, trouxe à luz um programa de reformas de tendências nacionalista e orgânico-corporativista. Dessa maneira, na primeira parte retorna-se ao final do século XIX e início do XX, em busca da compreensão da consolidação do intelectual como agente político de transformação e figura relevante nos debates acerca dos temas de “interesse nacional” e, conseqüentemente, suas contribuições para a formação das culturas políticas em disputa no Brasil republicano.

Na segunda parte, analisa-se propriamente as formulações dos intelectuais nacionalistas autoritários, suas leituras a respeito da República liberal e suas propostas de superação da crise do regime. Pois foi a partir do trabalho destes atores que se imprimiu no debate público brasileiro um conjunto de representações, valores e concepções de sociedade ideal, que se desdobraram em sugestões de reorganização do Estado brasileiro, cada vez mais influentes ao longo da década de 1920 – pautando inclusive grupos aderentes à *Aliança Liberal*, à “Revolução de 30” e alguns aspectos da agenda do Governo Provisório. Com esse

propósito, articula-se o texto em torno de 4 grandes temas, arbitrariamente estabelecidos, de acordo com os interesses gerais da pesquisa, a fim de organizar a discussão e facilitar a compreensão do(a) leitor(a): (i) organização social; (ii) organização política e administrativa; (iii) organização econômica; e (iv) organização militar¹¹¹. As fontes são principalmente as publicações sistematizadas e projetos de reforma constitucional de Alberto Torres e Oliveira Vianna, confeccionados entre 1914 e 1932 – ano de publicação do programa de reformas do Clube 3 de Outubro. Torres e Vianna são os pioneiros do nacionalismo autoritário gestado no Brasil ainda durante a Primeira República (Lamounier, 1978). Seus trabalhos, confeccionados ao longo das décadas de 1910 e 1920, além de comporem o ambiente político-intelectual do período de formação dos civis e militares que integraram o Clube 3 de Outubro, abriram caminho para outros letrados como Azevedo Amaral e Francisco Campos, destacados somente ao longo dos anos 1930 e 1940.

Na terceira e última parte, analisa-se o papel de ambos os intelectuais e da cultura política que começaram a elaborar na introdução da doutrina corporativista no Brasil, tão influente na organização e luta política do Clube 3 de Outubro.

3.1 A CONSOLIDAÇÃO DA FIGURA DO INTELLECTUAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS CULTURAS POLÍTICAS NA TRANSIÇÃO PARA O BRASIL REPUBLICANO

3.1.1 A formação do “intelectual moderno”

Se as culturas políticas se originam na busca por respostas a grandes problemas e crises enfrentados pelas sociedades em determinados momentos (Berstein, 1998, p. 355-356; 2009, p. 38); e se elas se constituem como respostas com fundamentos significativos o bastante para se inscreverem na duração, acabam por ensejar correntes estruturadas, ou “famílias políticas”, que competem e interagem entre si – inclusive se influenciando – pela aplicação das soluções ou normas que consideram convenientes¹¹². Neste primeiro momento

¹¹¹ Esta divisão se baseia naquela apresentada por Guillaume de Saes (2011, p. 164-173) em sua tese, que procurou estudar a atuação dos militares na construção de uma agenda econômica para o Brasil, entre 1880 e 1945. Ao analisar o Clube 3 de Outubro, o autor propôs dividir os temas do *Esboço...* em quatro partes: organização política e administrativa; organização social; organização econômica e organização militar.

¹¹² Avançando em relação à concepção dos politólogos estadunidenses que consideravam as culturas políticas em uma perspectiva nacional, Serge Berstein argumenta que elas são fenômenos plurais, pois consistem em um conjunto de referências, ou visões de mundo, possíveis de serem apreendidas através das tomadas de posição de “grandes famílias políticas de que elas são expressão”. Tais famílias políticas, define o historiador, “não se resumem aos partidos, que são apenas a sua forma organizada

do capítulo, interessa investigar as circunstâncias que, no ambiente político brasileiro, permitiram a promoção dos intelectuais como um dos grupos mais influentes do debate público, na transição da Monarquia para a República; bem como suas contribuições para as culturas políticas em disputa, ao defenderem seus diagnósticos e propostas para a superação daquilo que identificavam como os principais problemas do “atraso brasileiro”. Afinal de contas, são as suas obras e seus textos instrumentos utilizados propositalmente com o fim de transmitir doutrinas, análises sócio-históricas, valores, visões institucionais e de sociedade traduzidas em propostas para o plano organizacional do Estado (Motta, 2009, p. 24)¹¹³. Algo que se expressará na luta política cotidiana em discursos codificados, em uma gramática com palavras-chave, fórmulas repetitivas, ritos, mitos e símbolos (Berstein, 1998, p. 350).

A figura do “intelectual moderno” se estabeleceu a partir da Europa, mais especificamente na França do final do século XIX. Eram homens que, enraizados na tradição do iluminismo setecentista, erguiam valores universais de verdade, razão, progresso, liberdade, emancipação e independência para reagir e denunciar o que interpretavam como despotismos, injustiças e mentiras (Silva, 2002, p. 14-15). Aliás, valores, que apesar de enfrentarem profunda crise atualmente, se inscreveram na duração sustentando todo o edifício do mundo político e da epistemologia científica no século XX. Compreendendo-se como seus fiéis depositários, os homens de letras se colocavam em uma posição privilegiada de análise e de intervenção na realidade social, em relação aos políticos e aos cidadãos, que estariam mais sujeitos aos imediatismos e particularismos das disputas pelo poder e pela sobrevivência. Em outras palavras, projetando no ambiente político princípios específicos do seu próprio universo, ou “campo” literário, os intelectuais advogavam para si um poder de intervenção

para a conquista e o exercício do poder, mas geralmente consistem num **conjunto de associações, grupos de intelectuais**, periódicos, livros, comparáveis a forças políticas que assumem forma partidária quando essa cultura política chega à maturidade, mas **podendo igualmente dar lugar a atitudes, tomadas de posição, ações induzidas por formas proto-partidárias.**”. Por óbvio, existem culturas políticas minoritárias e outras que se tornam dominantes, seja porque conseguem traduzir os anseios da maioria, seja porque oferecem respostas mais pertinentes aos problemas do momento (BERSTEIN, 2009, p. 37, grifo nosso). A respeito do surgimento e do tratamento dado à categoria cultura política na Ciência Política estadunidense ver Gabriel A. Almond e Sidney Verba (1970, p. 19-59).

¹¹³ Sobre a relação entre os intelectuais e suas produções no debate político, Jean-François Sirinelli (2003, p. 245) também argumentou que são particularmente os textos impressos o “primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo [...]”. Algo semelhante Maro Lara Martins (2021, p. 166-167) expôs ao tratar do trabalho do intelectual “no mundo moderno”: “Através da publicização de seus textos e de seu trabalho, embute-se a ideia do pensar publicamente. E, além de formarem a consciência da nova geração, a partir dos modos de recepção de seu produto intelectual, são sempre reanimados pelo processo intertextual. Assim, criam e recriam as tradições intelectuais e culturais nas quais se inserem, ao produzir ou reproduzir conceitos e interpretações.”

mais legítimo. O que funcionava especialmente em um momento em que a separação entre campos político e intelectual ainda se processava (Alonso, 2000, p. 39; Bourdieu, 1992, p. 156; Gomes, 2009, p. 26; Pinho, 2007, p.71)¹¹⁴.

Essa postura, originalmente atrelada a um progressismo universalista, fez dos intelectuais uma das correias de transmissão centrais, interligando visões de passado e projetos futuro, na construção e legitimação simbólica dos regimes políticos modernos – que para se estabelecer, cada vez menos recorriam à força. Segundo Angela de Castro Gomes (2009, p. 26), dessa forma constituíram-se “vínculos fortes e indissolúveis entre cultura e política, e entre história e memória, desenhando relações de vários matizes, nada mecânicas, nem simplistas, entre poder e saber”.

Depois da Primeira Guerra Mundial, os contornos que definiam os intelectuais se tornaram ainda mais complexos graças ao fortalecimento da crítica antiliberal à esquerda, mas também à direita do espectro político (Lamounier, 2014, p. 16-17). As transformações que as trajetórias dos indivíduos englobados sob tal substantivo sofreram, no tempo e no espaço, deram-no o caráter de um conceito polissêmico e polimorfo. O que exigiu dos historiadores a elaboração de uma categoria analítica que permitiria identificar o objeto em suas formas distintas (Macedo, 2015, p. 49; Sirinelli, 2003, p. 242). Entre outros esforços, o francês Jean-François Sirinelli chegou a uma formulação de “geometria variável, mas baseada em invariantes”, permitindo estudar o intelectual na sua dimensão sincrônica e diacrônica. Assim concebeu duas definições. A primeira, mais ampla englobando “criadores” e “mediadores” culturais como jornalistas, escritores, professores secundários, eruditos etc. A segunda mais específica, pois exige desses sujeitos o engajamento político (como “ator, testemunha ou consciência”). Tais definições, segundo Sirinelli, não se excluem, ao contrário, trabalham em conjunto, sendo possíveis de serem manejadas segundo a exigência da realidade analisada: “[...] o historiador do político deve partir da definição mais ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo”. Ora, porque o intelectual engajado coloca a serviço de sua causa ferramentas socioculturais: a sua notoriedade eventual e sua “especialização”, reconhecida pela sociedade na qual ele está inserido – “especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade” (Sirinelli, 2003, p. 242-244).

2.1.2 Os intelectuais e os “estudos brasileiros” na reforma do país

¹¹⁴ O termo “campo” é empregado no sentido dado pelo próprio Bourdieu. O que, grosso modo, diz respeito a um espaço social em torno do qual há disputas pelo estabelecimento de seus limites e regras.

No que diz respeito à história do Brasil, é perceptível, entre finais do século XIX até meados do século XX, a existência de um período estratégico para o desenvolvimento de diagnósticos, com decorrentes propostas de superação, para o que fora identificado como as principais causas do “atraso” do país. Trata-se do que ficou amplamente conhecido como “pensamento social brasileiro” ou “estudos brasileiros” (Cepêda, 2017, p.113-115; Gomes 2009, p.9; 2012, p. 186; Herschmann; PEREIRA, 1994, p. 10-12). Lançando mão das formulações de Sirinelli (2003), Angela de Castro Gomes (2009, p. 11, 26) apontou o fenômeno como fruto atuação “obsessiva” de um grande grupo “reformadores sociais” ou, mais precisamente, de intelectuais brasileiros, definidos por ela como “uma categoria socioprofissional de contornos pouco rígidos, ou seja, como produtores e mediadores de interpretações da realidade social que possuem grande valor político.”¹¹⁵.

Nesse sentido, é possível dizer que o intelectual como reformador, primeiro político e posteriormente social, encontrou na “Geração de 1870” um movimento basilar para o destaque que assumiu nos grandes debates nacionais, pelo menos até meados do próximo século (Macedo, 2015, p. 51-64; Mello, 2009, p. 18-20). Conforme bem explicou Angela Alonso (2002, p. 43) no clássico *Ideias em Movimento*, a “Geração de 1870” se refere a um grupo de indivíduos que chegam à idade adulta e ao “mercado de trabalho” entre 1870 e início de 1880. Momento em que o capitalismo industrial, na velocidade das transformações técnico-científicas, operou uma expansão voraz das economias centrais na direção de novas e antigas colônias, visando mercados fornecedores e consumidores, sobretudo na América Latina, África e Ásia. O neocolonialismo, além de patrocinar um *boom* nas exportações de *commodities*, alterava os ritmos de produção e de vida, o tecido social e as correlações de força no mundo da política, abrindo espaço para “um bando de ideias novas” (Sevcenko, 1998, p. 7-14)¹¹⁶. “Nesse ambiente, as respostas herdadas e até então válidas para resolver os problemas do mundo passaram a ser consideradas inúteis, porque as perguntas eram, simplesmente, outras.” (Moraes, 2017, p. 97). Cravam-se, diante destes “novos problemas” transformações importantes nas culturas políticas que compuseram o universo de intelectuais e militares nas décadas seguintes.

¹¹⁵ Mais recentemente, Gomes voltou a tratar do tema dos intelectuais, em específico dos “intelectuais mediadores”, no texto que publicou com Patricia Santos Hansen na apresentação do livro organizado por elas, *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política* (GOMES; HANSEN, 2016). Obra que reúne capítulos com estudos de caso de processos de mediação cultural.

¹¹⁶ A respeito dos impactos do “neocolonialismo” na América Latina e no Brasil ver John Chasteen (2001).

No Brasil, além de emergirem novos grupos sociais que reclamavam maior participação política, como os cafeicultores do Oeste paulista, e algum florescimento dos setores médios; o fim do tráfico de escravos abalava a sociedade imperial, trazendo para o centro do debate nacional a escravidão e a própria monarquia. Por outro lado, uma maior dinamização da vida urbana abria novos canais de opinião, com um incremento nos periódicos, livros e jornais, ao mesmo tempo em que o acesso à formação superior se ampliava para além das tradicionais camadas senhoriais. Estavam postas assim as condições para que grupos insatisfeitos com o regime pudessem expressar publicamente seus pontos de vista alternativos (Alonso, 2002, p. 98; Mello, 2007, p. 226; 2008, p. 18; Pinho, 2007, p. 78).

Compartilhando da percepção da experiência de estarem mais ou menos alijados dos processos decisórios nacionais, os intelectuais da “Geração de 1870” projetaram-se como críticos das instituições, valores e práticas da ordem *Saquarema*, que a seu ver não acompanhavam o sentido e a velocidade das transformações que “as nações civilizadas” ou modernas – leia-se Europa e Estados Unidos – impunham ao mundo (Alonso, 2002, p. 100-101). Daí o diagnóstico de inadequação, de atraso nacional ou prisão ao passado colonial contra o qual se prontificavam lutar (Herschmann; PEREIRA, 1994, p. 12; Mello, 2009, p. 17). Para suas conclusões e propostas, partiam de uma ampla gama de referenciais teórico-doutrinários cientificistas de origem europeia como o liberalismo, naturalismo, positivismo, darwinismo e o evolucionismo. Referências heterogêneas como Comte, Littré, Laffitte, Darwin, Spencer, Taine, Renan, forneciam a base para a crítica da cosmologia religiosa e do direito natural como elementos legitimadores da tradição nobiliárquica (Macedo, 2015, p. 56). Assim sustentavam a defesa que faziam do mérito, em detrimento do nascimento, e de uma gestão dos negócios públicos que “libertava a inteligência de fantasias religiosas e de abstrações inócuas para dar conta e imprimir velocidade ao progresso tecnológico capitalista” (Mello, 2007, p. 96) – o que ficaria cravado no universo semântico das culturas políticas que disputaram a construção e a reformulação da República no século XX. Micael Herschmann e Carlos Alberto Pereira (1994, p. 10-11) explicam que nestas circunstâncias ocorreu a formulação do “paradigma/projeto moderno”, capaz agitar a ação política e orientar reflexões desde finais do século XIX, configurando-se de modo claro entre os anos 1920 e 1930. No mesmo sentido, explicou Vera Alves Cepêda sobre a centralidade do “problema da modernidade” no “pensamento político brasileiro”, o que se tratava de um esforço coletivo de superação da herança colonial (Monarquia/Império, escravatura e agrarismo) em direção a uma sociedade urbana e industrial. Os anos 1930, nas interpretações da época, representariam

o ápice dessa possibilidade de transformação, vistos “como ponto limítrofe da ruptura que as forças do moderno vinham engendrando e abrindo [...]” (Cepêda, 2009, p. 112)

Mobilizando todos esses “ismos” na compreensão da conjuntura e na elaboração de “armas para a luta política”, esses intelectuais procuraram afirmar sua autoridade e abrir espaço no debate e no poder (Alonso, 2002, p.101). Em outras palavras, as teorias e/ou doutrinas manipuladas nessa época eram também ferramentas para legitimação de suas presenças nas disputas. Afinal dar ao discurso aparência de imparcialidade e de verdade incontestável era importante para sujeitos que buscavam construir espaços alternativos aos tradicionais canais das instituições políticas imperiais. No momento no qual as ciências ganhavam destaque como o que havia de mais arrojado e moderno para compreensão e “conquista do mundo”, seguir ou aparentar seguir seus preceitos era fundamental para os letrados que procuravam ganhar capilaridade. Em tese, a “política científica” que defendiam e praticavam seria superior àquela corriqueiramente exercida no país, pois tinha como lastro o racionalismo, que os afastaria de quaisquer defesas de privilégios na condução dos negócios públicos (Alonso, 2002, p. 166-168; Macedo, 2015, p. 57-58)¹¹⁷. “Esse momento vê a *ciência*, a sua linguagem e suas certezas emergirem como modelo legítimo de pensar sobre as coisas, de formular perguntas e dar respostas a elas.” (Moraes, 2017, p. 98).

Analisando aspectos do universo semântico, foi possível identificar que os dicionários de época atrelavam o conceito de “civilização” ao adiantamento e progresso manifestos nas leis, nas ciências e nas artes (Macedo, 2015, p. 59-60)¹¹⁸. Nessa lógica, o desenvolvimento científico era compreendido como um dos motores do melhoramento social e de integração ao desenvolvimento geral do gênero humano, cuja locomotiva seria a Europa. Nota-se a centralidade que adquiriu o intelectual primeiro para o desenvolvimento da “ciência”, e a partir dela, da política e da sociedade, o que poderia inserir em definitivo o Brasil no “rol das nações civilizadas”. Segundo Martins (2021, p. 172), entre finais do século XIX e início do século XX, os letrados brasileiros adquiriram papel central “no artifício do mundo público, na composição dos interesses, na motivação às ações sociais, nas alterações institucionais, na animação da cultura política.”.

¹¹⁷ Alonso recorre à expressão “política científica” para tratar dos esquemas interpretativos, noções e argumentos mobilizados, a partir do repertório Ocidental, pelos letrados por ela estudados para “construir sua crítica às instituições e aos valores do Segundo Reinado numa linguagem nova, rompendo com a própria tradição liberal-romântica inventada pelos saquaremas.” (ALONSO, 2002, p. 176). O termo foi aplicado antes por Charles Adam Hale (1989) no estudo de movimento semelhante no México, do final do século XIX.

¹¹⁸ Ver os dicionários VIEIRA (1873) e SILVA (1890).

Procurando fomentar correntes de opinião, ou “ideias força”, em ambientes alternativos ao sistema partidário e parlamentar tradicional, os intelectuais dedicaram-se à produção de jornais, livros e panfletos. Bem como trabalharam na articulação de comícios, ou “*meetings*”, e associações transitórias, que lhes conferiam capacidade de organização, redes de contato, ao mesmo tempo que ajudava a reforçar sua autoridade sobre assuntos de interesse nacional. Então, falando a outros grupos, além das elites imperiais, fomentaram espaços de sociabilidade e “um embrião de espaço público” (Alonso, 2002, p. 334; Quirós, 2007, p. 82-83) – algo que se mostrou fundamental para a prática política nos momentos mais candentes das disputas republicanas nos anos que se seguiram.

Considerando-se “cientistas da política”, os intelectuais brasileiros do final do século XIX incorreram invariavelmente em uma postura elitista e paternalista. Já que julgavam deter os instrumentos corretos para interferir de forma qualificada e irrestrita no mundo político. Condição para as que as transformações necessárias ocorressem ao mesmo tempo em que garantissem a preservação da ordem social. Ou seja, ainda que procurassem ampliar o alcance de suas palavras na crítica às instituições imperiais, isso não correspondia à defesa da atuação das massas ou a um apelo à democratização efetiva do ambiente político. Angela Alonso interpretou essa posição, compartilhada pela “Geração de 1870”, a partir do que ela identificou como uma ressignificação da tradição reformista da elite intelectual imperial, fruto experiência nacional, principalmente do turbulento Período Regencial, associado a um repertório europeu, que reagia aos “excessos revolucionários” dos séculos XVIII e XIX. O esforço central destes homens, ainda no Segundo Reinado, era evitar a revolução que, no Brasil, ameaçava principalmente a permanência da escravidão e trazia o “risco da federação” (Alonso, 2002, p. 55-56).

A pesquisadora defende que a incorporação do arcabouço teórico-doutrinário da Europa, conforme auxiliou a entender a realidade brasileira e a organizar luta política desses intelectuais, ocorreu combinada com a manutenção da tradicional preferência da elite imperial pela reforma, a ser executada pelo *establishment*, em vez da revolução. Por opção, os intelectuais da “Geração de 1870” privilegiaram teorias evolucionárias que requisitavam e justificavam o “controle científico da política” por uma “vanguarda ilustrada”: “A fixação da civilização moderna no Brasil podia ser acelerada, acreditavam, se direcionada politicamente” (Alonso, 2002, p. 333-334). Como uma nova elite, diferente dos Saquaremas, seriam capazes de conduzir finalmente o país na construção do seu Estado, nação e sua modernização econômica – a despeito da incapacidade e das limitações dos cidadãos comuns. Os positivistas republicanos, a maioria abolicionistas, foram a expressão mais radicalizada desse fenômeno,

ao proporem o coroamento do progresso nacional e da pacificação da sociedade com o estabelecimento de uma república ditatorial, controlada por letrados conhecedores das leis sociológicas e históricas (Alonso, 2002, p. 211-221; Mello, 2007, p. 94-95). Uma visão de sociedade ideal que foi resgatada a partir da incorporação de outras doutrinas, como o Corporativismo, e outros atores nas décadas do século seguinte, como os militares do Tenentismo e os intelectuais autoritários.

Ao encontro dessa interpretação, Rodrigo Patto fez referência ao que chamou de “tradição da conciliação” ou da “acomodação”, como um elemento da cultura política brasileira, o qual estaria inserido em outras culturas políticas minoritárias que disputavam espaço no país (Motta, 2013; 2018)¹¹⁹. Para o professor, é observável na história do Brasil um objetivo permanente dos setores dominantes de garantir a exclusão política das parcelas populares, seja através de episódios de violência extrema, seja elaborando estratégias de integração subalterna desses grupos. Procurando manter a dominação social, perseguem o controle de episódios de conflito e tensão, entre si, para evitar abrir espaço ou ensejar radicalizações dos subalternizados. “Em grande medida, o medo do potencial revolucionário dos escravos explica as estratégias de acomodação política dos grupos dirigentes brasileiros no século XIX” (Motta, 2018, p.118-119). Arranjos de acomodação estiveram presentes na Independência, na consolidação do Segundo Reinado, na criação da República sem participação popular e na Era Vargas, com sua legislação social e repressiva em relação às expressões autônomas dos trabalhadores. “Ocorreram situações de acomodação inclusive durante a última ditadura, e no seu final, o que permitiu uma transição pós-autoritária suave para os agentes repressivos do Estado, que até hoje não foram julgados, e tampouco punidos.” (Motta, 2018, p. 119). Diante da gravidade e atualidade do tema, uma pergunta se torna inevitável: neste caminho persistirá a República, diante da ação golpista envolvendo militares e policiais do Distrito Federal ocorrida no 8 de janeiro de 2023?

Assim como eu já havia feito durante o mestrado (Macedo, 2015), o que se procurou nesta parte do capítulo foi demonstrar que os intelectuais da “Geração de 1870”, tentando

¹¹⁹ Em texto de 2018, Rodrigo Patto Sá Motta explicou por que resolveu adotar a metáfora geológica da “acomodação” no lugar de “conciliação”, que já havia mencionado em texto de 2013 (MOTTA, 2013): “A conciliação na tradição brasileira significa o acordo político ‘pelo alto’, envolvendo grupos dirigentes e o Estado. Acomodação permite integrar este sentido e ampliá-lo, para incluir também arranjos em outros espaços sociais e institucionais, com o envolvimento de outros atores, como intelectuais, acadêmicos e produtores culturais, e mesmo setores populares. Nem sempre se trata de acordos explícitos, mas, de arranjos tácitos, permitindo acomodar conflitos e tensões [...]. Aspecto importante da acomodação é que ela envolve dois campos, ou dois lados, em um jogo de concessões mútuas. Para o jogo funcionar há que existir uma vida de mão dupla, embora quase sempre se trate de situações de poder assimétricas.” (MOTTA, 2018, p. 119-120).

resolver as questões que lhes foram próprias no ocaso da monarquia no Brasil, acabaram por imprimir uma série de elementos mais duradouros que persistiram nas culturas políticas em disputa nas próximas décadas. Combinando ideias de empréstimo com a experiência da crise monárquica, construíram espaços e um ambiente político responsáveis por gerar um “clima cultural”, que deixava os atores sociais mais sensíveis e dispostos a determinadas ideias, opiniões, valores, representações e comportamentos (Berstein, 1998, p. 356-357; Motta, 2009, p. 23-24)¹²⁰. Algo semelhante ao que concluiu Maria Theresa Chaves de Mello, em sua tese sobre a “República Consentida”, quando analisou a formulação, pelos intelectuais do final do século XIX, de uma linguagem semanticamente renovada que constituiu uma nova cultura política, a qual terminou por contribuir para a associação entre o Império, a decadência e o atraso. O impacto foi tamanho, que não houve qualquer indicação de nostalgia generalizada pelo regime quando foi derrubado (Mello, 2007, p. 229). “Indiferença e conformidade são reações que falam da penetração da nova cultura, na qual inscrito estava o regime republicano como uma necessidade histórica. Por isso, a população da Corte não reage à Proclamação. Ela consente” (Mello, 2009, p. 30). Tais esforços, em boa medida, garantiram o poder de influência dos intelectuais e suas opiniões no debate político e, por conseguinte, sobre outros sujeitos individuais e coletivos, como os militares.

Com tudo isso, é preciso dizer que não se estabelece aqui uma relação direta entre a “Geração de 1870” e os intelectuais do nacionalismo autoritário, que floresceu na década de 1920. A questão é mais complexa e envolve admitir intersecções, diálogos e revisões propiciados pela busca por respostas, aos antigos e novos problemas nacionais, plausíveis com a realidade social o suficiente para se estabelecerem na duração (Macedo, 2015, p. 63). Entre tais respostas, chamam a atenção, o desenvolvimento de instrumentos, práticas e *loci* que deram centralidade ao intelectual no debate público e na (re)condução do Brasil rumo à superação do “atraso”, pela “ciência” ou pelo cientificismo, além da visão paternalista do conflito social. O que está em conformidade com o que apontou Daniel Cefai (2001, p. 98-99): as culturas políticas influenciam na ação coletiva dos sujeitos históricos, que recorrem a

¹²⁰ “[...] uma cultura política surge em resposta a um problema da sociedade e vai-se (*sic*) tornando mais complexa ao longo de um processo por vezes muito lento que lhe permite transformar-se, adaptar-se à evolução da própria sociedade. Ela só se torna verdadeiramente operacional quando suscita a adesão de grupos importantes da sociedade, após ter progredido nas mentes que pouco a pouco vão se habituando ao seu discurso, às soluções por ela propostas, e que acabam por interiorizá-la. É então, somente então, que ela se torna um dos móveis do comportamento político.” (BERSTEIN, 2009, p. 39).

reservas de saber ou fontes de experiência na construção de sentidos para as realidades imediatas com as quais se defrontam¹²¹.

3.2 A DECEPÇÃO COM A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA E A BUSCA POR ALTERNATIVAS: O NACIONALISMO AUTORITÁRIO

Se o movimento republicano, como parte da “Geração de 1870”, reivindicou e prometeu a racionalização do aparelho estatal e a extensão da autoridade pública, garantindo finalmente a separação entre o público e o privado; a prática política do regime liberal-oligárquico, proclamado em 1889, não demorou para decepcionar amplos setores da sociedade brasileira, como já foi analisado anteriormente. Nessa parte do capítulo, o objetivo é compreender como os intelectuais civis que viviam sob a República – já estabelecidos como importantes atores políticos graças aos seus congêneres do século anterior – promoveram suas críticas ao regime instalado e mais tarde inovaram, consolidando propostas de mudança de cunho nacionalista e autoritário para a reformulação do Estado e sociedade brasileiros.

3.2.1 Superar a Belle Èpoque e (re)construir a nação

O “terremoto ideológico” (Beired, 1999, p. 17), que atingiu os países centrais no entreguerras, enfraquecendo a hegemonia do arcabouço político-cultural liberal, descredibilizou a ordem institucional vigente como garantidora do progresso material e da pacificação social. Pairava entre as elites políticas, econômicas e intelectuais a preocupação com a manutenção do sistema de dominação e por isso procuravam meios para contornar a crise econômica, controlar as crescentes agitações dos trabalhadores e a ameaça de subversão da ordem, além de ultrapassar os empecilhos liberais-parlamentares para o estabelecimento de um Estado garantidor do equilíbrio desejado (Gomes, 2012, p. 185; Lamounier, 2014, p. 135-136; Pinto, 2014, p. 22-23; Rosas, 2017, p. 10-11). Por óbvio, a América Latina, envolvida no sistema internacional de trocas de mercadorias, capitais e ideias foi também atingida por esse fenômeno. O comprometimento do modelo agrário-exportador herdado do século XIX, a

¹²¹ “*La culture politique consiste alors dans de activités de cadrage (framing activities) : elle est envisagée comme une praxis collective, dans des contextes d'interactions entre individus, entre réseaux et organisations,, recourant à des répertoires d'identification, de narration et d'argumentation, à des réserves de savoirs ou à des gisement d'experiences.[...] Les cultures politiques apparaissent indissociables de leurs usages pragmatiques et stratégiques. Des acteurs s'orientent et se meuvent dans les architectures sémantiques qui contraignent les formes de l'action individuelle et collective.*” (CEFAÏ, 2001, p. 98-99, grifo nosso).

emergência de novos atores políticos e sociais, o questionamento aos regimes oligárquicos de cidadania restrita, abriam caminho para novos movimentos culturais e a formulação de novos “projetos ideológicos” (Beired, 1999, p. 19; Chasteen, 2001, p. 164).

No Brasil, isso ocorreu a partir da intensificação das agitações operárias, do final da década de 1910; com as cisões intraoligárquicas, manifestadas com maior concretude nas disputadas eleições de 1910, 1922 e 1929; e com a movimentação de grupos civis e militares, que procuraram se organizar para compreender o momento, se legitimarem como interlocutores no debate político e apresentarem propostas de mudança, articulando suas próprias formas de atuação. Tal é o caso, por exemplo, da fundação da revista militar *A defesa Nacional*, em setembro de 1913, e da associação Liga da Defesa Nacional, de 1916.

A revista militar *A defesa Nacional*, fundada por um grupo de oficiais brasileiros que estagiaram no Exército Alemão em 1910, os “jovens turcos”, se anunciou com o objetivo de propor a reforma de aspectos profissionais da corporação, a partir do que viram na Europa – tendo a adoção do serviço militar obrigatório como principal bandeira. Contudo, seus artigos tocavam em temas políticos, pressupondo ser a caserna um espaço importante para a reprodução de valores e comportamentos necessários à definitiva organização da nação brasileira. Segundo Leila Maria Corrêa Capella (1985, p. 72-73), por trás dessa percepção, estava a compreensão de que no país ainda não havia surgido uma organização social capaz de ser considerada uma nação. O que existia era um aglomerado de pessoas sem orientação, coesão ou identidade, todas movidas principalmente pelos seus desejos particulares, responsáveis pela pulverização dos interesses políticos. “Nação de fato” correspondia aquilo que tinham experienciado na Alemanha e um Exército bem equipado e moderno poderia ser o “grande arquiteto” de uma nova concertação, ou das “malhas de aço”, do tecido social. Em primeiro lugar, o serviço militar imprimiria nos cidadãos a disciplina e o civismo necessários para o combate à politicagem e o patriotismo “palavroso, entre ingênuo e velhaco” espalhado pelos bacharéis. Em segundo lugar, poderia interferir diretamente a corporação, como um todo, sem quebra de hierarquia, nas “grandes questões nacionais”, graças ao poder de organização, ao “verdadeiro espírito cívico-patriótico” e ao conhecimento técnico que julgavam deter (Capella, 1985, p. 75-86).

Foi da revista que surgiu a associação civil-militar homônima, Liga da Defesa Nacional. Formada por intelectuais de peso, como Pedro Lessa, Miguel Calmon e Olavo Bilac – seu entusiasta mais fervoroso –, foi responsável por levar ao mundo da política aquilo que defenderam os “jovens turcos” e por efetivar então o serviço militar obrigatório. Essa aproximação entre militares e civis transcendia a própria questão do serviço militar e refletiu

um apelo nacionalista, difuso na época, de defesa do país contra inimigos internos e externos. Internamente, temiam a dissolução do edifício social e a “anarquia” pela desorganização do trabalho, das leis, da justiça, pela política das “camarilhas” e pela escassa instrução popular (Capella, 1985, p. 235-237; Lamarão, 2010, s.p). Externamente preocupavam-se com a guerra e os imperialismos, questões ainda mais verossímeis depois da Primeira Guerra Mundial. Foi nesse sentido, por exemplo, que discursou Alberto Torres, ainda em 1912, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), onde era sócio honorário desde 1911. Com um texto erudito, e bastante voluntarista, Torres apontou que as “duas extraordinárias nações do mundo”, Inglaterra e Estados Unidos, faziam da ordem mundial o programa de sua política. E a política, orientada pela rivalidade, pela ignorância e pelas lutas concorrenciais, mostrava-se uma forma “atrasada” da atividade humana, que empurrava para a guerra e a “revolução”¹²². Às inteligências, ou aos intelectuais, caberia reorientar tais condições para que, de uma vez por todas, a humanidade se libertasse da violência na direção da “civilização”:

A ação deliberada das inteligências, desde as lições do professor primário, até aos atos dos estadistas, é que distingue as sociedades que avançam das sociedades estacionárias [...]

Se as inteligências se abstêm, se os estudiosos e refletidos abandonam a atividade, os práticos, os políticos de ação, os eficientes por energia e por iniciativa, apossam-se do presente; e, sem conduzir os acontecimentos, deturpam e atrasam as soluções.

A guerra, disse-se em começo, resultou da ação da cobiça e da paixão, conduzidas pela ignorância. E, não só a guerra, mas a revolução e o retrocesso, os expedientes, as vacilações, os impulsos, a falsa pista e a falsa orientação política...¹²³

Nessas iniciativas se inspiraram outros grêmios, como a Liga Nacionalista de São Paulo, de 1916, fundada a partir de um discurso de Bilac na Faculdade de Direito de São Paulo¹²⁴. Seu programa, embora bastante genérico, publicado em *O Estado de S. Paulo*, refletia bem as preocupações da época trazendo pontos como: a busca por “reerguer o espírito de solidariedade nacional”; a luta pela “difusão da instrução no país”, promovendo a “educação cívica e política do povo brasileiro”; o combate às fraudes eleitorais; e atribuir aos “técnicos” a tarefa de estudar “todos os problemas que interessam a nacionalidade

¹²² REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1912, t.74, pt.2, pp. 557-558.

¹²³ REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1912, t.74, pt.2, p. 582.

¹²⁴ Sobre o “patriotismo cívico” de Olavo Bilac e sua influência política, no final dos anos 1910 ver Hansen (2016).

brasileira”¹²⁵. A entidade foi fechada em 1924, pela colaboração com o levante Tenentista do 5 de julho na capital do estado (Setemy, 2010, p. 4). Outras duas associações de natureza nacionalista militante que surgiram nesse período podem ser lembradas: a Propaganda Nativista, de 1919, da qual fazia parte Jackson Figueiredo; e a Ação Social Nacionalista, de 1920, criadora do periódico *Gil Blas*, também um instrumento de propaganda e ação desse ideário (Vieira, 2010, p. 99; Beired, 1999, p. 33).

Na ausência de partidos políticos com linhas teórico-doutrinárias mais ressaltadas, naquele momento as ligas ocuparam este lugar, funcionando como espaços de sociabilidade, de construção de laços e relações afetivas, de autoridade simbólica sobre a agenda política do país e compartilhamento de leituras sobre o passado, o presente, bem como propostas de reorganização das instituições (Capella, 1985, p. 235; Macedo, 2015, p. 83). Torna-se evidente que para tratar de novos problemas, lançavam mão de valores e práticas políticas dos intelectuais gestados pela “Geração de 1870”. É o que fica claro, por exemplo, no papel que a própria *Liga Nacionalista* se dá:

D) – procurará dar a mais ampla divulgação às suas ideias, distribuindo largamente em todo território nacional livros, folhetos, boletins, etc., que incutam em todos os brasileiros a convicção da necessidade da solidariedade nacional, da disciplina social [...]; III) – realizará conferências públicas destinadas a promover e a desenvolver a educação cívica e política dos cidadãos; IV) – agitará todas as questões de interesse nacional, na imprensa e na tribuna; [...] X) – promoverá a criação de associações congêneres em todos dos Estados do Brasil, e, ultimamente, uma Federação Nacionalista que as represente solidariamente¹²⁶.

Ora, tais iniciativas coletivas tratavam, desde já, de temas e preocupações compartilhados que se consolidariam e permaneceriam no debate público nos próximos anos: pátria/patriotismo, república/republicanismo, politicagem/política, nação/nacionalidade. Ficou claro que, então, no século XX, agora já sob a República, os letrados e parte das Forças Armadas traziam para o centro da discussão, como objeto de suas reflexões e ações, e como condição para a existência da nação, o “povo brasileiro”. Tratando, portanto, não mais apenas da construção do Estado (*state building*), como também da construção da nação (*nation-building*) (Gomes, 2009, p. 25).

Não por acaso, como lembrou Marly Motta (1994, p. 1), no Centenário da Independência, em 1922, quando os sujeitos históricos se encontraram numa espécie de

¹²⁵ NOTAS e informações. *O Estado de S. Paulo*, p.5, 31/3/1916.

¹²⁶ *Ibidem*.

encruzilhada entre a catástrofe iminente e a esperança de mudança, manifestaram-se os mais variados – em diagnósticos e propostas – esforços na direção de perseguir o que seria “a cabeça do Brasil moderno”. O “moderno” era, antes de mais nada, demonstrar estar em um lugar prestigiado no debate “científico” e artístico, além de expressar certa sintonia com um conjunto de agendas, cujos referenciais foram as experiências históricas dos países do capitalismo central (HERSCHMAN; PEREIRA, 1994, p. 15). Datam deste mesmo ano a criação do Partido Comunista Brasileiro, uma consequência da articulação crescente dos trabalhadores, com sindicatos mais fortes e greves mais impactantes; a Semana de Arte Moderna de São Paulo, como parte de um “processo de modernização nacional” (Martins, 2021, p. 164-165); o Centro Dom Vital, uma reação conservadora de católicos temendo a radicalização do conflito social; e a própria eclosão do Movimento Tenentista, que embora os militares rebeldes reagissem às disputas em torno das eleições daquele ano, traziam consigo a compreensão de que constituíam a reserva moralidade e patriotismo do país (Macedo, 2020, p. 423; Vieira, 2010, p. 98-100). “A década de 20 abriu-se, assim, com um aceso debate sobre a nação brasileira às vésperas de completar cem anos de vida independente, marcada porém pelo atraso.” (Motta, 1994, p. 3). Portanto, o grande desafio posto era o de (re)pensar o Brasil, rompendo com as promessas da falida *Belle Époque*, e reconstruir a República, que se revelou uma deformação daquilo que foi idealizado. Por isso, necessitava-se de novos parâmetros e referências, já que o modelo de país consagrado pelos bacharéis da “Geração de 1870” parecia exaurido (Motta, 1994, p. 4).

Foi neste contexto, a começar pela década de 1910, que o antiliberalismo – a oposição à doutrina liberal, aos valores, práticas e institucionalidade dela decorrentes, corporificados na Constituição de 1891 – ganhou cada vez mais espaço tanto à direita quanto à esquerda do espectro político brasileiro. À esquerda, através de intelectuais, organizações e sindicatos marxistas e anarquistas, principalmente após a Revolução Russa, de 1917. À direita, assumiu manifestações mais variadas. Entre adeptos do “cientificismo”, observou-se desde uma sobrevida da agenda positivista de finais do século XIX; até a afirmação de uma nova proposta nacionalista autoritária, apresentada como mais coerente – do que as “fórmulas universalizantes” – com a específica realidade “sociologicamente” diagnosticada do “atraso brasileiro”. Entre os grupos “espiritualistas”, primeiro organizaram-se os católicos, principalmente em torno da revista *A Ordem* (1921) e do Centro Dom Vital (1922). Sob a liderança de Jackson Figueiredo e Tristão de Athaíde, codinome de Alceu Amoroso Lima, reagiam ao avanço da secularização institucional, que por ameaçar o que seria a principal base da tradição brasileira, o catolicismo, comprometia a ordem social e a existência da nação

como um todo. Já nos anos 30, precisamente em 1932, como expressão da extrema-direita, emergiu o Integralismo, que chegou a constituir um partido de orientação fascista, com considerável capilaridade, a Ação Integralista Brasileira (AIB), cujo chefe era Plínio Salgado (Beired, 1999, p. 34-43; Hollanda, 2009, p. 74-80; Lamounier, 1978, p. 356-373; 2014, p. 135-139; Macedo, 2019, p. 85; 2020, p. 424-425; Rosenfield, 2021, p. 89)¹²⁷. Todas essas expressões antiliberais, cada uma à sua maneira, assumiram uma tônica coletivista em reação ao que seria uma desorganização social e política promovida pelas omissões do individualismo liberal, que vislumbraram tanto no cenário internacional quanto nos conflitos presenciados na Primeira República.

3.2.2 A saída pelo nacionalismo autoritário: diagnóstico

Interessa para esta tese explorar principalmente a vertente nacionalista autoritária, cuja expressão pioneira se deu através dos trabalhos de Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917) e Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951). Entre 1910 e os primeiros anos da década de 1930, momento da fundação do Clube 3 de Outubro, estes dois intelectuais foram responsáveis pela elaboração de análises e propostas mais bem organizadas a respeito da situação nacional. Como se viu, era o contexto em que os militares se articulavam com os civis reivindicando reformas para a caserna e para o país, vivendo experiências que contribuíram para a eclosão do Movimento Tenentista, a partir de 5 de julho de 1922. A maioria de militares que compuseram a direção do Clube 3 de Outubro, com a faixa etária entre 23 e 40 anos, mostra a coincidência entre a produção e circulação dessas ideias autoritárias com o período de formação profissional e intelectual destes “revolucionários”¹²⁸.

Tendo acumulado a experiência de deputado federal (1893-1896), ministro da Justiça (1896-1897), presidente do estado do Rio de Janeiro (1897-1900) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1901-1909), Alberto Torres escreveu, em 1914, *A Organização Nacional* (Torres, 2002b). Texto no qual, além de desenvolver explicações para o diagnóstico da anarquia social e política que vislumbrava no país – já sinalizado em *O problema nacional brasileiro* (Torres, 2002a), de 1912 –, apresentou uma proposta de reforma constitucional de caráter centralizador e com aspectos corporativistas. Seus trabalhos se tornaram referência entre os críticos da Primeira República, principalmente a partir da década de 1920, e tiveram

¹²⁷ Para uma biografia política de Plínio Salgado ver Gonçalves (2018). A respeito da trajetória do Integralismo no Brasil ver Gonçalves e Caldeira Neto (2020).

¹²⁸ A complexa relação entre o Tenentismo e o nacionalismo autoritário na década de 1920 será tratada mais detidamente no Capítulo 3.

ressonância entre os teóricos constitucionalistas pelo menos até 1945 – apesar da sua morte, com menos de 50 anos, ainda em 1917 (Macedo, 2015, p. 107; Pinho, 2007, p. 125-126; Rosenfield, 2021, p. 87-88).

Testemunho da importância de Alberto Torres para muitos intelectuais conhecidos da década de 1920 é o prefácio escrito por Vicente Licínio Cardoso na coletânea organizada por ele mesmo, em 1924, *À margem da história da República* (Cardoso, 1990). Para esse livro contribuíram nomes como Oliveira Vianna, Gilberto Amado, Carneiro Leão, Tasso da Silveira, Tristão de Athaíde, Celso Vieira e o jurista Pontes de Miranda – que em 1932, estaria na Comissão de Estudos Sindicais do Clube 3 de Outubro¹²⁹. Sinalizando um distanciamento para os intelectuais do final do século XIX, chamados de “ortodoxos”, por considerar excessiva a aproximação que tinham com “sistemas importados de ideias”, Cardoso apontou como um dos elementos da unidade da sua coletânea e dos autores que dela participaram: a leitura de Alberto Torres (Cardoso, 1990, p.12) . Dizia que, embora esses letrados não se denominassem simplesmente discípulos de Torres, tinham nele uma referência comum, “um ascendente espiritual”, com o qual tiveram contato em algum momento da vida.

No prefácio da 2ª edição, em 1933, de *O Problema Nacional brasileiro*, Saboia Lima exaltou o autor da obra como grande intérprete da vida nacional e, portanto, seus trabalhos seriam úteis para “compreensão do nosso passado e como perspectiva para o futuro” (Lima, 2002a, p. 7). E para reafirmar seu argumento, cita um trecho escrito na época, por Humberto Campos, a respeito de Alberto Torres:

Ninguém acreditava nas suas predições. Até que os acontecimentos, confirmando o que ele predissera, o impuseram à admiração das gerações novas, que iniciaram, finalmente, agora, para a admiração pública, a ressurreição da sua obra e do seu nome. Morto há dezesseis anos, Alberto Torres está mais vivo do que na véspera da sua morte. (CAMPOS *apud* Lima, 2002a, p. 12).

Em 1932, no prefácio escrito para a primeira edição da obra *As Ideias de Alberto Torres*, publicada por Alcides Gentil, o próprio Oliveira Vianna afirmou o impacto da influência torreana sobre “os espíritos com inclinações inovadoras” daquele período como um “centro gravitacional”. Embora tenha procurado demarcar certa independência em relação ao predecessor, reconhece a importância daquele que chamou de “mestre” na sua formação e na de seus colegas como “Gentil, Saboia Lima, Porfírio Netto, Antonio Torres, Carlos Pontes, [e] Mendonça Pinto [...]” (Vianna, 1938, s.p.). Alcides Gentil, que inclusive chegou a ocupar

¹²⁹ CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.5, 16/2/1932

lugar na Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros do Clube 3 de Outubro, também em 1932, foi apresentado por Vianna como o mais profundo conhecedor da obra de Alberto Torres, na época¹³⁰:

Dos discípulos de Torres ele é o que mais de perto conviveu com o mestre [...] aquele que mais completamente lhe assimilou o pensamento, mais perfeita e integralmente se conservou fiel ao espírito da sua filosofia social e política. Todos os outros se desviaram; menos Gentil, que ficou sendo o ortodoxo do grupo. (Vianna, 1938, s.p.)

Oliveira Vianna, por sua vez, marcou participação no debate público desde a sua primeira obra, *Populações Meridionais do Brasil*, lançada em 1920, na qual analisou a formação sócio-histórica do Brasil e fixou a tese do “insolidarismo social” como explicação para a ausência de uma nação brasileira e, portanto, de uma unidade política que tornasse o país minimamente governável por um regime liberal (Vianna, 2005). O livro foi um sucesso de crítica entre intelectuais de variados quadrantes como Agripino Grieco, Carneiro Leão, Taunay e Tristão de Athaide. Monteiro Lobato, por exemplo, responsável pela publicação do livro em 1920, já havia divulgado alguns dos seus capítulos, desde 1917, na *Revista do Brasil* – um núcleo de propaganda nacionalista (Carvalho, 1998, p. 202; Vieira, 2010, p. 99). Outros trabalhos, embora não tivessem a mesma repercussão, ajudaram a consolidar sua posição de notável, como *O Idealismo na Evolução Política do Império e da República*, de 1922, *O ocaso do Império*, de 1925, *O Idealismo da Constituição*, de 1927, *Problemas de Política Objetiva*, de 1930 e *Raça e Assimilação*, de 1932. Assim como Torres, ocupou posições institucionais, desde 1932, quando assumiu a consultoria jurídica do Ministério do Trabalho, onde se tornou o principal formulador da política sindical e social do governo até 1940 (Carvalho, 1998, p. 203). Em novembro de 1932, ajudou a compor Subcomissão do Itamarati, criada para elaborar o anteprojeto discutido na Constituinte em 1933.

As produções de Torres e Vianna abriram caminho para outros intelectuais como Azevedo Amaral (1881-1942) e Francisco Campos (1891-1968), que tiveram uma produção mais relevante nos anos 1930 e 1940. E embora não constituíssem uma organização formal, convergiam na busca pelo conhecimento sócio-histórico da realidade brasileira, na crítica ao modelo de República assegurado pela Constituição de 1891, bem como na proposta de um modelo alternativo de Estado-tutor responsável pela construção de uma sociedade de caráter orgânico-corporativo (Beired, 1999, p. 36-37; LAMOUNER, 1978, p. 345-360; Macedo,

¹³⁰ CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.5, 16/2/1932.

2020, p. 425). A partir deles, instaurou-se no debate público um sentido de mudança que consistia na definitiva superação do liberalismo e sua forma estatal. Aos princípios da liberdade individual eram contrapostos os do “bem comum”, reivindicando-se a extensão da autoridade pública do Estado sobre a esfera privada e propondo-se uma atitude de mobilização centralizadora. Foi dessa maneira que importaram alguns aspectos da doutrina corporativista no Brasil (Cepêda, 2017, p. 123-131; Gomes, 2007a, p. 87-91; Rosenfield, 2021, p. 216; Tanagino, 2018, p. 324-326). Diferentes orientações político-ideológicas fortes no pós-30 reivindicavam suas raízes em Torres e Vianna, tais como a direita católica e os integralistas, como Miguel Reale, que chamou seus contemporâneos de a “geração que Alberto Torres sonhou” (Forjaz, 1988, p. 52; Tanagino, 2018, p.13-16)

Como intelectuais, ancoraram-se nas práticas, na autoridade técnica e cientificista, reivindicadas desde a “Geração de 1870”, para se qualificarem no debate e garantirem seu papel de “vanguarda ilustrada”, farol das transformações nacionais. Contudo, desapontados com o que havia se transformado a República, procuraram inovar apelando ao estudo técnico-empírico da realidade social como ponto de partida para a proposição das reformas que consideravam necessárias ao país. No prefácio de *A organização nacional*, Torres assegurou que suas experiências, primeiro como político e posteriormente como juiz, haviam-no demonstrado a inaplicabilidade das leis à realidade brasileira: “a lei máxima da República não é senão uma roupagem de empréstimo, vestindo instituições prematuras.” (Torres, 2002b, p. 8). Apresentando-se como aqueles que lançavam mão de “um grupo de ciências novas” (Vianna, 2005, p. 50), ou seja, das Ciências Sociais, Torres e Vianna anunciavam o intuito de escapar das generalizações e universalismos perseguidos pelos diferentes “idealismos” e fórmulas “estrangeiras” – do liberalismo ao positivismo, quaisquer que fossem –, em busca das “raízes brasileiras”, para uma resolução “objetiva” e “realística” dos problemas:

Essa arte [a política] demanda um forte e profundo preparo [...]. À aplicação direta das lições dos filósofos e doutrinadores devem-se os maiores desastres da política contemporânea. Os homens de governo ganharam em preparo teórico, mas os fatos cresceram em variedade e complexidade; e o conflito entre os fatos e teorias assumiu proporções gigantescas, porque doutrinas não têm relação com a natureza dos fatos. Em nosso país esse desencontro manifesta-se em documentos flagrantes. (Torres, 2002b, p. 29)

Nessa perspectiva, todo posicionamento político deve ter origem na análise das condições consideradas reais (Cepêda, 2017, p. 123; Hollanda, 2009, p. 141-143):

Portanto, apresentaram-se como o polo oposto ao “bacharelismo”, apontando-o como o responsável pelo artificialismo e inoperância das instituições republicanas, principalmente para lidar com os conflitos sócio-políticos que presenciavam. Os “bacharéis” seriam aqueles intelectuais que, ignorantes em relação à realidade e aos interesses nacionais, agiriam em benefício próprio, escorando-se em modismos e ideias pegadas de empréstimo, para venderem-se como “cultos” e cavarem posições de poder. Identificados principalmente entre os liberais, estariam estes sujeitos voltados com os olhos “para fora”, principalmente para a Europa e para os Estados Unidos de onde copiavam os gestos, as frases, os hábitos e as leis do regime (Macedo, 2015, p. 103-104; Pinho, 2007, p. 131-132). Dessa maneira, esses intelectuais nacionalistas procuravam sustentar sua autoridade de organizadores da sociedade sobre os políticos, os militares e, principalmente, sobre as massas.

É necessário esclarecer que essa posição reivindicada em discurso traduziu mais um esforço de construção de identidade nacionalista militante, em contraposição aos “bacharéis”, do que propriamente a elaboração de uma espécie de “purismo epistemológico”. Em primeiro lugar, porque a própria posição flagrantemente política do intelectual e os instrumentos que detinham não lhes encaminhava para a ruptura com aspectos doutrinários-normativos, na busca pela construção de análises puramente técnicas. Era um momento de pouca autonomia e diversificação das disciplinas das Ciências Sociais, especialmente no Brasil. A Economia Política, a Antropologia e a Sociologia ainda coabitavam com algum grau de subordinação o campo das “ciências jurídicas” nas faculdades brasileiras (Oliveira, 1997, p.8). Segundo, porque a própria noção civilizatória, ou de modernidade, a ser alcançada tinha referência na Europa, principalmente Inglaterra e Alemanha, e nos Estados Unidos. O que exigia estar atento aos debates, aos movimentos filosóficos e artísticos internacionais para que exercessem algum tipo de comparação e então delimitassem os aspectos considerados próprios da “realidade brasileira”, respondendo à pergunta: “que país é esse?” (Gomes, 2012, p. 187; Herschmann; PEREIRA, 1994, p. 29-32). Ler os textos de Vianna e Torres é sempre se deparar com as mais variadas referências a letrados estrangeiros, observações sobre a filosofia clássica, além de descrições sobre história da antiguidade e dos países centrais: “Filosofia, ciência, arte e política, são sistemas de abstrações e de conceitos, que nada dizem e nada realizam, quando não se adaptam, e não se vitalizam, como elementos motores da vida real [...]” (Torres, 2002a, p.54).

Como já antecipado, o diagnóstico geral do “problema nacional brasileiro” entre os intelectuais nacionalistas autoritários era o da inadequação da aplicação da institucionalidade liberal-republicana à dinâmica sócio-histórica do país. Se, internacionalmente, o arcabouço

liberal já mostrava sua debilidade e anacronismo – permitindo o avanço dos imperialismos e da luta de classes, tal como também afirmavam os movimentos autoritários e fascistas europeus –, no Brasil, sua adoção fazia ainda menos sentido quando observado o choque entre o “país legal” e o “país real” (Beired, 199, p. 70-72; Lynch, 2014, p. 96; Macedo, 2015, p. 110-119; Pinto, 2014, p. 21;).

Para Alberto Torres, o Brasil, como fruto do “descobrimento”, havia se constituído em torno da invasão e exploração – e não da busca por equilíbrio, como teria ocorrido em países de “formação imemorial e evolução espontânea”. Uma trajetória particular que não teria permitido que surgissem entre indivíduos laços de proteção, amparo e assistência considerados fundamentais para a formação de interesses em comum, de “certa conformidade de hábitos evolutivos” e, por fim, de um “senso nacional”: “Governos coloniais e colonizadores fazem invasões e conquistas: não fundam nações; são exploradores: não sócios.” (Torres, 2002a, p. 49-77).

Por sua vez, Oliveira Vianna (2005) aprofundou esse raciocínio, e apontou que a organização social constituída em torno da escravidão e de latifúndios isolados uns dos outros deu origem a relações de dependência restritas aos limites dos clãs de cada chefe rural. Isso explicava, a seu ver, a ausência de laços solidariedade social em nível nacional e a maneira como os interesses políticos facciosos se apresentavam no Congresso Nacional: impossíveis de serem conciliados em uma mesma direção, sobretudo diante da debilidade das instituições vigentes. Ora, tal organização “clânica”, assumida pela sociedade no período colonial, tinha continuidade e resistia na República como “clã eleitoral”, com um eleitorado, em sua maioria ainda no campo, sujeito aos múltiplos poderes locais. No artigo *O Idealismo da Constituição*, Vianna vaticinou que as Constituições liberais, tanto de 1824 quanto a de 1891, construídas a partir de um “utopismo doutrinário”, projetaram a existência no Brasil do *self-government*, historicamente desenvolvido nas sociedades anglo-saxãs, as quais deram origem à democracia liberal. Nestes espaços, a pequena propriedade, além dos fatores étnico-raciais, havia facilitado a aproximação, o convívio e a busca por organização em comunidade. Na prática, isso significaria a formação de uma “opinião pública” organizada em grupos e associações de classe, que solidarizando-se entre si pressionariam partidos políticos e governos em torno de interesses coletivos (Vianna, 1990, p. 128-130). A simples existência do sufrágio no Brasil não criaria as condições de organização de uma opinião que se fizesse presente frente ao poder, compelindo-o a respeitá-la e atendê-la. Por isso, as oligarquias monopolistas no poder agiam segundo sua própria orientação e sem nenhuma contraposição. Assim, era fácil que seus interesses e “exclusivismos” falassem mais alto: “Não há aqui nem organização de

classes, nem da opinião: a única organização que os presidentes encontram em torno de si, cercando-os, suggestionando-os, exigindo, impondo, são os clãs facciosos, que os elegem.” (Vianna, 1990, p. 137). Por isso, sob a democracia liberal, aquele “governo do povo”, idealizado pelos republicanos de 1870, havia se tornado apenas o governo dos “clãs politicantes”.

Entre estes dois autores havia uma diferença sensível, que vale à pena ser ressaltada. Já na década de 1910, Alberto Torres marcou uma posição crítica em relação às explicações sustentadas no racismo para o “atraso brasileiro”. Pode-se dizer que de forma mais coerente com a proposta nacionalista, argumentou que a “importação irrefletida” desse tipo de teoria funcionava como instrumento dos colonizadores e “imperialistas” para justificar sua dominação (Torres, 2002a, p. 121). Partindo de Friedrich Ratzel (1844-1904), em *History of mankind*, afirmou que os fatores sociais se sobrepõem aos caracteres mesológicos e étnicos na formação dos grupos humanos: “O homem moderno resulta, muito mais diretamente, do meio que habita, e, principalmente da sociedade que o cerca, que dos impulsos congênicos da sua estirpe.” (Torres, 2002a, p. 54). Já em Oliveira Vianna, o argumento racista fez parte de suas análises sociais e políticas, influenciado pelo eugenismo do antropólogo francês Georges Vacher de Lapouge (1854-1936). A seu ver, além da organização clânica da população colonial, teriam atuado sobre a formação do país tanto uma influência benéfica da aristocracia rural – “centro de polarização dos elementos arianos da nacionalidade [...]”, responsável por “qualidades que formam ainda hoje o melhor do nosso caráter” – quanto os traços degenerativos trazidos pelas setores populares – “em que pela profusa mistura de sangues bárbaros [negro e índio], opera-se uma desorganização sensível na moralidade dos seus elementos componentes [...]” (Vianna, 2005, p. 97-98). Tese que reafirmou de maneira mais explícita na segunda parte de *Evolução do Povo Brasileiro*, editado pela primeira vez em 1922:

O negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes, que realizam a obra da civilização e construção, nenhum elemento de valor. Um e outro foram uma massa passiva e improgressiva (*sic*), sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora do homem de raça branca. (Vianna, 1938, p. 178).

Se Bolívar Lamounier (2014, p. 182) chamou *Populações Meridionais do Brasil* de “monumento ao racismo”, José Murilo de Carvalho (1998, p. 204) apontou que as explicações racistas perderam força ao longo da obra de Vianna, principalmente no pós-30. Na mesma

linha, Ricardo Silva (2008, p.248) argumenta que o jurista, talvez pressionado pela crítica dos contemporâneos, passou a concentrar suas explicações a respeito da inadequação do brasileiro às instituições liberais na ausência, em sua formação histórica, de qualquer coisa parecida com as “comunidades de aldeia”, que deram origem ao *self-governmet* anglo-saxão. No prefácio da 2ª edição de *Evolução do Povo Brasileiro*, escrito em 1933, Oliveira Vianna mostrou-se claramente afetado pela crítica e procurou minimizar a importância da eugenia nos seus textos, tratando-a como um ponto que sempre teria considerado secundário e insignificante, e que, dessa forma, não valeria o tempo investido pelos adversários na crítica e nem o dele próprio na defesa. Embora, por fim, o autor tenha demonstrado preocupação em se defender:

Devo confessar, entretanto, que um estudo mais profundo dos problemas da Raça e o crescente contato, em que entrei, com as grandes fontes da elaboração científica neste domínio, renovaram profundamente minhas ideias sobre este e outros problemas [...].
Sob este novo ângulo de visão, a questão da raça germânica, do dólico-louro e a sua superioridade, etc., reduziu-se muito da sua importância e acabou saindo do horizonte das minhas preocupações, pelo menos no que concerne ao Brasil (Vianna, 1938, p. 10-11).

Apesar das diferenças, para ambos os autores, tornava-se urgente e necessário reorganizar aquela sociedade, ameaçada de esfacelamento pelas disputas violentas entre múltiplos interesses, introjetando nos cidadãos noções de “bem comum” e a partir daí, finalmente, uma identidade nacional:

Os países novos carecem de construir artificialmente a *nacionalidade*. O *nacionalismo* [...] é de necessidade elementar para um povo jovem, que jamais chegará à idade da vida dinâmica sem fazer-se ‘nação’, isto é, sem formar a base estática, o arcabouço anatômico, o corpo estrutural, da sociedade política.” (Torres, 2002a, p. 79).

Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente: eis o primeiro objetivo. [...]
Problema, portanto, cuja solução só seria possível pela ação consciente da força organizada. Quer dizer: *pela instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário incontestável, provido de capacidades bastantes para realizar, na sua plenitude, os seus dois grandes objetivos capitais: a consolidação da nacionalidade e a organização da sua ordem legal.* (Vianna, 2005, p. 404)

Por trás destas afirmações, estava compartilhada uma concepção organicista de sociedade ideal: tal como em um corpo saudável, onde os órgãos são coordenados pelo cérebro, deveriam ser as classes, ou as forças produtivas, serem coordenadas para um funcionamento harmônico por um Estado-tutor – que mais técnico do que partidário, seria responsável por interpretar e direcionar fielmente os interesses nacionais (Forjaz, 1988, p. 53; Lamounier, 1978, p. 362-363; Macedo, 2015, p. 123). O que, definitivamente, não era o que enxergavam no Brasil da República liberal: um “mau regime, imprevidente e imprecavido”, que não havia resguardado “os aparelhos da administração” da sanha “perturbadora e corruptora do espírito de facção e politicalha” das oligarquias regionais (Vianna, 1947, p. 52-53)¹³¹.

Adalberto Marson trata da centralidade da “concepção orgânica da realidade social” na obra de Torres. Segundo o pesquisador, Alberto Torres procurou ir além do receituário positivista, combinando a sociologia de Hebert Spencer com elementos da teoria evolucionista de Bergson. A associação do modelo biológico ao modelo social, correlacionando *organismo e sociedade*, seria a “grande senda aberta à investigação de Alberto Torres, ávida de romper com o mecanicismo positivista e, ao mesmo tempo, satisfazer a necessidade otimista de pensar *estruturadamente* a sociedade brasileira.” (Marson, 1979, p. 122-123). A essa orientação geral, Oliveira Vianna não só se apegou como a desenvolveu, à luz do Corporativismo, principalmente na década de 1930, reconhecendo o que seria o pioneirismo de Torres ao apresentá-la no debate brasileiro: “Vale dizer que ele atribui aos chefes do governo e às forças dirigentes concentradas no poder uma autonomia de ação que não seria compreensível num regime puramente democrático, em que governa, ou deve governar a Opinião.” (Vianna, 1947, p. 64). Posição vista como original, advinda do que seria sua sofisticada análise sociológica da realidade brasileira:

Na sua visão das coisas [de Torres], nenhum preconceito livresco [...] Sente-se que o seu espírito, amplo e lúcido, é atravessado por um largo clarão de agnosticismo – e as ideias fundamentais do evolucionismo parecem ser a base da sua visão sociológica. [...] Este método objetivo de análise social, que Torres aplica tão seguramente ao nosso povo, é que dá às suas críticas e às suas conclusões um valor incomparável. [...] nenhum, como ele, chegou a sínteses tão completas e altas sobre a nossa nacionalidade; nenhum como, como ele, consolidou um tão vasto corpo de conclusões positivas, práticas, experimentais sobre a verdadeira orientação da nossa política e dos nossos governos. (Vianna, 1947, p. 254-258).

¹³¹ O livro *Problemas de Política Objetiva*, de Oliveira Vianna, foi publicado a primeira vez em 1930, reunindo artigos escritos entre 1918 e 1928. Segundo o próprio autor, a segunda edição, de 1947, não teve alterações significativas “no seu texto primitivo” (VIANNA, 1947, p. 23).

Conforme bem demonstrou Gomes e Abreu (2009), a produção dos “ideólogos autoritários”, entre os anos 1920 e 1930, não só refletiu uma busca pela compreensão das particularidades brasileiras e da realidade conturbada que viviam, como estava envolvida em francas disputas políticas e memoriais. Assim, Alberto Torres e Oliveira Vianna tornaram-se, sucedidos por outros intelectuais como Azevedo Amaral e Francisco Campos, responsáveis pela elaboração de uma imagem amplamente negativa da Primeira República, que foi tão útil para o avanço de ideias corporativistas no pós-30. Pelo artificialismo da República liberal diante da realidade do país, estariam condenados como um grande equívoco suas instituições, seus atores sociais e organizações político-culturais: “todos sendo identificados com os interesses locais e particulares que só lutavam por si e, logo, contra os interesses nacionais/gerais.” (Gomes, 2007a, p. 90-91). Chamou a atenção das historiadoras a força que ganharam tais formulações “na construção de tradições e enquadramento da memória nacional” (Gomes; Abreu, 2009, p.4), que impactaram inclusive na própria produção historiográfica sobre a Primeira República.

3.2.3 A saída pelo nacionalismo autoritário: propostas

Dessa constatação mais ampla, a respeito da realidade brasileira e do regime republicano vigente, desdobraram-se outras, para as mais distintas áreas, amparando as dimensões propositivas e normativas da produção dos intelectuais autoritários. Suas reflexões, calcadas em um cientificismo cultivado pela *intelligentsia*, desde o final do século XIX, porém “nacionalizado” no início do século XX, serviam tanto como base formativa de suas visões de mundo quanto como argumentos para legitimar seus projetos políticos. Em Torres a expressão mais explícita e organizada de suas propostas ganhou corpo com o “Projeto de revisão constitucional”, que publicou junto com *A organização Nacional*, em 1914 (Torres, 2002b, p. 529-610). Em Vianna, chama atenção o “Programa de Revisão da Constituição Federal de 1891”, que o autor tornou público somente em 1947, na segunda edição de *Problemas de Política Objetiva* (Vianna, 1947, p. 275-300). Esse material, menos detalhado do que a proposta torreana, teria sido preparado sob a encomenda de Juarez Távora, em 1932 – ano de publicação do *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, do Clube 3 de Outubro (Vianna, 1947, p. 275).

Para facilitar a compreensão de suas principais propostas para o Brasil, de acordo com o interesse de pesquisa desta tese e futura comparação com a agenda defendida pelo Clube 3 de Outubro no pós-30, foram arbitrados aqui quatro grandes temas, explorados mais

detidamente a seguir: : **(i) a “organização social”**, que diz respeito ao papel do Estado nas relações entre capital e trabalho; **(ii) a “organização política e administrativa”**, referente à configuração dos poderes da República, às relações entre União e estados, e ao sistema de representação; **(iii) a “organização econômica”**, atentando ao que avaliavam quanto o papel do Estado na defesa dos interesses nacionais no campo da economia; **(iv) e**, por último, a **“organização militar”**, que discute as Forças Armadas e seu papel no equilíbrio entre as unidades federadas e o poder central, bem como a proteção do país em tempos de guerra.

Sob a concepção orgânica de sociedade, sustentada pelos autoritários, residia a percepção da necessidade do funcionamento harmonioso de suas partes, pacificando-se o conflito social e evitando-se a desagregação pela “revolução” (Beired, 1999, p. 105-112; Stepan, 1980, p. 51-64). Algo que, principalmente no caso brasileiro, não se daria sem a intervenção racional da elite política e intelectual organizada em um Estado forte e centralizado (Torres, 2002a, p. 78-79):

[...] um centro de força, de natureza essencialmente político (*sic*); [...] Este centro de força, cuja necessidade todos sentimos, seria organizado de maneira tal que pudesse agir direta e espontaneamente, e com eficiência imediata quando se fizesse preciso, sobre os grupos, as facções, os clãs, neutralizando-lhes a influência e a nocividade na vida administrativa do país. (Vianna, 1947, p. 54)¹³².

De certa maneira, também arrastavam consigo o tradicional “reformismo” e sua visão paternalista do conflito social herdados das elites política e intelectual do século XIX, agora atualizado pela crítica nacionalista ao arcabouço político-cultural liberal e através do apelo ao dirigismo estatista. Se for levada em conta a formulação da tradição da “acomodação” sustentada por Rodrigo Patto (Motta, 2018, p.118-120), fica ainda mais evidente a preocupação desses autores em manter o sistema de dominação social, através da integração controlada ao Estado de setores sociais e políticos historicamente marginalizados.

Assim, no que diz respeito à **(i) “organização social”**: consideravam que essencial para construir, consolidar e coordenar uma nacionalidade orgânica era necessário, antes de tudo, garantir a todos os cidadãos meios para que pudessem exercer suas aptidões e funções com plenitude, o que estava diretamente implicado com o problema da “formação, conservação e da organização da nossa riqueza” (Vianna, 1947, p. 262): “No Brasil o grande

¹³² Em observação feita em nota, provavelmente feita na publicação da terceira edição, de 1947, destacou o autor: “E a justiça eleitoral, que veio com a Constituição de 34, foi um começo disto – e um bom começo.” (VIANNA, 1947, p. 54)

problema é o da economia total de uma sociedade, cuja (sic) bases, instáveis e desorganizadas, não oferecem segurança nem ao futuro, nem à própria existência de ninguém [...]” (Torres, 2002b, p. 30-31). Em um país onde a maioria da população era rural, isso significaria primeiro reorganizar as relações sociais no campo. De nada adiantariam o voto secreto, a eleição direta e o sufrágio universal em uma terra de “párias, sem terras, sem lar, sem justiça e sem direitos, todos dependentes inteiramente dos grandes senhores territoriais” (Vianna, 1990, p. 139). Essa leitura se desdobrou em propostas que prezavam primeiro pela fixação do homem no campo, através do estabelecimento da “pequena propriedade” e da expansão da produção para o consumo (Vianna, 1990, p. 140) – “assim os nossos párias seriam incorporados à sociedade; e o Brasil possuiria uma vasta classe aplicada ao trabalho de lhe fornecer alimento” (Torres, 2002b, p. 199).

Ainda que de maneira bastante vaga, Alberto Torres propôs: a criação de “núcleos de colonização nacional, vizinhos de todas as regiões onde se careça de trabalho periódico”; a “regulação das relações entre lavradores e trabalhadores, para garantia recíproca”; tudo isso associado a políticas de ensino, profissionalização, crédito e reorganização do comércio dos produtos de consumo e exportação (Torres, 1915, p. 32-35; 47). A atribuição de organizar e executar todas essas reformas seria do Estado, embora o intelectual enfatizasse que, sob o regime vigente, isso se mostrava impossível (Torres, 2002b, p. 197).

Nas cidades brasileiras, ainda segundo os autoritários, a realidade da aceleração da exploração capitalista – realizada desde as potências centrais em direção ao Brasil – e o individualismo liberal relegavam à miséria e ao abandono uma massa de despossuídos que nem sequer estava organizada socialmente para o trabalho. A essa massa de “forçados à vagabundagem” não lhes era permitido participar da construção da nação, tampouco usufruir das riquezas produzidas, sendo um verdadeiro estímulo à violência, e abrindo um espaço perigoso à subversão da ordem (Torres, 1915, p. 35; Vianna, 1947, p. 296): “É dessa forma da ‘questão social’ que resultam certas atitudes extremas do proletariado, como a pretensão de dominar a sociedade, a guerra à burguesia e às classes letradas [...]” (Torres, 2002b, p. 377)¹³³.

¹³³ Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2020, p. 25-32), logo após a Revolução de Outubro de 1917, teve início nos países capitalistas ocidentais uma forte reação negativa às pretensões radicais dos protagonistas bolcheviques. No Brasil, o trabalho começou pela imprensa, que tratou de transmitir uma imagem catastrófica da Rússia, que estaria, desde então, dominada pela anarquia e destruição. Embora apresentado como um fenômeno distante da realidade brasileira, incompatível com as aspirações dos nacionais, o “bolchevismo”, logo depois chamado comunismo, encontrou algum empenho em combatê-lo – mesmo que modesto, se comparado ao que ocorreu no pós-30. Afinal de contas, as elites temiam a possibilidade de qualquer atividade revolucionária no país, já que a agitação

Reconheciam a existência de um tipo de “desigualdade natural”, posta por fatores de “ordem biológica”, para aqueles incapazes de ascender ou melhorar por “nascença”. Contudo, elegiam como problema a desigualdade promovida pela desorganização socioeconômica do país, um óbice a qualquer possibilidade de unidade orgânica (Lynch, 2014, p. 98). Nesse sentido, caberia ao Estado “reprimir o exagero individualista do *laissez faire, laissez aller, laissez passer*”, garantindo “uma república social, previdente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos podem lhe dar dentro da ordem, sem prejuízo de terceiros.” (Torres, 2002b, p. 197-198). Daí as propostas para garantir uma “solução equitativa dos conflitos entre capital e o trabalho”, com uma legislação social “que ampare o operário urbano e rural, de maneira a assegurar-lhe a justa remuneração do trabalho e as condições de higiene, bem-estar e segurança pessoal” (Vianna, 1947, p. 296).

Alberto Torres (2002b, p. 594-595), além de defender uma genérica “justa remuneração” também propôs: limitação da jornada de trabalho para 6h, 8h ou 10h, dependendo da função exercida; e férias remuneradas de 60 dias por ano. Oliveira Vianna, na sua proposta de reforma constitucional, procurou destacar que suas sugestões não se alinhavam a iniciativas mais profundas de transformação social ocorridas em outros países – possivelmente, se referia à experiência bolchevista/comunista:

Não pertença ao grupo dos que acreditam que o povo brasileiro esteja amadurecido para a socialização de todos ou de alguns dos meios de produção. Por isso, não acho aconselhável precipitar a instituição de um regime, que ainda está a prova nos países que o adotaram e de cujo êxito ainda não há resultados positivos (Vianna, 1947, p. 296).

Dessa forma, para que o conflito social fosse finalmente organizado e, portanto, dirigido em uma direção alternativa à desorganização permitida pelo liberalismo, evitando

operária era visível e cada vez mais organizada. No mesmo sentido apontaram Andrea Casa Nova Maia e Luciene Carris (2019), ao detectarem a existência de um “proto-anticomunismo” nas revistas ilustradas publicadas na Primeira República, após 1917. Segundo as historiadoras, os periódicos foram responsáveis por associar a ação dos bolcheviques à ameaça à propriedade privada, ao caos e a violências de todo o tipo. O que se viu estudando os textos dos intelectuais autoritários, principalmente em Alberto Torres (1915; 2002b), é que a preocupação com uma ruptura social promovida pelos trabalhadores já existia antes mesmo da Revolução bolchevique de 1917, embasando o apelo a uma saída saneadora que conciliasse os interesses das classes produtoras a partir do Estado. Algo seguido e aprofundado por Oliveira Vianna nos anos 1920 e 1930. No dicionário Aulete, editado em 1925, o termo “bolchevismo” aparece como sinônimo de comunismo, sendo definido como: “sistema ou práticas comunistas seguidas pelos bolchevistas; destruição de toda a ordem e hierarquia sociais, visando a libertação do proletariado de todas as nações por meio do comunismo.”. Ver DICCIONARIO Contemporaneo da lingua portugueza feito sobre o plano de F.J. Caldas Aulete. 2ª ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1925. v.1.

também o extremo do bolchevismo/comunismo, seria necessário repensar toda a **(ii) “organização política e administrativa”** do país. Afinal de contas, a maneira como se encontrava a República não permitia que nada além dos interesses das facções oligarcas se expressassem nas instâncias de poder, através da manipulação do voto de uma população destituída de organização e consciência cívica sobre seu papel, inviabilizando qualquer tipo de manifestação de políticas com orientação coletivista.

Atentos aos exemplos de sucesso e fracasso estrangeiros, diziam os autoritários perseguir um regime próprio, adequado às idiossincrasias nacionais (Torres, 2002b, p. 244; Vianna, 1947, p. 44-45). Isso significou principalmente propor o aumento dos poderes do Estado, que deveria se apresentar emancipado dos interesses particulares, porém mais aberto à expressão orgânica dos “grupos naturais” da sociedade, especialmente os grupos profissionais (Macedo, 2015, p. 128). Considerada uma nação que necessitava ser formada de cima para baixo, o Brasil demandaria unidade política, continuidade administrativa e supremacia da autoridade central (Torres, 2002b, p. 425-426; Vianna, 1947, p. 39).

Em consonância com estas noções estava a proposta de fortalecer o poder Executivo, aumentando suas atribuições, o mandato do presidente (8 anos para Torres e 7 para Vianna) e alterando a forma de sua eleição: trocando o voto direto e aberto dos cidadãos, por um restrito grupo de notáveis com ministros do Supremo Tribunal, membros do Conselho Nacional, deputados federais e senadores. “Esta pequena minoria eleitoral, *pela posição e cargos que ocupa*, parece-me representar, na verdade, mais do que as maiorias inconscientes do interior e das cidades, a vontade e o julgamento da Nação.” (Vianna, 1947, p. 290). No projeto torreano, estavam incluídos no selecionado: “Os membros das corporações e associações de fins científicos, artísticos, profissionais, sociais, morais ou sindicais, de número limitado de sócios, reconhecidas pelo Governo [...]” (Torres, 2002b, p. 559).

Buscando ampliar a capacidade de decisão e ação do Governo Federal, Torres propôs a criação de um quarto poder: o Poder Coordenador. Independente e em harmonia com o Executivo, Legislativo e o Judiciário, evidentemente não se tratava de um acréscimo ao poder presidencial, mas de uma espécie de Conselho de Estado, tal como no Império, acrescido de faculdades decisórias (Hollanda, 2009, p. 150). Seu principal órgão seria o Conselho Nacional, constituído por no máximo 20 membros vitalícios, eleitos por um colegiado especial formado pelo presidente e vice-presidente da República, membros do Conselho, membros do Senado e Câmara, ministros do Supremo Tribunal e diretores e professores do Instituto de Estudo dos Problemas Nacionais, a ser fundado.

As atribuições do Conselho deveriam ser amplas, visando alguma continuidade administrativa, a articulação entre as instituições do Governo Federal, os estados e municípios, além de uma coordenação central dos distintos interesses sociais e políticos do país – inclusive aqueles que se expressavam e se enfrentavam no Legislativo. Entre elas: apurar as eleições para presidente e vice-presidente da República e verificar poderes dos Senadores e Deputados federais; autorizar a intervenção federal nos estados; intermediar os conflitos entre órgãos federais e destes com estados e municípios; declarar a inconstitucionalidade de atos do Governo Federal, dos estados e autoridades municipais; acompanhar os debates do Congresso Nacional, chamando atenção para a inconstitucionalidade das leis e para o eventual conflito “com o sistema geral das leis do país”; por fim, fiscalizar as relações entre capital e trabalho, bem como a organização de associações sindicais e de mutualidade (Torres, 2002b, p. 568-574).

Oliveira Vianna, comentando as atribuições do Poder Coordenador, dizia que Alberto Torres procurou estabelecer um outro poder cujos representantes, além da vitaliciedade, são eleitos por um outro critério, mais seletivo, e que, dessa forma, estariam menos sujeitos às pressões da “política facciosa” (Vianna, 1947, p. 66). Mesmo sem um Poder Coordenador, ele também propôs um Conselho Nacional, formado por membros vitalícios, “escolhidos [por um colegiado] entre as personalidades mais eminentes do país, que se hajam feitos notáveis nos vários domínios do conhecimento” (Vianna, 1947, p. 282). Suas atribuições seriam semelhantes às que Torres havia sugerido: “uma instituição de controle e coordenação dos outros poderes e dos interesses gerais, dotado de funções deliberativas, consultivas e judiciárias, que serão especificadas na Constituição.” (Vianna, 1947, p. 281). Na prática, como bem destacou Ricardo Silva (2008, p. 261), funcionaria como um quarto poder.

Seguindo este mesmo raciocínio, Vianna considerava primordial o fortalecimento do Poder Judiciário, tornando-o “exclusivamente federal, de uma força e de uma autonomia, estendidas até o máximo das suas possibilidades” (Vianna, 1947, p. 54). Por isso, objetivando minar qualquer possibilidade de influência dos grupos de poder estaduais sobre as decisões dos juízes, considerados técnicos do Direito, defendeu: “a unificação da justiça e do processo tornando uma e outra competência da União; concedendo-se aos Estados apenas poderes regulamentares no sentido de uma melhor adaptação da legislação processual às condições locais respectivas.” (Vianna, 1947, p. 285-287).

Quanto ao federalismo, nenhum dos dois intelectuais autoritários assumiu, no discurso, posição frontalmente contrária a esse sistema de relações entre estados e União. Porém, asseguravam que a simples transposição de um modelo estrangeiro para a realidade

brasileira era prejudicial, dado que a ausência de solidariedade econômica e social impedia qualquer possibilidade de convergência em torno de um interesse nacional (Vianna, 1947, p. 278). Em outras palavras, não manifestavam um problema com o federalismo como forma de organização política e administrativa em si, mas sim com a maneira como teria sido estruturado pela República brasileira, fragilizando principalmente a autoridade política da União:

A verdade é, entretanto, que os governos estaduais, no regime da nossa constituição, e, ainda mais, com a interpretação que lhe emprestam, concentram efetivamente **a força política nacional – dividida, assim, em vinte eixos excêntricos. Não temos união política** senão para as manifestações aparentes e formais da vida institucional [...] (Torres, 2002b, p. 252-253, grifo nosso).

Exigia-se, então, uma legislação que pesasse sobre as localidades e seus chefes as decisões políticas da União, aplicando de forma verticalizada o interesse nacional interpretado exclusivamente na esfera federal.

Na proposta de reforma constitucional de Torres isso se apresentou no artigo 6º, que definia como regra que o Governo Federal tinha o direito de intervir nos estados, em situações pouco especificadas, abrindo margem a interpretações variadas e ao arbítrio da União. Por exemplo: para “manter o regime republicano federativo e a soberania política da União”; “assegurar a execução das leis e sentenças federais e apoiar o funcionamento normal e livre exercício dos poderes e autoridades federais”; “harmonizar as leis e os atos dos poderes das províncias e dos municípios com a Constituição”¹³⁴; e para “harmonizar os interesses gerais e permanentes, atuais e futuros, da nação e dos indivíduos, em todo território do país”. Como se vê, “a vontade da nação”, em outras palavras, aquilo que fosse definido pelo Governo Federal, é claro, tinha primazia sobre o indivíduo (Torres, 2002b, p. 532). Além disso, propôs dar à União a competência exclusiva de decretar impostos sobre a importação de produtos estrangeiros e exportação de produtos nacionais (Torres, 2002b, p. 533). Matéria fundamental para as oligarquias durante a Primeira República que, inclusive, se tornou objeto de disputa entre o Governo Provisório e os paulistas, como já mencionado no “Capítulo 1”.

¹³⁴ No seu projeto de reforma constitucional Alberto Torres propôs chamar as unidades federadas de províncias, tal como no Brasil Império. Segundo ele, a nomenclatura “estados” era mais uma cópia da “forma americana” (TORRES, 2002b, p. 78). Decidiu-se aqui, nesta tese, manter o termo “estado”, mesmo quando se tratasse do projeto torreano, para facilitar a escrita, a leitura e os exercícios de comparação entre as propostas descritas e analisadas.

Essa proposição significava na época inverter a lógica da legislação vigente, uma vez que a Constituição de 1891 apresentava como regra, no artigo 6º, que o Governo Federal não poderia intervir nos estados, exceto em situações bem especificadas¹³⁵. Por sua vez, os artigos 7º e 9º da Constituição de 1891, definiam que cabia à União decretar os impostos sobre a importação de produtos estrangeiros e aos estados decretar os impostos sobre exportação de mercadorias de sua própria produção. Na prática, pode-se dizer que Alberto Torres desejava implodir a autonomia política e atingir a capacidade econômica dos estados. A este respeito, vale ressaltar que a comparação feita aqui é puramente formal; primeiro, porque o projeto torreano nunca foi operado na prática; segundo, porque são conhecidas as inúmeras intervenções ocorridas na Primeira República, as quais a Constituição federalista não impediu (Viscardi, 2012, p. 202-207).

Na mesma direção, porém, sem expor em detalhes uma legislação que imaginava, Oliveira Vianna foi ainda mais incisivo ao defender a primazia da União: “Nego, portanto, em teoria, quaisquer direitos privativos dos Estados em face da União e lhes **reconheço apenas os que a União lhes concede para o fim de melhor gestão dos interesses locais.**” (Vianna, 1947, p. 279, grifo nosso). A seu ver, só deveria ter direito de administrar seus interesses, os estados com capacidade de se sustentarem. Caso fosse necessário algum suprimento por parte da União, isso lhe daria o direito de intervir, “ou controlando, ou avocando para si o serviço, ou mesmo cassando ao Estado por tempo indeterminado a regalia autonômica.” (Vianna, 1947, p. 278). Perceba o(a) leitor(a) a autonomia designada como “regalia”.

De acordo com Luís Rosenfield, foi em 1938 que Oliveira Vianna expôs de maneira mais pormenorizada suas concepções de organização político-administrativa da federação, quando publicou *Problemas de direito corporativo*. Seguindo tendências disseminadas na época, Vianna defendia o que se chamava de “descentralização autárquica” ou “descentralização funcional”, que consistia em abrir determinadas funções do Estado à colaboração de particulares, articulados em diversas organizações corporativas, as quais orbitariam seu entorno. Nesse sentido, permitindo que corporações influíssem, por exemplo, na competência legislativa do poder central, esvaziava-se as unidades federativas de tradicionais posições de destaque, substituindo a descentralização política do federalismo brasileiro por uma “descentralização ‘funcional’ corporativista” (Rosenfield, 2021, p. 239-242).

¹³⁵ Ver BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). *Presidência da República*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em dez. 2021.

Em relação à organização do Poder Legislativo e ao sistema de representação, havia uma diferença entre os intelectuais estudados que vale a pena ser destacada. Em Alberto Torres, mesmo que o Legislativo saísse enfraquecido perante algumas prerrogativas do Poder Coordenador, modificações na sua composição realizariam, aos olhos do autor, “com maior perfeição possível, o ideal do sistema representativo” (Torres, 2002b, p. 430). Para a Câmara, os deputados seriam em número fixo de 125 membros, eleitos por voto direto, com mandato de 3 anos: metade eleito por distritos eleitorais; um quarto por estados; e um quarto por todo país – desorganizando o arranjo dos partidos das oligarquias estaduais. Para o Senado, trazia uma importante inovação institucional, propondo um modelo intermediário entre o liberal e o corporativista: a casa teria 5 senadores eleitos por todo o país; 21 representantes dos estados e Distrito Federal; e 37 representantes dos setores de classe, todos com mandato de 9 anos. Os senadores “representantes dos setores de classe” seriam eleitos por grupos específicos de eleitores, que abrangiam distintas profissões liberais, lavradores, produtores rurais, funcionários civis e militares do governo, além de congregações, academias e associações profissionais – todas elas “de número limitado de sócios, reconhecidas pelo governo” (Torres, 2002b, p. 545-547). Como uma das condições para a eleição para qualquer uma das câmaras estava a “apresentação de um programa contendo um estudo sobre os problemas nacionais e as providências que o candidato julgar necessárias à sua solução.” (Torres, 2002b, p. 544). Sob tais configurações e exigências, Torres alegou que procurava superar os localismos e interesses facciosos, abrindo espaço a uma diversidade de opiniões mais qualificadas, garantindo de fato a participação de “todos os órgãos do espírito e da atividade nacional” (Torres, 2002b, p. 430).

Por seu turno, Oliveira Vianna tratou com mais desdém o poder Legislativo, argumentando que não reconhecia no “Parlamento” a expressão mais legítima da opinião e vontade popular, havendo outros meios para sua vocalização. No entanto, argumentava que ainda existia, por parte das elites e das massas, um sentimento de identificação com a instituição, por isso ela deveria ser mantida, não desenvolvendo grandes formulações a respeito da sua (re)configuração. Propôs, de pronto, a extinção do Senado, tendo parte das suas atribuições absorvidas pelo Conselho Nacional, enquanto a Câmara Federal deveria ser conservada “mais ou menos com as atribuições que tem hoje” (Vianna, 1947, p. 285). Para a eleição, sugeriu “o censo alto como critério de capacidade eleitoral do cidadão nas eleições para presidente de Estado, deputados estaduais e federais.” (Vianna, 1947, p. 293). Outra questão importante é que para atacar as fraudes eleitorais propôs: “intervenção soberana da

magistratura em todas as fases do processo eleitoral” e uma “legislação eleitoral única de caráter federal”. (Vianna, 1947, p. 293)

Definitivamente, Vianna também dava menos importância do que Torres às eleições e aos eleitores. Para ele, o essencial em uma democracia era a colaboração das “classes que produzem”, que são também “as classes que pagam” (Vianna, 1939, p. 230-231; 1947, p. 137). Tal participação não seria individual, como no voto de qualquer cidadão, mas uma participação coletiva, da classe como tal nos negócios públicos:

Uma democracia só é realmente digna deste nome quando repousa, não na atividade dos seus cidadãos, *agindo como tais, isto é, como indivíduos*; mas, na atividade dos seus cidadãos *agindo como membro* desta ou daquela corporação, como parcelas *de um dado agrupamento*, unidos pela consciência de um interesse comum, – de classe. (Vianna, 1947, p. 138).

No caso brasileiro, as associações de classe, sindicatos e confederações estariam se desenvolvendo em estágio embrionário, não sendo aptas, ainda, a compor uma representação profissional, ou de classes, no poder Legislativo – discordando mais uma vez de Alberto Torres. Mais adequado seria, primeiro, o incentivo à organização das classes e dos grupos profissionais, levando-os paulatinamente à compreensão dos seus interesses (Vianna, 1939, p. 266)¹³⁶. E antes de absorvê-los na representação política, seria mais conveniente garantir a “participação das classes na obra do Estado” através dos Conselhos Técnicos, onde o que se procura construir é apenas uma representação de competências, um corpo de especialistas, e não uma representação de interesses políticos:

[...] um sistema de corporações técnicas, de caráter profissional, representativas dos grandes interesses sociais, econômicos e culturais do país: Conselho da Agricultura, Conselho da Indústria, Conselho do Comércio, Conselho do Trabalho, Conselho dos Transportes Terrestres, Conselhos dos Transportes Marítimos, Conselho da Educação, Conselho da Higiene etc. (Vianna, 1939, p. 267).

Naquele momento, a seu ver, a criação destes conselhos como órgãos de consulta obrigatória junto à administração federal, municipal e estadual, resolveria “o problema da colaboração das classes econômicas e culturais na obra da legislação e governo do País.” (Vianna, 1939, p.

¹³⁶ O livro *O Idealismo da Constituição* (VIANNA, 1939), foi publicado pela primeira vez em 1927. A segunda edição é de 1939, na qual foram incluídas algumas ampliações. Uma delas é o capítulo 13, *O problema da representação profissional*, que é o voto de Oliveira Vianna, em 1932, na comissão do anteprojeto da Constituição que seria analisado pelo plenário da Assembleia Nacional Constituinte em 1933.

267). Exemplos bem-sucedidos estariam na Bélgica, na Áustria e Alemanha. Os Conselhos Técnicos já existentes no Brasil, como o Conselho Nacional do Trabalho (1923) e o Conselho Superior de Indústria e Comércio (1923), tinham como raiz da sua debilidade a crença das elites brasileiras na “onisciência dos parlamentos” e o fato de ainda estarem organizados sob o regime da consulta facultativa. Daí a sugestão: “Estabeleçamos, em cláusula da Constituição, a obrigatoriedade da consulta prévia para todos os projetos de lei [...] e teremos dado às classes e aos grupos de interesses uma forma [...] de participação na vida política e administrativa do país.” (Vianna, 1939, p. 268; Vianna, 1947, p. 205-226).

Como em Torres, tais corporações precisariam ser reconhecidas e controladas pelo governo. O estímulo à sua organização não significaria autonomia política, pois seu principal papel seria subsidiar o governo com informações técnicas e profissionais a respeito de suas atividades práticas (Gomes, 2007a, p. 93; SOUZA, 2008, p. 259). Chegar-se-ia, então, o mais próximo possível de uma “política científica”, ou de uma “democracia técnica e ordenada” (Vianna, 1939, p. 219-220). Dessa maneira, o autor almejava algo bastante diferente do que entendia como a expressão facciosa e pulverizada dos interesses oligarcas, que submetiam as instituições republicanas organizadas a partir do individualismo liberal.

No geral, o que se percebe, diante das propostas desses dois letrados para a organização política e administrativa, é o esforço de depurar, qualificar e organizar a participação e a representação, estreitando o acesso às esferas de decisão, segundo critérios de “capacidade” (Macedo, 2015, p. 131). Ambos os autores deixam explícita sua visão crítica da atuação política das massas:

Se há uma verdade solidamente conquistada pela nossa inteligência é a da incapacidade das massas para o governo; e um dos mais graves fenômenos das sociedades contemporâneas é o da insuficiência de seus governos. [...] Em nenhum país o mandato político está, atualmente, em mãos dos mais capazes. (Torres, 2002b, p. 422-423)

O governo é essencialmente uma função das elites e só deve ser exercido por individualidades de elite. Não há, pois, outro título para a ascensão aos cargos públicos e aos postos do governo senão o da capacidade moral, associada à inteligência, à cultura e à competência técnica.” (Vianna, 1947, p. 295).

O que justificaria a restrição do voto a colegiados de notáveis e corporações, ou mesmo o censo, para cargos de “alta direção”, como a Presidência da República, Senado e Câmara Federal. A participação popular reivindicada não era aquela defendida pelos liberais no debate político brasileiro, na época – da verdadeira competição eleitoral, sem intimidação e suborno,

e do sufrágio universal¹³⁷. Tratava-se principalmente de uma participação organizada, via corporações controladas pelo Estado, seja no Congresso, como propôs Alberto Torres, seja nos Conselhos Técnicos, como defendeu Oliveira Vianna.

Conforme apontaram Ricardo Souza (2008, p. 256-259), Angela de Castro Gomes (2007, p.93-96) e Luis Rosenfield (2021, p. 269), o nacionalismo autoritário, numa espécie de esforço de “ressemantização de conceitos jurídico-políticos”, separou o Liberalismo do significado de Democracia, tal como havia sido demarcado pela República no Brasil, desde 1891. A “real democracia”, ou a “democracia social” seria a abertura controlada da administração às forças produtivas organizadas, onde patrões e empregados poderiam se expressar sob arbítrio do Estado tecnicamente orientado. O que tornaria finalmente possível a construção de uma nação pacificada e harmônica.

Nesse sentido, ainda que ambos os intelectuais dissessem apenas sugerir adaptações ou complementos ao regime democrático – segundo as necessidades da “nossa terra e nosso povo”, para sua efetiva realização – fica clara a dimensão autoritária de suas propostas (Torres, 2002b, p. 425-426; Vianna, 1939, p. 230-232). Ora, Torres e Vianna – logo seguidos por outros como Francisco Campos e Azevedo Amaral – foram responsáveis por elaborar e impulsionar no debate público brasileiro, segundo suas formulações, um princípio de autoridade tutelar do Estado sobre a sociedade, no qual “o poder” representava antes proteção do que ameaça e o cidadão era representado mais por sua condição de “titular de novos direitos” do que de “homem livre”. Isso significa que trabalharam para reforçar os aspectos vistos como positivos da intervenção deliberada e do controle coercitivo, através de um poder burocrático, bem como para desqualificar ou negar qualquer possibilidade de racionalidade e ordem nos processos competitivos e mecanismos compensatórios advindos das relações entre os indivíduos livres (Lamounier, 1978, p. 356-359; Rosenfield, 2021, p. 268). A defesa da existência de uma elite capaz, pela técnica e pela burocracia, de traduzir e atuar em nome do interesse nacional, e da pacificação social, culminou na proposta de um regime estruturado na organização hierárquica da sociedade a partir do critério da capacidade. Algo que, dentro do contexto de crise internacional do paradigma e dos regimes liberais, entre as décadas de 1910 e 1930, pode ser considerado uma expressão brasileira do autoritarismo (Stoppino, 1998, p.

¹³⁷ Refere-se aqui principalmente ao debate travado por Rui Barbosa e Assis Brasil na Primeira República a respeito do tema da representação. Embora guardassem diferenças significativas, esses intelectuais liberais defendiam como saída para a República a garantia da lisura da competição eleitoral e do sufrágio universal. Somente um processo eleitoral livre de fraudes e eleitores treinados no livre exercício do voto poderiam garantir a execução acertada do sistema representativo. A este respeito ver Holanda (2009, p. 97-129).

94-98)¹³⁸. E como bem lembrou Cristina Buarque de Hollanda (2009, p. 151), ao defenderem a burocracia estatal como principal artífice da (re)organização nacional, também se afastavam do “messianismo positivista”, que esperava a atuação de algum líder ou “sujeito cognoscente” privilegiado.

De acordo com o nacionalismo autoritário, garantir o controle racional da burocracia permitiria que, enfim, o Estado trabalhasse livre dos “faccionismos”. Isso lhe permitiria coordenar, de fato, os múltiplos interesses em torno de objetivos “verdadeiramente nacionais”, tratando, assim, não só das questões internas, como protegendo o país em suas relações externas. Do ponto de vista da (iii) **“organização econômica”**, o Brasil deveria se dedicar à sua reestruturação interna, respeitando suas características geográficas e sua própria “evolução” sócio-histórica, para então se posicionar de maneira mais favorável em suas trocas externas.

Segundo Torres, o Brasil era um país agrícola: “fora ridículo contestar-lhe esse destino diante de seu vasto território” (Torres, 2002b, p. 341)¹³⁹. Sendo assim, primeiramente, o país deveria se dedicar a estabelecer uma produção e circulação, que garantissem o consumo interno, através do cultivo de produtos “da nossa terra” em pequenas propriedades. Esse era, para o autor, um problema elementar e central: “fazer o povo produzir seu alimento, fazê-lo consumir alimento são e forte.” (Torres, 2002b, p. 342). Em segundo lugar, deveria o Governo Federal acabar com o protecionismo para as “indústrias impróprias do nosso meio e do nosso estado de adiantamento econômico”, uma vez que favorecendo um número pequeno de industriais, prejudicava-se os consumidores – forçando-os a consumir produtos de qualidade inferior, em relação àqueles que poderiam ser importados – e deslocava-se para essas atividades “braços e capitais”. O cultivo de gêneros de alimentação e a produção nacional, que empregavam “matéria-prima nossa”, deveriam receber políticas de apoio destinadas a remover intermediários, retirar impostos excessivos e a combater monopólios (Torres, 2002b, p. 344).

¹³⁸ No *Dicionário de Política* – organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino –, no verbete *Autoritarismo*, afirma Mario Stoppino (1998, p. 95-96): “Neste sentido, o pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz desta organização o princípio exclusivo para alcançar a ordem, que considera como bem supremo. [...] a ordem ocupa todo o espectro dos valores políticos, e o ordenamento hierárquico que daí resulta esgota toda a técnica da organização política. [...] O pensamento autoritário moderno é uma formação de reação contra a ideologia liberal e democrática.”

¹³⁹ Tal afirmativa de Alberto Torres parece mais uma rejeição do nacionalismo autoritário aos postulados do Positivismo. Sendo este o caso, estaria o autor contestando a noção dos positivistas de que, finda a escravidão e caída a monarquia, estaria o Brasil fadado ao declínio do modelo agrícola e à emergência do urbano e industrial. Sobre os positivistas da “Geração de 1870” ver Alonso (2002, p. 205-222).

Quanto a grande propriedade, voltada para a exportação, o intelectual a reconhecia como uma espécie de mal necessário, mas que deveria “ir sendo progressivamente limitado”, principalmente pelos “vícios que acarreta”, como a sujeição da população rural ao poder político e econômico do chefe local (Torres, 2002, p. 339). Sua importância enquanto “maior riqueza do país”, no entanto, também demandou algumas sugestões por parte do autor – de maneira a proteger esse setor, tornando-o mais competitivo e mais alinhado à agenda nacional –, tais como: combater a ausência do proprietário das fazendas e, no que seria o caso mais grave, daqueles que residiam no estrangeiro, por meio de medidas tributárias, por exemplo; reduzir os custos da exportação, no caminho da fazenda até o porto; organizar o crédito, com limitação da taxa de juros e de amortização, além de fornecer meios para produtor resistir às pressões do exportador; e reduzir os impostos sobre a exportação, considerados “excessivos para o café e exorbitantes para a borracha e outros produtos particularmente nos Estados do Norte” (Torres, 2002b, p. 337-338).

A seu ver, as trocas internacionais eram desiguais e prejudiciais a “países novos”, como o Brasil. Por exemplo, as estradas de ferro não circulavam e distribuíam a produção interna, mas trabalhavam majoritariamente para o escoamento das riquezas nacionais, estimulando a exploração extensiva. Assim se estabelecia uma “falsa troca econômica (uma das grandes causas de ruína, nos países novos)”: os países centrais ofereciam produtos de luxo, gêneros de consumo prontos, em troca da exploração até o esgotamento das “riquezas naturais” (Torres, 2002b, p. 306). Por isso, um dos papéis do Conselho Nacional, do Poder Coordenador, deveria ser: “Promover a defesa do solo e das riquezas naturais do país, propondo as medidas necessárias para preservar as fontes de riqueza ainda virgens e para assegurar a conveniente exploração, conservação e reparação das que estiverem em exploração” (Torres, 2002b, p. 572-573).

Como em Torres, pesava na posição de Oliveira Vianna, principalmente durante a década de 1920 um forte agrarismo, pois no mundo rural e no trabalho da terra é que seriam erigidas as bases físicas e mentais para a construção da nação (Macedo, 2015, p. 126). Nesse ponto, as reformas institucionais sugeridas em *Problemas de Política Objetiva*, deveriam ser antecedidas pelas reformas econômicas e sociais no meio rural apontadas em *O idealismo da Constituição*. Isso porque, no pensamento de Vianna, as instituições políticas demandariam antes de tudo a organização das classes econômicas e a construção de mecanismos de solidariedade e cooperação. No Brasil, tal esforço deveria começar pelo campo, lugar de origem do “insolidarismo social” (Vianna, 1947, p. 140-141). Daí, então, apontou como urgentes:

[...] o estabelecimento da pequena propriedade; um sistema de arrendamentos a longo prazo ou um regime de caráter enfiteutico; a difusão do espírito corporativo e das instituições de solidariedade social; uma organização judiciária expedita, pronta e eficaz; uma magistratura autônoma, com força moral e material para dominar o arbítrio dos mandões locais, etc. (Vianna, 1939, p. 112-113)

Segundo José Murilo de Carvalho, no pós-30, ganhou força entre os autoritários a perspectiva de que o desenvolvimento nacional dependeria de uma rápida transição, conduzida pelo Estado, da etapa agroexportadora para uma etapa industrial¹⁴⁰. Oliveira Vianna, por sua vez, teria abandonado sua posição agrarista, conformando-se que “o mundo moderno era o da indústria”, principalmente a partir de 1932 – quando assumindo a consultoria jurídica do Ministério do Trabalho, mergulhou nos estudos sobre sindicalismo, Corporativismo, direito do trabalho e direito social; tendo entrado contato com a leitura de nomes como Gurvitch, Sombart, Tawney, Perroux etc (Carvalho, 1998, p. 225).

O que se percebe, entre os dois autores aqui analisados, é a defesa de que o controle estatal deveria avançar sobre as relações econômicas, enfrentando desejos individuais com o objetivo de coordená-los, em nome de um “bem comum” ou do “interesse nacional”. Nessa perspectiva, o Estado, com papel regulador e incentivador das atividades econômicas privadas, interporia instrumentos para: dinamizar o mercado interno, principalmente de produtos alimentícios – com o incentivo à pequena propriedade, o crédito, o combate aos intermediários e a diminuição de impostos –; diminuir os custos as exportações, tornando-as mais competitivas – garantindo, com isso, um melhor equilíbrio diante das importações consideradas necessárias –; proteger a matéria-prima da extração predatória praticada por empresas estrangeiras; além de promover um equilíbrio entre as classes, evitando conflitos radicalizados e a ameaça “bolchevista”/comunista. É preciso lembrar que na maior parte das obras analisadas, nem Oliveira Vianna, e muito menos Alberto Torres, morto em 1917, tinham presenciado as consequências da Crise de 29, e alguma evolução industrial no país fruto da intervenção centralizada do Governo Provisório. Como já analisado no Capítulo 1, as políticas inicialmente implementadas naquela época visaram principalmente a proteção do setor agrário-exportador, incentivando indiretamente a produção industrial. O êxito dessas medidas acabou abrindo caminho para a defesa da industrialização no país e a ampliação do

¹⁴⁰ Segundo Saes (2008), era exatamente isso o que defendeu Azevedo Amaral em seus ensaios: *O Brasil na crise atual*, de 1934, e *O Estado autoritário e a realidade nacional*, de 1938.

papel do Estado enquanto coordenador e até interventor na economia, sobretudo a partir de meados da década de 1930.

Por fim, o tema da **(iv) organização militar** teve posição secundária, e até marginal, nas preocupações do nacionalismo autoritário, no período analisado. Nenhum dos autores se dedicou a uma crítica sistematizada e propostas claras sobre o tema. Na introdução de *O problema nacional brasileiro*, Torres (2002a, p. 40-41) afirmou que toda a preocupação e cuidados com o preparo da defesa militar no país lhe parecia “verdadeiros passatempos de crianças barbadas”, diante dos problemas vitais que diziam respeito a construção da nação. Em *A organização nacional*, explicitou o argumento, dizendo que no estágio de dispersão que se encontrava o Brasil, consequência do regime federativo vigente que atendia majoritariamente os interesses dos poderes locais, seria “quase ingenuidade” confiar “nossa segurança à defesa militar” (Torres, 2002b, p.329). A unidade política e econômica do povo, garantidoras da “força mental da nação” seriam de fato as melhores defesas contra a guerra. Pois o ímpeto de conquista de uma potência só se concretizaria na guerra diante de demonstrações de fraqueza, física e moral dos outros países. Seu exemplo seria o México, que próximo aos Estados Unidos, e dominado pela tirania, pela “politiquice, ignorância popular e incompetência dos governantes, abandono da vida econômica em mãos de estrangeiros [...]” havia se tornado alvo e sucumbido diante dos norte-americanos. Dessa maneira, seria urgente cuidar das questões internas, constituir um arranjo capaz de se defender das investidas dos interesses econômicos externos, por exemplo,

do exagerado desenvolvimento do comércio estrangeiro no país, principalmente no que toca à gestão de suas riquezas e de suas relações econômicas [...]. A exploração econômica de um território convém mais, frequentes vezes, às nações fortes, do que a ocupação política. A exploração não é impedida pela paz, e pode, pelo contrário, achar, em seu regime, melhores bases de apoio e desenvolvimento. Ainda nesta hipótese, temos o máximo de interesse em promover a organização do país. (Torres, 2002b, p. 335-336).

Portanto, a “organização da nação” deveria preceder a “organização militar”. Daí que suas sugestões para este campo não ultrapassaram propostas superficiais de melhora na eficiência das forças, com educação e treinamento, e a garantia da disciplina e promoções justas.

Seu artigo publicado em o *Estado de S. Paulo*, em 1915 – quando a guerra na Europa já era manchete nos jornais –, não só revelava uma preocupação secundária com a (re)organização militar, como trazia um tom crítico às instituições das armas no Brasil. Nele, Torres explicava sua opinião contrária ao serviço militar obrigatório, defendido por Olavo

Bilac. Argumentava que, como toda a sociedade brasileira, as Forças Armadas ainda não tinham mínima organização e que o “serviço militar obrigatório” não significaria automaticamente “a organização da defesa militar”. Muito menos a vida na caserna seria capaz de formar bons cidadãos, se tampouco conseguia, naquela época, formar bons soldados. Seria preciso, antes de tudo, construir uma “sociedade”, uma “nação” e estabelecer uma burocracia que pudesse de tornar possível toda a estrutura necessária para a execução de um alistamento obrigatório – sem eventuais deturpações ocasionadas pelos “localismos”. Torres insistia que, segundo a configuração geográfica brasileira, “o estado do nosso povo e pelas hipóteses mais razoáveis de possibilidade de guerras”, o melhor caminho para a defesa partia da fixação do homem no campo, na pequena propriedade. Tornando-se, dessa maneira, “cidadãos proprietários” estariam mais interessados em proteger o território e manter a ordem. Armados e com treinamentos periódicos – exercícios e manobras mais complexas de tempos em tempos –, formando “milícias cívicas”, e articulados como uma “guarda nacional”, seriam os elementos mais sólidos de defesa possíveis de serem construídos, impondo respeito às melhores organizações militares:

[...] o melhor sistema de defesa terrestre deve ser o da guarda nacional, espalhada por toda extensão do país, com instrutores competentes, centros de comando e de abastecimento de munições, convenientemente distribuídos, e adestrada, sobretudo, – para a guerra de ‘harassment’ – pela agilidade, pelo tiro certo, por ataques constantes de linhas convergentes, sobre os pontos de agressão. [...]

E em caso de ameaça, é muito mais provável que nos surja o melhor das forças, de formações espontâneas irregulares, – corpos voluntários de guerrilheiros, suprindo com ardor e audácia o que lhes faltar em preparo técnico – que da incorporação de massas de soldados à máquina imprópria do nosso exército¹⁴¹.

Na bibliografia analisada de Oliveira Vianna o tema recebeu ainda menos atenção. Em *Populações Meridionais* esboçou uma visão bastante negativa dos quadros das Forças Armadas, destacando que, historicamente, o brasileiro seria um refratário ao serviço militar por vocação. Às “classes superiores” interessaria os altos postos, não por algum pendor heroico ou disposição para a batalha, mas pelas “regalias, os proventos, [e] os poderes autocráticos da hierarquia” (Vianna, 2005, p. 218-220). Enquanto as classes baixas, a “plebe de cabras, cafuzos e mamelucos” – deixando clara sua posição racista –, se engajariam por

¹⁴¹ TORRES, Alberto. A defesa nacional e o serviço militar obrigatório. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, p.3, 22/12/1915.

madraçaria, por incapacidade para o trabalho sério e duro nos campos [...] é apenas o desejo de encostar-se a uma semecura (sic) [sinecura] qualquer, que lhes satisfaça, a um tempo, os seus instintos de mandriagem [preguiça, indolência] e os seus instintos de truculência, permitindo-lhes sabrearem os contendores nas rixas ou acutilarem o povo nos motins. (Vianna, 2005, p. 219)

Em outras palavras, na perspectiva do autor, ninguém estava no serviço militar em nome da defesa da pátria ou da nação, mas por interesses privados mais imediatos. Em *O idealismo da Constituição* demonstrou que sua preocupação estava centrada nas relações entre as forças policiais estaduais e os “mandões locais”, para ele um empecilho à reorganização do sistema federativo. Desde que, em nome de um regime descentralizado, as polícias estaduais estiveram manejadas segundo o arbítrio dos poderes regionais, as decisões federais tinham dificuldade serem cumpridas em nível local. Por isso, por exemplo, propunha aos juízes federais a possibilidade de invocarem, contra eventuais abusos polícias estaduais e “a arrogância dos chefes potentados de aldeia, o prestígio da força federal” (Vianna, 1939, p. 296-297). No seu projeto de reforma constitucional, sugeriu a “instituição da polícia de carreira”, a fim de liberar os policiais dos cargos de confiança e da dependência “dos grupos facciosos, que fazem política partidária nas localidades.” (Vianna, 1947, p. 292-293). Por tudo isso, é pouco provável que essa ideia de organização de milícias regionais, que Torres havia apresentado, agradasse a Oliveira Vianna.

3.3 UMA CULTURA POLÍTICA NACIONALISTA AUTORITÁRIA E O CORPORATIVISMO

3.3.1 A constituição de uma cultura política nacionalista autoritária

A partir do que foi analisado até aqui, pode-se dizer que a sistematizada produção intelectual dos autores estudados teve parcela significativa na contribuição para a gestação de uma cultura política nacionalista autoritária que, entre outras, se manifestava nas tomadas de posição dos grupos ou “famílias políticas”, os quais se enfrentaram durante a crise da Primeira República – entre eles o movimento Tenentista, como será discutido no próximo capítulo. Segundo advertiu Serge Berstein (2009, p. 44-45), as culturas políticas não se resumem às ideias, ou doutrinas, as quais dela fazem parte, mas que se constituem apenas como um dos seus elementos. Tampouco se reduzem aos programas partidários, que podem até expressar algumas de suas visões para seus eleitores, mas que nem de longe resumem sua “audiência” e

difusão, realizada por outros tantos vetores sociais para outros tantos sujeitos. Elas podem ser definidas como um conjunto de valores, práticas e representações políticas compartilhadas por um determinado grupo, “que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.” (Motta, 2009, p. 21).

Explicando mais detalhadamente, para que se constitua uma cultura política é necessário que seja estruturado um todo coerente de referentes diversos, em estreita relação entre si, apresentando-se como soluções globais para grandes problemas e crises vividas por uma sociedade. Eles devem se mostrar capazes de se gravarem na longa duração, tornando-se parâmetro de ação e identidades entre os indivíduos e grupos na luta política cotidiana. As culturas políticas, basicamente, se constituem primeiro de um substrato filosófico-doutrinal, que ordena e dá sentido ao mundo vivido, o que pode ser tanto uma doutrina coerente, quanto uma série de reflexões que comungam de princípios e valores únicos – na maior parte das vezes expressas em chavões ou vulgatas acessíveis a um maior número de pessoas. Junto dessa leitura de mundo são desenvolvidas visões sobre o passado, referências históricas – positivas ou negativas – que fornecem orientações, tradições, dados-chave ou mesmo símbolos e mitos. Tais substratos filosóficos e referências históricas orientam aspirações de futuro traduzidas em posições a respeito da organização de um sistema político ou do plano organizacional do Estado. Assim, as culturas políticas constituem uma visão de sociedade ideal a ser perseguida, e o fosso entre essa concepção e a realidade em que se percebem os atores se torna o motor da ação política. Tudo isso expresso em discursos codificados que exprimem o todo com palavras-chave, fórmulas repetitivas e mesmo práticas, ritos e símbolos com o mesmo papel significante (Berstein, 1998; p. 350-351; 2009, p. 33-35).

Nesse sentido, buscando respostas para as contradições da República em que viviam e atuavam, Torres e Vianna partiram de uma base filosófica-doutrinária e de uma visão sócio-histórica do Brasil, que embasaram uma grade de leitura do mundo sociopolítico orientadora de suas ações e proposições quanto à necessidade de superação do regime liberal no país. A percepção a respeito do fracasso da República liberal, em pacificar os conflitos sociais e garantir a arbitragem entre os múltiplos interesses oligárquicos, justificava a demanda por um Estado técnico, forte e centralizado – que fosse capaz de organizar verticalmente os “grupos naturais”, ou “as classes profissionais”, em torno do “interesse nacional”. Refletiam aí uma visão ideal de sociedade orgânica, em que as partes, tais como órgãos, desempenham funções específicas em proveito do funcionamento harmônico de todo o corpo social. Se nas nações centrais, tais relações haviam sido construídas pela própria “evolução histórica”, no Brasil

seria necessária a atuação do Estado, ocupado por elites qualificadas, capazes de decifrar e orientar o sentido do todo: o “interesse da nação”. Como se procurou demonstrar, ancoraram-se na tradição intelectual do final do século XIX – sustentando a legitimidade dos seus discursos no cientificismo, vislumbrando também uma ação política conservadora ou uma acomodação da ordem social – contudo, atualizaram-na, segundo as novas circunstâncias e problemas políticos, econômicos e sociais do século XX.

É verdade que Alberto Torres e Oliveira Vianna não estiveram sozinhos entre outros intelectuais, políticos e militares com tendências nacionalistas e autoritárias nos anos 1910, 1920 e início da década de 1930. Foram mencionados acima os esforços de organizações como a Liga da Defesa Nacional, a Liga Nacionalista de São Paulo, a Propaganda Nativista e a Ação Social Nacionalista; publicações como a revista militar *A Defesa Nacional*, a *Revista do Brasil*, *Gil Blas*, e o livro *À Margem da História da República*, organizado por Vicente Licínio Cardoso, que contou com a participação do próprio Oliveira Vianna e outros autores identificados com o trabalho de Alberto Torres. Contudo, chama atenção nas obras de Torres e Vianna a articulação promovida, e reiterada a cada texto, entre suas leituras sistemáticas da trajetória sócio-histórica do Brasil, suas propostas de reforma, inclusive constitucional, e suas visões de sociedade ideal. Definitivamente, não se limitaram a apresentar ideias, críticas ou propostas, de maneira isolada, sendo possível reconhecer nos seus trabalhos discursos organizados em torno de um todo coerente, visando uma solução global para o que identificavam como “os problemas nacionais brasileiros”, segundo uma expressa visão de sociedade ideal.

Como não é novidade na historiografia, e também como já foi mencionado no Capítulo 1, tais formulações ganharam espaço na década de 1920 e, ainda mais, na década seguinte, quando a “Revolução de 1930” abriu uma perspectiva de mudanças mais profundas. O que deixou o Governo Provisório sob intensa disputa entre outros intelectuais, movimentos políticos, oligarquias e organizações – entre elas o próprio Clube 3 de Outubro (Abreu, 2012; Beired, 1999, p. 33-43; Cepêda, 2009, p. 213; 2017, p. 119-131; Fausto, 1983, p. 63-69; Forjaz, 1988, p. 51-94; Gomes; Abreu, 2009; Gomes, 2007a, p. 85-93; 2012, p. 186-187; Rosenfield, 2021, p. 39-47). Além das disputas políticas nacionais, nas quais se empenhou a própria *intelligentsia* – buscando influenciar, pressionar ou mesmo participar do Estado –, a dimensão internacional da crise, sua reação ao sistema liberal e o medo do socialismo/comunismo, também contribuiu para o fortalecimento do nacionalismo autoritário como saída possível (Beired, 1999, p. 71-78; Rosenfield, 2021, p.43-47).

Foi na década de 1930 que livros de Alberto Torres e Oliveira Vianna foram reeditados e comentários acerca de suas obras foram publicados pela Companhia Editora Nacional. Por exemplo, o já citado, *As ideias de Alberto Torres*, de Alcides Gentil, em 1932; *Alberto Torres e sua obra*, de Saboia Lima, com segunda edição em 1935; e, pela Schimidt Editor, em 1931, *Alberto Torres e o tema da nossa geração*, de Candido Motta Filho. Também, no final de 1932, no Rio de Janeiro, foi formada a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (SAAT), organização civil que entre seus fundadores tinha: sua filha, Heloísa Alberto Torres; Oliveira Vianna; Saboia Lima; Edgard Teixeira Leite; Felix Pacheco; Barbosa Lima Sobrinho; Humberto de Campos; Saturnino de Brito; Mário Roquette-Pinto; Protógenes Guimarães; Alcides Gentil; Ari Parreiras e Juarez Távora – estes três últimos, na época, também eram membros da diretoria do Clube 3 de Outubro¹⁴². Outros nomes de destaque chegariam posteriormente como Carlos Pontes, Candido Mota Filho, Celso Vieira, Nicolau Debané e Plínio Salgado (Pinho, 2007, p. 169-172; Rosenfield, 2021, p. 88). A agremiação, cujo objetivo principal era promover estudos socioeconômicos, conferências e publicações, tomando por base “o pensamento de Alberto Torres”, entre 1935 e 1936 sofreu um processo de aproximação com o Integralismo, conduzido por Plínio Salgado que, contudo, foi interrompido pela rejeição dos demais sócios. Uma das principais ações da sociedade foi uma conferência sobre problemas da siderurgia, que aconteceu em novembro de 1938. A SAAT encerrou suas atividades em 1945 (CPDOC, 2001e; Pinho, 2007, p. 170-171)¹⁴³.

Evaldo Vieira (2010, p. 100-101) chama atenção ainda para o lançamento da *Coleção Azul*, pela Schimidt Editor, publicada entre outubro de 1932 e junho de 1933, contendo as obras *Brasil Errado*, de Martins Almeida; *Introdução à realidade brasileira*, de Afonso Arinos de Melo Franco; *O Sentido do Tenentismo*, de Virgínio Santa Rosa; *A gênese da desordem*, de Alcindo Sodré; e *Psicologia da revolução*, de Plínio Salgado. Segundo o pesquisador, guardadas as diferenças, trata-se de livros que reiteram certas posições há tempos defendidas por Torres e Vianna, tais como a defesa de um Estado autoritário, técnico e integrado por “corporações profissionais”; a valorização da hierarquia, ordem e disciplina para superação da crise; e a crítica à “importação irrefletida de ideias estrangeiras” pelos elaboradores das constituições. Plínio Salgado, por sua vez, embora conhecesse os trabalhos de Vianna e Torres, não se limitou às suas conclusões e programas, sendo *Psicologia da Revolução*, um dos primeiros trabalhos da sua fase integralista. Ainda assim, na revista

¹⁴² CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.5, 16/2/1932.

¹⁴³ Sílvia de Oliveira Campos de Pinho dedica toda a primeira seção do capítulo 4 de sua dissertação sobre Alberto Torres à análise da organização e do programa da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres (PINHO, 2007, p. 169-189).

Panorama, veículo destinado à formação da elite intelectual integralista, Torres e Vianna ganharam destaque. O primeiro foi publicado na seção “Mentores da Nacionalidade”, considerado, portanto, um expoente do pensamento político brasileiro, e o segundo, contribuiu com alguns artigos para o periódico, mesmo não sendo integralista (Tanagino, 2018, p. 325-326)¹⁴⁴.

Assim, pode-se afirmar que o esforço pioneiro dos trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna contribuiu para a sistematização e consolidação de determinadas explicações a respeito da especificidade da formação do Brasil e sua hipotética insuficiência social e econômica, as quais legitimaram um projeto político autoritário e meios específicos de ação associados aos governos de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945 – com auge de implantação durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) (Beired, 1999, p. 34; Cepêda, 2017, p. 100-101; Rosenfield, 2021, p. 321-322).

3.3.2 O Corporativismo como parte do nacionalismo autoritário

No cerne desse processo, como elemento constitutivo dessa cultura política nacionalista autoritária em formação, que posteriormente culminou na construção de dispositivos institucionais, estava a doutrina corporativista. Em outras palavras, o Corporativismo, ou pelo menos alguns de seus aspectos doutrinários, encontraram correspondência na leitura que se fazia a respeito do “atraso brasileiro” e da “insuficiência do arcabouço político-cultural liberal” para operar esta “realidade”. O que lhe abriu caminho para existir como fato histórico ou experimento político-institucional no Brasil do pós-30.

Como doutrina, o “corporativismo moderno”, aquele que se tornou mais difundido nas primeiras décadas do século XX, teve origem na Europa, no final do século XIX, em resposta ao desequilíbrio social, à violência e às demandas dos trabalhadores promovidas pelos excessos da exploração capitalista e pela resposta considerada insuficiente da governança liberal¹⁴⁵. Primeiramente, através da Igreja, reforçou-se a proposta de um reordenamento

¹⁴⁴ Para uma análise da *Panorama* ver o trabalho de Gabriela Santi Ramos Pacheco (2021).

¹⁴⁵ O “corporativismo de antigo regime” tem origem no sistema de organização social atrelado às corporações de ofício medievais. Nele as corporações monopolizaram uma arte ou ofício e, por consequência, a produção, suas normas de comércio e preços, negando-as a estranhos. Era uma forma de organização coletiva alternativa à relação servo-senhor. Foi abolida pelas instituições liberais do século XVIII, associada à persistência de privilégios e à negação da “liberdade do trabalho” (CEPÊDA, 2017, p. 101; GARRIDO, 2016, p. 30-31; INCISA, 1998, p. 287-288). Da acepção do “antigo regime”, o “corporativismo moderno” guarda a ideia de organização socioeconômica baseada em uma profissão ou ofício e uma percepção coletivista da vida social – que na história contemporânea está ligada a categorias como classe, nação, povo e Estado (VISCARDI, 2018, p. 245-

social de base religiosa e caritativa, submisso ao coletivismo e avesso ao que se consideravam “disfunções plutocráticas”, capaz de diluir as tensões entre capital e trabalho. É o que estava expresso nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931) (Incisa, 1998, p. 287; Pinto, 2014, p. 20-21)¹⁴⁶. A partir daí, se apresentou em uma dimensão laica, como uma “ideia funcional” e um projeto racionalizado para tratar do problema da conciliação dos distintos interesses econômicos e sociais e da construção da unidade política do Estado, seja ele autoritário ou totalitário (Garrido, 2016, p. 19). Corporativistas, católicos ou laicos, no geral, mobilizaram-se diante dos efeitos considerados deletérios do mercado autorregulado e da luta de classes – que explodiram no entreguerras, atingindo o paroxismo na Revolução de Outubro de 1917 e na Crise de 1929 –, apresentando-se como uma alternativa ao liberalismo e ao “bolchevismo”/comunismo.

Partindo da percepção central a respeito da natureza orgânica da sociedade e da necessidade de garantir o funcionamento harmônico de suas partes constitutivas, tanto doutrinadores quanto dirigentes corporativistas buscaram no Estado, e na capacidade que teria de interpretar o interesse coletivo, uma resposta sistêmica, anti-individualista e não-revolucionária para o equilíbrio entre os grupos sociais. Nesse sentido, tanto nos discursos quanto no encadeamento das leis e instituições erigidas, emergiu como uma das tarefas principais a integração das associações e sindicatos ao Estado (Garrido, 2016, p. 28; Pinto, 2014, p. 21-22; SCHMITTER, 1974, p. 93-94).

Entre as duas guerras mundiais, o fenômeno enquanto ideia se espalhou pelas “principais famílias políticas da direita conservadora e autoritária”, tais como partidos católicos, radicais de direita, fascistas e até monarquistas – primeiro na Europa, chegando também à América Latina e à Ásia (Pinto, 2014, p.18). Diversas ditaduras, que se apresentaram como corporativistas, usaram tais ideias e se apoiaram nos seus princípios com o objetivo de controlar o mundo do trabalho e submeter o mercado, ou pelo menos alguns de seus setores, às direções do Estado. É o que ocorreu desde o Estado Novo de Antônio Salazar, a Itália de Benito Mussolini, a Áustria de Engelbert Dollfuss, até os governos Vargas (1930-1945) no Brasil e a Turquia. Para os fascistas, particularmente, o Corporativismo foi elemento central, ainda que nem todos os corporativismos fossem fascistas (Garrido, 2016, p. 31-32;

246; CEPÊDA, 2017, p. 103). Para uma discussão a respeito das definições do Corporativismo e os estudos mais atuais sobre o tema no Brasil e no mundo, ver Viscardi (2018).

¹⁴⁶ A respeito do “pensamento econômico católico” que deu origem à Doutrina Social da Igreja e ao “corporativismo católico”, ver o trabalho de Bruno Mamede (2020). Sobre o primado do “bem comum” da filosofia católica, herdeira de Aristóteles e S. Tomás de Aquino, que culminou na rejeição à luta de classes e à noção de competição exacerbada expressa na *Rerum Novarum*, ver Stepan (1980, p. 51-69).

Pinto, 2014, p. 18-22). Por ser uma manifestação histórica internacional, suas feições assumiram formas distintas de acordo com cada contexto nacional.

No caso brasileiro, se pelo menos alguns elementos da prática institucional se apresentaram primeiro no pós-30, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas – com a lei dos sindicatos oficiais, de março de 1931, e com o Código Eleitoral, de fevereiro 1932, que garantiu a representação profissional na Assembleia Nacional Constituinte –, os debates teóricos envolvendo aspectos do corporativismo já existiam desde a década de 1910 e 1920 (Abreu, 2012; Cepêda, 2017, p. 100; Gomes, 2012, p. 199; Rosenfield, 2021, p. 221-222; Vieira, 2010, p. 33-34). Alberto Torres, embora não utilizasse o termo Corporativismo, deixou clara sua visão organicista do mundo social, expondo soluções que perseguiam uma institucionalidade alternativa às limitações da República liberal e que evitassem uma radicalização da luta de classes. O que, basicamente, tratou-se da proposição de leis sociais; de um sistema de representação híbrido, que consistiria na existência de cadeiras no Senado para os representantes de classes e associações profissionais; e da proposta de um colégio eleitoral para eleger o presidente da República e o vice, formado também por membros de corporações. Nas suas obras, em geral, as citações são escassas e não contam com nenhum nome conhecido relacionado diretamente ao corporativismo. Mas sabe-se de sua temporada na França, entre 1907 e 1909, quando logo depois escreveu dois livros em francês, *Vers la paix: Études sur l'établissement de la paix générale et sur l'organisation de l'ordre international*, em 1909; e *Le problème mondial: Études de politique Internationale*, em 1913 (Lemos, 2010). Conforme destacou Garrido (2016, p. 38), a França – principalmente a Faculdade de Direito de Paris –, a Bélgica e a Romênia foram importantes centros de produção de “ideologias corporativistas”, além da Itália. O que coincide com o que foi relatado por Saboia Lima (1935, p. 255-256) em *Alberto Torres e sua obra*: na época em que Torres escreveu, a proposta da “representação de classes” já era conhecida na Bélgica, desde 1884 por Prins (possivelmente o jurista Adolphe Prins), e também defendida pelo francês León Duguit, no seu livro *Traité du Droit Constitutionnel*, de 1911, no qual o autor teria recomendado:

Se se tem em mira o ideal que seja capaz de realizar a representação política completa, se se quer assegurar no Parlamento a representação de todos os elementos da vida nacional, dever-se-á colocar, ao lado da Assembleia eleita pelos diversos partidos, uma Assembleia eleita pelos grupos profissionais (DUGUIT *apud* Lima, 1935, p. 256).

Pode-se argumentar que Torres era antes um divulgador e defensor de um Estado forte e intervencionista do que um patrono do Corporativismo. Segundo Evaldo Vieira, na produção torreana, essa doutrina era um argumento de reforço para justificar a necessidade do fim da democracia-liberal. Mas, a partir dela, os intelectuais do nacionalismo autoritário estabeleceram uma característica comum: para demonstrarem a necessidade de organizar um governo forte, em um país organizado, recorriam a aspectos da base teórico-doutrinal corporativista (Vieira, 2010, p. 84). Na mesma direção argumentou Luis Rosenfield (2021, p. 88): “Percebe-se em Alberto Torres a gênese de uma vontade explícita de o Estado ‘coordenar’ a modernização do país e o crescimento econômico.”.

Oliveira Vianna celebrava a precursora visão orgânica de sociedade ideal de Torres e suas propostas de reforma constitucional, entre elas a representação de classes ao lado da representação partidária no Senado:

Nestas pequenas alterações, como naquelas grandes alterações [as sugestões de reforma], o que há de notável é que Alberto Torres se mostra absolutamente despedido de qualquer respeito pelos bordões clássicos do nosso direito público. Ele não é, por exemplo, dos que entoam antifonas no coro pregoeiro da Democracia (Vianna, 1947, p. 63-64).

Contudo, como se viu, dando importância ainda menor à representação parlamentar, sugeria que as “organizações de classe” tivessem uma participação controlada no Estado, através dos Conselhos Técnicos de consulta obrigatória. Foi citando León Duguit que procurou justificar sua versão de democracia para o Brasil:

O princípio característico do governo democrático consiste em dar à totalidade dos cidadãos uma parte igual na direção dos negócios públicos diz Duguit. Ora, se assim é, o melhor caminho para realizarmos a democracia não é lutarmos até com armas na mão, para eleger deputados ao Parlamento; mas, desenvolver os Conselhos Técnicos e as organizações de classe, aumentar sua importância, intensificar as suas funções consultivas e pré-legislativas, generalizar e sistematizar a praxe da sua consulta da parte dos poderes públicos. É este o verdadeiro caminho da democracia no Brasil (Vianna, 1947, p. 225)¹⁴⁷.

Na edição de 1939 de *O Idealismo da Constituição* esse mesmo trecho reapareceu e, na sua respectiva “nota de rodapé”, Oliveira Vianna deixou claro suas referências e destacou que defendia, enfim, uma “democracia corporativa” para o Brasil:

¹⁴⁷ A respeito da apropriação política que Oliveira Vianna fez da produção de León Duguit ver a dissertação de Murilo Riccioppo Magacho Filho (2021).

Diria melhor: da 'democracia corporativa'. Esta expressão me parece mais justa do que a de 'democracia profissional', que lhe dá Bonnard, ou de 'democracia econômica', como a chama Gurvitch. Trata-se de uma democracia fundada sobre 'grupos' ou 'corpos': daí a denominação me parece mais exata e própria (Vianna, 1939, p. 218-219).

Suas observações a respeito do Corporativismo, assim como em Torres, foram bastante introdutórias, pelo menos até meados dos anos 1920, contudo, se aprofundaram bastante daí em diante, quando acessou autores como François Perroux, Roger Bonnard, Geogers Gurvitch, Sérgio Panunzio, Gaetan Pirou e Mihail Manoilecu (Carvalho, 1998, p. 223; Lynch, 2014, p. 96-100; SOUZA, 2008, p. 253; Vieira, 2010, p. 34).

Entre os percussores, Oliveira Vianna se mostrou bastante atualizado a respeito da produção europeia sobre o Corporativismo, em ebulição nessa época, principalmente a italiana (Rosenfield, 2021, p. 241-242; Vieira, 2010, p.33). Na Europa e na América Latina, foi a partir da primeira década de 1930 que se deram as mais intensas discussões sobre as ideias corporativas, ensejadas sobretudo pela Crise de 29 (Garrido, 2016, p. 38). Como fica evidente no estudo da sua produção, o objetivo de Vianna não era propriamente aprofundar no desenvolvimento da doutrina corporativista. As referências estrangeiras serviriam para traçar caminhos próprios para ação política do Estado, segundo o que compreendia serem as necessidades da realidade brasileira:

[...] precisamos ter uma autonomia e uma originalidade de pensamento, que nos capacitem criar, se possível, um tipo de regime nosso – *o tipo brasileiro*, que possa vir a figurar, futuramente, nos tratados de direito público e constitucional [...]. Na procura dessa solução é possível que nos possamos aproveitar da experiência alheia – e a instituição dos Conselhos Técnicos é uma prova disto (Vianna, 1947, p. 44-45).

Por exemplo, foi nessa direção que procurou escrever, em 1938, *Problemas de Direito Corporativo* (SOUZA, 2008, p. 253)¹⁴⁸. Foi também no pós-30 que traduções de autores corporativistas para o português começaram a ser publicadas no Brasil, por exemplo: em 1931, *Teoria do protecionismo e da permuta internacional*, do romeno Mihail Manoilecu, traduzido da edição francesa, de 1929, por iniciativa do intelectual e empresário Roberto

¹⁴⁸ É nesse sentido que argumenta Evaldo Vieira (2010, p. 30-31): “Não verificamos nos escritos de Oliveira Vianna outro objetivo que o de vertê-los em ação. Só proposições para o Brasil, um povo em formação, para quem sugere o estabelecimento da unidade pública.”. Análise semelhante é sustentada por Luís Rosenfield (2021, p. 204-205), que vê em Vianna a preocupação de apresentar seus argumentos como uma alternativa “francamente autoritária e corporativa” adaptada à realidade brasileira.

Simonsen; em, 1938, *O século do Corporativismo*, também de Manoilescu, traduzida da versão francesa, de 1934 – segundo Garrido (2016, p. 38), “A mais célebre obra de divulgação do corporativismo moderno, nacionalista e autoritário [...]” –; e também em 1938, *Sindicalismo, Corporativismo, e Estado Corporativo*, de Roger Bonnard, traduzido por Temístocles Cavalcanti.

Em uma análise bastante abrangente da chegada do Corporativismo, enquanto doutrina e enquanto experiência política no Brasil, Vera Alves Cepêda (2017, p.119) ressaltou a centralidade do pioneirismo de Alberto Torres e Oliveira Vianna – e, posteriormente Azevedo Amaral e Francisco Campos – ao contribuírem para abrir o debate político aos princípios do Corporativismo. Tudo isso em função das suas conclusões a respeito da peculiar desorganização política, social e econômica brasileira como obstáculos para o definitivo “progresso nacional”. Tal como advogavam, situações específicas demandariam soluções específicas. Neste caso, elementos do Corporativismo, a serem adaptados à realidade brasileira, eram apresentados como instrumentos para superar as heranças da formação histórica do país – como a “inorganicidade e as insuficiências sociais” – em direção a uma sociedade, enfim, moderna. A tese sustentada pela cientista política é de que, no Brasil, a doutrina corporativista foi primeiro defendida como meio de construção da modernidade, para romper em definitivo com o passado colonial persistente na forma oligárquica liberal assumida pela República (Cepêda, 2017, p. 111-131). Algo que fomentou uma “estrutura argumentativa” responsável por uma “confluência intelectual” mais propensa a propostas de centralização política e protagonismo do Estado. Daí “a boa recepção obtida pelo modelo de organização corporativa da sociedade” (Cepêda, 2017, p. 119).

Como se procurou demonstrar até aqui, na cultura política nacionalista autoritária, que Alberto Torres e Oliveira Vianna ajudaram a estabelecer, o Corporativismo ganhou espaço central como elemento teórico-doutrinário, principalmente no pós-30. Os diagnósticos e propostas traçados por esses intelectuais, que projetaram o Estado como ente capaz de promover a solidariedade social e a (re)construção da nação, constituíram as balizas da apropriação da doutrina e da realização de instituições corporativistas no Brasil nos anos seguintes (Cepêda, 2017, p. 117). Ora, foi em torno dessa noção de “funcionalidade” de aspectos do Corporativismo para a realidade brasileira que se organizaram as mais distintas “famílias políticas”, com as mais diferentes propostas e interesses: dos nacionalistas autoritários, aos integralistas, militantes católicos e até socialistas (Barreto, 2004, p. 120-122; Cepêda, 2017, p. 131; Rosenfield, 2021, p. 56; Tanagino, 2018, p.300-319).

A “Revolução de 1930” reeditou, de forma mais aguda, “uma série de problemas que caracterizavam o impasse” do sistema político da Primeira República (Gomes, 1980, p. 26). Isso quer dizer que as reflexões sobre tais problemas e a luta política em nome de suas possíveis superações – da qual participaram os intelectuais e os militares rebeldes do Movimento Tenentista, nas décadas de 1910 e 1920 – anunciaram aspectos do Corporativismo que foram aprofundados nos anos 1930, como doutrina e como ferramenta institucional. Dito de outro modo, o Corporativismo chegou com forma e funções relacionados aos diagnósticos do “atraso brasileiro” e com as percepções a respeito das “disfunções do liberalismo econômico e político” apontadas, de maneira mais consistente, primeiramente por intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Vianna. Nessa direção, por sua aplicação, durante o Governo Provisório, também lutaram outros segmentos da sociedade, como os militares e civis que compuseram as fileiras do Clube 3 de Outubro. É o que se verá no próximo capítulo.

4 O CLUBE 3 DE OUTUBRO PELA SUPERAÇÃO DEFINITIVA DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

Neste Capítulo, retorna-se propriamente ao objeto central desta tese. Seu texto, dividido em duas partes principais, busca, primeiramente, elucidar como o Clube 3 de Outubro justificava e procurava legitimar o destaque, e até mesmo o monopólio, que ambicionou obter na condução do novo governo no pós-1930 – segundo uma condição autoproclamada de seus membros como protagonistas da “Revolução”, que teria sido inaugurada em 5 de julho de 1922.

Na segunda parte, analisa-se como o nacionalismo autoritário de Alberto Torres e Oliveira Vianna ajudou a compor a leitura que os outubristas tinham sobre o quadro político do país, a concepção a respeito do seu próprio papel naquele momento e suas propostas para as mudanças que consideravam fundamentais no processo “revolucionário”. Essas últimas corporificadas especialmente no texto do *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, de fevereiro de 1932, mas também nas *Teses aprovadas na I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro*, de julho de 1932, e na *Síntese Outubrista*, de abril de 1933.

4.1 A “REVOLUÇÃO” AOS “VERDADEIROS REVOLUCIONÁRIOS”

4.1.1 O cultivo da identidade tenentista no Clube 3 de Outubro

Como um espaço de sociabilidade e um vetor de cultura política (Quirós, 2007; Berstein, 2009), o Clube 3 de Outubro ambicionou constituir legitimidade simbólica, que desse aos seus sócios o *status* de “esqueleto”, “motor” e “leme” da “Revolução”, na disputa com inúmeras facções pela agenda política nacional do pós-1930. Esse esforço se manifestou, entre outros aspectos, na sua organização burocrática, que se preocupou em aceitar filiações de membros que tivessem alguma ligação ou simpatia com as revoltas Tenentistas; no contínuo controle interno e no constrangimento das ações e manifestações públicas de seus membros, fornecendo-lhes uma direção clara, compatível com o programa; e na construção da leitura institucional de passado, referência para posicionamentos no presente e aspirações para o futuro.

Foi assim, por exemplo, que o Clube tornou público a existência de denúncias e apurações de suposta infiltração de opositores na organização, algumas vezes tratados como

“bernardistas”, em referência ao ex-presidente mineiro, visto como grande inimigo dos “revolucionários”, Artur Bernardes¹⁴⁹. De fato, havia presenças controversas, que causavam dúvidas e repercussões, como aquelas já mencionadas de Cristiano Machado, Virgílio de Mello Franco e Djalma Pinheiro Chagas; mas a diretoria fazia questão de demonstrar sua disposição em combater possíveis vozes dissonantes – algo que era exaltado e repetido pelos próprios sócios e apoiadores.

Em maio de 1932, o filiado Carlos de Schueler teve sua carta endereçada a Pedro Ernesto, na época presidente do Clube, publicada no *Correio da Manhã*¹⁵⁰. Nela, Schueler exaltou Pedro Ernesto, apoiou a repulsa do grêmio ao “bernardismo” e atacou diretamente o próprio Artur Bernardes como “o monstro de Viçosa” e “presidente do sítio” – em clara alusão às prisões, perseguições e violência perpetrada aos opositores durante as decretações de estado de sítio no governo do ex-presidente¹⁵¹. Além disso, denunciou o que seria, para ele, a atuação do “perrepismo” nas disputas que envolviam o estado de São Paulo. Procurando demonstrar visceralidade e identidade com seus “companheiros mártires”, o tabelião argumentou que não reagir a tais infiltrações representaria profunda traição àqueles que deram a vida pela pátria. É o que o leitor(a) pode observar no trecho a seguir:

O Brasil consciente, **que odeia o presidente do sítio**, não pode comportar o miserável bernardismo. [...] Que o monstro de Viçosa perca a mania de infiltração e recolha-se definitivamente ao seu covil para expiação do seu infundável rosário de crimes. [...]

Desejava, ainda, protestar em sessão, pelo assalto que sofremos em São Paulo pelo famigerado perrepismo, acompanhado das mais infames assacadihas atiradas à Revolução e aos seus vultos mais proeminentes. É preciso, custe o que custar, que São Paulo volte às fileiras revolucionárias [...]. Ao contrário, trairíamos miseravelmente **os nossos heroicos companheiros**, mártires, que derramaram seu sangue pela Pátria e sucumbiram na cruenta luta.¹⁵²

Por ocasião da fundação de uma filial do Clube 3 de Outubro em Macaé, município do estado do Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1932, muitos dos presentes teriam sido expulsos da sessão pelos organizadores, por não serem reconhecidos como

¹⁴⁹ O CLUB 3 de Outubro e a espionagem do P.R.M. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.3, 2/2/1932. O CLUB 3 de Outubro e o sr. Bernardes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 12/3/1932.

¹⁵⁰ CPDOC-CO d Fichas Inscrição, número 485.

¹⁵¹ O governo Artur Bernardes (1922-1926) permaneceu quase toda sua duração sob estado de sítio, aprofundando o uso de medidas de exceção, o que já era muito comum na Primeira República, desta vez para combater principalmente o Tenentismo. A este respeito ver Antonio Gasparetto Jr. (2018).

¹⁵² A REPULSA do “Club 3 de Outubro” ao Sr. Bernardes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, 28/5/1932, grifo nosso.

“revolucionários”¹⁵³. A direção estava sob Cristóvão Barcelos, oficial do Exército, que também era membro do Conselho Deliberativo da sede¹⁵⁴. Já na filial do estado do Rio, sediada em Niterói, o presidente coronel Cabral Velho, diante do já avançado processo de elaboração da nova Constituição, em março de 1934, se apegou ao purismo “antirreacionário”, ou “antibernardista”, para manter seus correligionários mobilizados durante o “Grande Conselho”:

A atual sessão vem demonstrar o quanto existe de puro e sincero no espírito outubrista. Quando o bernardismo supõe ter tomado conta do elemento emancipador, surge uma nova onda de jovens leais mantenedores dos princípios revolucionários, para destruir a invasão reacionária. A Revolução há de vencer custe o que custar.¹⁵⁵

Raul Dowsley Cabral Velho participou do planejamento e dos combates do 5 de julho de 1924 em São Paulo, onde ocupou o posto de chefe da polícia criada pelos rebeldes para tentar organizar a cidade. Por essa atuação, foi condenado como “cabeça” pelo Supremo Tribunal Federal a 10 anos de reclusão (Castro, 2022, p. 253). Na sua ficha de filiação, assinada em novembro de 1931, reafirmava valores e princípios pelos quais havia aderido ao levante armado: “Favorável à moralização da administração pública e à modificação político-social consoante aos princípios esposados pela Revolução de 5 de Julho”¹⁵⁶. Mesmo que em 5 de julho de 1922 e 1924, os “tenentes” não estivessem exatamente preocupados com transformações sociais para o país.

Demonstrar unidade e coesão no discurso oficial, para tentar minimizar discordâncias expostas publicamente, era uma necessidade recorrente do grêmio. Segundo comunicado publicado pela secretaria no dia 4 de janeiro de 1934: “O Clube 3 de Outubro reitera a afirmação de que o momento presente, além da sua diretoria, só tem credenciais para interpretar-lhe o pensamento o sr. general Góis Monteiro e os seus juízes, ministro José Américo e Juarez Távora e comandante Ari Parreiras.”¹⁵⁷. Como se vê, parece que essa preocupação persistiu, e até mesmo pode ter se aprofundado, desde a fundação até a segunda fase do Clube, após a “contrarrevolução paulista” de 1932.

¹⁵³ ESTÁ FUNDADA, em Niterói, a sucursal do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 24/2/1932.

¹⁵⁴ CLUB 3 de Outubro: A eleição dos seus corpos dirigentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2,5, 16/2/1932.

¹⁵⁵ CLUB 3 de Outubro do E. do Rio: “A Revolução ha de vencer custe o que custar” – afirma Cabral Velho. *Correio da Manhã*, p. 3/3/1934.

¹⁵⁶ CPDOC-CO d Fichas Inscrição, número 193.

¹⁵⁷ CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 4/1/1934.

A fala do segundo presidente do Clube 3 de Outubro, Gustavo Cordeiro de Farias, durante as homenagens ao terceiro ano da morte de Djalma Dutra, às vésperas da abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, é bastante elucidativa da centralidade que a busca pela unidade dos discursos e ações dos membros tinha para a construção da autoridade simbólica do grupo sobre os rumos da “Revolução” como um todo. Principalmente em relação àqueles considerados “políticos profissionais” ou “falsos revolucionários”, que se perfilavam na tendência Liberal:

A meu ver o inimigo mais sério da revolução é ainda aquele que dela não foi expurgado. É o elemento que pactuando com todas as misérias dos governos passados [...], quando pressentiu a vitória de um movimento de insurreição que já estava latente na alma nacional, -- passou-se para as nossas hostes, clamando pela liberdade do Brasil, aliando-se à campanha liberal. [...] estes homens, se nos unirmos, se organizarmos pela nossa ideologia, pela nossa sinceridade um bloco unido e forte, serão realmente expurgados e assim **perderão um direito que nunca deveriam ter tido – o de opinar nos casos que só ao governo apoiado pelos revolucionários cabe resolver**¹⁵⁸.

Ora, por um lado, o que se vê é que a necessidade de demonstrar disposição em controlar as disputas internas de um grupo tão heterogêneo está relacionada à articulação que se julgava necessária, naquele momento, para lidar com as pressões exteriores dos adversários nos enfrentamentos políticos pela (re)formulação do Estado nacional. Trata-se da construção de uma imagem oficial, que reforça um “argumento de autoridade”, para os próprios membros e para os outros atores presentes no debate público. Dito de outro modo, as lideranças do Clube 3 de Outubro, buscando convencer que para lutar contra qualquer tipo de “traição” ao próprio “sentido da Revolução” seria indispensável a união dos “verdadeiros revolucionários”, apresentavam a articulação em torno de si e de seu programa como um meio de tornar esse esforço possível.

Por outro lado, essa interação específica entre os sujeitos que compõem tal coletividade, imposta também pela organização disciplinar, serve como um indício importante do peso do conjunto na formação e ação dos indivíduos (Bulst, 2005, p. 53-58). Afinal de contas, o tipo de “espaço de socialização política” e a maneira como se dá seu funcionamento revelam o nível de engajamento e de comprometimento exigidos de seus componentes (Berstein, 2009, p. 36). Comparadas a outras iniciativas de organização “revolucionárias” contemporâneas apresentadas no Capítulo 1, o Clube 3 de Outubro se mostrou bastante

¹⁵⁸ DJALMA Dutra: Como o Club 3 de Outubro comemorou a passagem do terceiro aniversario da morte desse revolucionario. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 14/10/1933, grifo nosso.

complexo e sofisticado. Se a “*sociabilidad asociativa*” não determina o comportamento daqueles que se colocam nessas relações. Em alguns casos, os vínculos podem ao menos contribuir para as escolhas dos sujeitos históricos – e esse parece ser o caso da entidade estudada. É o que diz Pilar González Bernaldo de Quirós, ao procurar definir a sociabilidade como categoria analítica: “*Si los vínculos de sociabilidad no determinan el comportamiento de aquellos que estas prácticas ponen en relación, [...] en alguns casos estos vínculos pueden intervenir en la toma de decisiones de los actores.*” (Quirós, 2007, p. 86).

Como uma “força política de mediação” proto-partidária, pode-se dizer que o Clube contribuía para operar a ligação entre a realidade vivida pelos diferentes sujeitos, pertencente à “esfera do concreto cotidiano”, ao campo do político, pertencente à “esfera do discurso e das representações especulativas” (Berstein, 2003, p. 60-61). Nessa mediação entre o concreto e o discurso, operada pelo grupo, se reproduzia essa identidade e autoridade de “verdadeiros revolucionários” ostentada pelos sócios, que também procuravam impô-la aos oponentes. Isso porque a forma de estruturação do Clube, durante um período com baixa institucionalização das facções políticas, se constituiu de modo a oferecer recursos organizativos, relacionais e identitários que amparava, e inclusive projetava, os atores nas disputas em torno do poder (Quirós, 2007, p. 97).

Segundo explicam Serge Berstein (2009, p. 44) e Rodrigo Patto Sá Motta (Motta, 2009, p. 21), as culturas políticas, que são base do pertencimento político a um grupo, são formadas por valores, práticas, tradições e representações que orientam leituras comuns de passado e projetos políticos para o futuro¹⁵⁹. No Clube 3 de Outubro, desde 1931, também houve a prática ritualizada de celebrar a “Revolução” e os “revolucionários”. O que implicava comemorar as ações “militares-rebeldes” (Aragão, 2012) ao longo da década de 1920 que, segundo a versão oficial, teriam culminado nos acontecimentos de 1930.

Antes mesmo de comunicar seus interesses políticos, como uma de suas primeiras ações públicas, o Clube 3 de Outubro decidiu, em assembleia ordinária, celebrar os 5 de julho de 1922 e 1924, tendo para isso designado uma comissão e aproveitado para convidar outras “legiões” e associações a participarem. Assim, contou com a adesão da Legião Cívica 5 de Julho, com uma “comissão de oficiais revolucionários”, não identificada, e com a colaboração

¹⁵⁹ “É ela [a cultura política] que leva o cidadão a se identificar quase instintivamente a um grupo, a compreender facilmente seu discurso, a adotar sua ótica de análise, a partilhar seus objetivos e esperanças, a aderir às múltiplas associações de todo tipo por meio das quais se difunde sua mensagem [...]” (BERSTEIN, 2009, p. 44).

de órgãos de Estado como o Exército, a Marinha e a aviação – dando pistas, desde já, de sua capacidade de articulação com o governo¹⁶⁰.

As comemorações, conduzidas pelo Clube e pela Legião, ocorreram em 5 de julho de 1931 e tiveram destaque em toda a primeira página do *Correio da Manhã*. O jornal narrou todos os eventos do dia e publicou alguns dos discursos proferidos, na íntegra. Nas comemorações ocorridas no Forte de Copacabana, em nome do Clube 3 Outubro, falou o capitão Tales Vilas Boas, destacando os “18 do forte” como os “heróis” responsáveis pelo despertar do processo que desalojaria os “reacionários do poder”. Diante da inauguração dos retratos de Siqueira Campos, Newton Prado e Mário Carpenter, Vilas Boas clamou:

[...] fostes vós, heróis irmãos, que reunidos como forças poderosas em torno de um mesmo ponto de aplicação, formastes a resultante que venceu a inercia do poder reacionário [...] que, com o vosso sangue generoso, fertilizastes o solo brasileiro, em todos os recantos, em todos os seus setores de luta fazendo germinar, crescer, florescer e frutificar a semente da regeneração e da felicidade do Brasil.¹⁶¹

Também no Forte, na sala da biblioteca, houve a inauguração de uma placa, em bronze, com a efígie do líder da chapa da *Reação Republicana*, Nilo Peçanha.

No mesmo dia, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro houve a denominada “sessão cívica”, presidida por Pedro Ernesto. Entre os vários pronunciamentos ocorridos, merece destaque a fala de Airton Lobo, que foi rebelde na Escola Militar do Realengo, em 1922, e por isso expulso do Exército, sendo posteriormente reintegrado como primeiro-tenente, tornando-se também membro do Clube 3 de Outubro¹⁶². Lobo rememorou seus tempos de aluno na

¹⁶⁰ CLUB 3 de Outubro: Comemoração do 5 de Julho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 23/6/1931. AS COMEMORAÇÕES do 5 de Julho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 27/6/1931. 5 DE JULHO: As comemorações da Legião Cívica 5 de Julho e do Clube 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 1/7/1931.

¹⁶¹ AS COMEMORAÇÕES de 5 de Julho: Decorreram brilhantíssimas as solenidades levadas a efeito para recordar as duas grandes datas da nossa historia política. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 7/7/1931.

¹⁶² CPDOC-CO d Fichas Inscrição, número 170. O nome de Airton Bittencourt Lobo aparece na lista de ex-alunos expulsos da corporação disponível em REVOLUÇÃO de 1922. *Ministério da Defesa. Exército Brasileiro*. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1555045&_101_type=content&_101_urlTitle=revolucao-de-1922&_101_redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fexercito-brasileiro%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_keywords%3Dcampo%2Bgrande%26_3_advancedSearch%3Dfalse%26_3_groupId%3D0%26_3_delta%3D20%26_3_assetTagNames%3Drepublica1%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_andOperator%3Dtrue%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true>. Acesso em jan. de 2023.

escola militar e fez declarações elogiosas ao coronel Xavier de Brito que, na época, comandou a rebelião no local¹⁶³. Por fim, fez questão de celebrar o nome de Luiz Carlos Prestes – ignorando o fato de que Prestes havia sido publicamente contrário à participação de seus antigos companheiros nas ações armadas de 1930. Segundo o jornal, “Instintivamente, o teatro, repleto, se levanta e aclama o orador e o nome por ele invocado. Os aplausos se prologam.”¹⁶⁴. Sua fala, entre outras coisas, buscou uma legitimação perante o público, tanto para si próprio quanto para o evento, ao mencionar nomes de figuras reconhecidas como “heróis revolucionários”, a fim de ligá-los àquela celebração. O que parece ter dado certo.

Dos camarotes do “Theatro”, prestigiaram o evento e presenciaram tais falas Getúlio Vargas, sua esposa Darcy Vargas e o secretário da Presidência da República, Gregório Porto da Fonseca, além de oficiais do Exército e da Marinha. Vargas que, enquanto deputado federal reeleito em 1924, apoiou as medidas de exceção de Artur Bernardes no combate à rebeldia militar, e como ex-governador do Rio Grande do Sul, hesitou aderir ao levante armado em 1930 (Brandi, 2001a, s.p.). Em 1931, como chefe do Governo Provisório, se mostrou – ou pelo menos quis se mostrar – bastante convencido de que estava no poder graças ao movimento que seria chamado de Tenentismo. Em telegrama escrito, sob pedido de Caio de Lima Cavalcanti, para ser publicado nos jornais *Diário da Manhã* e *Diário da Tarde*, disse:

O Governo Provisório, decretando honras de feriado nacional para o dia 5 de julho, como comemoração aos dois 5 de julho de 1922 e 1924, reconhece nessas duas datas a influência das ideias e atos que prepararam o espírito público para o grande movimento de 3 de Outubro.¹⁶⁵

No *Diário da Manhã*, a correspondência foi apresentada com título bastante ilustrativo quando, na primeira página, a manchete se referiu àqueles – que também seriam conhecidos na imprensa como “tenentes” – como “os mártires e os heróis das duas epopeias de 5 de Julho”¹⁶⁶. A propósito, Caio de Lima Cavalcanti era irmão de Carlos de Lima Cavalcanti, que foi nomeado interventor de Pernambuco, em novembro de 1930. Os irmãos fundaram, em abril de 1927, o *Diário da Manhã*, no qual defendiam os “ideais revolucionários” dos “tenentes” e reconheciam a liderança de Luiz Carlos Prestes. Tudo isso em oposição ao

¹⁶³ A respeito da centralidade do coronel João Maria Xavier de Brito Júnior no levante da Escola Militar do Realengo ver Roesler (2015, p. 137-140).

¹⁶⁴ AS COMEMORAÇÕES de 5 de Julho: Decorreram brilhantíssimas as solenidades levadas a efeito para recordar as duas grandes datas da nossa história política. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 7/7/1931.

¹⁶⁵ DO PRESIDENTE Getulio Vargas á alma pernambucana, quando a nação redimida glorifica os martyres e os heróes das duas epopeas de 5 de julho. *Diario da Manhã*. Recife, p. 1, 5/7/1931.

¹⁶⁶ *Ibidem*.

governo de Washington Luís e ao situacionismo pernambucano. Em outubro de 1930, atuaram sob as ordens de Juarez Távora nas movimentações armadas no estado. Futuramente, iriam se tornar também quadros do Clube 3 de Outubro (Pantoja, 2001a, s.p.)¹⁶⁷.

Quanto ao decreto, o qual Vargas se referiu no telegrama acima, foi publicado no dia 3 de julho de 1931, tornando feriadados, para o corrente ano, além do 5 de julho, o dia 26 do mesmo mês, em referência ao assassinato de João Pessoa. Assim, o governo oficializava a memória dos levantes militares dos “tenentes” como “precursores” da “Revolução de 1930”: “Considerando que os acontecimentos de 5 de julho de 1922 e de 5 de julho de 1924 encerram ideias e fatos precursores do movimento que terminou pela vitória revolucionária a 24 de Outubro de 1930 [...]”¹⁶⁸.

Considerando o que diz a própria “letra da lei”, o decreto respondia a uma demanda de grupos políticos interessados, que o governo preferiu chamar de “várias classes sociais”, entre os quais pode-se, certamente, incluir o Clube 3 de Outubro, empenhado na organização das comemorações, desde o final de junho do mesmo ano¹⁶⁹. Assim, não pode ter sido por acaso que, no dia seguinte, em 4 de julho de 1931, Adolfo Bergamini, interventor do Distrito Federal naquela época, tenha assinado o decreto que rebatizava inúmeras ruas, logradouros e praças com os nomes daqueles “que tombaram no instante da luta e os que, nela tendo tomado parte, desapareceram antes da vitória [em outubro de 1930] [...]”. Foram considerados nomes “dignos de perpétua lembrança”: Nilo Peçanha, Odílio Bacelar, Djalma Ulrich, Newton Prado, Mario Carpenter, Siqueira Campos, Otávio Corrêa, Eduardo Jansen, Aníbal de Mendonça, entre outros¹⁷⁰. Algumas dessas pessoas ainda hoje dão nomes às ruas da cidade do Rio de Janeiro, como é o caso da rua Siqueira Campos, que encontra a Avenida Atlântica, no bairro de Copacabana.

Também é digno de nota que, no primeiro semestre de 1934, o sócio do Clube 3 de Outubro, o major Carlos Saldanha da Gama Chevalier tenha coordenado uma arrecadação para a construção de um monumento denominado “Os 18 do Forte”¹⁷¹. Mesmo que na

¹⁶⁷ CPDOC-CO d Fichas Inscrição, números 190 e 242.

¹⁶⁸ BRASIL. Decreto n.º 20.170, de 3 de julho de 1931. Declara feriadados nacionais os dias 5 de 26 de julho do corrente ano. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20170-3-julho-1931-514676-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: dez. de 2022.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ O *Correio da Manhã* publicou o decreto assinado por Adolfo Bergamini, que rebatizou ruas, praças e logradouros com nomes de “tenentes”. Ver EM HONRA da memória dos heroes da Revolução e de victimas do bernardismo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 5/7/1931.

¹⁷¹ Não foi possível encontrar a ficha de inscrição do major Carlos Saldanha da Gama Chevalier nos arquivos do Clube 3 de Outubro. Porém, em carta enviada pelo major ao ministro José Américo,

prestação de contas enviada por carta, pelo major, ao *Correio da Manhã*, ele tenha afirmado que entregou “a parte em bronze” ao Forte de Copacabana e que a inauguração ocorreria em 5 de julho de 1934, não foi possível confirmar essa informação. O que chama atenção é a lista de doadores presente nesta carta, pois entre eles constavam a pessoa física do chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas; o Clube 3 de Outubro; órgãos de imprensa, como o próprio *Correio da Manhã* e *O Globo*; governos dos estados Pará e Sergipe; e órgãos de Estado como o Ministério da Guerra, a 2ª região militar, a Escola de Aviação e o 27º Batalhão de Caçadores de Manaus¹⁷². Quanto ao “tenente” e major Chevalier, ele se envolveu com atividades rebeldes em 1925, sendo condenado e preso. Junto com Eduardo Gomes e Juarez Távora, tentou fugir do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária e, em retaliação, foi enviado com seus companheiros para a Ilha da Trindade, em 1926 (CPDOC, 2001f, s.p.).

Como já foi dito e, em parte, demonstrado, o Clube 3 de Outubro atuava para dentro e para fora, e como um vetor de cultura política, transmitia valores e representações – que em um sentido amplo, englobam base filosófica-doutrinária, vocabulários, imaginário, mitos, símbolos, discursos e memória – responsáveis por alimentar um “clima cultural”, tornando os indivíduos mais suscetíveis a certas ideias e comportamentos convenientes (Berstein, 1998, p. 357; Motta, 2009, p. 21-24). Agindo, neste aspecto, em convergência com o próprio Governo Provisório e com veículos de imprensa aliados – como os citados *Diário da Manhã*, *Diário da Tarde* e o próprio *Correio da Manhã* –, procurava dar a sua contribuição para estabelecer a leitura de que os levantes militares da década de 1920 eram parte da vitoriosa “Revolução Brasileira”, consolidada em 1930 – e reafirmada após a luta contra os paulistas em 1932¹⁷³. Por isso seriam os “tenentes”, aqueles que haviam oferecido sua vida em nome da pátria, então articulados no Clube 3 de Outubro juntamente com seus aliados, os “verdadeiros revolucionários”.

publicada pelo *Correio da Manhã*, ele se apresentou como amigo e colega dos associados ao Clube. Ver DUAS CARTAS recebidas pelo Sr. José Américo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 26/11/1931.

¹⁷² A carta do major Carlos Saldanha da Gama Chevalier, escrita em 11 de maio de 1934, foi publicada pelo *Correio da Manhã*. Ver MONUMENTO aos “18 do forte”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 7, 13/5/1934.

¹⁷³ O DISCURSO do major Juarez Távora, na sessão de encerramento. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 7, 29/11/1932. AS COMEMORAÇÕES do 24 de Outubro: Houve, á noite, sessão cívica no Clube 3 de Outubro (...). *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 25/10/1933. O CLUB Três de Outubro e os boatos tendenciosos. *Correio da Manhã*, p.2, 7/1/1934. UMA AGREMIAÇÃO revolucionária que se dissolve: a decisão hontem adoptada, em assembléa geral, pelo “Club 3 de Outubro”. *Correio da Manhã*, p. 3, 18/4/1935.

4.1.2 “A bandeira da rebeldia, da sublime rebeldia” como passado, presente e futuro da “Revolução”

Na elaboração e transmissão das culturas políticas – partindo de perspectivas de sociedade ideal –, imagens e versões do passado são mobilizadas para funcionarem como referências ou reservas de valores normativos orientadores e legitimadores de ações no presente, que vislumbram transformações no futuro (Berstein, 2009, p. 34). É assim que eventos, textos, discursos, imagens e personagens são apresentados como modelos ou caricaturas revestidos de caráter exemplar. Não à toa, no Clube, além da celebração de datas como os “5 de Julho”, e até mesmo o “24 de outubro”, também eram recorrentes as homenagens aos “heróis revolucionários”, alguns deles ainda vivos e atuantes na entidade, relembrando seu legado e sua luta contra o regime anterior¹⁷⁴.

Em maio de 1932, o grêmio encomendou uma missa por ocasião do segundo aniversário de morte de Siqueira Campos e outra, de sétimo dia, para Aníbal Benévolo¹⁷⁵. Siqueira Campos foi um nome de peso no Tenentismo, pois havia participado do levante do Forte de Copacabana, em 1922, tendo sobrevivido ao episódio dos “18 do Forte”. Em 1924, deixou o exílio na Argentina para articular o movimento no sul do Brasil e, posteriormente, seguiu atuante na Coluna Prestes. A partir de 1929, deixou novamente o exílio para articular a “Revolução”. Em uma das viagens ao Brasil, o avião em que estava, junto com João Alberto, caiu, vitimando-o, em 10 de maio de 1930 (Laclette, 2001a, s.p). Já Benévolo havia liderado colunas de revoltosos no Sul, em 1924, ao lado de Juarez Távora e do próprio Siqueira Campos.

Em julho de 1933, inaugurou-se na sede do Clube 3 de Outubro os retratos de Joaquim Távora e Flodorval Xavier Leal, ambos mortos em combate nos anos 1920. A respeito da cerimônia, aberta pelo vice-presidente do Clube, Epaminondas Santos – e que contou com a presença de Juarez Távora na mesa, irmão de Joaquim –, convém destacar os discursos do primeiro e do segundo secretário, Augusto Cordeiro de Melo e Rodolfo Pinto da Mota Lima, respectivamente. Ambos refletiram sobre o sacrifício da vida dos dois militares celebrados e a

¹⁷⁴ CINCO de julho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 6/7/1933. O jornal noticia sessão solene no Clube 3 de Outubro em comemoração aos 5 de Julho e publica discurso na íntegra do presidente do Clube, Gustavo Cordeiro de Farias. AS COMEMORAÇÕES DO 24 DE OUTUBRO: houve, á noite, sessão cívica no Club 3 de Outubro, presidida pelo general Góes Monteiro (...). *Correio da Manhã*, p.3, 25/10/1933. O jornal disponibiliza o discurso completo de Álvaro Fróes da Fonseca, secretário geral da agremiação na época.

¹⁷⁵ O 2º ANIVERSARIO da morte de Siqueira Campos. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 8/5/1932. MISSAS. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 8/5/1932.

responsabilidade daqueles que se identificavam como “revolucionários”, e se organizavam na instituição, em honrar essas mortes:

Como acontecia então, agora, mais do que nunca os **seus exemplos nos devem guiar** pela senda que eles haviam traçado e por onde infelizmente não puderam conduzir-nos. [...] Eles nos ensinaram, **com seu exemplo**, a não recuar nem diante da morte, e tombaram crentes em que **seus sacrifícios nos fariam continuadores**.¹⁷⁶

Foi possível notar que, a partir de 1933, se tornou recorrente a inauguração de retratos na sede do Clube 3 de Outubro (Figura 4). Tratava-se de uma “galeria de heróis” ou, como definiu Gustavo Cordeiro de Farias, uma “galeria dos **nossos mortos** da Revolução”¹⁷⁷. As imagens, envoltas na bandeira nacional, eram descerradas em cerimônias que contavam com a presença de sócios, amigos, esposas e familiares dos homenageados. Alguns dos nomes celebrados foram Siqueira Campos, Djalma Dutra, Xavier Brito e os “18 do Forte”, por exemplo (Figura 5)¹⁷⁸.

¹⁷⁶ O ANIVERSARIO da morte do major Joaquim Tavora: como o Clube 3 de Outubro comemorou homenageando também a memória do cadete Xavier Leal. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 20/7/1933, grifo nosso.

¹⁷⁷ Discurso de Gustavo de Cordeiro de Farias, publicado na íntegra pelo *Correio da Manhã*, por ocasião da inauguração do retrato do capitão Djalma Dutra. DJALMA Dutra: como o Club 3 de Outubro comemorou a passagem do terceiro aniversário da morte desse revolucionário. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 14/10/1933, grifo nosso.

¹⁷⁸ EM MEMORIA de Siqueira Campos. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 11/5/1933. O ANIVERSARIO da morte do general Xavier de Brito: como o Club 3 de Outubro homenageou a memória desse soldado da Revolução. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 3/4/1934.

Figura 4 - Imagem da inauguração de um retrato na “galeria dos heróis” do Clube 3 de Outubro, provavelmente em 1933



À esquerda os líderes do grupo, entre os quais foi possível identificar Juarez Távora (o terceiro da esquerda para a direita). Atrás deles uma bandeira do Brasil afixada na parede e outra cobrindo um dos retratos. Nota-se, também, duas mulheres na primeira fileira. Era comum que estivessem presentes nessas homenagens e fossem elas, principalmente as viúvas, as responsáveis por apresentar as imagens dos seus cônjuges, descobrindo-as. Fonte: CPDOC – CO foto 002.

Reforçando e, talvez, procurando ampliar o impacto simbólico dessas celebrações do Clube 3 de Outubro, o *Correio da Manhã* propôs à diretoria do grêmio que, durante as comemorações dos dois “5 de julho” em 1933, fossem inaugurados também os retratos de três mulheres na sua sede social, pois seriam “nomes que estão intimamente ligados a todos os movimentos brasileiros desde 1922 e que merecem a veneração [...]”. Tratavam-se Genny Gomes, mãe de Eduardo Gomes; Daria Boccia, esposa de Rafael Boccia; e Sinhá Linhares. A proposta teria sido “unanimemente acolhida” pelos sócios. Contudo, dizendo atender um pedido de Genny Gomes, para que a inauguração do seu retrato não constasse nas comemorações em 5 de julho, o “Grande Conselho” do Clube decidiu suspender os retratos das outras duas mulheres. Para todas elas ficou a fala de Eustáquio Alves, “incumbido de fazer o elogio da mulher revolucionária [...]”, que não foi reproduzida pelo *Correio da*

*Manhã*¹⁷⁹. À mulher não coube nenhum protagonismo nessa organização, como já foi demonstrado no Capítulo 1.

Nessas ocasiões, os oradores do Clube procuravam exaltar a experiência das revoltas, a desobediência à hierarquia em nome da (re)construção da República, a perseguição imposta pelo Governo Federal, as prisões, as torturas e o exílio sofridos pelos “revolucionários” da década de 1920. Segundo Álvaro Fróes da Fonseca – médico, professor de antropologia física no Museu Nacional do Rio de Janeiro e secretário geral do Clube 3 de Outubro –, agindo sob a opressão, em uma “cruzada revolucionária pela verdadeira independência do Brasil”, “a prisão, a tortura e a morte...” aguardava os revoltosos¹⁸⁰. Em outra oportunidade, Ari Parreiras destacou que, diferente do que pensavam os “políticos profissionais”, os quais apostaram em tripudiar, reprimir e tentar sufocar os “anseios de renovação”, a “falange revolucionária [...] frágil pelo número, mas forte pela tenacidade e firmeza de seus orientadores, soube manter bem alto, desfraldada ao vento, a **bandeira da rebeldia, da sublime rebeldia**, sim, que empolga as almas fortes dos idealistas [...]”¹⁸¹. Parreiras era oficial da Marinha e interventor do estado do Rio de Janeiro, desde dezembro de 1931. Em 1924, participou da “Conspiração Protógenes” e, por isso, acabou preso. Já livre, foi figura ativa nas ações armadas em 1930. No Clube 3 de Outubro, ocupou a “Comissão de Sindicância” e o “Conselho Deliberativo” (Carvalho, 1975, p. 16; Pechman, 2001a, s. p.)¹⁸².

¹⁷⁹ UMA PROPOSTA para as comemorações próximas dos dois 5 de julho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 16/6/1933. CLUB 3 de Outubro: na sessão de ontem o major Juarez Tavora fez a sua exposição sobre as reformas no Ministério da Agricultura. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 17/6/1933. CINCO de julho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 7, 6/7/1933.

¹⁸⁰ REMEMORANDO o assalto ao 3º. Regimento: as solenidades levadas a efeito pelo Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 3/5/1933.

¹⁸¹ CINCO DE JULHO: a sessão solene do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 6/7/1933, grifo nosso.

¹⁸² CLUB 3 de Outubro: a eleição dos corpos dirigentes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 16/2/1932. A “Conspiração Protógenes” foi articulada no Rio de Janeiro pelo comandante Protógenes Guimarães, com o objetivo de oferecer apoio pelo mar aos revoltosos que haviam partido de São Paulo. Contudo, a polícia carioca impediu o intento, prendendo os líderes (PECHMAN, 2001a, s.p.).

Figura 5 - Imagem de outra cerimônia na sede do Clube 3 de Outubro, data provável 1933



Chama atenção, acima dos líderes na mesa, ao centro, o retrato dos “18 do Forte”. A icônica fotografia de Zenóbio Rodrigues do Couto, conhecida como “*Marcha da Morte*”, teria sido publicada na edição de 15 de Julho de 1922 na revista *O Malho*. Mas o periódico foi apreendido pelo governo, na época, motivo pelo qual não há exemplar dessa edição na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Fontes: CPDOC – CO foto 003; ZENÓBIO Rodrigues do Couto. Série “1922 – Hoje, há 100 anos – A Revolta do Forte de Copacabana. Disponível em: < <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?tag=zenobio-rodrigues-do-couto>>. Acesso em dez. de 2022.

Finalmente, o papel central desempenhado por essas comemorações e rituais parece claro: resgatar a trajetória “militar-rebelde”, de que fala Aragão (2012), ligando o caráter exemplar que davam aos feitos dos “tenentes” às posições tomadas pelo grêmio e seus sócios, estabelecendo, com isso, uma versão do passado que autorizava a projeção de alguma autoridade dessa coletividade – do Clube – sobre o presente e o futuro da “Revolução”. É o que pode se inferir do que disse Gustavo Cordeiro de Farias, neste exemplo:

As homenagens que se prestam a homens desse valor longe de realçarem individualidades que nos corações revolucionários já imortalizaram, – (sic) servem-nos de incentivo para que não deixemos essa obra grandiosa fracassar. Mas não!
Por eles, mais do que por nós a revolução tem que ser vitoriosa.¹⁸³

¹⁸³ Discurso de Gustavo de Cordeiro de Farias, publicado na íntegra pelo *Correio da Manhã*, por ocasião da inauguração do retrato do capitão Djalma Dutra. DJALMA Dutra: como o Club 3 de

Pedro Ernesto, que discursou para sócios e operários em manifestação pública em Petrópolis, em março de 1932, promovida pelo Clube 3 de Outubro da cidade, reforçou que as “verdadeiras aspirações nacionais” residiriam nos ideais defendidos no programa do Clube, porque ali se reuniriam “os elementos verdadeiramente revolucionários”:

[...] o povo representado em todas as suas esferas já compreendeu que os ideais revolucionários são os princípios verdadeiros que consubstanciam as aspirações nacionais.

A agremiação que armana (sic) os elementos verdadeiramente revolucionários é ‘Clube 3 de Outubro’[...] somos irmãos ligados por um ideal sagrado, que é a grandeza do Brasil, obtida pela realização dos princípios sociais-econômicos do nosso programa.”¹⁸⁴

No final de junho de 1932, por conta do acirramento das pressões pela reconstitucionalização, o grupo é ainda mais explícito. Em comunicado publicado pela “Comissão de Imprensa”, com o título “De pé e unidos contra o parasitismo político”, apelou-se aos acadêmicos, proletários, industriais e comerciantes que vissem no Clube os “verdadeiros revolucionários”: “uni-vos à mocidade heroica da epopeia de Copacabana, dos 5 de Julho, de Catanduvas e da invicta Coluna da Esperança. Estes nunca vos mentirão!”¹⁸⁵.

Essa percepção continuou sendo defendida e reforçada pela diretoria até a dissolução da entidade, mesmo já tendo sofrido com o afastamento e com a saída de nomes importantes que estiveram na sua fundação, como Pedro Ernesto, Augusto do Amaral Peixoto, Góis Monteiro e Osvaldo Aranha. Em nota publicada por ocasião da assembleia geral que votou o encerramento das suas atividades, dizia-se: “Sendo o Clube, como órgão revolucionário expressão do movimento armado de 1930, teve em seu seio desde a sua fundação elementos que se levaram à luta por um ideal que a Revolução prometia realizar [...]”¹⁸⁶ Por isso que seus sócios, mesmo com o fim da organização, continuariam cultivando “o ideal outubrista, com a mesma fé cívica colhida nos exemplos de sacrifícios dos que tombaram na campanha

Outubro comemorou a passagem do terceiro aniversário da morte desse revolucionário. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 14/10/1933.

¹⁸⁴ UMA MANIFESTAÇÃO ao interventor do Distrito Federal. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 13/3/1932.

¹⁸⁵ DE PÉ e unidos contra o parasitismo político: um novo comunicado do “Club 3 de Outubro”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 25/6/1932.

¹⁸⁶ UMA AGREMIÇÃO revolucionária que se dissolve. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 18/4/1935. Nessa notícia encontra-se uma nota do Clube 3 de Outubro, da qual foi retirado o trecho, expondo, em tom de denúncia, os motivos da sua dissolução.

revolucionária pelo ideal de regeneração da pátria brasileira”¹⁸⁷. Por outro lado, como sua antítese, seus opositores, os “políticos profissionais” eram resumidos ao que havia de pior do regime precedente: uma atuação facciosa em nome dos interesses privados representados pelos partidos políticos.

O Clube 3 de Outubro, por advogar que reunia na sua organização os “verdadeiros revolucionários”, alguns dos “heróis” ou os herdeiros dos “mártires” e mitos das “epopeias de 5 de Julho” e do “movimento armado de 1930”, procurava se reafirmar como um órgão central para a “Revolução Brasileira”. A organização não só teve uma maioria de militares entre seus líderes, muitos deles ligados aos movimentos revoltosos de 1920, como também reivindicou para si a identidade “militar-rebelde” (Aragão, 2012) construída nessa década.

Segundo Isabel Aragão, os “tenentes”, além de uma socialização profissional, adquirida na Escola Militar do Realengo e nos quartéis – que, entre outras coisas, os impregnava com a ideia de que seriam os tutores do regime republicano –, constituíram coletivamente uma experiência rebelde, que envolveu a desobediência à hierarquia, a luta armada, o enfrentamento de processos judiciais, a expulsão da caserna, a prisão, a tortura, o exílio, a prática conspiratória e a luta pela anistia (Aragão, 2012, p. 111-327). Seus “heróis” foram aqueles apresentados nas Forças Armadas como referências na fundação da República, os quais acabaram inspirando e justificando a sua rebeldia, diante suposta degeneração das instituições promovida pela “política profissional” dos civis (Aragão, 2012, p.84-88).

O que se nota é que a organização disciplinar do Clube 3 de Outubro e seu empenho na construção de sua autoridade simbólica também ressignificavam práticas militares já operadas pelos rebeldes nos anos 1920, então atualizadas para o contexto do pós-1930. A partir de 1931, os sócios do grêmio celebraram a rebeldia dos “tenentes” – os novos “heróis” – como início de uma “Revolução”, sobre a qual teriam a obrigação de garantir o triunfo, em prol do “resgate” dessa mesma República. Em outras palavras, enquanto nos anos 1920 os jovens militares como Napoleão de Alencastro, Juarez Távora, Isidoro Dias Lopes, Carlos Saldanha da Gama Chevalier se apresentavam – em seus depoimentos, manifestos e cartas – como herdeiros do legado de Deodoro, Floriano e Benjamin Constant; no pós-1930, alguns destes mesmos “tenentes”, como o próprio Távora e Augusto do Amaral Peixoto, outros civis, como Álvaro Frões da Fonseca e Abelardo Marinho, e mesmo antigos inimigos, como Góis Monteiro e Osvaldo Aranha, todos sob a organização do Clube, se colocaram e/ou foram

¹⁸⁷ UMA AGREMIÇÃO revolucionária que se dissolve. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 18/4/1935.

colocados como parte da obra dos “18 do forte”, dos combatentes dos “5 de Julho” e da “Coluna Prestes”.

A sociabilidade no grêmio, além dos aspectos formais e organizacionais, oferecia aos seus membros uma dimensão relacional, que reforçava e (re)produzia relações de confiança baseadas em uma visão comum de passado, desejos de futuro e valores compartilhados, que impactavam nas decisões tomadas por estes sujeitos, sejam elas políticas ou não (Quirós, 2007, p. 99). Por exemplo, foi se ancorando na identidade “militar-rebelde” (Aragão, 2012) e no valor da “justiça”, que os “tenentes” diziam defender na “Revolução”, que Américo Silvado pediu a Juarez Távora que garantisse, junto a Getúlio Vargas, a promoção do Capitão de Mar e Guerra Pedro Vieira de Melo Pina ao posto de Contra-Almirante:

[...] ousou me dirigir a vós **em nome dos princípios de justiça** que são aqueles que mais justificavam a Revolução, que se veio processando **desde 1922**, para que o Governo da República não cometa a injustiça de preterir um companheiro, que, além de ter **serviços à causa revolucionária** e de haver também sofrido por sua opinião à (sic) ela favorável, é o número um do quadro a que pertence.
[...] termino ao vosso dispor e **me assino como companheiro, desde o primeiro 5 de Julho**.¹⁸⁸

Com argumentos semelhantes aos de Américo Silvado, os sócios do Clube 3 de Outubro pediram ao Ministro da Viação, José Américo, que garantisse o arrendamento de um “ponto”, para um “botequim”, na Estação Pedro II, da Central do Brasil, para Rafael Boccia. Ao atender o pedido de seus colegas de agremiação, José Américo foi denunciado pela oposição ao governo, sendo investigado pela “Comissão de Correição Administrativa”¹⁸⁹. Mesmo assim, membros destacados, como Temístocles Cavalcanti, Delso Mendes da Fonseca, Carlos Chevalier e o próprio Clube, defenderam o ministro e sustentaram o pedido, justificando que deviam “devotados préstimos” para Boccia, por ter sido figura importante

¹⁸⁸ CPDOC-JT dpf 1930.12.08, folha 79, grifos nossos. Ainda que o Almirante Américo Silvado tenha recorrido ao peso da identidade “militar-rebelde” (ARAGÃO, 2012) em sua carta, não foi possível encontrar informações sobre seu envolvimento nas ações “tenentistas”, tampouco algum indício de filiação ao Clube 3 de Outubro. Contudo, sabe-se que o Almirante presidiu a comissão do Clube Militar que apontou como verdadeiras as “Cartas Falsas”, em dezembro de 1921. Na ocasião, discursou quanto ao papel histórico que teriam as “classes armadas” de proclamar e consolidar a República, bem como de amparar a “nação”, salvar suas instituições e corrigir seus costumes (MACEDO, 2015, p. 147-148). Também não foi possível encontrar informações a respeito do oficial da Marinha Pedro Vieira de Melo Pina.

¹⁸⁹ UMA TEMPESTADE em copo de agua: o ministro José Americo dirige-se à Comissão de Correição administrativa para que se apure o “caso” do compartimento arrendado na Estação Pedro II. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1,3, 21/11/1931. A COMISSÃO DE CORREIÇÃO: o caso Raphael Boccia. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 24/11/1931. DUAS CARTAS recebidas pelo Sr. José Américo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 26/11/1931.

para a “causa revolucionária”, em nome da qual teria feito enormes sacrifícios. Chevalier recorreu à autoridade do Clube e à memória de “tenentes” mortos para reforçar seus argumentos em carta a José Américo:

Fazendo minhas as palavras dos meus colegas e amigos associados do Clube três (sic) de Outubro tenha (sic) a acrescentar que tanto eu como os meus falecidos camaradas Hugo Bezerra e Jansen de Mello, (sic) tivemos sempre no modesto e honrado lar de Rafael Boccia, um ponto seguro de refúgio e absoluto bem-estar, consoante o conforto maternal que sempre nos dispensou sua virtuosa esposa.¹⁹⁰

Rafael, ou Raffaele Boccia, era um dos 6 estrangeiros entre os sócios do Clube 3 de Outubro. O comerciante italiano, de Roma, tinha grande prestígio entre os “revolucionários”, pois havia atuado principalmente como motorista durante as revoltas militares, além de abrigar furtivos, munições e armas em sua residência, junto com sua esposa. Na sua ficha, no campo de “testemunhas” da sua atividade “revolucionária”, Boccia escolheu os nomes de Pedro Ernesto e Delso Mendes da Fonseca¹⁹¹.

Na “Comissão de Correição Administrativa” o processo foi relatado por Ari Parreiras, que decidiu pelo seu arquivamento, argumentando em torno da autoridade moral de José Américo e dos serviços que Boccia teria prestado à “Revolução”: “O conceito em que é tido, aliás, muito justamente, o ministro José Américo de Almeida e os serviços que de fato foram prestados pelo sr. Rafael Boccia à causa da Revolução durante muitos anos, dispensam de qualquer análise este processo.”¹⁹² Quanto ao “botequim”, ele foi finalmente inaugurado, em dezembro de 1931, com a presença “tenentes”, Newton Estilac Leal e Filinto Müller, que representaram o ministro da Guerra; além do representante de Pedro Ernesto, seu oficial de gabinete na interventoria do DF, o médico Souza Aguiar. Não por acaso, o estabelecimento recebeu o nome “Caldo de Cana e Bomboniere ‘5 de Julho’”¹⁹³.

Diferente de todos os autores mencionados nesta tese, Sergio Murillo Pinto afirma que não há argumentos consistentes na historiografia que justifiquem o prolongamento da

¹⁹⁰ Duas cartas enviadas por Delso Fonseca e por Carlos Chevalier, para José Américo, foram publicadas na íntegra pelo *Correio da Manhã*. Ver DUAS CARTAS recebidas pelo Sr. José Américo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 26/11/1931.

¹⁹¹ A este respeito ver UMA TEMPESTADE em copo de agua. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.1, 21/11/1931; DUAS CARTAS recebidas pelo Sr. José Américo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 26/11/1931; CPDOC-CO d Fichas de Inscrição, número 162.

¹⁹² COMISSÃO de Correição Administrativa: As decisões da comissão. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 16/12/1931. O jornal publica cópia da decisão da “Comissão de Correição Administrativa”, escrita por Ari Parreiras e enviada a José Américo. Ver A SOLUÇÃO do Raphael Boccia. *Correio da Manhã*, p. 2, 17/12/1931.

¹⁹³ CALDO de cana “5 de Julho”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 12/12/1931.

cronologia do Tenentismo para o pós-1930. Pois, para o autor, desde o afastamento de Luiz Carlos Prestes, em maio de 1930, alguns “tenentes” teriam renunciado ao caráter militar e autônomo que caracterizaria o movimento para se sujeitarem aos interesses das oligarquias dissidentes da *Aliança Liberal*, tendo assim permanecido depois da instauração do Governo Provisório (Pinto, 2016, p. 169-178). Por isso, o Clube não seria uma expressão do Tenentismo, mas apenas uma organização que contava com a presença de alguns destacados “tenentes”.

Ora, ainda que as ações de 1922 tenham sido mais restritas aos jovens oficiais e os levantes de 1924 e a Coluna Prestes tenham, por sua vez, contado com expressiva colaboração e participação de civis, eles permaneceram sob comando de militares profissionais, a maior parte do Exército. Relembrando o que demonstrou Maria Clara Spada Castro, embora a participação dos civis na rebelião os tenha colocado como o maior grupo entre os indiciados nas investigações da rebelião de 1924, em São Paulo, a maioria de condenados pelo Supremo Tribunal Federal foram militares de alta e média patente e, entre eles, os tenentes foram a maioria entre os considerados os “cabeças” – os autores intelectuais e condutores dos planos (Castro, 2022, p. 37-38). Quanto à Coluna, Anita Prestes (1997, p. 300-313) foi explícita ao constatar que, mesmo que tenha sido constituída por uma maioria de civis pobres, incorporados ao longo da sua marcha, o seu comando permaneceria nas mãos da “jovem oficialidade revolucionária”.

Tendo em vista estes casos, é evidente que a experiência “militar-rebelde” permitiu ligações, acordos e contatos com civis, até mesmo estrangeiros – incluindo operários, jornalistas, estudantes, funcionários públicos, advogados e políticos de oposição ao *establishment* da Primeira República –, o que não se deu, necessariamente, em prejuízo da condução do movimento pelos “tenentes” (Aragão, 2012, p.193; Castro, 2022, p. 52-61; Corrêa, 1976, 157-165)¹⁹⁴. E mesmo que na “Revolução de 1930” a “jovem oficialidade revolucionária” tenha sido abalada com a recusa da participação de Luiz Carlos Prestes, e

¹⁹⁴ Os estrangeiros, como Rafael Boccia, que no Clube 3 de Outubro não eram tão representativos, tiveram relativo destaque no 5 de julho de 1924, em São Paulo. Por ocasião dos combates, chegaram a formar os “batalhões estrangeiros”, organizados por nacionalidades específicas: o Alemão, o Húngaro e o Italiano (CORRÊA, 1976, p. 161-162; PRESTES, 1997, p. 102). De acordo com Castro (2022, p. 198-206), os estrangeiros, que já sofriam com uma estrutura repressiva e persecutória da Justiça e da polícia, que prendia e deportava os elementos “indesejados”, entraram para as fileiras do movimento mais pela possibilidade de sobrevivência do que pela defesa de alguma posição política específica. Elementos recém-chegados da Europa, tinham pouca ou nenhuma posição em relação às críticas e propostas feitas pelo Movimento Tenentista. Todavia, expostos ao desemprego e à fome, muitos deles com experiência militar, provavelmente adquirida na Primeira Guerra Mundial, decidiram se alistar pelo soldo, pela perspectiva de abrigo e por promessas de recompensa, como o acesso à uma porção de terra, no caso de vitória do movimento.

tenha, de fato, atuado sob o comando de Góis Monteiro, durante a luta armada; em maio de 1931, parte importante dela já havia se reagrupado formalmente em torno do Clube 3 de Outubro, o qual dirigiria até o fim.

Os fardados não só eram a maioria no comando da entidade, com um número significativo deles ostentando a experiência das revoltas dos anos 1920, como também – a despeito dos sócios majoritariamente civis de classe média – reivindicavam para si e impunham, àqueles aliados que agregavam, a identidade “militar-rebelde” (Aragão, 2012). Nos primeiros anos do Governo Provisório, partindo da visão tutelar que os “tenentes” ostentavam, em relação à República, à Constituição e aos civis, se colocaram como continuadores de um processo “revolucionário” iniciado em 1922. Assim, elaboraram um programa que complexificava tais leituras sobre a República e desenvolvia algumas propostas de transformação do Estado brasileiro, influenciados pelo nacionalismo autoritário de Alberto Torres e Oliveira Vianna – algo já presente, de forma embrionária, nos discursos e propostas apresentadas pelo Tenentismo, pelo menos desde o “5 de Julho” de 1924 (Macedo, 2015).

De acordo com Fabrícia Carla Viviani, o *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, do Clube 3 de Outubro, seria “a maior expressão da identidade coletiva tenentista”, por conter “uma aglomeração de várias questões” discutidas pelo movimento desde a década anterior, porém em níveis mais elevados de “elaboração e de consistência programática” (Viviani, 2009, p. 166-167). Pelo que foi visto até aqui, neste trabalho, é possível complexificar esse raciocínio e apontar que essa identidade dos outubristas com o Movimento Tenentista ganhou novas dimensões dadas pelo contexto histórico do pós-30. Em outras palavras, pode-se afirmar que o Clube é, pelo menos, um novo momento do Tenentismo que, uma vez contando com muitos de seus membros no poder, disputando os destinos governo, precisou aprofundar sua compreensão do país, definir mais claramente suas propostas para o futuro e desenvolver novas maneiras de se organizar e agir, que nem sempre passavam pelo uso da força. A celebrada identidade militar-rebelde teve que conviver com as necessidades de um grupo que pretendia, a partir de então, ser da situação e não mais da oposição, como havia se constituído o movimento ao longo de toda a década de 1920. Essa nova realidade, inclusive, acabou se evidenciando como uma dicotomia que sustentará um racha no grupo, entre programáticos e pragmáticos, especialmente após a “Revolução Constitucionalista de 1932”.

Foi em nome das propostas, as quais orientaram o programa construído que, basicamente, os outubristas defenderam prolongamento do período discricionário do Governo Provisório, colidindo com os interesses de aliados aliancistas de outrora – os gaúchos e parte

da elite paulista –; trabalharam pela inclusão da representação classista na lei eleitoral; apelaram à violência empastelando jornais de tendência liberal e federalista, como o *Diário Carioca*; pressionaram diretamente parlamentares para que os representassem na Constituinte; romperam com Vargas e apoiaram Góis Monteiro nas eleições para presidente, em 1934; e, por fim, terminaram se isolando a ponto do grêmio ser esvaziado e extinto em 1935.

4.2 O NACIONALISMO AUTORITÁRIO NO CLUBE 3 DE OUTUBRO

4.2.1 O Tenentismo nos anos 1920 e sua relação com uma emergente cultura política nacionalista autoritária

Mais uma vez relembro Serge Berstein (2009, p. 40): uma cultura política não morre. Caso seu conjunto de referentes, suas visões de Estado e de organização social se mostrem inadequados para representações majoritárias das populações, elas podem se tornar menos interessantes, podem ser marginalizadas, perder características marcantes ou até se combinar com outras. De outro modo, as culturas políticas surgem como respostas a problemas fundamentais e grandes crises enfrentadas por uma sociedade, em determinado momento. Porque aparecem como novidade, suas soluções precisam apresentar fundamento o suficiente para se inscreverem na duração através de seus múltiplos vetores: família, escola, associações, sindicatos, partidos políticos, grupos de intelectuais, periódicos, livros etc. (Berstein, 1998, p. 355-356; 2009, p. 37-41).

Seja enquanto alunos, que se formavam na Escola Militar do Realengo, no final dos anos 1910, seja enquanto “tenentes”, que seguiam na luta, na década seguinte, os militares discutiam política em suas reuniões, frequentavam ligas e associações, compartilhavam livros e textos, os quais propunham explicações para as frustrações com o regime, saídas para a crise e para os obstáculos diagnosticados (Capella, 1985, p. 70-74; Forjaz, 1988, p. 43-64; Roesler, 2015, p. 151-153). Nas palavras de Rafael Roesler (2015, p. 154), disseminava-se “um leque de possibilidades de representações e de produção de sentido para os fenômenos que mobilizavam os agentes”. E como já foi demonstrado, em detalhes, ao longo do Capítulo 2, os intelectuais do mundo civil gozavam de bastante influência nesse momento, publicizando suas reflexões, que funcionavam como base para a defesa de seus projetos políticos reformistas e “modernizantes”.

Além das motivações que envolviam problemas acerca da caserna, os “tenentes” presenciavam e participavam do debate brasileiro quando o Liberalismo era cada vez mais

questionado, enquanto base filosófico-doutrinária orientadora do modelo político vigente e do tipo de sociedade almejada. No 5 de julho de 1922, levantaram-se em desagravo ao que consideravam como ofensas do poder civil à honra das Forças Armadas. Todavia, mobilizando o universo semântico da época, mostraram-se orientados pela certeza de serem a reserva patriótica do país, os patronos da República e os únicos tecnicamente capacitados para barrar, à força, as ameaças aos “elevados interesses nacionais” provocadas pelos “servilismos partidários”, pelos “privatismos” e “localismos” manobrados pelos “políticos profissionais” (Macedo, 2015, p. 148-156; Roesler, 2015, p. 149-151). No 5 de Julho de 1924, já expuseram leituras críticas um pouco mais desenvolvidas a respeito da política e sociedade, além de propostas de mudança mais concretas, que apontavam para uma aproximação com a emergente cultura política nacionalista autoritária, impulsionada a partir dos trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna (Fausto, 1983, p. 67-82; Macedo, 2015, p.164-186). Na Coluna Prestes, os “Boletins” lançados para esclarecer as populações e angariar apoio não se distanciaram significativamente do que foi feito em São Paulo, atacando as oligarquias locais como responsáveis pela “deturpação da República”. No entanto, o contato mais prolongado com os habitantes do interior deu espaço à preocupação com “a miséria material e cultural” do “povo brasileiro”, vista como meio para a sua manipulação pelos governos. “Em 1924, algumas nuances apontam no horizonte do pensamento dos revoltosos, adquirindo fortes doses de realismo com a Coluna, definindo-se a partir de 1928 e desembocando no processo pós-30” (Viviani, 2009, p.121-137).

Mesmo que não se possa falar da existência de uma “doutrinação” direta do nacionalismo autoritário sobre o movimento “militar-rebelde”, na década de 1920, era visível que o Tenentismo se constituía sob um “clima político-cultural”, cujo crescente apelo coletivista minava o espaço do individualismo liberal e suas formas social e institucional, tornando os revoltosos mais abertos a novas propostas e determinadas “fórmulas mentais”¹⁹⁵. Por isso, aqui vale uma digressão: os “tenentes” também tiveram revelada a sua “minuta do

¹⁹⁵ “Fórmula mental” no sentido que usaram Angela de Castro Gomes e Martha Abreu (2009, p. 1): “remete à ideia de um ‘hábito mental’ que, aprendido, conduz o pensamento sem maiores questionamentos”. De acordo com Serge Berstein, no caso das culturas políticas, elas são apreendidas pelos indivíduos durante sua formação intelectual, à medida em que os fatos e as experiências de vida são analisados, de forma reiterada, a partir das grades de leitura por elas propostas. Com a repetição, essa operação passa a acontecer por atalhos, o que de maneira nenhuma faz dela algo instintivo. Ocorre que, tendo uma vez se posicionado diante de determinada situação, o sujeito se vale primeiro da experiência adquirida para se comportar diante de novos fatos. Algo que denota uma interiorização das culturas políticas, uma forte adesão, que permite determinadas posições, visões e ações quase automáticas sobre certos acontecimentos. Aí residiria a força explicativa dessa categoria no comportamento político dos indivíduos (BERSTEIN, 1998, p. 360-361; 2009, p. 42-43).

golpe”, localizada no arquivo do general Isidoro Dias Lopes – comandante da rebelião em São Paulo –, após a retirada de suas tropas da capital paulista, no final de julho de 1924. O documento, mesmo apresentando o “movimento revolucionário” como defensor do “regime republicano democrático”, tinha entre suas propostas: que o comando do país fosse entregue a uma “Ditadura”, até que 60% dos cidadãos maiores de 21 anos fossem alfabetizados; uma vez atingida essa porcentagem, que fosse convocada uma “Constituinte”; que o Executivo do “governo revolucionário” fosse exercido por “uma junta de dois membros militares e um civil”; que o Legislativo fosse exercido pelo “Conselho Nacional”, composto de três membros para cada Ministério, sendo “dissolvido o Congresso Nacional”; que o Judiciário fosse exercido pelo Supremo Tribunal Federal, “organizado sobre novas bases”; e que a Constituinte contasse com representantes classistas¹⁹⁶.

Posteriormente, em carta enviada a *O Jornal*, em 1927, do exílio em Buenos Aires, Juarez Távora procurou justificar a proposta de “Ditadura” como uma opinião sua, algo conversado entre alguns poucos nomes, como Henrique Ricardo Holl e Granvile Lima, sobre o que a “coletividade revolucionária” não teria conhecimento. Seu objetivo com essa missiva, como é possível inferir a partir da sua própria declaração, era aliviar as acusações contra muitos de seus companheiros ainda presos e processados no Brasil:

A mim, que me considero fora de sua alçada, pouco importaria que os representantes do ministério público viessem pedir 10 ou 20 anos, como castigo do feio crime de ter querido opor, pela violência, um dique aos abusos dos governos que, pela força têm mutilado a Constituição. Lembro-me, porém, dos meus camaradas que estão presos e para cuja condenação, às penas de um crime que não cometeriam seria doloroso que viesse eu servir de pretexto – já nas portas de seu julgamento.¹⁹⁷

Porém, segundo o que reproduziu o general legalista Abílio de Noronha, em seu livro *Narrando a Verdade*, uma carta para negociar o fim da rebelião, que teria sido assinada por Isidoro Dias Lopes, em 17 de julho de 1924, exigia, entre outras coisas: a “Entrega imediata do Governo da União a um governo provisório composto de nomes reconhecida probidade e a confiança dos revolucionários. [...]”; além de explicitar: “O Governo Provisório convocará, quando julgar oportuno, uma *Constituinte* [...]” (Noronha, 1924, p. 86-87). Diante disso, Noronha recusou-se a cooperar, por compreender que tais condições representariam um golpe

¹⁹⁶ O “Plano elaborado pelos revolucionários” foi reproduzido na íntegra por Ana Maria Martinez Corrêa (1976, p. 52-53) e por Anita Prestes (1997, p. 404-405).

¹⁹⁷ DEFININDO responsabilidades: O capitão Juarez Távora reivindica para si, individualmente, a responsabilidade da idéia de ditadura no seio dos revolucionários. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 29/5/1927, p. 11.

na soberania nacional, pelo cerceamento do direito de livre escolha do presidente (Corrêa, 1976, p. 145).

No geral, pode-se dizer que alguns aspectos afeitos ao nacionalismo autoritário eram visíveis no Tenentismo, no início da década de 1920, mesmo que estivessem imiscuídos a sedimentadas perspectivas liberais, que seguiam perdendo espaço. Por exemplo, na própria “minuta do golpe”, a defesa da “democracia” se distanciava da noção de democracia liberal, ao admitir um golpe de Estado, exigir uma “ditadura”, conduzida por uma junta com dois militares e um civil, impor a dissolução do Congresso Nacional e propor uma Constituinte que contasse com representantes classistas¹⁹⁸. Tratava-se de posicionamentos que refletiam a trajetória de um movimento em transformação, que dialogava com outros setores sociais, como os intelectuais civis, durante um contexto de busca por alternativas ao modelo liberal de gestão da política e da sociedade (Fausto, 1983, p. 67-68; Forjaz, 1988, p. 66-67; Macedo, 2015, p. 165; Viviani, 2009, p. 138-140).

O aspecto ideológico, ou teórico-doutrinário, é apenas um dos elementos que compõem uma cultura política¹⁹⁹. Além da permanente crença, fundamentada na “memória institucional”, de que seriam os militares os detentores históricos da legitimidade de agir por vias armadas, diante de “perigos dissolventes da nação”²⁰⁰; os “tenentes” partiram de leituras do passado e do presente próximas às dos intelectuais autoritários, para justificar suas ações e embasar suas propostas. Afinal de contas, como defenderam Abreu e Gomes (2009, p. 3-5), o “pensamento autoritário” fundamentou seu antiliberalismo, destacando e identificando as

¹⁹⁸ A proposta de ditadura já havia sido considerada pelos militares conspiracionistas pelo menos uma vez, antes mesmo do marco inaugural do Tenentismo. Uma circular publicada pelo *O Estado de S. Paulo*, em 1º de fevereiro de 1922, com a assinatura de *O Exército*, deixava claro que um grupo de insurgentes na caserna não admitia a posse de Artur Bernardes como presidente eleito (MACEDO, 2015, p. 150-151). Como alternativa, propunham dar posse a Nilo Peçanha ou a um “ditador”: “Em 15 de novembro não haverá governo; tomaremos conta do Sr. Bernardes, vivo ou morto, e então daremos posse ao sr. Nilo ou proclamaremos um ditador.” Anita Prestes encontrou o mesmo documento datilografado no arquivo de Epitácio Pessoa, presidente na época, o que confirmaria que a conspiração se espalhava pelos quartéis (PRESTES, 1993, p. 73). O texto foi publicado na íntegra por Edgard Carone (1975, p. 23-24).

¹⁹⁹ Sobre a relação entre ideologia – como um conjunto de ideias orientadoras de projetos e ações políticas – e cultura política, esclarece Rodrigo Patto (2009, p. 28): “[...] é importante não resumir uma coisa à outra, e perceber que cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes).”

²⁰⁰ Segundo Isabel Aragão, a importância da “memória institucional” na formação militar, “construída por lembranças e esquecimentos (*sic*) deve-se ao fato de ser ela um instrumento capaz de manter acesa uma sequência de fatos históricos [por exemplo, a Proclamação da República], com ações que contêm valores cultivados pela instituição que emprestam legitimidade às ações de seus membros no presente. [...] Esses fatos podem ser mais ou menos verossímeis, o que não afetará a sua legitimidade, porque o que esta (*sic*) em jogo não é a fidedignidade ou não do acontecimento, mas o fim a que ele se destina [...]” (ARAGÃO, 2012, p. 84-85).

ações dos “políticos profissionais” e determinadas experiências do regime, principalmente no campo da representação político-parlamentar, como símbolos do fracasso da República “velha e oligárquica”.

Em suas manifestações, os militares revoltosos lamentavam que a República, uma vez entregue aos civis pelas “classes armadas”, tivesse se resumido a um regime em que os interesses gerais eram sobrepujados pelos interesses privados e pelos acordos de gabinete, os quais em nada contribuíam para a unificação e pacificação da nação. Tal qual os autoritários, elegiam aquela experiência republicana como uma grande decepção, em relação à expectativa de que nela se realizassem os governos dos mais capazes, em nome do bem comum. Ademais, demonstravam bastante preocupação com a manutenção da ordem social e, portanto, com a contenção das massas, que estaria ameaçada por tantos interesses divergentes em conflito. Além do apego a princípios e valores militares de ordem e hierarquia, que traziam dos quartéis e escolas militares, o próprio autoritarismo colocou a manutenção da hierarquia e da ordem como elemento fundamental para garantir a harmonia social (Macedo, 2020, p. 439; Stoppino, 1995). Em uma época em que esse tipo de discurso ganhou bastante apelo no debate público, foi algo comum entre os intelectuais autoritários e “tenentes” defender que as mudanças ocorressem de forma verticalizada, conduzidas por pequenos grupos ou elites moral, técnica e racionalmente preparados (Fausto, 1983, p. 65-66; Forjaz, 1988, p. 81-82; Macedo, 2015, p. 182-183). A diferença é que se os primeiros, desde anos 1910 e 1920, já apontavam o Liberalismo e suas instituições como causa dos problemas que vislumbravam, os “tenentes” ainda elegiam a incompetência dos bacharéis e a ação dos chefes políticos locais como os responsáveis.

Quanto às propostas, durante as revoltas, se geralmente os “tenentes” defendiam o que seria uma “real aplicação”, ou pelo menos uma reforma da Constituição liberal de 1891, que garantisse finalmente a “soberania das urnas”, também havia alguma convergência com o nacionalismo autoritário, como pano de fundo. Analisando essas proposições, em conjunto, é possível notar que compreendiam ser necessário a formação de um Estado gerido antes por critérios técnicos do que políticos, acima das pressões das múltiplas facções de poder. Isso permitiria certo unitarismo ou centralismo político, tornando o regime capaz de garantir, via Poder Judiciário, que as leis se fizessem igualmente cumpridas em todas as unidades da federação, sobrepondo o interesse nacional aos localismos e finalmente encaminhando a construção de uma sociedade mais equilibrada (Fausto, 1983, P. 63-64; Macedo, 2015, p. 179-180; 2020, p. 436-441).

Tal era o objetivo geral dos militares revoltosos, nem que para isso tivessem que dar um passo além, assumindo a necessidade de uma ditadura. O que se percebe é que a experiência vivida em quase uma década como “militares-rebeldes” (Aragão, 2012), a participação na “Revolução de 1930” e as subsequentes disputas pela agenda do Governo Provisório contribuíram para aproximar os “tenentes” do nacionalismo autoritário e deram mais complexidade e abrangência às propostas de reformas, que antes restritas ao universo jurídico-político, passaram a abarcar o âmbito social e econômico. Foi assim que dimensões da doutrina corporativista, que faziam parte da cultura política nacionalista autoritária, ganharam mais espaço nas formulações daquilo que defenderiam os “tenentes” e seus companheiros de Clube 3 de Outubro (Forjaz, 1988, p. 71-73; Viviani, 2009, p. 141-142). É o que se verá daqui em diante.

4.2.2 A “Velha República”, segundo o Clube 3 de Outubro

Enquanto Luiz Carlos Prestes, já alinhado às teses marxistas, se recusou a participar da “Revolução de 1930”, outros nomes do Tenentismo como Miguel Costa, Osvaldo Cordeiro de Farias, Frederico Cristiano Buys e João Alberto optaram por aderir. Sob o empenho intelectual e a ação política de Juarez Távora, se aproximaram ainda mais do nacionalismo autoritário, uma vez que sua preocupação era manter esses combatentes militares publicamente distantes de qualquer rótulo de comunistas e suficientemente organizados para não serem cooptados pelos interesses dos chefes oligarcas dissidentes aos quais haviam se aliado (Saes, 2011, p. 147-159; Viviani, 2009, p.141-147; Távora, 1974, p. 7). Na réplica ao conhecido “Manifesto de Maio” de Prestes, além de apontar como problemáticas as propostas do antigo aliado, Távora delineou o que seus companheiros deveriam perseguir como produto da “Revolução”, deixando claro sua referência teórica:

Creio, sim, no equilíbrio e excelência de um regime baseado na representação proporcional de todas as classes sociais, e erigido em regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos. [...] Tratemos, pois, de adaptá-lo [o regime] às nossas realidades – seguindo a diretriz já apontada por *Alberto Torres*, na sua *Organização Nacional*, ou por um caminho paralelo, que busque as novas tendências e necessidades do nosso povo e do nosso meio. (Távora, 1973, p. 353)²⁰¹

²⁰¹ Réplica de Juarez Távora ao manifesto de Luiz Carlos Prestes, de 31 de maio de 1930, ver Távora (1973, p. 349-354).

Em carta endereçada a Newton Estillac Leal e a Osvaldo Aranha, em agosto de 1930, é mais evidente ainda sua ansiedade para que definissem um programa, afastando, desde já, quaisquer “extremismos exóticos”, como o Marxismo, e “politiqueiros reacionários ou liberais”. Chama a atenção é que Távora apelou para que fosse redigido “um criterioso programa de reconstrução política, econômica e social”, escolhendo termos que reapareceriam no título do *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, do Clube 3 de Outubro. E então, mais uma vez, desde a “minuta do golpe”, trouxe a proposta de uma ditadura, desta vez civil: “[...] que esse programa seja nosso credo, a nossa bandeira, o nosso CHEFE; e a sua execução seja confiada a uma ditadura transitória de civis – até que se haja saneado o ambiente político e redigido uma reforma adequada da constituição [...]”²⁰². O que, não por acaso, mais adiante se tornaria a motivação central do Clube 3 de Outubro, pelo menos até a “Revolução Constitucionalista de 1932”.

Em 13 de setembro de 1930, o 1º Tenente Cristiano Buys endereçou carta a Getúlio Vargas, a fim de expor as posições dos “tenentes” da região Sul, ex-comandados de Luiz Carlos Prestes, a respeito da “questão social” e do “Manifesto de Maio”. A missiva começou negando, desde já, o caminho apontado por Prestes, que baseado em Marx e Engels, proporia o controle da sociedade pela “massa operária”. Ele e seus companheiros optariam pela solução “menos dolorosa e mais humana”, que teria dado origem ao Fascismo na Itália e que, no Brasil, poderia resolver a questão social, se criteriosamente conduzida e acomodada “aos imperativos do momento nacional”. Era uma eloquente alusão à doutrina corporativista que, embora não tenha sido literalmente citada, foi mencionada como aquela perspectiva de enfrentamento à “questão social” nascida ou “deduzida da Encíclica – De rerum novarum (sic) – de Leão XIII.”. Nos últimos parágrafos, Buys reclamou a construção de um Estado coordenador da harmonia social e dos interesses de classe: “Eduquemos, então, depois desta transformação social, o patriciado para que não explore e o proletariado para que não se deixe explorar, **reservando ao Estado o papel de regulador do equilíbrio das classes, dentro da Nação.**”²⁰³.

Frederico Cristiano Buys, nascido em Porto Alegre, em 1896, e filho do General Cristiano Frederico Buys, participou dos levantes em 5 de julho de 1922, no 1º Regimento de Infantaria, no Distrito Federal, quando acabou detido. Segundo ele próprio, prosseguiu participando de conspirações nos próximos anos, integrando mais tarde a “Revolução de

²⁰² CPDOC-JT dpf 1930.05.00, folha 51.

²⁰³ CPDOC-GV c 1930.09.13, carta de Frederico Cristiano Buys a Getúlio Vargas (?) apresentando o ponto de vista da maioria dos ex-adeptos de Luiz Carlos Prestes acerca da questão social e do “Manifesto de Maio”, Porto Alegre, 13/9/1930, grifo nosso.

1930²⁰⁴. Posteriormente, foi um dos fundadores do Clube 3 de Outubro, ocupou cargos na Comissão de Beneficência e no influente Conselho Deliberativo, ao lado de nomes como João Alberto, Cristóvão Barcelos, Ari Parreiras, Osvaldo Aranha e José Américo²⁰⁵.

Tendo o quadro acima em vista, pode-se afirmar que, pelo menos desde maio de 1930, a tendência liberal ainda presente no Movimento Tenentista, ao longo da década anterior, deu espaço à consolidação de um “tenentismo nacionalista”, autoritário e corporativista que se tornaria uma das principais forças do “movimento revolucionário” e passaria a integrar o poder durante Governo Provisório (Fausto, 1983, p. 77; Saes, 2011, p. 159; Silva, 2012, p. 335). Para Forjaz, os “tenentes” então caminhavam para reconstituir sua unidade, muito abalada desde o rompimento de Prestes e o falecimento de Siqueira Campos: “Nesse processo ocorreu certamente uma renovação de lideranças e uma reincorporação de tenentes e novas forças políticas ao movimento.” (Forjaz, 1988, p. 98).

Além dos próprios “tenentes” que já se aproximavam do nacionalismo autoritário, direta ou indiretamente, desde a década de 1920, no Clube 3 de Outubro havia intelectuais que tiveram suas próprias contribuições para o debate brasileiro, tendo entre suas referências justamente as reflexões pioneiras de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Por exemplo, Juarez Távora já havia lido, relido e talvez compartilhado suas coleções de Alberto Torres com outros “militares-rebeldes”, companheiros de degredo em Trindade, que se tornariam membros do Clube, como Roberto Carneiro de Mendonça, Odílio Denis e Ari Parreiras²⁰⁶.

²⁰⁴ CPDOC- CO d Fichas de Inscrição, número 16. Segundo informações do Exército, o Tenente Frederico Cristiano Buys tentou sublevar o 1º Regimento de Infantaria, em 1922, mas teria sido detido pelo comandante da unidade, o coronel Nestor Sezefredo dos Passos. A este respeito ver: REVOLUÇÃO de 1922. *Ministério da Defesa. Exército Brasileiro*. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1555045&_101_type=content&_101_urlTitle=revolucao-de-1922&_101_redirect=http%3A%2F%2Fwww.eb.mil.br%2Fexercito-brasileiro%3Fp_p_id%3D3%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dmaximized%26p_p_mode%3Dview%26_3_keywords%3Dcampo%2Bgrande%26_3_advancedSearch%3Dfalse%26_3_groupId%3D0%26_3_delta%3D20%26_3_assetTagNames%3Drepublica1%26_3_resetCur%3Dfalse%26_3_andOperator%3Dtrue%26_3_struts_action%3D%252Fsearch%252Fsearch&inheritRedirect=true>. Acesso em jan. de 2023.

²⁰⁵ Na sua ficha de filiação, no espaço reservado às assinaturas para aprovação pela Comissão de Sindicância, há somente escrito “fundador”, como acontece com outros sócios notórios da agremiação. Ver CPDOC- CO d Fichas de Inscrição, número 16. Sobre os cargos ocupados pelo militar do Exército ver Carvalho (1975, p. 16) e CLUB 3 de Outubro: a eleição dos seus corpos dirigentes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 16/2/1932.

²⁰⁶ Em suas memórias, Juarez Távora enumera alguns nomes que com ele, no mesmo navio, foram enviados para o degredo na Ilha da Trindade, em 1926, entre os quais estavam os citados Carneiro de Mendonça, Olindo Denis e Ari Parreiras (TÁVORA, 1973, p. 205-207). Ainda de acordo com Távora, na ilha, um dos passatempos era a leitura: “Os livros de uns passavam, sucessivamente, a todos,

Quanto aos intelectuais, já foi mencionado o trabalho de Alcides Gentil, que foi membro da Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros do grêmio²⁰⁷. Vale recordar que a primeira edição do seu livro, *As Ideias de Alberto Torres*, foi lançada no ano de maior atividade política e de maior crescimento de filiados do Clube, em 1932 (Gráfico 1 e Gráfico 3). O autor foi apontado por Oliveira Vianna como o “discípulo” mais fiel à “filosofia social e política” de Alberto Torres (Vianna, 1938, s.p.). Outro nome que vale à pena destacar é o de Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda.

O jurista Pontes de Miranda, como era conhecido, nasceu no início da Primeira República, em 1892, e se formou em Direito pela Faculdade de Recife, em 1911²⁰⁸. Entre os anos 1920 e 1930, foi um dos nomes importantes do constitucionalismo brasileiro e contribuiu para a consolidação da base teórica daquilo que Luis Rosenfield chamou de “pensamento constitucional autoritário, antiliberal e corporativista” – influente na Constituição de 1934, tendo seu ápice no Estado Novo (Rosenfield, 2021, p. 56-57). Nesse período, publicou o texto *Preliminares para a revisão constitucional*, na coletânea de Vicente Licínio Cardoso (1990), e produziu outros trabalhos como *Sistema de ciência positiva do direito*; *Anarquismo*, *Comunismo*, *socialismo*; *Os fundamentos atuais do Direito Constitucional* e *Os novos direitos do homem*. Aproximando-se bastante das formulações de Oliveira Vianna, apontou a existência de uma “pseudodemocracia” no Brasil, marcada pela distância entre as leis e a realidade, que tornavam pouco ou nada efetivos os partidos políticos e o sufrágio universal. Por isso, propunha como saída uma adesão do país “às modernas formas de corporativismo e sindicalismo”, que garantissem a representação das “reais correntes de modelação social”: as sociedades de classe e de profissões. Também como Vianna, apelou ao racismo, destacando a eugenia como ferramenta de “higienização e evolução arianizante” do povo brasileiro (Rosenfield, 2021, p. 126-128).

A atuação de Pontes de Miranda no Clube 3 de Outubro foi significativa, principalmente no ano de 1932, quando presidiu a comissão encarregada de recriar os estatutos e ocupou justamente a Comissão de Estudos Sindicais, enquanto era Juiz de Direito²⁰⁹. Em março desse mesmo ano, no contexto das repercussões do empastelamento do

quando sua leitura despertava interesse. Reli minhas coleções de Alberto Torres e Euclides da Cunha, além de vários volumes sobre a Revolução Francesa.” (TÁVORA, 1973, p. 212).

²⁰⁷ CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 16/2/1932.

²⁰⁸ ACADEMIA Brasileira de Letras. Francisco José Pontes de Miranda. *Biografia*. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/pontes-de-miranda/biografia>>. Acesso em abr. 2023.

²⁰⁹ CPDOC-CO d Fichas Inscrição, número 121; CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 16/2/1932; A APROVAÇÃO da lei organica do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.3, 2/2/1932.

Diário Carioca, o *Correio da Manhã* publicou uma declaração do jurista a respeito do grêmio, em que exprimiu opinião favorável à participação de militares na política e destacou sua lealdade e proximidade com o ideário da instituição. Um exemplo evidente da relação dialética entre o sujeito histórico, que atua para a construção de uma coletividade, a qual, por sua vez, exerce alguma influência sobre ele mesmo (Bulst, 2005, p. 58; Ferrari, 2010, p. 548). E, neste caso, tal relação parece ter sido forte, pois esse sócio colocou seu prestígio e notoriedade de intelectual e de Juiz de Direito à serviço da causa defendida pela instituição, enquanto esta era publicamente rechaçada pela participação de alguns de seus membros no episódio violento contra o *Diário Carioca*:

Pertenço ao Clube 3 de Outubro, porque verifiquei que lá está a fina flor do idealismo do Exército Nacional e da Marinha, cuja missão, em nosso país, não pode ser apenas a de defesa exterior.
Somente ao Clube eu podia pertencer porque é a agremiação cujas ideias se aproximam, ou, por vezes coincidem, com as que eu defendo desde mais de 20 anos.
[...]Não pertenço a qualquer outro núcleo ideológico, ou a qualquer partido, facção ou agrupamento.
[...] Dentro dele, com a minha lealdade de todos os momentos, sirvo à sua organização, como foco de ideias [...].
Espero do Clube alto papel na organização nacional e, sobretudo, na obra espiritual da Segunda República.²¹⁰

A despeito de o Clube 3 de Outubro ter escolhido se apresentar publicamente, na sua fundação, como uma sociedade beneficente para o auxílio dos “revolucionários” e suas famílias; internamente, suas principais motivações e posições a respeito da duração do período discricionário e da (re)estruturação do Estado brasileiro já estavam definidas e se mostrariam duradouras. Elas estariam na base do *Esboço do Programa (...)* e na *Síntese Outubrista*, orientando as ações da instituição e de seus membros durante suas duas fases, até a aprovação final do texto constitucional, em 1934. Rapidamente, seriam declaradas, defendidas e incrementadas através de ações pacíficas e até violentas, de discursos, manifestos, de notas para a imprensa e de entrevistas. Como se sabe, mesmo com a diversidade da sua composição, que tenha ensejado conflitos internos acerca dessas orientações, os sócios se agruparam com alguma disciplina para enfrentar seus adversários, especialmente aqueles nomes da base varguista ligados às oligarquias eleitoral e

²¹⁰ DECLARAÇÕES do juiz Pontes de Miranda sobre o Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 10/3/1932.

economicamente mais fortes, defensores da reconstitucionalização imediata, que guardavam posições com tendências liberalizantes e federalistas.

É perceptível que, além da identidade que reivindicava como reduto dos “verdadeiros revolucionários”, que projetava seus sócios como continuadores e condutores “mais legítimos” da obra “revolucionária” iniciada em 1922, no Clube cultivava-se uma compreensão geral da experiência republicana brasileira e uma visão de sociedade ideal, ambas orientadas por uma base doutrinária-filosófica orgânico-corporativista. A distância percebida entre a realidade lida e aquilo que almejavam, movia os sócios à ação, na busca por impor seu próprio “plano organizacional do Estado”, inicialmente através de um período ditatorial, que fosse capaz de garantir definitivamente o desmonte do poder político daqueles grupos locais responsáveis por sustentar o regime deposto²¹¹. Funcionando como um vetor social de cultura política, o grêmio reproduzia um conjunto de referentes, que combinados em um todo coerente, mergulhava os filiados em um “banho cultural”, o qual oferecia respostas globais, que os orientavam diante das encruzilhadas vividas no pós-30, inclusive perante a impossibilidade da manutenção da ditadura do Governo Provisório e a exigência de atuação na Assembleia Nacional Constituinte (Berstein, 2009, p. 41):

É de lamentar-se que o tempo de ditadura transcorrido e que se devera ter aproveitado no preparo das multidões para os embates cívicos se tenha perdido [...].
Com ou sem Constituição, prepõe-se a combater incessantemente pela organização nacional racionalizada e incompatível com a burocracia emperrada, com a desonestidade administrativa, com a hipocrisia política das democracias carunchosas e gastas.²¹²

Marcando posição como antítese dos grupos oligárquicos que se reuniam em torno dos paulistas do PD e do PRP – reivindicando a reconstitucionalização imediata e a manutenção de seus tradicionais espaços de poder –, o grêmio civil-militar foi fundado sob a percepção do “caos”, que até então se encontraria o país, enquanto se enfrentavam facções políticas e classes sociais, impedindo qualquer possibilidade de construção de uma desejada unidade

²¹¹ CPDOC-AAP club 1931. 05.28, exposição da diretoria do Clube 3 de Outubro, 28/5/1931; CPDOC-AAP club 1931.00.00/2, sugestões de Atila Amaral e outros [Juarez Távora, Carlos de Lima Cavalcanti, Stênio Lima e Cesar Tinoco], da Comissão de Programa, nomeada pela Convenção do Clube 3 de Outubro;

²¹² CPDOC-CO d Panfleto, panfleto “Manifesto do Club 3 de Outubro ao povo do Brasil”, 21/4/1933. Segundo noticiado pelo *Correio da Manhã*, a redação do manifesto seria do secretário, professor Frôes da Fonseca. A este respeito ver MANIFESTO do Club 3 de Outubro: O manifesto dirigido ao povo, explicando a sua attitude em face do actual momento. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, 22/4/1933.

nacional. Tão graves seriam os problemas enfrentados, que teriam exigido a “terapêutica violenta da ação armada”, através da “Revolução”, como justificou Juarez Távora²¹³.

De forma muito mais resumida, ou direta, sem recorrer aos tempos da colonização – tal como fizeram os nacionalistas autoritários em suas análises, mas ainda assim bastante próxima das conclusões que eles chegavam –, a explicação do Clube para a desorganização generalizada do país residiria na “falta de cultura do povo”, a respeito do que deveria ser seu papel político na “organização da nação”, e no “divórcio entre a Constituição de 24 de fevereiro [de 1891] e a realidade brasileira”. Uma economia e finanças absolutamente desorientadas, sob instituições jurídico-políticas “exóticas”, portanto, ineficazes para as necessidades do país, teriam permitido o surgimento de “classes privilegiadas e parasitárias” organizadas em partidos políticos. Os partidos, através de “simulacros eletivos”, teriam feito dos sucessivos governos meios para a garantia dos seus próprios interesses, frente aos anseios coletivos. Por isso, os cargos públicos funcionavam como ferramentas de influência, moedas de troca e, conseqüentemente, afastavam os “competentes, os abnegados e os patriotas”. Assim, “o filhotismo substituiu o mérito, impossibilitando a seleção dos valores reais, inerente à forma republicana de governo”²¹⁴. As falhas e as lacunas de uma legislação que supostamente ignorava “nossa evolução social”, as tradições nacionais e a “ciência contemporânea”, teriam sido responsáveis por comprometer o funcionamento equilibrado e independente dos Três Poderes. Com uma máquina administrativa sujeita antes a interesses políticos do que técnicos, poucos seriam aqueles que se exporiam “à antipatia dos poderosos”²¹⁵.

Ademais, a expressão “simulacros eletivos” refere-se às eleições realizadas na Primeira República, que pelas limitações institucionais vislumbradas pelos críticos, explicariam a facilidade com que as oligarquias, organizadas nos partidos estaduais, manipulavam os resultados a seu favor, alimentando o afastamento e o “desinteresse do povo”. Em entrevista ao *Correio da Manhã*, o médico Abelardo Marinho, apontou o que seriam tais limitações: “As complicações do alistamento, a morosidade do processo eleitoral, a falta de medidas que protegessem o eleitor contra a perversão e o suborno, o desrespeito aos

²¹³ CPDOC-AAP club 1931.00.00/4, considerações de Juarez Távora, do Clube 3 de Outubro, sobre a volta do país ao regime constitucional, s.l., 1931 (data provável). O documento datilografado demonstra que as lideranças do Clube debatiam entre si o papel da instituição diante do quadro político e social do país.

²¹⁴ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do programa revolucionário de reconstrução política e social do Brasil, 1932, p. 5-8.

²¹⁵ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do programa revolucionário de reconstrução política e social do Brasil, 1932, p. 5-8

votos pelos poderes verificadores e a ausência de educação cívica [...]”²¹⁶. Em 1933, por ocasião da I Conferência Nacional de Juristas, Marinho assinou texto, também publicado no *Correio da Manhã*, defendendo, entre outras coisas, que a existência de leis que visassem apenas realizar o sufrágio universal seriam insuficientes, pois continuariam incapazes de livrar o eleitor do assédio do “cabo eleitoral” e do “politiqueiro”: “A quase totalidade da massa votante continuará a gravitar em torno do cabo eleitoral, pequeno ou grande. O voto persistirá como expressão da inconsciência cívica, inspirado no sentimentalismo, na paixão, na displicência, na pusilanimidade ou no interesse material.”²¹⁷. Tal como Oliveira Vianna (1990), preconizava a necessidade de se organizar uma “opinião pública” através de grupos e associações de classe, para que assim fosse o povo capaz de reivindicar espaço no poder.

Abelardo Marinho foi um “tenente civil”, pois se envolveu em conspirações de militares-rebeldes, após o levante de 1924, e chegou a ser preso por isso, em 1926. No Clube foi primeiro secretário, membro da comissão responsável por escrever o *Esboço do programa* (...) e se dedicou principalmente às discussões a respeito do sistema eleitoral, da representação classista e organização sindical, tornando-se uma das principais vozes dessas pautas enquanto deputado Constituinte (Keller, 2001a, s.p).

Partindo dessa visão geral, os membros do Clube alegavam que a defesa da (re)constitucionalização imediata seria apressada e irrefletida, feita por “falsos revolucionários”, “políticos profissionais” e “bacharéis” movidos pelo interesse de retornarem, de imediato, ao poder do qual haviam sido desalojados. Enquanto a defesa do prolongamento da ditadura pelo Clube estaria calcada nas discussões coletivas entre os sócios e interessados, a partir de “aprofundado estudo sociológico” das questões nacionais. O período discricionário, de transição, garantiria que os “politiqueiros” e suas “máquinas de poder” não comprometessem as reformas, consideradas básicas, para dar prosseguimento à reformulação do Estado brasileiro²¹⁸.

Na verdade, esse “aprofundado estudo sociológico” das questões nacionais não era executado pelo grêmio como um todo. Algo mais próximo desse esforço foram algumas palestras na sede, feitas por convidados, sócios ou não, a respeito de determinados temas

²¹⁶ O CLUB 3 de Outubro e a lei eleitoral: Como nos falou o dr. Abelardo Marinho, secretario daquela agremiação revolucionária. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 23/2/1932.

²¹⁷ AS THESESES 2 e 19 da Conferencia de Juristas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 22/4/1933.

²¹⁸ CPDOC-AAP club 1931.05.28, orientação política que deve ter o Clube, de acordo com o parecer da comissão nomeada para estudá-la, 1931; CPDOC-AAP 329(81)C3O/C649e, Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil, 1932, p. 75-80.

pontuais, como a “questão social”, sindicalismo e educação, por exemplo²¹⁹. Recorrer a este argumento remete à defesa retórica da “política científica”, presente entre os intelectuais brasileiros desde o final do século XIX, porém, atualizada pelos intelectuais autoritários no século seguinte, a partir da defesa de reformas que seriam baseadas em estudos “técnico-empíricos” da realidade, contrapondo-se principalmente aos “bacharéis” e aos “políticos profissionais”. Os “bacharéis” – como também apontaram os “tenentes” nos anos 1920 – eram mormente os letrados liberais, acusados de uma formação universalista, idealista e romântica, que os afastaria da técnica e da percepção da peculiar realidade brasileira, garantindo-os, todavia, como “parasitas” nos cargos públicos, no lugar dos “mais capazes” (Macedo, 2015, p. 165; Silva, 2012, p. 330-335).

Quanto ao funcionamento dos Três Poderes, o Clube 3 de Outubro avaliava que sem um Legislativo que, de fato, contemplasse a representação daqueles “que trabalham e produzem” – organizados em associações profissionais – e sem um Judiciário independente, os chefes do Executivo federal teriam, na prática, transformado seus governos em verdadeiras “tirantias”. Isso quer dizer que compreendiam que os governos republicanos do país – organizados sob as limitações de uma legislação liberal e de uma “concepção ultrapassada de federação” – não haviam conseguido lidar de maneira eficaz com as contradições e os conflitos inerentes à falta de regulação e ao atraso brasileiro. Dessa maneira, teriam recorrido a práticas “tirânicas” do poder, sob a aparência da obediência às leis.

Em discurso, enquanto vice-presidente do Congresso Revolucionário, de novembro de 1932, o sócio do Clube, Felipe Moreira Lima, criticou a inércia do Poder Legislativo diante dos abusos de poder do Executivo, exercidos pelos “tiranos quadrienais” a partir dos reiterados decretos de estado de sítio, que “estrangulavam a liberdade e os direitos do povo.”²²⁰. Esse trecho da sua fala foi praticamente uma repetição do que havia no primeiro comunicado da organização à imprensa, após o início da rebelião dos paulistas, em julho de

²¹⁹ UMA CONFERENCIA proletaria sobre o manifesto do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3-4, 29/12/1931; CLUB 3 de Outubro: uma conferencia sobre o trabalho e o operariado no Brasil. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3-4, 8/1/1932; O SYNDICALISMO cooperativista à luz da psychologia philosophica: uma conferencia no Club 3 de Outubro, realizada pelo Sr. Sarandy Raposo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 16/1/1932; CLUB 3 de Outubro: a reunião semanal de hontem e a primeira palestra. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 13/1933; CLUB 3 de outubro: o dr. Castro Barreto faz a segunda palestra de assumptos politicos-sociais sobre o “Ensino secundário e a formação das elites”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 27/9/1933; CLUB 3 de Outubro: o ministro Juarez Tavora abre a série de conferencias doutrinarias. *Correio da Manhã*, p. 10, 1/3/1934;

²²⁰ Discurso de Felipe Moreira Lima na abertura do Congresso Revolucionário, transcrito na íntegra pelo *Correio da Manhã*. Ver INSTALLLOU-SE, hontem, o Grande Congresso Revoluconário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3-5, 16/11/1932.

1932. No documento, acusava-se as oligarquias paulistas de se empenharem pelo retorno ao regime anterior, de domínio das massas por “uma insignificante minoria de autocratas”, os quais respondiam aos “anseios de liberdade dos cidadãos” com repressão: “O que o reacionarismo em armas pretendia era transformar de novo a nossa terra e uma grande senzala, submetendo pela força os que se opusessem à vontade da tirania restaurada.”²²¹.

Essa crítica sustentada acima, evidentemente tinha relação com a experiência da repressão sofrida pelos “tenentes”, principalmente durante o governo Artur Bernardes (1922-1926). O próprio Moreira Lima fez questão de deixar essa conexão bastante clara, ao afirmar que as credenciais para a autoridade “revolucionária” seriam os “[...] sofrimentos do cárcere e do exílio, as lutas em que se empenharam, as derrotas de que saíram mais intransigentes na fidelidade ao seu ideal, durante o longo duelo de oito anos [desde 1922] contra a tirania e a opressão.”²²². Além disso, conforme demonstrou Luís Rosenfield (2021), a preocupação com a manutenção da ordem político-social ensejou no ambiente intelectual, principalmente no mundo jurídico, discussões a respeito do uso sistemático dos “institutos do estado de sítio e da intervenção federal”, apontados como distorções do regime vigente. Afora as violações recorrentes das eleições, debateram o “estado de sítio” como um instrumento de exceção que havia se tornado crônico e prejudicial para a separação dos Poderes no país. Entre nomes como Pedro Lessa e João Arruda, defendia-se o combate às fraudes eleitorais e reformas nas leis que fizessem do Legislativo e do Judiciário independentes e autônomos frente aos impulsos “cesaristas” do Executivo, porém, preservando-se as feições liberais da Constituição de 1891. Já entre os tributários das reflexões pioneiras de Alberto Torres, era patente a percepção da incompatibilidade do constitucionalismo liberal com a realidade brasileira e, por isso, demandavam uma reorganização da sociedade a partir de um Estado forte e centralizado, que passasse obrigatoriamente pela garantia da representação profissional (Rosenfield, 2021, p. 91-131). Como responsáveis por sedimentar essa visão crítica mais radical a respeito da democracia representativa no Brasil, podem ser apontadas figuras como Oliveira Vianna, Castro Nunes, Barbosa Lima Sobrinho, Cândido da Mota Filho, Alcides Gentil, Pontes de Miranda e Temístocles Brandão Cavalcanti – esses três últimos, recorda-se, membros do Clube 3 de Outubro.

²²¹ UM COMUNICADO do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 13/7/1932; COMUNICADO do Club 3 de Outubro: Comunicado da Comissão de Imprensa. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 20/7/1932.

²²² Discurso de Felipe Moreira Lima na abertura do Congresso Revolucionário, transcrito na íntegra pelo *Correio da Manhã*. Ver O CONGRESSO Revolucionário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3-5, 16/11/1932.

A crítica às limitações e distorções do funcionamento da institucionalidade liberal tinha lastro na dinâmica política da Primeira República, pois era reiterado o uso de medidas de exceção – como o estado de sítio e a intervenção federal –, pouco funcionando o Direito Constitucional na proteção de garantias e direitos individuais e no efetivo controle de constitucionalidade das leis (Rosenfield, 2021, p. 77)²²³. Além da “política dos governadores”, das fraudes eleitorais, do coronelismo e do mandonismo, o aparato jurídico mobilizado em situações de exceção operava como uma ferramenta dos governos para assegurar o funcionamento do regime, reprimindo a oposição e as demandas populares. As decretações de estado de sítio, por exemplo, permitiram na prática perseguições políticas, prisões, tortura, mortes e o desterro. Houve uma real a “instrumentalização do direito” como ferramenta política na Primeira República (Gasparetto Jr., 2018, p. 20-23). Por um lado, o Congresso Nacional aprovava os decretos do Executivo, ou até decretava ele mesmo, por outro, o Supremo Tribunal Federal demonstrava incoerências nas suas decisões, concedendo liberdade a uns, por meio do *habeas corpus*, e negando a outros. Artur Bernardes exerceu o poder excepcional durante quase todo seu mandato, enquanto Washington Luís chegou a fazer a utilização territorial mais extensa do estado de sítio – ambos tentando barrar principalmente as investidas de opositores e do Tenentismo, mas também perseguindo lideranças operárias e anarquistas (Gasparetto Jr., 2018, p. 242-243)²²⁴.

Embora o termo “ditadura” também tenha sido eventualmente utilizado por críticos e pontualmente pelo Clube 3 de Outubro para se referir aos governos da Primeira República, o grêmio civil-militar e seus membros preferiram, na maioria das vezes, usar a palavra “tirania”²²⁵. Considerando os discursos citados e consultas ao próprio verbete nos dicionários

²²³ Sobre as intervenções federais nos estados, diz Cláudia Viscardi: “Porém, a garantia dessa autonomia estadual, por estar minimamente institucionalizada no artigo sexto da Constituição, abriu espaço para que os governos desrespeitassem o instituto, por variadas vezes, aumentando o grau de poder do Catete sobre as unidades federadas.

“Quanto menor o estado, maior a possibilidade de intervenção do Catete sobre os mesmos. As sucessões estaduais eram ocasiões propícias às intervenções. Através delas, o Catete pôde controlar o acesso ao poder, por parte das diferentes facções, segundo seus interesses. Estes casos, como veremos, se repetiram ao longo de todo o regime.” (VISCARDI, 2012, p. 54-55).

²²⁴ Segundo Antonio Gasparetto Jr. (2018, p. 258), o governo Artur Bernardes ficou apenas seis meses sem vigência de exceção, entre 23 de dezembro de 1923 e 5 de julho de 1924, quando estourou o levante tenentista em São Paulo.

²²⁵ No *Esboço do Programa (...)*, em um pequeno trecho qualifica-se a “Velha República” como a “mais desprezível das ditaduras: aquela em que, patente o despotismo, não se acha definido, contudo, o responsável pelo mesmo.”. Ver CPDOC-AAP 329(81)C3O/C649e, *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, 1932, p. 6. Em texto anônimo publicado no *Correio da Manhã*, exalta-se o repúdio que tinha o Clube 3 de Outubro a Artur Bernardes, classificando seu governo como um período de “ditadura do sítio perpétuo”. Ver REPULSA inevitável. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 21/5/1932.

de época, pode-se depreender que a entidade procurou com isso ressaltar sua missão “libertadora” ou “revolucionária” como uma posição antípoda àqueles que, “usurpando o poder soberano”, teriam constituído “governos injustos, opressores e cruéis” durante a “Velha República” (AULETE, 1925; Figueiredo, 1924; Séguier, 1928)²²⁶.

O termo “Ditadura”, por sua vez, foi utilizado mais recorrentemente para defender a necessidade da extensão do período discricionário do Governo Provisório. Sendo assim, pelo menos até a “Revolução Constitucionalista de 32”, o Clube consagrou que:

[...] a Ditadura foi estabelecida no Brasil para resolver problemas fundamentais que o regime legal não pode nem poderia solucionar, e que deverá por isso subsistir o regime ditatorial até que sejam solvidos os seus objetivos capitais, em harmonia com as reivindicações sociais contemporâneas e com o fortalecimento dos vínculos de coesão nacional²²⁷.

Grosso modo, trata-se de uma percepção da necessidade de um período temporário de suspensão da legalidade para que fossem operadas reformas consideradas básicas para superação do governo das oligarquias, algo que já estava no “horizonte de expectativas” (Koselleck, 2006, p. 307-309) de alguns “militares rebeldes”, pelo menos desde 1924 – considerando a mencionada “minuta golpista”. Nos dicionários de época, o conceito de “ditadura” não assume carga negativa e tampouco as qualificações de violento e injusto, que eram dadas a “tirania”, referindo-se seu significado a um período de exceção, ou anormalidade, em que o Executivo absorveria ou dispensaria o Legislativo (AULETE, 1925; Figueiredo, 1924; Séguier, 1928). Em março de 1932, não foi problema para Pedro Ernesto dizer diretamente ao próprio Vargas, em público, que ele se revelava o “Ditador” necessário para o país: “[...] estamos certos da ação ditatorial de v. ex., pautada dentro dos princípios revolucionários e que cada vez mais se revela o Ditador de que necessitamos para salvar o nosso país.”²²⁸. Nesse caso, parece ser um desejo do Clube ressaltar o aspecto temporário e

²²⁶ Compreendendo-se os termos “ditadura” e “tirania” como conceitos – palavras cujos significados polissêmicos e polimorfos exigem certo nível de teorização e reflexão –, considera-se sua historicidade. Os conceitos, além poderem informar aspectos do período e do espaço em que são empregados e/ou disputados em seus significados, também orientam os sujeitos históricos por carregarem camadas dos seus usos no passado, “espaço de experiências”, e por apresentarem um conteúdo normativo ou referências de ação para o futuro, “horizonte de expectativas”. De acordo com Reinhart Koselleck, é comum que grupos políticos se utilizem dos conceitos e seus “pares antitéticos” tanto para se identificarem entre si, quanto para se oporem àqueles que entendem ser seus adversários ou inimigos. A este respeito ver Koselleck (1992; 2006, p. 191-202).

²²⁷ CPDOC-AAP club 1931.00.00/1, sugestões de Atila Amaral e outros, da Comissão de Programa, nomeada pela Convenção do Clube 3 de Outubro, 1931 (data provável).

²²⁸ A MANIFESTAÇÃO do ‘Club 3 de Outubro’ ao chefe do governo, em Petrópolis: Fala do Dr. Pedro Ernesto. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 5/3/1932.

excepcional da concentração do poder nas mãos de Getúlio Vargas, diante do que entendiam como uma ameaça de retorno daqueles que foram desalojados dos quadros do Estado com a “Revolução de 30”. Ou seja, na perspectiva defendida pelo Clube 3 de Outubro, para se alcançar a almejada “democracia orgânica”, “democracia social” ou “verdadeira democracia” de que falavam os nacionalistas autoritários, seria preciso manter, pelo tempo necessário, a “ditadura revolucionária”.

Gasparetto Jr. (2019, p.37) lembra que o termo “ditadura” já era utilizado desde a Roma Antiga e, modernamente, havia sido trabalhado nas pesquisas do francês Théodore Reinach para qualificar situações de estado de sítio, no final do século XIX, sendo rediscutido pelo jurista alemão Carl Schmitt, que ampliou o seu significado para tratar do estado de exceção, nos anos 1920 e 1930. Em ambos os casos, como nos dicionários consultados, sua conotação não se fazia negativa, a finalidade seria garantir a preservação da ordem e a segurança das instituições. No entanto, suas reflexões ensejaram práticas autoritárias. Na França, variações daquilo que Reinach chamou de ditadura foram usadas para permitir a censura, prisões e violência política em geral, ao longo de dois séculos. Quanto a Schmitt, suas percepções a respeito de ditadura embasaram intelectualmente a construção do Estado nazista (Gasparetto Jr., 2019, p. 55-56).

Quanto ao tema da “questão social”, em texto publicado no *Correio da Manhã*, no dia 6 de maio de 1932, outro membro da comissão do Clube responsável pelo *Esboço do Programa (...)*, o advogado Waldemar Falcão, fez duras críticas à “Velha República” – em oposição à “Nova República” que os “revolucionários” pretendiam inaugurar – e ao descaso com que tratava os trabalhadores. Tendo um Congresso Nacional voltado para a “politicalha” e preso a formalismos de uma lei distante da realidade, o Brasil havia descuidado por longos anos da necessidade de uma “boa legislação social, deixando em risco a própria República”:

[...] custa crer tenha vivido o nosso país largo tempo alheado da objetivação dessas medidas, imbuído de **um individualismo obsoleto e de um liberalismo anacrônico**, em matéria econômica, pelo menos no que diz respeito aos direitos do operário, em cuja salvaguarda são verdadeiramente ridículas, na sua insuficiência, as pouquíssimas inovações adotadas então pelos nossos governos²²⁹.

Para Falcão, a harmonia entre capital e trabalho promovida pelo Estado, a partir de uma “arbitragem publicamente oficializada”, como faziam as “nações civilizadas”, finalmente encaminharia o país na direção de uma paz duradoura na esfera do trabalho, evitando greves e

²²⁹ TRIBUNAES do Trabalho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 6/5/1932, grifo nosso.

lock-out, e na própria organização social, prevenindo uma eventual ruptura. Exemplos bem-sucedidos lhe pareciam a Nova Zelândia e a Dinamarca²³⁰.

Segundo essa perspectiva, muito clara dentro do Clube 3 de Outubro, as profundas desigualdades sociais e a omissão do individualismo liberal, manifestadas no mundo inteiro, urgiam ser contornadas no Brasil através de um Estado coordenador com a finalidade principal de garantir a harmonia e preservação da ordem²³¹:

Pois é claro que o mal-estar que atravessa o Brasil, e que é um reflexo da desorganização imperante em todo o Universo não cessará com a simples existência de uma constituição. [...]

4 – O mal tem raízes mais profundas. Ele vem da crise que assoberba o sistema capitalista. Portanto, **os espíritos mais precavidos não de desejar que a transformação social porque, inevitavelmente, passará nossa Pátria, não se processe de um salto, mas por etapas razoáveis e acordes com a índole brasileira.** Com esse objetivo é que o Clube 3 de Outubro incluiu em seu programa várias medidas visando a reparação das mais flagrantes injustiças sociais [...].

5 – A essas medidas salutaras, os **estadistas** da República velha, enrodilhados nas bolorentas doutrinas do século passado e revelando profunda ignorância do assunto ou evidente má fé, qualificam de *extremistas* [...] ²³².

Sugeriram algo que parecia ser a “república social, previdente e conservadora”, de que falou Alberto Torres, a qual deveria ser capaz de fornecer ao povo, dentro da ordem, aquilo que ele estaria disposto a “arrancar à força” (Torres, 2002b, 197-98).

Para a entidade, as condições políticas em que o Brasil se encontrava tinham, antes de tudo, uma explicação social e histórica, dada a trajetória particular de um país agrário-exportador, recém-fundado e, portanto, sujeito às ameaças e interesses dos países centrais. Nesse aspecto, o grêmio se aproximou mais de Alberto Torres (2002a), distanciando-se dos argumentos racistas e eugenistas de Oliveira Vianna (2005), que encontraram eco em Pontes de Miranda e, mais tarde, em Azevedo Amaral (Rodrigues, 2018, p. 320-321). Além disso, ignorou as desigualdades raciais e pregou um “intercâmbio”, na realidade, uma homogeneização entre os diferentes para a construção de uma única “consciência nacional” – evidentemente, orientada verticalmente a partir do Estado e seus órgãos “técnicos”.

Seja em relação à “questão social” ou ao tema racial, é notória a presença da perspectiva paternalista do conflito social. Como se verá também nas suas propostas, o

²³⁰ TRIBUNAES do Trabalho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 5, 6/5/1932, grifo nosso.

²³¹ CPDOC – AAP-3f, Programa Síntese Outubrista, Rio de Janeiro, 1933, p. 28-31.

²³² CPDOC – CO d Panfleto, panfletos do Clube 3 de Outubro: “Alerta ao povo Baiano”, Bahia, 21/6/1932, grifo nosso.

grêmio não perseguia ou estimulava o enfrentamento das causas dessas desigualdades, algo que, na sua percepção, colocaria em risco toda a ordem social. O objetivo era buscar uma integração controlada dos grupos subalternizados sob uma abstrata “consciência nacional”, ou mesmo um apagamento desses pontos de tensão, que garantisse a manutenção da sociedade de classes, através da atuação centralizada e até mesmo arbitrária da União²³³. Entre uma das orientações fundamentais assumidas pelo Clube, no âmbito social, estava defender “o máximo de reivindicações, **desde que não atinjam em ponto sensível, (sic) a estrutura geral da sociedade [ilegível], muito especialmente das classes sociais**”²³⁴. Na defesa do postulado “O Brasil uno, indivisível, pátria de brasileiros irmãos”, sugeriu a *Síntese Outubrista*:

O Brasil não reconhece desigualdades raciais nem outros privilégios congênitos. Não combate raças estranhas e sim a sua aglomeração em núcleos alheios à comunhão brasileira. Nega a seleção racial e propugna pela individual. O povo brasileiro se deve homogeneizar mentalmente pelo desenvolvimento de uma “consciência nacional” resultado de melhor conhecimento mútuo por intercâmbio interno favorecido.²³⁵

A explicação para essa postura pode estar tanto na influência exercida pelo “reformismo” modernizante, defendido pela elite política e intelectual brasileira desde o final do século XIX, e atualizado pela concepção orgânico-corporativista da sociedade do nacionalismo autoritário no século XX, quanto na própria postura tutelar dos militares sobre os civis, assentada na “memória institucional” e nos princípios de ordem e hierarquia cultivados na caserna – ou em ambos os fatores combinados, cuja expectativa era a conservação ou uma nova “acomodação” do sistema de dominação social no Brasil (Aragão, 2012; Alonso, 2002; Lamounier, 1978; Mello, 2007; Motta, 2013;2018; Vieira, 2010)

Na ótica do Clube, além do arranjo institucional do regime deposto não dar conta de conciliar os interesses entre as classes, sob ele também era impossível que decisões de interesse nacional atingissem da mesma maneira todos os estados ou se sobrepujassem aos regionalismos. Isso porque os grupos políticos locais dispunham de mecanismos que garantiriam primeiro seus interesses imediatos, principalmente através da atuação do Judiciário e das polícias estaduais, ambos submetidos à lógica das oligarquias. Por isso, a

²³³ No *Esboço do Programa (...)* o modelo de “Nacionalidade” almejada deveria constituir “um **conjunto homogêneo, harmônico e consolidado** [...]”. Ver CPDOC-AAP 329(81)C3O/C649e, Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil, 1932, p. 13, grifo nosso.

²³⁴ CPDOC-AAP club 1931.05.28, orientação política que deve ter o Clube, de acordo com o parecer da Comissão nomeada para estudá-la, 28/5/1931, grifo nosso.

²³⁵ CPDOC-AAP 3f, Programa Síntese Outubrista, Rio de Janeiro, 1933, p. 1.

necessidade de operar uma centralização política que, embora deixasse espaço para a autonomia administrativa dos estados, deveria combater hegemonias e as forças “centrífugas” da nação. Adveio desse raciocínio outro postulado do grêmio, “O Brasil acima dos Estados”, que remete à afirmação de Oliveira Vianna em *Problemas de Política Objetiva*: “Nenhum estado, como nenhum cidadão e nenhuma classe, tem direitos contra a coletividade nacional: não há direitos contra a Nação [...]” (Vianna, 1947, p. 279)²³⁶.

Em relação às avaliações sobre as Forças Armadas, por mais contraditório que pareça, há pouca discussão interna e poucos discursos públicos disponíveis, comparado aos demais temas de interesse da organização. Uma explicação possível é a oposição que a entidade sofria de parcelas dos oficiais superiores e oficiais gerais contrários à participação de militares na política. Nomes como Euclides Figueiredo e Bertoldo Klinger, antigos “jovens turcos”, compreendiam que a atuação política de setores da oficialidade poderia ameaçar a ordem e hierarquia da corporação, levando à sua desagregação (Forjaz, 1988, p. 162). Procurando, talvez, evitar eventuais choques com superiores – que, até mesmo, pudessem resultar em desgastes com os ministros das pastas militares e com o governo –, suas lideranças, possivelmente, tenham escolhido dar menos destaque ao assunto. Ainda assim, o quadro descrito do “regime derrotado” era taxativo: “E viu-se, então, a *república que a revolução destruiu*: [...] o Exército desorganizado, desfalcado e reduzido; a Marinha de Guerra insuficiente, desmantelada e desenganada nos seus sonhos de soerguimento [...]”²³⁷.

Além das conhecidas pretensões políticas dos “tenentes”, o grêmio compreendia as Forças Armadas como o braço mais imprescindível do Estado para a garantia da tão almejada coesão nacional²³⁸. Uma atribuição possível de ser cumprida, desde fossem garantidos o monopólio da força, de fato, e uma legislação, a qual livrasse as tropas federais da pressão dos interesses facciosos, que haviam tomado conta dos governos da República até então. Isso quer dizer que às polícias estaduais militarizadas deveria se impor a autoridade central do Exército brasileiro, orientado por um plano único de defesa, garantidor da soberania nacional. Afinal de contas, uma nação fragmentada seria uma presa, ainda mais fácil, do imperialismo²³⁹.

Entre os principais fundadores do Clube 3 de Outubro, são bastante conhecidas as elaborações de Pedro Aurélio de Góis Monteiro a respeito das Forças Armadas,

²³⁶ CPDOC – AAP-3f, Programa Síntese Outubrista, Rio de Janeiro, 1933, p. 32.

²³⁷ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil, 1932, p. 5-6.

²³⁸ CPDOC-AAP club 1931.00.00/1, sugestões de Atila Amaral e outros, da Comissão de Programa, nomeada pela Convenção do Clube 3 de Outubro, 1931.

²³⁹ CPDOC-CO d Panfleto, “Manifesto do Clube 3 de Outubro ao povo do Brasil”, 21/4/1933.

principalmente do Exército. O chefe militar foi bastante explícito e repetitivo a respeito de suas preocupações e críticas em relação à desorganização, à falta de efetivos e indisciplina das tropas; à baixa formação e inaptidão de seus comandantes; e ao aspecto material, considerado por ele ineficiente, insuficiente e ultrapassado, graças à falta de indústrias nacionais para fornecerem materiais adequados (Pinto, 2016, p. 211; Silva, 2012, p. 343)²⁴⁰. Muito provavelmente marcado pela experiência de enfrentamento aos “tenentes” nos anos 1920, estava convencido de que o Brasil não dispunha de forças eficientes para sua defesa:

Que era o Exército brasileiro no último quartel de 1930? O que sempre foi em todas as fases críticas da nossa história: instrumento deficiente e falho da defesa nacional, transformado, pelo impatriotismo (*sic*) dos governantes, em guarda pretoriana, a serviço do interesse inconfessável e das posições facciosas. Desprovido de material – escasso e impróprio; tropa mal instruída, mal-educada, facilmente dissociável; chefe incapaz, por vezes, inepto, feito ao sabor das conveniências palacianas.²⁴¹

Daf advogava ser necessário um esforço de remodelação do Exército, um processo que estaria necessariamente imbricado a uma transformação geral do país no âmbito político, econômico, industrial, educacional e da “viação” – infraestrutura. Por isso, a importância da “Revolução” e a necessidade de um Governo Provisório forte e centralizado, baseado na força, que durasse

²⁴⁰ Pelo menos desde o início até o fim do Governo Provisório, Góis Monteiro insistiu, em várias ocasiões, nesses argumentos na sua crítica ao funcionamento das Forças Armadas. Quando foi convidado por Getúlio Vargas para o cargo de Ministro da Guerra, no início de 1934, impôs como condição, para aceitar o posto, que o governo garantisse condições para a satisfação de duas “necessidades inadiáveis”: (a) recursos orçamentários, créditos e verbas especiais para reaparelhamento material progressivo do Exército; (b) colocar em execução medidas sugeridas para remodelar e homogeneizar os quadros da força. A este respeito ver AN-FGM SA 185.1.1, documento confidencial em que Góis Monteiro condiciona sua nomeação como Ministro da Guerra à garantia de que serão supridas algumas necessidades consideradas inadiáveis do Exército, 18/1/1934.

²⁴¹ AN-FGM SA 588, discurso (minuta, manuscrita) do titular dirigido ao Exército por ocasião de sua posse na chefia do Estado-Maior do Exército (EME), tratando da participação do Exército no processo político-revolucionário e no Governo Provisório que teve início em 24 de outubro, 1931 (data provável). A título de esclarecimento, sabe-se que Góis Monteiro foi chefe do EME somente entre 1937 e 1943. Todavia, em carta endereçada a Getúlio Vargas, em maio de 1931, oficiais “revolucionários” – entre eles nomes que se organizaram oficialmente, naquele mesmo momento, no Clube 3 de Outubro, como Herculino Cascardo, Frederico Cristiano Buys, Juarez Távora, João Alberto e o próprio Góis Monteiro – apresentaram seu balanço do governo até aquele momento e trataram de problemas de divisões, conflitos e indisciplina no Exército, inclusive, da possibilidade do nome de Góis para a chefia do EME. Algo que acabou não se concretizando. O referido discurso, pelo que indica seu conteúdo, pode ter sido por ocasião deste contexto. A este respeito ver: CPDOC-GV c 1931.05.02/1, Carta de Protógenes Pereira Guimarães e outros a Getúlio Vargas expondo e comentando a situação geral do país e em particular da Marinha e do Exército; hipotecando solidariedade ao Governo Provisório; alertando para as consequências da convocação de uma Assembleia Constituinte e sugerindo medidas para o cumprimento do programa revolucionário traçado em 1930, 2/5/1931.

o tempo necessário para a reorganização das “forças vivas da nação”. Concomitantemente, a reformulação da estrutura das Forças Armadas forneceria meios e recursos para torná-las saneadas, disciplinadas, uniformes, bem aparelhadas e comandadas, o que garantiria a proteção ao novo regime e ao “programa revolucionário” – bem diferente do período em que chefes políticos atraíam militares para suas lutas partidárias, em detrimento do interesse nacional (Pinto, 2016, p. 207-214).

O “programa revolucionário” era, para Góis, o programa do Clube 3 de Outubro, pois seria “avançado” o suficiente e resolveria “a situação brasileira no ponto de vista político, econômico e social”²⁴². Essa posição ele manteve pelo menos até seu afastamento da agremiação, em junho de 1932. Quando reingressou nas suas fileiras e voltou a frequentar reuniões, no segundo semestre de 1933, reafirmou sua identidade com o grêmio, apesar de criticar abertamente as propostas para a área militar expressas na *Síntese Outubrista*, “por falta de clareza e pequenos outros detalhes”²⁴³. Logo após ter sido nomeado Ministro da Guerra, o militar recebeu carta do Clube 3 de Outubro, aprovada por unanimidade pelo Grande Conselho, hipotecando-lhe apoio irrestrito. Escrita por Fróes da Fonseca, reafirmava a compreensão principal do grêmio a respeito do papel das Forças Armadas na garantia da união nacional:

O Clube aplaude as nobres palavras do vosso programa de ministro e nele sente a comunhão de ideais. [...] O Clube vê nas forças armadas (*sic*), como bem frisou o mineiro J. Américo [José Américo], o bastião irredutível da unidade nacional. [...] O Clube só deseja do Exército que, alheio às competições políticas, não se desvie jamais da sua missão de brasilidade. A seu lado, quer ser o Clube o colaborador sincero na obra de renovação unionista da mentalidade brasileira.²⁴⁴

²⁴² AN-FGM SA 199, anexo com anotações manuscritas sobre o programa do Clube 3 de Outubro, 1932 (data provável).

²⁴³ A crítica de Góis Monteiro às propostas para o âmbito militar da *Síntese Outubrista* foi feita por rádio e lida por Epaminondas Santos, então vice-presidente do Clube, em reunião do Grande Conselho, em setembro de 1933. Em outubro, Góis se reuniu com o secretário Fróes da Fonseca para tratar daquilo que discordava – o jornal não divulga o conteúdo da conversa. No final deste mesmo mês, seu reingresso oficial foi comunicado pelo Clube. A este respeito ver: OS QUE se desligaram do Club 3 de Outubro: o telegrama do general Góes Monteiro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 9/6/1932; CLUB 3 de Outubro: a reunião do Grande Conselho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 2/9/1933; CLUB 3 de Outubro: a sessão semanal do Grande Conselho. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 14/10/1933; AS COMEMORAÇÕES do 24 de Outubro: houve, á noite, uma sessão cívica no Club 3 de Outubro presidida pelo general Góes Monteiro, havendo o professor Fróes da Fonseca falado sobre a data revolucionária. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 25/10/1933.

²⁴⁴ AN-FGM SA 199, cartas (2, datilografadas) entre A. Fróes da Fonseca, secretário-geral do Clube 3 de Outubro, e o titular, ministro da Guerra, discutindo o programa ministerial e o desejo do Clube 3 de Outubro de colaborar junto com o Exército para a reformulação da unidade nacional, 2/2/1934-8/3/1934.

Em resposta, de forma bem cuidadosa e pouco explícita, o então ministro afirmou que, no seu esforço, necessitaria da ajuda dos “verdadeiros brasileiros”, entre os quais aqueles organizados no Clube 3 de Outubro.²⁴⁵

Ainda segundo Góis Monteiro, o Exército, em clara relação de mútua dependência com o Governo Provisório, deveria ser uma força de coesão nacional, comandando por oficiais “revolucionários”, enquanto a “Revolução” estivesse em andamento. Por outro lado, o empenho do Estado deveria ser para que a corporação também se mantivesse unida, frente a eventuais conflitos, principalmente disciplinares, produzidos pela própria dinâmica do processo “revolucionário”. No lugar de chefes militares “deslocados das exigências que deveriam preencher”, seria necessário que assumissem aqueles com suficiente “ascendência moral e profissional” para imporem-se através de uma disciplina “racional e consciente”:

O *processus* revolucionário produz temporariamente a indisciplina coletiva e individual; atinge a estrutura das instituições armadas, enfraquecendo-a. Todo o esforço eficiente deverá ser dirigido, pois, de maneira a restabelecer a situação de equilíbrio no mais curto prazo, até a normalização completa. [...]

Em virtude da eclosão revolucionária, o corpo de oficiais do Exército carece de homogeneidade. Não deve mais ficar na atividade o oficial que não possua idoneidade moral, capacidade profissional para comandar, instruir e educar os homens arrolados sob a bandeira. [...]

Até que se chegue à etapa definitiva de normalização geral, os quadros de oficiais sofrerão importantes modificações.²⁴⁶

Um “Exército moderno” funcionaria como um instrumento de força capaz de direcionar a nação, enfrentar os regionalismos, garantir sua harmonia interna e “tornar respeitada a sua soberania nas relações internacionais” (Pinto, 2016, p. 260-262; Silva, 2012, p. 340-343). À União deveria ser assegurada a centralização política, “devendo subsistir a autonomia dos Estados na parte administrativa”. Dar o apoio, pelas armas, para tornar possível essa relação, seria o papel dos militares:

²⁴⁵ AN-FGM SA 199, cartas (2, datilografadas) entre A. Fróes da Fonseca, secretário-geral do Clube 3 de Outubro, e o titular, ministro da Guerra, discutindo o programa ministerial e o desejo do Clube 3 de Outubro de colaborar junto com o Exército para a reformulação da unidade nacional, 2/2/1934-8/3/1934.

²⁴⁶ AN-FGM SA 588, discurso (minuta, manuscrita) do titular dirigido ao Exército por ocasião de sua posse na chefia do Estado-Maior do Exército (EME), tratando da participação do Exército no processo político-revolucionário e no Governo Provisório que teve início em 24 de outubro, 1931 (data provável).

Toda liberdade concedida contra os interesses do Estado será um foco donde podem brotar os germes perigosos. Toda liberdade para fortalecer a segurança do Estado é um bem para a coletividade, que deve viver sob permanente equilíbrio social – o que só a justiça incorruptível alcançará, guiada pelo senso das nossas realidades e necessidades. [...]

O Governo Provisório muito se tem esforçado pelo bem do país. [...] E não podemos fugir ao dever de dar todo o apoio das armas para ajudá-lo na sua imensa tarefa, emprestando-lhe todo o consenso, para que ele, com tranquilidade e liberdade de ação possa dar concerto, por meio de uma política larga e forte, essencialmente objetiva a todos esses problemas capitais da brasileira terra, que é tão bela, tão rica e tão majestosa. É este o nosso dever de militares.²⁴⁷

Embora Alberto Torres e Oliveira Vianna não dessem centralidade e até rejeitassem a participação das Forças Armadas em suas propostas de reformulação do Estado, é muito claro que as avaliações de Góis a respeito da situação do Brasil, mesmo em relação ao Exército, sofriam influência do nacionalismo autoritário (Pinto, 2009, p. 93; Silva, 2012, p. 341). Além de fazer a crítica ao federalismo e ao “falso regime democrático” da Primeira República; temendo uma convulsão social diante do aprofundamento das desigualdades, o general procurou fomentar uma posição que considerava de “meio termo”, que afastasse o país do descontrole liberal e dos “extremismos políticos” dele decorrentes – referindo-se a principalmente ao Comunismo²⁴⁸. Daí a importância que deu a um Estado centralizado, “forte e racional”, capaz de conduzir uma obra de conciliação “entre todas as forças produtoras”, tal como vinha sendo “encetada patrioticamente pelo eminente Chefe do Governo Provisório”. No “pacto constitucional”, por sua vez, seria imperativo que os trabalhadores tivessem

²⁴⁷ AN-FGM SA 583, discurso (rascunho, datilografado) do titular agradecendo ao general [Álvaro Guilherme] Mariante e aos ‘amigos e camaradas de terra e mar a homenagem recebida, s.d, grifo nosso. O documento foi escrito, provavelmente, entre 1933 e 1934. Pois trata do levante paulista de 1932 como um acontecimento do passado e da reconstitucionalização como algo em andamento.

²⁴⁸ De acordo com Sergio Murillo Pinto, antes mesmo da “Revolução de 30” Góis Monteiro fez recorrentes comentários sobre a difusão “perigo comunista”, inclusive entre as tropas, diante do quadro social dramático agravado pela crise econômico-financeira. Nesse sentido, um “movimento regenerador” deveria repudiar qualquer ideia separatista ou comunista, assumindo uma feição nacionalista, sob a forma fascista ou qualquer outra – desde que se abolissem “os exageros ditatoriais de Mussolini” (Pinto, 2016, p. 208). Nos documentos analisados para esta tese, escritos durante o Governo Provisório, Góis preferiu falar da construção de um regime próprio para a realidade brasileira, que estava sendo consubstanciado sob a chefia de Getúlio Vargas. Nos anos 1950, passada a Segunda Guerra Mundial e o Estado Novo, Lourival Coutinho, ao entrevistá-lo, confessou ter estranhado alguma crítica feita a Hitler e a Mussolini, já que era “voz corrente que o General fora sempre um fascista, um nazista ou coisa que o valha”. Góis Monteiro, que teria percebido o estranhamento do jornalista, fez questão de frisar: “Nunca fui um nazista ou um fascista, como muita gente pensa. Apenas sempre fui um admirador, como soldado, do Exército alemão.” (COUTINHO, 1955, p. 39-40). Esposando de um argumento muito comum entre fascistas envergonhados, é evidente a influência que sofria da doutrina corporativista, difundida no Brasil especialmente pelos intelectuais do nacionalismo autoritário, antes da fundação do Integralismo.

asseguradas suas legítimas e lícitas reivindicações e assim, finalmente, fosse possível que “todos os organismos vivos da economia nacional e que contribuem para o bem-estar coletivo e a prosperidade da Nação girem dentro de uma órbita de harmonia perfeita e possam colher frutos da sua atividade e labor honesto.”²⁴⁹.

Por fim, é necessário relembrar que o Clube 3 de Outubro não formulou propriamente um estudo do quadro sócio-histórico do país. Isso não estava entre os seus objetivos. Suas impressões sobre o passado e o presente apareceram de maneira pulverizada, em diferentes documentos internos e manifestações públicas, com o objetivo de legitimá-lo como interlocutor privilegiado no debate e referendar suas propostas, que foram defendidas de maneira mais organizada no *Esboço do Programa* (...), nas *Teses aprovadas na I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro* e na *Síntese Outubrista*. Para elaborar seus argumentos, a entidade se apoiou na memória da rebeldia militar dos anos 1920, estabeleceu diálogos e revisou aquilo que foi produzido no debate público, entre os anos 1910 e o início dos anos 1930, especialmente pelos intelectuais do nacionalismo autoritário – mais especificamente no que diz respeito ao diagnóstico do “artificialismo” e obsolescência das instituições da República liberal em relação à realidade brasileira. Foi daí que apelou para medidas reformadoras que, estando amparadas em uma “moderna sociologia”, de base doutrinária corporativista, previam a montagem de um Estado condutor da mudança desejada para a construção de uma sociedade de classes harmônica²⁵⁰.

Dito de outro modo, é bastante claro até aqui que o diagnóstico geral do grêmio sobre o funcionamento das instituições e da sociedade durante a “Velha República” tem muitas interseções com aquele feito por Alberto Torres e Oliveira Vianna, afastando-se, contudo, de maneira mais marcada em relação ao tema das Forças Armadas. Uma particularidade perfeitamente plausível e até esperada, por se tratar de uma organização sob a liderança de “tenentes”, que traziam da experiência “militar-rebelde” a percepção de serem os “detentores profissionais do monopólio do patriotismo”²⁵¹.

²⁴⁹ AN-FGM SA 591, discurso (2 vias, manuscrito e datilografado) do titular agradecendo a homenagem (não explícita) dos trabalhadores de todas as categorias, onde traça um panorama dos fenômenos sociais e econômicos, destacando o desequilíbrio entre capital e trabalho na sociedade brasileira..., 1932-1933.

²⁵⁰ O CLUB 3 de Outubro e a constituinte: Manifesto à nação. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 27/12/1931; UM APPELLO á mocidade brasileira. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 8/1/1932;

²⁵¹ Expressão utilizada por João Quartim de Moraes (1991, p.20) para se referir à posição de “tutores da República” dada a si próprios por militares intervencionistas ao longo da história da República brasileira.

Como um vetor de cultura política, o Clube 3 de Outubro não procedeu simplesmente por doutrinação sobre seus sócios, que tampouco restringiam sua experiência de vida e formação política a este espaço. Ainda assim, suas práticas, organização e disciplina interna analisados, oferecem indícios substanciais – “implicações observáveis” (Heinz; Codato, 2015, p. 259) – da sua capacidade de contribuir para difundir temas, valores, representações e modos de raciocínio que, à medida em que eram reiterados e normalizados, contribuía para deixar seus filiados sujeitos a ideias e ações mais alinhadas à “família política” do nacionalismo autoritário (Berstein, 2009, p. 37).

4.2.3 “O interesse de todos acima do interesse de cada um”: o que fazer da “Revolução de 1930”?

Como se sabe, tão logo foi fundado, o Clube 3 de Outubro procurou organizar internamente alguns de seus objetivos principais. Já no final de maio de 1931, discutiu, coletivamente, sete pontos, alguns deles já mencionados neste trabalho, que foram chamados de “Orientação política que deve ter o Clube, de acordo com (*sic*) o parecer da comissão nomeada para estudar o assunto”. Resumidamente, são eles: (1) combate ao “profissionalismo político”; (2) a defesa da manutenção da ditadura do Governo Provisório enquanto for necessário para a execução de reformas da “Administração” e da “Justiça”, bem como para pôr fim à “Máquina Eleitoral”; (3) na falta de força política para manter a ditadura, trabalhar intensamente “para a organização de uma constituinte genuinamente revolucionária”; (4) aceitar uma constituinte somente em último caso e, ainda assim, tentar estabelecer, por um período longo, uma “ditadura constitucional” que torne possível realizar “o programa revolucionário”; (5) orientar-se por sistemas “políticos racionais, dentro das novas realidades políticas e sociais”; (6) defender a representação de classes com o censo alto, “ligando o trabalho à estrutura política do país.”; (7) atender ao máximo de reivindicações sociais, desde não seja atingida a “estrutura geral” da sociedade de classes²⁵².

Em comparação ao movimento na década de 1920, no Tenentismo do pós-30 as críticas e propostas direcionadas à República, além de admitirem a necessidade de superar a Constituição de 1891, extrapolaram o universo jurídico-político e passaram a abarcar o âmbito socioeconômico, mantendo, no entanto, a preocupação com a estabilidade da ordem social. Isso pode ser explicado, primeiro, pela própria trajetória do movimento, que acabou

²⁵² CPDOC-AAP club 1931.05.28, orientação política que deve ter o Clube, de acordo com o parecer da comissão nomeada para estudá-la, 28/5/1931.

colocando seus combatentes em contato com as contradições e desigualdades do interior do Brasil, especialmente durante a marcha da Coluna Prestes. Em segundo lugar, pelo retorno involuntário à vida civil experimentado por muitos “tenentes”, expulsos da corporação e/ou exilados, os quais foram obrigados a reestruturar suas vidas no âmbito pessoal e profissional – algo que poderia torná-los mais sensíveis aos “temas da sobrevivência”. Em terceiro lugar, pela ampla participação de civis no Clube 3 de Outubro, que trouxeram suas próprias contribuições, especialmente a partir de 1932 (Gráfico 2 e Gráfico 3) – entre eles, alguns intelectuais relevantes já mencionados, como Alcides Gentil, Pontes de Miranda e Temístocles Cavalcanti. Por último, pela centralidade que o nacionalismo autoritário acabou adquirindo como referência para suas leituras de mundo (Fausto, 1983, p. 77-82; Forjaz, 1988, p. 98-102; Saes, 2011, p. 141-147; Viviani, 2009, p. 130-152). Tais fatores, do campo da experiência vivida e do nível do discurso, ao que tudo indica, se constituíram mutuamente, contando com o Clube como uma estrutura de mediação (Berstein, 2003, p. 60-61). Fato é que, que se as oligarquias dissidentes se aliaram ao Tenentismo na “Revolução de 1930”, durante o “Governo Provisório” suas porções econômica e eleitoralmente mais fortes elegeriam o Clube 3 de Outubro e seus sócios como um dos principais, senão o principal, adversário político.

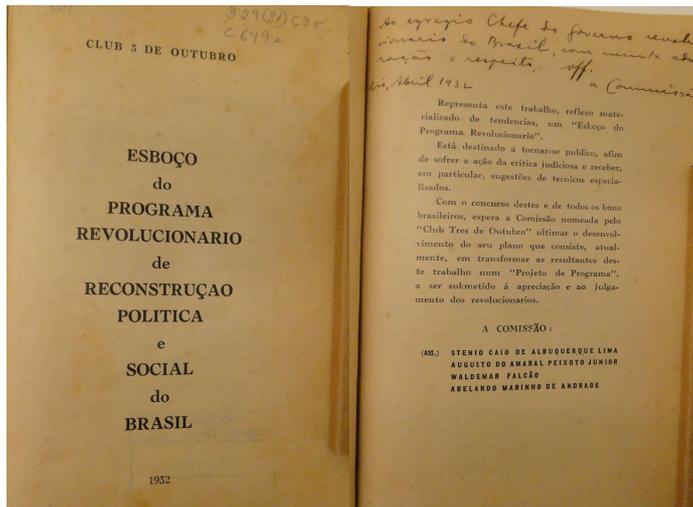
Essa ampliação da visão a respeito dos fatores considerados críticos na República liberal-oligárquica, através de análises desenvolvidas no âmbito do grêmio, é muito clara nos documentos analisados no item anterior. Uma síntese dessa nova postura do movimento pode ser encontrada na entrevista concedida por Cristiano Buys, publicada pelo *Boletim do Clube 3 de Outubro*, em maio de 1932, na cidade de Caxias do Sul (RS). Segundo o “tenente”, nenhuma reforma política se sustentaria sem uma (re)organização econômica e financeira do país:

[...] estamos profundamente convencidos de que o fato social é um epifenômeno do fato econômico; os nossos adversários [...] [p]ensam que, restabelecendo-os [os direitos políticos] a sociedade retomará a sua marcha normal. [...] Nós pensamos, pelo contrário, que nenhuma organização exclusivamente política, sem um sólido embasamento econômico e uma inteligente organização financeira, poderá subsistir longamente nos tempos que correm. **Viverá vida precária, sob ameaça constante de uma subversão iminente.**²⁵³

²⁵³ CLUB 3 de Outubro e a Frente Unica: Como o dr. Cristiano Frederico Buys, em entrevista aos “Diários Associados”, define a posição da novel agremiação, em face dos partidos gaúchos. *Boletim do Clube 3 de Outubro*, Caixas, p. 3, 5/1932, grifo nosso.

Enquanto uma “grade de leitura” da realidade, uma cultura política traz consigo sua própria idealização do funcionamento de um sistema político, de acordo com um ambicionado modelo de sociedade ideal que, orientado por uma base filosófica-doutrinal, se materializa na ação em prol de um plano de (re)organização do Estado (Berstein, 1998, p. 350-351; 2009, p. 34-35). No caso do Clube 3 de Outubro, alguns aspectos superficiais desse “plano” de (re)organização do Estado, pensado a partir de uma perspectiva orgânico-corporativista de sociedade ideal, já podem ser observados na “orientação política” sugerida por sua comissão interna, mencionada anteriormente. Entretanto, tais propostas ganharam certa complexidade, e maior sistematização, com o *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil* (Figura 6).

Figura 6 - Capa e contracapa de um exemplar do *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil* dedicado a Getúlio Vargas.



Na parte superior há um manuscrito em que se lê: “Ao egrégio Chefe do Governo revolucionário do Brasil, com muita admiração e respeito, ass. a Comissão, Rio, Abril 1932.”. Pelo que foi possível apurar, o volume pertencia ao Arquivo Getúlio Vargas (CPDOC-GV), mas foi transferido para o arquivo Augusto do Amaral Peixoto (CPDOC-AAP). Fonte: CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e.

De acordo com Juarez Távora, o *Esboço do Programa (...)* foi elaborado a partir de uma comissão nomeada exclusivamente para construir proposituras e “delineamentos de uma nova estrutura institucional, capaz de apoiá-las”, em Assembleia Geral Extraordinária

ocorrida no início de dezembro de 1931 (Távora, 1974, p. 59-62)²⁵⁴. Essa comissão foi composta pelo advogado e professor Waldemar Falcão, pelo médico Abelardo Marinho, e pelos “tenentes” Augusto do Amaral Peixoto e Stênio Albuquerque Lima – todos eles, com exceção de Stênio Lima, seriam eleitos deputados constituintes, em 1933. Sua criação representou uma resposta àqueles que criticavam os “revolucionários” organizados no Clube pela ausência de um programa definido, bem como uma reação à ofensiva da política regionalista, na qual as oligarquias de São Paulo e do Rio Grande do Sul, principalmente, aumentaram a pressão pela reconstitucionalização imediata do regime (Conniff, 1979, p. 138-139; Forjaz, 1988, 139-157; Pinto, 2016, p. 235-241). Nesse sentido, segundo a ótica do grêmio, o *Esboço do Programa (...)* ofereceria alternativas de futuro “palpáveis” para a construção de “um forte movimento de opinião” em contraposição à defesa do fim do período discricionário, que naquele momento significaria tão somente “um retorno ao passado”²⁵⁵.

Escrito em 80 páginas, o documento foi publicado em trechos pelo *Correio da Manhã*, a partir de março de 1932, depois de ser apresentado e discutido com autoridades do primeiro escalão do governo²⁵⁶. Mostrou-se muito mais completo e amplo, no sentido programático, do que os manifestos e moções lançados pelos “tenentes” na década de 1920. O que denota um claro amadurecimento e um aprofundamento em relação aos temas e questões referentes à República brasileira e suas instituições, mas também diz respeito às condições dos diferentes momentos históricos do Tenentismo – primeiro, “enquanto movimento de rebeldia” e, no

²⁵⁴ Coincidindo com o que foi relatado por Juarez Távora, o *Correio da Manhã* noticiou, em 15 de dezembro, que o programa do Clube 3 de Outubro já estava em confecção. No entanto, para o jornal, seria um programa partidário – tipo de agremiação que o Clube se recusou a ser. Ver O CLUB “3 de Outubro” organiza-se em partido. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 15/12/1931.

²⁵⁵ Em manifesto publicado pelo grêmio na primeira página do *Correio da Manhã*, afirma-se que aqueles que defendem a constitucionalização querem somente “voltar aos postos de mando”, não apresentando nenhuma outra proposta detalhada. O que seria diferente da conduta do Clube que vinha estudando, com seus sócios e outros nomes de “mentalidade revolucionária”, “diretrizes marcadas” para a “reforma do regime”. Ver MANIFESTO á nação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 27/12/1931. Por sua vez, Góis Monteiro, enquanto vice-presidente, destaca a intenção da organização de conformar “um forte movimento de opinião” em torno das ideias que sintetiza. Ver sua declaração publicada na íntegra três dias após o manifesto, PORQUE o General Góes Monteiro é contrário a Constituinte imediata, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 30/12/1931.

²⁵⁶ CPDOC-AAP 329(81)C3O/C649e, Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil. O PROJECTO de reconstrução nacional do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 31/1/1932; A REORGANIZAÇÃO social e economica do paiz no programma do Club 3 de Outubro: Algumas idéas do gremio revolucionario da extrema esquerda. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 4, 24/2/1932; O INTROITO do programa do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 2/3/1932.

pós-1930, com os “tenentes no governo”²⁵⁷. Contudo, quanto à forma, o texto assumiu uma organização confusa e uma apresentação de propostas bastante repetitiva e enfadonha.

Dessa maneira, o *Esboço do Programa* (...) foi dividido em cinco partes, que podem ser descritas sinteticamente, a princípio. Na primeira parte, são apresentados ao leitor eixos gerais que direcionariam as proposições do Clube para nove áreas específicas, sendo chamados de “pontos cardiais”: “Brasilidade”, que procuraria encaminhar a reestruturação da federação em direção centrípeta; “Economia”, voltado para a atenção com a reorganização da economia, da administração e das finanças públicas, bem como para a garantia da “finalidade social” da propriedade privada; “Humanidade”, direcionado para cobrir as preocupações do grêmio com a proteção do país em relação aos interesses imperialistas e com a mitigação da luta de classes; “Democracia”, que orientaria para a superação do modelo da “democracia liberal”, base da Constituição de 1891, a partir da absorção de aspectos da “democracia corporativa”; e “Justiça”, cuja direção perseguida deveria ser a construção da “unidade e independência” do Poder Judiciário e a criação dos “Tribunais do Trabalho”. Na segunda parte, exibem-se as nove áreas para as quais o grêmio tinha propostas – considerando as direções dos tais “pontos cardiais”. São elas: “Nacionalidade”, “Economia”, “Finanças”, “Administração pública”, “Sociedade brasileira”, “Política”, “Justiça”, “Defesa Nacional” e “Relações Exteriores”. Já a terceira apresenta o detalhamento do “plano geral de reformas e organização” para cada uma dessas áreas, durante a estruturação de um novo regime. A quarta parte procurou explicitar a relação do plano de reformas com a orientação filosófica-doutrinária seguida pelo grêmio. Por exemplo, a respeito da “Política”, deixou claro a importância que teve a defesa da representação profissional no programa – um dos elementos centrais do ideário orgânico-corporativista:

Considerar como única fórmula capaz de assegurar uma **verdadeira organização política, nos moldes exigidos pela moderna evolução social**, aquela que permita seja o governo exercido não somente pelos indivíduos ou partidos políticos, mas sobretudo pelos agrupamentos profissionais, pelos produtores e trabalhadores organizados e pelas forças culturais do país.²⁵⁸

Na quinta e última parte, foi exposto um mínimo de medidas, as quais deveriam ser tomadas imediatamente: tudo aquilo que se faria necessário para o “estabelecimento normal de um novo regime constitucional”. Alinhando-se bastante com os objetivos iniciais escritos em

²⁵⁷ Expressões utilizadas por Boris Fausto para analisar o que considera serem os dois momentos do Tenentismo (FAUSTO, 1983, p. 57,70).

²⁵⁸ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 67, grifo nosso.

maio de 1931, o Clube gostaria de evitar um “retorno dos derrotados” ao poder, que pudesse impedir de dar prosseguimento às transformações preconizadas para um novo regime. Segundo um trecho do texto:

Considerar como medida imprescindível, para o advento constitucional, um completo saneamento moral do ambiente político nacional, devendo todos os esforços ser orientados no sentido de evitar que voltem a preponderar as forças políticas inexpressivas e gastas, [...] os políticos corruptos e incapazes, que levaram a Nação à falência.²⁵⁹

Por exemplo, também na “Política”, isso implicaria em ações como a anulação do alistamento eleitoral herdado da Primeira República e a construção de um novo sistema eleitoral capaz de apurar os “votos quantitativos”, destinados à representação política igualitária, e os “votos qualitativos”, direcionados à representação profissional. Enquanto na “Economia” se faria necessário encarar, entre outros desafios, “o problema dos latifúndios”, reconhecidos como a base em que se estruturavam os poderes locais no país. Por seu turno, a “Justiça” demandaria “um saneamento rigoroso do quadro de Juízes”, tornando “o ambiente moral da magistratura brasileira inteiramente imune de quaisquer elementos corruptos” – entre eles, a influência dos chefes das oligarquias estaduais²⁶⁰.

Mesmo que não tenha sido aprovada uma versão final do *Esboço do Programa* (...), como foi planejado inicialmente, o Clube e seus sócios tornaram essas páginas sua principal referência para a ação política nos meses e anos seguintes (Conniff, 1979, p. 148; Forjaz, 1988, p. 136; Leal, 2001, s. p.; Pinto, 2016, p. 244-245; Viviani, 2009, p. 168; Saes, 2011, p. 161-162). Na I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro, ocorrida entre 5 e 9 de julho de 1932, as 15 teses aprovadas eram claramente um resumo das propostas e princípios gerais apresentados no texto do *Esboço* (...): “15ª – Aceitar o Esboço do Programa apresentado pela Comissão do Núcleo da Capital Federal como um subsídio de orientação doutrinária.” (Távora, 1974, p. 262)²⁶¹. Em 1933, já na segunda fase da entidade, sob a presidência de Gustavo Cordeiro de Farias, a aprovada *Síntese Outubrista* pode ser descrita como uma versão bem esvaziada do *Esboço* (...), ainda assim, foi apresentada pelos estatutos como “oriunda do ‘Esboço do programa’ anteriormente publicado e tendo em conta as deliberações

²⁵⁹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 78.

²⁶⁰ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 75-80.

²⁶¹ Íntegra das 15 teses aprovadas no I Congresso Nacional do Clube 3 de Outubro publicada por Juarez Távora (1974, p. 260-262).

da Convenção Outubrista de Julho de 32 e as teses apresentadas ao Congresso Revolucionário do mesmo ano.”²⁶².

Em suas memórias, a respeito da centralidade do *Esboço do Programa (...)* para sua ação política durante o Governo Provisório, Juarez Távora afirmou:

Colaborei, com afinco, na elaboração e defesa das teses apresentadas pelo núcleo do Rio [durante a I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro], com base no ideário elaborado pela Comissão Especial designada pela Assembleia Extraordinária de dezembro de 1931 [o *Esboço do Programa (...)*]. Quase todas essas teses foram aprovadas pelo plenário da Convenção, sendo por mim defendidas no I Congresso Nacional Revolucionário, realizado em 15 de novembro, e, mais tarde, perante a Assembleia Nacional Constituinte, reunida em fins de 1933. (Távora, 1974, p. 64).

Mais adiante, comentou sobre as atuações de outros sócios, sem mencionar nomes, que seriam também norteadas pelos princípios do *Esboço do Programa (...)*, nos partidos políticos aos quais se filiariam, levados pelas exigências de um processo de reconstitucionalização, que se tornaria irreversível (Távora, 1974, p. 67-68).

Como já havia notado Viviani (2009, p. 167-168), foi em torno do *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil* que se constituíram os principais debates internos do Clube, os quais procuraram desenvolvê-lo, alterá-lo ou emendá-lo, porém, sem nunca superá-lo. Também foram o *Esboço (...)* e as *Teses aprovadas na I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro* anexados por deputados sócios do grêmio aos debates da Assembleia Nacional Constituinte, ambos apresentados como as aspirações e ideias corporificadas de “numerosa corrente revolucionária” – sendo, particularmente, as *Teses (...)* definidas como uma “síntese do programa de ação” do Clube 3 de Outubro²⁶³. Por isso, em uma análise geral das propostas do grêmio para a (re)estruturação do Estado brasileiro no pós-30 – com muitos de seus aspectos já mencionados ao longo desta pesquisa como o “programa do Clube 3 de Outubro” –, esta seção do capítulo tratará mais detidamente do *Esboço (...)*, pontuando, quando necessário, eventuais contribuições, divergências e silêncios significativos presentes nas *Teses (...)* e na *Síntese Outubrista*. Com o objetivo de tornar a leitura mais fluida e facilitar a comparação com as proposições de reforma constitucional produzidas por Alberto Torres e Oliveira Vianna – de acordo com o interesse geral desta pesquisa –, será retomada a divisão arbitrária de temas, desenvolvida por

²⁶² CPDOC-AAP 3f, Estatutos do Clube 3 de Outubro (Aprovados pelo Grande Conselho), p.1, 1933.

²⁶³ BRASIL. *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, v. III, p. 187-245.

Guillaume Saes (2011, p. 164-173), já utilizada no Capítulo 2. Relembrando: **(i) a “organização social”**, referente ao papel do Estado nas relações entre capital e trabalho; **(ii) a “organização política e administrativa”**, que diz respeito à configuração dos poderes da República, à relação entre União e estados, e ao sistema de representação; **(iii) a “organização econômica”**, atentando ao que avaliavam quanto o papel do Estado na defesa dos interesses nacionais no campo da economia; **(iv) e**, por último, a **“organização militar”**, que discute as Forças Armadas e seu papel no equilíbrio entre as unidades federadas e o poder central, bem como a proteção do país em tempos de guerra.

Assim, quanto à (i) **“organização social”**, já foi apresentada ao(à) leitor(a) a postura paternalista-autoritária do Clube 3 de Outubro que, temendo uma ruptura da ordem social pela radicalização da luta de classes, via “bolchevismo”/comunismo, fez críticas diretas às omissões, limitações e quaisquer possibilidades de promoção da prosperidade coletiva pelo individualismo liberal. Por isso, propôs a alternativa de uma nova institucionalidade de viés coletivista, capaz de garantir a manutenção da desejada harmonia social, através de um Estado forte e centralizador, promotor da integração orgânica e do equilíbrio das forças do capital e do trabalho. Nesse sentido, perseguindo uma nacionalidade como um “conjunto harmônico e consolidado”, deveria o Estado combater a profunda desigualdade e a miséria, assegurando a existência de todos: “A miséria como resultante da culpa do indivíduo é um crime deste; a miséria sem culpa do indivíduo lhe dá o direito à imediata proteção do Estado.”²⁶⁴. Tal como Alberto Torres e Oliveira Vianna, o Clube elegeu a desigualdade promovida pela desorganização socioeconômica do país como um alvo sensível das instituições públicas, pois seria um dos principais, senão o principal, obstáculo da construção da unidade nacional.

Para lidar com o que seria a “procrastinação sem fim das reformas sociais reclamadas pelas classes trabalhadoras e produtoras”, que estendiam o “mal-estar e a intranquilidade” do país durante a “Velha República”, o grêmio civil-militar sugeriu uma mudança de rumo²⁶⁵. Primeiramente, se faria necessário a criação uma legislação societária que regulamentasse, *obligasse* e garantisse a formação e o funcionamento de associações profissionais, culturais, beneficentes, educativas e morais, tornando-as capazes de exercer o direito de representação no Congresso Nacional²⁶⁶.

Ademais, o trabalhador também deveria contar com leis que o protegesse, uma vez que “o trabalho” não constituiria apenas uma “mercadoria” sujeita às leis da oferta e procura,

²⁶⁴ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 46.

²⁶⁵ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 6.

²⁶⁶ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 56.

mas também traria em si o “elemento humano” ou “civilizatório”, tendo “um valor moral quintessenciado”. Por isso – avançando bastante, em comparação à extensão e diversidade das propostas oferecidas, pelos intelectuais autoritários, para os trabalhadores urbanos –, o Clube 3 de Outubro apontava como necessário a existência de um salário-mínimo, chamado de “salário vital”, “capaz de garantir a subsistência do trabalhador e da sua família e a educação dos seus filhos”. Como seu complemento, sugeriu a criação de leis que promovessem a participação dos funcionários nos lucros na empresa, o “acionato do operariado” e a sua “participação na cogestão”, “tudo com o fim de tornar possível e efetiva a associação do capital-trabalho ao capital-dinheiro.”²⁶⁷.

O mesmo argumento reclamava a necessidade de um “Código do Trabalho”, que garantisse alguma regulação das condições do “trabalho proletário”. Nele, chamam atenção as propostas que tratam: do estabelecimento de limites para a jornada de trabalho de homens, mulheres e menores – sem dizer quais eram tais limites –; da “legitimação do **direito de greve, como uma prerrogativa inalienável e necessária do operário**”; da instituição de “Tribunais do Trabalho” para a arbitragem de conflitos entre patrões e empregados; e da “criação, sob o controle do Estado, da Caderneta do Trabalhador” para o registro da conduta “boa ou má”, “de forma a operar a seleção dos bons elementos”. Também seriam previstos no Código, a instituição de um “seguro social proletário”, financiado proporcionalmente pelos patrões, empregados e pelo Estado, para casos de acidente, invalidez, “velhice” e que amparasse a “mulher proletária”. Além do seguro, deveriam existir, também financiadas por capitalistas, empregados e pelo Estado, escolas de ensino profissional “destinadas a beneficiar os proletários e seus filhos”²⁶⁸.

Aos desempregados, ou “desocupados” e “sem trabalho”, como prefere o texto do *Esboço* (...), estava prevista uma pequena pensão ou a disponibilização de comida para assegurar a subsistência. Além disso, deveriam ser identificados e enviados compulsoriamente para “campos de produção agrícola e núcleos coloniais”, onde viveriam melhor que nas cidades, ou serem utilizados em obras públicas.²⁶⁹

Por um lado, essas propostas para o mundo do trabalho revelam uma postura pragmática do grêmio de tentar se conectar e obter apoio dos movimentos de trabalhadores organizados, cuja atividade, intensificada desde o final da década de 1910, demandava a conquista e ampliação de direitos como a redução da jornada, proteção contra acidentes,

²⁶⁷ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 57

²⁶⁸ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 56-57.

²⁶⁹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 56-57.

aumento de salário, férias e descanso remunerados (Batalha, 2013; Hahner, 1993, p. 199-281; Viscardi, 2010). Tal opção pela aproximação com os trabalhadores organizados, que será vista com maiores detalhes no próximo capítulo, poderia ajudar a explicar a defesa do direito de greve, algo bastante controverso na época. Por outro lado, essas mesmas propostas também correspondem a aspectos programáticos afins à doutrina corporativista, propagados pelo nacionalismo autoritário como alternativa ao que seriam os “radicalismos” comunistas e anarquistas, que ganhavam espaço entre proletariado brasileiro em formação. Dos doutrinadores e das próprias experiências corporativistas, nota-se que a integração do sindicalismo ao Estado era ideia e tarefa central. O trabalho colocado à serviço do “interesse nacional” significaria a “integração subordinada” dos trabalhadores ao espaço político autoritário (Garrido, 2016, p. 30).

Dessa maneira, como Torres e Vianna, o Clube 3 de Outubro pensava o trabalho como um direito e um dever para a manutenção do equilíbrio da sociedade de classes. Por isso, não só visou garantir a proteção de direitos mínimos para assegurar sua reprodução e potencialização, mas também defendeu formas de controle e disciplinarização dos trabalhadores. Daí que junto à garantia de direitos se fazia necessária a integração dos sindicatos e associações profissionais à vida política, sob o mando do Estado. Na visão do grêmio, pertencer ao grupo dos “trabalhadores e produtores” e, portanto, contribuir à sua maneira para o desenvolvimento da “Pátria”, se apresentava como uma condição para o reconhecimento do indivíduo como sujeito da sociedade brasileira através do poder público. Raciocínio que tornaria legítimo que o Estado se dispusesse da vida daqueles que não trabalhavam, encaminhando-os forçadamente aos campos e colônias de cultivo. Na *Síntese Outubrista*, esse sentido do trabalho como um direito e um dever é ainda mais explícito:

- c) – O trabalho é dever social: todo cidadão brasileiro terá a educação do trabalho e deverá ser técnico de alguma profissão;
- d) – O trabalho é direito do indivíduo; (*sic*) o Estado deve assegurar o direito ao trabalho;²⁷⁰

Além da regulação das condições de trabalho, mas ainda com a intenção de garantir e potencializar a capacidade do trabalhador de contribuir para a “Nação” – que estaria sendo bastante dificultada pelas injustiças sociais e suas consequências geradas pela excessiva desregulação liberal –, o *Esboço* determinava que à República, aos estados e aos municípios caberia zelar “pela moralidade, saúde e melhoria social do indivíduo e da família.”. Era um

²⁷⁰ AAP-3f, Programa Síntese Outubrista, Rio de Janeiro, 1933, p. 28.

guarda-chuva de obrigações sob o qual estariam incluídos planos de incentivo à prática de esportes, principalmente aqueles capazes de desenvolver nos adultos “qualidades militares”, financiando sociedades e instituições esportivas; a reorganização e “racionalização” dos serviços de Saúde Pública, voltados basicamente para questões sanitárias, sob diretrizes do Departamento Nacional de Saúde Pública; a garantia do atendimento gratuito, pelo Estado, a todos aqueles enfermos e correlatos, que não pudessem pagar, sendo tudo orientado e fiscalizado pelo Departamento Nacional de Assistência Pública; e, para complementar as “realizações de caridade privada”, a criação de um sistema de Previdência Social, financiado por um Fundo de Beneficência Social, para o qual contribuiriam proporcionalmente municípios, estados e a União²⁷¹.

Em relação à educação, as orientações do *Esboço* (...) eram mais detalhadas, com a intenção de habilitar os jovens “a se tornarem cada vez mais úteis à Humanidade e à Pátria”. Tratava-se de um plano de ensino, de orientação nacional, com variadas formações como o “ensino primário obrigatório”, o “ensino médio”, o “ensino secundário ou ginásial”, o “ensino Superior ou Universitário” e o “ensino profissional” – esse contando com escolas agrícolas, domésticas, comerciais, populares, entre outras. Tudo isso “gratuito para todos aqueles que por si, seus pais, ou responsáveis, não disponham [dispunham] de um mínimo de recursos pecuniários, determinado por Lei [...]”, e cobrados dos demais proporcionalmente a suas rendas individuais ou familiares. E dentro de uma perspectiva meritocrática, bastante característica do meio militar e do nacionalismo autoritário – pelo menos no nível do discurso –, os alunos seriam admitidos e classificados tão somente segundo suas “aptidões, conduta e capacidade de assimilação”.²⁷²

Como se sabe, para os “tenentes” e seus apoiadores, que se organizaram no Clube 3 de Outubro, ser “revolucionário” não significava defender uma “revolução popular”, que pusesse fim à propriedade privada, à sociedade de classes e entregasse o poder aos trabalhadores – tal como havia defendido Luiz Carlos Prestes nos seus debates com Juarez Távora, no primeiro semestre de 1930. O termo remetia tão somente à trajetória das revoltas tenentistas, nos anos 1920, e aos enfrentamentos violentos que desembocaram no Governo Provisório. Os “verdadeiros revolucionários” se apresentavam na busca por uma saída alternativa, sistêmica e conservadora, do ponto de vista da considerada essencial proteção da sociedade de classes que, para continuar existindo, deveria ser reformada e finalmente equilibrada pelas instituições do Estado, segundo as necessidades próprias da realidade do país:

²⁷¹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 60-64.

²⁷² CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 59-61.

A sociedade brasileira, [re]constituída de molde a anular a influência das classes improdutivas e parasitárias, a fortalecer as produtoras e a fazer preponderar as trabalhadoras [...] – deverá ser [re]organizada em partidos políticos, associações profissionais e instituições, cuja atividade será regulada por lei, de maneira harmônica e equitativa, para que diminuam ou desapareçam as injustiças sociais e se evite a exploração de uma classe pelas outras²⁷³.

Assim, mesmo que nos seus próprios documentos os outubristas tenham se apresentado, por vezes, como “socialistas”, ou “nacionalistas-socialistas” e pertencentes a uma “esquerda revolucionária”, os significados que essas expressões assumiram eram bastante peculiares. Eles revelavam no “horizonte de expectativa” (Koselleck, 2006, p. 307-309) do grupo o vislumbre de uma sociedade-ideal harmônica e de um plano organizacional de Estado, ambos orientados por uma cultura política nacionalista autoritária e sua base filosófico-doutrinária corporativista. Em fevereiro de 1932, direcionando um recado à oposição liberal paulista e gaúcha, Góis Monteiro atrelou o “programa revolucionário” ao “programa do Clube 3 de Outubro” e o classificou como “nacionalista-socialista”²⁷⁴.

Durante I Congresso Nacional Revolucionário, em novembro do mesmo ano, Juarez Távora ofereceu sua proposta para a “linha ideológica” a ser adotada por todos que ali se reuniram, que foi lida pela secretária Ilka Labarthe²⁷⁵. Na intervenção, se colocou como representante da “Comissão Executiva Nacional do Clube 3 de Outubro” que, partindo das 15 teses aprovadas na I Convenção Nacional da agremiação, teria reforçado a necessidade de o Congresso Revolucionário caminhar na direção da “tendência socialista”, desde que subordinada às realidades nacionais. O que, na prática, corresponderia disputar pela centralização política e pela representação profissional, segundo as concepções do nacionalismo autoritário:

- a) Que este Congresso adote, como diretriz geral de sua ideologia, a tendência socialista, subordinando-a, a cada passo, às realidades e tendências nacionais.
- b) Que, como meio mais prático de atingir esse objetivo, se propugne pela sindicalização de classes, com direito de representação política, **já no próximo Congresso Constituinte** [...].
- c) E, como lemas sintéticos de sua ideologia:
“O interesse da coletividade acima de interesse do indivíduo. (sic)

²⁷³ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 13.

²⁷⁴ DECLARAÇÕES do General Góes Monteiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.1, 25/2/1932 .

²⁷⁵ OS TRABALHOS do Congresso Nacionalista. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 19/11/1932.

“A União incontestavelmente sobreposta aos Estados federados”
 “O nacionalismo acima do internacionalismo. (*sic*)”
 “Todo poder emana e depende da vontade dos cidadãos, encarados, sucessivamente, sem distinção de qualquer espécie, como células da sociedade política e como elementos componentes de todas as classes profissionais que a integram.”²⁷⁶

Já o termo “esquerda revolucionária” foi primeiramente usado pela imprensa para definir a posição ideológica do Clube, que também chegou a ser tratado como uma organização de “extrema-esquerda”²⁷⁷. A designação foi logo assumida pelo grêmio e pelos sócios, que assim se viam, por julgarem constituir uma posição contrária àqueles setores empenhados pelo fim imediato da ditadura do Governo Provisório e pela elaboração leis e instituições de tendência liberal e federalista na nova Constituição. Pelo menos até a Assembleia Nacional Constituinte, o Clube 3 de Outubro se considerou o grupo mais à esquerda dentro da base de apoio do Governo Provisório, principalmente pelo seu esforço para a construção de um Estado tutor capaz de trazer soluções para os profundos problemas sociais e econômicos do país²⁷⁸. O *Correio da Manhã*, procurando definir sobre o que seria tal “esquerda revolucionária” que agiria segundo “orientações político-sociais do Clube 3 de Outubro”, pontuou:

À esquerda revolucionária [...] pertence todo aquele, civil ou militar, que pejeja para que a ditadura vá realizando as suas finalidades, por um processo normal de reformas e reconstruções, até que o país esteja sanado

²⁷⁶ CPDOC-JT dpf 1931.12.12, folha 147, “Síntese elucidativa do major Juarez Távora, definindo a ideologia do Primeiro Congresso Revolucionário do Brasil”, novembro de 1932.

²⁷⁷ A REORGANIZAÇÃO social e econômica do país no programma do Club 3 de Outubro: algumas idéas do gremio revolucionario da extrema esquerda. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 24/2/1932. AS CHAMADAS aspirações mínimas da esquerda revolucionaria. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 8/4/1932. Em editoriais do *Diário Carioca*, José Eduardo de Macedo Soares, identificando-se como “revolucionário liberal”, procurou se diferenciar dos radicais de “esquerda”, organizados especialmente no Clube 3 de Outubro, e dos “reacionários prestistas” – em alusão a Júlio Prestes –, defensores do regime derrotado. Ver, por exemplo, SOARES, José Eduardo de Macedo. A torre de Babel. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 24/2/1932; SOARES, José Eduardo de Macedo. Legislação Revolucionária. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 25/2/1932.

²⁷⁸ É bom reforçar que o conceito “esquerda revolucionária”, usado pelo Clube 3 de Outubro e seus contemporâneos na primeira metade da década de 1930, difere da categoria analítica “esquerda militar”, elaborada por João Quartim de Moraes (1991) e trabalhada também por Paulo Ribeiro da Cunha (2020). Para Moraes, a “esquerda militar” diz respeito a frações das Forças Armadas, caracterizadas pela defesa de valores socialmente progressistas e posições políticas democratizantes, que existiram desde o final do Império e teriam beirado à extinção na corporação a partir do golpe de 1964 (MORAES, 1991, p.11-19). No caso, o Clube 3 de Outubro, como se viu, é uma organização autônoma liderada por militares com participação majoritária de civis, cuja primeira bandeira levantada é a extensão do período ditatorial do Governo Provisório como condição para a aplicação de reformas julgadas urgentes.

inteiramente de todos os métodos viciados do regime deposto e possa entrar na nova fase legal, sem o receio de voltar às velhas e carcomidas praxes.²⁷⁹

Em manifesto de abril de 1932 o próprio Clube, através do seu Conselho Superior, se apresentou como “intérprete fiel” do “pensamento da esquerda revolucionária e das massas populares”, reivindicando mudanças que considerava imprescindíveis de serem realizadas ainda no período ditatorial, entre elas: a revisão do sistema tributário para a instituição de impostos progressivos; a sistematização de um plano para o ensino primário e técnico-profissional para todo o país; e uma legislação para o trabalho e organização sindical, garantindo a representação profissional²⁸⁰.

Ainda como parte das propostas (re)organização social e, portanto, sobre a preocupação de garantir “a todos a existência digna da pessoa humana”, o Clube também se voltou para a população do campo²⁸¹. Mesmo não ostentando a perspectiva agrarista de Torres, também defendida por Oliveira Vianna nos anos 1920, considerava ser essencial garantir e até intensificar a localização de famílias no interior, inclusive daquelas atingidas pelas secas, evitando sua migração para as cidades e o contato com “os males do urbanismo”²⁸². Isso exigiria garantir o “uso social” de terras devolutas e ilegalmente ocupadas, revertendo-as em “patrimônio coletivo” para a construção de “núcleos coloniais cooperativos” – sem esclarecer como funcionariam. No mesmo sentido, o *Esboço (...)* também sugeriu o confisco de terras improdutivas pelo Estado, principalmente daquelas próximas às vias de transporte, cujo cultivo deveria ser obrigatório – sem mencionar indenização ao proprietário. Tratava-se de um incentivo ao estabelecimento de pequenas propriedades rurais, “mediante a transferência direta de lotes de terra cultiváveis para o trabalhador agrícola”. O que seria uma forma de reduzir, até o mínimo possível, “todas as formas de latifúndio”, contribuindo, diretamente, para que “o trabalhador concretizasse seu patrimônio em terra própria” e, indiretamente, para a diversificação da produção agrícola, abaixando o preço de produtos de primeira necessidade²⁸³.

Sobre esse tema, o que se vê na “Síntese Outubrista”, é que toda a gama de sugestões mais específicas presentes no *Esboço (...)* dá lugar a elocuições mais genéricas. Por exemplo,

²⁷⁹ AS CHAMADAS aspirações mínimas da esquerda revolucionária: os “itens” que serão examinados pelo Conselho Deliberativo do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 8/4/1932.

²⁸⁰ UM MANIFESTO do “Club 3 de Outubro”: como a agremiação revolucionária encara a situação geral do país. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 29/4/1932.

²⁸¹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 46.

²⁸² CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 76.

²⁸³ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 47.

não se menciona o combate aos latifúndios, confisco de terras ou “transferência direta de lotes”. Ao invés disso, condena-se a “acumulação irrestrita de riquezas”, que poderiam ameaçar o “interesse coletivo” e, como parte das obrigações do Estado, estaria o auxílio à conquista da moradia: “O Estado veda a expansão irrestrita da propriedade, a acumulação (i)limitada da riqueza e a sua transformação em potência perigosa ao bem comum. [...] É dever do Estado o auxílio à consecução do lar individual.”²⁸⁴.

Dentro da percepção do Clube 3 de Outubro, para que as mudanças pautadas anteriormente fossem viabilizadas de fato, fazia-se urgente: a eliminação do “industrialismo político” – com o afastamento definitivo das “facções parasitárias” que ocuparam o poder durante a “Velha República”; a extensão da autoridade política da União; a formação de uma burocracia “racionalmente estabelecida”; e a representação das “classes produtoras” na direção do Estado. A princípio, tudo isso garantiria uma administração pública mais efetiva, técnica, independente e contínua²⁸⁵. Algo que, é claro, demandaria repensar a **(ii) “organização política e administrativa”** do país – e esse foi o assunto que mais tomou linhas e páginas, ganhando inclusive diagramas, no *Esboço do Programa* (...).

Como se sabe, os outubristas consideravam os governos anteriores “tirânicas” operadas pelo chefe do Poder Executivo, que contaria com um Legislativo “subserviente” e um Judiciário “complacente”. Essa correlação de forças se sustentaria em processos eleitorais fraudados, que envolviam a negociação entre múltiplos interesses das facções partidárias locais para a escolha das chapas vencedoras. Isso posto, como parte da reorganização da República, seria necessário haver o fracionamento do Poder Executivo, que além de ser reduzido a funções administrativas, seria tripartido, eleito pelo Legislativo e fiscalizado por conselhos técnicos²⁸⁶. Dessa maneira, haveria dois vice-presidentes, um político, eleito pela “Câmara Representativa Política”, e outro profissional, eleito pela “Câmara Representativa Profissional”. Já o presidente, seria eleito por ambas. Os três teriam mandatos de cinco anos. As nomeações do “Secretariado” – Ministérios –, pelo presidente, seguiriam não só princípios morais e de mérito, mas algumas delas seriam limitadas a nomes oriundos das duas câmaras²⁸⁷. A coordenação dos “secretários” – ministros – também seria dividida entre o presidente e os dois vices, ficando diretamente subordinado ao primeiro somente as pastas da Defesa Nacional e das Relações Exteriores²⁸⁸.

²⁸⁴ AAP-3f, Programa Síntese Outubrista, Rio de Janeiro, 1933, p. 28-29.

²⁸⁵ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 14-15.

²⁸⁶ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 17.

²⁸⁷ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 39.

²⁸⁸ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 45.

Sob a justificativa da continuidade administrativa e do aspecto “técnico-racional” que deveriam assumir os governos, o *Esboço (...)* sugeriu a existência de um Conselho Técnico Nacional. Com mandato de sete anos – superior ao do presidente, vices e deputados –, os 13 conselheiros seriam “peritos” em suas respectivas áreas, eleitos pelas câmaras representativas e teriam a função de orientar, coordenar, fiscalizar e vetar iniciativas do Legislativo e do Executivo²⁸⁹. Além dos 13 conselheiros, teriam assento no órgão delegados dos Conselhos Técnicos Anexos aos Secretariados.

Comparada às propostas de Oliveira Vianna e Alberto Torres, tanto o Poder Executivo quanto o Conselho Técnico Nacional defendidos pelo Clube 3 de Outubro tinham suas atribuições práticas bastante reduzidas. Em relação ao Executivo, essa decisão é compatível com a tão explorada memória das perseguições aos “tenentes” executadas pelos presidentes da Primeira República, especialmente Artur Bernardes, “o presidente do sítio”. Essa conclusão é reforçada pela preocupação do *Esboço (...)* de indicar limites à atuação desse Poder, mesmo sob eventual estado de sítio:

A decretação do estado de sítio importará, automaticamente, no funcionamento de uma corte e de judicaturas especiais, para tomarem conhecimento imediato e resolverem, dentro de prazo máximo de 48 horas, sobre a legitimidade de qualquer medida policial que, à sombra do estado de sítio atinja a liberdade pessoal ou o direito patrimonial do Cidadão.²⁹⁰

E quanto ao Conselho Nacional, as prerrogativas sugeridas pelo grêmio não fariam dele uma espécie de “quarto poder”, diferente da ambição dos intelectuais autoritários. Ainda assim, é evidente, entre esses dois grupos, que a propositura de conselhos técnicos representava uma expectativa comum de construir anteparos à influência dos chefes das oligarquias na administração pública, abrindo o Estado para a presença de “peritos” e para a ação, mesmo que controlada, dos representantes das “classes produtoras”. No *Esboço (...)*, justificou-se a necessidade da criação dos Conselhos Técnicos, sobretudo como órgãos de consulta obrigatória, como uma forma de contornar o que seria um “preconceito”, generalizado entre as “elites governamentais”, de que teriam os “homens de governo” uma “onisciência” sobre os assuntos brasileiros, simplesmente por estarem investidos em seus cargos²⁹¹. Esse trecho do documento praticamente repetiu os apontamentos sobre o assunto feitos por Oliveira Vianna, em *O Idealismo da Constituição* (Vianna, 1939, p. 268) e em *Problemas de Política*

²⁸⁹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 40.

²⁹⁰ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 68-69.

²⁹¹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 46.

Objetiva (Vianna, 1947, p. 205-226), para quem os conselhos também deveriam ser de consulta obrigatória. Na perspectiva do nacionalismo autoritário, a existência dessas instituições seria uma forma de aproximação do ideal exercício da “política científica”, na qual as corporações são habilitadas a oferecer informações profissionais e técnicas a respeito de suas atividades aos governos. Para o Clube 3 de Outubro, os conselhos constituíam parte do esforço de garantir a “verdadeira organização política” capaz de atender à “moderna evolução social”: aquela que contemplasse não só a participação de indivíduos e partidos, mas principalmente de agrupamentos organizados de trabalhadores, de produtores e das “forças culturais do país”²⁹².

Pressupondo a possibilidade da existência de um Estado reformulado, capaz de definir os “verdadeiros interesses nacionais” no nível da União, tornar-se-ia necessário garantir um aparato burocrático mais efetivo também no cumprimento de suas deliberações sobre a “coletividade brasileira” e, por oposição, menos sujeito à pressão e aos “desvios” particularistas dos “regionalismos”. Foi a partir daí que o Clube pensou como seria o ideal funcionamento do Poder Judiciário: uno, independente e intangível²⁹³.

Essa postura se baseava na compreensão de que a “Justiça” careceria de funcionar como uma área “eminente nacional”, um braço do poder central presente nas localidades, capaz de fazer frente aos eventuais abusos e distorções promovidos pelas autoridades estaduais e municipais, muitas vezes tuteladas pelos “chefes e potentados de aldeia”. Por isso, o *Esboço* cravou: “a unificação da Justiça e das Leis Processuais, tornando uma e outras da competência da União, embora concedendo-se aos Estados poderes regulamentários, no sentido de uma melhor adaptação da legislação processual às condições locais respectivas.”²⁹⁴. Para deixar claro, o Judiciário deveria ser independente em relação aos poderes das oligarquias, porém alinhado ao “interesse nacional”, para garantir que fossem cumpridas localmente as normas decididas em nível Federal.

É importante observar que esse trecho do *Esboço do Programa (...)* é praticamente uma repetição daquilo que Oliveira Vianna recomendou, a respeito do Judiciário, no seu “Programa de Revisão da Constituição Federal de 1891” – que teria sido escrito sob a encomenda de Juarez Távora, para o uso do Clube 3 de Outubro, em 1932, e tornado público na segunda edição de *Problemas de Política Objetiva* (Vianna, 1947, p. 275-300). Mesmo que tal sugestão de Vianna já tenha sido citada no capítulo anterior, vale repeti-la aqui, para que

²⁹² CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 67.

²⁹³ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 18.

²⁹⁴ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 70.

o(a) leitor(a) faça a comparação: “a unificação da justiça e do processo tornando uma e outra da competência da União; concedendo-se aos Estados apenas poderes regulamentares, no sentido de uma melhor adaptação da legislação processual às condições locais respectivas.” (Vianna, 1947, p. 286). Ao que parece, fazendo menção também à clássica tese de Vianna, desenvolvida em *Populações Meridionais Brasil*, o Clube 3 de Outubro procurou justificar essa posição a respeito da Justiça afirmando que, diante de “um povo de cultura política ainda deficiente” e em “um regime generalizado de política de clã”, essa seria a única forma de garantir a liberdade civil dos cidadãos²⁹⁵.

Contudo, dessa vez indo além de Oliveira Vianna e Alberto Torres, o *Esboço do Programa (...)* propôs a existência de um Supremo Conselho de Justiça, composto por 44 juízes, 2 para cada estado da federação, que fariam a interpretação final da Constituição. Esse conselho teria câmaras especializadas e entre elas haveria a câmara eleitoral, que trataria de todos os recursos eleitorais, inclusive sobre a o reconhecimento de poderes dos eleitos²⁹⁶. As decisões das câmaras poderiam ser questionadas recorrendo-se ao plenário do Supremo. Reforçando sua independência, desta vez em relação ao Executivo e ao Legislativo, os magistrados desse colegiado deveriam ser eleitos pelo “eleitorado distrital” e por juízes distritais e municipais – diferente do que determinava a Constituição de 1891, no artigo 48, no qual seus equivalentes, os ministros do Supremo Tribunal Federal, deveriam ser nomeados pelo presidente da República, sujeita a nomeação à aprovação do Senado²⁹⁷. Por fim, os “Tribunais Regionais” seriam instituídos “em harmonia com os princípios capitais da organização e funcionamento da Justiça”²⁹⁸. Quanto à reorganização e unificação das leis processuais, ela deveria garantir a simplificação do processo, “a gratuidade e a rapidez da Justiça e a sua plena acessibilidade a todas as classes da Sociedade.”²⁹⁹.

O item quatro das *Teses aprovadas na I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro*, resume e ratifica os objetivos gerais do grêmio, expressos no *Esboço (...)*, que buscava o:

Fortalecimento da União Nacional, pela ampliação dos seus meios de atuação sobre a coletividade brasileira e pela restrição de determinados excessos de autonomia local. Pugnar em consequência:

²⁹⁵ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 70.

²⁹⁶ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 18.

²⁹⁷ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 18. Ver BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). *Presidência da República*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em jul. 2023.

²⁹⁸ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 70.

²⁹⁹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 71.

a) Pela unificação da Justiça, tanto no referente à sua organização, como ao processo.” (Távora, 1974, p. 260).

Na “Síntese Outubrista”, no tópico da “Política Judiciária”, há dois itens em que o Clube parece ter decidido reforçar o controle da União sobre o Judiciário, a partir do Legislativo. O primeiro deles, previa que caso a Justiça atentasse contra o “bem comum”, ela seria passível de “correção” pela “Câmara profissional, intérprete dos interesses da coletividade”. O segundo, determinava que a mesma câmara poderia suspender ou mesmo demitir, após duas suspensões, qualquer juiz³⁰⁰. Embora tenha colocado uma contradição em relação ao que almejava o *Esboço do Programa (...)* ao sugerir a existência de um Supremo Conselho de Justiça, o texto da “Síntese Outubrista” reforçou o desejo de independência em relação à influência das facções de poder local sobre os poderes dos juizes. Uma vez que a Justiça deveria ser mais um meio para ampliar a atuação federal sobre a “coletividade brasileira”, garantindo que as decisões tomadas pela União – com o auxílio da “câmara profissional” – fossem cumpridas, de fato, nas diversas regiões do país.

Tratando, especificamente, do tema das relações entre a União e os estados, assim como no nacionalismo autoritário de Torres e Vianna, o Clube 3 de Outubro também não atacou o federalismo em si. Mas criticou sua forma adotada pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e advogou adaptá-lo às condições da “realidade brasileira”, em que predominava a “política de facções” – considerando-a obstáculo fundamental à elaboração e atuação do Estado em prol dos “interesses nacionais”³⁰¹. Daí a proposta de um “federalismo de feição centrípeta”, ou seja, aquele em que a força resultante dos distintos vetores de interesses políticos em disputa sempre submetesse a autonomia dos estados ao “interesse nacional”, definido em nível federal³⁰². Seria o contrário do que percebiam no regime deposto, em que sobressaíam os “excessos da autonomia local”, principalmente entre os estados mais fortes³⁰³.

Se, inicialmente, defendeu a autonomia dos estados, “no que se relacionar com o seu interesse doméstico”, o *Esboço do Programa (...)* também propôs que, a respeito da “esfera dos interesses nacionais” – “como, por exemplo, nos assuntos econômico-financeiros, de educação, de saúde pública, organização social, etc.” –, os entes federados deveriam sofrer o controle da União: “subordinando-se às diretrizes traçadas pelos respectivos **Conselhos**

³⁰⁰ AAP-3f, Programa Síntese Outubrista, Rio de Janeiro, 1933, p. 31.

³⁰¹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 66.

³⁰² CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 17

³⁰³ Ver a íntegra das “Teses aprovadas na I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro” em Távora (1974, p. 260-262).

Técnicos, integrantes da máquina governativa federal.³⁰⁴. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, mais adiante no mesmo texto, o Clube foi ainda mais explícito quanto ao caráter centralizador do seu programa, alegando que a federação que pela qual lutava não seguiria o modelo de “pacto entre estados”, que havia sido um equívoco adotado pelas “gerações de 91”, mas inverteria essa lógica, constituindo uma “descentralização organizada”, ou verticalizada, a partir das decisões tomadas no nível federal.

Diferente de Alberto Torres, que procurou um caminho mais sutil para fragilizar a autonomia política, a capacidade econômica, e por conseguinte a autonomia administrativa dos estados, sugerindo alterações genéricas nos critérios para intervenção e mudanças sensíveis nos sistemas de arrecadação estadual (Torres, 2002b, p. 532-533), o *Esboço* (...) cravou a primazia do “nacional” sobre o “local” – inclusive, com sentenças muito semelhantes às quais Oliveira Vianna empregou (Vianna, 1947, p. 277-278):

Negar, portanto, em teoria, quaisquer direitos privativos dos Estados em face da União e lhes reconhecer apenas os que a União lhes concede, para fins de melhor gestão dos interesses locais. [...] Nestas condições, nenhum Estado é autorizado a invocar os direitos da sua autonomia, ou a defesa de um interesse local para obstar que um interesse de caráter geral ou nacional se possa realizar dentro do seu território. Nenhum Estado, como nenhum cidadão e nenhuma classe, tem direitos contra a coletividade nacional; dentro deste conceito não há direitos contra a Nação – e é a concordância com o interesse desta que dá legitimidade ao interesse do Estado, da classe ou do cidadão.³⁰⁵

Além disso, a autonomia dos estados também estaria condicionada à capacidade de sustentar as despesas de suas próprias máquinas públicas. Caso fosse necessário o socorro do tesouro nacional, isso daria à União o direito de intervir e mesmo cassar, “por tempo indeterminado” a tal “regalia autonômica”³⁰⁶. E diferente dos artigos 5º e 6º da Constituição de 1891, o *Esboço* (...) não condicionou as possibilidades de intervenção à requisição dos respectivos governos estaduais.³⁰⁷

É interessante observar que, a despeito dessa postura mais enfática adotada no seu principal documento, os outubristas suavizaram suas declarações na imprensa a respeito do tema, considerando-se dois momentos retratados pelo *Correio da Manhã*. No final de abril de

³⁰⁴ CPDOC-AAP 329(81)C3O/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 39, grifo nosso.

³⁰⁵ CPDOC-AAP 329(81)C3O/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 66.

³⁰⁶ CPDOC-AAP 329(81)C3O/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 66.

³⁰⁷ Ver BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). *Presidência da República*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em set. 2023.

1932, Góis Monteiro deu declarações à imprensa paulista reconhecendo como legítima a demanda por autonomia administrativa vinda da Frente Única Paulista, especialmente se isso ocorresse “em perfeita situação de equivalência em face dos outros Estados”³⁰⁸. Já em agosto do mesmo ano, ainda durante a “Revolução Constitucionalista”, um comunicado escrito pela Comissão de Imprensa do Clube afirmou que a organização desejava uma “federação de estados autônomos no que interessa à sua vida interna, mas sem hegemonias”. O texto chegou a citar Rui Barbosa, que teria pleiteado em Haia “a igualdade das nações fortes e fracas perante a Justiça Internacional” – logo Rui Barbosa, liberal que chegou a ser alvo de críticas de Oliveira Vianna (Lamounier, 2014, p. 179)³⁰⁹.

Acontece que, levando em conta as condições impostas pelo programa do grêmio à preservação da autonomia dos entes federados, essas afirmações de Góis Monteiro e da Comissão de Imprensa soam mais como artifícios retóricos do que manifestações da orientação ideológica que sustentavam. Ora, quem definiria o que seria de interesse geral/nacional, senão a própria União e seus órgãos coletivos? Ambas as manifestações procuraram acalmar os ânimos e conquistar algum apoio entre os diferentes segmentos políticos, em torno das disputas que envolviam a reconstitucionalização e, para isso, parecem ter construído um discurso tentando afastar a “esquerda revolucionária” das recorrentes acusações de radicalismo e de militarismo. Em 1933, na “Síntese Outubrista”, “a política federativa” ficou resumida ao postulado “O Brasil acima dos Estados” e a dois itens, os quais tratavam da divisão territorial e da possibilidade de criação de novos estados³¹⁰.

Considerando o que foi elaborado pelo *Esboço* (...) e reafirmado nas *Teses* (...), depreende-se que, na percepção do Clube 3 de Outubro, aquilo que era visto como a possibilidade de uma efetiva expressão dos anseios do conjunto da nação, que permitiria fazer frente às tradicionais hegemonias estaduais e seus partidos políticos, se realizaria principalmente através dos órgãos coletivos integrados ao Estado, nos quais teriam representantes os “que trabalham e produzem” – seja nos Conselhos Técnicos, seja na representação profissional na Assembleia Nacional. Segundo Abelardo Marinho, um dos membros da comissão responsável pela elaboração do *Esboço*, em entrevista ao *Correio da Manhã*: “As afinidades econômicas das classes produtoras, destas ligando os interesses por

³⁰⁸ DECLARAÇÕES do General Góes Monteiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 20/4/1932.

³⁰⁹ CLUB 3 de Outubro: comunicado da Comissão de Imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 19/8/1932.

³¹⁰ AAP-3f, Programa Síntese Outubrista, Rio de Janeiro, 1933, p.32.

cima das fronteiras estaduais e das maiores distâncias, impedirão as hegemonias político-geográficas, fatais à unidade da Pátria.”³¹¹.

Essa era uma maneira de pensar a organização político-administrativa da federação que foi bastante difundida por juristas do constitucionalismo nacionalista autoritário, influenciados pelo Corporativismo, ao longo dos anos 1930 (Rosenfield, 2021, p. 87-89). Como se sabe, do pioneirismo de Alberto Torres, que trouxe nos seus trabalhos alguns elementos de um ideal corporativista de ordenação e representação profissional, partiram outros intelectuais como Oliveira Vianna, Temístocles Cavalcanti e Pontes de Miranda. São nomes que buscaram desenvolver o que seria uma espécie de solução antiliberal matizada, um “caminho do meio” entre os “excessos de autonomia”, permitidos pelos modelos clássicos do constitucionalismo liberal, e o controle asfixiante da sociedade, empregado pelo fascismo italiano. Tratar-se-ia de uma abertura regulada do Estado às associações profissionais que, em troca de suas liberdades políticas, teriam o reconhecimento do monopólio da representação das profissões ao mesmo tempo em que assumiriam funções, tanto consultivas quanto deliberativas, no Executivo e no Legislativo (Rosenfield, 2021, p. 219-220).

Assim, quanto a organização do Poder Legislativo, entendido como o espaço principal de expressão da soberania popular, o Clube 3 de Outubro se dedicou a elaborações que, a seu ver, visavam afastar as “coletividades trabalhadoras e produtoras” da posição de “meros joguetes dos políticos profissionais” e de seus partidos políticos³¹². Foi daí que, no *Esboço do Programa (...)*, propôs um Legislativo bicameral, com a “Câmara Representativa Política Nacional” e a “Câmara Representativa Profissional e Cultural da Nação”. A primeira contaria com seis representantes por estado, reservando-se 1/3 para minoria. A segunda contaria com um representante eleito pelas “Câmaras Representativas Profissionais e Culturais” de cada estado e mais um representante para cada 120 mil habitantes, que existissem em cada uma das unidades federadas. Todos os deputados contariam com mandatos de cinco anos, sem reeleição imediata, a fim de se combater mais uma dimensão do profissionalismo político: “A representação dos sindicatos mata o profissional da política no papel de intermediário explorador entre as classes e a administração.”³¹³.

Se ambas as câmaras seriam também responsáveis por eleger o presidente da República e seus vices, por sua vez, seus membros seriam escolhidos por voto secreto,

³¹¹ REPRESENTAÇÃO das classes trabalhadoras: o dr. Abelardo Marinho fala da realização dessa idéia. *Correio da Manhã*, p. 3, 29/6/1932.

³¹² CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 78.

³¹³ O CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 27/8/1932.

indireto, quantitativo e qualitativo. Indireto, porque os deputados da “Câmara Representativa Política” seriam eleitos por votantes estaduais, escolhidos por um processo de votação que teria sua etapa inicial em distritos municipais. Enquanto isso, a “Câmara Representativa Profissional e Cultural” teria seus parlamentares escolhidos pelas câmaras representativas estaduais e entre as associações profissionais e instituições culturais, reconhecidas pelo Estado. Quantitativo, quando um votante correspondesse a um voto³¹⁴. Qualitativo, quando o votante fosse membro de associação profissional e instituição cultural, valendo uma ou mais vezes seu voto, conforme o grau de desenvolvimento associativo da profissão ou instituição a que pertence³¹⁵.

Toda a organização, eventuais intervenções em quaisquer etapas do pleito e o reconhecimento de poderes ficariam sob responsabilidade do Poder Judiciário, regulado por legislação eleitoral federal. Afinal de contas, seria preciso “tornar difícilíssima, senão impossível, a fraude eleitoral”, além de “evitar que, na verificação de poderes, se deturpe a verdade expressa nas urnas”³¹⁶.

Como eleitores, estariam aptos todos os homens, maiores de 21 anos, e todas as mulheres, maiores de 25 anos, “que tenham concluído o curso primário na escola pública ou em escola particular equiparada”. O direito ao voto também deveria ser estendido aos estudantes, “dos cursos secundários ou superiores, maiores de 18 anos, sem distinção de sexo.”³¹⁷. Chamam a atenção duas peculiaridades dessa proposta: primeira, a possibilidade do voto feminino que, ainda assim, seria mais tardio, em relação à idade mínima dos homens; segunda, a inexistência de qualquer de restrição ao voto ou à candidatura de militares – superando as barreiras colocadas aos “praças de pré”, pelo art. 70 da Constituição Federal de 1891³¹⁸.

Se a proposta de voto censitário – que apareceu na “minuta do golpe” dos “tenentes”, em 1924, e que também chegou a ser considerada pelo Clube 3 de Outubro – não foi mantida no *Esboço do Programa* (...), é visível a permanência da preocupação em restringir o sufrágio e afunilar a participação popular em processos decisórios, segundo o que seriam critérios de

³¹⁴ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 39.

³¹⁵ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 17.

³¹⁶ O CLUB 3 de Outubro e a Lei Eleitoral: como nos falou o dr. Abelardo Marinho, secretario daquela agremiação revolucionaria. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2-5, 23/2/1932.

³¹⁷ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 67.

³¹⁸ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). *Presidência da República*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em jul. 2023.

capacidade e conhecimento da realidade³¹⁹. Em outras palavras, a extensão do direito de votar e ser votado deveria estar limitada a garantias que diminuíssem a possibilidade do voto “inconsciente” e “mercenário”, do qual se aproveitavam a “casta de políticos profissionais”. Ainda segundo essa lógica, bastante próxima da rejeição dos autoritários à atuação política das massas, menos ainda deveriam ter espaço os mecanismos de democracia direta: “Considerar como não merecedores de confiança os processos de democracia direta, em nosso país, bem assim outros processos idênticos adotados no estrangeiro, a iniciativa legislativa pelos cidadãos e o referendun (*sic*) posterior das leis pelos mesmos cidadãos [...]”³²⁰.

As Teses Aprovadas na I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro mantiveram a propositura de um Legislativo com duas câmaras, “uma política igualitária, resultante das organizações partidárias; e outra econômico-social, decorrente da representação proporcional das classes profissionais” (Távora, 1974, p. 261). Já a “Síntese Outubrista” radicalizou a esse respeito, limitando-se a defender a representação política enquanto a “representação de classe”, e para isso argumentou: “O eleitor escolhe mal o seu representante político; escolhe melhor o representante de sua própria classe [leia-se “classe profissional”].”

Se Oliveira Vianna (1939; 1947) se mostrou descrente quanto a efetividade da representação profissional no Legislativo, naquele momento do país, e por isso propôs privilegiar a “solução” dos Conselhos Técnicos. Nesse aspecto, o grêmio “revolucionário” se aproximou mais de Alberto Torres (2002b, p.544-547) e, embora não de maneira idêntica, também apostou em uma saída híbrida para o Poder Legislativo, que combinasse a representação política igualitária com a representação corporativa. A respeito disso, Abelardo Marinho alegou que os outubristas pretendiam estabelecer uma transição “entre a tradição nacional e a nova organização, bem como permitir a uma casa corrigir os excessos da outra.”³²¹. Também não bastaria aos “verdadeiros revolucionários” a presença dos

³¹⁹ Ainda no mês de sua fundação oficial, o Clube 3 de Outubro considerou o censo alto como critério para habilitar a participação do eleitor. Ver item “6” do documento: CPDOC-AAP club 1931.05.28, orientação política que deve ter o Clube, de acordo com o parecer da comissão nomeada para estudá-la, 28/5/1931.

³²⁰CPDOC-AAP 329(81)C3O/C649e, Esboço do Programa (...), p. 67.

³²¹ Texto assinado por Abelardo Marinho, publicado pelo *Correio da Manhã*, escrito por ocasião da I Conferência Nacional de Juristas, que ocorreu na sede da Ordem dos Advogados, com o objetivo de defender a pertinência da “representação profissional”. Ver MARINHO, Abelardo. As Theses 2 e 19 da conferência de juristas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 22/4/1933.

representantes das corporações nos órgãos consultivos, seria imprescindível sua presença também nos deliberativos³²².

Conforme observou Garrido (2016, p. 19), historicamente, a doutrina corporativista se apresentou como solução para a conciliação entre diferentes interesses econômicos e sociais, bem como para a construção da unidade política no Estado – sendo ele autoritário ou totalitário. Influenciado por uma compreensão organicista da sociedade, própria do Corporativismo, como se sabe, e tão difundida pelo nacionalismo autoritário, o Clube defendeu que, sob o reconhecimento e controle do Estado, centro balizador da vida em sociedade, deveriam ser incorporados à participação na máquina governamental “todas as classes organizadas” e todas “as correntes culturais acordes com as tradições e tendências do povo”³²³. Pois, enquanto “órgãos” ou elementos vitais da atividade econômica do país, seriam capazes de fornecer, nos Conselhos Técnicos e no Legislativo, contribuições mais qualificadas e realistas, que se articuladas e ordenadas, tornariam possível a harmonia social e norteariam, em conjunto, o desenvolvimento nacional. Algo que seria bastante diferente da ignorância sobre a realidade do “bacharelismo” e do “profissionalismo político” oferecidos pelas organizações partidárias da “Velha República”. Por isso, o *Esboço* (...) foi claro em assumir que propunha uma legislação política e governamental para a qual um dos objetivos centrais seria dar maior protagonismo às corporações, “substituindo tanto quanto possível a força dos congressos político-partidários pela preponderância das Câmaras profissionais e dos Conselhos Técnicos.”³²⁴. Ainda segundo o documento, estaria entre os “produtores e trabalhadores”, ou seja, entre patrões e empregados, organizados em associações e sindicatos, “o direito de interpretar a vontade da Nação”³²⁵. Meses depois, nas *Teses* (...), “a organização das classes profissionais”, para esse fim, seria assumida “como uma realização primordial e premente a ser propugnada pelas forças revolucionárias.” (Távora, 1974, p. 261).

Também é bastante claro que o Clube 3 de Outubro foi afetado pela resignificação do conceito de Democracia, operada pelo nacionalismo autoritário – a princípio por Alberto Torres e Oliveira Vianna, mas seguida por Francisco Campos e Azevedo Amaral –, e como um vetor de cultura política, contribuiu para (re)afirmá-la e transmiti-la no debate da época. Por isso, para os outubristas, já não bastaria a defesa de “eleições limpas”, como havia feito os

³²² Manifesto produzido pela Comissão de Imprensa do Clube 3 de Outubro, publicado na íntegra. Ver O CLUB 3 de Outubro e a organização das classes: É preciso extinguir o parasitismo político. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.1, 22/6/1932.

³²³ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 39.

³²⁴ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 67.

³²⁵ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 15.

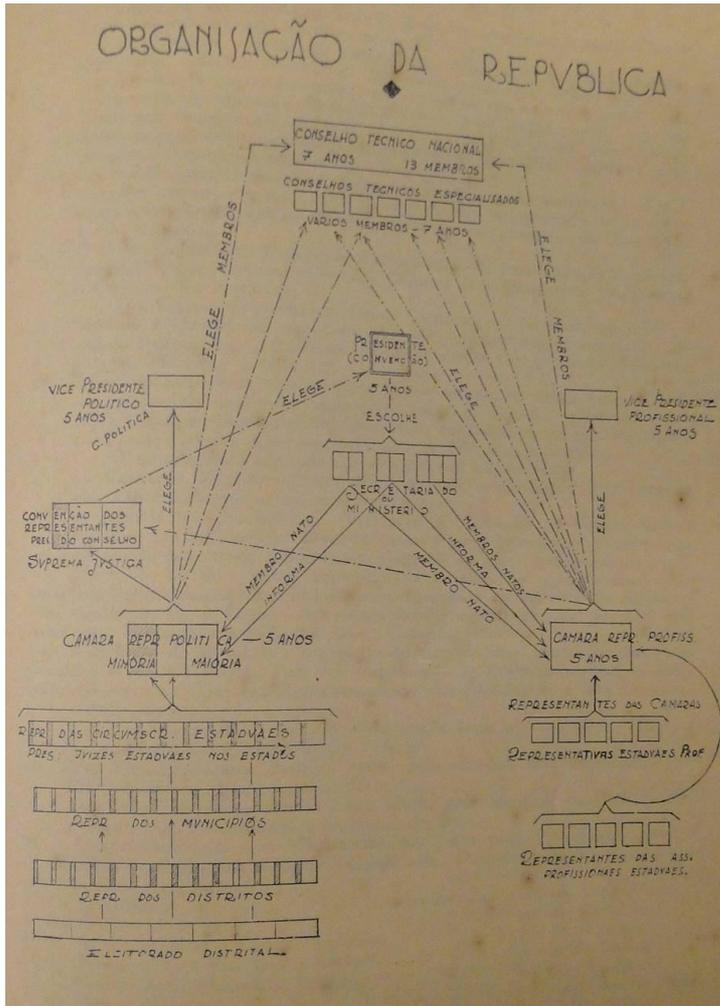
“tenentes” na década de 1920. “Mito” ainda maior seria a simples ampliação do sufrágio. A “verdadeira democracia” ou a “democracia social” que buscavam seria aquela que, municiada por técnicos e pela participação coletiva e qualificada “dos que trabalham e produzem”, pudesse determinar ao país o que seria o “verdadeiro interesse nacional”³²⁶. Os “delegados” de profissões, na câmara profissional, seriam deputados nacionais ao invés de estaduais e teriam informações mais diretas sobre as aspirações de suas respectivas áreas. Livres do critério faccioso-partidário, os choques, os argumentos e os embates dos diferentes interesses poderiam fornecer uma boa média para que a burocracia estatal articulasse a direção que necessitava ter o país como um todo. Além disso, o voto na representação profissional afastaria o eleitor da prática do regime derrotado, pois o encaminharia da “inconsciência cívica”, da “displicência”, para a interação com os interesses econômicos e sociais do grupo ao qual pertencia³²⁷.

Resumidamente, diante do que se compreendia como a falência de uma concepção liberal de democracia, presumia-se que o Estado, reformulado sob essas novas condições, tivesse, de fato, a capacidade de interpretar e até mesmo antecipar os “interesses do povo”, arbitrando todo o conflito e a desordem político-social que julgaram presenciar no regime deposto. Como expresso no *Esboço (...)*, para que essa nova organização política e administrativa da República se tornasse efetiva, seria necessário que ela fosse reproduzida nos estados da federação e nos municípios, observando-se as adaptações necessárias (Figura 7).

³²⁶ REPRESENTAÇÃO das classes trabalhadoras: o dr. Abelardo Marinho fala da realização dessa idéia. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 29/6/1932.

³²⁷ MARINHO, Abelardo. As Theses 2 e 19 da conferencia de juristas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 22/4/1933.

Figura 7- Esquema de “Organização da República” presente no Esboço do Programa (...)



Semelhantes e com as devidas adaptações há também um esquema para a “Organização do estado [da federação]” e outro para a “Organização do Município”. Fonte: CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...).

Para viabilizar o equilíbrio social e dar sustentação às mudanças político-administrativas almejadas, seriam indispensáveis transformações na (iii) “**organização econômica**” do país. Propunha-se que, diante da “desorientação absoluta da economia e das

finanças”, das “valorizações artificiais dos produtos” e do “exagerado protecionismo alfandegário” – que teriam favorecido a formação de “classes privilegiadas e parasitárias”, controladoras da República até a “Revolução” –, se faria imperativo repensar, em bases racionais, “a produção, a circulação e o consumo da riqueza”. O objetivo seria perseguir a construção de uma nova dinâmica econômica com um sentido coletivista, capaz de finalmente garantir “a todos a existência digna da pessoa humana”³²⁸.

Os “revolucionários” do Clube também compartilhavam com o nacionalismo autoritário a visão de sociedade ideal na qual, a partir da coordenação do Estado, a economia estivesse primeiramente a serviço do “bem comum”. Da “Economia Política do Corporativismo” repetiam os princípios da “utilidade coletiva e do interesse nacional”, recusando os “valores liberais do individualismo e da concorrência”, bem como os preceitos “comunistas” da ação coletiva e da “revolução popular” (Garrido, 2016, p. 26;38; Rosenfield, 2021, p. 177-179). Todavia, “Considerar a Economia Nacional como um dos elementos preponderantes da Nacionalidade”, exigiria que o aparelho estatal tivesse suas atribuições e autoridade ainda mais ampliadas, comparado ao que já haviam sugerido Alberto Torres e Oliveira Vianna³²⁹.

De partida, o “Conselho Técnico Econômico” e demais “Comissões Especializadas”, tendo em mãos estudos estatísticos, ficariam responsáveis por organizar “planos econômicos” de produção, circulação e consumo da riqueza, com “prazos determinados”. Toda a legislação e “serviços econômicos” deveriam estar sujeitos a tais planejamentos. Isso incluiria o direito de propriedade, que deveria ser respeitado, no limite do interesse social. Por exemplo: “Considerar as Terras como adstritas à propriedade privada, desde que não sejam indispensáveis à Sociedade”³³⁰. Se Torres e Vianna propuseram o “incentivo à pequena propriedade”, em nome da fixação de mais famílias no campo e da diversificação da produção de gêneros alimentícios; com finalidades semelhantes, o grêmio ousou na sua proposta, prevendo o confisco de terras improdutivas e a “transferência direta de lotes de terras cultiváveis para o trabalhador agrícola” – como já foi tratado no item sobre “organização social”. Além de estimular a formação da pequena propriedade rural, seria papel do Estado fomentá-la, adquirindo maquinário e tecnologia e distribuindo-os, pelos municípios, para aumentar a produtividade da policultura. Sob o mesmo princípio, que implicava em “respeitar o direito patrimonial”, tendo “sempre em vista a função social da propriedade” e, portanto, o

³²⁸ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 46.

³²⁹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 46.

³³⁰ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 46

“interesse coletivo”, o *Esboço* (...) defendeu a “socialização” de empresas particulares, mediante o pagamento de indenização aos proprietários³³¹.

Em convergência com as críticas torreanas em relação às trocas econômicas desvantajosas, realizadas com países centrais, e manifestando preocupação com a conseqüente “predação de recursos naturais” brasileiros; o grêmio mais uma vez avançou, defendendo a “nacionalização”, do “máximo possível”, de minas, águas, florestas e “demais valores naturais”, sob indenização (Torres, 2002b)³³². Para regular a exploração desses recursos, seria necessário a elaboração de um “Código de Minas”, um “Código de Águas” e um “Código de Florestas”³³³. O membro do Clube, Filipe Moreira Lima, no mesmo discurso no Congresso Revolucionário Nacional, em que fez a citação direta de Alberto Torres, afirmou:

Somos uma nação inteiramente desorganizada. Sob o ponto de vista econômico, estamos reduzidos a uma colônia cujos habitantes, como se obedecessem a uma trágica determinação do destino, parecem empenhados numa obra de depredação sistemática da terra magnífica, que não cultivam convenientemente, não afeiçoam com inteligências (*sic*) às suas necessidades [...].³³⁴

Tendo em vista utilizá-los, segundo os planos de “desenvolvimento nacional” e de “aproveitamento das riquezas naturais”, esses recursos deveriam servir de matéria-prima às indústrias brasileiras, voltadas principalmente para “gêneros de alimentação”, “artigos de primeira necessidade”, “instrumentos e utensílios atinentes à agricultura e à pecuária”, além da “indústria siderúrgica” a ser “estabelecida e desenvolvida”. Uma das formas de incentivo seria uma “política protecionista inteligente”, que jamais deveria descambar “em proveito do parasitismo de indústrias artificiais e nocivas ao aparelhamento da vida das classes humildes”³³⁵.

Orientado pelo interesse de atenuar as desigualdades sociais, mas também como parte dos planos de expansão e “consolidação da economia nacional”, nota-se que o *Esboço* procurou atacar outras três “frentes”. A primeira delas seria a criação de um sistema tributário progressivo sobre a renda, heranças e grandes propriedades rurais, o qual deveria permitir arrecadação capaz de financiar a assistência social e tornar possível a desoneração da

³³¹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 46,48.

³³² CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 48

³³³ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 48

³³⁴ Discurso de Felipe Moreira Lima na abertura do Congresso Revolucionário, transcrito na íntegra pelo *Correio da Manhã*. Ver INSTALLOU-SE, hontem, o Grande Congresso Revolucionario. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 16/11/1932.

³³⁵ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 48-50.

importação de produtos alimentícios e bens de capital não produzidos no Brasil – fundamental para o barateamento da produção e do custo de vida. Visando dinamizar o mercado interno e estimular ainda mais o setor externo, previa-se a extinção gradual das barreiras tributárias intermunicipais e interestaduais, bem como dos impostos sobre exportação.

A segunda “frente”, seria a organização e execução de investimento público, a partir da União, principalmente na construção, desenvolvimento e administração de “vias de comunicações”³³⁶. Fazia parte desse “pacote” a proposta de: “Nacionalizar o mais possível as vias de transporte e comunicação, bem assim as empresas de navegação e cabotagem e de exploração de portos brasileiros [...]”³³⁷. Incluída nessas medidas estaria a revisão e até a suspensão de contratos e concessões públicas que não beneficiassem a “coletividade brasileira”³³⁸. Também entendido como um problema econômico nacional, o combate às secas do Nordeste exigiria igualmente um planejamento geral, “cientificamente organizado”, que deveria prever “a construção de açudes”, “a irrigação de terras secas” e o “estímulo” à “localização de uma parte das populações flageladas” em “núcleos coloniais”, “organizados em zonas férteis e favoráveis à cultura do solo”³³⁹.

A terceira “frente” seria o combate a “todas as manobras da usura” e de “utilização abusiva da propriedade como instrumento de escravização econômica e de extorsão de lucros aberrantes”³⁴⁰. Sob esse mesmo guarda-chuva estaria o controle do sistema financeiro, colocando-o a serviço do setor produtivo, com a limitação das taxas de juros nos empréstimos e operações de crédito³⁴¹; além da criação de impedimentos à “formação de trusts, monopólios ou organizações semelhantes, tendentes a fixar e encarecer os preços dos gêneros de alimentação e das utilidades indispensáveis à existência individual.”³⁴².

No plano fiscal, o *Esboço do Programa (...)* trabalhou uma reivindicação presente desde a fase rebelde do Tenentismo, a respeito da “obrigatoriedade do equilíbrio orçamentário”, da sanidade das contas e da responsabilidade com o uso do dinheiro público pelas autoridades. Isso implicaria na “publicidade” – hoje chamada “transparência” – “dos balanços, relatórios especiais e periódicos, balancetes e outras demonstrações gráficas do estado das finanças públicas”, para facilitar a fiscalização pela sociedade e pelos órgãos competentes, como os Tribunais de Contas da União e dos estados. Também estavam

³³⁶ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 54.

³³⁷ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 51.

³³⁸ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 54.

³³⁹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 48.

³⁴⁰ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 79.

³⁴¹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 48.

³⁴² CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 76.

previstos no documento: o impedimento da contração de empréstimos internos e externos por estados e municípios sem autorização e intermediação do Governo Federal; e a proibição de emissão de moeda sem lastro ou em “proporção que venha determinar a degradação da moeda nacional”, cuja estabilidade e saneamento deveriam ser “uma das preocupações máximas da administração”³⁴³. Tais determinações refletem uma preocupação com a perda de receitas nacionais – através do balanço de pagamentos e excessivo endividamento –, já mencionada nos textos de Alberto Torres (2002b, p. 306-338), mas que estariam ainda mais presentes no debate brasileiro no contexto do pós-crise de 1929.

Na “Síntese Outubrista”, tais posições parecem ter sido ainda mais radicalizadas. Dessa maneira, a “política econômica” deveria visar “a satisfação das necessidades públicas e não o rendimento máximo do capital.” Além de vedar o enriquecimento irrestrito, que ameaçasse o bem comum, caberia ao Estado garantir que a “organização bancária” fosse colocada a serviço do país, não se convertendo em “potência dominadora e sugadora do trabalho nacional.”³⁴⁴.

Para que fosse possível o funcionamento desse Estado, reformulado sob essas perspectivas do programa do Clube 3 de Outubro, com atribuições bastante ampliadas e “dentro dos princípios da técnica moderna”, haveria a necessidade de “Rever e reorganizar, cuidadosamente, os quadros do funcionalismo público [...]”³⁴⁵. Isso ocorreria perseguindo-se o aumento da atratividade para a carreira pública; a seleção dos quadros mais capacitados; e a estabilidade e a independência do servidor, protegendo-o tanto quanto possível das pressões das “facções partidárias”. Então, o grêmio propunha: o concurso público para cargos administrativos e do magistério; a nomeação para postos federais, estaduais e municipais somente por proposta ou indicação dos Conselhos Técnicos; firmar, por lei, a possibilidade de acesso a cargos superiores, por critérios de mérito; tornar “crimes contra a República” o “tráfico de influência” e a “advocacia administrativa”; legislar sobre o estatuto dos funcionários nos três níveis, de modo a generalizar maiores garantias de manutenção no cargo, principalmente em relação a eventuais interesses políticos; e buscar a equidade dos salários em toda a máquina estatal, “obedecendo categorias hierarquizadas e tendo em atenção o valor técnico” da função cumprida³⁴⁶.

Entre as principais novidades que apareceram no *Esboço* (...), em comparação às propostas de reforma da República sistematizadas, até o início dos anos 1930, por Oliveira

³⁴³ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 53.

³⁴⁴ AAP-3f, *Programa Síntese Outubrista*, Rio de Janeiro, 1933, p. 28-29.

³⁴⁵ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 54.

³⁴⁶ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa* (...), p. 54-55.

Vianna e Alberto Torres³⁴⁷, chama atenção a presença da preocupação com o desenvolvimento de uma indústria nacional e, especialmente, a rápida menção à siderurgia. Por parte do Clube 3 de Outubro, não se tratava de buscar um modelo de desenvolvimento para reverter a posição do país na divisão internacional do trabalho e encerrar sua dependência econômica da exportação de produtos primários. As finalidades parecem ser menos disruptivas: pelo menos questionar a extensão do atrelamento da economia nacional às economias estrangeiras, que impactava diretamente nos custos do mercado brasileiro. Algo que exigiria tratar do fortalecimento produção nacional – agrícola e industrial –, da infraestrutura, de bens de capital e da oferta de energia e de matérias-primas. Dessa forma, durante o estudo das fontes, percebe-se que a entidade constituiu uma posição menos agrarista e mais intervencionista em suas soluções do que aquela que tinham os intelectuais autoritários, ao longo dos anos 1920.

Durante a Primeira República, em oposição aos “industrialistas”, os “agraristas” como Alberto Torres e, até os anos 1930, Oliveira Vianna, pugnavam por privilegiar o desenvolvimento da produção agrícola e pecuária, a despeito do protecionismo que seria praticado pelo governo em benefício das “indústrias impróprias” ao país e ao seu “estado de adiantamento econômico”. Consideravam que, dada a “vocação agrícola do Brasil”, seria possível ampliar e tornar mais competitiva sua produção para exportação, a principal fonte de riqueza do país, bem como expandir e diversificar uma “indústria pastoril” voltada para alimentar a população, com custos mais reduzidos. Por outro lado, a proteção às “indústrias artificiais”, que se utilizavam de matéria-prima e bens de capital importados, aumentaria os custos de vida, forçando os consumidores a adquirirem produtos de baixa qualidade, os quais o comércio externo poderia fornecer melhores e mais baratos (Forjaz, 1988, p. 32-33; Saes, 2011, p. 58; Torres, 2002b, p. 341-344; Vianna, 1939, p. 111-116).

O Clube 3 de Outubro não necessariamente se colocou como um antípoda dos “agraristas”. Em primeiro lugar, porque reconheceu a centralidade do setor agrário-exportador para a economia brasileira e se preocupou com seu desenvolvimento. Em segundo lugar, porque também teceu críticas ao “protecionismo” às “indústrias artificiais”, que dificultariam o acesso dos mais pobres ao consumo³⁴⁸. Contudo, de maneira nenhuma, isso significa afirmar que seu programa se perfilou por completo ao “agrarismo”. Pelo que foi apresentado nesse item da “organização econômica”, é bastante claro que o grêmio se abriu à necessidade

³⁴⁷ Refere-se, por exemplo, à previsão do confisco de terras improdutivas e de sua distribuição aos trabalhadores rurais; à proposta de um sistema progressivo de impostos sobre a renda, herança e terras; e à sugestão da nacionalização de recursos minerais, de vias de transporte, empresas de navegação, cabotagem e outras de eventual “interesse coletivo”.

³⁴⁸ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 49.

de discutir possibilidades de ampliação da indústria de transformação, procurando garantir mão de obra treinada pelo ensino técnico; matéria-prima nacional protegida da “predação estrangeira” pela ação do Estado; e o estímulo à formação de um mercado nacional integrado, viabilizando uma maior circulação de mercadorias com o fim das tarifas interestaduais e com investimento público e nacionalização de vias e empresas de transporte. E, além disso, para ocupar o lugar do protecionismo às “indústrias artificiais”, sugeria “um mais racional e lógico sistema de defesa da produção nacional [...]”³⁴⁹. Fosse o Clube agrarista e anti-industrialista, também ficaria difícil explicar a presença de industriais em seus quadros, como Euvaldo Lodi, José Eugênio Müller, Manuel Leite Sampaio, entre outros – esse último registrado como um dos fundadores³⁵⁰.

Ora, o contexto em que o grêmio surgiu era outro, e já era possível aos seus sócios ter uma visão retrospectiva de algum crescimento da atividade industrial ao longo dos anos 1920 e, portanto, da sua necessidade, suas possibilidades e potencialidades no Brasil³⁵¹. Adiante, entre 1930 e 1932, os impactos da “Crise de 1929” eram evidentes, reforçando a busca de alternativas para manter o equilíbrio do balanço de pagamentos. A classe média, que compunha a maioria do Clube, e os trabalhadores, cada vez mais organizados e combativos, a quem o grêmio muitas vezes se dirigiu e dedicou boa parte de suas propostas, eram os mais atingidos pela “carestia”, pelo rebaixamento dos salários e pelo desemprego. A queda na capacidade de compra do país levou a restrições drásticas na pauta de importações, que combinada com uma política governamental de proteção dos preços do café e de estabilidade

³⁴⁹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 76.

³⁵⁰ Para Maria Cecília Spina Forjaz (1988, p. 204), o *Esboço do Programa (...)* é agrarista e anti-industrialista, principalmente porque a condenação que fazia do “protecionismo” às “indústrias artificiais”, como principal responsável pela carestia, significaria um alinhamento dos interesses das classes médias com a “burguesia agrária”. Contudo, como se procurou demonstrar, a crítica às “indústrias artificiais” não significou, para o Clube 3 de Outubro, um abandono da ideia de promover alguma indústria no país – até mesmo a siderúrgica, mas principalmente a de bens de consumo. CPDOC-CO d Fichas Inscrição, números 34, 258, 878.

³⁵¹ Segundo Maria Antonieta Leopoldi (2007, p. 249-250), a conjuntura internacional em crise, como consequência da Primeira Guerra Mundial, que dificultou a importação de produtos industrializados, proporcionou um maior dinamismo da indústria brasileira, durante os anos 1920. Entre 1920-1922 e 1927-1928, a indústria atingiu seus dois picos nessa década, com 6,2% e 8% de crescimento, respectivamente. De maneira mais detalhada, Wilson Cano afirma que a forte contração promovida nas importações, nesse período, estimulou a capacidade produtiva de alguns setores industriais, principalmente em regiões cafeeiras. Tratava-se de “novos produtos”, que não se restringiam a bens de consumo, mas também bens de produção que diversificavam a estrutura industrial: “introdução de fibras químicas têxteis, a expansão da indústria de material elétrico, da metalurgia, do cimento, do material de transporte e da mecânica” (CANO, 2012, p. 137). Assim, a década de 1920 representaria uma época de “transição” para uma formação industrial mais ampla, durante a recuperação da “Crise de 29” (CANO, 2012, p. 136-139). A respeito desse período, ver também Victor Bulmer-Thomas (2009, p. 21-29).

cambial, garantiu uma demanda interna para a indústria nacional (Bastos, 2012, p. 364-365; Bulmer-Thomas, 2009, p. 31-40; Cano, 2012, p. 152-157; Tavares, s.d., p. 33). A partir daí, a reação econômica, mesmo que inicialmente tímida, foi relativamente rápida. “Embora o produto da indústria de transformação em 1930 tenha caído 7% em relação ao ano de 1929, já em 1931 dá seus primeiros sinais – ainda que pequenos – de que se recuperaria; em 1932 já era 3% superior ao de 1930 e em 1933 já era 7% superior ao de 1929.” (Cano, 2012, p. 153).

Assim, formou-se o terreno ideal para o fortalecimento e maturação do apelo à participação cada vez maior do Estado na organização da sociedade e da economia, que foi advogado pela doutrina corporativista difundida em aspectos centrais também pela cultura política nacionalista autoritária, e que ganhou a simpatia daqueles que temiam a possibilidade de uma “revolução popular” – inclusive do próprio Getúlio Vargas. Como frisou Paulo Zahluth Bastos (2012), ganhou espaço, inclusive dentro do próprio governo – onde estavam algumas figuras centrais do Clube 3 de Outubro –, a noção de que era urgente uma reorganização do capitalismo brasileiro e a construção de alguma rede de proteção social, antes que o “povo” partisse para a violência:

“[...] desde os primeiros anos da década de 1930 [...], Vargas considerava que o radicalismo político de massas seria um resultado inevitável de uma postura governamental que deixasse a estrutura econômica decadente (legitimada pela noção de vocação agrária do Brasil) à sua própria sorte, mantendo também milhares de trabalhadores famintos fora do mercado de trabalho.” (Bastos, 2012, p. 363).

Para Bastos (2012, p. 363) e Cano (2012, p. 140), ainda que houvesse condições econômicas externas adversas que demandassem mudanças, a disposição política daqueles que haviam assumido a direção do Estado, no pós-1930, foi fundamental para que o Brasil se destacasse na América Latina pela sua capacidade de reação, que o permitiu enveredar pelo caminho do alargamento da produção industrial. Essa nova correlação de forças contou com a pressão exercida pela “esquerda revolucionária” diante da ala liberal, que também havia apoiado a “Revolução” e pressionava o novo governo em outra direção.

Também é importante lembrar que, no ambiente da caserna, o tema da industrialização não era uma novidade, pelo menos desde o final da década de 1910. Por conta dos esforços de modernização da corporação e das reflexões, expectativas e necessidades geradas pela Primeira Guerra Mundial, ficaram claros os limites impostos pela situação econômica do país. Os insumos militares, como armas e munições, eram majoritariamente importados, devido à ausência de uma indústria pesada nacional. Inclusive, na época do conflito, a compra de

armamentos chegou a ser bloqueada pelas potências que se enfrentavam. Ademais, ao mobilizar diferentes setores da economia dos países envolvidos, em larga escala e por tanto tempo, a guerra chamou a atenção para a importância do papel dirigista do Estado. Na revista *A Defesa Nacional*, os “jovens turcos” discutiram a necessidade de uma indústria nacional do aço e até a nacionalização de estradas de ferro (Capella, 1985, p. 90-94; Saes, 2011, p. 122-124). “No momento em que o serviço militar obrigatório dá seus primeiros passos, a Revista redireciona sua pontaria para esse novo objetivo: a construção da indústria siderúrgica nacional.” (Capella, 1985, p. 94).

Não seria por acaso que, na já mencionada carta enviada pelo futuro sócio do Clube e deputado constituinte, o “tenente” Frederico Cristiano Buys, a Getúlio Vargas, em setembro de 1930, as propostas que trouxera para a economia e sociedade já eram próximas daquelas que o grêmio desenvolveria. Para ilustrar, seguem algumas delas: revisão das concessões feitas pelo Governo Federal a particulares ou à Companhias nacionais ou estrangeiras; “expropriação das terras cujas concessões forem julgadas ilegítimas, lesivas, inconvenientes ou prejudiciais”; “imposto territorial progressivo”; “incentivo e auxílio à pequena propriedade”; “animar a propagação e fundação das associações, corporações e sindicatos de classe”; “reconhecer juridicamente os sindicatos e sujeitá-los ao controle do Estado”; “rígida fiscalização na aplicação dos dinheiros públicos”; aumento da produção nacional e da exportação de matéria-prima; abolição progressiva do protecionismo às “indústrias fictícias”; e controle da remessa dos lucros de investimentos externos, mantendo o excedente no país para ser “invertido na melhoria e desdobramento da própria indústria ou na fundação e desenvolvimento de outras.”³⁵²

Em 1931, Góis Monteiro chamaria novamente a atenção para a relação entre as limitações materiais das Forças Armadas e suas possíveis dificuldades de assegurar a proteção do país contra inimigos internos e externos (Silva, 2012, p. 342-343). Daí sua preocupação com a formação de uma indústria nacional capaz de abastecer, com insumos adequados, os equipamentos militares:

Adquirir-se-á o material na medida das nossas possibilidades, de modo a fornecer às unidades os engenhos mais poderosos, adequados ao gênero de luta mais apropriado, nos centros de guarnição e fora deles. Tentar-se-á o

³⁵² CPDOC-GV c 1930.09.13, carta de Frederico Cristiano Buys a Getúlio Vargas (?) apresentando o ponto de vista da maioria dos ex-adeptos de Luiz Carlos Prestes acerca da questão social e do “Manifesto de Maio”, Porto Alegre, 13/9/1930.

fabrico de alguns desses engenhos em nosso próprio país, o que será realizável, conforme o demonstrou (*sic*) a experiência revolucionária.³⁵³

No Tenentismo da década de 1920, ainda bastante influenciado pelo Liberalismo e mais restrito às bandeiras de reformas na política, propostas de mudanças na economia não tiveram tanto espaço. O que é diferente do que ocorreu na sua nova fase, no pós-1930, manifestada na organização do programa do Clube 3 de Outubro, que vislumbrando os limites do *laissez-faire* para garantir a manutenção da ordem social e a marcha da modernização da do Brasil, reclamou a participação de um Estado indutor e interventor na economia. Como argumenta Viviani (2009, p.165): “Percebe-se que a partir de agora [pós-1930] os ‘tenentes’ passariam a conceber a disputa no campo político como desdobramentos dessa questão econômica [...]”.

Em compasso com o que pregavam os “jovens turcos” e os alunos da Escola Militar do Realengo, porém, desta vez, constituindo um programa diversificado de reformas, os militares e civis articulados em torno do Clube 3 de Outubro defendiam que Forças Armadas mais organizadas e bem equipadas seriam fundamentais no auxílio à (re)construção da unidade da nação e serviriam como anteparo para a execução dos “planos nacionais” elaborados a partir dos quadros técnicos do Estado. Aí residiria boa parte da importância da agenda da (iv) **“organização militar”** no programa do grêmio. Talvez este seja um dos pontos nos quais o Clube mais ressignifica, com suas próprias contribuições – advindas das relações estabelecidas entre o grupo e as trajetórias de seus membros (Berstein, 2009, p. 39-42; Bulst, 2005, p. 52-55) –, as formulações do nacionalismo autoritário constituído ao longo dos anos 1910 e 1920.

Como se viu no capítulo anterior, das poucas linhas dedicadas por Torres e Vianna ao tema das Forças Armadas, depreende-se que, para ambos, as corporações militares estariam sujeitas às dinâmicas sócio-históricas do Brasil. Por isso, eventual reestruturação das armas deveria ser antecedida pela reorganização política, econômica e social do país. Então, somente a partir daí, seria possível fornecer condições morais, materiais e burocráticas para que os militares pudessem exercer um papel mais relevante na vida nacional (Torres, 2002b; Vianna, 1939; 1947; 2005).

Por seu turno, entre os outubristas, a pauta da modernização do Exército e da Marinha estava imiscuída à reconfiguração do Estado e, por conseguinte, da nação brasileira. Pois seriam as Forças Armadas o “fator mais eficiente e imprescindível ao fortalecimento dos laços

³⁵³ AN-FGM SA 588, discurso (minuta, manuscrita) do titular dirigido ao Exército por ocasião de sua posse na chefia do Estado-Maior do Exército (EME) (...), 1931 (data provável).

de coesão nacional, devendo por isso ser dotadas de todos os recursos exigidos pela técnica militar [...]” (Távora, 1974, p. 262)³⁵⁴. Em outras palavras, as armas federais seriam uma das ferramentas necessárias, ao lado do Judiciário, para que decisões tomadas pela União fossem cumpridas, de fato, nas diferentes regiões do país – até então dominadas pelos poderes oligárquicos. Por isso, *pari passu* com as demais reformas sugeridas no *Esboço (...)*, seria necessário garantir aos militares, no mínimo: o alistamento e o serviço militar obrigatórios, para maiores de 18 anos; a manutenção da Justiça Militar, “moldando-a o mais possível dentro dos altos interesses da Defesa Nacional”; a criação de um “Fundo Especial de Defesa Nacional” permanente, destinando 5% da receita federal para financiar a renovação dos insumos de guerra; e estabelecer, pelo “Conselho Técnico de Defesa Nacional”, um “programa militar” a ser executado no prazo mínimo de dez anos³⁵⁵. “Constituir-se-á, assim, um bloco íntegro, **corporificando a nacionalidade em armas** para a defesa dos seus direitos e soberania.”³⁵⁶

A cargo de uma “organização militar, única e nacional, formada por um exército e uma marinha federais”, estariam a garantia da ordem e do **cumprimento das leis no interior do país**, bem como a proteção das instituições, **da unidade nacional e da soberania brasileiras**³⁵⁷. O interessante é que, embora o *Esboço do Programa (...)* deixe claro em função de quem ficaria a administração das forças e a elaboração de uma política de defesa – do Secretariado de Defesa Nacional e do Conselho Técnico de Defesa Nacional –, houve de sua parte uma omissão a respeito de quem teria a atribuição do comando supremo. Diz o documento: “Designar, em tempo de paz, quem deva exercer o Comando Supremo das Forças de Terra e Mar da República, quando essas forem chamadas às armas, na defesa interna ou externa da Soberania Nacional”³⁵⁸. Nem as *Teses (...)* e tampouco a *Síntese Outubrista* se posicionaram a respeito. Uma explicação possível é que esse silêncio tenha relação com a desconfiança/rivalidade da jovem oficialidade militar em relação aos políticos civis – “legistas”, “casacas” e “bacharéis” –, fortalecida pelo menos desde o final Guerra do Paraguai, e que foi agravada entre os “militares-rebeldes”, ao se verem duramente perseguidos pelo Poder Executivo, que teria subordinado o Judiciário aos seus interesses, durante a Primeira República (Aragão, 2012, p. 179-194; Carvalho, 2005, p. 16-19; Pinto, 2016, p. 35-55, 132-139). Outra hipótese plausível, que não exclui totalmente a anterior, tem

³⁵⁴ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 13.

³⁵⁵ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 71-72.

³⁵⁶ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 16, grifo nosso.

³⁵⁷ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 16.

³⁵⁸ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 72.

a ver com a influência das ideias propagadas por Góis Monteiro, para quem o Governo Provisório deveria se basear na força, perdurando o tempo necessário para constituir as bases de um futuro regime “social-nacionalista”. Para isso, dependeria de Forças Armadas mais modernas, uniformes, e com autonomia para que pudesse elaborar sua política militar, distante das “paixões facciosas”, em prol da coesão e defesa nacional (Pinto, 2016, p. 210-214).

Embora não tenha dado atenção ao tema da reorganização das Forças Armadas e tenha, inclusive, expressado visão bastante negativa a respeito das “classes militares”, em *Populações Meridionais* (Vianna, 2005, p. 218-220), Oliveira Vianna se mostrou preocupado com eventuais ameaças à soberania interna do país provocada por relações “promíscuas” entre as polícias estaduais e os chefes de poder local. Para o intelectual, policiais presos a cargos de confiança e, portanto, às redes de influência das oligarquias, ajudariam a constituir uma barreira ao cumprimento das decisões federais (Vianna, 1939; 1947).

Nesse aspecto, o Clube compartilhava da mesma preocupação, julgando inadmissível a dependência que a autoridade policial teria em relação “aos grupos facciosos, que fazem política partidária nas localidades”. Procurando agir contra “forças que atuam no sentido contrário à unidade nacional”, o *Esboço (...)* começou sugerindo medidas que limitassem as prerrogativas das forças públicas estaduais e que também afastassem seu comando da órbita de influência das lideranças políticas regionais³⁵⁹. Assim, os efetivos, “o modo de recrutamento e as linhas gerais da organização das forças policiais dos Estados e dos Municípios” deveriam ser determinados por lei federal. Essas corporações seriam “propriamente administrativas”, sendo-lhes negado a possibilidade de ter “o caráter de forças militares regulares”. Compostas por “um corpo de funcionários de carreira”, suas respectivas autoridades nos Estados e Municípios deveriam agir em coordenação “com as autoridades militares federais, sempre que isso se fizer mister, no interesse da estabilidade da ordem pública [...]”³⁶⁰. Quanto a aquisição de armamentos e munição, ela seria proibida a estados e municípios, ocorrendo apenas por intermédio do Secretariado de Defesa Nacional e “segundo as proporções estabelecidas por lei federal.”³⁶¹. E, por fim, visando tornar as polícias estaduais autônomas em relação aos oligarcas, o *Esboço do Programa (...)* apresentou como proposta mais um trecho recortado do “Programa de Revisão da Constituição Federal de 1891”, elaborado por Oliveira Vianna, por encomenda de Juarez Távora. A seguir, ambos os fragmentos dos textos para que o(a) leitor(a) os compare:

³⁵⁹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 46.

³⁶⁰ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 69.

³⁶¹ CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, *Esboço do Programa (...)*, p. 73.

[...] instituição da polícia de carreira. Pensa-se assim libertar a autoridade policial da dependência, em que vive por todo o país, dos grupos facciosos, que fazem a política partidária nas localidades. Não se pode conceber que os cargos policiais, cuja missão é velar pela ordem e tranquilidade da coletividade, continuem praticamente a constituir cargos de confiança partidária – de grupo, de facção, de clãs; considerar, por isso, o funcionário policial um funcionário administrativo como qualquer outro e, como tal, assegurar-lhes as garantias do seu estatuto.³⁶²

[...] instituição da *polícia de carreira*. Com esta sugestão penso assim libertar a autoridade policial da dependência, em que vive por todo país, dos grupos facciosos, que fazem a política partidária nas localidades. Não posso conceber que os cargos policiais, cuja missão é zelar pela ordem e tranquilidade da coletividade, continuem, praticamente, cargos de confiança partidária – de grupo, facção, de clã. Considero funcionário policial um *funcionário administrativo como qualquer outro* e, como tal, julgo que devemos assegurá-lo nas suas garantias do seu estatuto. (Vianna, 1947, p. 292-293).

Ainda em julho de 1931, por carta, Augusto do Amaral Peixoto argumentou com Góis Monteiro a respeito da necessidade de os “revolucionários” contribuírem para o desenvolvimento do “espírito de brasilidade” e se posicionarem contra quaisquer tendências desagregadoras. Para Amaral Peixoto, naquele momento, a ameaça principal era a “demasiada autonomia dos estados”, que se utilizavam das “Polícias Militares”, inculcando-lhes sentimentos regionalistas, “preparando-as enfim como uma arma política, a mais perigosa para os destinos do Brasil.”. Por isso, encaminharia um projeto de federalização das forças de segurança estaduais para ser discutido em assembleia no Clube 3 de Outubro e, posteriormente, ser apresentado ao Governo Provisório. O projeto, anexado à carta, basicamente sugeria unificar todas as “Polícias Militares”, colocando-as sob o comando do Estado-Maior do Exército, até a sua definitiva extinção. Para evitar possíveis protestos, deveria ser algo gradual, constituindo primeiro as forças policiais como “Tropas de Reserva do Exército, não permitindo, porém, a sua expansão, proibindo qualquer nova incorporação de praças [...]”. Além disso, apontou que os municípios organizassem suas próprias guardas municipais, requisitando homens das forças estaduais, de onde seriam desligados³⁶³.

Embora não tenha respondido diretamente a essas sugestões, sabe-se que Góis concordava quanto ao papel unificador da nacionalidade a ser executado pelas Forças Armadas, principalmente pelo Exército:

³⁶² CPDOC-AAP 329(81)C30/C649e, Esboço do Programa (...), p. 70-71.

³⁶³ CPDOC-AAP club 1931.07.13, carta de Pedro Aurélio Góis Monteiro a Augusto do Amaral Peixoto Júnior respondendo à sua carta de 07/07/1931 (...); em anexo o “Projeto de Unificação e extinção das polícias militares” de Augusto do Amaral Peixoto.

Será o Exército uma força de coesão que conservará ligadas as diferentes unidades da Pátria num só Todo (*sic*), como tem acontecido na nossa história. [...] Ele [o Brasil] poderá ser atacado por inimigos internos ou externos, que, todavia, não se dissimulam ao ponto de não serem conhecidos.³⁶⁴

Ainda assim, por algum motivo, a ideia de federalização das forças policiais não foi incluída no *Esboço (...)* pela comissão responsável pela sua redação.

Contudo, essa proposta seria rediscutida por outras figuras proeminentes do Clube 3 de Outubro, no início de abril de 1932, no contexto do embate com a Frente Única Gaúcha, que pressionava pela reconstitucionalização imediata. Segundo o *Correio da Manhã*, em reunião no Palácio do Ingá – sede do governo do estado do Rio de Janeiro, em Niterói –, estiveram presentes figuras como Pedro Ernesto, João Alberto, Bulcão Vianna, Julio Limeira, Stênio Lima, Tasso Tinoco e Ari Parreiras, na época o interventor³⁶⁵. Desse episódio resultariam, primeiramente, dez exigências da “esquerda revolucionária” a serem implantadas pela ditadura antes da reconstitucionalização. Entre elas: “9 – Federalização das polícias militarizadas, pela incorporação ao Exército Nacional, respeitando-se todos os direitos, garantias e vantagens dos membros das referidas corporações.”³⁶⁶. Em julho do mesmo ano, durante Congresso Nacional do Clube 3 de Outubro, a proposta seria defendida como a 14ª tese:

Concepção das Forças Armadas Nacionais como fator mais eficiente e imprescindível ao fortalecimento dos laços de coesão nacional, devendo por isso ser (*sic*) dotadas de todos os recursos exigidos pela técnica militar, bem como adaptar-se às eventualidades da situação atual e, nessa ordem de ideias, federalização das polícias estaduais, de forma a transformá-las em fator eficiente de coesão nacional.” (Távora, 1974, p. 262).

4.2.4 O nacionalismo autoritário-corporativista para modernizar e pacificar o Brasil

Como afirma Serge Bernstein (1998, p. 356-357; 2009, p. 36-38), em determinado contexto histórico existem distintas culturas políticas, que se caracterizam por raízes doutrinárias, concepções de poder, visões de sociedade ideal e valores, muitas vezes

³⁶⁴ AN-FGM SA 588, discurso (minuta, manuscrita) do titular dirigido ao Exército por ocasião de sua posse na chefia do Estado-Maior do Exército (EME) (...), 1931 (data provável).

³⁶⁵ AS ASPIRAÇÕES mínimas e as concessões máximas da esquerda revolucionária. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 6/4/1932.

³⁶⁶ AS CHAMADAS aspirações mínimas da esquerda revolucionária: os “itens” que serão examinados pelo Conselho Deliberativo do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 8/4/1932.

antagônicos, que se manifestam nas tomadas de decisão das diversas “famílias políticas”. Neste caso, existem as culturas políticas minoritárias e outras que se tornam dominantes, seja porque conseguem traduzir os anseios da maioria, seja porque oferecem respostas mais pertinentes aos problemas do momento. Um processo que dura vários anos, até que ideias sobre questões da realidade vivida se constituam em conjuntos de representações de caráter normativo e se tornem algo evidente para um grupo significativo de sujeitos históricos, que passa a agir no sentido de aplicá-las.

Levando essa observação em consideração, pode-se afirmar que o todo coerente de referentes culturais organizados a partir da produção intelectual do nacionalismo autoritário, que já afetava pontualmente o Tenentismo nos anos 1920, ganhou espaço e se tornou a principal “grelha de leitura” do político para a ação dos “tenentes” e seus aliados no pós-1930 (Berstein, 1998, p. 360-361; Macedo, 2015). O que aconteceu através da socialização e dos recursos organizativos disponíveis no Clube 3 de Outubro. Enquanto nos anos 20, em geral, os “militares-rebeldes” ainda apontavam as “oligarquias politicantes” e o “bacharelismo de palavras vazias e despregadas da realidade” como os principais responsáveis pelos problemas do regime republicano, apostando na possibilidade de uma “aplicação fiel” da Constituição de 1891; no pós-30, então articulados no Clube, atacaram mais diretamente os limites do Liberalismo e suas formas institucionais, propondo a edificação de um Estado-tutor capaz de organizar e gerir uma sociedade de feição orgânico-corporativista.

Em diferentes momentos da luta política, durante o Governo Provisório, além de ostentarem e celebrarem a experiência “militar-rebelde”, o grêmio e alguns sócios não hesitaram mencionar, citar, homenagear e até copiar as principais referências para a sua formação intelectual e para a construção do “programa revolucionário”, tanto em eventos internos quanto em manifestações públicas³⁶⁷. Basta lembrar os trechos praticamente idênticos a fragmentos do “Programa de Revisão da Constituição Federal de 1891”, de Oliveira Vianna (1947, p. 275-300), presentes no *Esboço (...)*. Como já foi mencionado, de acordo com o próprio Vianna, o texto lhe havia sido encomendado por Juarez Távora, através de Alcides Gentil, por volta de 1932:

³⁶⁷ Discurso de Felipe Moreira Lima na abertura do Congresso Revolucionário, transcrito na íntegra pelo *Correio da Manhã*. Ver INSTALLOU-SE, hontem, o Grande Congresso Revoluconário. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3-5, 16/11/1932. O jornal noticia a palestra do dr. Castro Barreto – possivelmente o médico Adolfo Castro Paes Barreto –, sócio do Clube, que teria sido aberta com uma citação de Alberto Torres, para tratar da importância do ensino público e a necessidade de se formar uma elite intelectual capaz compreender e oferecer soluções para os problemas brasileiros. Ver CLUB 3 de Outubro: o dr. Castro Barreto faz a segunda palestra de assumptos politicos-sociaes, falando sobre o “Ensino secundario e a formação de elites”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.3, 27/9/1933.

Os militares, que haviam feito a Revolução de 30 e formavam a maioria dos sócios do Club 3 de Outubro, haviam subido ao poder [...] Távora, por intermédio de um amigo em comum (Alcides Gentil), incumbiram-me (não sei si por sua própria conta ou por delegação dos seus companheiros) de elaborar um programa de ação, que é o que dou agora à publicidade. (Vianna, 1947, p. 275)

O próprio Juarez Távora, no seu discurso no Clube 3 de Outubro na Bahia, procurando afirmar a autoridade simbólica e política dos outubristas diante dos seus adversários, disse que se as orientações e ideias daqueles “apressados pela Constituinte” não eram conhecidas, o Clube, por sua vez, não teve nenhum constrangimento de solicitar aos “discípulos de Alberto Torres, como Alcides Gentil, Amoroso Lima, Pontes de Miranda, Oliveira Vianna e outros”, “um esboço de princípios”, ou ideias gerais, orientadas pela realidade brasileira e pela experiência da Constituição de 1891³⁶⁸.

Em fevereiro de 1933, rebatendo as acusações de que determinadas posições defendidas pelo Clube 3 de Outubro, especialmente a “representação de classes”, seriam “maluquices” ou “extremismos” exóticos inadequados ao país, Domingos Velasco escreveu o texto *Alberto Torres e a representação de classes*³⁶⁹. Segundo o “tenente”, as ideias pioneiras de Alberto Torres haviam impregnado “o ambiente intelectual do Brasil”, nos livros, nos jornais e nos partidos políticos. Suas principais contribuições, expressas no seu projeto de Constituição, teriam sido chanceladas pelo “sr. Oliveira Vianna”, para quem Alberto Torres seria “um sociólogo dos mais seguros e conscientes, aparelhado de esplêndidos critérios de análise jurídica e social e dispondo, sobretudo, [...] de um senso das realidades humanas e sociais como poucos em nossa terra.”. Entre as principais propostas torreanas, constituídas em uma busca por “soluções brasileiras para problemas nacionais”, Velasco destacou a unificação da justiça e do processo; o ensino primário e profissional gratuitos; o direito ao trabalho e “a tudo que interesse à vida”, “os chamados direitos sociais do homem”; e, centralmente, a “representação de classes”. Assim, os defensores da representação de classes, e entre eles o

³⁶⁸ CPDOC-JT dpf 1931.12.12 (1), folha 55-62, recorte de jornal identificado com anotação manuscrita como “Discurso pronunciado no Clube 3 de Outubro de Salvador, Bahia (26 de março de 1932?)”. O nome de Alcides Gentil foi adicionado à mão.

³⁶⁹ Domingos Neto de Velasco, além de advogado, foi “tenente”, formado na Escola Militar do Realengo, sendo reformado por sua participação na rebelião de 1924 em São Paulo. Depois de apoiar a “Revolução de 1930”, ocupou o cargo de secretário de segurança de Goiás, seu estado natal. Ingressou no Clube 3 de Outubro, em abril de 1932, por sugestão de nomes ilustres como Abelardo Marinho, Luis Castro Afilhado e Léo Cavalcanti de Albuquerque. Na “Revolução Constitucionalista” de 1932, comandou as forças goianas contra os revoltosos. Em maio de 1933, no mês seguinte à publicação do texto escrito acima, foi eleito deputado constituinte, pelo Partido Social Republicano (PSR) de Goiás. A este respeito ver Keller (2001b, s.p.); CPDOC-CO d CO d Fichas Inscrição, número 486.

“Clube 3 de Outubro que [teria]tem sido o seu maior advogado – foram inspirar-se nos ensinamentos de um dos mais lúcidos espíritos de nossa Pátria, e o fervoroso animador do estudo das questões brasileiras, sem a preocupação de copiar figurinos estrangeiros.”³⁷⁰.

Funcionando também como “veículos impressos” (Motta, 2009, p. 23-24) de disseminação da cultura política nacionalista autoritária, o *Esboço do Programa (...)*, as *Teses (...)* e a *Síntese Outubrista* deram prosseguimento à vulgarização de aspectos filosófico-doutrinários do Corporativismo no debate público brasileiro, a partir do funcionamento do Clube 3 de Outubro e de suas pretensões políticas. Partindo principalmente do trabalho iniciado por Alberto Torres e Oliveira Vianna, na década de 1910, e contando com as contribuições advindas das experiências de “tenentes-históricos” e outros militares e civis aliados, os outubristas apresentaram soluções, até mais ousadas, para o “atraso brasileiro” apoiadas nos fundamentos do protagonismo de um Estado-tutor, da economia e da sociedade, e de uma organização compulsória das associações profissionais. Apresentando-se como “verdadeiros revolucionários”, aqueles que haveriam começado a derrotar a “Velha República” ainda em 1922, e que com bastante disciplina, estudo e organização teriam sido capazes de formular propostas concretas para o “dia seguinte” da “Revolução”, reivindicavam para si a legitimidade de proteger o país da desordem, que poderia desembocar em uma “revolução popular”, encaminhando-o, a princípio ‘via-ditadura’, para uma superação controlada do seu passado, manifestado na política liberal-oligárquica e na desorganização do funcionamento daquela economia agrário-exportadora.

Ao fim e ao cabo, tudo isso parece confirmar a hipótese sustentada por Vera Alves Cepêda, segundo a qual enquanto na Europa o Corporativismo foi ferramenta teórica e institucional para resolver “a questão social aberta pelas sociedades industrializadas”, no Brasil ele funcionaria “como instrumento da construção da modernidade (econômica, em especial) em forte orientação para a superação do passado colonial em seu desdobramento nas formas oligárquicas da Primeira República” (Cepêda, 2017, p. 111). Segundo a pesquisadora, as críticas, que emergiram com mais força no final da década de 1920, não hesitavam em apontar como impeditivo da organização da nação brasileira: “o individualismo político, ancorado nas disfunções de uma democracia partidarizada pelos grupos regionais vinculados à hegemonia do café e que pediam um outro arranjo estatal, distante do ultrafederalismo.” (Cepêda, 2017, p. 113). Ora, com toda a análise desenvolvida até aqui fica claro que para os nacionalistas autoritários, incluindo nesta “família política” o Clube 3 de Outubro, os

³⁷⁰ VELASCO, Domingos. Alberto Torres e a representação de classes. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 16/2/1933.

princípios que advogavam deveriam servir à tão almejada modernização nacional que, incluindo a modernização das Forças Armadas, seria capaz de garantir, finalmente, a união nacional e a manutenção da ordem social, a partir de uma convivência harmonizada entre os distintos interesses sociais institucionalmente organizados.

5 A ATUAÇÃO POLÍTICA DO CLUBE 3 DE OUTUBRO

Até aqui, foi possível observar no Clube 3 de Outubro significativo poder de organização e disciplina para apoiar e constranger seus membros, segundo suas avaliações e propostas para o Brasil, orientadas majoritariamente a partir de uma cultura política nacionalista autoritária. Este capítulo é dedicado principalmente a acompanhar e analisar a atuação do grêmio e de seus sócios durante todo seu período de existência, entre 1931 e 1935.

Como sujeito coletivo das principais disputas que envolviam a agenda do Governo Provisório, a história do Clube é comumente dividida pela produção historiográfica em duas fases (Carvalho, 1975, p. 50-60; Conniff, 1979, p. 150-152; Forjaz, 1988, p. 132-138; Leal, 2001a, s.p.; Pinto, 2016, p. 264-267; Saes, 2011, p. 172-173; Silva, 2019, p. 42). A primeira, em geral, é caracterizada pela defesa que os outubristas fizeram da extensão da ditadura do Governo Provisório e se encerra com a deflagração da “Revolução Constitucionalista”, em 9 de julho de 1932. A segunda é normalmente apresentada como um retorno do Clube às suas atividades, em tese suspensas durante a guerra civil, sob a presidência interina de Gustavo de Cordeiro de Farias, a partir de fevereiro de 1933. Esse período pode ser resumido à atuação político-partidária de membros e ex-membros do Clube no contexto da reconstitucionalização, na formação de partidos estaduais, na construção da União Cívica Nacional (UCN) e na Assembleia Nacional Constituinte – como deputados eleitos e ministros de Estado, e no apoio transitório a Góis Monteiro como candidato à presidência, em 1934. Esvaziado e isolado politicamente após a promulgação da nova Constituição, o Clube decidiu por encerrar suas atividades em abril de 1935.

Assim, este capítulo é dividido em duas partes, seguindo essa mesma orientação cronológica, a princípio. Todavia, como o(a) leitor(a) perceberá, isso ocorre acrescido de alguns reparos e críticas a essa divisão, de acordo com maiores detalhes oferecidos pela pesquisa nas fontes, a respeito do funcionamento do Clube e atuação política de seus sócios durante seu período de existência.

5.1 A ATUAÇÃO DO CLUBE 3 DE OUTUBRO NAS DISPUTAS POLÍTICAS ATÉ A “REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932”

5.1.1 A crise em São Paulo e o início da campanha pela reconstitucionalização imediata

Getúlio Vargas, ao escolher o nome do João Alberto para ocupar interventoria do estado de São Paulo, em novembro de 1930, não só quebrou as expectativas do Partido Democrático (PD) em torno da nomeação de Francisco Morato para o cargo, como colocou um “tenente” no caminho das pretensões desse setor da oligarquia paulista de projetar maior participação no poder. A escolha de Vargas acabou dando força às alegações do PRP de que a “Revolução de 1930” seria um movimento contra os interesses do próprio estado (Gomes; Lobo; Coelho, 1980, p. 239-240).

Mesmo com o governo federal protegendo a atividade cafeeira e colocando paulistas de peso nos principais cargos da área econômico-financeira do país, a progressiva centralização das decisões econômicas e políticas, assim como o aumento da presença do Estado nas relações entre capital e trabalho, alimentavam a contrariedade das “classes conservadoras”. Isso porque sentiam-se ameaçados nos seus interesses privados, na sua autonomia política, bem como na sua capacidade de exercer o poder político em nível nacional (Borges, 1992, p. 31-32; Forjaz, 1988, p. 142).

Além disso, como se viu no Capítulo 1, o nome de João Alberto já conquistava antipatia em São Paulo desde quando ocupou ali o cargo de delegado militar da “Revolução”. Para assumir como interventor teve que aceitar condições impostas pelo secretariado formado por membros do PD, que visavam limitar seus poderes de decisão. Suas escolhas e ações, que exploravam as dissidências internas das oligarquias no estado, aumentavam a presença de militares em cargos político-administrativos e o aproximavam dos temas afeitos à “questão social”, renderam à sua interventoria acusações de “comunismo” e “extremismo militar”. Num breve espaço de 40 dias de governo, o secretariado democrático pediu demissão, evidenciando as dificuldades do “tenente” para se sustentar no cargo. Aprofundando seu isolamento, João Alberto se afastou da Legião Revolucionária Paulista, que ajudou a fundar, pela rivalidade estabelecida com a liderança de Miguel Costa (Borges, 1992, p. 37-38). Segundo Vavy Pacheco Borges, pelo prestígio que constituiu de fato, pelos cargos que passou a ocupar e por se sentir o “grande herói revolucionário paulista” de 1924, Miguel Costa se via no direito de intervir no destino político do estado (Borges, 1992, p. 68)³⁷¹.

No início de abril de 1931, após uma investida repressiva do governo paulista aos seus adversários – que levou à prisão de Vicente Rao e outros líderes do PD e às invasões de sedes partidárias e do seu jornal, o *Diário Nacional* –, os “democráticos” anunciaram ruptura

³⁷¹ A respeito do “miguelismo”, ou do prestígio político do gen. Miguel Costa em São Paulo entre 1930 e 1932, ver Borges (1992, p. 64-71). Mais recentemente, Paulo Ribeiro da Cunha também procurou compreender a controversa e pouco estudada popularidade do general no último capítulo do seu livro *Militares e Militância: uma relação dialeticamente conflituosa* (CUNHA, 2020, p. 357-398).

definitiva com o interventor – mesmo que ainda se mantivessem na base de apoio do Governo Provisório. No manifesto “À nação”, entre outras coisas, acusaram-no de incompetência administrativa, de entregar quase todos os cargos a militares, em detrimento “dos filhos de São Paulo”, e de “depredar o patrimônio moral e econômico” dos paulistas:

A incompetência administrativa, o dismantelamento dos serviços públicos, a manutenção da “Legião Revolucionária”, a entrega de quase todos os cargos, particularmente das prefeituras, a agentes militares da confiança do interventor, [...] a preterição sistemática dos filhos de São Paulo e de outros grandes vultos da terra por elementos de fora, a expansão das ideias comunistas, a infiltração do pensamento soviético, o desamparo do comércio e da indústria [...]: tudo nos adverte que o que o governo planeja é enraizar-se para sempre nestas paragens e destruir o belo patrimônio moral e econômico, que os paulistas a tanto custo e com tanta pertinácia (*sic*) acumularam.³⁷²

No final do mesmo mês, membros do partido e agentes da Força Pública radicalizaram, tentando depor João Alberto por meio de um levante frustrado, com a conivência de Isidoro Dias Lopes, comandante da 2ª Região Militar. Reagindo a esse episódio, o governo federal buscou aumentar o controle sobre o estado, enviando Góis Monteiro para substituir Dias Lopes e nomeando Miguel Costa para o comando da Força Pública, posto que acumulou com o de Secretário da Segurança Pública (Forjaz, 1988, p. 146).

Da intensificação das disputas entre os interesses das elites do estado mais poderoso da federação e a disposição intervencionista da União – inicialmente materializada na escolha do interventor João Alberto –, originou-se a Liga de Defesa Paulista, em maio de 1931. A organização surgiu propondo suspender os dissídios partidários em nome da autonomia política estadual e da defesa da constitucionalização imediata. Assim, o caminho foi aberto para a aproximação do PD com o PRP e para o alinhamento com gaúchos e setores da oligarquia mineira (Forjaz, 1988, p. 146).

Do outro lado, sendo conduzido ao poder graças à insistência de Osvaldo Aranha e Góis Monteiro junto a Vargas, o então interventor, além de contar com o amparo do governo federal, era respaldado pelo recém-criado Clube 3 de Outubro, do qual também fazia parte. É o que diz o abaixo-assinado endereçado ao “coronel João Alberto”, no qual encabeçavam, como signatários, lideranças outubristas importantes como Augusto do Amaral Peixoto, Ari Parreiras, Bulcão Vianna e Hercolino Cascardo:

³⁷² À NAÇÃO. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 7/04/1931, p.4.

Convencidos de que estais realizando no governo de S. Paulo com o maior vigor o programa da Revolução vitoriosa hipotecamos o nosso mais decidido e integral apoio, certos de que esse primeiro arremesso da política contra a obra revolucionária não vos demoverá da tarefa patriótica tão brilhantemente iniciada.³⁷³

Assim, desenhava-se um conflito que, apesar de mais superficialmente opor os interesses das “elites paulistas” aos da ditadura do Governo Provisório através da interventoria de João Alberto, tinha mais profundamente raízes nacionais, que envolviam os interesses de chefes políticos de outros estados, bem como dos “tenentes” e seus aliados, organizados no Clube 3 de Outubro.

Ainda em abril, o II Congresso do Partido Libertador (PL) do Rio Grande do Sul, que contou com a presença de oradores de São Paulo, aprovou moção de apoio à ruptura do PD com João Alberto (Carone, 1975, p. 204). Em julho, o então presidente do PL, Raul Pila declarou, em carta para Osvaldo Aranha, ser a constitucionalização o único remédio de urgência contra a “fermentação” de um “golpe de força” “que se nota em certos meios”³⁷⁴. O próprio Getúlio Vargas, em seu diário, demonstrou uma percepção do alastramento do “constitucionalismo” e expôs sua preocupação em agir. No dia 30 de abril de 1931, escreveu:

Nota-se um movimento civil de políticos a favor do constitucionalismo. Tomam parte os libertadores do Rio Grande, os democráticos de São Paulo, os partidários de Artur Bernardes em Minas e outros grupos. [...] Troco impressões com o ministro da Justiça [Osvaldo Aranha] no sentido de uma atuação mais enérgica (Vargas, 1995, p. 59).

Juarez Távora procurou resumir “os embaraços” com os quais o chefe do Governo Provisório tinha que lidar, na época, incluindo na equação a atuação dos estados do Norte e Nordeste, onde exerceu bastante influência como chefe da Delegacia Militar do Norte:

Enquanto, no Centro e no Sul, o ambiente político – fermentado pelo crescente desentendimento entre os “democráticos” paulistas e o Interventor João Alberto – pressionava-o [Vargas] para decretar a volta do regime constitucional – o que significava, para os revolucionários militares, a manutenção da mesma ordem econômico-social vigente antes da revolução –

³⁷³ CPDOC-AAP club 1931.01/06.00/1, abaixo-assinado de Bulcão Vianna e outros a João Alberto Lins de Barros hipotecando solidariedade (...), 1931 (data provável). Outro abaixo-assinado semelhante foi feito em apoio a Getúlio Vargas, em virtude da “primeira oposição política que se levanta contra a revolução” e o governo de São Paulo. CPDOC-AAP club 1931.01/06.00/2, abaixo-assinado de Ernani do Amaral Peixoto e outros a Getúlio Dornelles Vargas hipotecando solidariedades (...), 1931 (data provável).

³⁷⁴ CPDOC-GV c 1931.07.17, carta de Raul Pila a Osvaldo Aranha expondo sua opinião acerca da situação política nacional (...), Porto Alegre, 17/7/1931.

no Norte e Nordeste, predominava a mentalidade dos “Tenentes”, disposta a forçar os governantes dessas regiões do país a renovarem, drasticamente, aquela ordem. (Távora, 1974, p. 36-37, grifo nosso)

Além enfrentar a pressão do PD e do PRP, que contavam com o apoio de oligarcas gaúchos e mineiros, João Alberto também sofreu com a rivalidade com Miguel Costa que – enquanto líder Legião Revolucionária de São Paulo – acumulando os cargos de comandante da Força Pública e Secretário de Segurança Pública, foi até o DF pedir o afastamento do interventor. Sentindo-se, assim, isolado no governo do estado, decidiu se demitir em 13 de julho de 1931 (Mayer, 2001, s.p.)³⁷⁵. Segundo Conniff (1979, p. 137), a renúncia foi comemorada com um desfile da polícia na capital paulista, supostamente organizado para celebrar a “Queda da Bastilha”.

Em suma, pode-se compreender que a campanha pró-Constituinte, impulsionada a partir de São Paulo, e em seguida apoiada pela Frente Única Gaúcha (FUG) e por frações da oligarquia mineira, foi responsável por definir os principais eixos das disputas políticas durante todo Governo Provisório. Para setores oligárquicos afastados ou frustrados quanto à expectativa de participação no poder, o retorno à ordem legal possibilitaria a retomada de posições de mando, que acreditavam serem suas por direito. Isso porque contavam ser possível reorganizar, o quanto antes, suas “máquinas eleitorais”, já que a “Revolução” não havia atacado as estruturas da propriedade da terra e do trabalho no campo, que garantiam a submissão do eleitorado rural (Carone, 1975, p. 169; Carvalho, 1975, p. 14; Conniff, 1979, p. 138-139; Gomes, 1980, p. 28; Martins, 1983, p. 678-679). Tomando como referência valores e discursos liberais e federalistas, pugnavam pela garantia de que eventuais reformas no Estado não sacrificassem a autonomia política estadual em nome do aumento das prerrogativas e obrigações da União. Do outro lado, assumindo uma dimensão mais organizada e um programa a partir do Clube 3 de Outubro, estavam os “tenentes”, seus aliados civis, militares e chefes políticos dos estados do “Norte” em uma contraofensiva à política regionalista e na

³⁷⁵ Há divergências nas referências bibliográficas quanto a data em que João Alberto entregou o cargo de interventor para Getúlio Vargas, em 1931. Na sua dissertação, Maria Célia Freire de Carvalho menciona o dia 12 de junho (CARVALHO, 1975, p. 40). No verbete “João Alberto” do *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* (DHBB), do CPDOC, o evento é registrado na data de 24 de julho (MAYER, 2001, s.p.). Para Forjaz (1988, p. 146), o fato ocorreu no dia 13 de julho. Essa última data é a mais plausível. Isso porque, no dia 14 de julho, o *Correio da Manhã* noticiou que o “tenente” havia se reunido “ontem” – 13 de julho – com Vargas e admitido aos jornalistas, na saída, o seu pedido de exoneração. Na mesma edição, o jornal também publicou um manifesto intitulado “Aos Paulistas”, que teria sido assinado pelo próprio João Alberto, com data de 12 de julho. No dia 15 de julho, João Alberto enviou carta a Getúlio Vargas afirmando que Plínio Barreto havia aceitado “em princípio sua indicação para a Interventoria.”. A EXONERAÇÃO do sr. João Alberto e o manifesto que ele dirige aos paulistas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1 e 5, 14/7/1931. CPDOC-GV c 1931.07.15, cartas sobre crise na Interventoria de São Paulo (...), julho de 1931.

defesa de sua inserção definitiva nos espaços de decisão nacionais. Abrigando-se, para isso, no ideal de uma sociedade de classes harmônica, garantida por uma nova forma de representação política e por um Estado com mecanismos de controle nas áreas econômica e social. Tudo isso não quer dizer, de maneira nenhuma, que não havia cisões internas em ambos os polos, mas à medida em que os choques entre eles se intensificavam, maior era a tendência de aglutinação das distintas forças que os compunha (Forjaz, 1988, p.139-141). Então essa será a luta central, que explodirá em violência na “Revolução Constitucionalista de 1932” e dela se desdobrará o enfrentamento, em condições distintas, entre as duas principais concepções sociedade e de Estado adversárias na Assembleia Nacional Constituinte.

5.1.2 O Clube 3 de Outubro reage e procura avançar sobre a condução da “Revolução”

Ao mesmo tempo em que a renúncia de João Alberto representou uma derrota para os setores que defendiam a atuação intervencionista do Estado no pós-1930, ela também provocou uma reação do Clube 3 de Outubro na disputa pela agenda do Governo Provisório. De uma postura política mais comedida e discreta, adotada desde sua fundação oficial, em maio de 1931, a entidade passou à intensificação de encontros na sua sede, à publicação de manifestos e notas assertivas contrárias à constitucionalização e a promover mais reuniões de suas lideranças com o chefe do Governo Provisório (Figura 8). Toda essa mobilização incluiu a tentativa de manter alguma influência sobre o poder político em terras paulistas.

Figura 8 - Reunião do Clube 3 de Outubro em 1931.



Da esquerda para a direita: Capitão Limeira; Juarez Távora (3º, ao fundo); Paulo Krüger Cunha Cruz; Jones Rocha; João Vicente Bulcão Viana (próximo à mesa); Rui Almeida; Stênio Albuquerque Lima Jr.; Pedro Ernesto; Ari Parreiras. Fonte: CPDOC-PEB foto 040.

Foi assim que, ao deixar o posto de interventor, João Alberto indicou o nome de Plínio Barreto para substituí-lo. Jornalista e redator-chefe de o Estado de S. Paulo, Barreto teve o apoio do PD, dos líderes do Clube 3 de Outubro e do próprio Getúlio Vargas. Contudo, Miguel Costa, utilizando-se do prestígio dos cargos que acumulava, da proximidade com setores organizados dos trabalhadores e da liderança que exercia na Legião Revolucionária de São Paulo, se posicionou contrário à nomeação de Barreto. A Legião resgatou um texto no qual o jornalista criticou duramente os “tenentes”, em 1922, taxando-lhe de contrarrevolucionário. Sob forte oposição, que incluiu manifestações e protestos de rua, convocados pela legião e por operários ligados a Miguel Costa, Plínio Barreto acabou desistindo do posto de interventor (Borges, 1992, p. 42-43; Forjaz, 1988, p. 147-148; Vargas, 1995, p. 66-67)³⁷⁶.

Então, no final de julho de 1931, o magistrado Laudo Camargo foi escolhido para chefiar o governo do estado, o que a princípio atenderia às demandas das elites locais, por ser “civil e paulista”, e dos “tenentes” e legionários, por ser uma figura sem ligações

³⁷⁶ CPDOC-GV c 1931.07.15, cartas sobre crise na Interventoria de São Paulo (...), 15-19/7/1931.

“partidárias”. Também nessa época, foi nomeado para a chefia de polícia estadual Osvaldo Cordeiro de Farias, um “tenente histórico” e membro do Clube 3 de Outubro. Nessa posição, o major Cordeiro de Farias pareceu fiel ao seu campo político, deixando evidente a sua disposição em reprimir tanto manifestações “comunistas” quanto “separatistas” – referindo-se assim às pretensões hegemônicas das oposições de São Paulo ao Governo Federal (Lemos, 2001a, s.p.).

No final de agosto, segundo Getúlio Vargas, a tensão entre os “constitucionalistas” e os grupos pró-ditadura se agravava: “Acentua-se a divergência entre os constitucionalistas e os que desejam não apressar a criação do Congresso [Constituinte] antes da realização do programa revolucionário.” (Vargas, 1995, p. 69). Por motivações distintas, Miguel Costa, apoiado pelos legionários, e João Alberto, sustentado pelos outubristas, procuraram interferir no governo de Camargo, pressionando pela saída do secretário da Fazenda, o banqueiro Numa de Oliveira. No caso, Miguel Costa moveu-se pela proteção dos cargos pertencentes ao seu grupo no estado, enquanto João Alberto defendeu os interesses de seus aliados cafeicultores contrariados com o preço de compra dos estoques (Borges, 1922, p. 44-45). A demissão do secretário, aceita pelo Governo Provisório e apoiada pelo comandante interino da 2ª Região Militar, Manuel Rabelo, acabou sendo interpretada e vocalizada como um “novo golpe [de militares] contra São Paulo” (Carone, 1975, p. 206-207; FORAZ, 1988, p. 154-155).

No início de novembro de 1931, sentindo-se afrontado em sua autoridade, Laudo Camargo renunciou e, com ele, os paulistas entregaram seus cargos no Governo Federal. Desembarcaram nessa ocasião o então ministro da Fazenda, José Maria Withaker, os presidentes do Conselho Nacional do Café, do Banco do Brasil e da Comissão Central de Compras. O episódio, que ficou conhecido como a “retirada dos paulistas”, soou como mais um protesto de São Paulo contra a “intervenção federal” e deu força para que os gaúchos pressionassem ainda mais pela constitucionalização. Nesse momento, a Frente Única Gaúcha (FUG) ameaçou, inclusive, com a possível renúncia do interventor Flores da Cunha (Borges, 1992, p. 44-45; Pinto, 2016, p. 240-241)³⁷⁷.

Nas semanas que se seguiram à agudização da crise com a “retirada dos paulistas”, foram intensificadas as reuniões do chefe do Governo Provisório com o “soviete revolucionário” – foi como Vargas se referiu ao grupo que contava com os ministros da Guerra, Leite de Castro, da Marinha, Protógenes Guimarães, e nomes da diretoria do Clube 3

³⁷⁷ CPDOC-GV c 1931.11.19/2, carta de Antônio Augusto Borges de Medeiros, Raul Pila e José Antônio Flores da Cunha a Getúlio Vargas comentando a repercussão da renúncia do Interventor de São Paulo e da demissão de José Maria Whitaker na situação política gaúcha (...), Porto Alegre, 19/11/1931.

de Outubro, como Pedro Ernesto, Juarez Távora, João Alberto, José Américo e Góis Monteiro (Vargas, 1995, p. 66-84). Os outubristas, fiando-se na autoridade simbólica de “verdadeiros revolucionários”, nos recursos organizativos, nas teias de relação e na direção programática, que se empenhavam em construir a partir da socialização no Clube, então se posicionaram abertamente como os óbices aos partidários da constitucionalização. Julgando-se moral e intelectualmente superiores àqueles que, a seu ver, pediam pela reconstitucionalização imediata sem sequer conseguir definir o que seria essa tal Constituição, alegavam estar amparados em amplos debates e estudos aprofundados, os quais lhes forneceriam diretrizes claras sobre o que fazer com a realidade brasileira (Macedo, 2023, p. 317-318). Tudo isso para reivindicar para si a agenda do Governo Provisório, fazendo do programa do Clube 3 de Outubro o “verdadeiro programa revolucionário”. Em poucas palavras, foi isso o que defendeu Góis Monteiro em declaração à imprensa, no início de 1932: “Acredito que não haja força política em condições de impedir a realização dos ideais que determinam a revolução e que estão consubstanciados no programa do Clube 3 de Outubro.”.³⁷⁸

No dia 2 de dezembro de 1931, o Clube se manifestou publicamente, por enquanto dirigindo-se ao Distrito Federal, com uma pequena nota no *Correio da Manhã* com o título “Aviso ao povo”. Nela demarcou a posição de seus sócios como os “verdadeiros revolucionários” na luta contra “os políticos profissionais” defensores da antecipação do fim do Governo Provisório. Dizia, na íntegra:

O Clube 3 de Outubro, composto de revolucionários sinceros, pede ao povo carioca que não sirva de instrumento aos políticos profissionais e exploradores, cuja campanha pró-Constituinte imediata significa apenas o descontentamento dos que foram afastados da administração pela Revolução³⁷⁹.

Em um “comunicado oficial”, no dia 19, a entidade afirmou só ver sentido em uma futura Constituinte se ela não contasse com a presença daqueles responsáveis pelo fim do regime anterior:

O Clube 3 de Outubro deseja mais do que qualquer outra organização política, que o Brasil volte, na época oportuna, a critério do governo, ao regime constitucional, desde que não possam fazer parte da futura

³⁷⁸ DECLARAÇÕES do general Góis Monteiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.1, 25/2/1932.

³⁷⁹ AVISO ao povo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 2/1/1931, p.3.

Constituinte, os que levaram o País aos desmandos que motivaram a Revolução de Outubro³⁸⁰.

Ainda no final de dezembro, no mesmo jornal e na primeira página, foi exibido um longo “Manifesto à nação”, cuja autoria foi atribuída em parte a Juarez Távora, evidenciando as leituras do Clube sobre o contexto que enfrentavam, trazendo críticas indiretas à República oligárquica e à Constituição de 1891, bem como demarcando com maior precisão sua posição em relação ao tema da reconstitucionalização³⁸¹. Assumindo uma postura nacionalista e autoritária, admitiu como sendo possível apenas uma Constituição construída na base das “lições da ciência contemporânea”, de maneira a “integrar o país nos destinos que lhe cabem”. Algo radicalmente diferente daquilo que acusavam seus adversários de sustentar: “algumas dezenas de preconceitos legais, copiados, aqui e ali, ao sabor das aparências e assaz vagos para permitir enrolarem-se na mesma coberta os ideais e interesses mais opostos [...]”. A elaboração e aplicação de uma legislação nos moldes em que defendiam só seriam garantidas por medidas a serem tomadas pela ditadura do Governo Provisório, que afastassem do processo os “simulacros eletivos”, portanto, as fraudes eleitorais, as ambições e “os hábitos que justificaram a revolução de 3 de Outubro.”. Por isso, o Clube combateria “intransigentemente e implacavelmente, até o sacrifício” contra os “partidários da imediata constitucionalização”³⁸².

Enquanto isso, em São Paulo, tanto Góis Monteiro quanto João Alberto reforçavam as posições da organização da qual faziam parte, em declarações para a imprensa local. Para eles, a constituinte viria, contudo, somente após ampla arregimentação das correntes de opinião em torno da “verdadeira ideologia” revolucionária representada no Clube 3 de Outubro. Aos paulistas, Góis sinalizou com o que seria um futuro reconhecimento proporcional à grandeza do estado: “Embora tenha sido aqui a sede da oligarquia deposta, a

³⁸⁰ COMUNICADO oficial do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19/12/1931, p.2.

³⁸¹ O verbete de Carlos Eduardo Leal (2001a, s.p.) atribui a autoria do manifesto ao jurista Pontes de Miranda, sem apresentar a fonte da informação. Segundo Leal, Távora não teria aprovado o documento e se desligado da entidade em janeiro de 1932. Contudo, o *Correio da Manhã* ao anunciar a publicação do documento menciona o delegado do Norte como autor de parte da sua redação. A este respeito ver: O MANIFESTO e o discurso do sr. Maurício Cardoso. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22/12/1931, p.4. Além disso, Juarez Távora não se afastou do Clube em janeiro de 1932, permanecendo a ele vinculado até a Assembleia Nacional Constituinte.

³⁸² O CLUB 3 de Outubro e a Constituinte. Manifesto á nação. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 27/12/1931, p.1.

mais poderosa unidade federativa finda a obra revolucionária ficará por força dessa mesma obra em posição de destaque, como é de inteira justiça.”³⁸³.

Com a saída de Laudo Camargo, Vargas escolheu o general Manuel Rabelo para ocupar interinamente a vaga, em 13 de novembro de 1931. Rabelo, que era um “tenente histórico”, contou com o apoio do Clube 3 de Outubro e sofreu oposição do PD, pois os “democráticos” continuavam exigindo um interventor “civil e paulista”. Para “ganhar tempo e examinar melhor o tabuleiro”, o governo prolongou sua interinidade, desagradando também a Legião Revolucionária – Miguel Costa passou a almejar que nomes mais próximos a ele ocupassem o posto (Borges, 1992, p. 46; Vargas, 1995, p. 79).

Sentindo-se pressionado pelo fortalecimento das demandas regionalistas em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, o chefe do Governo Provisório refletiu sobre a necessidade de “um reajustamento das forças revolucionárias, de dar mais unidade aos membros do governo, e do afastamento da ideia de uma constitucionalização imediata.” (Vargas, 1995, p. 78-79). Na passagem de 1931 para 1932, sua preocupação quanto à necessidade de garantir uma base de apoio mais sólida era notória e reiterada: “Sinto o meu declínio político, ou por falta de capacidade de abrir novos horizontes, ou por falta de apoio para transformações radicais.” (Vargas, 1995, p. 83).

O general Góis Monteiro relatou que o chefe se sentia “bloqueado”, perdendo popularidade pelo “caso de São Paulo”, e sendo pressionado pela Frente Única Gaúcha, que “o considerava como um simples delegado seu para governar.”. A respeito desse quadro e da constitucionalização, o militar o teria aconselhado:

Respondia-lhe que não devia submeter-se, devendo, antes, proceder à reforma de base da nossa estrutura política, econômica, militar, educacional, (sic) etc., e, depois então, convocar a Constituinte. Para esse fim, dispunha do apoio integral da chamada corrente “tenentista”, representada pelo “Clube 3 de Outubro” (Coutinho, 1955, p. 159).

Nesse momento, com organização e disposição política suficiente, o Clube 3 de Outubro passou a fazer um papel de anteparo aos regionalismos e sua militância pela reconstitucionalização imediata, principalmente a partir do momento em que Getúlio Vargas decidiu aumentar a participação dos seus sócios nos espaços de poder – especialmente nas interventórias. É possível que tenham influenciado nessa decisão alguns aspectos como: a

³⁸³ PORQUE o General Góes Monteiro é contrario a (sic) constituinte imediata. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 30/12/1931. O SR. JOÃO Alberto foi a S. Paulo matar saudades. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.4, 30/12/1931.

proximidade política de Vargas com as lideranças do Clube; a imagem que os outubristas projetavam de si mesmos como “revolucionários sinceros” e pioneiros da “Revolução” que, como já se viu, foi muitas vezes corroborada pelo próprio Governo Provisório; o prestígio que a “trajetória heroica” dos “tenentes” tinha diante da jovem oficialidade militar; e a própria configuração da entidade, que procurava se articular nacionalmente em torno de uma proposta unitarista, diferente das legiões e dos partidos políticos remanescentes imiscuídos aos conflitos e aos interesses localistas (Borges, 1992, p. 155; Carvalho, 1975, p. 24; Conniff, 1979, p. 137-139; Forjaz, 1988, p. 154). Segundo Lira Neto, nessa ocasião, Osvaldo Aranha – que além de outubrista pertencia ao núcleo duro do Governo Provisório – via no Clube 3 de Outubro um grupo centralizado e coeso que poderia dar sustentação a Vargas, no lugar dos “facciosos” partidos políticos. A organização poderia respaldá-lo na adoção de medidas mais radicais, ao mesmo tempo em que ajudaria a manter o chefe do governo a uma distância conveniente das “lideranças partidárias que compuseram a Aliança Liberal”. Deveria ser o Clube “uma entidade abstrata que estaria acima da sociedade, dos homens, das classes sociais e dos partidos – capaz de conduzir o país a seu ‘destino histórico de grande nação’.” (Neto, 2013, p. 18).

Entre julho e dezembro de 1931, foram nomeados oito sócios do grêmio como novos interventores. Além de Pedro Ernesto, escolhido para a interventoria do Distrito Federal, em 30 de setembro de 1931, foram designados: Herculino Cascardo (Rio Grande do Norte), Juraci Magalhães (Bahia), Roberto Carneiro de Mendonça (Ceará), Lourival Seroa da Motta (Maranhão), Antônio Rogério Coimbra (Amazonas), Tasso de Oliveira Tinoco (Alagoas) e Ari Parreiras (Rio de Janeiro). Antes disso, já ocupavam a chefia dos governos estaduais outros quatro nomes outubristas: Landri Salles (Piauí), Carlos de Lima Cavalcanti (Pernambuco), Augusto Maynard Gomes (Sergipe) e Joaquim Magalhães Barata (Pará). Isso quer dizer que no final de 1931, os membros do Clube 3 de Outubro governavam pelo menos 12 das 21 unidades federadas³⁸⁴.

³⁸⁴ Referindo-se ao mesmo período, entre julho e dezembro de 1931, Maria Cecília Spina Forjaz (1988, p. 148-149) contabilizou nove nomes do Clube 3 de Outubro escolhidos para o cargo de interventor – incluindo Pedro Ernesto para o DF. A divergência entre os dados se dá no estado de Santa Catarina. A autora levou em conta suposta nomeação em outubro de 1931. Todavia, o primeiro interventor do estado, Ptolomeu de Assis Brasil, foi nomeado em novembro de 1930, permanecendo no cargo até outubro de 1932, quando foi substituído por Ruy Zaborán. Ademais, não foi possível encontrar indícios que liguem qualquer um dos dois nomes ao Clube 3 de Outubro. Quanto aos outubristas que já haviam sido nomeados interventores antes desse período, Forjaz anotou seis nomes. As discordâncias nos dados se deram nas interventorias de João Punaro Bley (Espírito Santo) e de Pedro Ludovico Teixeira (Goiás), sujeitos para os quais também não foram encontrados indícios de ligação com o Clube. Para verificar as informações fornecidas pela historiadora foram empregados a

É necessário observar, mais uma vez, que as interventorias eram um importante instrumento de ingerência federal na política local – principalmente através da cooptação e burocratização das elites regionais – e Vargas se utilizou bastante delas para se equilibrar diante das pressões estaduais, durante o Governo Provisório (Forjaz, 1988, p. 24-25). Considerando a lista dos *Chefes do Poder Executivo nas unidades da federação, de outubro de 1930 a janeiro de 1938*, organizada por Alzira do Amaral Peixoto, entre 1930 e 1934 os 21 estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, haviam sido governados por 75 nomes, evidenciando uma verdadeira da “dança das cadeiras” (Peixoto, 1960, p. 402-414).

Não é trivial que das 12 interventorias ocupadas pelos sócios do Clube 3 de Outubro, no final de 1931, dez delas eram de estados do Norte e Nordeste. Foi justamente entre dezembro de 1930 e dezembro de 1931 que a região contou com a atuação direta de Juarez Távora como chefe da “Delegacia Militar do Norte”. Seu trabalho costurou o chamado “Bloco do Norte” que reuniu em torno dos interventores grupos insatisfeitos com décadas de hegemonia política das oligarquias do Centro-Sul sobre a República. Primeiro se opuseram à constitucionalização imediata e, em seguida, apoiaram propostas para a configuração de um Estado centralizado e interventor, durante a Assembleia Nacional Constituinte. Para Forjaz (1988, p. 150) e Silva, foi nessa fase de ascensão “tenentista” na região, após maio de 1931, que os estados se alinharam e se estabilizaram politicamente, possibilitando a formação do “Bloco do Norte” ou “Frente Nortista”: “Assim, as interventorias nortistas se tornam cada vez mais militarizadas e centralistas em oposição ao projeto paulista, civil e descentralizador” (Silva, 2019, p. 47).

Como o próprio Távora reafirmou a Vargas, sua função na posição de “delegado” foi a de organizar “os espíritos” daquela região do país, “incontidamente ansiosa de uma imediata e integral renovação de processos político-administrativos”, diante das “tendências conservadoras” dos liberais que “mais decisivamente haviam concordado para o desfecho da campanha vitoriosa”. E, ainda que julgasse ter sido exitoso no seu intento de ordenar e equilibrar ali os “impulsos revolucionários”, a ponto de justificar seu pedido pelo fim da

lista de “Chefes do poder Executivo nas unidades da federação, de outubro de 1930 a janeiro de 1938”, publicada por Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1960, p. 402-414); além disso, as “Fichas de Inscrição do Clube 3 de Outubro”, registros de reuniões do Clube 3 de Outubro no *Correio da Manhã* e verbetes do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB) do CPDOC. CPDOC-CO d Fichas Inscrição; Amélia Coutinho (2001d, s.p.); Renato Lemos (2001b, s.p.); A REUNIÃO dos leaders da esquerda revolucionária. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 23/6/1932; CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 6/11/1932; RUY Zaboran. Memória Política de Santa Catarina. Disponível em: <https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1351-Ruy_Zaboran>. Acesso em out. 2023.

“Delegacia do Norte”, advertiu que a ditadura deveria garantir aos seus apoiadores algumas transformações capitais³⁸⁵. Segundo a “Conclusão” do seu próprio relatório, em que fez um balanço da “situação do Norte”, entregue ao chefe do Governo Provisório em 20 de abril de 1932, estariam as forças políticas da região majoritariamente alinhadas aos seus interventores, cuja posição era a mesma defendida pelo Clube 3 de Outubro, segundo a qual a volta ao regime constitucional deveria estar condicionada à resolução de problemas que não encontraram solução na Primeira República:

a volta do país ao regime constitucional constitui legítima aspiração da coletividade brasileira, mas deve ser feita sem precipitações, a fim de permitir à Ditadura concluir sua obra de reconstrução. [...] Essa tarefa consiste, em síntese, em resolver, discricionariamente, os problemas que ficaram insolúveis – alguns durante mais de meio século – dentro do regime constitucional.³⁸⁶

Tais problemas a serem definitivamente resolvidos, “sob pena de [a Ditadura] ter falhado à sua finalidade”, convergiam bastante com as sugestões apresentadas pelo *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, tornado público pelo Clube no final de fevereiro do mesmo ano. Vale mencionar alguns exemplos: a “unificação da Justiça” e do processo; a racionalização do sistema tributário; a instituição de órgãos técnicos e autônomos para garantir a resolução dos problemas nacionais, a despeito da transitoriedade dos governos; e a decretação da “lei de nacionalização das Minas e das Quedas d’água, antes que umas e outras tenham caído integralmente nas mãos de alguns poucos sindicatos estrangeiros.”³⁸⁷.

Em 1933, em *O Sentido do Tenentismo*, Virgínio Santa Rosa narrou, bastante empolgado, o que seria a articulação formada pela ação de Juarez Távora no Norte e Nordeste e a importância que teria Clube 3 de Outubro ao proporcionar firmeza e coesão programática aos “tenentes”. Sua descrição não tratou da existência de conflitos e da necessidade mediações e negociações para a composição desse bloco de forças políticas, focando na reação conjunta ao impulso do constitucionalismo a partir do Centro-Sul; contudo, ainda assim, exemplifica bem a projeção nacional que estes sujeitos ganharam no momento:

³⁸⁵ CPDOC-GV c 1931.12.22, carta de Juarez Nascimento Fernandes Távora a Getúlio Vargas solicitando demissão dos cargos de Delegado Federal do Norte e de membro da Comissão de Correção Administrativa e pedindo a extinção da Delegacia do Norte.

³⁸⁶ CPDOC-JT dpf 1930.12.08, documentos sobre a atuação de Juarez Távora como Delegado Militar junto às interventorias do Norte e Nordeste (...), folha 880-973.

³⁸⁷ CPDOC-JT dpf 1930.12.08, documentos sobre a atuação de Juarez Távora como Delegado Militar junto às interventorias do Norte e Nordeste (...), folha 880-973.

E pela arregimentação dos governos acima do Rio Itabapoana [rio que corta os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo] o tenentismo produziu indeléveis modificações nos bastidores da politicalha nacional. Esfarelou-se a lei da influência dominante do Estados – Minas, S. Paulo e Rio Grande do Sul – de encontro ao bloco coeso que se formara. [...] E o Clube 3 de Outubro, órgão coordenador dos sentimentos revolucionários, começou a pesar de maneira quase decisiva nos conselhos políticos e administrativos do país, através da palavra dos seus membros mais influentes e do prestígio irrefutável dos interventores nortistas. (Santa Rosa, 1976, p. 57-61, grifo nosso).

Para Edgard Carone, a “Delegacia do Norte”, “órgão esdrúxulo dentro do sistema revolucionário de 1930, é exemplo da força tenentista. Nascida para consolidar os governos de fato nomeados por Juarez Távora no Nordeste, ela acaba sendo reconhecida como ‘órgão intermediário’ pelo próprio Getúlio.” (Carone, 1974, p. 35-36).

Outro indício de uma aproximação do Governo Provisório com o Clube 3 de Outubro, se deu através de uma sinalização aos “tenentes” com promoções militares conduzidas pelo Ministro da Guerra, em agosto de 1931. Na lista publicada, os “picolés” tiveram computados como tempo de serviço, para suas promoções, o período que passaram fora da caserna – desde que foram presos, exilados ou expulsos pelos levantes de 1922 até a anistia em 1930. O que lhes conferiu antiguidade superior aos “rabanetes”, aqueles oficiais que haviam se formado após 1922 e se engajado na “Revolução” em 1930. O gesto, além de ser reconhecido pelos “democráticos” como mais um elemento do aprofundamento da influência “radical dos tenentes” sobre o governo federal, ocasionou profunda crise no Exército que se estendeu por um ano e abalou a autoridade do ministro Leite de Castro (Borges, 1992, p. 154; Forjaz, 1988, p. 152-153; Pinto, 2016, p. 217). Góis Monteiro, outubrista, mas também ele próprio um “rabanete”, manifestou sua contrariedade com a situação perante Vargas, argumentando que essas formas de promoção seriam uma injustiça com oficiais “que tudo sacrificaram pela Revolução”, ao mesmo tempo em que temia desordens internas na corporação. Por isso, propôs que as promoções dos “picolés” ocorressem em um quadro paralelo, sem preencher as vagas do quadro ordinário, equilibrando as demandas de ambos os grupos de oficiais³⁸⁸.

Também em agosto, Vargas comentou no seu diário sobre mais uma reunião que contou com a presença dos ministros militares, do presidente do Clube 3 de Outubro e futuro

³⁸⁸ CPDOC-GV c 1931.08.13/2, carta de Pedro Aurélio Góis Monteiro criticando os critérios adotados para a promoção de oficiais do Exército e sugerindo medidas para solucionar a questão, 13/08/1931. Michael Conniff (1979, p. 140-141) menciona que, também em fins de agosto de 1931, Getúlio Vargas declarou publicamente seu apoio integral ao Clube 3 de Outubro, considerando-o guia dos destinos da “Revolução”. Contudo, não foi possível confirmar essa informação.

interventor do DF, Pedro Ernesto, e do “Delegado do Norte”, Juarez Távora. Pelo que relatou o chefe do governo, percebe-se que esses “elementos revolucionários” haviam comparecido ao Guanabara para levar-lhe apoio, para pressioná-lo a pôr em prática “certas medidas de caráter mais revolucionário” e para reforçarem sua posição contrária à Constituinte imediata (Vargas, 1995, p. 70).

Além da intensificação dessas reuniões com Vargas; do aumento do número de sócios do grêmio sobre as interventorias; e das polêmicas promoções dos “picolés”; é interessante lembrar que membros dessa organização também estiveram à frente de ministérios. No final de 1931, Osvaldo Aranha passou do Ministério da Justiça para o Ministério da Fazenda e José Américo estava na pasta da Viação e Obras Públicas; em dezembro de 1932, Juarez Távora assumiu o Ministério da Agricultura, e, em janeiro de 1934, Góis Monteiro tomou posse como ministro da Guerra – levando consigo para a pasta Gustavo Cordeiro de Farias, na época o presidente do Clube³⁸⁹. Outros ocuparam postos dentro de ministérios de aliados, como Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, que foi chefe de gabinete de Leite de Castro. No posto de “ajudante de ordens” – atualmente muito falado na República brasileira –, dos cinco homens nomeados, entre 1931 e 1935, dois eram outubristas: Celso Pestana e Ernani do Amaral Peixoto³⁹⁰.

Segundo Conniff (1979, p. 146), a partir de meados de 1931, Vargas teria construído com os outubristas um relacionamento “íntimo e dependente”. Formando uma espécie de “guarda de elite”, as lideranças do Clube tinham acesso livre ao seu gabinete para discutir desde as pautas nacionais mais graves até as “picuinhas” mais comezinhas. O Chefe do Governo Provisório teria se aproveitado da ação coesa do grupo, ou do “arrastão tenentista”, para demonstrar aos opositoristas que tinha em torno de si forças capazes ajudá-lo a resistir às suas investidas. Ainda de acordo com o historiador, mesmo que seus críticos o acusassem de estar completamente submisso aos “tenentes” organizados no grêmio, ocorria que Getúlio Vargas se aproveitava desse grupo de pressão e apoio como uma espécie de “contrapeso” às exigências dos liberais e constitucionalistas do Centro-Sul (Conniff, 1979, p. 147). Assim, para se manter no poder, atendia pontualmente a ambos, no lugar de ceder completamente a qualquer um deles (Forjaz, 1988, p. 123; Pinto, 2016, p. 236-237). Por exemplo, se por um

³⁸⁹ Depois de ter se afastado do Clube 3 de Outubro em meados de 1932, o general Góis Monteiro se reaproximou da organização durante a Constituinte, em outubro de 1933. Em abril de 1934, o Clube chegou a anunciar apoio à candidatura do general (CARVALHO, 1975, p. 35; LEAL, 2001, s.p.).

³⁹⁰ CPDOC-CO d Fichas Inscrição, números 516, 113 e 33. Os nomes dos “ajudantes de ordens” de Getúlio Vargas, durante o Governo Provisório, podem ser conferidos no livro de Alzira do Amaral Peixoto (1960, p. 400-401)

lado, os outubristas garantiram uma maior penetração no governo, principalmente através das interventorias; por outro, foi estabelecido o Código dos Interventores, no final de agosto de 1931, que visava impor limites à ação dos interventores federais, por meio dos conselhos consultivos municipais e estaduais, formados por atores locais (Carone, 1974, p. 28)³⁹¹. Outro exemplo é que se Vargas sinalizou aos setores pró-constituente ao nomear o liberal gaúcho Maurício Cardoso para a pasta da Justiça, que logo retomou a elaboração da lei eleitoral; de outro modo, o próprio presidente também garantiu que na versão final da lei estivesse prevista a representação profissional na Constituinte – uma reivindicação central do Clube 3 de Outubro (Silva, 2019, p. 71-72; Zulini, 2017).

Em agosto de 1934, já com a nova Constituição promulgada, o próprio Getúlio Vargas refletiu sobre sua relação com o grêmio, depois de se sentir provocado por um artigo do *Correio da Manhã* chamado “O mal dos acordos”. No trecho, diz que diante de tamanha hostilidade das frentes únicas, paulista e gaúcha: “no discurso de Petrópolis, eu tive de apoiar-me no Clube 3 de Outubro e nos elementos extremados da Revolução para resistir à pressão dos cambalachos políticos, vencê-los, e depois estabelecer a ordem legal fora da influência desses elementos.” (Vargas, 1995, p. 320).

Afirmção parecida fez Ernani do Amaral Peixoto, que ocupou cargo na Comissão de Sindicância do Clube, em sua entrevista concedida em 1984:

Mas durante um período, o Clube 3 de Outubro foi o suporte do governo. Aliás, numa manifestação que o Clube fez ao dr. Getúlio em Petrópolis, na época em que a campanha da Constituinte já estava muito forte, ele disse: “Hoje estou governando o país apoiado nas forças jovens revolucionárias.”. Referia-se ao Clube 3 de Outubro (Camargo *et al.*, 1986, p. 84).

Já é sabido que o Clube 3 de Outubro se empenhou em apoiar, orientar, coordenar e até mesmo constringer a conduta dos seus sócios nas suas funções ou manifestações públicas – segundo os interesses políticos e doutrinário-programáticos do grêmio. Fazia parte dos objetivos dos outubristas, além de atuar nos quadros do Estado, “depurar e organizar a grei revolucionária” e constituir uma forte “corrente de opinião” na sociedade a favor de suas propostas³⁹². Na cerimônia de posse do presidente do grêmio, Pedro Ernesto, como interventor do Distrito Federal, seu discurso deu um recado claro de que naquela posição

³⁹¹ BRASIL. Decreto n.º 20.348, de 29 de agosto de 1931. Institue conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios e estabelece normas, sobre a administração local. *Legislação informatizada*. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20348-29-agosto-1931-517916-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: out. 2023.

³⁹² A FINALIDADE do “Club 3 de Outubro”: uma nota oficial dessa agremiação revolucionaria. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 11/6/1932.

atuaria segundo o “programa revolucionário”, que seria o mesmo programa dos “tenentes”, nascido do “brado” de 1922:

Recebendo do governo provisório a honrosa investidura de interventor do Distrito Federal, não me tracei programa por ser este o mesmo que vem sendo conduzido com elevação em todos os atos da Administração Pública pelo atual governo da República [...], programa que se define das palavras de Trabalho, Honestidade e Justiça, e que foi o lema imperecível no brado magnífico iniciado em 22.³⁹³

Em nome dessa disposição disciplinar, para forçar o comprometimento dos seus filiados, perseguindo uma atuação mais unitária possível em torno do “programa revolucionário”, era recorrente que os outubristas tivessem que prestar contas dos seus governos e suas ações à organização. No Capítulo 1, já foram ponderados os casos de pressão e cobrança ocorridos com o ministro da Viação José Américo, com os então interventores João Alberto e Juraci Magalhães e as reações inflamadas dos membros às suspeitas de infiltração de “bernardistas”. Góis Monteiro, por sua vez, enquanto esteve à frente da 2ª Região Militar em São Paulo, também foi acompanhado de perto por seus companheiros, a despeito de ser o vice-presidente do Clube na época. Sua atuação no estado, que tentou remediar a crise que se aprofundava negociando com as “elites paulistas”, gerou desconfianças discutidas no Clube³⁹⁴. Sentindo-se incomodado, pediu para se afastar do seu posto de vice, ainda mantendo-se como sócio. Contudo, convencido por outros companheiros acabou desistindo da ideia. Então prestou contas a Pedro Ernesto e ao Conselho Deliberativo do grêmio sobre seu trabalho em São Paulo – nessa mesma oportunidade, Osvaldo Aranha também prestou informações ao Conselho sobre suas negociações com a Frente Única Gaúcha³⁹⁵.

Além das orientações e reprimendas, o Clube 3 de Outubro também serviu de base de apoio aos seus membros, diante dos ataques dos adversários e até mesmo em eventuais choques com o governo. Por exemplo, no final de 1931, os *Diários Associados* teriam espalhado o boato de que a entidade discordava dos interventores que haviam se manifestado,

³⁹³ O NOVO interventor do Distrito Federal: o que disse o Dr. Pedro Ernesto. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 4/10/1931.

³⁹⁴ O GENERAL Góis Monteiro e o Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 29/4/1932.

³⁹⁵ AN-FGM SA.O.COR, A932.123, carta (minuta, manuscrita) do titular, general de brigada, para Pedro Ernesto Batista, interventor do Distrito Federal, avisando que já prestou esclarecimentos sobre sua atuação em São Paulo ao governo, ao Clube 3 de Outubro e ao povo (...), 1932. A REUNIÃO de ontem, à noite, no Club 3 de Outubro: o general Góis Monteiro fez uma exposição do seu trabalho pela pacificação de S. Paulo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1

publicamente, contrários à Constituinte. O grêmio não só orientou que seus sócios-interventores e sócios-comandantes militares desmentissem tais “notícias”, como divulgou um comunicado de apoio: “O Clube, que conta entre seus sócios, a maioria dos Interventores, nunca poderia negar qualquer moção de apoio aos representantes do Governo Provisório nos Estados, principalmente quando eles se manifestam contra a convocação imediata da Constituinte.”³⁹⁶.

Os interventores, principalmente os militares e “nortistas”, foram alvos de ataques recorrentes, que escalavam das acusações mais “corriqueiras” de incompetência administrativa, corrupção e “comunismo” até outras, mais graves, como as de preparação de “golpe militar” (Forjaz, 1988, p. 147). Algo que exigiu do Clube 3 de Outubro constante mobilização para a defesa do seu programa, dos seus quadros e dos seus aliados. Isso incluía reforçar a articulação política, com reuniões nos gabinetes de Vargas e dos ministros militares, e investir em manifestações públicas para demonstrar união, com a confecção de moções, comunicados e manifestos, além de ser bastante comum que sócios do grêmio estivessem oficialmente nos eventos de posse ou no embarque e desembarque de interventores no Distrito Federal³⁹⁷. No início de 32, o outubroista e interventor de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, enviou telegrama para Juarez Távora, comunicando que já havia agradecido a Pedro Ernesto o “protesto [de] solidariedade do Clube 3 de Outubro”, como também já havia esclarecido ao presidente Getúlio Vargas “sobre [a] improcedência [das] últimas acusações [dos] Diários Associados contra” seu governo³⁹⁸. Ao que tudo indica, Lima Cavalcanti era acusado de fazer uma má administração, mergulhando seu estado na “desordem”, e que, por isso, estando enfraquecido em sua autoridade, renunciaria. Para se defender, em nota distribuída pela própria interventoria, reproduzida pelo *Correio da Manhã*, destacou que tinha o apoio e os aplausos de “chefes civis e militares da República”, incluindo Getúlio Vargas e o Clube 3 de Outubro. Nesse sentido, os ataques ao seu governo representariam, antes de tudo, ataques à “Revolução” por parte dos “desalojados do poder”:

³⁹⁶ COMUNICADO oficial do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 19/12/1931. UM TELEGRAMMA circular da directoria do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 19/12/1931.

³⁹⁷ UMA manifestação ao interventor no Distrito Federal. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 13/3/1932. O GEN. LEITE de Castro receberá, amanhã, á tarde, grande manifestação de solidariedade. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.1, 5/6/1932. EM QUE termos o general Leite de Castro agradeceu ás homenagens que lhes prestaram. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 7/6/1932. A TAXA ouro: o Club 3 de Outubro aplaude o sr. José Américo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 26/11/1933. O CLUB tres de Outubro e os boatos tendenciosos. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 7/1/1934.

³⁹⁸ CPDOC-JT dpf 1931.12.12, documentos sobre o Clube 3 de Outubro (...), folha 43.

O que existe de positivo, animando tão impatriótica e lamentável campanha, são pequenos grupos de despeitados sem noção de responsabilidades e de respeito pela dignidade do poder constituído, para enxovalhar a obra da Revolução, em usar e abusar de mistificações desmoralizadas.³⁹⁹

Se é possível afirmar que nos espaços de sociabilidade suas formas de organização e modalidades de funcionamento são reveladoras dos níveis de engajamento e comprometimento que eles exigem (Berstein, 2009, p. 35-36); também é admissível concluir que de fato o Clube 3 de Outubro – além de fornecer aos seus filiados um substrato teórico-doutrinário a partir do qual foram formuladas suas propostas para a (re)construção do Estado – estabeleceu recursos relacionais e organizativos que permitiram aos seus associados se revestirem de uma posição simbólica de “fiéis depositários” dos destinos da “Revolução de 1930” (Macedo, 2023, p. 317-318; Quirós, 2007, p. 84-85). Isso quer dizer que seus sócios se ampararam no grau de organização, na disciplina, na adquirida precisão programática e na memória construída pela agremiação de fundadores da “Revolução” – que teria começado com os levantes de 1922 – para se contrapor aos partidários da constitucionalização imediata, os quais apontavam como oportunistas e despossuídos de qualquer visão mais elaborada sobre o que desejavam para o país. Dessa maneira, autorizavam-se e identificavam-se como “revolucionários sinceros”, aqueles que de fato poderiam pautar a agenda nacional e, por conseguinte a nova Constituição, porque:

[...] [O Clube] pôs em contato os seus sócios, promoveu o encontro das ideias, ouviu a sócios e a estranhos, de mentalidade revolucionária, que sempre se preocupam com a reforma do regime, pesando todos os argumentos, criticando as convicções e adotando, prudente mas energicamente diretrizes marcadas.⁴⁰⁰

Sem a finalidade eleitoral comum aos partidos modernos, é correto afirmar que o Clube 3 de Outubro constituiu uma “força política de mediação” proto-partidária que, durante um regime ditatorial de institucionalidade provisória, articulou demandas e aspirações de frações de determinados grupos sociais em torno de um programa comum, com o qual procurou pautar a agenda do governo que apoiava (Berstein, 2003, p. 60-61; González, 2009;

³⁹⁹ DESFAZENDO os rumores de demissão do interventor. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 31/1/1932.

⁴⁰⁰ Publicação do “Manifesto à nação” pelo Clube 3 de Outubro. Ver O CLUB 3 de Outubro e a Constituinte. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.1, 27/12/1931.

Pasquino, 2005)⁴⁰¹. Além de constituir, é claro, “um dos canais de intromissão dos militares no processo político.” (Forjaz, 1988, p. 125).

Foi dessa forma que, durante o segundo semestre de 1931, o Clube 3 de Outubro se constituiu em um dos protagonistas na reorganização das instituições brasileiras no pós-1930, primeiro defendendo a extensão do período discricionário, em seguida trabalhando para garantir a representação profissional no Código Eleitoral de 1932, e por fim, influenciando na aprovação de aspectos corporativistas, centralistas e nacionalistas na Constituinte de 1933/1934 (Carone, 1975; Carvalho, 1975, Forjaz, 1988; Gomes, 1980, p. 432; Silva, 2019, p. 38; Viviani, 2009). O auge desse protagonismo na política nacional foi algo que se estendeu pelo menos até o primeiro semestre de 1932. É o que se será analisado no tópico seguinte.

5.1.3 O auge dos outubristas

Forjaz observa que, na passagem de 1931 para 1932, ocorreu um realinhamento das oligarquias aliancistas entre si e um concomitante afastamento do Governo Provisório. Pois acusavam-no de fazer “demasiadas concessões aos tenentes”, distanciando-se cada vez mais das perspectivas defendidas no programa da *Aliança Liberal* (Forjaz, 1988, p. 147-155).

Dadas a proximidade de seus diretores com o próprio Getúlio Vargas, a capilaridade que conquistou nas instituições e a defesa intransigente da extensão do período ditatorial, é compreensível que o Clube 3 de Outubro tenha despontado como um dos principais, senão o principal, adversário dos estados mais fortes e daqueles grupos políticos que se sentiam ameaçados ou frustrados nas suas expectativas de poder (Gomes, 2007b, p. 32-34; Macedo, 2023, p. 320). Veja, o Clube intensificou a sua movimentação, reagindo às investidas do “constitucionalismo”. Além de conquistar mais interventorias, ampliou sua presença no debate político, publicando mais notas, manifestos, moções e o próprio *Esboço do Programa* (...) na imprensa; promoveu palestras e discussões abertas “às associações de classe”; e se empenhou em espalhar núcleos pelo país. Medidas que também contribuíram para torná-lo alvo preferencial dos setores oligárquicos de tendência liberal.

Como parte do objetivo de construir uma “forte corrente de opinião” em torno de suas propostas, foram comuns as reuniões abertas e palestras organizadas pelo grêmio que

⁴⁰¹ Ao tratar de organizações políticas historicamente anteriores aos partidos políticos modernos, tais como os clubes, as clientelas, os grupos parlamentares e facções, Serge Berstein as apresenta genericamente como “forças políticas de mediação”: espaços de mediação onde se articulam, “na linguagem que lhes é própria, as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações.” (BERSTEIN, 2003, p. 61).

convidavam trabalhadores, suas lideranças e suas organizações, para ouvirem a respeito de “temas nacionais”, especialmente no primeiro semestre de 1932. O *Correio da Manhã* relatou a presença de dezenas de delegados de “associações de classe” durante esses eventos⁴⁰².

A respeito disso, é importante deixar claro que, correspondendo à sua visão paternalista e dirigista do conflito social, o Clube 3 de Outubro se voltou para esses setores populares antes como objeto da sua propaganda do que sujeitos ou aliados na luta política. Isso significa que procurava convencê-los de que seu programa, a ser aplicado verticalmente pelo Estado e seus quadros técnicos, representaria de fato “o interesse operário”. Nesses episódios, é visível o esforço da instituição de “encaminhar” a “força revolucionária do proletariado” para os princípios do sindicalismo corporativista, reconhecido e regulado pelo Estado – o “caminho do meio” entre o radicalismo “bolchevista” e a asfixia do “fascismo italiano”, “um verdadeiro programa econômico social, perfeito, em torno da colaboração e cooperação proletária e de todas as classes [...]”⁴⁰³. Conforme teria dito Pedro Ernesto, a operários em Petrópolis, em março de 1932: o “povo” estaria – ou deveria estar – ao lado do Clube, pois nele reconheceria “**o amparo ao trabalhador de todas as categorias**, cujos esforços serão coroados do êxito a que têm direito”⁴⁰⁴.

Outra forma de crescer, mas também de apoiar e constranger interventores, foi criando núcleos estaduais e municipais. Em fevereiro de 1932, foi formada a “Comissão de Expansão, Federação e Formação de Núcleos”, ocupada por Stênio Lima, Joaquim Nunes de Carvalho, José Alexínio Bittencourt e Luiz Uchôa Cavalcanti⁴⁰⁵. Em 13 de março de 1932, Pedro Ernesto, discursando na cerimônia de posse da diretoria do núcleo de Madureira, no Rio de Janeiro, conclamou à criação de outras unidades pelo país: “Organizemos por toda a extensão do nosso território os núcleos do nosso clube, disseminando o nosso programa, para quando nos for dito que chegou o momento de nossa ação, o povo em sua totalidade saber o que iremos fazer.”⁴⁰⁶. Essas “filiais” deveriam ter regimentos internos submetidos ao estatuto da sede. Era uma preocupação constante que seu programa e suas resoluções fossem conhecidos

⁴⁰² CLUB 3 de Outubro: uma conferência sobre o trabalho e o operariado no Brasil. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 8/1/1932. REUNIU-SE o Club 3 de Outubro: os delegados de inúmeras associações proletárias vão ouvir a leitura do programma revolucionario. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 8/3/1932.

⁴⁰³ A REPERCUSSÃO do manifesto do Club 3 de Outubro nos meios operários. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1,7, 2/1/1932.

⁴⁰⁴ UMA MANIFESTAÇÃO ao interventor no [do] Districto Federal. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 13/3/1932, grifo nosso.

⁴⁰⁵ CLUB 3 de Outubro: a eleição dos seus corpos dirigentes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 16/2/1932.

⁴⁰⁶ CLUB 3 de Outubro de Madureira. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1-2, 15/3/1932.

e respeitados por todos⁴⁰⁷. No próximo ano, em agosto de 1933, para “dirimir as dúvidas” e resolver conflitos entre os núcleos e a “sede”, o Clube decidiu pela criação de um “tribunal de arbitramento”, que seria formado por três “juízes”: Juarez Távora, José Américo e Ari Parreiras⁴⁰⁸.

Nas pesquisas no *Correio da Manhã* também foi possível encontrar notícias sobre criação de um periódico, o *Jornal do Rio*, “Órgão de doutrina e combate, com íntimas aproximações com o Clube 3 de Outubro [...]”, que se destinaria “a pugnar pelos ideais revolucionários.” Seu diretor seria Francisco Mozart do Rego Monteiro, jornalista, outubrista e membro da “Comissão de Doutrina e Propaganda”⁴⁰⁹. A existência do periódico incomodou Costa Rego, colunista do *Correio da Manhã*, e adversário do grêmio, que provocou: “As opiniões publicadas ali serão dos diretores [do jornal] ou do Clube?”⁴¹⁰.

Possivelmente ainda no final de 1931, Osvaldo Aranha recebeu uma carta anônima de um dito conterrâneo, que incomodado com o estado de coisas, lhe apresentou o que seriam condições mínimas para uma “reconciliação” do Rio Grande do Sul com o Governo Federal. Duas delas eram as principais: a primeira exigia que a Constituinte fosse marcada o quanto antes; e a segunda demandava o fechamento de todos os Clube 3 de Outubro do Brasil e a garantia de que nada semelhante fosse fundado naquele estado, pois:

O fim desses Clubes é, sem contestação, exercer a tirania, provocar conflitos, caluniar, perseguir, falsear e alcançar o poder pela violência. [...] Evite que no Rio Grande, terra de ideias sãs e de gente sã, seja fundado semelhante associação, que seria uma mancha negra para o nosso povo. Além disso, diminuiria nossa força e unidade [...].⁴¹¹

O fato é que as expectativas do remetente foram frustradas. As eleições para a Constituinte só seriam marcadas em maio de 1932 para ocorrerem em maio de 1933 e o Clube 3 de Outubro, como se sabe, só encerraria suas atividades, por decisão própria, em abril de 1935. Ademais, no Rio Grande do Sul foram fundados um núcleo central estadual, em Porto Alegre, e núcleos

⁴⁰⁷ CPDOC-CO-If, Estatutos do Clube 3 de Outubro, 1932, p.23. A ASSEMBLÉA de ontem do Club 3 de Outubro: a aprovação da lei organica do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 2/2/1932. CLUB 3 de Outubro: a sessão semanal do Grande Conselho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 16/9/1933.

⁴⁰⁸ CLUB 3 de Outubro: uma sessão extraordinária do Grande Conselho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 9/8/1933.

⁴⁰⁹ IMPRENSA carioca. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 16/3/1932. CPDOC-CO d Fichas inscrição, n. 157.

⁴¹⁰ REGO, Costa. Mão negocio. In: *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 16/3/1932.

⁴¹¹ CPDOC AO cp 1931.00.00/29, carta anônima a Osvaldo Aranha sugerindo medidas para se reconciliar com o Rio Grande do Sul, como marcar a constituinte, fechar os Clubes 3 de Outubro etc., s.l, 1931.

municipais, em cidades como Pelotas e Caxias, entre abril e maio de 1932⁴¹². Inclusive, na ocasião da fundação do núcleo de Porto Alegre, o próprio Osvaldo Aranha teria sido convidado para um churrasco organizado pelos sócios, onde teria discursado contra o “individualismo” e a favor da “organização de classes”:

Organizai-vos no Rio Grande, pois haveremos de promover em todo o Brasil a organização de classes para que essas, na sua força associativa, tenham, dentro da Federação, a atuação da vitória. [...]
Quando as classes estiverem organizadas, serão, sem dúvidas, menores as consequências dos dissídios políticos [...]⁴¹³.

Relembrando mais uma vez o Capítulo 1 e considerando os dados revelados pelas “fichas de inscrição”, foi nessa época, entre finais de 1931 e o primeiro semestre de 1932, que as filiações no grêmio explodiram. Toda essa exposição, dentro de um contexto de agudização do conflito entre as duas principais agendas políticas para o Brasil no momento, atraiu a atenção de outros militares e civis, principalmente dos últimos, que foram o maior número entre os recém-chegados e acabaram se tornando a maioria no Clube (Gráfico 1, Gráfico 2, Gráfico 3).

Por tudo isso, é evidente que o Clube 3 de Outubro iniciou o ano de 1932 no auge da sua organização e atuação política. Reforçando, nesse momento seus sócios já haviam ampliado sua participação no Governo Provisório, frequentando o gabinete do chefe e dos ministros para discutir e tentar encaminhar a “Revolução”⁴¹⁴. Dezenas de novos filiados chegaram, outras unidades foram fundadas pelo país e novos estatutos foram aprovados em fevereiro, revelando a maior complexidade organizativa alcançada pelo grêmio na sua existência (Diagrama 1). E, além disso, também nessa época, seus atores políticos mais proeminentes demonstraram, publicamente, uma atuação política bastante coesa, segundo os princípios expressos no *Esboço do Programa (...)*.

⁴¹² O “3 de Outubro” de Porto Alegre será inaugurado amanhã. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 14/4/1932. AO PÚBLICO. *Boletim do Club 3 de Outubro*. Caxias, p. 1-4, 5/1932. HOMENAGENS á memoria do capitão [Cícero] Góes Monteiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 4/9/1932.

⁴¹³ O SR. Osvaldo Aranha no Rio Grande do Sul: O discurso do Sr. Aranha. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1-2, 19/4/1932.

⁴¹⁴ O Correio da Manhã noticia reuniões dos diretores com ministros para discutir as propostas e posições do Clube 3 de Outubro. O PROJECTO de reconstrução nacional do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 31/1/1932. UMA IMPORTANTE reunião na secretaria de Viação. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 3/3/1932. NOVAS reuniões de “leaders” revolucionarios. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 15/5/1932. O GABINETE do prefeito no dia de hontem. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 23/6/1932. A REUNIÃO dos leaders da esquerda revolucionaria. *Correio da Manhã*. Rio de janeiro, p.1, 23/6/1932.

Esse crescimento e consolidação do Clube 3 de Outubro não intimidou as pretensões de hegemonia das facções políticas contrárias à extensão do período discricionário e da autoridade da União. Segundo informes disponíveis no arquivo de Góis Monteiro, paulistas, gaúchos e mineiros do grupo de Bernardes se articulavam em torno da reconstitucionalização, investindo em “propaganda” e “reuniões secretas”. Como figuras proeminentes nessas ações foram citados: [Raul] Pila, Assis [Brasil], Isidoro [Dias Lopes], [João Batista] Luzardo, [talvez Lindolfo] Collor e [Adolfo] Bergamini⁴¹⁵.

5.1.4 A formação da Frente Única Paulista e as provocações do Diário Carioca ao Clube 3 de Outubro no Distrito Federal

Os gestos feitos por Vargas para afagar seus críticos, como a criação do Código dos Interventores e a nomeação do gaúcho Maurício Cardoso para o Ministério da Justiça, não lhes sensibilizaram suficientemente. Tampouco deu resultado mais uma promessa de nomeação de um civil e paulista para a substituição de Manuel Rabelo na interventoria de São Paulo⁴¹⁶.

Em 13 de janeiro de 1932, depois de Osvaldo Aranha anunciar a taxaço das exportações pela União, afetando a principal fonte de arrecadação dos estados, o Partido Democrático rompeu oficialmente com o Governo Provisório. O manifesto foi publicado com letras garrafais, ocupando toda a primeira página do *Diário Nacional* – um jornal paulista colocado à serviço do partido, fundado por Paulo Nogueira Filho, Marrey Júnior e Amadeu Amaral. No documento, além de criticarem a medida tomada por Aranha, os “democráticos” usaram como argumento principal o que seriam as reiteradas traições de Getúlio Vargas ao estado e aos princípios que teriam orientado a “Revolução”, por ter lhes entregado à “irresponsabilidade” de “militares forasteiros” e por ter optado por retardar o advento da democracia liberal pela Constituinte. O texto foi encerrado com um apelo pela nova Constituição e pela autonomia política do estado⁴¹⁷.

Seis dias depois, em 19 de janeiro, foi a vez do PRP se manifestar contra o Governo Federal. O partido afirmou ter decidido abandonar a postura retraída, “adotada

⁴¹⁵ AN-FGM SA.0.COR.A931.98, informes (19, manuscritos e datilografados) de [Pedro José dos Santos] sobre: o agravamento da crise política em São Paulo (...), 1931-132.

⁴¹⁶ INTERESSANTES episódios do encontro da delegação democrática com os srs. Getulio Vargas e Maurício Cardoso. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 17/1/1932. Carvalho (1975, p. 43) também menciona essa viagem de uma “delegação do Partido Democrático” ao Rio de Janeiro para negociar com o Governo Federal.

⁴¹⁷ Á NAÇÃO. *Diario Nacional*. São Paulo, p. 1, 15/1/1932.

voluntariamente” durante 15 meses, para se posicionar frontalmente contra a o arbítrio do Governo Provisório (Borges, 1992, p. 47-48).

Dando “mais uma volta no parafuso” da radicalização do conflito com o governo “revolucionário” e com os interesses do Clube 3 de Outubro, “democráticos” e perrepistas formaram a Frente Única Paulista (FUP), em 16 de fevereiro de 1932. No manifesto *Aos Paulistas*, alegaram estar unidos em torno de dois objetivos: a luta pela reconstitucionalização do país e a ação contra ideias “não só visceralmente incompatíveis com as tradições democráticas, consciência e cultura da nação”, mas que também atentavam contra a “segurança, direitos e progresso econômico de São Paulo”. Mantendo seus respectivos programas, direções e quadros, ambos os partidos suspenderiam temporariamente suas disputas e profundas divergências, congregando-se sob “uma mesma bandeira”: “até quando houvermos atingido e plenamente assegurado o duplo e supremo escopo que nos congrega.”⁴¹⁸.

É claro que, nesse momento, a ampliação da insatisfação dos defensores da (re)constitucionalização imediata com o Governo Federal, por conseguinte, alimentava também a sanha contra o Clube 3 de Outubro. Em São Paulo, toda essa situação tinha um peso ainda maior, pois a interinidade do “tenente” Manuel Rabelo no governo se estendia desde novembro. Entre janeiro e fevereiro, são várias as notas no diário de Vargas sobre o assunto, estando o chefe também preocupado com o apoio dos gaúchos aos paulistas:

Domingo, recebo a visita de [João Batista] Luzardo, que vem me explicar as *démarches* junto ao Partido Libertador para aguardar a solução do caso paulista e a publicação da Lei Eleitoral. Repito-lhe o que disse na reunião com os ministros e expressei meu ressentimento pela atitude de dirigentes políticos do Rio Grande, havendo entre eles e o governo um estremecimento de confiança, tanto mais estranhável quando o governo tem expresse por atos, e não só por palavras, sua resolução sobre os dois assuntos referidos. (Vargas, 1995, p. 91)

Já no Distrito Federal – governado pelo também presidente do Clube 3 de Outubro, Pedro Ernesto –, funcionava o jornal *Diário Carioca*, que atuou como “uma correia de transmissão entre os interesses dos grupos políticos contrários ao prolongamento da ditadura e a ‘opinião pública’.” (Macedo, 2023, p. 321)⁴¹⁹. Criado em julho de 1928, o periódico nasceu com a finalidade de interferir no debate político do país, fazendo oposição ao presidente

⁴¹⁸ AOS PAULISTAS. *Diario Nacional*. São Paulo, p. 1, 17/2/1932.

⁴¹⁹ Os conflitos entre o Clube 3 de Outubro e o *Diário Carioca*, que culminaram com seu empastelamento por sócios do grêmio, serão discutidos tendo como referência principal artigo publicado no segundo semestre de 2023 (MACEDO, 2023).

Washington Luís. Em 1929 passou a apoiar a *Aliança Liberal* e em 1930 esteve ao lado da “Revolução”. Apesar disso, seu fundador, ex-militar da Marinha e apoiador dos levantes de julho de 1922, José Eduardo de Macedo Soares, logo se tornou crítico da direção tomada pelo governo “revolucionário” (Pechman, 2001b, s.p.).

Também político e nascido em uma importante família da oligarquia fluminense, Macedo Soares prezou pelo que entendia ser o caráter civil e liberal da “Revolução”. Entre novembro e dezembro de 1930, nos seus editoriais defendeu que a “Revolução” fosse conduzida não só em nome dos interesses da União, mas que fossem considerados os anseios dos estados da federação, muitos deles já interditados pela “ambição militarista” (Macedo, 2023, p. 321). Nesse sentido, por serem “extremistas” e “radicais” e por inviabilizarem a reconstrução da democracia liberal no Brasil, as propostas de extensão da autoridade e competências do Estado brasileiro sustentadas por nomes como Osvaldo Aranha, Góis Monteiro e João Alberto representariam uma ruptura nos acordos que haviam construído a frente “revolucionária” de 1930. O Governo Provisório, ao invés de ceder espaço aos seus “amigos e camaradas”, entre eles militares movidos pelo interesse no poder, deveria cuidar para que a agenda da *Aliança Liberal* fosse aplicada o quanto antes⁴²⁰. Dessa maneira, seria necessário que Getúlio Vargas rompesse, com urgência, “com os capitães e tenentes políticos, usurpadores e interventores sem competência nem capacidade para justificarem a ambição desatinada que os agita”. Já estaria “exaustivamente provado que o sr. Juarez Távora não tinha intuição política, nem conhecimento dos homens, nem relações pessoais, nem qualquer espécie de capacidade para semear governadores nos Estados do Norte [...]”⁴²¹.

Tendo sido elencado tais nomes ao longo dessas críticas, não é de se espantar que o Clube 3 de Outubro, desde que foi fundado, fosse alvo de Macedo Soares e do *Diário Carioca* e logo fosse tomado como adversário central, pelo menos até a Constituinte. No texto intitulado “Conspirações”, Macedo Soares procurou denunciar o grêmio como uma entre outras conspiratas que envolveriam militares e que contariam não só com a conivência, mas com a participação de Vargas e do ministro da Guerra Leite de Castro. Transcrevendo o que seria uma conversa sua com um “amigo capitão do Exército”, ele teria lhe revelado um plano, nota-se bastante exagerado, o qual seria: derrubar o Governo Provisório e nomear “todos os tenentes conspiradores ministros da Guerra e interventores nos Estados...”, seriam “Trinta ou

⁴²⁰ SOARES, José Eduardo de Macedo. Falemos de coisas. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 22/11/1930; SOARES, José Eduardo de Macedo. Governo em Férias. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 6/12/1930; SOARES, José Eduardo de Macedo. Silêncio é ouro. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 14/12/1930.

⁴²¹ SOARES, José Eduardo de Macedo. Má estiada. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 7/12/1930.

quarenta [ministros da Guerra]. Os serviços da pasta seriam divididos pelos ministros, para satisfazer a todos... Nos Estados, também se aplicaria o critério da partilha, para contentar trezentos ou quatrocentos candidatos”. Através das falas do suposto “capitão”, o autor definiu os outubristas como “Esses ‘tenentes’ do partido do sr. Góis Monteiro”, “oficiais-políticos” que tendo “horror ao serviço militar” buscariam “as vantagens e beiradas dos cargos civis e das posições políticas”⁴²².

Apontar os militares, especialmente os “tenentes”, como incompetentes e parasitas da máquina pública foi, inclusive, um recurso recorrente do autor que atacava justamente a imagem que os outubristas procuravam fazer de si mesmos como os “verdadeiros revolucionários”. É algo que está presente no comentário acima sobre Juarez Távora e que também aparece em uma menção ao, na época, interventor João Alberto: alguém que poderia entender de armas e pólvora, mas que de política, administração e economia dava demonstrações de que nada sabia⁴²³.

Na crítica ao manifesto do Clube 3 de Outubro, publicado no dia 27 de dezembro de 1931, no *Correio da Manhã*, Macedo Soares foi ainda mais assertivo ao descrever o perfil dos “rapazes da Marinha e do Exército e [de] alguns paisanos mais ou menos aproveitadores” que compunham a entidade:

Naturalmente, em sua grande maioria, os sócios do clube ignoram as primeiras noções de direito público, não tem a menor cultura política e jurídica, são verdadeiramente analfabetos em assuntos que não fazem parte dos cursos técnicos e científicos das profissões militares.⁴²⁴

Com “boa vontade”, mas com bastante ignorância a respeito da responsabilidade que reivindicavam para si, os membros do Clube desejavam tutelar um país inteiro, com “opinião pública esclarecida”, juristas, professores, estudantes e “uma imprensa brilhante”, lhes impedindo de “escolher, prudentemente, os seus representantes legisladores, capazes de lhes darem um corpo de leis constitucionais na altura de sua civilização”⁴²⁵.

Foi no contexto da ampliação da participação dos membros do Clube 3 de Outubro no Governo Provisório que o *Diário Carioca* publicou, na sua primeira página, o “Manifesto dos Gerais” (Macedo, 2023, p. 322). Assinado pelos generais Bertoldo Klinger, Mena Barreto,

⁴²² SOARES, José Eduardo de Macedo. Conspirações. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 18/7/1931.

⁴²³ SOARES, José Eduardo de Macedo. Os piratas do café. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p.1, 9/5/1931.

⁴²⁴ SOARES, José Eduardo de Macedo. Justas literarias. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 29/12/1931.

⁴²⁵ SOARES, José Eduardo de Macedo. Justas literarias. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 29/12/1931.

Pantaleão Telles Ferreira, José Vitoriano da Silva e César Augusto Parga, o texto mencionava como urgente a “integração do Exército Nacional em sua verdadeira função”, o que correspondia à necessidade de afastar os militares da política, de funções “sem justificativa” que expunham as Forças Armadas “ao desprestígio interno e externo”⁴²⁶.

João Alberto reagiu ao manifesto apontando-o como parte do “movimento pró-constituente” que, também crítico à atuação dos outubristas nas interventorias do Norte, passava a atuar dentro do próprio Exército. Na defesa das posições de seus companheiros no governo, ressaltou a competência com a qual os militares faziam o serviço “administrativo”. Resguardando as instituições do “assalto da politicalha”, contribuiriam muito mais para o país do que no serviço nas fileiras do Exército, em tempos de paz. Por fim, sentenciou que a única forma de os fazer retornarem pacificamente para os quartéis seria afastando definitivamente “certos políticos” do poder, permitindo assim que o Governo Provisório se constituísse como “único árbitro da situação”, executando “a obra da reconstrução, decidindo por sua própria vontade da (*sic*) constitucionalização do país [...]”⁴²⁷. Uma resposta comum entre as lideranças outubristas, pois se manifestaram na imprensa no mesmo sentido Juraci Magalhães e Góis Monteiro⁴²⁸.

Em meados de fevereiro de 1932, o *Diário Carioca* publicou uma matéria, sem assinatura, na seção *A pedidos*, tratando do Clube, sua atuação política e influência no governo. Segundo o texto, mesmo tendo surgido “secretamente”, logo foi possível perceber os efeitos daquilo que era chamado popularmente de “tenentismo”: “Diziam-se que os tenentes ‘faziam e aconteciam’...Atuavam como duendes, eram os invisíveis. No entanto, tudo provinha do ‘3 de Outubro’.”. Haveriam se fortalecido nas disputas envolvendo o governo João Alberto, apelando ao “sentimento de classe [militar]” e ao “ódio aos políticos”. Daí ganhariam prestígio, primeiro derrubando interventores civis e substituindo-os por militares: “Era uma tática desenvolvida à sombra da protelação da constituinte, que dos pampas era reclamada. Prestigiado, o ‘3 de Outubro’ entrou a agir com denodo.”⁴²⁹.

Além de estarem inseridas na disputa pela reconstitucionalização, que deveria garantir a formação de uma democracia liberal no país, as publicações do *Diário Carioca* também refletiam conflitos mais imediatos pelo poder. Esse é o caso dos artigos escritos por Adolfo

⁴²⁶ O MANIFESTO dos Generaes. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 28/11/1931.

⁴²⁷ DUAS opiniões militares. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 29/11/1931.

⁴²⁸ O QUE disse o Sr. Juracy Magalhães. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 2/12/1931; PORQUE o general Góes Monteiro é contrario á Constituinte imediata. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 30/12, 1931.

⁴²⁹ A PEDIDOS. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 9, 14/2/1932.

Bergamini (Macedo, 2023, p. 322-323). Mineiro, natural de Cataguases, foi bacharel em Direito, deputado eleito pelo Distrito Federal, em 1924, e reeleito em 1927 e 1930. Em 1929, Bergamini aderiu à *Aliança Liberal*, tendo destacada atividade parlamentar na oposição, trabalhando também diretamente na campanha eleitoral. Com a vitória da “Revolução de 30” e o fechamento do Congresso Nacional, assumiu a interventoria do Distrito Federal, onde passou meses bastante ativos, promovendo obras públicas, construindo escolas e procurando colocar em dia os salários atrasados do funcionalismo. Apesar disso, o então interventor do DF, sofreu bastante oposição do Clube 3 de Outubro, que apelou para reiteradas acusações de corrupção. O grêmio conseguiu a instalação de uma comissão de sindicância, que recomendou seu afastamento ao chefe do Governo Provisório (Pantoja, 2001c, s.p.). Segundo o *Diário Carioca*, tinham assentos nessa comissão os outubristas Temístocles Cavalcanti, Bulcão Vianna e Napoleão Alencastro⁴³⁰. As rugas com Bergamini se davam por questões ideológicas e políticas, pela sua postura liberal e proximidade com políticos pró-constitucionalização, como Batista Luzardo e Lindolfo Collor, e pelo apoio dado ao Partido Democrático de São Paulo na sua reivindicação por um interventor civil, na ocasião da interventoria de João Alberto (Pantoja, 2001c, s. p.). Dada a pressão do grêmio e demais opositores que contestavam sua nacionalidade, o advogado foi afastado do posto. No seu lugar, tomou posse na data simbólica de 3 de outubro de 1931, o presidente do Clube, Pedro Ernesto.

Enquanto articulista no *Diário Carioca*, função que exerceu entre 1932 e 1934, Adolfo Bergamini acusou o Clube de inconsistência teórica, disposição militarista e autoritarismo (Macedo, 2023, p. 323). A mobilização apressada e desqualificada de doutrinas seria responsável por unir tendências “comunistas” e “fascistas” sob o mesmo discurso, extremos que ao fim e ao cabo se tocavam⁴³¹. A entidade, com traços violentos visíveis, trabalharia para tumultuar as sucessões na interventoria paulista, como estratégia para atrasar a constitucionalização e viabilizar seu próprio programa, o qual estaria à frente das determinações de Getúlio Vargas e dos interesses do país⁴³². Qualquer voz discordante ou

⁴³⁰ A PEDIDOS: Uma vingança. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 9, 14/2/1931.

⁴³¹ BERGAMINI, Adolpho. Boletim do dia: Salada russa. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 14/2/1932.

⁴³² BERGAMINI, Adolpho. Boletim do dia: Qual é a bandeira? *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 19/2/1932; BERGAMINI, Adolpho. Boletim do dia: Que trapalhada. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p.1, 19/2/1932; BERGAMINI, Adolpho. Boletim do dia: É da escrita. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 21/02/1932. BERGAMINI, Adolpho. Boletim do dia: Que simplicidade. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 25/2/1932.

tentativa de apaziguamento era combatida pelos seus sócios, inclusive através da força⁴³³. Nesse sentido, o que fazia Juarez Távora no “Norte” do país era trabalhar para o Clube, sabotando a disposição do Ministro da Justiça, Maurício Cardoso, de dar andamento à elaboração da lei eleitoral⁴³⁴.

Se, inicialmente, Adolfo Bergamini poupou o Governo Federal e seu chefe quando atacava o grêmio; após o empastelamento do *Diário Carioca*, o autor passou a vincular as atividades de ambos, acusando Vargas de gestar, proteger e se valer das ações dos “tenentes”⁴³⁵: “O sr. Getúlio, inventor e acalentador carinhoso do ‘tenentismo’, sente-se embaraçado. Os ‘tenentes’ não estão satisfeitos, mas votam-lhe apoio. Blasfemam, porém aplaudem.”⁴³⁶. Pela sua atuação nos meses seguintes, após deixar a interventoria do Distrito Federal, o autor foi vigiado pela Seção de Ordem Social e Segurança Pública da 4ª Delegacia Auxiliar⁴³⁷.

5.1.5 A decretação do Código Eleitoral de 1932: um avanço da agenda constitucionalista com vitória parcial para os outubristas

A promessa de reintegração do Brasil num regime constitucional já estava presente desde os primeiros momentos do Governo Provisório. Pois no mesmo decreto que estabeleceu os poderes discricionários da “Revolução” estava clara a transitoriedade do período (Barreto, 2016, p. 223; Gomes, 2007b, p. 20)⁴³⁸. Por conseguinte, a reforma da legislação eleitoral, que culminou no Código Eleitoral de 1932, já era prevista desde dezembro de 1930 quando, pelo decreto nº. 19.459, o Governo Provisório estabeleceu uma Comissão Legislativa para tratar da

⁴³³ BERGAMINI, Adolpho. Boletim do dia: É do Programa. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 6/4/1932; BERGAMINI, Adolpho. Boletim do dia: intransigencia azeda. *Diario Carioca*. p. 1/5/1932.

⁴³⁴ BERGAMINI, Adolpho. Boletim do dia: Mouro na costa. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 16/2/1932.

⁴³⁵ BERGAMINI, Adolpho. Boletim do dia: E a disciplina? *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 20/5/1932.

⁴³⁶ BERGAMINI, Adolpho. Boletim do dia: Como os quinze mil demonios. Rio de Janeiro, p. 3, 5/6/1932.

⁴³⁷ CPDOC-GV c 1932.04.15/2, informações da 4ª Delegacia Auxiliar, Seção de Ordem Social e Segurança Pública, Serviço de Observação Reservada, sobre atividades conspiratórias de diversas pessoas. Rio de Janeiro, 15/4/1932.

⁴³⁸ BRASIL. Decreto n.º 19.938, de 11 de novembro de 1930. Institue o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providencias. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <

revisão das leis de diferentes áreas de interesse: civil, comercial, penal, eleitoral etc.⁴³⁹. Cada uma delas ficaria a cargo de uma subcomissão de três membros e todas seriam coordenadas pelo Consultor Geral da República, Levi Carneiro. Já a presidência da Comissão ficou com o Ministério da Justiça, na época gerido por Osvaldo Aranha. Por meio do decreto n.º 19.684, de 10 de fevereiro de 1931, foram estabelecidas 19 subcomissões, a 19ª foi a subcomissão de *Legislação Eleitoral (lei e processo)*, composta por nomes com reconhecidas publicações na área, anteriores à “Revolução de 1930”. Foram eles, Joaquim Francisco de Assis Brasil, João Crisóstomo da Rocha Cabral e Mário Pinto Serva⁴⁴⁰. Os três entregaram a primeira parte do anteprojeto da nova legislação eleitoral, a respeito do *Registro Cívico Nacional*, a qual foi publicada no Diário Oficial em 11 de setembro de 1931⁴⁴¹. Esse texto ficou engavetado por meses, durante a gestão de Osvaldo Aranha no Ministério da Justiça, correspondendo à política feita por Vargas de se equilibrar entre as duas principais agendas nacionais em disputa na época.

Sob o aumento da pressão pela convocação de uma Constituinte, no final de dezembro de 1931, a chegada de Maurício Cardoso ao Ministério da Justiça permitiu a retomada quase imediata da elaboração da nova lei eleitoral. Cardoso era conhecido por sua posição abertamente favorável à reconstitucionalização imediata e, então, nomeou uma nova comissão, desta vez com sete nomes, presidida por ele, a fim de revisar o anteprojeto da 19ª subcomissão (Gomes, 2007b, p. 21; Macedo, 2023, p. 325; Zulini, 2017, p. 22-24; Ricci; Zulini, 2020, p. 605)⁴⁴².

Como se sabe, tais providências do Governo Federal, que apontavam na direção da constitucionalização, convenciam cada vez menos as oligarquias do Centro-Sul. Segundo Gomes (2007b, p. 25), essas lideranças políticas duvidavam que elas tivessem algum resultado prático. Em primeiro lugar, porque percebiam que Vargas estava agindo sob pressão, para tentar acalmar os ânimos, visando especialmente se manter no poder. Em segundo lugar, também sabiam que o governo tinha que lidar com a forte pressão dos setores contrários. O

⁴³⁹ BRASIL. Decreto n.º 19.459, de 6 de dezembro de 1930. Institue a Comissão Legislativa. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19459-6-dezembro-1930-510461-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jan. 2024.

⁴⁴⁰ BRASIL. Decreto n.º 19.684, de 10 de fevereiro de 1931. Promulga os dispositivos disciplinares da Comissão Legislativa, com sede nesta Capital. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19684-10-fevereiro-1931-503069-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jan. 2024.

⁴⁴¹ COMISSÃO Legislativa. Sub-comissão. *Legislação Eleitoral*. Diário Oficial. Rio de Janeiro, p. 14389-14404, 11/09/1931.

⁴⁴² Os nomes escolhidos por Maurício Cardoso foram Octávio Kelly, Sergio Ulrich de Oliveira, Sampaio Doria, Mario de Castro, Juscelino Barbosa, Bruno de Mendonça e Ademar de Faria (Zulini, 2017, p. 22).

Clube 3 de Outubro e as interventorias do Norte se mantinham articulados e atuantes na oposição à abertura do regime. E, além disso, foi bastante questionada a conveniência de uma proposta de reforma eleitoral tão abrangente encomendada pela própria ditadura e não por “constituintes emponderados pelo voto popular” (Rosenfield, 2021, p. 147-150; Zulini, 2017, p. 19-20). As declarações que o próprio Getúlio Vargas fazia aos seus ministros e ao chefe de polícia do DF, o gaúcho e libertador Batista Luzardo, davam razão a essa desconfiança por parte dos oligarcas “constitucionalistas”:

Sábado, reúno coletivamente os ministros presentes, onde, depois de tratar de vários assuntos administrativos [...], explico o caso paulista e a disposição em que está o governo de resistir a qualquer movimento dos políticos reacionários, seus auxiliares ou aliados, para forçar o governo a entregar-lhes o poder, no que sou apoiado por todos.

Domingo, recebo a visita de Luzardo, que me vem explicar as *démarches* junto ao Partido Libertador para aguardar a solução do caso paulista e a publicação da Lei Eleitoral. Repito-lhe o que disse na reunião de ministros e expresseo meu ressentimento pela atitude dos dirigentes políticos do Rio Grande, havendo entre eles e o governo um estremecimento de confiança [...] (Vargas, 1995, p. 91).

No início de 1932, a “elite paulista” já havia oficialmente desistido de dissuadir o governo na direção das suas reivindicações, passando oficialmente à oposição com a Frente Única Paulista. Enquanto isso, na Frente Única Gaúcha se configurava um certo mal-estar, com o Partido Liberal mais alinhado à FUP e o Partido Republicano Rio-Grandense ainda acreditando no seu poder de exercer alguma persuasão sobre Vargas (Borges, 1992, p. 48; Forjaz, 1988, p. 157).

Voltando ao Distrito Federal, José Eduardo de Macedo Soares prosseguia não só na imprensa, mas também nas ruas, sua militância pela convocação de uma nova Constituinte (Macedo, 2023, p. 325-326). Ele foi um dos fundadores do Clube 24 de Fevereiro, surgido em 16 de fevereiro de 1932, cujo nome remetia à data de promulgação da Constituição de 1891 (Calicchio, 2001a, s.p.; Pechman, 2001b, s.p.). O principal objetivo da agremiação a colocava como um antípoda do Clube 3 de Outubro: “intensificar a propaganda pela imediata e plena reconstitucionalização do país [...] propõe-se a desenvolver ativa propaganda, escrita e falada, pela imprensa e em comícios populares, em prol de suas finalidades.”⁴⁴³. Formada por civis e militares, teve na presidência o general Lauro Sodré, que foi constituinte entre 1890 e 1891; na vice-presidência, o jurista Paulo Maria de Lacerda; na secretaria geral, o advogado Nestor

⁴⁴³ AGITA-SE a campanha pró-Constituinte: é esse o objectivo da fundação do Club 24 de fevereiro. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 3, 16/2/1932; CLUB 24 de fevereiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 16/2/1932.

Massena; e na primeira e segunda secretarias, os tenentes Adacto Mello e Luiz Albernaz, respectivamente.

Em busca de reconhecimento, o Clube 24 de Fevereiro enviou telegramas para organizações e líderes contrários à permanência do governo discricionário como Borges de Medeiros, Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Francisco Morato etc. Da Liga Paulista Pró-Constituinte, recebeu um convite para participar, enviando um orador, de um comício que seria organizado em São Paulo, justamente no dia 24 de fevereiro, em prol da reconstitucionalização imediata do Brasil⁴⁴⁴. A organização não só aceitou o convite, enviando Azevedo Lima, mas foi adiante, programando no Distrito Federal o seu próprio ato pelo fim da ditadura, a ser realizado na mesma data. Seria uma marcha conduzida desde a praça Mauá até as escadarias do Theatro Municipal, onde seria realizado um comício⁴⁴⁵. Contudo, diferente do esperado, todo o evento foi suspenso por Lauro Sodré, depois de ter sido “advertido” pelo ministro da Marinha. Protógenes Guimarães teria informações de que membros do Clube 3 de Outubro pretendiam impedir, à força, que a marcha e o comício ocorressem⁴⁴⁶. Sobre essa passagem, Vargas comentou no seu diário: “Na véspera de 23 de fevereiro projetava-se um comício promovido pelo Clube 24 de Fevereiro, pró-Constituição. A possibilidade de desordens fez com que o governo proibisse *meetings*.” (Vargas, 1995, p. 92). Ao *Correio da Manhã* disse a diretoria: “O Clube 24 de Fevereiro não se presta a servir à violência eminente mormente quando ela parte, dos que maiores deveres têm para com a ordem pública.”⁴⁴⁷.

Apesar do Clube 3 de Outubro ter impedido os “constitucionalistas” de marcharem, a decretação do Código Eleitoral, no dia 24 de fevereiro de 1932, não foi embargada⁴⁴⁸. A nova legislação trouxe novidades que cumpriram certas promessas presentes no programa da

⁴⁴⁴ A INSTALAÇÃO do “Club 24 de Fevereiro”: a primeira reunião sob a presidência do sr. Lauro Sodré. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 4, 17/2/1932; CLUB 24 de Fevereiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 20/2/1932.

⁴⁴⁵ CLUB 24 de Fevereiro: uma grande parada civica na Praça Mauá. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 2, 20/2/1932; CLUB 24 de Fevereiro: o comicio de amanhã em prol da reconstitucionalização do paiz. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 23/2/1932.

⁴⁴⁶ Adolpho Bergamini e Batista Luzardo mencionaram a pressão dos “tenentes” organizados no Clube 3 de Outubro para a suspensão do evento. Ver: BERGAMINI, Adolpho. Boletim do Dia: Obstinação. *Diario Carcioa*. Rio de Janeiro, p. 1, 4/5/1932; CPDOC-GV c 1932.03.03/1, carta de João Batista Luzardo a Getúlio Vargas pedindo demissão do cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal e relatando os motivos que o levaram a tomar esta decisão. Rio de Janeiro, 3/3/1932.

⁴⁴⁷ NÃO se realizará mais o comicio constitucionalista marcado para hoje. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 24/2/1932.

⁴⁴⁸ BRASIL. Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: jan. 2024.

Aliança Liberal como o alistamento obrigatório, o voto secreto e a representação proporcional (Ricci; ZULLINI, 2020, p. 604). Além disso, criou a Justiça Eleitoral, estabeleceu o voto feminino e previu a representação profissional na Constituinte. Esse último item não estava presente no anteprojeto da 19ª subcomissão e contou com manifestações públicas contrárias de Mário Pinto Serva e de Assis Brasil (Barreto, 2002, s.p.). No livro em que João da Rocha Cabral (2004) comentou o Código Eleitoral, chama atenção o silêncio do autor em relação a essa forma de representação parlamentar, que foi constituída como reivindicação central do Clube 3 de Outubro desde sua fundação. Ora, a representação profissional era cara à doutrina Corporativista e, portanto, se apresentou em contradição aos princípios liberais que majoritariamente nortearam a elaboração do anteprojeto (Barreto, 2016, p. 227).

Se a decretação do Código Eleitoral foi uma derrota imposta aos “tenentistas” pelo Governo Provisório, como afirmam Ricci e Zulini (2020, p. 603-605)⁴⁴⁹; há que se pontuar que essa derrota é relativa, considerando a presença do artigo 142, justamente aquele que previu a “representação das associações profissionais” na nova Constituinte⁴⁵⁰. Isso porque a atuação dos outubristas, contrária à reconstitucionalização imediata, não se resumiu à tentativa de interditar a pauta eleitoral, no início de 1932. Percebendo a sua inevitabilidade, os outubristas trabalharam também para influenciar os termos da nova lei, a fim de aproximá-la, dentro do possível, do seu objetivo programático de superar o modelo institucional liberal da República brasileira (Macedo, 2023, p. 326). Essa era uma alternativa considerada pelo grêmio na sua fundação: “Na hipótese da falta absoluta de força política e material para a manutenção da ditadura, trabalho intenso para a organização de uma constituinte

⁴⁴⁹ Jaqueline Zulini, Paolo Ricci e Glauco Peres da Silva são enfáticos em afirmar que o Código Eleitoral de 1932 não deve ser lido como uma vitória dos grupos políticos pró-constitucionalização contra os pró-ditadura. Sua decretação seria uma derrota dos “tenentes” imposta pelo próprio Governo Provisório, que teria tomado essa decisão a fim de se manter no poder, canalizando os conflitos políticos do período para dentro das instituições, onde poderia exercer algum tipo de controle. Assim, sob as ações do governo, que instruiu a organização de partidos políticos pelos interventores e que, em último caso, admitiu o recurso a fraudes, teriam ocorrido as eleições de 1933 e as de 1934 (RICCI; SILVA, 2016, p. 6-11; RICCI; Zulini, 2020, p. 617; Zulini, 2017). De qualquer forma, é muito claro que Vargas reagiu ao aprofundamento da pressão e à ameaça de desestabilização do regime promovida pelos conflitos entre as frentes únicas, os outubristas e os líderes políticos do Norte. Ignorar as exigências cada vez mais contundentes de retorno à ordem democrática poderia ser pior do que reformar, ainda sob o controle do Governo Provisório, as leis eleitorais.

⁴⁵⁰ BRASIL. Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: jan. 2024.

genuinamente revolucionária.”. O que significaria, entre outras coisas, “Fugir do empirismo do atual sistema representativo, preferindo a representação de classe e interesses [...]”⁴⁵¹.

Dois dias antes da publicação do decreto do Código Eleitoral, Abelardo Marinho – secretário do Clube e um dos membros da comissão que elaborou *Esboço do Programa (...)* – concedeu longa entrevista ao *Correio da Manhã* a respeito do anteprojeto da nova lei⁴⁵². O entrevistado afirmou que a expressão das suas ideias, embora fosse individual, convergia com aquilo que o Clube 3 de Outubro sustentava naquele momento. O texto do anteprojeto lhe parecia bom em alguns aspectos, mas merecia reparos, principalmente no que se refere à capacidade de abrir o sistema político à participação qualificada dos diferentes setores sociais. Dessa forma, defendeu que, para superar as limitações do sistema representativo do regime deposto pela “Revolução”, seriam necessárias mudanças em 4 eixos principais: o primeiro, garantir um corpo eleitoral que, de fato, representasse “a nação”; o segundo, que o voto fosse exercido com consciência e patriotismo; o terceiro, tornar “difícil, senão impossível, a fraude eleitoral”; o quarto, e último, “evitar que, na verificação de poderes, se deturpe a verdade expressa nas urnas”. De acordo com o médico outubrista, os dois últimos eixos do anteprojeto eleitoral disponível lhe inspiravam simpatia quanto à sua eficiência. Porém, no que se refere aos dois primeiros, seria necessária alguma alteração. Bem aos moldes da cultura política nacionalista autoritária, apontou que a garantia de uma verdadeira e consciente participação eleitoral da “nação” estaria condicionada à representação das “classes trabalhadoras e culturais”. Dessa maneira, se fazia indispensável e obrigatória organização dos cidadãos em “uma coletividade profissional, ou técnica, ou cultural”. A essas “coletividades”, reconhecidas e reguladas pelo Estado, deveria ser assegurada representação política, “reservando, na Constituinte, metade dos lugares [...]”⁴⁵³.

A sugestão de Marinho, pelo menos em princípio, ia ao encontro da própria fala de Vargas, realizada durante banquete oferecido pelas “classes armadas”, em 2 de janeiro de 1931, quando o chefe do governo apontou a “representação por classes” como uma das finalidades da “Revolução”:

O programa da Revolução reflete o espírito que a inspirou e traça o caminho, para o ressurgimento do Brasil: [...] modifica o regime representativo, com a

⁴⁵¹ CPDOC-AAP club 1931.05.28, orientação política que teve ter o Clube, de acordo com parecer da Comissão nomeada para estudá-la. Rio de Janeiro, 28/5/1931.

⁴⁵² O CLUB 3 de Outubro e a lei eleitoral: como nos falou o dr. Abelardo Marinho, secretario daquela agremiação revolucionária. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2,5, 23/2/1932.

⁴⁵³ O CLUB 3 de Outubro e a lei eleitoral: como nos falou o dr. Abelardo Marinho, secretario daquela agremiação revolucionária. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2,5, 23/2/1932.

aplicação de leis eleitorais preventivas, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo, ainda a representação por classes em vez do velho sistema da representação individual, tão falho como expressão da vontade popular [...]. (Vargas, 1938, p. 80-81).

Diferente do anteprojeto preparado pela 19ª subcomissão, o material finalizado pela comissão revisora, convocada por Maurício Cardoso, nunca foi publicado. Isso dificulta apontar com precisão quais os dispositivos foram acrescentados à lei, a pedido de terceiros, depois do encerramento do trabalho de revisão (Zulini, 2017, p. 24). Todavia, é conhecida a interferência de Vargas no texto final e, pelo que os indícios apontam, ela ocorreu também sob pressão do Clube 3 de Outubro⁴⁵⁴.

Por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, durante uma longa fala em que defendia a plausibilidade e a possibilidade do “sufrágio corporativo”, Abelardo Marinho atribuiu a si e a Stênio Lima, a própria redação do artigo 142⁴⁵⁵. Inclusive, ressaltou que aos “outubristas”, aqueles “que se bateram, desde o início, pela ideia da representação profissional”, deviam-se “as vitórias parciais já obtidas.”⁴⁵⁶. Por sua vez, Pedro da Costa Rego também responsabilizou o Clube 3 de Outubro por esse “apêndice” à nova lei eleitoral – embora sem a mesma riqueza de detalhes e tampouco sem a mesma retórica elogiosa. Conhecido crítico do grêmio, Costa Rego publicou, em sua coluna no *Correio da Manhã*, texto no qual apontou o Clube como o protagonista da luta pela “representação de classes”, o principal responsável por sua previsão no Código Eleitoral e por sua efetivação nas eleições para a Constituinte em maio de 1933. Para ele, esse “triunfo” dos outubristas se tratava de uma “ficção eleitoral”, pois não havia naquele momento no país “classes organizadas” para serem representadas:

A representação de classes foi instituída, mesmo para a Constituinte, no Código Eleitoral. A ideia não era rigorosamente dos elaboradores do Código: era muito mais do grupo de jovens adeptos da Revolução, militares e civis, que formaram o Clube 3 de Outubro. [...]

⁴⁵⁴ Entre os dias 14 e 17 de fevereiro de 1932, Getúlio Vargas escreveu no seu diário: “Termino a leitura da Lei Eleitoral e entrego-a ao ministro da Justiça com várias anotações e emendas, que ele aceita na sua maioria e devolve.” (VARGAS, 1995, p. 91). No *Diário de Notícias*, falava-se da demora para a assinatura do decreto, atribuída aos retoques que o chefe do Governo Provisório estaria fazendo, ao atender de amigos, correligionários, ministros e discordantes: “[...] juristas clandestinos, que, não tendo sido convidados para a comissão dos oito, acham que devem ‘colaborar’ fora de horas [...]”. Ver: PARTO difícil. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 2, 13/2/1932; RETOQUES inquietantes. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 2, 29/1/1932.

⁴⁵⁵ BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933-1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. v.9, p. 330.

⁴⁵⁶ BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933-1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. v.9, p. 310.

Engenhosamente, meses após, o governo teve o desejo de torpedeá-la. O Tribunal Superior Eleitoral, provocado em consulta pelo ministro da Justiça, chegou a preparar-lhe o enterro. Os rapazes do Clube evitaram a pilheria. [...]

O Clube 3 de Outubro triunfou; triunfou até mesmo porque foi eleito deputado à Constituinte, como representante de classes, o mais simpático e atraente de seus propagandistas, o Dr. Abelardo Marinho. Mas o que fez não foi uma reforma: criou, apenas, uma ficção a mais...⁴⁵⁷

E como já havia registrado Angela de Castro Gomes (1980, p. 436), Antunes Maciel, em relatório enviado a Getúlio Vargas, lembrou que a adoção do artigo 142 havia ocorrido sob forte pressão de “companheiros devotados” e por sugestão de Osvaldo Aranha – que na época ainda era sócio do Clube 3 de Outubro:

É uma forte ala de companheiros devotados, com cuja solidariedade o Governo pode contar, em qualquer emergência, sobretudo no Distrito Federal, a que pleteia vivamente essa inovação. Por isso mesmo, consagrou-a o artigo 142 do Código Eleitoral, por sugestão do ministro Osvaldo Aranha [...] Ficou o governo nessa alternativa: ou contrariar as aspirações da ala amiga, derogando o dispositivo do Código, ou ceder aos apelos, consentindo na “representação de classes”. Esses apelos eram tão incisivos e tão insistentes que o ministro Protógenes chegou a declarar [...] que considerava o deferimento e a instituição dos deputados de classe na Assembleia Nacional como “uma indispensável válvula de segurança” para a situação.⁴⁵⁸

Álvaro Barreto faz a ressalva de que, a partir das emendas de Vargas, o Código Eleitoral de 1932 passou a contemplar uma ideia de representação corporativa presente no contexto internacional, mas também reforçada e reivindicada por inúmeras outras entidades mais ou menos vinculadas – do que o Clube 3 de Outubro – ao núcleo do Governo Provisório. O pesquisador destacou grupos como a Legião Paulista, através do seu manifesto de março de 1931, escrito por Plínio Salgado; a Legião Fluminense; o Integralismo, através do Manifesto Doutrinário, de outubro de 1932; e o movimento leigo católico, representado pela figura de

⁴⁵⁷ REGO, Costa. Uma ficção a mais.... *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 3/8/1933. De acordo com Álvaro Barreto, ocorreu que o Ministério da Justiça, ao enviar sua proposta de regulamentação da representação das associações profissionais com poderes deliberativos na Constituinte para a apreciação do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE), buscava conseguir um avalizador para vencer as resistências que o governo enfrentava quanto ao tema. O problema foi que o TSJE se manifestou contra, apontando que tais entidades deveriam restringir sua participação à condição de órgãos consultivos. Então o Governo Provisório teve que “estipular a forma e o tipo dessa participação na Constituinte, sem a possibilidade de ‘dividir’ esta responsabilidade.” (BARRETO, 2016, p. 231). A partir daí, o impasse que se estabeleceu foi que a criação dessa bancada poderia tanto aumentar a base governista quanto afastar outras forças que pudessem ser aliadas.

⁴⁵⁸ CPDOC-GV c 1933.04.02/1, correspondência entre José Carlos Macedo Soares, Getúlio Vargas e Antunes Maciel sobre a Assembleia Nacional Constituinte, incluindo: (...) estudo de Antunes Maciel, respondendo às objeções feitas por Olegário Maciel acerca da representação das associações profissionais, 4/4/1933.

Alceu Amoroso Lima, que defendeu o “Estado ético-corporativo”, baseado na doutrina social da Igreja (Barreto, 2002; 2016). Todos esses sujeitos, assim como os “outubristas”, influenciados pela cultura política nacionalista autoritária que, enfaticamente crítica à experiência representativa liberal da República, apontava como saída uma reforma do Estado que assimilasse aspectos recomendados pela doutrina Corporativista.

Obra direta ou não do Clube 3 de Outubro, parece claro que essa previsão legal representou uma vitória parcial para a organização, relativa a uma demanda central desde sua fundação. A partir do Código Eleitoral de 1932, a representação profissional deixa de ser somente mais uma proposta do Clube 3 de Outubro para se tornar uma possibilidade, inaugurando uma longa discussão e mais disputas sobre sua regulamentação (Barreto, 2002, p.4; Barreto, 2016, p. 229; Gomes, 1980, p. 430). Afinal de contas, a determinação do artigo 142 era somente para que fosse incluída a representação das associações profissionais na futura Constituinte, não fornecendo mais detalhes sobre como funcionaria:

Art. 142. No decreto em que convocar os eleitores para a eleição de representantes à Constituinte, o Governo determinará o número de representantes nacionais que a cada Estado caiba eleger, bem como o modo e as condições de representação das associações profissionais.⁴⁵⁹

Outras novidades trazidas pelo do Código Eleitoral também estavam entre as proposições do programa do Clube 3 de Outubro, tais como a da judicialização do processo eleitoral e a proposta do voto feminino. Contudo, conforme demonstra Zulini (2017, p. 20-22), a criação da Justiça Eleitoral se deve à iniciativa do próprio Assis Brasil, que copiou seu arranjo da lei eleitoral uruguaia, de 7 de janeiro de 1924, como ele próprio assumiu. Quanto à reivindicação do voto feminino, apesar de constar no *Esboço do Programa (...)*, ela não recebeu tanta atenção e esforços parte do grêmio, que sequer deu espaço para as mulheres nos seus próprios quadros. Se Ricci e Zulini (2020, p. 604) atribuem sua presença na lei eleitoral à atuação de associações femininas organizadas desde o Império; Viscardi (2016) pontua que o nível de mobilização feminista ainda era insuficiente na época para que tivesse tão importante vitória, parecendo-lhe mais adequada a hipótese de que voto feminino faça parte do esforço de ampliação das bases políticas de um regime que se propunha moderno, civilizatório e duradouro.

⁴⁵⁹ BRASIL. Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: jan. 2024.

5.1.6 O empastelamento do *Diário Carioca*

No primeiro semestre de 1932, além de gozar de maior participação no Governo Provisório e da vitória parcial com a decretação da nova lei eleitoral, o Clube 3 de Outubro havia sido contemplado com um aumento significativo no número de filiações (Gráficos 1 e 3); em assembleia geral, havia aprovado novos estatutos mais sofisticados (Diagrama 1) e eleito nova diretoria, confirmando mais uma vez Pedro Ernesto e Góis Monteiro como presidente e vice, respectivamente; e, por fim, havia finalmente publicado o *Esboço do Programa* (...). Dessa maneira, é possível concordar com Conniff (1979, p. 141) e dizer que o grêmio, naquele momento, tinha atingido o paroxismo da sua atividade, articulação e influência política. Algo que foi lembrado por Juarez Távora da seguinte maneira:

O Clube não descuidou de definir o seu ideário político, econômico e social [...]. E, apesar das incompreensões e críticas, de que foi alvo, cresceu em número de sócios e em atividades. Fundaram-se agremiações filiadas em vários Estados (*sic*) e o núcleo central do Rio parecia haver aglutinado, em suas feiras, os vultos mais influentes – civis e militares – da corrente ‘outubrista’. (Távora, 1974, p. 60)

Contudo, horas depois, uma ação violenta, que envolveu alguns de seus sócios, abria caminho para um processo de declínio, no qual ficariam evidentes fissuras internas no grupo, as quais o fariam perder membros importantes e parte significativa do seu prestígio no governo (Carvalho, 1975, p. 48; Conniff, 1979, p. 147-149; Forjaz, 1988, p. 160-167; Pinto, 2016, p. 243-249).

Tudo começou quando, no mesmo dia da decretação do Código Eleitoral, os membros do Clube 3 de Outubro se depararam com mais uma provocação direta de José Eduardo de Macedo Soares em um editorial do *Diário Carioca*. No texto, o autor recupera a oposição “civilistas” *versus* “militaristas” no intuito de “desmascarar” as intenções do Clube 3 de Outubro e do próprio chefe do Governo Provisório⁴⁶⁰. Não podendo contar com os “civis liberais e democratas” para prolongar um “regime de poderes discricionários no país”, Vargas teria procurado se sustentar na “violência” de um “sistema militarista” a ser organizado com o auxílio do grêmio. Julgando “excessivo e exagerado que o clube queira se dar como o único depositário, no país, do verdadeiro espírito revolucionário”, Macedo Soares apresentou como

⁴⁶⁰ SOARES, José Eduardo de Macedo. A torre de Babel. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 24/2/1932.

a alternativa “civilizada” a “reação civilista”, dos “democratas” e “desinteressados”, que “imbuídos de cultura jurídica e senso histórico”, “mentalidade democrática e liberal”, desejavam organizar no país um “regime de direito, de justiça e de liberdade.”. A presença de Maurício Cardoso no governo significaria a possibilidade de uma correção de rota.

Na noite do dia 25 de fevereiro de 1932, depois de publicar um editorial em que celebrava a nova legislação eleitoral, como parte da tarefa dos “legítimos liberais” de “fundar entre nós a democracia; garantir a autonomia dos Estados dentro da federação dos interesses econômicos do país; [e] assegurar as liberdades e franquias dos cidadãos [...]”⁴⁶¹, o *Diário Carioca* teve sua sede, na praça Tiradentes, cercada, baleada, invadida e depredada. Eram homens do Exército e da Marinha, armados e transportados por carros do Ministério da Guerra e da prefeitura do Distrito Federal (Macedo, 2023, p. 328).

As várias rajadas disparadas, por armas de grosso calibre, das quais fala Lira Neto (2013, p. 15-16), cravaram centenas de buracos nas paredes do prédio e estilhaçaram suas vidraças. Ao invadirem o local para iniciarem o quebra-quebra, os militares deixaram os funcionários que ali permaneceram feridos. O caso mais grave entre eles foi do operador de linotipo, Crispim Barbosa Júnior, que depois de levar um tiro no abdome precisou ser internado⁴⁶². Sintomaticamente, em abril daquele ano, quando o jornal voltou a ser publicado, Macedo Soares registrou no editorial sua preocupação com os prejuízos causados por toda a destruição do patrimônio, ignorando os empregados agredidos (Macedo, 2023, p. 328). Para ele, tudo isso seria fruto de uma ação operada por “um grupo de oficiais comandando soldados manejando as armas que a nação lhes confiou para sua defesa”, “militaristas” para quem a “Revolução” é “monopólio do tenente desconhecido”⁴⁶³.

Tentando “gerenciar a crise”, se desvincular do ocorrido ou não ganhar a antipatia dos trabalhadores, de quem procuraram se aproximar com suas propostas e discursos paternalistas, o Clube 3 de Outubro designou uma comissão para visitar Crispim Barbosa no hospital. O episódio foi registrado pelo *Correio da Manhã* que, ao noticiá-lo, não mencionou a participação de outubristas no empastelamento. Além disso, o periódico ressaltou que quando se decidiu pela visita, na Assembleia do grêmio, foram discutidas preocupações com “os

⁴⁶¹ SOARES, José Eduardo de Macedo. Legislação Revolucionária. *Diário Carioca*, p. 1, 25/2/1932.

⁴⁶² OS FACTOS de hontem na praça Tiradentes: soldados do Exército, na companhia de oficiais, atacaram e empastelaram o “Diário Carioca”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 26/2/1932.

⁴⁶³ SOARES, José Eduardo de Macedo. *Diário Carioca*. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 5/4/1932.

problemas das classes obreiras”, pois diferente do regime anterior, a “Revolução” que representavam não considerava a questão social “um simples caso de polícia”⁴⁶⁴.

Como também pode ser visto em artigo que recentemente publiquei (Macedo, 2023, p. 328-329), o empastelamento do *Diário Carioca* foi geralmente tratado pela historiografia como uma ação organizada pelo Clube 3 de Outubro (Carvalho, 1975, p. 45; Conniff, 1979, p. 147; Forjaz, 1988, p. 159; Pinto, 2016, p. 243). Contudo, Forjaz menciona a versão dada por Augusto do Amaral Peixoto, que atribuiu a coordenação do ataque aos militares do Exército e da Marinha, liderados pelo fiscal do 1º Regimento de Cavalaria, Edgard Soares Dutra, e pelo próprio Amaral Peixoto, respectivamente. Ambos, que eram outubristas, teriam comunicado suas intenções ao ministro da Marinha, Protógenes Guimarães, que então “lavaria as mãos”. Assim, o grêmio apenas havia servido como ponto de encontro para que oficiais e soldados se reunissem no mesmo dia para planejarem o ato (Forjaz, 1988, p. 159-160).

Sem entrar em detalhes, Juraci Magalhães também deu sua versão, que deixou de fora a direção do Clube. Para ele alguns ‘tenentes’ filiados ao grêmio haviam agido sob a liderança Lúcio Meira, um aliado de primeira hora de Vargas. Todavia, Lúcio Martins Meira era um oficial da Marinha e outubrista sem muito destaque no grêmio – ou, pelo menos, poucas informações sobre sua atuação ficaram para a posteridade (Macedo, 2023, p. 329).

Uma curiosidade é que ao falar dos “tenentes” que haviam atacado o *Diário Carioca*, Juraci Magalhães afirmou, em suas memórias: “E, de fato, nunca pertenci ao clube que assustou tanta gente” (Magalhães; Gueiros, 1996, p. 139). Noutro momento, criticando claramente seus ex-colegas de organização pontuou: “os tenentes no governo mal sabiam que medidas tomar. Não tinham, a rigor, um programa para mudar a sociedade. Assim, acabariam tendo de se adaptar à *práxis* conservadora dos velhos próceres da Aliança Liberal” (Magalhães; Gueiros, 1996, p. 46). Posição bem diferente daquela que tinha quando prestava contas ao Clube 3 de Outubro dos passos que dava na administração da sua interventoria na Bahia⁴⁶⁵. Na sua ficha de filiação, procurou mostrar disposição ao “Assumir os [compromissos] que forem exigidos pelos estatutos”⁴⁶⁶.

A respeito do ataque ao *Diário Carioca* ter sido planejado ou não pelo Clube 3 de Outubro, é possível que ele tenha ocorrido com o envolvimento ou conhecimento prévio de seus dirigentes. Em debate na Câmara dos Deputados, em 1935, Augusto do Amaral Peixoto,

⁴⁶⁴ UMA COMISSÃO do Club 3 de Outubro visita o operário Chrispim Ferreira. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 1/3/1932.

⁴⁶⁵ A ASSEMBLEIA de hontem do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 2/2/1932; REUNIU-SE o Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 19/2/1932.

⁴⁶⁶ CPDOC-CO d Fichas de Inscrição, n.52

ao acusar Batista Luzardo – que na época do ocorrido era chefe de polícia do Distrito Federal – de saber com antecedência de que haveria uma ação violenta contra o jornal, acabou envolvendo outros membros da diretoria no plano revanchista, incluindo o próprio presidente do grêmio (Macedo, 2023, p. 329). Amaral Peixoto disse que antes do empastelamento, em companhia de Stênio Lima, Hercolino Cascardo e Pedro Ernesto, havia estado no gabinete do ministro da Justiça pedindo e alertando para que algo fosse feito em relação “àqueles artigos do *Diário Carioca*”, caso contrário agiriam “de *motu próprio*”, e assim concluiu: se “o Ministro da Justiça estava prevenido e, portanto, o Chefe de Polícia também deveria estar.”⁴⁶⁷.

Continuando no mesmo debate, Batista Luzardo contou do encontro entre ele, o ministro da Justiça, Maurício Cardoso, e o chefe do Governo Provisório, logo após o empastelamento (Macedo, 2023, p. 329). Segundo seu relato, depois de ser informado sobre detalhes do acontecimento, como número de feridos e providências policiais tomadas, Vargas foi alertado por Maurício Cardoso acerca da gravidade do fato. Logo em seguida, o chefe teria recebido um telefonema do ministro da Guerra, Leite de Castro, que lhe haveria dito: “Sr. Presidente, os rapazes fizeram ao *Diário Carioca* o que eu faria se tivesse 20 anos a menos.”. Ao presidente da mesa e aos demais deputados presentes no plenário, Luzardo procurou esclarecer e sublinhar o que para ele era algo gravíssimo, pois demonstrava o apoio que o Clube 3 de Outubro havia recebido do ministro da Guerra: “Era o Ministro da Guerra comunicando ao Chefe do Governo que os rapazes – rapazes eram, na linguagem outubrista, os tenentes do Exército e da Marinha, do Clube 3 de Outubro – os rapazes (*sic*) fizeram com o *Diário Carioca* o que ele faria se tivesse 20 anos a menos.”⁴⁶⁸. Se Leite de Castro disse ou não essas palavras, elas são congruentes com a postura do ministro, anotada por Vargas, entre os dias 24 e 29 de fevereiro de 1932: “O ministro da Guerra declara que não pode conter os oficiais, dispostos a atacar outros jornais se continuarem a campanha de desprestígio ao governo e o ataque às classes militares, e receia que isso possa despertar o espírito de classe.” (Vargas, 1995, p. 92).

No retorno às suas atividades, o *Diário Carioca* publicou um trecho da entrevista concedida por Batista Luzardo à imprensa de Porto Alegre. Nela, o ex-chefe de polícia do Distrito Federal foi até mais enfático ao acusar o Clube 3 de Outubro e seus líderes e ao

⁴⁶⁷ ANAIS da Câmara dos Deputados. Brasil. 15 de junho de 1935, p. 43. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=15/6/1935#/>. Acesso em: jan. 2024.

⁴⁶⁸ ANAIS da Câmara dos Deputados. Brasil. 15 de junho de 1935, p. 45-46. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=15/6/1935#/>. Acesso em: jan. 2024.

afirmar que não tinha informações a respeito do planejamento do atentado: “Ficou decidido o vandalismo. Dentro do ‘Clube 3 de Outubro’ e sob a inspiração dos seus maiores, foi engendrado o plano sinistro. [...] Sob palavra de honra, afirma o ex-chefe de polícia, que ignorava em absoluto o premeditado assalto.”. Ainda na entrevista, disse que o inquirido na polícia havia sido instalado, frisando que a investigação e as testemunhas apontavam os oficiais participantes: “Entre eles, nomes bem conhecidos de oficiais do gabinete do sr. ministro da Guerra e da Prefeitura, do sr. Pedro Ernesto.”⁴⁶⁹.

Na sequência desses acontecimentos, o próprio Getúlio Vargas chamou Pedro Ernesto ao seu gabinete para esclarecer os fatos. As conclusões do chefe a respeito da conversa, anotadas no seu diário, responsabilizam o presidente do Clube 3 de Outubro pelo atentado: “Recebi Pedro Ernesto, a quem mandei chamar para ouvir sua impressão e a do público, através dele, sobre o sucesso do empastelamento do *Diário Carioca*. Achei-o insensível e parece que até convencido de que praticou um ato louvável.” (Vargas, 1992, p. 93).

Quanto as motivações para a ação violenta dos outubristas contra o *Diário Carioca*, pelo que foi analisado até aqui, ela não se deu em decorrência da decretação do Código Eleitoral de 1932. Diferente disso, os sócios do Clube usaram da força para responder aos contínuos ataques feitos pelo jornal à organização, ao seu programa, aos militares no geral e, posteriormente, ao próprio Governo Provisório. Os relatos acima citados, de Amaral Peixoto, em 1935, e de Vargas, em seu diário, logo após o empastelamento, coincidem em apontar o “cansaço” dos “revolucionários” com as “difamações” espalhadas pela imprensa, especialmente pelo *Diário Carioca* (Macedo, 2023, p. 330). Uma reclamação formal foi feita pelo grêmio ao ministro da Justiça, em relação à “campanha difamatória” sofrida na imprensa pelos interventores outubristas, e foi registrada pelo *Correio da Manhã* em janeiro de 1932⁴⁷⁰. Adolfo Bergamini, por sua vez, poucos dias antes do empastelamento, alertou para recorrentes ameaças e agressões a jornais e jornalistas pelo país, segundo ele, “[...] frutos da mentalidade da força, sazoados no ‘Clube 3 de Outubro’.”⁴⁷¹.

Antes do atentado ao *Diário Carioca*, o uso da violência não foi admitido publicamente pelo Clube 3 de Outubro em seus discursos. Até aí, de acordo com as fontes trabalhadas, esse tipo de expediente só apareceu como alternativa em um documento

⁴⁶⁹ O MONSTRUOSO atentado: Como depoz a respeito a mais idônea das testemunhas – E como virou a consciencia nacional deante do crime inominável. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 5-11, 5/4/1932.

⁴⁷⁰ O CLUB 3 de Outubro pede providencias. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 13/2/1932.

⁴⁷¹ BERGAMINI, Adolpho. Boletim do dia: É da escrita. *Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 21/2/1932.

interno⁴⁷². Nos meses seguintes e após a “Revolução Constitucionalista de 1932”, já não havia tanta necessidade de esconder essa alternativa⁴⁷³. Na prática política, parece que essa foi uma forma de ação a qual os sócios do grêmio recorreram com uma frequência maior do que gostavam de admitir. Ora, basta lembrar da ameaça feita aos membros do *Clube 24 de fevereiro*, quando tentaram marchar pela Constituinte. Segundo Ernani do Amaral Peixoto, combater os movimentos pró-Constituinte incluía enfrentá-los com o uso da força:

Foi um período muito agitado. O Clube ficava perto do Jockey Clube, e os movimentos contrários saíam de dentro do Jockey. O Clube 3 de Outubro então mandava dissolver essas manifestações. O Augusto [do Amaral Peixoto] teve grande responsabilidade nessas brigas. Mandava para o meio da rua o seu pessoal da Marinha, os suboficiais e sargentos que tinham estado exilados com ele e lhe eram muito fiéis (Camargo *et al.*, 1986, p. 84).

Depois do episódio do *Diário Carioca* houve denúncias de ataques e ameaças praticados por outubristas a outros jornais e jornalistas pelo país, publicadas inclusive pelo aliado *Correio da Manhã*⁴⁷⁴.

Mais uma vez manifestando a postura paternalista-autoritária dos “tenentes” em relação ao conflito social, o Clube só rejeitava e temia o uso da força se ela fosse proveniente dos setores populares e ameaçasse a ordem e a hierarquia da sociedade. Nesse caso, o grêmio se apegava aos valores e princípios da acomodação das tensões sociais, que culminavam em propostas que perseguiam a realização, a partir do Estado, do equilíbrio das relações entre capital e trabalho.

5.1.7 O “dia seguinte” ao empastelamento

Se em outros casos o uso da violência pelos outubristas não teve grandes repercussões, não se pode dizer o mesmo do empastelamento do *Diário Carioca*. Esse episódio representou um duro golpe na estratégia contemporizadora das distintas forças políticas, na qual Vargas apostava, e no papel de anteparo do Governo Provisório, que o Clube 3 de Outubro vinha

⁴⁷² CPDOC-AAP club 1931.00.00/2, diretivas para a organização do Estado-Maior do Clube 3 e Outubro, 1931 (data provável).

⁴⁷³ AS SAUDAÇÕES do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 22/9/1932; CINCO de julho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6/7/1933.

⁴⁷⁴ APELLANDO para o senhor Flores da Cunha. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 16/4/1932; A LIBERDADE de imprensa: invadida a redação de um jornal no Pará. Rio de Janeiro, p. 4, 16/4/1932; MAIS um empastelamento. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 21/4/1932;

fazendo desde o final de 1931 (Conniff, 1979, p. 147; Forjaz, 1988, p. 160; Neto, 2013, p. 42-44).

Exatamente um dia depois da decretação do Código Eleitoral, Getúlio Vargas finalmente pôs fim à interinidade de Manuel Rabelo na interventoria de São Paulo, escolhendo o civil e paulista Pedro de Toledo para a cadeira. Com essas decisões, o governo esperava que pudesse vislumbrar algum arrefecimento nos ânimos pró-constitucionalização e, assim, seguisse “administrando as forças em conflito” (Borges, 1992, p. 49; Pinto, 2016, p. 243). Mas, no final da noite, os outubristas “jogaram gasolina na fogueira”, atacando violentamente um veículo da imprensa liberal na capital do país.

Imediatamente depois do atentado, a grita foi geral. Organizações de trabalhadores, associações, figuras públicas e a imprensa como um todo se manifestaram com veemência. A começar pela União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), que puxou uma paralisação de 24h horas, garantindo que jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e outras cidades do país não circulassem no dia 27 de fevereiro. Os gráficos também organizaram uma marcha, juntamente com a União dos Trabalhadores do Livro e do Jornal (UTLJ), em direção ao palácio do Catete, onde foram recebidos por Getúlio Vargas (Macedo, 2023, p. 330). Segundo o *Correio da Manhã*, os trabalhadores esclareceram não se tratar de um movimento político, mas sim de um pedido de providências para que tivessem assegurado o direito ao exercício da profissão. Do chefe do Governo Provisório, teriam recebido a garantia de proteção e apuração das responsabilidades sobre o ocorrido⁴⁷⁵.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), além de condenar o ataque, exigiu uma indenização do governo para o *Diário Carioca* e recomendou que os demais veículos jornalísticos acompanhassem de perto as apurações, cobrando a punição dos culpados. Por meio do seu conselho deliberativo, decidiu publicar correspondências em solidariedade recebidas de todo o país – entre os distintos remetentes, vale destacar Francisco Morato, que escreveu em nome da Frente Única Paulista. O presidente da entidade também fez uma visita ao operário internado Crispim Barbosa⁴⁷⁶.

Em São Paulo, além da manifestação da Frente Única, Lira Neto (2013, p. 21) também registrou o protesto da Associação Antifascista de São Paulo. Através de uma nota de repúdio, classificou o empastelamento como um ataque fascista, defendendo a liberdade de imprensa e a integridade física dos trabalhadores (Neto, 2013, p. 21-22).

⁴⁷⁵ OS FACTOS desenrolados na praça Tiradentes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 28/2/1932.

⁴⁷⁶ ÉCOS dos acontecimentos da praça Tiradentes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 1/3/1932.

Uma vez reerguido, é claro que o *Diário Carioca* trabalhou para documentar e construir sua versão dos fatos atrelada ao aprofundamento da campanha pela reconstitucionalização. Para isso, a partir do dia 5 de abril, criou a seção “Documentos e fatos que precisam ser fixados como preciosos subsídios para a reconstituição histórica dos dias e das horas que o Brasil atravessa”⁴⁷⁷. Foi nessa mesma data que estampou a entrevista de Batista Luzardo, já mencionada, a respeito dos acontecimentos da noite do dia 25 de fevereiro.

Reagindo a esse ambiente extremamente tensionado, o Governo Provisório encenou uma investigação (Macedo, 2023, p. 331). Além do inquérito civil, presidido por Darci Fróes, que correu em segredo de justiça, na 3ª Delegacia Auxiliar; Leite de Castro ordenou a abertura de um inquérito militar presidido pelo coronel Filipe Moreira Lima – “tenente histórico”, que na época compunha a Legião Cívica 5 de Julho e ocupava a Comissão Fiscal do Clube 3 de Outubro⁴⁷⁸. Nas palavras de Getúlio Vargas, que demonstravam alguma predileção pelos outubristas, a situação exigia que algo fosse feito – ou parecesse ser feito, pelo menos:

Tenho de me decidir entre as forças militares que apoiam o governo e um jornalismo dissolvente, apoiado pelos políticos e instigado mesmo por estes contra o governo. Estou numa encruzilhada em que urge uma decisão. Foi aberto um inquérito militar e outro civil. (Vargas, 1995, p. 92).

A conhecida proximidade do ministro da Guerra, Leite de Castro, com os outubristas e a ausência de uma punição urgente dos envolvidos no empastelamento gerou a segunda debandada vivida pelo Governo Provisório. Dessa vez foram os gaúchos, membros da Frente Única, no início de março de 1932. Deixaram seus postos Maurício Cardoso, ministro da Justiça; Batista Luzardo, chefe de polícia do DF; Lindolfo Collor, ministro do Trabalho; e João Neves da Fontoura, consultor jurídico do Banco do Brasil (Borges, 1992, p. 49; Carvalho, 1975, p. 46; Conniff, 1978, p. 147; Forjaz, 1988, p. 161; Pinto, 2016, p. 243-244). Em sua carta de demissão, Lindolfo Collor criticou os rumos “extremistas” que a “Revolução” estaria tomando, contrariando princípios da “liberdade de opinião”, que estavam na base do programa da *Aliança Liberal*. A “gota d’água” para que entregasse seu cargo seria a impunidade daqueles que haviam cometido o “brutal”, “covarde” e “inominável atentando” contra as oficinas do *Diário Carioca*: “Não me conformo com a ideia de fazer parte de um

⁴⁷⁷ RECAPITULAÇÃO dos quarenta dias de dissídios e entendimentos. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, p. 1, 5/4/1932.

⁴⁷⁸ NOMEADO o cel. Moreira Lima para presidir o inquérito militar. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 28/2/1932; CPDOC-CO d Ficha Inscrição, n. 207.

governo que não afastasse imediatamente dos cargos que ocupem (*sic*) homens capazes de tal procedimento.⁴⁷⁹

Essa postura nada assertiva de Vargas incomodou até mesmo o *Correio da Manhã* que, se nos primeiros dias após o empastelamento chegou a elogiar a “rapidez” do trabalho de apuração dos fatos, no final de março não poupou mais o governo de críticas⁴⁸⁰. Por fim, é fato que todos aqueles que denunciaram a impunidade estariam certos em seus prognósticos, pois os culpados acabariam sendo poupados (Carvalho, 1975, p. 47). Segundo Sérgio Murilo Pinto (2016, p. 243), a dificuldade de Getúlio Vargas de executar alguma punição, mesmo sob tanta pressão, também seria reveladora da profundidade das relações estabelecidas entre o governo e os outubristas.

Em meio à “crise dos demissionários gaúchos” e todas essas movimentações que pediam a repreensão de muitos de seus sócios, o Clube 3 de Outubro não deu sinais de recuo, ao contrário, decidiu reforçar sua proximidade com o Governo Provisório e seu apoio à continuidade da ditadura. Os outubristas organizaram uma caravana de setenta carros para se dirigirem até Petrópolis, ao encontro de Getúlio Vargas⁴⁸¹ (Figura 9). Para lá o chefe havia se encaminhado no dia 29 de fevereiro, enquanto lia nos jornais protestos de paulistas contra a nomeação de Pedro de Toledo para a interventoria (Vargas, 1995, p. 93). Entre os membros do Clube que subiram a serra se destacam o seu presidente, Pedro Ernesto; alguns homens do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, unidade envolvida diretamente no empastelamento; membros do gabinete do ministro da Guerra; interventores como Ari Parreiras (RJ), Herculino Cascardo (RN), Juraci Magalhães (BA) e Serôa da Motta (MA); além de Augusto do Amaral Peixoto, Filinto Müller, Edgard Soares Dutra, Waldemar Falcão, Stênio Lima e, pasme o(a) leitor(a), Filipe Moreira Lima – o responsável pelo inquérito militar do empastelamento (Macedo, 2023, p. 331).

Nesse encontro, Pedro Ernesto deixou claro que diante de toda a repercussão, o Clube não havia optado, naquele momento, por algum tipo de moderação. Em seu discurso, cobrou que o “Governo Provisório” usasse de “atos de força” para fazer cumprir o “programa

⁴⁷⁹ CPDOC-GV c 1932.03.03/2, carta de Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor a Getúlio Vargas reiterando pedido de demissão do cargo de Ministro do Trabalho e expondo as razões que determinaram tal resolução, 3/3/1932.

⁴⁸⁰ O SR. GETULIO Vargas e os partidos do Rio Grande do Sul. *Correio Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 20/3/1932.

⁴⁸¹ A MANIFESTAÇÃO do ‘Club 3 de Outubro’ ao chefe do Governo, em Petrópolis. *Correio da Manhã*, p. 1, 5/3/1932.

revolucionário”, oferecendo o apoio do grêmio para isso⁴⁸². Em sua réplica, Getúlio Vargas começou sinalizando com o retorno à ordem constitucional, porém somente após a “reconstrução moral e material da Pátria”, “orientada pelo governo revolucionário, com a colaboração direta do povo [elegendo os constituintes] e não em obediência à vontade exclusiva de políticos”. Para que isso fosse possível, seria indispensável a união da “base revolucionária”. Também tratou de demonstrar contrariedade em relação ao empastelamento, sem mencioná-lo diretamente, ao condenar “o emprego da violência de quaisquer origens”, pois em uma época de atuação dos “agentes de dissolução e de anarquia, devemos empenhar os nossos melhores esforços para cumprir o dever elementar de manter a ordem, confiança e a tranquilidade”. A todos, anunciou que o governo não se dobraria a qualquer grupo ou facção política: “O governo somente integrar-se-á num regime novo, quando este for reflexo da Nação organizada. Não deverá tornar-se, por isso, prisioneiro de qualquer partido, classe ou facção, porque unicamente ao povo brasileiro, juiz definitivo dos seus, lhe cumpre prestar contas.”⁴⁸³. Em suma, o chefe do Governo Provisório procurou demonstrar uma posição de independência e autoridade, deixando claro que teria capacidade de conduzir o retorno à ordem legal, unindo e coordenando sua base heterogênea. No entanto, não deixou de dar algum afago ao grupo que o visitava para oferecer apoio, demonstrando reconhecimento à sua atuação pregressa e à legitimidade do seu programa.

⁴⁸² A MANIFESTAÇÃO do ‘Club 3 de Outubro’ ao chefe do Governo, em Petrópolis. *Correio da Manhã*, p. 1, 5/3/1932.

⁴⁸³ A MANIFESTAÇÃO do ‘Club 3 de Outubro’ ao chefe do Governo, em Petrópolis. *Correio da Manhã*, p. 1, 5/3/1932.

Figura 9- Pedro Ernesto e membros do Clube 3 de Outubro em Petrópolis, por ocasião do encontro com Getúlio Vargas, 4/3/1932



Da esquerda para direita: Cristóvão Barcellos; Pedro Ernesto, fumando; José Pinto, um passo atrás, de gravata borboleta; Juraci Magalhães, de terno branco; e Herculino Cascardo, atrás de Pedro Ernesto, de chapéu. Fonte: CPDOC – PEB foto 048.

Ainda assim, os outubristas pareciam insistir na afronta àqueles que encomendavam suas “cabeças”. Um dia após o encontro de Petrópolis, o Clube 3 de Outubro organizou uma manifestação de apoio a Salgado Filho, que assumia interinamente a chefia de polícia do Distrito Federal no lugar de Batista Luzardo. Na cerimônia de posse, estiveram presentes, além de Pedro Ernesto, toda a oficialidade do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária (Macedo, 2023, p. 332).

Conforme registrou o próprio Getúlio Vargas, havia “grande prevenção pública contra Pedro Ernesto e o Clube 3 de Outubro” (Vargas, 1995, p. 93). Além do reforço da conhecida oposição dos derrotados na “Revolução” e dos setores pró-constitucionalização, a organização viu pesar ainda mais contra si o desgosto de muitos oficiais superiores em relação à sua existência, principalmente por parte daqueles de tendência profissionalizante, como os antigos “jovens turcos”. O argumento central era semelhante àquele que sustentou o “Manifesto dos Generais”, mencionado acima: a entidade desviaria os oficiais das suas “verdadeiras funções”, mergulhando-os na política, constituindo uma ameaça à disciplina e à hierarquia militar. É o

que se vê, por exemplo, neste trecho da “Ordem do dia” do comando da 1ª Região Militar – com sede no DF –, assinado pelo general João Gomes Ribeiro Filho, com o título *Pela disciplina e pela ordem*:

Comandante desta região e naturalmente um dos responsáveis pela estabilidade do governo e manutenção da ordem, não posso, sob pena de conveniência, aceitar o papel de instrumento passivo quando se tratam de fatos que exigem da minha parte uma formal desaprovação com que acentue o meu desagrado pela indébita intervenção de subordinados em assuntos cuja solução deles não depende e cabe exclusivamente ao governo e aos seus auxiliares imediatos.

[...] entendi sempre que a atividade dos militares deve exercer-se exclusivamente nos quartéis e campos de manobra, a fim de cada vez mais oficiais e soldados se aperfeiçoarem naquilo que é o seu objetivo e sua razão de ser – a defesa da ordem e da integridade da nação.

[...] quando as forças armadas (*sic*) encaminham-se pelas tortuosas veredas da politicagem, aquele objetivo sublime, o bem da pátria, é desprezado e relegado para plano secundário [...].⁴⁸⁴

Um episódio marcante foi a proibição que o general Bertoldo Klinger impôs aos seus comandados, na circunscrição do Mato Grosso, de participarem da fundação do Clube 3 de Outubro no estado, em maio de 1932. O caso repercutiu nas reuniões internas da sede, no Rio de Janeiro, e pela aproximação de Klinger com as forças pró-constitucionalização, o outubrista capitão Asdrubal Gwyer lhe escreveu um telegrama tratando-o como traidor – ato pelo qual teve apoio imediato do grêmio⁴⁸⁵. O caso repercutiu, em parte da oficialidade militar, como uma flagrante quebra de hierarquia promovida por um outubrista e, assim, o general Leite de Castro foi pressionado a puni-lo. Como foi aberta mais uma frente de conflito para o governo lidar naquele momento, desta vez dentro do Exército, Vargas exigiu a repreensão do capitão⁴⁸⁶. Dessa maneira, uma pena de prisão de oito dias lhe foi aplicada, mas ela custou os pedidos de demissão do próprio ministro da Guerra e do interventor do Distrito Federal e presidente do Clube, Pedro Ernesto – que não foram aceitos de imediato. De acordo com Conniff (1978, p. 148-149), essa foi a primeira sanção presidencial contra o grêmio.

⁴⁸⁴ ORDEM do dia do comando da 1ª Região Militar. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 10/3/1932.

⁴⁸⁵ O CASO do general Klinger. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 19/5/1932; O CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 29/5/1932; O CAPITÃO Gwyer de Azevedo telegrapha ao General Bertholdo Klinger. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 31/5/1932; REUNIU-SE hontem a assembléa do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 4/6/1932.

⁴⁸⁶ O CASO do capitão Gwyer de Azevedo: o ministro expediu ordem para a prisão desse militar. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 16/6/1932; ONDE o Capitão Gwyer está cumprindo a pena de prisão. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 21/6/1932.

Nesse momento, além de Klinger, outros oficiais, como Euclides Figueiredo, começaram a se articular às elites de São Paulo. Ambos os grupos, inimigos dos “tenentes” do Clube 3 de Outubro, desejavam expulsá-los do Exército e da política. Assim, começaram a ser articuladas as correlações de força que desaguarão na “Revolução Constitucionalista de 1932” (Borges; 1992, p. 55-56; Forjaz, 1988, p. 162).

A essa altura, já era visível que as repercussões do empastelamento do *Diário Carioca* funcionaram como uma cunha na sustentação do Governo Provisório. Então, buscar uma saída conciliatória com as oligarquias mais poderosas lhe foi imposto como uma necessidade urgente, caso não quisesse perder o controle ou a liderança de um futuro processo de constitucionalização. Em Minas Gerais, Vargas contou com o auxílio de Olegário Maciel, que enviou emissários para atuar nas negociações no Rio Grande do Sul e em São Paulo (Macedo, 2023, p. 332; Pinto, 2016, p. 247-250).

A Frente Única Gaúcha, ao mesmo tempo em que mantinha contato com os paulistas, expunha ao governo suas condições para eventual reaproximação⁴⁸⁷. Foi o que constou no *Heptálogo*, assinado por Borges de Medeiros e Assis Brasil, enviado a Vargas no dia 16 de março de 1932 e publicado pelo *Diário Carioca* no dia 6 de abril. Basicamente, o documento apresentou sete medidas que visavam a reconstitucionalização imediata, bem como a punição dos responsáveis pelo ataque ao *Diário Carioca*. Exigiu-se, por exemplo, a instalação de “uma comissão de notáveis” para a formulação do anteprojeto constitucional e que o inquérito a respeito do empastelamento fosse colocado sob a responsabilidade do Supremo Tribunal Federal (STF)⁴⁸⁸. Entre idas e vindas, as negociações com os gaúchos, que contaram com a atuação direta de Osvaldo Aranha e que, por vezes, irritaram Vargas, culminaram em um acordo (Vargas, 1995, p. 97). Cedendo ambos os lados, ficou combinado: o estabelecimento de uma data para as eleições e, em relação ao inquérito do empastelamento, ele seguiria seu trâmite comum, sem a necessidade de ser presidido por um ministro do STF⁴⁸⁹. Em 14 maio de 1932, Vargas publicou o decreto nº 21.402, marcando o pleito para o dia 3 de maio de 1933 e criando uma comissão para a elaboração do anteprojeto constitucional. As eleições deveriam

⁴⁸⁷ CPDOC-GV c 1932.03.10/1, carta de José Antônio Flores da Cunha a Getúlio Vargas informando sobre o andamento das articulações entre os partidos políticos gaúchos no sentido de efetuarem acordo com o Governo Provisório..., 10/3/1932.

⁴⁸⁸ DOCUMENTOS e factos que precisam ser fixados como preciosos subsidios para a reconstituição historica...*Diario Carioca*. Rio de Janeiro, p.

⁴⁸⁹ DEPOIS da conferencia havida entre os srs. Getulio Vargas e Flores da Cunha, no Rio Negro, acentuam-se as esperanças de conseguir-se uma fórmula conciliatoria. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 23/3/1932.

observar as regras do Código Eleitoral, inclusive, a garantia da representação profissional na Constituinte (Macedo, 2023, p. 333)⁴⁹⁰.

A publicação do decreto acima foi acompanhada pela leitura de um “Manifesto à Nação”, no edifício da Câmara dos Deputados, também no dia 14 de maio de 1932 (Vargas, 1938, v.2, p. 24-58). Nele, Getúlio Vargas fez ampla defesa do “movimento revolucionário de 1930”, das ações do Governo Provisório, tratou das perspectivas de futuro e, por fim, ressaltou que a “a volta do Brasil à legalidade” nunca deixou de ser preparada. Mais uma vez, desde seu discurso para os outubristas em Petrópolis, Vargas procurou, em diferentes momentos ao longo do texto, convencer seus interlocutores da sua autoridade e da equidistância que sua administração teria em relação a quaisquer partidos ou facções:

Entre as aspirações em choque, o papel do Governo Provisório não pode ser o de parte interessada e contendora. Cabe-lhe, apenas, coordenar esforços para tornar efetiva a obra saneadora da Revolução, sob o seu duplo aspecto material e moral. Obediente a este critério, tem agido e continuará agindo serenamente. (Vargas, 1938, v.2, p. 34).

Se a “herança” que o regime anterior havia deixado era demasiado “calamitosa”, não haveria por que esperar que o país fosse (re)conduzido rapidamente a uma normalidade constitucional. Contudo, nunca teria sido uma pretensão sua se manter “indefinidamente no exercício dos poderes discricionários”: “De tudo, se conclui que o Governo Provisório sempre se preocupou com preparar a volta do Brasil à legalidade, traçando, clara e firmemente, as linhas fundamentais do futuro edifício constitucional.” (Vargas, 1938, v.2, p. 56).

Outra frente de negociações, ainda mais complicada, transcorreu em São Paulo. Góis Monteiro, que ainda estava na 2ª Região Militar, foi quem trabalhou primeiro no papel de interlocutor do governo com os paulistas. Como bem destacou Vavy Pacheco Borges (1992, p. 51), a FUP estava empenhada na resolução de “nos governar por nós mesmos”, como havia deixado claro no seu manifesto de fundação. Por isso, exigia a saída do general Miguel Costa e de Osvaldo Cordeiro de Farias da chefia de polícia e do comando da Força Pública, respectivamente; bem como a reformulação do secretariado de Pedro de Toledo, especialmente a demissão de Florivaldo Linhares, secretário de Justiça ligado a João Alberto.

⁴⁹⁰ BRASIL. Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932. Fica o dia três de maio de 1933 para a realização das eleições à Assembléia Constituinte e cria uma comissão para elaborar e (sic) anteprojeto da Constituição. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21402-14-maio-1932-518100-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em mar. De 2024.

Por volta de abril de 1932, o estado de São Paulo estava sob grande instabilidade e tensão política e social. Havia bastante agitação popular; cartas eram enviadas a Vargas e Aranha alertando para os riscos de revoltas e golpes. Os alunos do Largo de São Francisco, parte significativa deles ligados ao Partido Democrático, promoveram movimentações que tinham como alvo de seus ataques o núcleo duro do governo federal – Vargas, Aranha e Góis Monteiro. E, nesse sentido, a prática do empastelamento, tão condenada pelos liberais, desde o fim de fevereiro, acabou se tornando também seu instrumento de ação. Ainda em abril, os estudantes empastelaram o jornal *O homem do Povo*, de Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, a Pagu, por suas “posições comunistas”. Por outro lado, as sucessivas greves operárias, no início desse mesmo ano, perturbaram e amedrontaram significativamente as “classes conservadoras”. Em maio, houve uma greve dos têxteis, liderada por José Righetti, figura próxima a Miguel Costa, que alimentou ainda mais as acusações de comunismo sofridas pelo general (Borges, 1992, p. 49-51; Forjaz, 1988, p. 165; Macedo, 2023, p. 333).

Como resultado da pressão da elite paulista, no dia 5 de maio de 1932, todo o secretariado de Pedro de Toledo se demitiu. Em seguida, o próprio Góis Monteiro pediu remoção da 2ª Região Militar, sendo substituído por Manuel Rabelo. Então, no final do mesmo mês, Osvaldo Aranha foi enviado ao estado para negociar. A situação na capital era tão tensa que Aranha, adoentado, não se expôs ao público, reunindo-se com lideranças partidárias em ambientes reservados (Borges, 1992, p. 52).

Ora, nesse momento a população estava nas ruas, inflamada pelo PD e pelo PRP, para o que diziam ser a “defesa da autonomia do estado”. No dia 22 de maio, uma multidão se dirigiu ao palácio do governo, exigindo de Toledo os nomes do novo secretariado. A pressão deu resultado e, no dia seguinte, o interventor anunciou os novos membros. Para a cobiçada pasta da Justiça, indicou Waldemar Ferreira, membro do Partido Democrático, que tratou de demitir Miguel Costa da Força Pública. Apesar de toda a disposição do Governo Provisório em ceder, como João Neves da Fontoura observou, na época – e os acontecimentos posteriores lhe deram razão –, aos paulistas, àquela altura, já não bastavam as eleições e tampouco quaisquer concessões que Vargas pudesse lhes dar (Forjaz, 1988, p. 165-166).

Ainda no dia 23, a agitação continuou e, durante a tarde, aconteceram outros empastelamentos de jornais considerados “inimigos de São Paulo”: o *Correio da Tarde*, ligado a Miguel Costa; e *A Razão*, partidário do Governo Provisório. À noite, populares liderados por universitários atacaram a sede da Legião de Outubro. Os legionários reagiram e houve troca de tiros, que provocaram a morte dos estudantes Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo. O conhecido episódio fez deles mártires, que inspiraram a criação da milícia civil

MMDC, grande articuladora do movimento armado que estouraria em julho (Borges, 1992, p. 54; Pinto, 2016, p. 251-252).

Ao voltar para o Rio de Janeiro, Osvaldo Aranha se reuniu com os “tenentes” do Clube 3 de Outubro. A discordância foi a tônica do encontro. Enquanto seus colegas de grêmio insistiam em se manter firmes, resistindo aos ataques do que chamavam de “máquina reacionária”, Aranha se posicionou pela postura contemporizadora (Forjaz, 1988, p. 167; Vargas, 1995, p. 105-106).

Esses desentendimentos quanto à condução da crise, já se arrastavam há alguns meses e parecem ter se agravado progressivamente. Nas palavras de Getúlio Vargas, ao receber Osvaldo Aranha, entre 9 e 10 de março, ele estaria “inquieto, nervoso, convencido das hostilidades dos políticos do Rio Grande, desencantado do prestígio dos tenentes” (Carone, 1975, p. 214-215; Vargas, 1995, p. 95-96). Isso porque o Clube 3 de Outubro resolveu seguir intransigentemente sua postura de enfrentamento. No início de abril, como uma resposta ao *Heptálogo* da FUP, o grêmio publicou o seu *Decálogo*, com reivindicações consideradas imprescindíveis de serem atendidas ainda durante o período ditatorial, para que aí sim, superados os resquícios do regime anterior, pudesse o governo providenciar as eleições (Forjaz, 1988, p. 164). No final do mesmo mês, esse texto seria publicado como um manifesto no *Correio da Manhã*, ganhando mais um item (Macedo, 2023, p. 333). Tais documentos estavam em concordância com aquilo que era defendido no *Esboço do Programa (...)*, por exemplo: a proposta de uma “legislação revolucionária” eficiente, no sentido de organizar as classes, para que tivessem “efetiva representação na organização definitiva do país”; a “federalização das polícias militarizadas sob controle do Ministério da Guerra”; a “unificação da justiça”; e a necessidade de uma reforma tributária, “para a mais racional discriminação de renda”⁴⁹¹.

No final de junho, o Clube partiu para o ataque contra as frentes únicas, criticando a insistência delas de se manterem mobilizadas, mesmo depois de “concessões importantes”, como o Código Eleitoral e a marcação da data das eleições (Macedo, 2023, p. 333). Assim conclamou estudantes, trabalhadores, industriais e comerciantes a estarem atentos ao “disfarce esfarrapado” do “imediatismo constitucional”, que encobria seus reais objetivos: “ressuscitar o predomínio do parasitismo político”. Arrematou o texto apelando à autoridade moral que se atribuía de continuidade do movimento dos “tenentes” da década de 1920, o que daria aos seus afiliados, portanto, o *status* de “verdadeiros revolucionários”: “uni-vos à mocidade

⁴⁹¹ UM MANIFESTO do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 29/4/1932.

heroica da epopeia de Copacabana, dos 5 de Julho, de Catanduva e da invicta Coluna da Esperança. Estes nunca vos mentirão!”⁴⁹².

É notório que a necessidade de manter a proximidade com os mineiros, bem como de dialogar e negociar com gaúchos e paulistas se mostrou imperiosa para Getúlio Vargas. Atuavam diretamente nas negociações, em nome do seu governo, figuras importantes do Clube 3 de Outubro. O descompasso entre o pragmatismo exigido desses sujeitos e a posição radicalizada adotada pelo grêmio ao qual pertenciam acabou expondo, para fora das suas paredes, suas divergências internas. Isso culminou no afastamento deles da organização, ciosos da necessidade da manutenção de um canal aberto para alguma reaproximação com as frentes únicas e da defesa do discurso da preservação da ordem e hierarquia militares (Carvalho, 1975, p. 33-34; Forjaz, 1988, p. 167; Neto, 2013, p. 53-54; Pinto, 247-248; Vargas, 1995, p. 99-108). Tal é o caso, por exemplo, da saída de Osvaldo Aranha, através de telegrama endereçado ao presidente do Clube, Pedro Ernesto, no início de junho de 1932. Apresentando em termos bastante diretos os motivos da sua saída, Aranha acusou o grêmio de se desviar de seus objetivos iniciais de “harmonizar” e “coordenar” a “Revolução” para, em sentido contrário, tumultuá-la:

Ajudei a fundá-lo [o Clube] porque achei necessário (*sic*) essa obra de coesão, de depuração e organização da grei revolucionária. [...] Tendo razões para acreditar que o Clube, sob a sua direção tomou rumos contrários aos objetivos revolucionários, retiro-me dele, fazendo votos para que retifique suas diretrizes atuais [...].⁴⁹³

As cartas trocadas entre Osvaldo Aranha e seus interlocutores, entre março e julho de 1932, demonstram que estar filiado ao Clube 3 de Outubro acabou se tornando um empecilho nas negociações que realizava. Por exemplo, em 4 de junho, Antunes Maciel foi claro ao dizer que acreditava que somente a saída de Aranha do Clube deixaria Flores da Cunha satisfeito e completo: “Assim também pensa Maurício [Cardoso], com quem acabo de conservar [...]”⁴⁹⁴.

Enquanto isso, o adversário e crítico do Clube, Costa Rego, procurou explorar o episódio da saída de Aranha. O articulista ressaltou o que seria, a seu ver, o autoritarismo

⁴⁹² CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 28/6/1932.

⁴⁹³ CPDOC-AO cp 1932.03.18, “cópia de telegrama” de Osvaldo Aranha a Pedro Ernesto pedindo demissão do Clube 3 de Outubro, s.d; OS TERMOS do pedido de demissão do Sr. Osvaldo Aranha ao Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 11/6/1932.

⁴⁹⁴ CPDOC-OA cp 1932.03.18, correspondência sobre o Clube 3 de Outubro, destacando-se crise opondo Flores da Cunha ao Clube e posição do Clube frente à eminência de um movimento revolucionário. Porto Alegre (?), Rio de Janeiro, Pelotas, etc., 18/3 a 3/7/1932.

daquela agremiação, capaz de se permitir perder “um dos seus mais nobres ornamentos”, por não ceder espaço à sua voz discordante: “O Clube é uma associação – e nem isto nega – de extremismo: extremismo nas ideias e no modo de executá-las.”⁴⁹⁵. O próprio Vargas definiu, assim, a situação: “Resumindo: a aliança política de São Paulo e Rio Grande a favor do governo, se se deixar tutelar por eles; contra o governo, caso resista a crise no [Clube] 3 de Outubro provocada pela retirada do Osvaldo e a campanha feita por este.” (Vargas, 1995, p. 108).

Ainda em junho, o general Góis Monteiro também deixou o grêmio. Embora tenha comunicado sua decisão com uma missiva mais evasiva, do que aquela feita por Aranha, pode-se depreender que sua decisão estava atrelada à necessidade de se afastar da imagem que o Clube passava na época de ameaça à disciplina e à hierarquia militar – valores essenciais para o Exército, mas também para o próprio general. Isso é corroborado pelos cumprimentos que recebeu dos tenentes do 4º B.C. de São Paulo, pela sua decisão, e está bastante claro em outros pedidos de afastamento de militares publicados pelo *Correio da Manhã*, em 9 de junho de 1932, os quais apontavam o grêmio como agente da desordem nos quartéis (Macedo, 2023, p. 334)⁴⁹⁶. Do ex-outubrista Capitão Goulart, Pedro Ernesto leu:

Desligo-me nesta data [do] Clube 3 de Outubro [de] São Paulo, por não conceber que num país civilizado exista agremiação que fomenta indisciplina do Exército. [...] Saiba Vossa Excelência que o altar da pátria não vos receberá como seu fiel guardião porque não compreendeu ainda que o Exército é uma entidade inviolável e a renúncia das paixões odiosas, (*sic*) um dever cívico neste momento em que a tranquilidade da família brasileira periclitada.⁴⁹⁷

Outros desligamentos seguiram, com repercussões no debate público, entre eles o do capitão Cristiano Buys⁴⁹⁸. O Clube 3 de Outubro reagiu, através da sua Comissão de Imprensa, com a publicação de uma nota. Nela havia quatro pontos, que revelam bastante sobre o momento. No primeiro, reforçou a confiança na autoridade de Pedro Ernesto. No segundo, minimizou as perdas nos seus quadros, alegando que foram trinta os filiados afastados, mas que logo repensariam suas decisões. No terceiro, desmentiu os boatos de

⁴⁹⁵ REGO, Costa. O Club e o general. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 9/6/1932.

⁴⁹⁶ A RENUNCIA do coronel Avila Lins. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 9/6/1932; FELICITAÇÕES mandadas ao general Góes Monteiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 9/6/1932; NUMEROSAS renúncias. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 9/6/1932.

⁴⁹⁷ MAIS TRES renúncias de socio do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 9/6/1932.

⁴⁹⁸ OS QUE se afastaram e os que continuam no Clube 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 7/6/1932.

afastamento de Juarez Távora e João Alberto – que de fato permaneceram na organização. Por fim, fez questão de afirmar que mantinha suas convicções e coesão na luta “contra o parasitismo político”⁴⁹⁹.

Assim, é possível finalmente concluir que, a partir do empastelamento do *Diário Carioca*, iniciou-se um processo de enfraquecimento, desgaste e perda de prestígio do Clube 3 de Outubro. Além de serem expostas as suas divergências internas, antes tão disciplinadas, também houve um rebaixamento na sua capacidade de influência política. Por exemplo, é fato importante que a proximidade de Leite de Castro com os “tenentes” do grêmio, naquele momento, lhe fez alvo de duras críticas e lhe custou sua autoridade, tornando sua presença no Ministério da Guerra insustentável, o que o forçou a fazer a um novo pedido de demissão, desta vez aceito, no final de junho de 1932⁵⁰⁰:

Sentindo que a conduta com que venho servindo ao Brasil e à revolução, no governo de V. Exa. [...] pode dificultar, atualmente, a ação de V. Exa. nos novos rumos que as circunstâncias vierem a ditar ao governo; e que tal conduta impede a V. Exa., dar, enfim, à nossa terra [...] os dias de bonança, de ventura, de paz e de justiça que a revolução prometeu-lhes, e que já se tornam demasiado demorados, venho por isso [...] depor mais uma vez e irrevogavelmente nas mãos de V. Exa. o meu pedido de demissão de ministro da guerra [...].⁵⁰¹

Segundo Vargas, durante a entrega do pedido, o general lhe pareceu “irritado com os oficiais revolucionários, principalmente o capitão João Alberto, e desgostoso com seus colegas de Ministério.” (Vargas, 1995, p. 113). Igualmente, é fato que depois da prisão de Gwyer – por ordem de Vargas, pelas ofensas dirigidas a Bertoldo Klinger –, integrantes do Clube 3 de Outubro de São Paulo também foram presos, enquanto distribuía panfletos críticos aos políticos da FUP. O caso rendeu um telegrama “malcriado” por parte dos outubristas paulistas ao chefe do Governo Provisório: “Perguntamos a v.exa. se devemos confiar nas providências do chefe da República, diante desses acontecimentos ou solucionar o assunto por nossa própria ação.”⁵⁰². Por óbvio, tratava-se de um novo contexto, bem diferente daquele do final

⁴⁹⁹ UM COMUNICADO do Club 3 de Outubro: moção de confiança ao presidente do gremio revolucionario. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 23/6/1932.

⁵⁰⁰ CPDOC-GV c 1932.06.24, telegrama de Flores da Cunha (...) aventando a possibilidade de eclosão de movimento militar contra a permanência do General Leite de Castro à frente do Ministério da Guerra, 24/6/1932; COMO o chefe do governo atendeu ao pedido de demissão do ex-ministro da Guerra. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.1, 30/6/1932.

⁵⁰¹ CPDOC-GV c 1932.06.27/2, carta de Leite de Castro a Getúlio Vargas pedindo demissão do cargo de Ministro da Guerra, 27/6/1932.

⁵⁰² UM TELEGRAMMA energico ao chefe do Governo Provisorio. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 19/6/1932.

de 1931, ao qual se referiu Alzira do Amaral Peixoto quando disse que ser “tenente” e pertencer ao Clube 3 de Outubro havia sido, por alguns meses, mais importante do que ser ministro ou general (Peixoto, 1960, p. 79).

A análise da sequência desses acontecimentos reafirma a hipótese levantada no Capítulo 1 para explicar a mudança observada nos quadros do Clube 3 de Outubro, no segundo semestre de 1932. A debandada de nomes importantes, seguida por outros desconhecidos, e a queda significativa e irrecuperável no número de filiações, entre julho de 1932 e agosto de 1933 (Gráfico 1 e Gráfico 3), denotam que a insistência do Clube no confronto pela manutenção da ditadura deixou de ser uma via de ação atrativa para muitos “revolucionários”, militares e civis – algo que custou ao grêmio a sua reputação e influência. Se alguns dos ex-sócios se mostraram preocupados principalmente com a manutenção da ordem e da hierarquia nos quartéis; outros voltaram suas atenções para a preservação da liderança do Governo Provisório na, então inevitável, transição para o regime constitucional, encaminhando-se mais adiante para trabalhar pela organização partidária nos estados – principalmente depois de estabelecida a data das eleições e finda a “Revolução Constitucionalista de 1932”. Contudo, de antemão, é preciso dizer que isso não significou o abandono completo de princípios teórico-doutrinários e de propostas gestadas no Clube por parte daqueles que, por necessidades mais imediatas, dele se afastaram; tampouco, diz respeito a alguma diminuição no ímpeto de atuação dos outros que nele permaneceram.

5.2 A (RE)CONSTITUCIONALIZAÇÃO INEVITÁVEL: UM CLUBE 3 DE OUTUBRO MAIS ESVAZIADO, MAS AINDA ASSIM COMBATIVO.

5.2.1 A I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro

Enquanto passavam pelas consequências do empastelamento do *Diário Carioca* e pelo avanço da agenda das frentes únicas, os outubristas trabalhavam na organização da I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro, programada para ocorrer exatamente dez anos após a revolta dos “18 do Forte de Copacabana”, em 5 de julho de 1932⁵⁰³. O evento deveria reunir no Rio de Janeiro todos os representantes dos núcleos estaduais a fim de discutir estratégias para melhoria da coordenação dos “elementos revolucionários”. Foram escolhidos para ocupar a mesa diretora Pedro Ernesto, como presidente; Juarez Távora e Ari Parreiras,

⁵⁰³ O CLUB 3 de Outubro realiza amanhã uma convenção. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 30/6/1932.

como primeiro e segundo vice-presidentes, nesta ordem; para secretários, Abelardo Marinho e Antonio Vieira Cortes; e para a Comissão de Imprensa, Domingos Velasco, Pascoal Saldanha e Castro Afilhado⁵⁰⁴.

De acordo com o *Correio da Manhã*, na primeira sessão da Convenção, presidida por Ari Parreiras, estiveram presentes 29 representantes das filiais estaduais. Durante a reunião, que começou com um minuto de silêncio em homenagem a “todos que caíram nas primeiras horas das jornadas revolucionárias iniciadas com a epopeia de Copacabana”, foram apresentados alguns dos principais temas a serem discutidos nos próximos dias⁵⁰⁵. Entre os mais importantes, o primeiro foi a proposta, assinada por Augusto do Amaral Peixoto, Erasto Gaertner e Domingos Velasco, de transformar o Clube 3 de Outubro em um partido político de abrangência nacional, com núcleos federados, chamado “União Socialista Nacional” (USN)⁵⁰⁶. O segundo tema, levantado pelos representantes da Bahia, tratou da necessidade de conceber uma proposta para a organização da “sindicalização das classes” profissionais. O terceiro, também defendido pela delegação baiana, propôs o aprimoramento da circulação de informação e comunicação entre a sede e os núcleos estaduais do grêmio.

Começando de trás para frente, vários oradores consideraram de suma importância tratar da melhoria da comunicação entre os outubristas, para isso escolheram uma comissão para estudar melhor o assunto e apresentar um parecer. Quanto ao tema da “sindicalização das classes”, Waldemar Falcão esclareceu que já estava sendo preparado pelo núcleo central um anteprojeto e, então, pediu que a Convenção prestigiasse esse trabalho, para que fosse aceito e transformado em lei pelo governo. Possivelmente, se referiu àquilo que se tornaria o *Anteprojeto da Lei de Sindicalização e Representação Política das Classes*, elaborado por ele, Herculino Cascardo, Stênio Lima e Abelardo Marinho, e que seria entregue nas mãos de Vargas, por intermédio do ministro da Justiça Osvaldo Aranha, no final de outubro de 1932⁵⁰⁷.

Em relação à proposta de fazer do Clube 3 de Outubro um partido político, ela foi rejeitada. Na esteira do antipartidarismo dos “tenentes” e dos intelectuais do nacionalismo autoritário, a maioria reafirmou a prioridade de apontar medidas a serem cumpridas pelo

⁵⁰⁴ A CONVENÇÃO do Club 3 de Outubro: realiza-se hoje a sessão solene de instalação. *Correio da Manhã*

⁵⁰⁵ A CONVENÇÃO dos Clubs 3 de Outubro: realizou-se hontem a primeira sessão plenaria, sendo debatidos varios assumptos. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 6/7/1932.

⁵⁰⁶ CPDOC-AAP club 1932.00.00, resolução da Convenção Outubrista Nacional, assinada por Augusto do Amaral Peixoto e outros, tendo como projeto da Comissão de atuação a passagem da denominação Clube 3 de Outubro para União Socialista Nacional (USN), s.l.,1932.

⁵⁰⁷ A REPRESENTAÇÃO de classes na constituinte. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 25/10/1932.

Governo Provisório antes da convocação da Constituinte. Teria dito Abelardo Marinho: “O Clube 3 de Outubro desinteressa-se da data prefixada [para as eleições], considerando apenas a resolução dos problemas para cuja solução a ditadura foi instituída.”⁵⁰⁸. Daí o empenho em aprovar o *Esboço* (...) como “subsídio de orientação doutrinária” e as Teses da Convenção, dele originadas, que exigiam “medidas indispensáveis e preparatórias para a convocação da futura Constituinte” – as quais já foram analisadas no capítulo anterior. Estiveram concentrados nessa atividade Juarez Távora, João Alberto, Carlos de Lima Cavalcanti, Vieira Cortez, Francisco Bittencourt e Abelardo Marinho⁵⁰⁹. De acordo com Távora, ele se empenhou na elaboração e aprovação dessas Teses, originadas no *Esboço* (...), e as defendeu no I Congresso Nacional Revolucionário, em novembro de 1932, e mais tarde na Constituinte, no final de 1933 (Távora, 1974, p. 64)⁵¹⁰.

No dia 9 de julho, ainda durante a Convenção, os outubristas foram surpreendidos pela deflagração da “Revolução Constitucionalista de 1932”, algo que exigiu que muitos deles fossem para as frentes de batalha, sendo dissolvido o encontro. Mesmo assim, nesses poucos dias, através dos temas levantados e das decisões tomadas no evento, ficou claro que se constituíam duas posições divergentes dentro do Clube 3 de Outubro: aqueles que já se preparavam para as articulações político-partidárias impostas pelo advento da constitucionalização, apressando-se para que o próprio grêmio se transformasse em um partido político nacional; e outros que insistiam em, antes de tudo, arrancar do Governo Provisório mudanças consideradas necessárias para que se evitasse, mormente, um retorno dos derrotados pela “Revolução” ao poder.

5.2.2 A atuação do Clube 3 de Outubro durante a “Revolução Constitucionalista de 1932”

Paralelamente, enquanto os “tenentes” do Clube 3 de Outubro produziam seu encontro nacional, as frentes únicas gaúcha, paulista e setores bernardistas do PRM exigiam do Governo Provisório substituições no seu ministério, para a formação de um “governo de

⁵⁰⁸ A CONVENÇÃO dos Clubs 3 de Outubro: os nucleos revolucionarios e a constituinte. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 7/7/1932.

⁵⁰⁹ A CONVENÇÃO dos Clubs 3 de Outubro: os nucleos revolucionarios e a constituinte. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 7/7/1932.

⁵¹⁰ Graças à interrupção promovida pela “Revolução Constitucionalista”, as Teses aprovadas na Convenção só foram publicadas pelo *Correio da Manhã* no início de novembro de 1932. Ver CONVENÇÃO Nacional do Club 3 de Outubro: theses aprovadas como synthese do seu programma de acção. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 3/11/1932.

concentração”. As negociações ocorreram ao longo de praticamente todo o mês de junho de 1932 e não culminaram em um acordo. A proposta de Vargas, que implicaria em Flores da Cunha na pasta da Justiça e João Alberto na do Trabalho, não agradou tais oligarquias, que já estavam bastante contrariadas com a escolha do general Espírito Santo Cardoso para o lugar de Leite de Castro. O nome desse general da reserva foi uma indicação de João Alberto e, para dificultar ainda mais as coisas, seu filho, o capitão Dulcídio Cardoso, era conhecido membro do Clube 3 de Outubro⁵¹¹. É claro que essa opção também desagradou aqueles oficiais superiores que não queriam mais um ministro da Guerra com quaisquer ligações com o Tenentismo (Forjaz, 1988, p. 169-170; Vargas, 1995, p. 109-113).

Nas vésperas da sua Convenção, o Clube soltou seu último comunicado antes da guerra civil estourar. Nele, mais uma vez atacou as frentes únicas, apontando que a manutenção da campanha pela Constituinte imediata, mesmo com as eleições marcadas, revelaria seus “verdadeiros interesses”: entregar o país aos mesmos “parasitas políticos, cujos desmandos provocaram a Revolução.”. Visando alcançar seus objetivos, os “frentistas” estariam se empenhando em ludibriar os trabalhadores – para quem nunca se preocuparam em facilitar o “ganha-pão” – e em explorar os conflitos internos do Exército, usando seus jornais para atacar “a figura respeitável e cheia de tradição do novo ministro da Guerra”⁵¹².

Ao mesmo tempo, em São Paulo, o MMDC já havia convencido a elite paulista e os setores médios da necessidade da luta armada. Segundo Borges (1992, p. 56), apenas o grupo de Marrey Júnior, dentro do PD, se opôs ao uso da violência por entender que seriam derrotados. As cúpulas do próprio Partido Democrático e do PRP já se organizavam para um possível futuro próximo, confeccionando seus respectivos estatutos e programa. Com o processo eleitoral já em curso, a opção por insistir na guerra – reafirmada por um discurso regionalista, xenofóbico e antimilitarista – demonstra a intenção dos oligarcas de São Paulo de garantirem a todo custo a retomada da sua autonomia e do seu protagonismo político-econômico no cenário nacional (Borges, 1992, p. 185-196; Costa, 2015 p. 187-191; Pinto, 2016, p. 254)⁵¹³.

⁵¹¹ CPDOC-CO d Fichas de Inscrição, n. 516. Dulcídio do Espírito Santo Cardoso também foi chefe de gabinete de Leite de Castro e assessor de João Alberto na chefia de polícia de São Paulo.

⁵¹² MAIS UM comunicado do 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 2/7/1932.

⁵¹³ “O Governo Provisório retira do estado de São Paulo as receitas de exportação e o controle direto da política cafeeira, além de, entre outras medidas, a isenção do frete do açúcar paulista em estradas do estado. É imposta uma ‘taxa de 2% ouro’ sobre o porto de Santos, são instituídos novos impostos sobre o café, sobre a propriedade territorial, sobre sua transmissão [como, inclusive, propôs o Clube 3 de Outubro]... Todas essas medidas alteram muito concretamente a situação das ‘classes conservadoras’ paulistas, pois retiram antigos privilégios que permitiam, através dos políticos, o predomínio de grupos paulistas no país; surgem assim as críticas a essa incômoda centralização, cuja

Na caserna, Bertoldo Klinger enviou um ofício ofensivo ao general Espírito Santo Cardoso, no qual alegou não vislumbrar no novo ministro da Guerra condições físicas e morais de ocupar o cargo, por julgá-lo demasiado velho para a cadeira e por acusá-lo de ter sido escolhido para dar continuidade àquilo que seu antecessor fazia: sancionar “assaltos à disciplina interna” e agir “sem vontade ao sabor [dos] caprichos [de um] punhado de extremistas desvirados (*sic*)”⁵¹⁴. Por isso, havia escolhido não reconhecer sua autoridade. O resultado da provocação foi a reforma administrativa de Klinger e a precipitação da eclosão do movimento armado, antes do que havia sido programado (Pinto, 2016, p. 253-254).

No dia 11 de julho, o *Correio da Manhã* estampou na sua primeira página: “Em S. Paulo, de anteontem para ontem, declarou-se movimento político-miliár contra o Governo Provisório: assumiu o comando em chefe das forças sublevadas o general Isidoro Dias Lopes”⁵¹⁵. Ou seja, junto dos paulistas e de antigos “jovens turcos”, como Klinger e Euclides Figueiredo, estava Isidoro Dias Lopes, um “tenente histórico” que havia se voltado contra a maioria de seus companheiros de outrora. O início desse afastamento se deu a partir de desentendimentos e críticas públicas que fez ao interventor João Alberto e a Miguel Costa, que na época estava chefiando a Legião Paulista e da Força Pública de São Paulo. Enquanto comandava a 2ª Região Militar, também foi conivente com aquela tentativa de golpe contra a interventoria, liderada por membros do PD, em abril de 1931 – o que lhe custou a perda do posto, que foi ocupado por Góis Monteiro. Assim, Dias Lopes se tornou um símbolo “revolucionário” a favor da constitucionalização imediata e da autonomia estadual. No Rio de Janeiro, depois do lançamento da Frente Única Paulista, se juntou a Euclides Figueiredo para discutir a organização de um movimento armado contra o Governo Federal, foi quando deles se aproximaram o general Klinger e civis como Francisco Morato, Paulo de Moraes Barros, Júlio de Mesquita Filho e Aureliano Leite (Borges, 1992, p. 40; Keller, 2001c, s.p.). Pelas voltas que a história dá, Góis Monteiro, que no passado havia combatido os “tenentes”, dessa vez estava do mesmo lado da trincheira de muitos deles, como comandante em chefe das operações contra os “reacionários de São Paulo” – segundo diziam os governistas⁵¹⁶.

grande significação se patenteia no título que dão por vezes à movimentação política: ‘campanha autonomista’.” (BORGES, 1992, p. 185).

⁵¹⁴ CPDOC-GC c 1932.07.01/3, correspondências sobre o ofício enviado por Bertoldo Klinger ao Ministro da Guerra, General Espírito Santo Cardoso..., 1-9/7/1932, Rio de Janeiro, Corumbá.

⁵¹⁵ EM S. Paulo, de ante-hontem para hontem, declarou-se um movimento político-militar contra o governo provisório. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 11/7/1932.

⁵¹⁶ UMA PROCLAMAÇÃO do general Góis Monteiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 12/7/1932.

Diferente do esperado pelos paulistas, o apoio dos gaúchos e mineiros nas ações armadas não se confirmou. Flores da Cunha declarou lealdade ao Governo Federal e o presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel, conseguiu neutralizar o ímpeto dos bernardistas do PRM. Entre os interventores do Norte e Nordeste o apoio a Getúlio Vargas se manteve (Borges, 1992, p. 57; Pinto, 2016, p. 253). Tal correlação de forças se mostraria decisiva para a derrota dos rebeldes nos meses seguintes. Pelo rádio, falando como um dos interventores do “Norte” e como outubrista, Juarci Magalhães declarou seu apoio incondicional ao Governo Provisório contra os paulistas. Afirmou que somente com a “Revolução”, depois de 41 anos de República, o “Norte” foi ouvido pela primeira vez. Por isso:

O Norte protesta veementemente contra este assalto à sua soberania porque só o advento revolucionário lhe outorgou um direito que ele mesmo conquistou de ser ouvido [...]. Enquanto o nortista passava pelas mais duras provações, o governo central e os mandatários do seu povo banquetevam-se com o fruto do seu labor honesto. Pela Bahia, senhores, que é a expressão mais potente da grandeza do Norte, vereis quanto os que hoje apregoam uma nova era política para o Brasil nos legaram [anos] de miséria, de ruína e esquecimento.⁵¹⁷

Quanto ao Clube 3 de Outubro, existe a afirmação de que a entidade pausou suas atividades durante a guerra civil, “praticamente deixando de existir”, graças ao empenho de muitos dos seus sócios na luta contra os paulistas (Conniff, 1979, p. 150; Leal, 2001, s.p.). No entanto, a partir da leitura do *Correio da Manhã*, durante os três meses de conflito, observa-se que o grêmio se manteve bastante ativo, assumindo temporariamente um papel mais operacional e de assistência do que político. Na sua primeira manifestação oficial sobre o conflito, fez questão de denominar o levante paulista como “contrarrevolução” e de unificar, sob o “guarda-chuva” de “defensores da manutenção da ditadura”, todos aqueles que haviam se alinhado às tropas do Governo Provisório – o que dizia mais sobre os próprios outubristas do que sobre os outros grupos enfileirados às tropas federais: “O que o reacionarismo em armas pretendia era transformar de novo a nossa terra em uma grande senzala, submetendo pela força os que se opusessem à vontade da tirania restaurada.”⁵¹⁸. Nesse mesmo comunicado, anunciou a criação de uma comissão especial para atender e orientar todos os sócios que quisessem ajudar, “onde e como for necessário”, mantendo para isso a sede aberta diariamente. Nos próximos dias, outros comunicados foram feitos, sempre procurando

⁵¹⁷ O SR. Juracy Magalhães fala pela radio. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 14/7/1932.

⁵¹⁸ UM COMUNICADO do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p.3, 13/7/1932.

tranquilizar os seus filiados e a população da supremacia das forças da ordem na luta contra o que identificavam como a “tirania” do “reacionarismo”⁵¹⁹.

Pedro Ernesto, operando uma centralização transitória das decisões no diretório, graças a uma menor disponibilidade de sócios para as reuniões, fez da sede do grêmio no Distrito Federal e dos núcleos estaduais espaços para a arrecadação de insumos. Nesses locais seriam aceitas doações de agasalhos, alimentação, cigarros, charutos e até dinheiro⁵²⁰. Em alguns dos comunicados feitos pela Comissão de Imprensa existiam pequenas listas com os nomes dos doadores e suas contribuições⁵²¹. No final de agosto, foi criada uma comissão para tratar exclusivamente da recepção desses donativos, composta por Manoel Salomon e José B. Guimarães Coutinho⁵²². Para realizar a entrega dos suprimentos e trocarem informações, visitas eram feitas pelos associados às frentes de batalha: “Prosseguem as visitas dos sócios do clube aos soldados que combatem os reacionários de S. Paulo. Domingo último, estiveram na frente, em Queluz, alguns associados, que levaram aos combatentes federais charutos, cigarros, chocolates e jornais.”⁵²³.

Ainda de acordo com o que foi encontrado nas páginas do *Correio da Manhã*, outra ação importante do grêmio seria a do alistamento de voluntários e arregimentação de tropas. O Clube teria convocado e encaminhado, a partir da sede e de vários núcleos estaduais,

⁵¹⁹ COMUNICADO do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 20/7/1932; COMUNICADO do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 29/7/1932; CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa do Club 3 de Outubro. Rio de Janeiro, p. 3, 18/8/1932.

⁵²⁰ CIGARROS e doces para os soldados bahianos. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 5/8/1932. CIGARROS para as tropas bahianas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 9/8/1932; CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 18/8/1932; CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 27/8/1932; UMA NOTA do Club 3 de Outubro da Bahia. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 27/8/1932.

⁵²¹ CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 21/8/1932; CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 28/8/1932; CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 2/9/1932.

⁵²² CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 31/8/1931.

⁵²³ CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa do Clube 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 18/8/1932; CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 20/8/1932. CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 21/8/1932; CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 28/8/1932; CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 7/9/1932; COMO SE deu a ocupação de Lorena. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 20/9/1932.

centenas de homens para o enfrentamento contra os rebeldes paulistas⁵²⁴. Por exemplo, no dia 19 de julho, foi noticiado sobre a filial de Porto Alegre: “O Clube 3 de Outubro já está com um batalhão organizado, com efetivo completo, tendo sido excluído muitos candidatos que se queriam incorporar”⁵²⁵. Algo semelhante foi comunicado sobre o grêmio da Bahia: “Inscreveram-se, até hoje (*sic*), na coluna organizada pelo Clube 3 de Outubro, 462 milicianos, que estão recebendo instrução militar regular”⁵²⁶. Tais como esses recortes, há alguns outros no *Correio da Manhã*⁵²⁷.

Em quase todos os seus comunicados, no período dos combates, o Clube também aproveitou para relembrar e divulgar alguns dos principais aspectos do *Esboço* (...). O que mais uma vez demonstra a força desse documento. No dia 21 de setembro, na posse do novo Ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires, para o lugar de Francisco Campos, uma comissão de outubristas esteve presente e teve direito à palavra. O orador foi o médico Álvaro Frões da Fonseca, que aproveitou para defender o Clube das acusações de opositores, reforçar o apoio ao Governo Provisório, além de cobrar mudanças na área da Educação, tendo como base trechos do *Esboço do Programa* (...):

Em verdade [...] temo-nos limitado a um apoio decidido e sincero ao governo, sem veleidades de interferência alguma, nos âmbitos administrativos, em que ele é soberano juiz.
Poderíamos exemplificar largamente que, por toda parte, ainda longe andamos dos nossos ideais. Um exemplo?
Extraímos da pág. 60 do nosso programa, alguns tópicos, dos muitos que nele se dedicam à organização da educação nacional [...].
Este simples exemplo que poderia ser multiplicado, basta demonstrar a quantos conhecem as nossas condições de ensino, quão longe andamos da meta colimada que é a assistência obrigatória do Estado a quantos têm aptidões para ingressar na elite cultural, qualquer que seja a sua condição social⁵²⁸.

⁵²⁴ LEGIÃO 3 de Outubro do estado do Rio. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 13/7/1932; REUNE-SE amanhã o conselho administrativo do Club 3 de Outubro do estado do Rio de Janeiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 17/7/1932;

⁵²⁵ O 3 DE OUTUBRO de Porto Alegre já tem um batalhão completo. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 19/7/1932.

⁵²⁶ A COLUMNA do Club 3 de Outubro da Bahia. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 24/7/1932.

⁵²⁷ ESTÁ sendo organizada uma columna em João Pessoa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 23/7/1932; MAIS TROPAS riograndenses para a luta. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 5/8/1932; UM TELEGRAMMA do interventor Ary Parreiras. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 9/8/1932; CLUB 3 de Outubro: comunicado da comissão de imprensa. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 24/8/1932.

⁵²⁸ A POSSE do novo ministro da Educação: as saudações do Clube 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 22/9/1932.

Segundo o *Correio da Manhã*, o grêmio também se preocupou em manter no rádio, durante todo o período da “contrarrevolução” seu representante da Comissão de Doutrina e Propaganda, Colares Júnior. Em um dos trechos do seu longo discurso do dia 13 de setembro, o orador exaltou “sentimentos de brasilidade” e evocou a memória de Floriano Peixoto – uma excepcionalidade nos discursos do Clube e dos outubristas –, aquele “nome tutelar desta República”, para inspirar o combate contra “aqueles fariseus que criaram no simulacro de uma revolução constitucionalista, antagonismos que ficarão latejando no organismo da nação [...]”⁵²⁹.

5.2.3 O Clube 3 de Outubro em transição: o I Congresso Nacional Revolucionário e a construção do Partido Socialista Brasileiro

Diferente do que afirmaram Conniff (1978, p. 150) e Leal (2001), o Clube 3 de Outubro não “ressurgiu” ou foi “reconstituído” pela “ação de antigos filiados”, após a derrota militar dos paulistas, no início de outubro de 1932. Isso porque ele não suspendeu suas atividades ou deixou de existir durante a “Revolução Constitucionalista”, como visto acima.

Exatamente no dia 3 de outubro de 1932, Pedro Ernesto comunicou a Abelardo Marinho que não tinha mais interesse em ser reconduzido à presidência. Alegou que as dificuldades administrativas impostas à interventoria do Distrito Federal, como consequência do conflito com os paulistas, não lhe permitiriam “acumular tão grandes responsabilidades”⁵³⁰. Nas semanas seguintes, a agremiação permaneceu sob um comando provisório, limitando-se a decisões administrativas “até que seus sócios pudessem regressar”⁵³¹. Algumas de suas próximas reuniões foram presididas por Augusto do Amaral Peixoto e pelos secretários Rui Almeida e Fróes da Fonseca. Nas comemorações do aniversário da “Revolução” nesse mesmo ano, em sessão solene no Theatro Municipal, organizada pela Legião Cívica 5 de Julho, o grêmio foi representado por Cesar Tinoco⁵³².

O que foi possível notar, desde outubro de 1932 até fevereiro de 1933, é que o Clube passou por um período de transição, marcado principalmente pela desorganização e

⁵²⁹ A CONTRA revolução e o espírito de Floriano. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 14/9/1932.

⁵³⁰ A PRESIDENCIA do Club 3 de Outubro: o dr. Pedro Ernesto não quer continuar naquele posto. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 4/10/1932.

⁵³¹ CLUB 3 de Outubro: a gestão provisória dessa instituição até as proximas eleições. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 14/10/1932.

⁵³² COMMEMORANDO o segundo aniversario da Revolução de Outubro: uma sessão solenne no Theatro Municipal promovida pela Legião Cívica 5 de Julho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 4/10/1932.

reformulação das suas estruturas internas. Além disso, também sofreu com aprofundamento das disputas entre seus membros em relação à melhor tática política a ser adotada enquanto progredia o processo de reconstitucionalização – algo que já ocorria desde o pós-empastelamento do *Diário Carioca* e havia sido interrompido pela guerra civil⁵³³. Ao mesmo tempo, acontecia a delicada reformulação do governo paulista e o I Congresso Nacional Revolucionário⁵³⁴.

Em São Paulo, a situação bastante complexa exigiu de Vargas o difícil equilíbrio entre uma postura firme, “para prevenir novas lutas”, e a demonstração da existência de uma disposição à conciliação com o estado derrotado e seus cidadãos. Além de cassar os direitos políticos e de exilar mais de 200 pessoas, civis e militares, entre eles Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo; o Governo Provisório nomeou o general Waldomiro Lima como governador militar e comandante da 2ª Região Militar (Pinto, 2016, p. 254-255). Entre os dias 8 e 12 de outubro, Getúlio Vargas demonstrou alguma preocupação com a atuação de Lima e a situação do estado, em seu diário:

Continuam a chegar de São Paulo as pessoas chamadas para o inquérito, que são recolhidas presas. A população ainda está exaltada, arrogante. A atitude do general Waldomiro, demasiado tolerante, pode ser interpretada como fraqueza do governo. [...]

À tarde, chega o general Waldomiro, e comparece ao catete com o general Góis. Conversamos longamente sobre as coisas militares, e resolvi convocá-los, à noite, no Guanabara, e mais os ministros da Guerra, da Fazenda, o chefe do Estado-Maior e o general Mariante. Antes da reunião, conversei com o general Waldomiro sobre a orientação política a seguir em São Paulo, onde deverá demorar mais tempo que o combinado. Depois, em reunião, tratamos da organização da 2ª Região [...]

Na capital de São Paulo, ocorreram algumas desordens promovidas por elementos exaltados, tendo havido algumas mortes e ferimentos, sendo restabelecida a ordem.

Vargas, 1995, p. 139-141).

Para lidar com a resistência dos oligarcas locais, que mais uma vez esperavam um paulista civil no comando do estado, seu posto teria que ser interino e o militar deveria se esforçar

⁵³³ CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 2/11/1932; CLUB 3 de Outubro: sua assembléa hontem elegeu os novos membros do Grande Conselho e do Conselho Executivo. *Correio da Manhã*. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 5/11/1932; CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 18/11/1932; CLUB 3 de Outubro: realisa-se hoje a posse dos seus directores. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 13/12/1932; CLUB 3 de Outubro: o sr. Pedro Ernesto insiste em não acceitar a presidência. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 17/12/1932; CLUB 3 de Outubro: resoluções tomadas pelo Conselho Nacional. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 21/12/1932.

⁵³⁴ O CENTRO academico 11 de Agosto e o Club 3 de Outubro em visita ao general Waldomiro Lima. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 8/10/1932.

para estabelecer alianças com os diversos setores da população, como os cafeicultores, o empresariado do comércio, da indústria e até os trabalhadores menos favorecidos (Gomes; Lobo; Coelho, 1980, p. 244).

Foi dessa forma que Waldomiro Lima procurou se colocar, buscando uma política de aproximação, escuta e atendimento às demandas de diferentes setores e associações de classe há algum tempo pendentes, incluindo aí leis trabalhistas, como a redução da jornada de trabalho e a concessão de férias. Além de se apoiar na orientação doutrinária corporativista do que seria uma administração técnica, a abertura à participação de representantes de classe nas decisões do governo poderia passar uma mensagem de que os interesses dos paulistas encontravam espaço para se manifestar. Por outro lado, é preciso apontar que suas decisões também visavam tanto aplicar determinações e leis federais no estado, quanto preparar o terreno politicamente para as eleições que ocorreriam em 3 de maio 1933. É isso que motivou seu plano de sindicalização dos produtores de café e dos trabalhadores urbanos, entre o final de 1932 e início de 1933 (Gomes; Lobo; Coelho, 1980, p. 246-249).

Isso não significa que o governador militar não sofreu resistência dos paulistas, pelo contrário. Por parte das “classes conservadoras”, elas interpretavam seus gestos do ponto de vista da permanência da intromissão federal nos interesses do estado e se preocupavam com a aplicação das leis sociais. Quanto ao proletariado urbano, boa parte rejeitava a Lei de Sindicalização que os submetia ao controle do Ministério do Trabalho. Conforme esclareceu Angela de Castro Gomes, se o objetivo da nomeação de Waldomiro Lima, de pacificar as relações entre o Governo Provisório e São Paulo, não falhou completamente, também não obteve o êxito necessário para a construção de um apoio sólido no estado. Os paulistas seguiram sendo um óbice às intenções centralizadoras de Getúlio Vargas (Gomes, 1980, p. 250).

Na capital federal, a Legião Cívica 5 de Julho, que já havia organizado as comemorações do aniversário da “Revolução” naquele ano, também correu para articular o I Congresso Nacional Revolucionário. Conhecida como Legião 5 de Julho, a entidade foi fundada no Rio de Janeiro, em 1931, sob a liderança de Filipe Moreira Lima, com o objetivo de dar continuidade ao que seria a obra de renovação política, econômica, social e cultural iniciada pelas revoltas Tenentistas de 1922, 1924 e pela “Revolução de 1930”. Tal como o Clube 3 de Outubro, preocupou-se com as questões nacionais e se posicionou, pelo menos até julho de 1932, contra a reconstitucionalização imediata. Não por acaso, além de Filipe Moreira Lima, que presidiu o inquérito militar do empastelamento do *Diário Carioca*, outros dos seus integrantes eram outubristas, como Aldemar Alegria e Eustáquio Alves (Calicchio,

2001b, s.p.)⁵³⁵. No entanto, diferente desse mesmo Clube, não constituiu tão expressiva articulação política no Governo Provisório e tampouco se espalhou pelo país com destacável unidade político-cultural. Segundo, Adalberto Neto (2012, p. 89), a Legião Cívica 5 de Julho de São Paulo, fundada em novembro de 1932, demonstrou ser bastante independente da sua homônima carioca, apresentando-se nos seus estatutos apenas como uma correspondente, sem a qualificação de filial, e ao longo de seu funcionamento deu centralidade para as questões da política estadual. Também é digno de reparo na Legião 5 de Julho de São Paulo a sua composição, entre 1933 e 1934: 53,45% dos seus membros eram operários e “trabalhadores manuais assalariados”; 21,55 % eram militares e Guardas Civis; e apenas 8,62% eram “Profissionais de classe média [professores, médicos etc.] (*sic*)” (Neto, 2012, p. 91). Bastante diferente da composição do Clube 3 de Outubro nessa mesma época, cuja maioria era de civis com profissões tradicionalmente ligadas à classe média (Gráfico 3, Tabela 2).

No que diz respeito ao I Congresso Nacional Revolucionário, sua organização, pela Legião 5 de Julho do Rio de Janeiro, tinha como propósito principal realinhar a “ação e o pensamento” dos diferentes grupos “revolucionários”, sob o novo contexto da iminência de novas eleições e da Assembleia Nacional Constituinte. Assim, estariam convidados a participar todos os interventores ou seus representantes; “delegados de todas as organizações revolucionárias do Brasil”; e até mesmo indivíduos que tivessem ações reconhecidas em prol do “interesse revolucionário”⁵³⁶.

Iniciados os preparativos para o Congresso, ainda na primeira quinzena de outubro, os aceites aos convites foram ocorrendo até as vésperas do evento, que aconteceria entre 15 e 25 de novembro (Figura 10). No caso do Clube 3 de Outubro, as filiais estaduais e algumas municipais, como a de Juiz de Fora, confirmaram presença antes mesmo da sede do Distrito Federal, a qual se manifestou somente no início de novembro⁵³⁷. Segundo o comunicado outubrista assinado por Fróes da Fonseca, foi necessário resolver algumas “questões de ordem que retardaram qualquer deliberação”⁵³⁸. Não foi possível encontrar informações a respeito de quais questões discutiram, mas é provável que tenha ocorrido debates internos a respeito das implicações políticas da adesão ou não a um encontro com outras organizações, que não só aceitavam o processo de constitucionalização como, inclusive, se preparavam para ele, vislumbrando a criação de um “futuro partido revolucionário”. Mais um indício do racha que

⁵³⁵ CPDOC-CO Fichas de Inscrição, n. 706, 124.

⁵³⁶ LEGIÃO Cívica 5 de Julho: grande congresso revolucionario. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 16/10/1932.

⁵³⁷ LEGIÃO Cívica 5 de Julho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 18/10/1932.

⁵³⁸ GRANDE congresso revolucionario. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 2/11/1932.

estava estabelecido entre os quadros do Clube 3 de Outubro foi uma nota publicada, no *Correio da Manhã*, enquanto acontecia o Congresso. O texto deixava claro que até a reunião do “Grande Conselho” do grêmio do Distrito Federal, no dia 21 de novembro, somente estaria autorizada a agir em seu nome sua “junta executiva”, através de seus membros efetivos e suplentes: “Major Simas Enéas, capitão Castro Afilhado, Capitão Julio Limeira, comandante Amaral Peixoto, tenente Rui de Almeida (efetivos); tenente Malvino Reis Neto, professor Fróes da Fonseca, Domingos Velasco, Raul Amaral Peixoto e Cesar Tinoco (suplentes).”⁵³⁹.

Celebrando a confirmação da presença do Clube 3 de Outubro do Distrito Federal no Congresso, a Legião Cívica 5 de Julho disse reconhecer na entidade “a poderosa agremiação revolucionária em cujo seio a revolução conta com **seus mais legítimos e mais ardorosos servidores, desde o primeiro 5 de julho de 1922**”⁵⁴⁰. Entre outras organizações que anunciaram adesão, vale à pena serem destacadas: a Legião 5 de Julho de São Paulo; a Frente Negra Brasileira de São Paulo; a Associação Brasileira de Imprensa; a Legião Paranaense; o Partido Popular Paulista, nascido da Legião Revolucionária de São Paulo; a Ação Integralista Brasileira; a Ação Patrionovista; e inúmeros sindicatos⁵⁴¹.

Figura 10 - Convite do I Congresso Revolucionário do Brasil para o outubrista Henrique Cordeiro Autran, assinado por Amoaci Niemeyer



Fonte: CPDOC-CO d Autran, H. C., documentos pessoais de Henrique Cordeiro Autran: títulos de eleitor e convite para participação no Congresso Revolucionário.

Na sessão preparatória do dia 15 de novembro de 1932, à tarde, no Palácio Tiradentes, teriam sido eleitos para ocupar a mesa dirigente, por aclamação, pelos 300 delegados

⁵³⁹ CLUB 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 18/11/1932.

⁵⁴⁰ GRANDE congresso revolucionario. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 2/11/1932, grifo nosso.

⁵⁴¹ CONGRESSO revolucionario: a sua instalação hoje no palacio Tiradentes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 15/11/1932.

presentes: Pedro Ernesto, como presidente; Filipe Moreira Lima e Juarez Távora, como primeiro e segundo vice-presidentes, respectivamente; e, para o secretariado, Aldemar Alegria, Zoroastro Gouvêa, Lindolfo Barbosa Lima, major Manoel Louzada e Ilka Labarthe⁵⁴². Além da presença de dois dos mais importantes outubristas na presidência do Congresso, eleitos por aclamação, chama atenção a participação de mulheres, pois além de Labarthe, tiveram importante atuação Judith Gouvêa e Walkyria Naked⁵⁴³.

Durante abertura do evento, à noite, o discurso proferido por Filipe Moreira Lima, como orador oficial, se aproximou bastante daqueles que o Clube 3 de Outubro fazia desde sua fundação. Isso porque retomou análises críticas ao regime anterior, palavras-chave e uma visão de sociedade ideal, que culminaram em propostas de transformação do Estado típicos da cultura política nacionalista autoritária. Assim, Moreira Lima defendeu que seus companheiros ali reunidos se colocassem na contramão do liberalismo e das suas instituições, para que organizassem a construção de um regime “francamente socialista” e “acentuadamente nacional”, portanto, correspondente “às tradições tendências (*sic*) e aspirações brasileiras”. Na prática, tendo Alberto Torres como referência, a quem citou diretamente, isso significaria construir uma via possível entre o fascismo e o “bolchevismo”⁵⁴⁴.

A composição bastante heterogênea do Congresso promoveu reuniões bastante agitadas pelo confronto de ideias (Calicchio, 2001c, s.p.). O desafio central ocorreu em torno da definição do princípio mais elementar a ser defendido pelos “revolucionários” durante a elaboração da nova Constituição. Dessa forma, os presentes discutiram se o “credo político predominante”, o “futuro partido revolucionário” e a “nova República” deveriam receber a denominação de “social-nacionalista” ou “Socialista Brasileira”. Seria acatada nas próximas reuniões, por votação unânime dos delegados, com algumas restrições pontuais, a proposta levantada por Juarez Távora. O major, anunciando-se como representante da Comissão Executiva Nacional do Clube 3 de Outubro, portanto calcado no programa outubrista,

⁵⁴² O CONGRESSO Revolucionario: sessão preparatoria realizada á tarde. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 16/11/1932.

⁵⁴³ O CONGRESSO Revolucionario: sessão preparatoria realizada á tarde. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 16/11/1932.

⁵⁴⁴ Na sua fala, Moreira Lima fez referência a um trecho de *A organização nacional*, quando Torres apontava exatamente os limites da democracia liberal e sinalizava a necessidade de elaborar um novo sistema representativo compatível com as necessidades brasileiras (TORRES, 2002b, p. 420-423). Ver INSTALLOU-SE, hontem, o Grande Congresso Revolucionario. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1,5, 16/11/1932.

defendeu a “tendência socialista” subordinada às especificidades brasileiras⁵⁴⁵. O que, essencialmente, corresponderia a propugnar

pela sindicalização de classes, com direito de representação política já no próximo Congresso Constituinte e pela instituição de um regime que nos livre da hipertrofia do Executivo que tem concretizado, [ilegível], o presidencialismo, sem sujeitar-nos a ser presas da dispersão de esforços, que, provavelmente, nos traria um regime de puro parlamentarismo.⁵⁴⁶

De acordo com o *Correio da Manhã*, o Partido Populista de São Paulo resolveu interpelar a Ação Integralista Brasileira (AIB), se cumpriria ou não as posições votadas ali. Os integralistas deram uma resposta enfática abandonando o Congresso. A Ação Patronovista, alegando estar completamente alinhada com a AIB, também se retirou do evento. Em carta ao *Correio da Manhã*, assinada por Manoel Rezende e Antonio Paiva Vieira, no dia 18 de novembro, disse a organização: “[...] afirmamos nossa Ideologia, no sentido da ‘Ação Integralista Brasileira’ com a qual estamos numa perfeita comunhão de ideias e sentimentos, tendo acompanhado seus delegados no ato de se retirarem e redesligarem (*sic*) do ‘Congresso’.”⁵⁴⁷. Ainda segundo o jornal, outro grupo, apontado como “socialista extremado”, “extrema esquerda” e até “anarquista”, abandonou o evento, ao ter sua proposta de “sindicalização livre”, aquela sem o controle do Estado, prontamente rejeitada⁵⁴⁸.

Assim, durante o I Congresso Nacional Revolucionário, sob forte influência do Clube 3 de Outubro e, especialmente, graças à atuação de Juarez Távora, foram escolhidas como diretrizes principais: a eleição indireta para presidente da República; o combate ao que seria a “hipertrofia do Executivo”, devendo ser esse Poder restringido a prerrogativas meramente administrativas; a defesa de um Congresso Bicameral, com uma câmara política e outra profissional; uma proposta genérica de “fortalecimento da União” perante os interesses

⁵⁴⁵ OS TRABALHOS do Congresso Nacionalista. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 19/11/1932.

⁵⁴⁶ CPDOC-JT dpf 1931.12.12, folha 147, “Síntese elucidativa do major Juarez Távora, definindo a ideologia do Primeiro Congresso Revolucionário do Brasil”, novembro de 1932. Esse documento, datilografado, contém rasuras e modificações manuscritas feitas, possivelmente, pelo próprio major. Contudo, foi mantido no texto, sem alteração, o trecho: “Que este Congresso adote, como diretriz geral de sua ideologia, a tendência socialista [...]”. Sentença essa que foi repetida integralmente pela leitura de Ilka Labarthe, durante o Congresso – segundo a transcrição do jornal *Correio da Manhã*. Apesar disso, no segundo volume de suas memórias, ao reapresentar tal documento, Juarez Távora parece ter optado por modificar o trecho trocando a expressão “tendência socialista” por “tendência social” (TÁVORA, 1974, p. 66).

⁵⁴⁷ OS TRABALHOS do Congresso Nacionalista: os patronovistas estão com os integralistas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 19/11/1932.

⁵⁴⁸ CONGRESSO Revolucionario: alguns extremistas mostram-se intransigentes, retirando-se dos trabalhos. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 22/11/1932.

individuais; e, por fim, a exigência do Estado laico. Já como fruto da pressão direta da atuação das mulheres, destaca-se a defesa da lei do divórcio, celebrada por Walkyria Naked⁵⁴⁹.

Do professor Sarandí Raposo, figura conhecida dentro do movimento sindical da época, veio a afirmação, durante o Congresso, de que a tendência “socialista” escolhida pelos “revolucionários” ali reunidos seria exatamente aquela orientada pelo programa outubrista:

O voto favorável e unânime concedido à proposição da ‘Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro’ positivou que este Congresso é socialista, no sentido do amparo às reivindicações de todas as classes proletarizadas, bem assim às suas definitivas incorporações à vida política e social da nacionalidade; que é sindicalista por considerar a sindicalização elemento basilar à ação política, no sentido econômico-social; especificadamente profissional de todas classes que trabalham e produzem, mecânica ou intelectualmente.

Tudo isso, porém, subordinado ao postulado básico que inicia a proposição da ‘Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro’, isto é, **‘de modo a integrar, definitivamente, o Brasil na realização da verdadeira democracia e da justiça social.’**⁵⁵⁰

Portanto, é possível afirmar que a linha teórico-doutrinária escolhida pela maioria durante o evento foi aquela defendida pelo Clube 3 de Outubro. Ou seja, tal como os outubristas, que se se apresentaram, por vezes, como “socialistas” e “nacionalistas”, a maior parte delegados presentes decidiu por ressignificar o conceito liberal de democracia, segundo princípios corporativistas, defendidos de forma pioneira no país por Alberto Torres e Oliveira Vianna – como foi analisado detalhadamente nos Capítulos 2 e 3.

Já no encerramento do Congresso, foi pautada a criação de um partido nacional. A decisão geral foi pela formação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que deveria ter como programa as teses aprovadas durante o encontro. Sua primeira comissão executiva, para cuidar da organização do partido, contou com Pedro Ernesto, Juarez Távora, Castro Afilhado, Filipe Moreira Lima, Ilka Labarthe, Amauri Osório e Giraldes Filho⁵⁵¹. Tanto pelos nomes envolvidos quanto pelas atividades iniciais da nova agremiação política, o que se vê é que a sua fundação se deu majoritariamente a partir da atuação conjunta da Legião 5 de Julho e do Clube 3 de Outubro. Foi na sede do Clube que ocorreram provisoriamente as primeiras reuniões do partido⁵⁵². Em carta enviada a Juarez Távora, em 2 de janeiro de 1933, Ilka

⁵⁴⁹ GRANDE Congresso Revolucionario. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 24/11/1933.

⁵⁵⁰ PRIMEIRO Congresso Revolucionario Brasileiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 23/11/1932, grifo nosso.

⁵⁵¹ GRANDE Congresso Revolucionario: os debates da sessão vespertina de ontem e a organização do Partido Revolucionario. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 25/11/1932.

⁵⁵² PARTIDO Socialista Brasileiro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 27/11/1931.

Labarthe comenta que o partido vivia “graças aos favores da Legião 5 de Julho e do Clube 3 de Outubro, que nos têm emprestado o seu material, inclusive máquina de escrever, mesas, estantes, mimeógrafos, etc.”⁵⁵³. O que não significa dizer que todos os outubristas passaram a se dedicar a atividades político-partidárias – já que essa era uma questão polêmica nos debates internos da agremiação – e tampouco aqueles que assim o fizeram optaram necessariamente pela militância nessa mesma agremiação.

Tudo isso explica porque no “Manifesto do Congresso Revolucionário”, o qual anunciou a criação do PSB e suas diretrizes, estiveram presentes, mais uma vez, aspectos centrais do nacionalismo autoritário vetorizados pelo Clube 3 de Outubro⁵⁵⁴. Por exemplo, a visão crítica de um “passado nefasto” a ser superado pela “convulsão que agitou o país de 22 a 30”. Para tornar finalmente possível tal superação, dizia o manifesto, se faria necessário um programa “socialista brasileiro”, uma saída “entre o fascismo e o comunismo”. “Socialista” porque se preocuparia em combater a “irracional distribuição de riquezas” e a “exploração miserável a que, meia dúzia de potentados submete a maioria de deserdados da fortuna”. “Brasileiro” porque, por um lado, deveria corresponder às necessidades específicas do país, “pondo à parte o feio hábito de copiar o que é próprio de outros povos”; por outro, pela defesa da coesão nacional diante da fragmentação que seria patrocinada pelos partidos até então existentes. Na prática, isso só seria viável através da sindicalização proletária, patronal e de “todas as profissões liberais existentes no país”, para que daí se fizessem representar no “Parlamento”, “estabelecendo o regime construtivo de cooperação e de harmonia sociais”:

Sindicalização e representação profissional das classes no Parlamento – são portanto as duas teses fundamentais que apresentamos como bandeira e como base ao seguro encaminhamento dos demais problemas que tanto nos afligem. [...] Todo o resto virá depois; o ressurgimento financeiro, a riqueza melhor distribuída, toda uma vasta construção de assistência social, o saneamento, a educação.⁵⁵⁵

Entre algumas anotações sobre os sindicatos e o seu papel político-social, Juarez Távora pontuou que, naquele momento, se a representação profissional houvesse de prevalecer “como um dos pontos centrais da renovação revolucionária” na futura Constituição, seria necessário que ela já fosse posta em prática na Constituinte. Isso porque:

⁵⁵³ CPDOC-JT dpf 1931.12.12(626), carta de Ilka Labarthe, secretária do PSB, para Juarez Távora, presidente da Comissão Executiva do Partido Socialista Brasileiro, 2/1/1932.

⁵⁵⁴ MANIFESTO do Congresso Revolucionario. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, p. 3, 3/12/1932.

⁵⁵⁵ MANIFESTO do Congresso Revolucionario. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, p. 3, 3/12/1932.

“o seu funcionamento nessa Assembleia irá constituir uma experiência cuja observação justificará ou desaconselhará sua consagração definitiva na própria Constituição”⁵⁵⁶.

Nas suas memórias, Távora escreveu que o Partido Socialista Brasileiro foi formado por uma tendência “socialista radical”, que ganhou força ao longo do Congresso, contra a sua vontade. Essa afirmação ocorreu quando, no texto do livro, o militar se apresentou como um “social-democrata” e ao mesmo tempo procurou justificar, ou quase se desculpar, pela sua atuação no partido até o início de 1933: “Partidário de uma concepção social-democrática [...] por injustificável tolerância, deixei-me constituir, por algum tempo, uma espécie de presidente ou pai putativo...” (Távora, 1974, p. 66-67). Todavia, mostrou-se bastante clara aqui o tipo de ligação do Clube 3 de Outubro e do major com a criação do partido. Considerando-se que este volume do livro foi lançado em 1974, é plausível suspeitar que, o então general, Juarez Távora – que havia passado pela União Democrática Nacional (UDN), pelo comando da Escola Superior de Guerra (ESG) e pelo cargo de Ministro da Viação e Obras públicas do governo Castelo Branco – procurasse se distanciar de qualquer possibilidade de ser relacionado ao socialismo/comunismo, especialmente no contexto da Ditadura Militar e da Guerra Fria.

Segundo Maria Celia Freire de Carvalho, o Clube 3 de Outubro teria sido envolvido pelas demais organizações durante o I Congresso Nacional Revolucionário. Isso porque suas manifestações políticas até ali estariam restritas à “defesa da ditadura, defesa da moralização administrativa e oposição aos partidos políticos”, o que não lhe daria consistência “ideológica” suficiente para se impor nas disputas que ocorreram no evento (Carvalho, 1975, p. 58). Ora, definitivamente, esse quadro não se parece com aquele que foi analisado acima. Em primeiro lugar, as variadas propostas do Clube para as distintas áreas de um governo “revolucionário”, apresentadas ao longo do *Esboço do Programa (...)*, e defendidas pelos principais sócios da agremiação até a Constituinte, foram elaboradas a partir de reflexões orientadas pela cultura política nacionalista autoritária, debitaria dos trabalhos de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Durante quase toda sua dissertação Carvalho ignorou a existência e, conseqüentemente, todo o esforço para a criação e afirmação desse documento central para o grêmio. Em segundo lugar, o evento foi organizado por uma legião cuja principal liderança e outros sócios também eram outubristas. A proximidade de Filipe Moreira Lima com alguns dos princípios e leituras de mundo fortalecidas no Clube é evidente no discurso de abertura. Para presidir os trabalhos foram aclamados os nomes de Pedro Ernesto, que foi substituído na

⁵⁵⁶ CPDOC-JT dpf 1931.12.12(626), notas sobre os sindicatos (Maj. Juarez Távora), 1932, folha 167.

prática por Juarez Távora, o principal defensor das propostas do Clube 3 de Outubro no evento. E, em terceiro lugar, a despeito dos duríssimos debates travados ao longo do Congresso, o Clube viu serem aprovadas algumas de suas propostas centrais, que desaguarão no manifesto de fundação do Partido Socialista Brasileiro – mesmo que tenham sofrido algumas modificações exigidas pela dinâmica das negociações entre distintos grupos participantes. Ainda que em um momento de bastante desorganização interna, a forte atuação de seus sócios, especialmente de Juarez Távora, garantiu a hegemonia de suas propostas, contrariando profundamente tanto os fascistas integralistas e patronovistas, quanto aqueles grupos defensores do sindicalismo livre.

Conforme esclarecem Karepovs (2007, p. 173) e Neto (2012, p. 45), o PSB não obteve o êxito desejado na sua articulação nacional. Acabaram sendo formados diversos partidos “socialistas” e/ou “social-democratas” nos estados do Amazonas, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo, os quais respondiam antes às dinâmicas de poder local do que as diretrizes do I Congresso Nacional Revolucionário. Ainda assim, o Partido Socialista Brasileiro, em abril de 1933, indicou como candidatos e candidata a deputados e deputada na Constituinte: Ilka Labarthe, Augusto Cordeiro de Melo, Filipe Moreira Lima, Amoaci Niemeyer, Augusto do Amaral Peixoto, Abelardo Marinho e o Capitão Napoleão de Alencastro. Foram eleitos pela legenda Augusto do Amaral Peixoto e Abelardo Marinho, esse último é conhecido pela sua atuação na defesa da representação profissional, segundo os moldes do Clube 3 de Outubro, durante a Constituinte.

5.2.4 A segunda e última fase do Clube 3 de Outubro: a articulação da União Cívica Nacional e a sua atuação Assembleia Nacional Constituinte.

Passado o momento do I Congresso Nacional Revolucionário, o Clube 3 de Outubro pôde se voltar mais detidamente para sua reorganização interna. Dessa maneira, no dia 20 de dezembro de 1932, reuniu seu Conselho Nacional – “órgão orientador do outubrismo em todo o Brasil” – sob a presidência de Juarez Távora e Domingos Velasco. Entre as diferentes decisões acertadas por esse conselho: elegeu-se uma comissão executiva nacional, também sob a presidência de Távora e a vice-presidência de Herculino Cascardo; recomendou-se aos núcleos estaduais que atuassem junto às interventorias pela organização de partidos, que adotassem “as teses gerais aprovadas pelo Congresso Revolucionário e mais que interessem às peculiaridades regionais”; e foi determinado que o grêmio, ainda assim, se mantivesse

“como entidade autônoma e propugnadora da ideologia outubrista definida pela Convenção Nacional Outubrista que se reuniu em julho [...]”⁵⁵⁷.

É possível observar que, nesse momento, a decisão oficial do Clube 3 de Outubro refletiu o posicionamento adotado por Juarez Távora para se dispor diante das duas principais tendências internas da agremiação, cada vez mais antagônicas. Ou seja, procurando um caminho do meio entre defensores da atuação partidária e aqueles que resistiam ao pragmatismo exigido pelo contexto da reconstitucionalização, ficou decidido que a agremiação manteria sua opção de não se tornar ela mesma um partido político ao mesmo tempo em que atuaria, através de seus sócios nos núcleos estaduais, para influenciar na criação de outros partidos afeitos ao seu programa – de forma semelhante ao que já havia operado na criação do PSB. Contudo, como se verá a seguir, isso não foi capaz de encerrar as disputas entre tais tendências ou grupos, que continuaram sendo travadas nas próximas semanas e meses do Clube 3 de Outubro.

Em 20 de fevereiro de 1933, o grêmio encerrou seu período de transição, que viveu desde o fim da “Revolução Constitucionalista”, ao eleger uma nova diretoria e ao aprovar novos estatutos. Para coordenar a segunda fase que então se iniciava, foram escolhidos os nomes de Augusto do Amaral Peixoto, para presidente; Gustavo Cordeiro de Farias e Filipe Moreira Lima, como primeiro e segundo vices, nesta ordem; e Álvaro Fróes da Fonseca, Cordeiro de Mello e Motta Lima como secretários. Com o afastamento de inúmeros associados e com uma procura muito menor por novas filiações, comparando-se a outros momentos anteriores (Gráfico 1 e Gráfico 3), sua organização interna foi bastante simplificada (Diagrama 2), assim como seus estatutos e programa, o qual recebeu o nome de *Síntese Outubrista*⁵⁵⁸. Considerando as reuniões noticiadas pelo *Correio da Manhã*, na prática, Augusto do Amaral Peixoto – um entusiasta da transformação do Clube em partido político, desde a Convenção Nacional outubrista – acabou deixando as coordenações das próximas reuniões nas mãos do primeiro-vice Gustavo Cordeiro de Farias. Uma situação que parece ter gerado alguma repercussão pública, a ponto de a diretoria sentir a necessidade de produzir uma nota “explicativa”, nada esclarecedora, para a imprensa:

⁵⁵⁷ CLUB 3 de Outubro: resoluções tomadas pelo Conselho Nacional. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 21/12/1932. CPDOC-AAP-3f, manifesto, estatutos, programa do Club 3 de Outubro, 1933.

⁵⁵⁸ CLUB 3 de Outubro: foram eleitos os novos dirigentes e aprovados os novos estatutos. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 21/2/1933. 26/4/1933.

Para evitar interpretações tendenciosas, a secretaria do Clube 3 de Outubro comunica que, achando-se momentaneamente afastado da diretoria, para atender a compromissos políticos anteriores e imperiosos, o presidente efetivo, comandante Amaral Peixoto, assumiu a presidência, interinamente, o tenente-coronel Gustavo Cordeiro de Farias, como 1º vice-presidente que é.⁵⁵⁹

A interinidade de Cordeiro de Farias permaneceu até 28 de julho de 1934, quando ele foi escolhido presidente, na última eleição para diretoria feita pelo Clube⁵⁶⁰.

Se os estatutos de 1932 previam uma atuação política mais direta do grêmio na “seleção” de “elementos” que pudessem “influir, sem egoísmos, na vida nacional”; os de 1933 anunciaram que o esforço, a partir daí, se voltaria para o campo da arregimentação doutrinária, “por [meio da] propaganda individual e coletiva” do seu programa⁵⁶¹. Ainda assim, alguns nomes ativos no Clube, e outros já afastados ou desfilados, se envolveram nas mais variadas articulações político-partidárias que precederam as eleições para a Constituinte, previstas para 3 de maio de 1933. É o caso, por exemplo, da criação da União Cívica Nacional (UCN).

Surgida primeiramente como União Cívica Brasileira (UCB), em 16 fevereiro de 1933, na esteira do fracasso do PSB como partido nacional, essa coligação foi criada com o objetivo de oferecer alguma coordenação para os “revolucionários autênticos” de vários estados do país, para que atuassem como anteparo àqueles que foram “afastados [do poder] pelo movimento de 1930” e que a ele desejavam retornar. Na sua formação estiveram envolvidos ministros do governo, chefes políticos do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, outubristas e ex-outubristas como Antunes Maciel, Osvaldo Aranha, Juarez Távora, Washington Pires, Góis Monteiro, o interventor gaúcho Flores da Cunha, João Alberto, Pedro Ernesto, Virgílio de Melo Franco e Hugo Napoleão. Na nota emitida pelo gabinete do ministro da Justiça, Antunes Maciel, foram divulgadas as doze “Teses Básicas” da UCB, com algumas delas semelhantes a determinados pontos do programa de fundação do PSB, como o “fortalecimento da unidade nacional” e a incorporação das organizações de classe nas instâncias decisórias do Estado através da sindicalização e da representação profissional no Legislativo⁵⁶². Então, no final de março de 1933, reunida na sede do Partido Autonomista do DF – fundado por Pedro Ernesto,

⁵⁵⁹ CLUB 3 de Outubro: a reunião de hontem do Grande Conselho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 26/4/1933.

⁵⁶⁰ FOI eleita a nova directoria do Club 3 de Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 29/7/1934.

⁵⁶¹ CPDOC-CO-1f, estatutos o Clube 3 de Outubro, 1932; CPDOC-AAP-3f, manifesto, estatutos, programa do Club 3 de Outubro, 1933.

⁵⁶² CONSTITUIDA a “União Cívica Brasileira”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 18/2/1933.

Góis Monteiro, João Alberto e Mendonça Lima –, a União Cívica Brasileira tomou outras resoluções, entre elas a mudança de nome para União Cívica Nacional; a coordenação das posições dos seus membros em torno do anteprojeto constitucional, em fase de elaboração; e a fundação, assim que possível, de “um partido nacional, objetivando manter íntegros os princípios que animaram a ação revolucionária” (Pinto, 2016, p. 272).⁵⁶³

A UCN teve como secretário geral Luís Aranha, irmão de Osvaldo Aranha, e sua diretoria manteve a maioria dos nomes dos fundadores da UCB. Apenas Flores da Cunha indicou Osvaldo Aranha para representar os liberais rio-grandenses e Hugo Napoleão cedeu seu lugar para outro outubrista de prestígio, José Américo de Almeida; enquanto Virgílio de Melo Franco e Washington Pires continuaram representando o Partido Progressista (PP) de Minas Gerais (CPDOC, 2001g, s.p.). Além do Partido Autonomista do DF e do PP, filiaram-se à coligação o Partido Republicano Liberal do Rio Grande do Sul, o Partido Aliancista do Estado do Rio, o Partido Nacional (AL), o Partido Social Democrático (PE), o Partido Nacional Socialista (PI), o Partido Liberal do Amazonas, núcleos do Partido Socialista Brasileiro e do Clube 3 de Outubro, entre outros⁵⁶⁴.

Ciente de uma possível fragilidade promovida pela oposição dos paulistas e pelas divisões internas existentes nas oligarquias gaúcha e mineira, a União Cívica Nacional decidiu reforçar nas regiões Norte e Nordeste as articulações “revolucionárias” construídas por Juarez Távora, desde a Delegacia do Norte. Ao mesmo tempo, interessava aos estados do “Norte” uma alternativa de organização para fazer frente à tradicional subordinação dos seus interesses políticos e econômicos aos grupos políticos “Sul” (Gomes, 1980, p. 32). Assim, foi realizado em Recife (PE), entre os dias 15 e 18 de abril de 1933, o *Congresso dos Interventores e representantes do Partidos filiados à União Cívica Nacional*. Presidido por Juarez Távora – na época Ministro da Agricultura – reuniu seis interventores, que representaram outras interventorias dos estados do “Norte”, delegados de 12 partidos políticos e o secretário geral da UCN, Luis Aranha. De acordo com Távora, no discurso de abertura, o intuito da reunião era “congregar os elementos revolucionários para uma ação política homogênea, evitando, dessa forma, discrepâncias nos votos e desperdício das forças.”⁵⁶⁵.

⁵⁶³ A REUNIÃO, ontem, da União Cívica Nacional. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 25/3/1933.

⁵⁶⁴ A REUNIÃO, ontem, da União Cívica Nacional. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 25/3/1933.

⁵⁶⁵ CPDOC-AO cp 1933.03.22/2, rolo 11 fot. 578-591, ata da sessão permanente da União Cívica Nacional, Pernambuco, 1933.

No evento, foram debatidas e votadas inúmeras teses bastante vagas, para facilitar os consensos que buscavam construir; uma vez aprovadas foram tomadas como “questões fechadas” a serem defendidas pelos partidos membros na Assembleia Nacional Constituinte. Algumas delas, embora não fossem idênticas às proposições do Clube 3 de Outubro, compartilhavam dos mesmos princípios. Um primeiro exemplo, é a proposta de criação de um “Conselho Supremo da República”, sobre o qual nada mais foi dito, mas que lembra a proposta outubrista do Conselho Técnico Nacional. Outro exemplo é a “Eleição indireta do Presidente da República” que, com o adendo proposto pelo outubrista e interventor de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti, deveria ter como corpo eleitoral os deputados federais e três representantes de cada assembleia estadual. Só para lembrar, no *Esboço do Programa (...)*, eram previstos um presidente e dois vices, eleitos indiretamente pelos deputados das duas câmaras federais. Demais proposições relevantes, aceitas como “questões fechadas” próximas às bandeiras do Clube, foram a “Unidade da organização judiciária” e a “Unidade de Processo”; a organização de uma “Justiça Eleitoral Nacional”; a “Nacionalização das minas e quedas d’água”; a fixação de áreas máximas para a propriedade da terra “atendendo ao fim a que se destina (agrícola ou pastoril)”; a “Lei contra a usura”; e a “Competência exclusiva da União quanto aos empréstimos externos”⁵⁶⁶.

Todavia, outras teses aprovadas nesse mesmo encontro estavam, no mínimo, mais distantes do que defendia o grêmio, como a “Extinção do Tribunal do Juri”; a criação de uma “Justiça Fiscal Nacional”; e a “Responsabilidade e comparecimento dos Ministros perante a Assembleia Legislativa”. Surpreendentemente, não houve acordo em torno do tema da representação profissional – ponto central do programa dos outubristas e que também foi emplacado na fundação do Partido Socialista Brasileiro. Durante o encontro, Juarez Távora defendeu a representação profissional como forma de pacificar a luta de classes: “[...] o perigo social da luta de classes está na desconfiança com que o obreiro recebe toda a legislação, feita sem o seu concurso, por uma classe economicamente mais forte. Essa desconfiança é que gera a indisciplina e a violência e o desrespeito à lei e à justiça.”⁵⁶⁷. Por seu turno, Agamenon Magalhães, representante do Partido Social Democrático Pernambucano, argumentou que a experiência da representação profissional em colaboração com a câmara política não havia dado os resultados esperados, por isso sugeria que as associações de classe, controladas pelo Estado, deveriam ter suas relações com o Poder Legislativo intermediadas pelo Ministério do

⁵⁶⁶ CPDOC-AO cp 1933.03.22/2, rolo 11 fot. 578-591, ata da sessão permanente da União Cívica Nacional, Pernambuco, 1933.

⁵⁶⁷ CPDOC-AO cp 1933.03.22/2, rolo 11 fot. 578-591, ata da sessão permanente da União Cívica Nacional, Pernambuco, 1933, p. 8.

Trabalho. Nas suas palavras: “O Ministério do Trabalho será o órgão que articulará as corporações com o poder legislativo ou com a câmara política, enviado a esta ou comparecendo perante ela para propor e defender os projetos e iniciativas que forem necessários.”⁵⁶⁸. Diante dos distintos pontos de vista, e manifestações favoráveis e contrárias, os congressistas decidiram que o ministro Távora e o bacharel Agamenon Magalhães apresentassem anteprojetos com suas respectivas contribuições. Eles seriam votados pela União e, caso ambos fossem rejeitados, essa seria considerada uma “questão aberta” entre os partidos na Constituinte.

Segundo verbete do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, da Fundação Getúlio Vargas, a União Cívica Nacional atuou na Assembleia Nacional Constituinte pela defesa das resoluções aprovadas no congresso de Pernambuco, através dos partidos políticos a ela filiados. Porém, seu objetivo de se tornar um partido político nacional não foi realizado, já que a coligação também foi perdendo força e se esfacelando gradativamente “algum tempo depois da instalação da Constituinte” (CPDOC, 2001g, s.p.).

É interessante salientar que, apesar de algumas filiais estaduais do Clube 3 de Outubro terem aderido à UCN, o mesmo não se pode dizer da sede do Distrito Federal e tampouco dos membros da sua recém-eleita diretoria. Foi logo após o encontro de Pernambuco que o grêmio, já sob a liderança interina de Gustavo Cordeiro de Farias, iniciou a escrita de um manifesto⁵⁶⁹. O texto, de autoria do secretário Fróes da Fonseca, começava anunciando que o Clube estava em nova fase, livre de “peia e compromissos partidários” e depurado daqueles que mantinham posições de poder traindo princípios da causa que diziam servir. Também expressou ver o movimento constitucionalista, as eleições e a própria Assembleia Nacional Constituinte com suspeição, pois tudo isso seria prematuro sem a “preparação ideológica” do povo, o que tornaria “mais propício o ambiente para o triunfo apenas das velhas máquinas”. E prosseguiu no argumento, alegando que somente a Constituição não resolveria o problema de um “povo desorientado e desagregado”, daí a importância da doutrinação que o grêmio teria decidido, enquanto entidade, investir. Contudo, mesmo não defendendo nenhuma candidatura, não proibiu o voto ou a atuação partidária individual, apenas sinalizou que seus membros não se filiassem a partidos considerados “suspeitos ou capazes de desvirtuamento personalista” e que escolhessem candidatos “dos mais próximos de nós pelas ideias, daqueles que tenham

⁵⁶⁸ CPDOC-AO cp 1933.03.22/2, rolo 11 fot. 578-591, ata da sessão permanente da União Cívica Nacional, Pernambuco, 1933, p. 9.

⁵⁶⁹ CLUB 3 de Outubro: vae ser publicado um manifesto dessa agremiação, expondo a sua atitute perante o actual momento nacional. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 19/4/1933.

para defendê-las mais ampla capacidade intelectual e, sobretudo idoneidade moral.”⁵⁷⁰. Para finalizar, depois defender mais uma vez a representação profissional, a unicidade da Justiça, a unidade das Forças Armadas e sua autonomia em relação ao arbítrio presidencial, advogou, de forma quase poética, pelo afastamento do grêmio das atividades político-partidárias:

Mas não somos dos que, na velha expressão latina entendem para viver é lícito o sacrifício das razões que justificam o[u] enobrecem a vida. Não queremos a Revolução alimentada dos mesmos alimentos de que viveram situações falidas. Preferimos ficar à margem de governos e partidos mas (*sic*) fiéis ao ideal dos nossos mortos, a (*sic*) sombra da mesma bandeira que os amortalhou na glória.⁵⁷¹

Se, ainda assim, alguns núcleos estaduais e outros de seus mais destacados sócios, como Pedro Ernesto, João Alberto, José Américo, Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães insistiram abertamente em atividades como a UCN, é sinal claro de que não havia acordo sobre a melhor forma de atuar politicamente em um novo cenário. Ou seja, um grupo de outubristas, entre eles civis e militares, à parte da nova direção, se colocou de maneira mais flexível em relação ao processo de constitucionalização, ao se organizar por fora do Clube e dentro de entidades partidárias, negociando em novos termos com as oligarquias, para continuar disputando a (re)construção do Estado brasileiro⁵⁷².

Contudo, desde fevereiro de 1933, já é possível perceber que essa divisão entre os quadros do Clube 3 de Outubro não determinou que aqueles sócios discordantes da orientação da diretoria vigente abandonassem completamente as convicções nas quais foram forjados e ajudaram a forjar. Em outras palavras, mesmo que as circunstâncias imediatas da prática política tivessem criado cisões mais evidentes entre os outubristas – desde o empastelamento do *Diário Carioca*, que se aprofundaram depois da “Revolução Constitucionalista” –, eles continuaram se orientando segundo a cultura política nacionalista autoritária vetorizada a partir socialização no Clube. É o caso bastante visível da movimentação de Juarez Távora,

⁵⁷⁰ CPDOC-AAP-3f, manifesto, estatutos, programa do Club 3 de Outubro, 1933, p. 7.

⁵⁷¹ CPDOC-AAP-3f, manifesto, estatutos, programa do Club 3 de Outubro, 1933, p. 9; MANIFESTO do Club 3 e Outubro. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 22/4/1933.

⁵⁷² Segundo Maria Cecília Forjaz, o que ocorreu nesse momento, após a “Revolução Constitucionalista de 1932”, foi um abandono do Clube 3 de Outubro pelos “tenentes” para atuarem dentro dos partidos políticos. Isso teria desconfigurado o grêmio e levado à “morte da organização tenentista”, que teria ficado sob o controle de uma maioria civil (FORJAZ, 1988, p. 133-136). Pelo que se pôde observar na pesquisa aqui desenvolvida, as filiações de civis explodiram, superando as filiações de militares, entre o final de 1931 e início de 1932 (Gráfico 3) e, mesmo assim, a direção do Clube permaneceu sob o controle dos “tenentes”. Além disso, não necessariamente aqueles que optaram por se concentrar na atuação político-partidária eram “tenentes”, como é o caso dos civis Waldemar Falcão, Mário Chermont, Abel Chermont, Abelardo Marinho, Hugo Napoleão, José Eduardo Prado Kelly, entre outros.

que procurou fazer a ponte entre os grupos discordantes, mas também de outros que assumiram a prática político-partidária como principal forma de ação, a exemplo de Abelardo Marinho e Waldemar Falcão.

Távora, além de participar da criação do PSB, da UCB e de presidir o *Congresso dos Interventores e representantes do Partidos filiados à União Cívica Nacional*, havia sido nomeado, em dezembro de 1932, ministro da Agricultura – posição que lhe permitiria atuar diretamente na Assembleia Nacional Constituinte. Mesmo assim, continuou participando com frequência das reuniões do Clube, tendo reconhecimento da direção e dos demais sócios. Nesses encontros comunicava estar aberto às cobranças de seus colegas de grêmio, procurou dar satisfação das realizações à frente do novo ministério, bem como das suas atividades na Constituinte, evidenciando a manutenção do seu alinhamento com a organização⁵⁷³.

Já Marinho e Falcão, como já foi dito acima, estiveram entre os autores do *Anteprojeto da Lei de Sindicalização e Representação Política das Classes* do Clube 3 de Outubro, de meados de 1932. O texto, que foi entregue a Getúlio Vargas no final de outubro do mesmo ano, tinha como objetivo definir a posição final do grêmio e pressionar o Governo Federal a respeito da maneira como deveria ser regulamentada a representação profissional na Assembleia Nacional Constituinte, prevista pelo artigo 142 do Código Eleitoral⁵⁷⁴. Afinal de contas, as disputas com setores das oligarquias gaúcha, mineira e paulista continuaram após a “Revolução Constitucionalista” e era majoritária entre elas a contrariedade em relação à aplicação do artigo, como parte das suas convicções liberais e federalistas (Gomes, 1980, p. 434).

O *Anteprojeto da Lei de Sindicalização (...)* do grêmio previa toda uma estrutura de organização e reconhecimento dos sindicatos, pelo Ministério do Trabalho, para que pudessem ter direito à representação parlamentar na Constituinte. Nesse caso, a representação profissional deveria ser composta por 2 deputados, um empregado e outro empregador, para cada um dos 50 grupos profissionais sindicalizados previstos, totalizando 100 parlamentares⁵⁷⁵. O Governo, de sua parte, acolheu o *Anteprojeto (...)* como sugestão e o

⁵⁷³ EM memória de Siqueira Campos. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 11/5/1933; CLUB 3 de Outubro: na sessão de ontem o major Juarez Tavora fez a sua exposição sobre as reformas no Ministério da Agricultura. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 17/6/1933; CLUB 3 de Outubro: a sessão do Grande Conselho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 12/8/1933; CLUB 3 de Outubro: a sessão semanal do Grande Conselho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 16/9/1933; CLUB 3 de Outubro: a sessão semanal do Grande Conselho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 11, 19/11/1933; A SESSÃO semanal do Grande Conselho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 30/12/1933.

⁵⁷⁴ A REPRESENTAÇÃO de classes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 29/10/1932.

⁵⁷⁵ Abelardo Marinho escreveu longo texto para a I Conferência Nacional de Juristas, que foi publicado na íntegra pelo *Correio da Manhã*. Ver I CONFERENCIA Nacional de Juristas: As theses 2

ministro do Trabalho, Salgado Filho, criou uma comissão para avaliá-lo e elaborar sua versão definitiva. O interessante é que entre os comissionados estavam Oliveira Vianna, consultor jurídico do Ministério; Joaquim Pimenta, inspetor de Caixas de Aposentadoria; Newton da Silva, 2º oficial do Departamento Nacional do Trabalho; e pelos cargos e posições que ocupavam fora do Clube 3 de Outubro, também ali puderam militar pela representação profissional os coautores do anteprojeto, Waldemar Falcão, como membro do Conselho Nacional do Trabalho, e Abelardo Marinho, como representante da classe do funcionalismo público⁵⁷⁶.

De posse da versão aprovada pelo governo, o ministro da Justiça, o gaúcho Antunes Maciel, sem nenhuma obrigação legal, decidiu enviá-la para a avaliação do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE). Segundo Barreto (2002, s.p.), o objetivo do ministro seria obter respaldo do tribunal a favor da representação profissional e, desse modo, se proteger das oposições à ideia. Diferente do esperado, a decisão unânime dos juízes foi contrária, o que obrigou o Governo a tomar uma posição. Naquele momento dos acontecimentos, a pressão contrária vinha principalmente do Partido Progressista Mineiro e da Chapa Única Paulista (PRM e PD), que viam na representação profissional uma ameaça direta à autonomia estadual e ao resgate do seu poder de representação no Congresso Nacional (Gomes, 1980, p. 435). Segundo Vargas, “Foi, talvez, um erro do ministro da Justiça ter levado este assunto estranho às atribuições do tribunal ao seu conhecimento.” (Vargas, 1995, p. 189).

Assim, por sugestão do próprio Antunes Maciel, o assunto foi levado para reunião ministerial no dia 1º de abril de 1933, quando foi decidido pela instituição da representação das associações profissionais, isto é, pela “efetiva aplicação do artigo 142 do Código Eleitoral e o atendimento ao postulado maior do Clube Três de Outubro” (Barreto, 2002, s.p.; Vargas, 1995, p. 191). A decisão foi oficializada com o decreto 22.653 de 20 de abril de 1933, que reservou entre os 254 assentos na Assembleia Nacional Constituinte, 40 para os representantes das associações profissionais: 20 para os empregados e 20 para os empregadores, com três vagas para profissionais liberais no primeiro grupo e duas para funcionários públicos no segundo⁵⁷⁷.

e 19 da conferência de juristas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 22/4/1933. O anteprojeto completo foi reapresentado por Abelardo Marinho na Assembleia Nacional Constituinte. Ver: BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933-1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, v.3, p. 351-369.

⁵⁷⁶ VAE ser reformada a lei de sindicalização: o ministro do Trabalho nomeou uma comissão para elaborar a reforma. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 8/1/1932.

⁵⁷⁷ BRASIL. Decreto nº 22.653, de 20 de abril de 1933. Fixa o número e estabelece o modo de escolha dos representantes de associações profissionais que participação (*sic*) da Assembléa Constituinte.

Como é possível observar, o que foi aprovado pelo Governo Federal não correspondia exatamente àquilo que havia sido reivindicado pelo Clube 3 de Outubro. De acordo com Gomes (1980, p. 437), no final de março, Pedro Ernesto havia firmado um acordo com os interventores de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul para que aceitassem uma “representação moderada de classes” em troca da defesa comum de alguns princípios na Constituinte.

Para outro autor do *Anteprojeto da Lei de Sindicalização (...)*, Herculino Cascardo, qualquer tipo de negociação de princípios outubristas, depois de “derrotados os constitucionais” em 1932, significava trair a Revolução. A seu ver, a reforma da lei de sindicalização estaria sendo tão protelada e tão negociada que seria “impossível realizá-la na próxima Constituinte”:

Os nossos leaders (*sic*) [...] recuam, calam-se, adotam orientações diametralmente opostas, relegam suas convicções a planos secundários, mas acomodam-se com sofismas ridículos. Tudo é bom, desde que lhes permita a permanência no poder. [...] Montam máquinas eleitorais poderosas. Mas deixam claro serem suas ideias menos profundas do que suas ambições de mando ou do que seu egoísmo de angariar prestígio e força moral.⁵⁷⁸

De outra maneira, para nomes como Abelardo Marinho e Waldemar Falcão continuar se articulando em postos de poder ou se organizar em estruturas político-partidárias, como a União Cívica Nacional, constituía-se como meio essencial para viabilizar reivindicações centrais para os outubristas – mesmo que com adaptações e mudanças exigidas pelas negociações. Em carta enviada a Costa Rego, publicada pelo *Correio da Manhã*, Abelardo Marinho reconhece tais circunstâncias na regulamentação da representação profissional na Constituinte:

A lei que regulou as eleições das classes, em suas linhas gerais, coincide com o aludido anteprojeto, mas na distribuição das cadeiras, deixou margem para injustiças e falta de equidade. Os motivos que têm provocado reclamações foram previstos no seio daquela comissão, que procurou evitá-los. [...] Aliás tal defeito é consequência e atributo genuíno do voto promíscuo [sufrágio universal], ao qual sempre acompanhará [...] ⁵⁷⁹.

Legislação Informatizada. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22653-20-abril-1933-518292-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em jun. 2024.

⁵⁷⁸ CPDOC-AAP club 1933.02.23, carta de Herculino Cascardo ao Presidente do Núcleo do Distrito Federa do Clube 3 de Outubro (...) expondo os motivos pelos quais se demite do Clube, e afirmando acreditar no socialismo, Rio de Janeiro, 23/2/1933.

⁵⁷⁹ Ver a carta de Abelardo Marinho escrita para o articulista do *Correio da Manhã*, Costa Rego em A REPRESENTAÇÃO de classes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 5/8/1933.

Um trecho específico do diário de Vargas, também ilustra a dinâmica dessas negociações no cotidiano político. Trata-se do relato sobre uma reunião com o presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel, na qual o mineiro colocou como um dos pontos “doutrinários” centrais para o seu estado “não cogitar a representação de classes”. A essa exigência o chefe do Governo Provisório teria respondido que não poderia atender, pois estava entre os:

[...] pontos assentados na reunião do Ministério com o consentimento de todos, inclusive de dois ministros mineiros. Alvitrei [Vargas] submeter-se o caso ao diretório da União Cívica. Depois de [Olegário Maciel] inquirir quem eram seus componentes, achou que não adiantava. (Vargas, 1995, p. 191).

Entre novembro de 1932 e abril de 1933, enquanto os outubristas e até ex-outubristas se dividiam a respeito da melhor forma de atuação política para defender o programa do Clube 3 de Outubro, o Governo Provisório já estava certo da necessidade de manter o processo de (re)constitucionalização sob a sua coordenação (Gomes, 2001, s. p.; Gomes, 2007b, p. 24-32; Rosenfield, 2021, p. 147-154; Silva, 2019, p. 72-78; Torrezan, 2009, p. 142-213). Isso quer dizer que finda a “Revolução Constitucionalista de 1932”, Getúlio Vargas logo tratou de dar prosseguimento ao primeiro decreto, que havia marcado as eleições para maio de 1933, assinando outro: o decreto nº 22.040 de 1º de novembro de 1932, que regularia os trabalhos da Comissão Constitucional encarregada de elaborar o anteprojeto da próxima Carta Magna⁵⁸⁰. No início do próximo ano, em 17 de janeiro, através do decreto nº 22.364, determinou os casos de inelegibilidade nas próximas eleições⁵⁸¹. Quase três meses depois, em 5 de abril, com o decreto nº 22.621, tratou sobre as condições de convocação, composição e o

⁵⁸⁰ BRASIL. Decreto nº 21.402, de 14 de maio de 1932. Fica o dia três de maio de 1933 para a realização das eleições à Assembléia Constituinte e cria uma comissão para elaborar e (sic) anteprojeto da Constituição. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <[. Acesso em: jul. 2024.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21402-14-maio-1932-518100-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Fica%20o%20dia%20tr%C3%AAs%20de,elaborar%20e%20anteprojeto%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.>. Acesso em: jul. 2024; BRASIL. Decreto nº 22.040, de 1 de novembro de 1932. Regula os trabalhos da comissão encarregada de elaborar o ante-projeto (sic) da futura Constituição Brasileira. <i>Legislação Informatizada</i>. Disponível em: <<a href=)

⁵⁸¹ BRASIL. Decreto nº 22.364, de 17 de janeiro de 1933. Determina os casos de inelegibilidade para a Assembléia nacional (sic) Constituinte. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <[>](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22364-17-janeiro-1933-505458-publicacaooriginal-1-pe.html). Acesso em: jul. 2024.

estabelecimento do Regimento Interno, bem como das atribuições da Assembleia Nacional Constituinte, as quais foram dispostas no seu artigo 2º: estudar e elaborar a nova Constituição Federal; julgar os atos do Governo Provisório e eleger o próximo presidente para, então, ser dissolvida⁵⁸². Por último, foram decretadas as legislações referentes à regulamentação da representação profissional e as condições das eleições dos seus deputados, que aconteceriam independentemente das eleições de 3 de maio, entre o final de julho e início de agosto de 1933⁵⁸³. Em suma, ao definir as balizas do poder Constituinte, através da elaboração da legislação eleitoral e partidária, da formulação do regimento interno e do anteprojeto, essas ações do Governo Provisório se constituíram como interferências “impressionantemente amplas e evidentes”, que não permitiram que uma Assembleia livremente eleita tivesse competência para estabelecer os trilhos do seu próprio funcionamento (Gomes, 1980, p.30).

Contudo, se a Assembleia Nacional Constituinte funcionou segundo limites prévios, os quais ela não poderia alterar, isso não significou uma subordinação completa do plenário e tampouco do debate público aos interesses governamentais. Isso porque, durante contextos de constitucionalização, a forte mobilização de grupos sociais e a excepcional organização político-partidária, em torno de disputas envolvendo os principais temas de um país, criam espaços de politização impossíveis de serem controlados completamente (Gomes, 2007b, p. 16-17; Rosenfield, 2021, p. 153).

Desde novembro de 1932, ficou claro para as lideranças oligárquicas e pelo menos para parte dos sócios do Clube 3 de Outubro que o principal enfrentamento a respeito dos destinos do país não orbitava mais em torno do tema da duração do período discricionário. A partir daí, a constitucionalização se mostrou inevitável e esses grupos estariam concentrados em disputar as diretrizes da (re)organização do Estado brasileiro, como continuariam fazendo

⁵⁸² BRASIL. Decreto nº 22.621, de 5 de abril de 1933. *Legislação Informatizada*. Dispõe sobre a Convocação da Assembléia Nacional Constituinte; aprova seu Regimento Interno; prefixa o número de Deputados à mesma e dá outras providências. *Legislação Informatizada*. Disponível: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22621-5-abril-1933-509274-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20convoca%C3%A7%C3%A3o%20da,mesma%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.>>. Acesso em: jul. 2024.

⁵⁸³ BRASIL. Decreto 22.653, de 20 de abril de 1933. Fixa o número e estabelece o modo de escolha dos representantes de associações profissionais que participação (*sic*) da Assembléia Constituinte. *Legislação Informatizada*. Disponível em: <[https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22653-20-abril-1933-518292-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Fixa%20o%20n%C3%BAmero%20e%20estabelece,do%20Codigo%20Eleitoral%20\(decreto%20n.º\).](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22653-20-abril-1933-518292-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Fixa%20o%20n%C3%BAmero%20e%20estabelece,do%20Codigo%20Eleitoral%20(decreto%20n.º).)>. Acesso em: jul. 2024; BRASIL. Decreto 22.696, de 11 de maio de 1933. Aprova as instruções para a execução do decreto nº 22.653, de 20 de abril de 1933 (...). *Legislação Informatizada*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22696-11-maio-1933-517785-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: jul. 2024.

durante a Constituinte. Primeiramente, parte das oligarquias apostou na articulação em torno dos seus tradicionais partidos regionais – como o PRP e PD, que formaram a Chapa Única por São Paulo, e o PRM – para defender suas ideias liberais e a retomada de seus espaços de poder na República; outro grupo, trabalhou pela criação de partidos em torno da autoridade dos interventores federais, combinando a influência direta da chefia do Governo Provisório com sua dimensão regionalista – como foi caso do Partido Progressista mineiro e do Partido Republicano Liberal gaúcho (PRL). De outro modo, homens do governo, outubristas e ex-outubristas, com o apoio dos chefes políticos do “Norte”, se articularam através da criação de um partido nacional – o Partido Socialista Brasileiro – ou de uma coligação de partidos – a União Cívica Nacional – para conduzir sua agenda mais verticalizada, com proposições centralizadoras e intervencionistas para a reformulação das instituições públicas nacionais. Além dessas duas principais linhas de atuação política, formaram-se outros partidos com alguma relevância como Liga Eleitoral Católica (LEC), que se dedicou a mobilizar principalmente o eleitorado católico e especialmente o eleitorado feminino, que votaria pela primeira vez (Gomes, 2007b, p 26-28).

Se por um lado, as eleições reguladas por decretos do Governo Provisório garantiram ampla vitória da situação nos estados, o que significou o predomínio de partidos com tendências governistas; por outro, isso não impediu que o choque entre propostas centralizadoras e federalizantes definisse, grosso modo, o principal enfrentamento dentro da Constituinte, a partir da sua instalação em 15 de novembro de 1933 (Gomes, 2007b, p. 33; Silva, 2019, p. 81-84). No entanto, como bem pontuou Angela de Castro Gomes, a divisão estabelecida entre os grupos políticos adversários não se realizou de forma tão demarcada no cotidiano da política. Em primeiro lugar, porque houve entre muitos defensores da autonomia federativa alguma admissão da possibilidade de intervenção de um Estado modernizante, enquanto entre aqueles que se posicionaram pela soberania da União também houve espaço para assumir a necessidade de autonomia administrativa diante das diversidades regionais. Em segundo lugar, porque a prática política na Constituinte exigia a construção de consensos em torno de um texto constitucional final. Isso implicou em conflitos e debates, mas também em negociações e concessões para fazer com que visões de mundo e orientações teórico-doutrinárias distintas fossem corporificadas em dispositivos legais comuns (Gomes, 1980, p. 33-34).

Uma avaliação focada na atuação de nomes ligados ao Clube 3 de Outubro na elaboração da Constituição de 1934 necessitaria, no mínimo, da análise das atas da Comissão do Itamarati, dos 22 volumes dos anais da Assembleia Nacional Constituinte, do anteprojeto

constitucional, do substitutivo da “Comissão dos 26”, do próprio texto final, dos debates que travaram na imprensa, entrei si e com seus adversários, da correspondência trocada entre os principais nomes e, por fim, das relações entre estes sujeitos, o grêmio e o Governo Provisório. Um esforço que só será possível em outra análise monográfica sobre o tema. Entretanto, algumas considerações gerais podem ser feitas, com o apoio de outros trabalhos já produzidos a respeito da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 (Gomes, 1980; Gomes 2007b; Rosenfield, 2021; Silva, 2019; Torrezan, 2009).

A atuação de homens ligados ao Clube 3 de Outubro na elaboração da nova Constituição começou desde a Subcomissão do Itamarati – que foi criada sob a Comissão Constitucional, a partir do decreto nº 22.040, de 1 de novembro de 1932, e funcionou até maio de 1933. A Subcomissão teve como principal objetivo a elaboração do anteprojeto constitucional a ser apresentado ao plenário da Constituinte. Para cumprir essa tarefa, foram escolhidos Afrânio de Melo Franco, como presidente; Temístocles Cavalcanti, para a secretaria geral; além deles, Osvaldo Aranha, José Américo, Carlos Maximiliano, Artur Ribeiro, Prudente de Moraes Filho, Oliveira Vianna, Góis Monteiro, Assis Brasil, Antônio Carlos de Andrada, Agenor de Roure e João Mangabeira (Gomes, 2007b, p. 28; Silva, 2019, p. 58).

O enfrentamento entre centralistas e federalistas, estabelecido na Constituinte, já estava presente desde a subcomissão e sob seu guarda-chuva discutiam-se outros temas, como a representação profissional e unidade da Justiça e do processo. Colocavam-se em campos opostos quanto a essa disputa principal, de um lado, defensores da autonomia estadual, como Artur Ribeiro, Antônio Carlos de Andrada e Prudente de Moraes Filho e, de outro, aqueles que advogavam pela extensão da autoridade da União sobre os entes federados, como Oliveira Vianna, Temístocles Cavalcanti e João Mangabeira (Gomes, 2007b, p. 29). O advogado dos “Tenentes”, Temístocles Cavalcanti, desenvolveu ali o papel do principal militante da agenda outubrista. O que significou especificamente a defesa de Conselhos Técnicos autônomos, com função consultiva, a proposta da representação profissional, ao lado da representação política, e da organização de sindicatos e associações profissionais para que empregados e empregadores pudessem, por voto indireto, escolher seus representantes no Poder Legislativo. Segundo Juarez Távora, um dos principais líderes do grêmio no seu momento de transição, em telegrama para o ministro da Justiça, no dia 9 de novembro de 1932, o pensamento de

Temístocles Cavalcanti refletia “exatamente [a] mentalidade [dos] revolucionários independentes”, o que fazia dele seu “legítimo representante no seio da Comissão.”⁵⁸⁴

A representação profissional – central para o Clube 3 de Outubro, e especialmente para aqueles outubristas que se dedicaram à atuação político-partidária – foi votada na Subcomissão do Itamarati em janeiro de 1933. Foram os cinco os votos favoráveis: quatro deles de outubristas e ex-outubristas, Temístocles Cavalcanti, Osvaldo Aranha, José Américo e Góis Monteiro, e um de João Mangabeira. Porém, foram sete os votos contrários de: Afrânio de Melo Franco, Antônio Carlos Andrada, Carlos Maximiliano, Prudente de Moraes Filho, Agenor de Roure, Artur Ribeiro e Oliveira Vianna (Gomes, 1980, p. 433). Chama atenção o voto contrário de Vianna, a principal referência intelectual do Clube 3 de Outubro ao lado de Alberto Torres. O jurista argumentou que uma representação profissional não funcionaria naquele estágio da sociedade brasileira, pois exigiria um nível de organização das associações de classe, sindicatos e confederações ainda não existente no país. O mais viável, nessas condições, seria a participação das classes na condução do Estado através de Conselhos Técnicos (Vianna, 1939, p. 266-267)⁵⁸⁵.

Apesar da rejeição à bandeira outubrista da representação profissional, outras propostas afeitas ao programa do Clube foram aprovadas para o anteprojeto, entre elas, mais poderes políticos para a União em relação aos estados e, como disposições inéditas, até então, no constitucionalismo brasileiro: as leis trabalhistas, dispositivos de nacionalização e de proteção à economia nacional e normas referentes à educação, saúde, funcionalismo e família. Ademais, o texto também previa a extinção do Senado e sua substituição pelo Conselho Supremo; Legislativo unicameral, a Assembleia Nacional, com eleição direta; e a participação dos ministros no Legislativo (Gomes, 2007b, p. 30; Silva, 2019, p. 65-70; Torrezan, 2009, p. 195-199).

Em relação à Assembleia Nacional Constituinte, foi possível localizar 21 deputados eleitos, que já haviam passado pelo Clube 3 de Outubro, ou que ainda estavam a ele associados – dentro de um universo de 254 deputados constituintes. O perfil desses parlamentares ligados ao Clube acabou sendo coerente com composição sócio-política do grêmio como um todo (Quadro 1). Ou seja, a maior parte deles era de civis de classe média

⁵⁸⁴ CPDOC-GV c 1932.11.09/1, telegrama de Juarez Távora a Antunes Maciel sugerindo o aproveitamento de Temístocles Cavalcanti como representante dos revolucionários independentes na comissão, Rio de Janeiro, 9/11/1932.

⁵⁸⁵ Na segunda edição do livro *O Idealismo da Constituição*, no capítulo 13 (VIANNA, 1939, p. 259-269), está reproduzido na íntegra o voto de Oliveira Vianna, a respeito do “problema da representação profissional”, na Subcomissão do Itamarati.

(90%), com dois representantes dos empregadores (9,5%), um dos profissionais liberais (5%) e nenhum dos empregados. A maioria foi eleita por partidos políticos do “Norte” (33,3%) e do Distrito Federal (19%) – sem nenhum deputado por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul – e apenas três deles foram escolhidos para a bancada classista (14%). O que pode ser um reflexo da organização partidária pré-constituente, mencionada acima. Além desses 21 nomes, participaram da Constituinte outros dois membros ilustres, na qualidade de ministros de Estado, José Américo e Juarez Távora.

Quadro 1 - Sócios e ex-sócios do Clube 3 de Outubro eleitos como deputados constituintes em 1933

Ficha	Deputado Constituinte	Cadeira	Partido	Profissão
252	Leopoldo Tavares da Cunha Mello	AM	União Cívica Amazonense	Advogado
8	Abel de Abreu Chermont	PA	Partido Liberal	Advogado
863	Mario Midosi Chermont	PA	Partido Liberal	Médico
6	Hugo Napoleão Rego	PI	Lista Hugo Napoleão	Advogado
240	Waldemar Falcão	CE	Liga Eleitoral Católica (LEC)	Advogado
Ext	João Alberto Lins de Barros	PE	Social Democrático	ME
211	Manoel Cesar de Góis Monteiro	AL	Nacional em Alagoas	ME
388	Rui Santiago	DF	Autonomista	Militar
7	Augusto do Amaral Peixoto Júnior	DF	Autonomista	MM
50	Waldemar de Araújo Motta	DF	Autonomista	MM
856	Olegario Mariano	DF	Autonomista	“Homem de Letras”
383	José Eduardo Prado Kelly	RJ	União Progressista Fluminense	Advogado
82	Cristóvão de Castro Barcellos	RJ	União Progressista Fluminense	ME
88	Asdrubal Gwyer de Azevedo	RJ	União Progressista Fluminense	ME
333	José Francisco Bias Fortes*	MG	Progressista	Advogado
222	Cristiano Monteiro Machado*	MG	Republicano Mineiro	Advogado
486	Domingos Neto de Velasco	GO	Social Republicano	Advogado
431	Alfredo Corrêa Pacheco	MT	Liberal Mato-Grossense	Advogado
325	Augusto Varella Corsino	Empregadores	---	Engenheiro/ Empresário
258	Euvaldo Lodi	Empregadores	---	Engenheiro/ Empresário
86	Abelardo Marinho de Albuquerque Andrade	Profissionais Liberais	---	Médico

* Como foi visto no Capítulo 1, embora tivessem se filiado ao Clube 3 de Outubro, Cristiano Machado e José Francisco Bias Fortes foram considerados como infiltrados das oligarquias mineiras “reacionárias” pelos demais outubristas. ME: Militar do Exército; MM: Militar da Marinha. Fontes: Brasil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). *Presidência da República*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: jun. 2024; CPDOC-CO d Prof-Venc, relação de sócios por profissão e vencimentos; Roseli Torrezan (2009);

O Clube 3 de Outubro, na sua segunda fase, negou apoiar algum candidato ou partido específico, porém, orientou para uma aproximação com aqueles que tivessem o programa idêntico ao seu ou, pelo menos, compatibilidade “ideológica”. “Valorizando seu passe”, em

carta para o adversário Costa Rego, disse o médico Abelardo Marinho – eleito como representante das profissões liberais:

O Clube não tomou conhecimento, sequer da minha candidatura, oficial ou oficiosamente. Não desdenharia eu o apoio do Clube que em nada desmereceu da minha admiração e estima, mas a verdade é a que acabo de proclamar. [...] Já disse e repito, a vitória do meu nome no seio da seleta convenção de 30 de julho [eleições para representação profissional] só pode ser explicada pela circunstância de ter cabido a mim a defesa da propaganda da representação profissional.⁵⁸⁶

Apesar de não se imiscuir oficialmente na articulação partidária, à medida em que os debates avançaram na Constituinte, o grêmio acompanhou os trabalhos e procurou influenciá-los, reunindo-se com ministros e com deputados próximos para discutir a aprovação de aspectos do seu programa⁵⁸⁷. Contou, para isso, com a ajuda e o prestígio de Juarez Távora para fazer a ponte entre a diretoria da organização e os sócios ou ex-sócios eleitos.

No dia 18 de novembro, o Grande Conselho discutiu uma ação coordenada pelo presidente do Clube, Gustavo Cordeiro de Farias, junto aos ministros Juarez Távora, José Américo e ao interventor do Rio de Janeiro, Ari Parreiras, para acompanhar o trabalho de associados deputados. No dia 24, o *Correio da Manhã*, publicou uma declaração de Abelardo Marinho, na qual explicava que, “sob os auspícios do major Távora”, buscava-se organizar na Assembleia “correntes partidárias das bancadas do norte e de pequenos Estados (*sic*) do centro e do sul, no sentido de defenderem pontos de vista e interesses comuns.”. Ainda segundo Marinho, essa forma de ação havia sido discutida no Clube 3 de Outubro, ficando os presentes encarregados de apresentar sugestões de “um programa de ação uniforme”. Na mesma matéria, o jornal publicou as propostas de Távora, que consistiram em 15 pontos, semelhantes às teses aprovadas na I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro, em julho de 1932. Entre eles, por exemplo: o fortalecimento da unidade nacional pela uniformização da ação do Governo Federal nos estados, sem prejuízo da autonomia administrativa; unidade da Justiça e do processo; e a criação de Conselhos Técnicos autônomos, para contribuir com soluções adequadas aos problemas nacionais e garantir a continuidade da administração

⁵⁸⁶ MARINHO, Abelardo. A representação de Classes. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 5/8/1933.

⁵⁸⁷ O Clube 3 de Outubro recebe telegrama de José Américo agradecendo os cumprimentos que recebeu pelo seu discurso no plenário da Constituinte, ver CLUB 3 de Outubro: sessão semanal do Grande Conselho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 5, 27/1/1934. Notícia-se uma reunião, sob a liderança de Juarez Távora, na sede do Clube 3 de Outubro com “constituintes outubristas” para discutir a postura frente ao projeto de Constituição. Segundo o jornal, estiveram presentes 18 deputados. Ver: UMA REUNIÃO de constituintes outubristas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 8, 15/3/1934.

pública. Quanto à representação profissional, a proposta diferia daquela apresentada nas teses da convenção outubrista, por compor junto com a representação política uma só câmara⁵⁸⁸.

Analisando os debates na Constituinte após a apresentação do anteprojeto da Comissão do Itamarati, Gomes mais uma vez descreve o enfrentamento entre as duas posições majoritárias que já havia identificado. Entre os defensores do resgate da autonomia política estadual, foram comuns as propostas de reforma de aspectos da Constituição de 1891, a fim de que fosse evitada a “deturpação” de seus princípios liberais em nome de interesses pessoais. Sustentavam-nas principalmente deputados da bancada mineira e a Chapa Única por São Paulo (Gomes, 2007b, p. 72-74).

Enquanto isso, entre aqueles que advogavam por um Estado forte e centralizador, era recorrente a defesa da superação definitiva do texto constitucional de 1891, avaliado como utópico e demasiado despregado da realidade brasileira. Então, para a realização de uma “democracia real” no país seriam necessárias reformas políticas, econômicas e sociais baseadas em mecanismos autoritários, influenciados pelos trabalhos de Alberto Torres. Entre aqueles que militavam nessas posições estariam nomes ligados ao Tenentismo e às bancadas do “Norte” (Gomes, 2007b, p. 73). Por exemplo, para embasar a defesa da emenda 1.109, que reivindicava a inclusão da “repressão ao crime organizado nas zonas rurais” – o Cangaco – sob a coordenação da União, justificou-se a necessidade de “fugir de modelos” e de se criar “leis brasileiras” para “problemas brasileiros”, segundo “a lição de Alberto Torres”⁵⁸⁹. Na emenda 583, que propunha submeter a ordem econômica aos “princípios da justiça social e às necessidades da vida nacional”, o outubrista Domingos Velasco justificou que se posicionava por uma Constituição que fosse, tal como havia indicado Alberto Torres:

[...] a expressão real da estrutura, das necessidades e das aspirações da nacionalidade, isto é, de nossa total realidade nacional, a nossa total preocupação deve ser menos a edificação de um monumento jurídico do que o estabelecimento da verdadeira lei orgânica da Nação Brasileira.⁵⁹⁰

⁵⁸⁸ A ASSEMBLEIA Constituinte: nenhum bloco revolucionário na Constituinte. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 24/11/1933. “As 15 normas gerais sugeridas pelo Ministro da Agricultura para orientarem a organização do texto constitucional de 1934” também podem ser encontradas nas memórias de Juarez Távora (1974, p. 263-264).

⁵⁸⁹ BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933-1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. v.3, p. 172.

⁵⁹⁰ BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933-1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935. v.4, p. 154.

O estudo do anteprojeto e das emendas sugeridas a ele – mais de mil – ficou a cargo da “Comissão dos 26”, formada por um deputado de cada unidade da federação e um de cada grupo profissional. Tal comissão trabalhou de novembro de 1933 e até março de 1934, quando entregou ao plenário um substitutivo ao anteprojeto da Subcomissão do Itamarati (Gomes, 2007b, p. 49; Torrezan, 2009, p. 133). A partir daí, evidenciou-se mais uma vez a rachadura existente no Clube 3 de Outubro entre a diretoria, apegada ao programa, e outubristas pragmáticos, que nesse momento atuavam na Assembleia, mais sujeitos às necessidades das disputas e negociações.

Em uma reunião extraordinária do Grande Conselho, em 6 de março de 1934, Cordeiro de Mello propôs que o Clube se manifestasse contra os responsáveis pela elaboração do substitutivo por deixarem de fora “as mínimas reivindicações dos trabalhadores”, referindo-se à lei de férias, à jornada de 8h e ao direito de greve. Em nome da diretoria, o secretário Fróes da Fonseca também se manifestou, classificando o trabalho dos comissionados como “verdadeiro reacionarismo político e criminoso aos interesses da nacionalidade”. Juarez Távora, por sua vez, adotou um tom mais moderado, alegando que a comissão deveria respeitar aquilo que seria atribuição do Ministério do Trabalho. Contudo, prometeu continuar trabalhando na Assembleia para tornar o projeto melhor, em relação “aos postulados revolucionários”⁵⁹¹.

Após a publicação do substitutivo da “Comissão dos 26”, o Clube 3 de Outubro divulgou um longo e duro manifesto. O documento começou atacando as eleições e a organização da Constituinte. A respeito das eleições, apontou que elas não teriam resultado em uma expressão das aspirações nacionais, graças à precocidade com que teriam sido organizadas, improvisando a representação profissional, e à “falsidade da representação pelo sufrágio universal”. Quanto à Assembleia, sua organização teria se mostrado uma balbúrdia, abrindo caminho para “intromissões estranhas”, para a desordem nas discussões e para a “infiltração do vírus politiquês”. Dessa forma, os deputados ligados ao Clube ou que com ele mantinham “afinidades ideológicas”, “limitando-se ao exame crítico e à defesa doutrinária”, faziam “um trabalho de Sísifo”, ao tentar salvar os escombros de uma Constituinte que se anulava no dia a dia. Em seguida, os canhões foram direcionados para o Governo Provisório, que estaria mais interessado em se equilibrar no poder do que prosseguir com a “Revolução”. Por tudo isso, alegava que o manifesto não havia sido elaborado para que

⁵⁹¹ O CLUB 3 de Outubro e o projecto da Constituição. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 7/3/1934; O MINISTRO Távora e o direito de greve. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 4, 8/3/1934.

fosse reclamada a assimilação integral da agenda outubrista, mas para denunciar o que seria um projeto escrito para beneficiar “grupos político-parasitários”⁵⁹².

Em relação ao próprio Clube, o manifesto argumentou que a entidade esteve por fora dos desvios censuráveis do partidarismo, por isso permanecia como espaço onde residia o “real espírito revolucionário”, especialmente após o seu “ressurgimento com o manifesto de 21 de abril [de 1933], expurgado, homogeneizado e com programa definitivo.”. Por fim, reconheceu a possibilidade de isolamento político, justificando-a como sua marca que o diferenciava dos partidos, ao colocar sua fidelidade ao seu programa como evidência da clareza de seus princípios, os quais não seriam passageiros⁵⁹³.

Mesmo que os deputados outubristas tenham sido poupados da crítica pública – talvez para contornar especulações a respeito da sua unidade ou mesmo para evitar aprofundar os desgastes existentes –, isso não impediu que pelo menos dois deles se manifestassem. O primeiro, e mais comedido, foi Abelardo Marinho, em conversa com o *Correio da Manhã*. O médico teria pontuado que o grêmio havia conseguido emplacar algumas de suas ideias centrais, ignorando as diferenças entre o que o Clube havia proposto e o que foi aplicado no substitutivo, a respeito do Conselho Federal, dos Conselhos Técnicos e da representação profissional. Nas suas palavras, segundo o jornal: “Hoje, o que se verifica no projeto constitucional é que, não obstante não ter o Clube uma corrente ostensiva na Assembleia, já estão vitoriosas aquelas ideias capitais.”⁵⁹⁴.

O segundo a falar, de forma bastante ressentida, foi Augusto do Amaral Peixoto. Em sessão da Assembleia Nacional Constituinte do dia 3 de abril de 1934, manifestou-se pela defesa do substitutivo aprovado em primeira discussão e contra o manifesto divulgado pelo Clube 3 de Outubro no dia 1º de abril, ao ponto de romper publicamente com a organização⁵⁹⁵. Apresentando-se como um dos seus fundadores e ex-presidente – posição que, na prática, abandonou nas mãos de Cordeiro de Farias – disse estar “revoltado pela incoerência daquela agremiação, outrora revolucionária e hoje destruidora”. A incoerência estaria no fato de o grêmio condenar um projeto constitucional que viria, “justamente, consagrar as próprias teses outubristas defendidas desde 1931.”. Assim como Marinho,

⁵⁹² O CLUB 3 de Outubro fala á nação sobre o actual momento. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1-3, 1/4/1934.

⁵⁹³ O CLUB 3 de Outubro fala á nação sobre o actual momento. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1-3, 1/4/1934.

⁵⁹⁴ CONTESTANDO os marcos da victoria. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 4/4/1934.

⁵⁹⁵ BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933-1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. v.13, p. 147-149; O QUE houve hontem na Assembléa Constituinte: protestando contra o manifesto do Club 3 de Outubro, o sr. Amaral Peixoto desliga-se dessa agremiação.

ignorou ou minimizou as mudanças entre aquilo que foi proposto pelo Clube e aquilo que havia sido incluído no substitutivo. Nesse sentido, por exemplo, mencionou o tema da representação profissional: “Não há quem ignore que foi o Clube que levantou esta bandeira, após a vitória da Revolução, bandeira que em breve se tornou vitoriosa. E hoje vemos aqui, ao nosso lado, trabalhando, colaborando conosco, brilhantes representantes dos sindicatos profissionais e liberais.”⁵⁹⁶. No ápice da expressão da sua indignação e contrariedade, anunciou-se “desligado, afastado, e, talvez, inimigo daquela associação, que, hoje, não mais considero revolucionária.”⁵⁹⁷.

Indagado, por Acúrcio Torres, se o famigerado manifesto representava a opinião de todos os outubristas, incluindo os ministros que participavam da Constituinte, Amaral Peixoto disse não saber quem havia aprovado texto, pois se achava afastado do grêmio há quase um ano e, com ele, “inúmeros outros revolucionários”. Sobre o ministro da Agricultura, Juarez Távora, contou: “ontem, neste recinto, em conversa comigo, declarou-me S. Exa. que discordava do manifesto, principalmente quanto aos termos pouco corteses empregados [...]”⁵⁹⁸.

A Constituinte seguiu com a formação de dois “blocos parlamentares”. A maioria, identificada com as grandes bancadas, reuniu as forças políticas do “Centro-Sul”, como Minas, Rio Grande do Sul, São Paulo e até a Bahia, empenhadas em defender a manutenção do seu poderio econômico e político garantido pelos dispositivos federalistas da Constituição de 1891. Por sua vez, a minoria, identificada com as pequenas bancadas, reuniu as oligarquias do “Norte”, parlamentares ligados ao Clube 3 de Outubro e dissidentes dos grandes estados, os quais enxergavam em um Estado forte e centralizador uma possibilidade de ganharem mais espaço no poder (Gomes, 2007b, p. 55).

Embora a distinção entre os blocos fosse visível, internamente não eram homogêneos e tampouco coesos *a priori*. No cotidiano da Assembleia, isso significou a necessidade de concertações que lidassem com essas diferenças no sentido de construir ganhos recíprocos (Gomes, 2007b, p.56). Dessa maneira, para formar maioria para aprovar a Constituição e garantir sua eleição, Vargas, por meio dos seus delegados na Constituinte e dos interventores,

⁵⁹⁶ BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933-1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. v.13, p. 148.

⁵⁹⁷ BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933-1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. v.13, p. 148.

⁵⁹⁸ BRASIL. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933-1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. v.13, p. 149.

buscou aproximação com aqueles que lideravam as grandes bancadas estaduais (Torrezan, 2009, p. 214-215).

Enquanto a diretoria do Clube 3 de Outubro entendia como excessivas essas concessões e negociações, temendo que fossem abandonadas as prioridades “revolucionárias” em nome da eleição, alguns de seus sócios e ex-sócios, que participavam e até lideravam as articulações para o continuísmo de Vargas, consideravam-nas essenciais. Nomes como Juarez Távora, Lima Cavalcanti, Carneiro de Mendonça e Pedro Ernesto viam na permanência do chefe do Governo Provisório uma possibilidade de garantir a ininterruptão do “processo revolucionário” (Gomes, 2007b, p. 61-62).

Foi na esteira desses acontecimentos que o ministro da Guerra, Góis Monteiro, recebeu o apoio do Clube 3 de Outubro e do Partido Republicano Mineiro para sua candidatura à presidência da República, em abril de 1933 – uma aproximação curiosa, no mínimo. Se Góis Monteiro já havia se reconciliado com o grêmio há alguns meses, sendo reintegrado às suas fileiras⁵⁹⁹; o interesse do PRM em sua candidatura tem a ver com as disputas política em Minas Gerais. Isso porque a permanência de Getúlio Vargas no governo favoreceria seu adversário, o Partido Progressista, e o nome de Góis Monteiro, naquele momento, talvez pudesse derrotá-lo (Torrezan, 2009, p. 154-155).

Segundo Gomes, ao mesmo tempo em que participava das reuniões ministeriais, as quais discutiam, entre outras coisas a candidatura de Vargas, Góis Monteiro também conspirava contra o seu chefe. Além do caminho eleitoral, participou até de uma articulação golpista, que envolvia outros generais, visando depor o governo, dissolver a Constituinte e marcar novas eleições (Gomes, 2007b, p. 65).

No dia 30 de maio, o Clube 3 de Outubro, por meio do seu Grande Conselho, publicou uma nota, na qual atacou, mais uma vez, a Assembleia Nacional Constituinte, a candidatura de Vargas e, indiretamente, aqueles outubristas que haviam se dedicado à atuação parlamentar. O texto dizia que nem a Constituinte e tampouco candidatura de Vargas poderiam oferecer algo útil e digno ao país por serem ambas fruto do tipo de “compromisso político” contra os quais a “Revolução” havia se insurgido. Portanto, o grêmio não estaria surpreso com “o

⁵⁹⁹ Na sessão do dia 24 de outubro de 1933, o secretário do Clube 3 de Outubro, Fróes da Fonseca, comunica a todos que o Grande Conselho havia aceitado, de maneira unânime, o retorno de Góis Monteiro às suas fileiras. Ver AS COMMEMORAÇÕES do 24 de outubro: houve, à noite, uma sessão cívica no Club 3 de Outubro, presidida pelo general Góes Monteiro, havendo o professor Fróes da Fonseca falado sobre a data revolucionária. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 25/10/1934.

ridículo a que se expôs a Assembleia com decepção dos que, ingenuamente, confiavam na sua soberania para o exercício integral das suas atividades [...]⁶⁰⁰

Finalmente promulgada a nova Constituição Federal, em 16 de julho de 1934, as eleições para presidente, por voto secreto, pela Assembleia Nacional Constituinte, aconteceram no dia seguinte. Além de Góis Monteiro, que recebeu apenas 4 votos, foram vários outros candidatos, demonstrando a dificuldade da oposição de se reunir em torno de um nome forte o suficiente⁶⁰¹. Eleito com 175 votos, Vargas contou com o apoio da maioria dos interventores do “Norte”, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e de nomes que, um dia ligados ao Clube 3 de Outubro, enxergaram na sua permanência a possibilidade de darem prosseguimento àquela “Revolução” que muitos deles compreendiam ter começado em 1922. No dia 20 de julho de 1934, Getúlio Vargas tomou posse como presidente constitucional e a Assembleia Nacional Constituinte, obedecendo às disposições transitórias da nova Constituição, se transformou em Câmara dos Deputados, acumulando a função de Senado Federal, até a proclamação dos resultados das novas eleições legislativas (Silva, 2019, p. 120).

4.2.5 O balanço da Assembleia Nacional Constituinte e o fim do Clube 3 de Outubro

Como bem explicou Angela de Castro Gomes, os constituintes de 1933-1934 orientaram seus debates a partir da análise da Constituição de 1891 e da experiência da Primeira República (Gomes, 2007b, p.71). Para os liberais e federalistas, bastava a reforma de alguns dispositivos para que fossem garantidos, de fato, a livre competição eleitoral e o máximo de autonomia estadual. Para aqueles que vislumbravam uma saída coletivista para o individualismo liberal, a transformação deveria ser mais profunda, incorporando-se, de maneira controlada, novos grupos sociais organizados às decisões de um Estado mais técnico, com obrigações e prerrogativas ampliadas. No Clube 3 de Outubro, desde sua fundação, “tenentes” e civis aliados, vetorizavam coletivamente essa leitura de mundo e visão de futuro, a partir do nacionalismo autoritário de Alberto Torres e Oliveira Vianna em interação com a experiência militar-rebelde dos anos 1920.

Embora compartilhassem do mesmo conjunto de referentes coerentes entre si, os outubristas estavam sujeitos às necessidades impostas pela realidade social e política, a qual

⁶⁰⁰ CLUB 3 de Outubro: reuniu-se hontem extraordinariamente o Grande Conselho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 6, 30/5/1934.

⁶⁰¹ Borges de Medeiros recebeu 59 votos; Protógenes Guimarães, 2; Raul Fernandes, Artur Bernardes, Plínio Salgado, Antonio Carlos de Andrada, Afrânio de Mello Franco, Oscar Weinschenk, Paim Filho e Levi Carneiro, apenas um voto cada (SILVA, 2019, p. 118; TORREZAN, 2009, 2016)

os dividiu quanto à sua atuação prática. Inicialmente, essa cisão ocorreu a partir do empastelamento do *Diário Carioca*, contudo, foi substancialmente aprofundada com a inevitabilidade do processo de constitucionalização, após a “Revolução Constitucionalista de 1932”. Enquanto nomes de peso, que haviam participado da sua criação e que faziam a ligação com o Governo Provisório, ocupando postos importantes no poder, se dispuseram à atividade político-partidária e às suas exigências, abrindo mão do tradicional antipartidarismo “tenentista”; os elementos que passaram a ocupar a nova diretoria do grêmio optaram por se apegar ao programa de maneira dogmática.

O dogmatismo e o autoritarismo do Clube 3 de Outubro revelaram-se incompatíveis com a Assembleia Nacional Constituinte, onde seus debates ocorreram através de emendas que sofriam inúmeras modificações ao longo do processo, conforme as competições e os acordos estabelecidos (Gomes, 2007b; Silva, 2019; Torrezan, 2009). O pacto possível entre as diferentes forças envolvidas deu origem a um texto constitucional liberal-democrático (Gomes, 2007b, p. 90), com dispositivos corporativistas, cuja atuação dos outubristas e ex-outubristas, dentro do governo e na Constituinte, certamente contribuiu para torná-los possíveis, diante da maioria identificada com os interesses federalizantes das oligarquias do “Centro-Sul”. Para a diretoria do Clube, isso representava uma traição à “Revolução”, para aqueles que se dispuseram à ação na Assembleia, uma vitória, nem que fosse parcial.

No quadro abaixo (Quadro 2), é possível visualizar melhor como ocorreu essa dinâmica na prática:

Quadro 2 - Comparação entre as propostas do programa Clube 3 de Outubro, do anteprojeto da “Comissão Itamarati”, do substitutivo da “Comissão dos 26” e aquilo que foi aprovado na Constituição de 1934.

Tema	Proposta outubrista	Anteprojeto	Substitutivo	Constituição de 1934
Poder Judiciário	Unidade da Justiça e das leis processuais.	Unidade da Justiça e do processo.	Dualidade da Justiça, com jurisdição unificada em certos casos, sem prever unidade processual (“Justiça mista”)	Mantém a dualidade da magistratura, mas com unidade do processo.
Poder Legislativo	Bicameral: câmara de representação política e câmara de representação das associações profissionais e das forças culturais. Extinção do Senado.	Unicameral: Assembleia Nacional. Recusa a representação profissional. Extinção do Senado.	Unicameral: Recria o Senado Federal, chamada de Câmara dos Estados; representação política e representação profissional na Câmara dos Representantes.	Câmara dos Deputados, com representação política e representação profissional, “em colaboração” com o Senado Federal.
Conselhos Federais	Conselho Técnico Nacional formado por “peritos” em suas áreas de caráter consultivo, com poder de veto sobre o Legislativo e Executivo.	Conselho Supremo, com competência consultiva, substituindo o Senado Federal.	Conselho Nacional, de competência consultiva, escolhidos pelo presidente.	Senado Federal, eleito por sufrágio universal, com competência de

Fontes: Gomes (2007b, p. 89); Silva (2019, p. 118-119); Brasil. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (16 de julho de 1934). *Presidência da República*. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em jul. 2024.

Como se viu pela sua última nota publicada, o Clube 3 de Outubro se anunciou descontente com o resultado da Assembleia Nacional Constituinte e decepcionado com alguns dos sócios e ex-sócios, os quais tentou coordenar enquanto parlamentares constituintes eleitos. Nos meses que se seguiram, se reuniu várias vezes para decidir qual tipo de ação adotaria. A princípio, deveria persistir como “grêmio cívico-doutrinário”, divulgando seus postulados “dentro do regime legal”, tomando o cuidado de criar mecanismos mais rigorosos

para aqueles seus sócios que quisessem atuar na política partidária⁶⁰². Em seguida, aventou-se até mudar o nome da própria organização, procurando se desvincular das “consequências do movimento de 30” – que até a Constituinte havia sido motivo de orgulho e parte da sua identidade “revolucionária”. Outra sugestão foi que se elaborasse um novo programa, mais alinhado ao novo momento nacional⁶⁰³.

O fato é que graças ao radicalismo assumido, principalmente na sua segunda fase, que o impediu de se adaptar o suficiente às circunstâncias da (re)constitucionalização, o Clube se isolou em relação ao novo governo de Getúlio Vargas e se distanciou definitivamente daquelas suas lideranças que foram as grandes responsáveis pela sua projeção enquanto um grupo político proto-partidário de influência nacional, tais como Pedro Ernesto, Juarez Távora, José Américo, Osvaldo Aranha, Augusto do Amaral Peixoto entre outros . Se o grêmio não se via mais como parte da “Revolução de 3 de Outubro”, então havia perdido a principal motivação da sua criação e existência. Na sua última nota lamentou:

[...] não bastou a resistência de muitos dos elementos que fundaram o Clube 3 de Outubro, nem dos que se dispuseram à divulgação dos seus patrióticos intuítos, porque bem depressa venceu a argúcia dos políticos profissionais, envolvendo em suas tramas diabólicas grande parte daqueles revolucionários que não se mostraram capazes de reagir aos interesses da política facciosa [...].

[...] a ambição de uns, a vaidade de outros e a indiferença da maioria, reuniam-se com um objetivo de se manterem no poder, com absoluto esquecimento dos postulados da Revolução [...].⁶⁰⁴

Então, no dia 17 de abril de 1935, por unanimidade, decidiu pela sua dissolução⁶⁰⁵. Com o Clube 3 de Outubro também teve fim o Tenentismo, enquanto movimento organizado e autônomo.

⁶⁰² O CLUB 3 de Outubro vae manter-se como associação civica. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 10, 28/7/1934; CLUB 3 de Outubro: a sessão de hontem do Grande Conselho. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 10/11/1934.

⁶⁰³ CLUB 3 de Outubro: resoluções adoptadas pela assembléa geral extraordinária hontem realizada. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 7, 15/12/1934.

⁶⁰⁴ UMA agremiação revolucionaria que se dissolve: a decisão de hontem adoptada, em assembléa geral, pelo “Club 3 de Outubro”. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 18/4/1935.

⁶⁰⁵ Um dos seus últimos secretários, Henrique Autran, escreveu na lista de associados, produzida por ele em 1979, que a dissolução do Clube ficou decidida em assembleia no dia 15 de abril de 1935. Portanto, dois dias antes do que informou o *Correio da Manhã*. CPDOC-CO d Prof-Venc, relação de sócios por profissão e vencimentos.

6 CONCLUSÃO

Aprofundar no estudo da organização, composição, formação político-cultural e atuação política do Clube 3 de Outubro, ao longo do Governo Provisório, permitiu que esta tese retificasse e trouxesse mais detalhes e novidades em relação às informações, geralmente bastante superficiais, a respeito do grêmio, disponíveis na historiografia até então. Diferente do tradicionalmente retratado grupo de “tenentes” comprometido em suas intenções e na sua capacidade de desenvolver um programa próprio, pelas alianças com civis e pela origem social e/ou profissional de seus membros, o que os capítulos acima revelaram foi uma agremiação autônoma, bem articulada, influente no novo governo e bastante decisiva na formação e atuação política de muitos de seus sócios e ex-sócios, capaz de contribuir com dispositivos de tendência orgânico-corporativista na legislação do regime, que a “Revolução” ambicionava construir.

A partir do estudo detido das informações disponíveis nas suas fichas de filiação, no capítulo 1, foi possível perceber que, mesmo que inicialmente formado por uma maioria de militares, o Clube 3 de Outubro viveu uma explosão de filiações durante o seu auge, entre o final de 1931 e início de 1932, que tornou os civis de classe média a maioria dos associados até a sua dissolução, em 1935. Ainda assim, suas diretorias permaneceram sob o controle dos fardados, com quase metade dos seus chefes direta ou indiretamente envolvidos nos levantes tenentistas dos anos 1920. Portanto, a ligação com o Tenentismo que os outubristas reivindicavam para si, em seus discursos, celebrações e símbolos, a fim de se legitimarem como “verdadeiros revolucionários”, não havia sido um esforço sem lastro na realidade. Tal como nos levantes de São Paulo, em 1924, e ao longo da Coluna Prestes, em que foram aceitos novos membros civis nas suas fileiras, seu comando permaneceu majoritariamente militar. Vale à pena mais uma vez lembrar, os nomes de alguns dos “tenentes históricos” presentes na direção da entidade, tais como Juarez Távora, João Alberto, Herculino Cascardo, Augusto do Amaral Peixoto, Felinto Müller, Aldo de Sá Brito, Stênio Lima, Ari Parreiras, Epaminondas Santos, Gustavo Cordeiro de Farias, Osmar Soares Dutra, Cristiano Buys, Newton Estillac Leal, entre outros.

Especialmente, a análise dos estatutos do Clube, dos relatos de suas reuniões publicadas no *Correio da Manhã* e das cartas trocadas entre seus principais nomes, ao longo dos capítulos 3 e 4, demonstrou que em um novo momento do Tenentismo, no pós-1930, quando foram disputadas as agendas de um governo do qual os “tenentes” passaram a fazer parte, foi exigido das suas lideranças, dos civis e até de alguns antigos adversários que

compunham o grêmio, uma maior organização e disciplina, diferente daquilo que haviam experimentado na sua trajetória ao longo dos anos 1920. O grau de organização alcançado pelo Clube 3 de Outubro – pelo menos até o empastelamento do *Diário Carioca* – lhe permitiu um nível de articulação suficiente para agir com coesão e disciplina na defesa do prolongamento do período discricionário e, em decorrência disso, ocupar um importante espaço dentro do Governo Provisório, principalmente nas interventorias. A extensão da sua influência foi suficiente, por exemplo, para interferir na elaboração do Código Eleitoral, de fevereiro de 1932. Através dessa nova legislação, o Clube conseguiu emplacar a previsão da representação profissional, sua bandeira central, na próxima Assembleia Nacional Constituinte e, posteriormente, seus sócios e ex-sócios eleitos como deputados constituintes contribuiriam para fixá-la na nova Constituição.

Discutido no capítulo 4, o empastelamento do principal jornal adversário do Distrito Federal, o *Diário Carioca*, por alguns de seus associados, na noite seguinte à decretação do Código Eleitoral, causou profundo desgaste na imagem do Clube 3 de Outubro e, por extensão, acabou dificultando as negociações do Governo Provisório com as oligarquias do “Centro-Sul”, defensoras da reconstitucionalização imediata. Outubristas de peso, que também ocupavam funções importantes no governo, romperam ou se afastaram da agremiação, tais como Osvaldo Aranha e Góis Monteiro, sendo seguido por inúmeros outros sócios. Nesse momento, lendo as cartas trocadas entre os outubristas, os manifestos do grêmio e até o diário de Getúlio Vargas, foi possível perceber que houve no Clube o início de uma cisão entre setores capazes de defender a radicalização, em nome da permanência da ditadura do Governo Provisório, e outros que optaram pelo pragmatismo das negociações políticas, a fim de garantir o controle do governo em eventual processo de reconstitucionalização.

Mesmo com esses acontecimentos, em julho de 1932, foi organizada a I Convenção Nacional do Clube 3 de Outubro, que consolidou o *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*, publicado desde fevereiro de 1932, como a principal “orientação doutrinária” do grêmio. Tanto esse como outros documentos de natureza programática publicados pelo grêmio se mostraram bastante explícitos quanto a influência direta da cultura política nacionalista autoritária, propagadora de aspectos da doutrina corporativista, fortalecida no país principalmente através dos trabalhos de Aberto Torres e Oliveira Vianna ao longo dos anos 1920 – conforme demonstrado no capítulo 2. Inclusive, ao longo do *Esboço* (...) foi possível perceber trechos inteiros copiados das sugestões de Oliveira Vianna para o Clube, escritas em 1932, a pedido do outubrista e especialista em Alberto Torres, Alcides Gentil, sob encomenda de Juarez Távora.

Após se organizar para atuar como suporte para as tropas governistas durante a “Revolução Constitucionalista”, entre julho e setembro de 1932, o Clube 3 de Outubro foi confrontado com a inevitabilidade do processo de reconstitucionalização. A partir daí, aquela distensão interna no grêmio, que havia dado sinais após o empastelamento do *Diário Carioca*, se aprofundou de maneira irreversível. Enquanto inúmeros sócios e ex-sócios passaram a atuar na tentativa de construir um partido nacional, o PSB, partidos estaduais e até uma coligação, a União Cívica Nacional, como forma de atuarem na Assembleia Constituinte para garantirem a aplicação de pelo menos alguns aspectos do programa outubrista; a diretoria optou por não se imiscuir nas atividades partidárias, radicalizando-se na defesa integral do programa como um centro propagandista, bastante descrente das disputas e negociações exigidas na Assembleia Constituinte.

Se em uma nova fase inaugurada após a “Revolução Constitucionalista”, a diretoria discordava de alguns de seus sócios e ex-sócios quanto a melhor forma de atuação diante do processo de reconstitucionalização; ainda assim, todos eles continuaram lutando pela mesma agenda política corporativista-autoritária desenvolvida pelo grêmio desde sua fundação, descrita em detalhes no Capítulo 3. Um exemplo disso é a luta pela representação profissional no poder legislativo. Foi a partir do *Anteprojeto da Lei de Sindicalização e Representação Política das Classes*, produzido por uma comissão do Clube 3 de Outubro, para regulamentar a representação profissional nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que dois de seus coautores, Waldemar Falcão e Abelardo Marinho, foram eleitos deputados constituintes e permaneceram fazendo a defesa para a aprovação do mesmo dispositivo corporativista na nova Constituição.

Por fim, todo esse conjunto analítico confirma a hipótese central da pesquisa ao demonstrar que o Clube 3 de Outubro, como um espaço de sociabilidade e um vetor social de culturas políticas, foi capaz de plasmar naqueles que por ele passaram uma leitura comum de passado, uma visão específica acerca das instituições, bem como uma concepção de sociedade ideal, sustentados por uma base teórico-doutrinal comum. O que permitiu que outubristas e ex-outubristas seguissem, a despeito das divergências quanto às formas de ação imediata, na defesa um Estado forte, centralizador, intervencionista e capaz de garantir a harmonia social através da participação controlada das associações profissionais por meio de Conselhos Técnicos e da sua representação no Legislativo.

INSTITUIÇÕES E ARQUIVOS

Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT)
Academia Brasileira de Letras (ABL)
Arquivo Augusto Amaral Peixoto (CPDOC-AAP)
Arquivo Clube 3 de Outubro (CPDOC-CO)
Arquivo Getúlio Vargas (CPDOC-GV)
Arquivo Juarez Távora (CPDOC-JT)
Arquivo Nacional (AN)
Arquivo Osvaldo Aranha (CPDOC-OA)
Arquivo Pedro Ernesto Batista (CPDOC-PEB)
Biblioteca Redentorista
Câmara dos Deputados
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação
Getúlio Vargas (CPDOC)
Exército Brasileiro
Fundo Góis Monteiro (AN-FGM)
Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)
Marinha do Brasil

JORNAIS E PERIÓDICOS

Boletim do Clube 3 de Outubro de Caxias (RS)
Correio da Manhã (RJ)
Diário Carioca (RJ)
Diário da Manhã (PE)
Diário de Notícias (SP)
Diário Nacional (SP)
Diário Oficial
Jornal do Comércio (RJ)
O Brasil: órgão republicano (RS)
O Estado de S. Paulo (SP)
O Jornal (RJ)

FONTES

AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo. *Textos políticos da História do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v.4.

Brasil. *Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933-1934*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

CABRAL, João da Rocha. Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil: 1932. Brasília: TSE, 2004.

CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares; FLAKSMAN, Dora Rocha (orgs.). *Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. 3ª ed. Recife: Editora Massangana, 1990. [1924]

CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1975.

CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

COUTINHO, Lourival. *O General Góis depõe*. Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1955.

DICCIONARIO Contemporaneo da lingua portugueza feito sobre o plano de F.J. Caldas Aulete. 2ª ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1925. v.1.

FIGUEIREDO, Candido de. *Pequeno dicionario da língua portugueza*. Lisboa: Sociedade Editora Arthur Brandão & C.ª, 1924.

Gentil, Alcides. *As idéas de Alberto Torres*. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. [1932]

GLOSSÁRIO das Forças Armadas. Ministério da Defesa. 5ª ed. 2015. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf>. Acesso out. 2023.

LIMA, Saboia. Alberto Torres e sua obra. 2ª. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

LIMA, Saboia. Apresentação. In: TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. [S.l.]: eBooksBrasil.com, 2002a. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/torresb.pdf>>. Acesso jan. 2021. [1912]

MAGALHÃES, Juracy; Gueiros, José Alberto. *O último tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

NORONHA, Abílio de. *Narrando a verdade: contribuição para a história da revolta em São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1924.

- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960.
- QUICHERAT, L; SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novissimo diccionario latino-portuguez*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1927.
- RECENSEAMENTO do Brasil. Realizando em 1 de Setembro de 1920. *Ministério da Agricultura, Industria e Commercio*: Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1926. v. IV, 1ª pt.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 1912, t.74, pt.2.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. 3ª ed. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1976. [1933]
- SÉGUIER, Jayme. *Diccionario práctico ilustrado: novo dicionário encyclopédico luso-brasileiro*. 2ª ed. Porto: Lello & Irmão L.da Editores, 1928.
- SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza*. 8ª ed. Rio de Janeiro e Lisboa: Editora Empreza Litteraria Fluminense, 1890. 2v.
- TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: a caminhada no Altiplano*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974. v.2.
- TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do Altiplano*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973. v.1
- TORRES, Alberto. *A organização Nacional*. [S.l.]: eBooksBrasil.com, 2002b. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html>>. Acesso em jan 2021. [1914]
- TORRES, Alberto. *As fontes de vida no Brazil*. Rio de Janeiro, 1915. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26087>>. Acesso em jan. 2021.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. [S.l.]: eBooksBrasil.com,2002a. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/torresb.pdf>>. Acesso jan. 2021. [1912]
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v.1.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, v.2.
- VARGAS, Getúlio. *Diário: 1930-1936*. Rio de Janeiro: Siciliano/FGV Editora, 1995.
- VIANNA, Oliveira. *Á guiza do prefacio*. In: GENTIL, Alcides. *As idéas de Alberto Torres*. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. [1932]
- VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. [1922]

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. 2ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. [1927]

VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. 3ª ed. Recife: Editora Massangana, 1990. [1924]

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005. [1920]

VIANNA, Oliveira. *Problemas de política objetiva*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. [1930]

VIEIRA, Domingos. *Grande dicionário portuguez ou thesouro da lingua portugueza pelo dr. Frei Domingo Vieira, dos eremitas calçados de Santo Agostinho*: publicação feita sobre o manuscrito original, inteiramente revisto e consideravelmente aumentado. Porto: em casa dos editores Ernesto Chardon e Bartholomeu H. de Moraes, 1873, v.2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Luciano Aronne. Autoritarismo e corporativismo no Brasil. In: XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO (ANPUHS), 2012, Porto Alegre. *Anais*. Disponível em: < http://www.eeh2012.anpuhrs.org.br/resources/anais/18/1341607905_ARQUIVO_TextoANPUHS2012.pdf>. Acesso em jun. 2021.
- ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. *La cultura civica: estudio sobre la participacion politica democratica en cinco naciones*. Madrid: Eurameria, 1970.
- ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870. *RBCS*, São Paulo, v.15, n. 44, p. 35-55, 2000.
- ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ARAGÃO, Isabel. *Da caserna ao cárcere: uma identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. A representação das associações profissionais e os primeiros passos da Justiça Eleitoral (1932-1935). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 19, p. 221-252, 2016.
- BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. O Código Eleitoral de 1932 e a representação das associações profissionais. *História em Revista*, Pelotas, v. 8, 2002.
- BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Representação das associações profissionais no Brasil: o debate dos anos 1930. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, n.22, p.119-133, 2004.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. In: BASTOS, Pedro Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, v.1.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François & RIOUX, Jean-Pierre (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: 1998.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Cecília et al. (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BESSE, Susan K. Crimes passionais: a campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil: 1910 – 1940. *Rev. Bras. de Hist.*, v. 9, n. 18, p. 181-197, 1989.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Presença, 1992.

BRANDI, Paulo. Getúlio Dornelles Vargas. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/getulio-dornelles-vargas>>. Acesso em dez. de 2022.

BRANDI, Paulo. Olegário Maciel. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olegario-dias-maciel>>. Acesso em dez. 2021.

BULMER-THOMAS, Victor. As economias latino-americanas, 1929-1939. In: BETHELL, Leslie (org.). *A América Latina após 1930*. São Paulo: Edusp, 2009. v. 6.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista*, v.5, n.1, p.47-67, 2005.

CALICCHIO, Vera. Clube 24 de Fevereiro. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-24-de-fevereiro>>. Acesso em dez. 2023.

CALICCHIO, Vera. Clube Cívico 5 de julho. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-civica-5-de-julho>>. Acesso em mai. 2024.

CALICCHIO, Vera. Congresso Nacional Revolucionário, I. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001c. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/congresso-nacional-revolucionario-i>>. Acesso em mai. 2024.

CANO, Wilson. Crise de 1929, soberania da política econômica e industrialização. In: Bastos, Pedro Paulo Zahluth; Fonseca, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As malhas de Aço no Tecido Social: A Revista "A defesa Nacional" e o Serviço Militar Obrigatório*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1974.

CARONE, Edgard. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. In: ---. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p.202-231.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. Os três povos da República. *Revista USP*. São Paulo. n. 59, p. 96-115, 2003.

CARVALHO, Maria Celia Freire de. *O Clube 3 de Outubro*. Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF. Niterói, 1975.

CASTRO, Maria Clara Spada. *A Revolta de 1924 em São Paulo: para além dos Tenentes*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2022.

CEFAÏ, Daniel. *Expérience, culture et politique*. In: CEFAÏ, Daniel (dir.). *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001.

CEPÊDA, Vera Alves. Contexto político e crítica à democracia liberal: a proposta de representação classista na constituinte de 1934. *Perspectivas*, São Paulo, v.35, p. 211-242, 2009.

CEPÊDA, Vera Alves. Trajetórias do corporativismo no Brasil: teoria social, problemas econômicos e efeitos políticos. In: ABREU, Luciano Aronne de; SANTOS, Paula Borges (orgs.). *A Era do Corporativismo: regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: Heinz, Flávio Madureira (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CHASTEEN, John Charles. *América Latina: uma história de sangue e fogo*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. [1976]

CONNIFF, Michael Lee. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os militares e a revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

COSTA, Emília Viotti da. 1932: imagens contraditórias. In: ---. *Brasil: História, textos e contextos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

COUTINHO, Amélia. Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001d. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-de-magalhaes-cardoso-barata>>. Acesso em out. 2023.

COUTINHO, Amélia. Alcides Etchegoyen. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alcides-goncalves-etchegoyen>>. Acesso em dez. 2021.

COUTINHO, Amélia. Artur Neiva. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001c. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/neiva-artur>>. Acesso em dez. 2021.

COUTINHO, Amélia. Juraci Montenegro Magalhães. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juraci-montenegro-magalhaes>>. Acesso em dez. 2021.

CPDOC. Carlos de Saldanha da Gama Chevalier. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós 1930*. 2001f. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/chevalier-carlos-de-saldanha-da-gama>>. Acesso em jan. 2023.

CPDOC. Gustavo Cordeiro de Farias. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001c. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FARIAS,%20Gustavo%20Cordeiro%20de.pdf>>. Acesso em dez. 2021.

CPDOC. Malvino Reis Neto. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-dos-amigos-de-alberto-torres>>. Acesso fev. 2022.

CPDOC. Pedro da Costa Rego. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/regopedro-da-costa>>. Acesso em dez. 2021.

CPDOC. Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001e. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-dos-amigos-de-alberto-torres>>. Acesso em fev. 2022.

CPDOC. Temístocles Brandão Cavalcanti. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/temistocles-brandao-cavalcanti>>. Acesso em dez. 2021.

CPDOC. União Cívica Nacional. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós 1930*. 2001g. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/uniao-civica-nacional>>. Acesso em jun. 2024.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

FAGUNDES, Luciana Pessanha; LOPES, Raimundo Helio. A campanha da Aliança Liberal nas eleições de 1930: entre o esquecimento do 1º de março e a memória do 3 de Outubro. RICCI, Paolo (org.). *As eleições na Primeira República, 1889-1930*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021.

FARIA, Helena. Cristiano Machado. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cristiano-monteiro-machado>>. Acesso em dez. 2021.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e historia política: algumas aproximaciones. *Antíteses*, v. 3, n.5, p. 529-550, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1968). *História, histórias*, v. 9, n. 17, p. 8-57, 2021.

FILHO, Murilo Riccioppo. *Direito e Estado em Léon Duguít: a solidariedade social como fundamento do Direito e a crítica da soberania*. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) –Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2021.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 3-8, 1993.

GARRIDO, Álvaro. *Queremos uma economia nova! Estado Novo e Corporativismo*. Lisboa: Temas e Debates, 2016.

GASPARETTO JR., Antonio. Estado de Sítio e Ditadura em Théodore Reinach e Carl Schmitt. In: GRECCO, Gabriela de Lima; NETO, Odilon Caldeira (orgs.). *Autoritarismo em foco: política, cultura e controle social*. Rio de Janeiro: Autografia; Pernambuco: Edupe; Madrid: UAM Ediciones, 2019.

GASPARETTO JR., Antonio. *Recursos extremos da administração estatal: as declarações de estado de sítio na Primeira República brasileira*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOMES, Angela de Castro. Assembleia Nacional Constituinte de 1934. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós 1930*. 2001f. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1934>>. Acesso em: jul. 2024.

GOMES, Angela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas. In: PINTO, Antonio Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

GOMES, Angela de Castro. Azevedo Amaral e *O século do Corporativismo* de Michael Manoilescu, no Brasil de Vargas. *Sociologia & Antropologia*, v.2, n.4, p. 185-209, 2012.

GOMES, Angela de Castro. Confronto e compromisso no processo de Constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e política (1930-1964)*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b. t.3, v.10.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*. Niterói, n. 26, p.-14, jan. 2009.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação: Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In:---. (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Angela de Castro; LOBO, Lúcia Maria Lahmeyer; COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e Constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1875-1975)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GONZÁLEZ, Victor Hugo Martínez. Partidos políticos: um ejercicio de clasificación teórica. *Perfiles latino-americanos*, n.33, p. 39-63, 2009.

HÄHNER, June Edith. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil: 1870/1920*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

HÄHNSEN, Patrícia Santos. A Defesa Nacional de Olavo Bilac, entre o patriotismo cívico republicano nos anos 1910 e o autoritarismo militar dos anos 1960. In: GOMES, Angela de Castro; HÄNSEN, Patrícia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2016.

HÄINZ, Flavio; CODATO, Adriano. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: PERISSINOTTO, Renado; CODATO, Adriano (orgs.). *Como estudar elites*. Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: HERSCHMANN, Micael Maiolino; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (orgs.). *A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSÄWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 -1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

INCISA, Ludovico. Corporativismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

KAREPOVS, Dainis. PSB-SP: Socialismo e tenentismo na Constituinte de 1933-34. *Esboços: histórias em contextos globais*, Florianópolis, v.13, n.16, p. 169-198.

KELLER, Vilma. Abelardo Marinho. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: < <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/abelardo-marinho-de-albuquerque-andrade>>. Acesso em mai., 2023.

KELLER, Vilma. Domingos Neto de Velasco. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/domingos-neto-de-velasco>>. Acesso em mai., 2023.

KELLER, Vilma. Isidoro Dias Lopes. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001c. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOPES,%20Isidoro%20Dias.pdf>>. Acesso em mar., 2024.

KOSELLECK, Reinhart. *O Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.134.146, 1992.

LACLETTE, Jorge. Antonio Siqueira de Campos. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-siqueira-campos>>. Acesso em set. 2023.

LACLETTE, Jorge. Djalma Soares Dutra. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/djalma-soares-dutra>>. Acesso em set. 2023.

LAMARÃO, Sérgio. Liga da Defesa Nacional (LDN). In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/liga-da-defesa-nacional-ldn>>. Acesso em dez. 2021.

LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. t.3, v.2.

LANNA JR., Mário Cléber Martins. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, v.1.

LASSANCE, Antonio. Revolução nas políticas públicas: a institucionalização das mudanças na economia, de 1930 a 1945. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.33, n. 71, p. 511-538, 2020.

LEAL, Carlos Eduardo. Clube 3 de Outubro. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/clube-3-de-outubro-2>>. Acesso em: junho 2021.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>. Acesso em: junho 2021.

LEAL, Carlos Eduardo. Diário Carioca. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001c. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-carioca>>. Acesso em: junho 2023.

LEMOS, Renato. Alberto Torres. In: CPDOC. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOCFGV, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/TORRES,%20Alberto.pdf>>. Acesso em jun. 2021.

LEMOS, Renato. Augusto Maynard Gomes. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gomes-augusto-maynard>>. Acesso em out. 2023.

LEMOS, Renato. Osvaldo Cordeiro de Farias. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-cordeiro-de-farias-1>>. Acesso em out. de 2023.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.2.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Detonando Ludwig von Mises: Oliveira Vianna inaugura a crítica brasileira ao neoliberalismo. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, v. 66, p. 92-112, 2014.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. “Pela ditadura”: o empastelamento do Diário Carioca por membros do Clube 3 de Outubro. *Crítica Histórica*, v. 14, n. 27, p. 310-339, 2023.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. A (re)organização nacional: as propostas de Alberto Torres e do Clube 3 de Outubro para um Estado corporativo-autoritário no Brasil. In: GRECCO, Gabriela de Lima; NETO, Odilon Caldeira (orgs.). *Autoritarismo em foco: política, cultura e controle social*. Rio de Janeiro: Autografia; Pernambuco: Edupe; Madrid: UAM Ediciones, 2019.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. Passado, presente e futuro: revisitando as origens do Tenentismo e o nacionalismo autoritário das décadas de 1910 e 1920. *Crítica Histórica*, v.11, n. 21, p. 417-446, 2020.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. *Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do Tenentismo sobre a república liberal-oligárquica*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2015.

MAIA, A. Casa Nova; CARRIS, L. Alguns aspectos da Revolução Russa nas páginas das revistas ilustradas do Brasil Republicano. *Locus - Revista de História*, Juiz de Fora, v.25, n. 2, p. 59-78, 2019.

MAMEDE, Bruno Fernandes Dantas. O Pensamento Econômico Católico: origem, desenvolvimento e declínio. *Intelligere, Revista de História Intelectual*, n.9, p. 98-134, 2020.

MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MARTINS, Luciano. A Revolução de 1930 e seu significado político. In: A REVOLUÇÃO DE 30: SEMINÁRIO REALIZADO PELO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC) DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1980, Rio de Janeiro. *Anais*. Brasília: Ed. UNB, 1983.

MARTINS, Maro Lara. Modernismo brasileiro, intelectuais e experiência intelectual periférica. In: MARTINS, Maro Lara; FETZ, Marcelo; DINIZ, Davidson (orgs.). *Sociedade & Cultura: experiências intelectuais na modernidade*. Vitória: EDUFES, 2021.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MAYER, Jorge Miguel. João Alberto. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-alberto-lins-de-barros-1>>. Acesso em out. 2023.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991. v.1.

MORAES, Luís Edmundo. *História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Contexto, 2017.

MOREIRA, Regina da Luz. Osvaldo Aranha. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osvaldo-euclides-de-sousa-aranha>>. Acesso em dez. 2021.

MOTTA, Marly Silva da. *1922: em busca da cabeça do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: NAPOLITANO, Marcos; CAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *Comunistas: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.v.1.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.10, n. 23, p. 109-137, 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2ª ed. Niterói: Eduff, 2020.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O trabalhismo de Pedro Ernesto: limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos anos 1930*. Curitiba: Juruá, 2010.

NETO, Adalberto Coutinho de Araújo. *O socialismo tenentista: trajetória, experiência e propostas de políticas públicas e econômicas dos socialistas tenentistas no estado de São Paulo na década de 1930*. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 2012.

NETO, Lira. *Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. v.2.

OLIVEIRA, Francisco de. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n.48, p. 3-19, 1997.

PACHECO, Gabriela Santi Ramos. *Panorama e o projeto integralista: uma análise da revista intelectual*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2021.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.2.

PANTOJA, Sílvia. Adolfo Bergamini. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001c. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bergamini-adolfo>>. Acesso em dez. 2023.

PANTOJA, Sílvia. Carlos de Lima Cavalcanti. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: <<https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-carlos-de-lima>>. Acesso em dez. 2022.

PANTOJA, Sílvia. José Américo de Almeida. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-jose-americo-de>>. Acesso em dez. 2021.

PASQUINO, Gianfranco. *Curso de Ciência Política*. Cascais: Principia, 2005.

PECHMAN, Robert. Ari Parreiras. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: < <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/parreiras-ari> >. Acesso em dez. de 2022.

PECHMAN, Robert. José Eduardo de Macedo Soares. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: < <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-jose-eduardo-de-macedo> >. Acesso em dez. 2023.

PINHO, Silvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2007.

PINTO, António Costa. Corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, p.17-49, 2014.

PINTO, Sergio Murillo. *Exército e política no Brasil: origem e transformação das intervenções militares (1831-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

PINTO, Sergio Murillo. Góis Monteiro e a política do exército. *Militares e Política*, n.5, p. 82-101, 2009.

PRESTES, Anita L. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do Tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. [1990]

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La 'sociabilidade' y la historia política. In: PEIRE, Jaime (org.). *Actores, representaciones e imaginarios: homenaje a François-Xavier Guerra*. Caseros: Eduntref, Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2007.

RAMOS, Plínio Abreu de. Góis Monteiro. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001a. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-aurelio-de-gois-monteiro> >. Acesso em: dez. 2021.

RAMOS, Plínio Abreu de. Jurandir Mamede. In: CPDOC. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2001b. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jurandir-de-bizarria-mamede#:~:text=Jurandir%20de%20Bizarria%20Mamede%20nasceu,infantaria%20em%20janeiro%20de%201927> >. Acesso em dez. 2021.

RICCI, Paolo; Silva, Glauco Peres da. O Código Eleitoral de 1932 e a invenção da proporcional. In: 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 10, 2016, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos*. Rio de Janeiro: ABCP, 2016, p. 1-19. Disponível em: < <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5728> >. Acesso em dez. 2023.

- RICCI, Paolo; Silva, Glauco Peres da. O Código Eleitoral de 1932 e a invenção da proporcional. In: 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 10, 2016, Belo Horizonte. *Anais Eletrônicos*. Rio de Janeiro: ABCP, 2016, p. 1-19. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5728>>. Acesso em dez. 2023.
- RICCI, Paolo; Zulini, Jaqueline Porto. O Código Eleitoral de 1932 e as eleições da Era Vargas: um passo na direção da democracia? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.33, n.71, p. 600-623, 2020.
- RODRIGUES, Fernando Silva. Intelectuais e militares brasileiros: a construção do Estado autoritário e do pensamento nacionalista (1930-1945). In: GONÇALVES, Leandro Perereira; VIANNA, Marly Almeida Gomes; CUNHA, Paulo Ribeiro da (orgs.). *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- ROESLER, Rafael. *O impulso renovador: a atuação da Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), 2015.
- ROSAS, Fernando. Prefácio: o corporativismo enquanto categoria histórica. In: ABREU, Luciano Aronne de; SANTOS, Paula Borges (orgs.). *A Era do Corporativismo: regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
- ROSENFELD, Luis. *Revolução Conservadora: genealogia do Constitucionalismo Autoritário brasileiro (1930-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques de. *Militares e desenvolvimento no Brasil: uma análise comparada dos projetos econômicos da oficialidade republicana de fins do século XIX, do Tenentismo e da cúpula militar do Estado Novo*. 2011. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2011.
- SAES, Guillaume Azevedo Marques de. Uma análise do pensamento de Azevedo Amaral com base em suas obras: O Brasil na sua crise atual e O Estado autoritário e a realidade nacional. *Territórios e Fronteiras*, v.1, n. 1, p. 62-79, 2008.
- SCHMITTER, Philippe C. Still the century of corporatism? *Review of Politics*, n. 36, p. 85-130, 1974.
- SETEMY, Adrianna. Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP). In: CPDOC. *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOCFGV, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20NACIONALISTA%20DE%20S%C3%83O%20PAULO.pdf>>. Acesso em dez. de 2021.
- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3.

SILVA, Estevão Alves da Silva. *A Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934: o processo de formulação da Constituição de 1934*. 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2019.

SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments de história intelectual: entre questionamentos e perspectivas*. Campinas: Papirus, 2002.

SILVA, Ligia Osório. A “política do Exército” no primeiro governo Vargas: 1930-1945. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na Sociologia Política de Oliveira Vianna. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 20, p. 238-268, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. [1965]

SODRÉ, Nelson Werneck. *O tenentismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. Prefácio. In: SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

STEPAN, Alfred. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.19, n. 39, p.115-137, 2011.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11ª ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. *A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 2018.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, s.d.

TORREZAN, Roseli. *O Governo Provisório na Constituinte 1933/34*. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Universidade Mackenzie. São Paulo, 2009.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A representação profissional na constituição de 1934 e as origens do corporativismo no Brasil. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (orgs.). *A vaga corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Corporativismo e neocorporativismo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 64, p. 243-256, 2018.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da “política do café com leite*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Trabalho, previdência e associativismo: as leis sociais na Primeira República. In: LOBO, Valéria Marques; DELGADO, Ignacio Godinho; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *Trabalho, proteção e direitos: o Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

VIVIANI, Fabrícia Carla. *A trajetória política Tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2009.

ZULINI, Jacqueline Porto. A adoção da Justiça Eleitoral no Brasil: estratégia de preservação do governo revolucionário. In: Congresso Latino-Americano De Ciência Política: Organizado Pela Associação Latino-Americana De Ciência Política (ALACIP), 9, 2017, Montevideu. *Anais*. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4632>>. Acesso em: junho 2021.